

Pierre Mo  
grafos ma  
desse assu  
Paulo ele  
idéias ent  
trabalho d  
senta aos  
aquela tra  
fundamen

É um  
leitor esp  
aqueles q  
ço abrang  
leiro.

A Edito  
lançamen  
à expectat  
amizade c

dos geó  
n o gosto  
os de São  
âmbio de  
o-nos um  
ém, apre  
ue guarda  
u tão pro

se para o  
so, todos  
s do espa  
mas brasi

erem este  
diamente,  
elações de

*Geografia*

**I**

ros e  
deiros  
ulo

Monbeig

 Pioneiros e fazendeiros de São Paulo Pierre Monbeig

EDITORA DE HUMANISMO, CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA "HUCITEC" LTDA.

EDITORA POLIS

**PIERRE MONBEIG**

**PIONEIROS E FAZENDEIROS  
DE SÃO PAULO**

*Tradução:*  
**Ary França e Raul de Andrade e Silva**

**EDITORA HUCITEC  
EDITORA POLIS  
São Paulo, 1984**

© 1977 Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. Direitos de tradução e de publicação em língua portuguesa reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Hucitec Ltda., Rua Comendador Eduardo Saccab, 344, 04602 São Paulo, Brasil. Telefone: (011)61-6319.

Capa de Jacob Levitinas.

Edição em convênio com

EDITORA POLIS LTDA.  
Rua Caramuru, 1196  
04138 São Paulo, Brasil  
Telefone: (011)275-7586

## SUMÁRIO

Apresentação da edição francesa .....	15
Prefácio .....	17
Introdução .....	21

### LIVRO I CONDIÇÕES NATURAIS E HISTÓRICAS

<i>Primeira parte — As condições naturais</i> .....	33
Capítulo I — O relevo .....	35
a) As rochas .....	36
b) Os espigões e os vales .....	39
Capítulo II — O clima .....	43
a) Situação das zonas pioneiras com relação aos centros de ação da atmosfera .....	44
b) O regime das chuvas .....	47
c) Temperaturas .....	63
Capítulo III — Os solos e as paisagens vegetais .....	75
a) Os principais tipos de solo .....	76
b) Aspectos naturais da vegetação .....	83
c) As conseqüências da intervenção humana .....	87
<i>Segunda parte — As condições históricas</i> .....	93
Capítulo I — O meio histórico .....	95
Capítulo II — O Jogo dos fatores econômicos .....	107
Capítulo III — A psicologia "bandeirante" .....	121

### LIVRO II A MARCHA PIONEIRA

<i>Primeira parte — Os homens</i> .....	127
Capítulo I — Os precursores .....	129
a) Os índios .....	129
a) Os mineiros .....	133

Capítulo II — Os pioneiros .....	139
a) Os líderes da marcha pioneira .....	139
b) A massa dos pioneiros .....	147
c) Colonato e colonização .....	155
<i>Segunda parte — As etapas da marcha pioneira .....</i>	<i>165</i>
Capítulo I — A franja pioneira em 1900-1905 .....	167
a) Situação do café .....	167
b) Localização dos imigrantes .....	172
c) As estradas de ferro .....	174
d) A nova paisagem .....	176
Capítulo II — A franja pioneira em 1929 .....	181
a) As novas tendências .....	181
b) Situação do café .....	184
c) Migrações internas e localização dos imigrantes .....	192
d) Evolução dos meios de comunicação .....	195
e) Fazendas e sítios .....	201
Capítulo III — Direções atuais da franja pioneira .....	205

### LIVRO III O MUNDO PIONEIRO ATUAL

Capítulo I — A terra antes do desbravamento: os planos de colonização .....	211
a) As fazendas .....	215
b) Os loteamentos .....	221
Capítulo II — O desbravamento e a exploração da floresta .....	243
Capítulo III — Plantações e pastagens .....	249
a) As culturas de subsistência .....	249
b) As plantações de café .....	254
c) O algodão e seus modestos cultivadores .....	279
d) As pastagens .....	302
Capítulo IV — A situação sanitária no mundo pioneiro .....	323
a) A malária .....	323
b) As moléstias ligadas aos gêneros de vida .....	327
c) Estado sanitário e demografia .....	331
Capítulo V — As cidades da franja pioneira .....	337
a) Os pequenos patrimônios .....	338
b) As cidades dos planaltos, fatores de crescimento .....	341
c) As cidades dos planaltos, evolução funcional e morfológica .....	358
Capítulo VI — Regiões ou redes de comunicação .....	375
Conclusão .....	389

## ÍNDICE DAS FIGURAS

1. Povoamento e ferrovias do Estado de São Paulo e do Norte do Paraná por volta de 1872 .....	26
2. Povoamento e Ferrovias do Estado de São Paulo e do norte do Paraná em 1946 .....	28
3. Carta geológica dos planaltos ocidentais do Estado de São Paulo e norte do Paraná .....	37
4. O relevo da franja pioneira paulista .....	42
5. Regimes pluviométricos sazonais .....	50
6. Precipitação mensal em Londrina .....	56
7. Regimes térmicos da faixa pioneira .....	66
8. Solos da zona pioneira paulista .....	77
9. A vegetação da frente pioneira paulista .....	85
10. Produção e preço do café de 1880 a 1946 .....	110
11. A penetração dos Mineiros no século XIX .....	134
12. A imigração no Estado de São Paulo de 1870 a 1940 .....	149
13. Origem dos Imigrantes .....	153
14. Cultura do café e estradas de ferro, no início do século XX ..	169
15. Localização dos imigrantes que passavam pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, no período 1898-1902 .....	173
16. Cultura do café e vias férreas às vésperas da crise de 1929 ...	186
17. Rendimentos do café no Estado de São Paulo, no período 1912-1918 .....	189
18. Rendimentos do café no Estado de São Paulo durante o período 1926-27 a 1930-31 .....	190
19. Localização dos imigrantes que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, no período de 1926 a 1930 ...	194
20. A concorrência rodoviária entre as redes ferroviárias da Noroeste, Paulista e Sorocabana, na altura de 1929 .....	200

21. Limites de glebas e de fazendas da Alta Araraquarense . . . .	217
22. A fragmentação progressiva dos municípios de Araçatuba e Monte Aprazível (1935-1945) . . . . .	218
23. Limites de propriedades não desbravados no Estado do Paraná, fronteira com São Paulo . . . . .	218
24. Loteamento japonês em Bastos (São Paulo) . . . . .	219
25. O traçado dos lotes na fazenda Tietê, município de Pereira Barreto (São Paulo) . . . . .	220
26. Loteamento da fazenda das Antas (norte do Paraná) . . . . .	231
27. Loteamento da Companhia de Terras do Norte do Paraná, em Marialva . . . . .	234
28. Rendimentos do café durante o período 1934-35 a 1939-40 .	256
29. Ensaio de carta agrícola da franja pioneira paulista em 1946	263
30. Paisagem de sítios de café no vale do Ribeirão do Emo, perto de Arapongas (Paraná), 1946 . . . . .	268
31. Planta de um sítio em fase de instalação (Arapongas, n. Paraná, 1946) . . . . .	269
32. Compras de sementes de algodão (por municípios) da franja pioneira do Estado de São Paulo, 1945 . . . . .	281
33. Superfícies semeadas com algodão pelos japoneses, por municípios, na franja pioneira do Estado de São Paulo, em 1945 . . . . .	290
34. Criação de bovinos nos planaltos de São Paulo, em 1945 . . .	308
35. A marcha para oeste dos principais focos de leishmaniose, de acordo com S. Pessoa . . . . .	328
36. Carta das cidades das ferrovias e principais rodovias da franja pioneira em 1946 . . . . .	339
37. Plano do patrimônio de Pirapozinho . . . . .	340
38. Plano de Pompéia, grande povoação da Alta Paulista . . . . .	343
39. Patrimônios que formaram Marília . . . . .	345
40. Planta de Marília, segundo uma publicação local . . . . .	362
41. Planta funcional de Marília . . . . .	369
42. Repartição dos estrangeiros nos municípios pioneiros de São Paulo, segundo o recenseamento de 1934 . . . . .	377
43. Planta de casa simples . . . . .	381
44. Casa de pequeno proprietário relativamente abonado e chefe de um grande família . . . . .	383
45. Construções de uma exploração médica . . . . .	383

## ÍNDICE DAS FOTOGRAFIAS

### PRANCHA I

Um aspecto dos espigões. A pequena cidade de Andradina.

*Foto IBGE*

Os saltos do Tietê em Itapura.

*Foto Ary França*

Os espigões basálticos, na região das nascentes do rio Pirapó (Paraná)

### PRANCHA II

Decomposição do basalto. Fazenda Tietê, em Pereira Barreto.

Corte para a construção da estrada de ferro, nos arenitos Bauru com cimento calcário, perto de Votuporanga.

### PRANCHA III

Vestígios da mata de terra roxa, com samambaias e palmeiras

*Euterpe edulis*, perto de Mandaguari (Paraná).

Figueira-branca, padrão de solo bom. Fazenda América, Assis.

A araucária na grande floresta, entre Arapongas e Sabáudias (Paraná).

### PRANCHA IV

O traçado das parcelas em Arpad.

*Foto IBGE*

### PRANCHA V

Sítios de café e criação de gado, em Borboleta.

*Foto IBGE*

Sítios de café, perto de Santo Anastácio.

*Foto IBGE*

#### PRANCHA VI

Sítio sendo desbravado (floresta do norte do Paraná).  
Vale do rio São José dos Dourados.  
O milho, cultura de subsistência do pioneiro, plantado em uma derrubada recente (entre Apucarana e Mandaguari).

#### PRANCHA VII

Pioneiros italianos trabalhando na colheita do arroz, na região de Votuporanga.  
Formação de uma grande plantação, perto de Votuporanga.  
Uso do solo em um sítio. Ribeirão do Emo, em Arapongas, norte do Paraná.

#### PRANCHA VIII

Uma grande fazenda moderna, na Noroeste (Lins). *Foto IBGE*  
Fazenda de criação, em Palestina, perto do rio Grande. *Foto IBGE*

#### PRANCHA IX

Algodão plantado depois da derrubada, perto de Votuporanga, em 1940.  
Transporte de água, em plantação de algodão. Região de Monte Aprazível.

#### PRANCHA X

Sabáudia (Paraná) *Foto S. de Almeida*  
Levantamento da cruz e fundação do patrimônio de Votuporanga.  
Zebus no curral de uma fazenda (Assis).

#### PRANCHA XI

Uma cidade de espigão: Pompéia *Foto IBGE*  
Londrina em 1937. *Foto cedida por Mlle Fava*

#### PRANCHA XII

O patrimônio de Pirapozinho. *Foto IBGE*  
Vista geral de São José do Rio Preto. *Foto IBGE*

#### PRANCHA XIII

Marília em 1940:  
Casas de trabalhadores.  
Um bairro residencial.  
Bairro residencial.

#### PRANCHA XIV

Rua principal de Lucélia. Lojas e bares.  
Uma jardineira.  
Casa de trabalhadores de origem alemã, na serraria de Eldorado (Paraná).

#### PRANCHA XV

Tipos de Habitações:  
Pau-a-pique (Alta Araraquarense).  
Pranchas de madeira e palha de arroz (Assis).  
Pequeno sítio de café (município de Penápolis).  
Meeiro "baiano" (José Bonifácio).

*A minha mulher*

## APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO FRANCESA

Para a Fundação Nacional das Ciências Políticas, é uma honra oferecer aos leitores dos seus "Cahiers" o livro do Sr. Pierre Monbeig: *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Apresentado à Sorbonne, como tese para o doutoramento em Letras, essa obra, ainda antes de impressa, se impôs como um dos mais assinalados trabalhos de Geografia, realizados nestes últimos anos. Obteve, em 1950, o prêmio de tese da Fundação.

Preparada quando o autor exercia as funções de professor na Universidade de São Paulo, constitui essa obra muito significativo testemunho das relações intelectuais existentes entre o Brasil e a França. Quando da sua criação, recorreu a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, para inaugurar seus cursos, a certo número de professores estrangeiros, por entre os quais nossos compatriotas desempenharam papel particularmente brilhante e fecundo. Vários sábios franceses, e em particular alguns dos mais eminentes geógrafos de nosso país, assim puderam introduzir no Brasil os princípios do nosso ensino e da nossa pesquisa, simultaneamente adquirindo melhor conhecimento desse grande país. O trabalho do Sr. Monbeig é prova desse mútuo enriquecimento.

Atravessa hoje a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo desenvolvimento muito brilhante, que notadamente se afirma no domínio da Geografia. Amplas investigações de campo, sólidas coleções de obras, uma excelente revista, importante conjunto de mapas, são os índices mais evidentes dessa vitalidade dos estudos geográficos de São Paulo, hoje levados a cabo por elementos exclusivamente brasileiros.

Ao editar o livro do Sr. Monbeig, rejubila-se a Fundação por contribuir de sua parte, para o fortalecimento dos laços culturais franco-brasileiros. E aproveita a ocasião para dirigir o seu vivo agradecimento à Faculdade de Filosofia de São Paulo, que não lhe regateou seu concurso, em vista da publicação desta obra.



## PREFÁCIO

No limiar deste estudo de geografia humana, não surpreenderá que eu timbre em prestar respeitosa homenagem à memória de dois mestres desaparecidos, Albert Demangeon e Henri Hauser. Com efeito, foi o saudoso professor de História Econômica da Sorbonne que indicou meu nome ao incansável animador das relações universitárias franco-brasileiras, o Professor Georges Dumas, quando o Governo do Estado de São Paulo lhe pediu que escolhesse um grupo de professores franceses para sua jovem Universidade. Durante um período que passou no Brasil, Henri Hauser tivera a extrema bondade de se interessar por meus trabalhos e me incitar a escolher, dentre eles, um tema para tese. Em fins de 1937, Albert Demangeon aceitava o tema que eu lhe propunha: "As zonas pioneiras de São Paulo". Um ano mais tarde, aprovava ele o plano que eu lhe submetia. Não poderei exprimir toda a minha gratidão a esses mestres, cujas lições e conselhos muito cedo me faltaram.

Em 1947, o Decano André Cholley consentiu em acrescentar às suas múltiplas ocupações o encargo de diretor da minha tese. Particularmente preciosas me foram sua benevolência e suas críticas. Rogo-lhe tenha a boa vontade de aqui encontrar a expressão do meu muito vivo reconhecimento.

Não poderia eu deixar de exprimir minha gratidão a E. de Martonne, que não cessou de acompanhar, com extrema bondade, meu magistério na Universidade de São Paulo, bem como o prosseguimento desta obra. Generosa acolhida e opiniões particularmente preciosas encontrei sempre junto a Lucien Febvre, a quem me sinto feliz em agradecer. Extremamente proveitosa me foram as longas conversações com meu colega F. Braudel, cujo nome posso citar, graças à nossa amizade, nascida no Brasil.

Não foram inúteis tantos encorajamentos para a tentativa de levar a cabo este estudo. Está longe de ser fácil o trabalho do geógrafo, nas zonas pioneiras do Brasil. Sem desprezar as dificuldades materiais, a grande distância entre a cidade de São Paulo e as regiões novas, as deficiências da circulação, a impossibilidade de viajar durante a estação das chuvas que corresponde à das férias universitárias, há outras que não enfrentam no mesmo grau os geógrafos acostumados a trabalhos nos países velhos.

A começar pela falta de boa documentação cartográfica. Muito insuficiente é a carta internacional do mundo, folha do Paranapanema, apenas melhorada na edição de 1935 da American Geographical Society: nela é incompleta, quando não errônea, a representação do relevo, e a carta se torna quase inútil para qualquer estudo do povoamento. Para completá-la, dispõe-se das publicações do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, postas amavelmente à nossa disposição pelo seu diretor Valdemar Lefevre: carta geológica de 1:1.000.000, que remonta a 1929; carta hipsométrica na mesma escala, que só apareceu em 1943, e "carta geral". Desde um decreto-lei de 1938, o Conselho Nacional de Geografia dirige a publicação de cartas municipais de 1:100.000, interessantes mas incompletas. Para o Estado do Paraná, além dessas cartas recentes, só se dispõe de duas cartas de 1:750.000, que são de 1925 e 1935. As plantas de fazendas, de loteamentos, e de cidades preenchem parcialmente tais lacunas.

Aparentemente são mais completas as fontes estatísticas. No Departamento Estadual de Estatística, o Diretor Djalma Forjaz e a Srta. Helena Penteado nos deram liberalmente acesso à sua documentação, como também o fizeram diferentes serviços da Secretaria de Agricultura. Todavia, raramente repousa em bases incontestáveis esse aparelho numérico. Nos municípios, o pessoal encarregado de recolher o material de base, em regra é destituído das qualidades desejáveis para esse delicado trabalho. Quando se examinam os dados fornecidos pelos distritos agrícolas, logo se constata um esforço sistemático, no sentido de harmonizar as cifras entre municípios vizinhos. Um recenseamento efetuado em 1934 foi só parcialmente publicado, pois pareceu mais avisado deixá-lo dormindo. Em 1940, procedeu-se no Brasil a um vasto recenseamento decenal, com apurações demográficas, econômicas e sociais. Infelizmente, efetua-se muito devagar a publicação dos resultados. No conjunto pude apenas utilizar dados fragmentários, freqüentemente duvidosos. Entretanto, não podiam ser de todo rejeitados, pois a experiência indica que eles pelo menos fornecem uma ordem de grandeza. Deve ainda assinalar-se outra dificuldade: a instabilidade das circunscrições administrativas. Até os últimos anos, podiam as autoridades do Estado criar, suprimir, fundir à vontade os municípios e os distritos de paz, que servem de base territorial para a

elaboração das estatísticas. Eram freqüentemente modificados os nomes, tornando-se muito difícil, entre dois recenseamentos, proceder a comparações. Poder-se-ia, sem dúvida, agrupar vários municípios atuais, a fim de reconstituir o antepassado de que provieram, mas então se obteriam unidades territoriais que cobrem superfícies excessivamente grandes e despidas de qualquer significação geográfica.

Nada disso pode surpreender em regiões cujo povoamento está em curso. Mudanças administrativas, incertezas estatísticas, vazios cartográficos, eis outras tantas conseqüências de um estado de coisas que, a cada dia, se modifica.<sup>1</sup> Tão rápidas são as transformações que tudo que se pode escrever a respeito entra logo na história. Por isso, foi o próprio movimento que eu tentei descrever e explicar; não era possível elaborar uma monografia regional, por isso procurei compor o estudo de um sociedade em movimento, de preferência a um estudo de gêneros de vida.

Tão preciosa por sua eficácia, como tocante por sua gentileza, foi a ajuda que me prestaram os paulistas. Muito agradável para mim é o dever que cumpro, ao agradecer a todos que me acolheram e me facilitaram o trabalho: fazendeiros, administradores de loteamentos, agrônomos, médicos, industriais, prefeitos municipais. Por entre aqueles cuja colaboração me foi particularmente útil, timbro em citar meus alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras<sup>2</sup> da Universidade de São Paulo: suas modestas investigações, suas relações pessoais enriqueceram minha documentação. Devo ainda mais a meus companheiros de trabalho, que freqüentemente participaram de minhas viagens, Nice Lecocq Müller, Maria Conceição Vicente de Carvalho, João Dias da Silveira e Ary França. Com especial agrado, dirijo agora agradecimentos a meus colegas: os professores Samuel B. Pessoa, da Faculdade de Medicina; Otávio Barbosa, da Escola Politécnica; Aroldo de Azevedo, Félix Rawitscher e José Setzer, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Manifesto igualmente minha gratidão a todos os que, por sua inesgotável boa vontade e compreensão lúcida dos problemas, me ajudaram a entender o seu país: Júlio de Mesquita Filho, Rubens Borba de Moraes, Sérgio Milliet, Caio Prado Júnior e Dr. Geraldo H. de Paula Sousa.

Desejo que meus amigos e colaboradores brasileiros aqui encontrem um eco compreensivo de seus trabalhos e de seus problemas. Se

(1) A ortografia dos topônimos é tão mutável como o povoamento. Certo, é ela fixada por decretos ministeriais, mas estes sucedem-se rápido demais para que se possa ter certeza de estar de acordo com o último que apareceu.

(2) Esta hoje se denomina Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. (N. do T.)

essa colaboração franco-brasileira ajudar a tornar conhecida e compreendida uma das regiões mais fascinantes e um dos grupos sociais mais atraentes do Brasil, terei levado a bom termo a tarefa que me confiaram Georges Dumas, Henri Hauser e Albert Demangeon.<sup>3</sup>

(3) Junto aos leitores bem informados escusamo-nos dos erros que encontrem nesta obra, bem como do que não possa deixar de já estar ultrapassado, uma vez que sua redação foi terminada em 1949.

## INTRODUÇÃO

A atividade econômica do Estado de São Paulo, centro vital da economia brasileira, recebe, da existência das zonas novas, seu impulso mais forte. O cultivo de terras há pouco recobertas de matas, a avançada constante dos pioneiros, a abertura de novas fazendas são fatores que agem com raro vigor sobre o conjunto da vida paulista. Toda ela se ressentida do contínuo deslocamento de importante massa da população cuja instabilidade, quatro séculos após o desembarque dos primeiros portugueses, persiste como um dos seus traços fundamentais. Por outro lado, o crescimento dos bairros da capital reflete os impulsos do povoamento em tal ou qual direção; dependem as indústrias das matérias-primas fornecidas pelas regiões pioneiras, assim como da absorção dos seus produtos nos espaços recém-povoados; seus operários provêm das terras cuja decadência, em grande parte, não é senão a consequência da proximidade de vastas áreas intactas. Saindo-se da metrópole paulista e percorrendo-se os territórios de mais longa data conquistados e povoados, neles também se revela a influência das zonas novas, ainda que longínquas: o dono de uma plantação abandonada falava do filho que partiu para abrir uma fazenda, na franja pioneira; o colono, assalariado rural, informado sobre as retribuições pagas nas zonas novas sonha com o pedaço de floresta que possa desbravar. Por toda parte, na cidade como no campo, sente-se que nada se estabiliza, nada é definitivo, e que economia e povoamento se solidarizam com a marcha pioneira, que inexoravelmente arranca rumo ao Oeste, a centenas de quilômetros.

Seria até possível considerar todo o Estado de São Paulo como uma vasta região pioneira. Ao lado dos centros mais antigos ainda se vêem derrubadas de florestas, como nos vales que descem para o litoral, desde a serra de Paranapiacaba, próxima de Santos, de Itanhaém

e de Juquiá, onde se plantam bananais; ou ainda nos flancos da serra da Mantiqueira, perto dos antigos caminhos dos bandeirantes, onde os imigrantes japoneses queimaram a mata, para cultivar legumes e plantar pereiras e macieiras. Incompleta posse do solo que ainda ocorre em centros que foram os maiores produtores de café, há uns trinta anos, como observamos perto de Jaú, onde restam baixas de florestas por abater. Fato importante, pois que testemunhava a pressa com que o povoamento se efetuava. Trata-se, no entanto, de fenômenos isolados, estritamente localizados, alheios ao grande movimento que impelia pioneiros e fazendeiros paulistas até os limites ocidentais do seu Estado e mesmo além, ao norte do vizinho Estado do Paraná. Lá é que se surpreende o movimento pioneiro no seu todo e se avalia quanto ele pode pesar sobre a vida paulista e até sobre a economia brasileira.

Quando, partindo de São Paulo, toma-se um dos trens que levam até as barrancas do rio Paraná, atravessam-se umas após outras, as regiões conquistadas pelo homem. Depois do relevo de morros desmatados, próximos da capital, por exemplo na direção de Campinas, aparecem cafezais abandonados, numa topografia menos acidentada. Ainda mais longe, transposto o escarpamento de basaltos e arenitos, que limita os planaltos ocidentais, a leste, lá onde a ferrovia já não encontra obstáculos, e começa a descer lentamente no rumo do rio Paraná, atravessa-se uma paisagem na qual se alternam pastagens, mirradas plantações de café e lavouras de algodão, cujos solos trazem os sulcos da erosão bem à mostra.

Para encontrar a floresta, cumpria avançar mais. Após uma longa noite de viagem, é que ela verdadeiramente se tornava um elemento da paisagem. Apresenta-se entremeadada de grandes plantações ou de pequenas culturas de algodão, de arroz e de milho. Ao mesmo tempo, muda o aspecto da cidade: percebem-se casas de madeira, cidades de tábuas, que pareciam grandes demais em relação às pequenas estações ferroviárias. E pouco a pouco vão surgindo as derrubadas, com as árvores que juncam o solo, elevando ainda alguns de seus troncos calcinados, acima dos novos cultivos.

Mesmo que fechasse os olhos à paisagem, o viajante não escaparia à impressão de nova zona: seus companheiros se comprazem em citar cifras prestigiosas, que testemunham o surto das cidades atravessadas, a evocar o heróico nascimento delas, ou a narrar os bons negócios que nelas se fizeram, os golpes de especulação bem sucedidos. Noutros vagões, outros viajantes, em andrajos, carregando pobres trouxas e arrastando crianças de olhos fundos, contemplam, atemorizados, essas paisagens estranhas; vêm da Bahia, de Pernambuco, ou do Ceará, atraídos pela fama lendária da região pioneira paulista. Ouvia-se falar português, mas com o zeticismo do japonês ou o sotaque do alemão. Os corredores dos trens ficam abarrotados. Nas estações,

numerosa multidão se comprime sobre as plataformas e as jardineiras com os estribos já apinhados de passageiros esperam a chegada do trem de São Paulo, para conduzir novos recém-chegados até as terras de que esperam mil maravilhas. Tudo é alvoroço, tudo é confusão, tudo é dinamismo. Sempre a mesma impressão, quer se desembarque no término da Araraquarense, quer nas últimas estações paulistas da Noroeste que se embrenham nas terras de criação de Mato Grosso, quer em Tupã, estação final da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que ruma para o rio Paraná, onde também vai dar a Sorocabana, quer em Londrina, a capital do Norte do Paraná.

Atualmente é preciso ir muito longe, para atingir a frente do povoamento. Mas, na sua retaguarda, tudo lembra um passado ainda recente. Espanta-se o europeu, quando ouve chamar de "velha" uma cidade como Ribeirão Preto, que não conta três quartos de século; custa-lhe compreender que "outrora" significa 1910 e mesmo 1920, se o seu interlocutor é um homem moço. Tudo se passa como se este país conhecesse em setenta e cinco anos, um século no máximo, o que se levou milênios para fazer na Europa. E certamente é isso: nascimento e formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, construção duma rede de comunicações, mistura de raças, elaboração de uma mentalidade regional, tal o imenso trabalho que ainda prosseguia, aos nossos olhos.

Em sua forma atual, a "marcha para o Oeste" é essencialmente paulista e continua a sê-lo, mesmo ao penetrar territórios de outros Estados, porque não somente o impulso é dado por São Paulo, como a maior parte dos homens provêm desse Estado e as relações econômicas se fazem sobretudo com São Paulo e Santos. Nem sempre foi assim. Sabe-se que foi a cultura do café que desencadeou essa progressão: ela começou fora de São Paulo, em regiões já povoadas, havia muito tempo, embora as culturas mal as tenham atingido. Frequentemente descreveu-se o itinerário do café, que começou nas partes montanhosas do Estado do Rio de Janeiro, no segundo quartel do século XIX; acompanhou o vale do Paraíba do Sul, penetrando assim nas terras paulistas; depois, na segunda metade do mesmo século, expandiu-se pelo interior de São Paulo.<sup>1</sup> Foi por volta de 1870-1880 que o movimento se intensificou, alcançando os planaltos ocidentais, como vaga que engrossa e, talvez, logo reventará.

Como nos outros países de povoamento recente e onde a conquista do solo ainda está se processando, as cifras aqui assumiam todo o seu valor espetacular.

(1) James (Preston E.), "The Coffee Lands of Southeastern Brazil", *Geographical Review*, vol. 22, 1923, pp. 225-244.

Em 1811, a população do Estado de São Paulo, considerado em seus atuais limites, era de 165.468 habitantes, e em 1836, de 284.012. Dezesesseis anos mais tarde, em 1852, passava a 468.839, depois a 837.354, em 1872. Os recenseamentos federais ulteriores deram as cifras de 1.384.753, em 1890; 2.282.279, em 1900; 4.592.188, em 1920, e 7.239.711, em 1940. Em 31 de dezembro de 1944, uma estimativa feita pelos serviços do Estado avaliava a massa dos paulistas em 7.890.200.<sup>2</sup> Entre a primeira cifra citada e a de 1872, o crescimento foi de 506%; mas entre 1872 e o último recenseamento, atingiu 864,5%. Nas últimas décadas do século XIX, o número de imigrantes desembarcados em Santos, elevava-se a cada ano, ultrapassando a cifra de 100.000, por duas vezes. Tudo indica que o surto demográfico de São Paulo se desenvolve a partir dessa época, amplificando uma tendência que começou a manifestar-se, desde o meado do século.

Não é menos instrutivo considerar os números da produção, e em primeiro lugar, nem é preciso dizer, a do café. Em 1836, São Paulo tinha uma produção cafeeira de 147.034 sacas de 60 kg; em 1854, passava a 883.564, depois a 1.043.112, em 1870. No início do século XX, a produção subia a 7.988.000 sacas, ultrapassava os 15 milhões, em 1906, e alcançava a cifra recorde de 17.982.000 em 1927-1928. Foi sensível a baixa, a partir de então, pois que em 1940 a safra caiu para perto de 10 milhões, baixando até 6.936.000 na colheita de 1943-44.<sup>3</sup> As modificações dos últimos anos levam a pensar numa decadência da cultura cafeeira; a diminuição não é sequer compensada, no plano nacional pelos progressos da produção do Estado do Paraná (111.000 sacas, em 1920-1921, e 1.106.000, em 1937-1938, para retrogradar a 549.000, em 1942-1943); já foi indicado que o surto colonizador paulista transpusera a fronteira, e a maior parte das plantações de café do

(2) Muller (Daniel P.), *São Paulo em 1836*; reedição em 1923 de *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*, São Paulo, 1923, XX-265 pp.

*Sinopse preliminar dos resultados demográficos segundo as unidades da Federação e os Municípios. Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1º de Setembro 1940.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comissão Censitária Nacional, Rio de Janeiro, 1941, 43 pp.

*Boletim Estadual de Estatística*, São Paulo, n.º 2, 2º trimestre, 1945, pp. 133-135.

(3) Para esses dados, ver Muller, obra citada; Milliet (Sérgio), *Roseiro do café e outros ensaios*, 3ª ed., coleção do Departamento de Cultura, vol. XXV, São Paulo, 1941, 211 pp., mapas e gráficos; Simonsen (Roberto), "Aspectos da história econômica do café", *Rev. do Arquivo*, n.º LXV, São Paulo, 1935, 51 pp.; *Brasil 1940-1941*, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 481 pp., p. 228 e ss.; *Anuario estatístico do Brasil*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1946, 547 pp., pp. 62-64.

São sensíveis as diferenças entre os dados dos diferentes autores; Taunay, na sua monumental *História do café no Brasil*, não fornece dados contínuos referentes à produção paulista.

Paraná se encontra na região que despertou sob o impulso provindo de São Paulo. Mesmo levando-se em conta o Paraná, o retrocesso da produção cafeeira é indiscutível. Outras culturas, porém, ou conheceram novo sucesso ou entraram em cena. Em primeiro lugar, coloca-se o algodão, outrora insignificante, mas que assumiu a liderança da economia paulista, ao lado do café, passando de uma produção de quatro milhões e meio de quilos, em 1929, a 275 milhões, em 1940.<sup>4</sup> Tais cifras, recordemo-lo, aplicam-se a todo o Estado de São Paulo e não somente às suas regiões pioneiras. Deixando para mais adiante a questão das relações precisas entre a evolução econômica no seu todo e as transformações das zonas novas, contentemo-nos em reter o que essas estatísticas oferecem de mais visível: que tal crescimento da produção só foi possível com uma vasta extensão das culturas, portanto, com uma considerável conquista do solo. E notemos também que a reviravolta decisiva parece com efeito datar de 1870 a 1890. A significação das cifras será ainda mais clara e melhor se poderá aquilatar o seu valor, verificando nos mapas o caminho percorrido pelo povoamento paulista.

Por volta de 1870, a população paulista estava firmemente instalada no litoral, nas altas terras tropicais do vale do Paraíba e também na depressão, entremeada de manchas de terra roxa e que se estende entre o planalto atlântico e o escarpamento oriental dos planaltos do Oeste. Em seu conjunto, esboça-se o povoamento do século XVIII, quando as minas de Goiás, do Mato Grosso e do Paraná tinham suscitado as Bandeiras dos paulistas. Ao longo das estradas, haviam-se fixado os pousos, núcleos de povoamento e pontos de partida da ocupação agrícola do solo. Daí provém a disposição quase em linhas retas das principais aglomerações, seja no caminho de Goiás, seja até Porto Feliz, sobre o Tietê, onde se embarcava para demandar Cuiabá, seja na estrada de Curitiba. Quando se intensificou a cultura da cana-de-açúcar e começaram as plantações de café, na depressão periférica, desenvolveram-se fazendas isoladas e aglomerações satélites, à sombra dos velhos pousos, então promovidos à categoria de centros regionais. Os progressos podem ser avaliados, mediante a comparação do número de municípios em 1836 e em 1872: contra uma quinzena, na data mais antiga, contam-se 40, em 1872, traduzindo tal fragmentação administrativa o aumento da população. Entretanto, a conquista do solo não ultrapassava muito as regiões conhecidas, havia muito tempo; por volta

(4) Dados extraídos de Dantas (Garibaldi), *O algodão em São Paulo*, 1935, 51 pp.; *Brasil 1940-1941*, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 481 pp., p. 228 e ss.; *Anuario estatístico do Brasil*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1946, 547 pp., pp. 62-64.

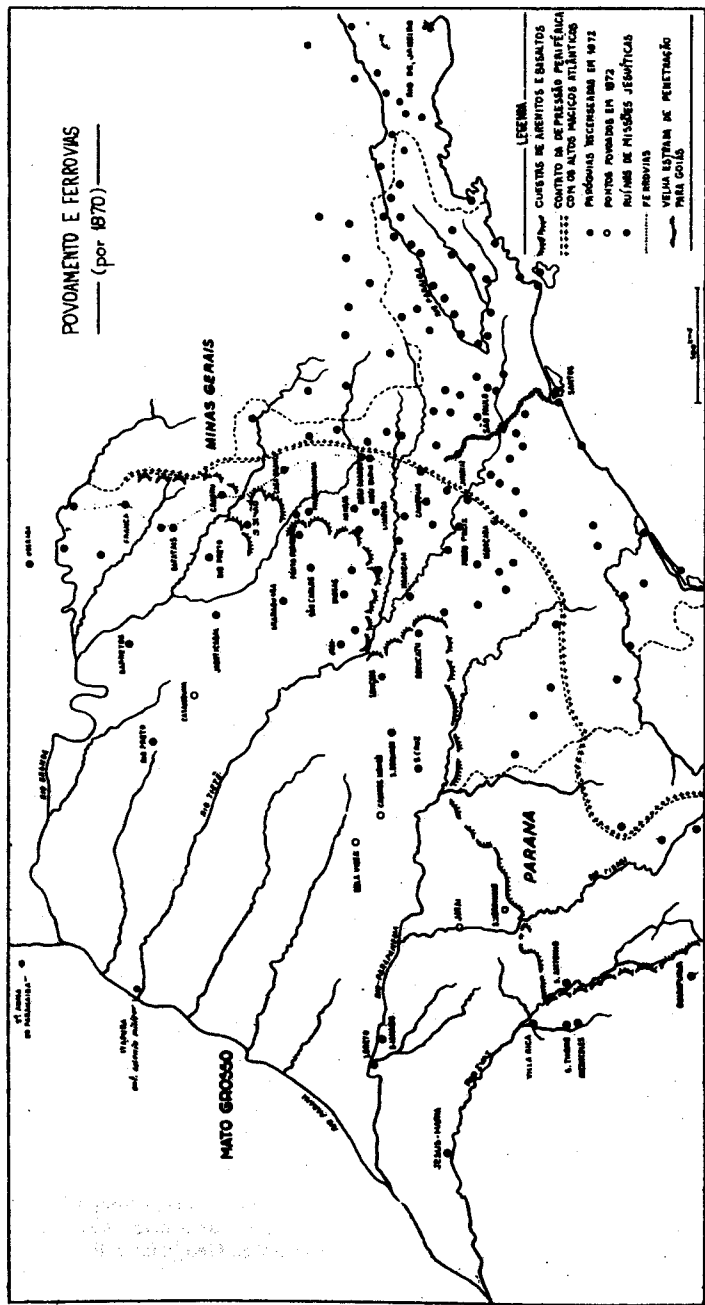


Fig. 1. Povoamento e ferrovias do Estado de São Paulo e do Norte do Paraná por volta de 1872. Mapa traçado à luz do recenseamento imperial de 1872. Escala 1:6.000.000.

de 1870, não se verificava mais que uma espécie de ampliação do povoamento e das superfícies cultivadas, no centro e no leste da depressão periférica. E, todavia, o mapa indica que já então novas tendências se manifestavam: o povoamento começava a tomar pé, no reverso das *cuestas*. Botucatu, Lençóis, Jaú, Brotas, São Carlos, Araraquara, Jabuticabal bem denotam essa tendência. Espaçam-se as manchas de povoamento, mais para diante dessas cabeças de municípios, cuja criação era recente. Algumas dessas manchas indicam um movimento de penetração, que partiu de Botucatu e de Lençóis, no rumo do rio Paranapanema, com Campos Novos e Bela Vista. Outras balizam a via de penetração tradicional: o Tietê; um terceiro grupo finalmente, se dirigia para o rio Grande, com Catanduva e São José do Rio Preto. Eram manchas de povoamento pioneiro, em pontos extremos de vanguarda. Mas, também não passam de pequenos grupos muito isolados; só muito raramente, seus habitantes faziam a longa viagem para Lençóis, Porto Feliz e Araraquara. Esses poucos moradores dos planaltos ocidentais não se ligavam ao movimento de conjunto, que se manifestava na depressão, havia trinta anos. E o mesmo acontecia no norte do Estado do Paraná, onde vegetava uma colônia militar em Jataí, na margem direita do rio Ivaí. O governo da Província do Paraná cuidara de implantar uma estrada em direção dos rios Paranapanema e Paraná, para atrair o comércio de Mato Grosso. Os ingleses tinham pensado em construir uma ferrovia na mesma direção, e um dos engenheiros, encarregados dos trabalhos de reconhecimento, Bigg Withers, deixou interessante descrição da região; em 1874, lá não encontrou senão caboclos completamente perdidos, tão à margem do movimento de colonização de Curitiba, quanto seus irmãos paulistas de Campos Novos e Rio Preto o podiam estar do povoamento econômico de Limeira e São Carlos.

Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes. O sertão ocidental escapava completamente à economia da Província. No entanto, os fazendeiros não o ignoravam inteiramente. Começavam eles a ter contato com esses domínios um pouco misteriosos, que envolviam as narrativas legendárias dos bandeirantes. Pensavam em levar as futuras ferrovias a essas paragens longínquas. Enquanto esperavam, precisavam transportar, em tropas no dorso de mulas ou em carros de boi, toda sua colheita de café ou sua produção de açúcar até Jundiá, ponto terminal da estrada de ferro de Santos, a 60 quilômetros de São Paulo. É fácil medir o caminho percorrido, há setenta anos. Nesses planaltos, onde os nomes dos lugares habitados, marcados nos mapas, podiam contar-se pelos dedos da mão, o povoamento recobriu quase tudo. Não se cogita mais de índios, não há mais

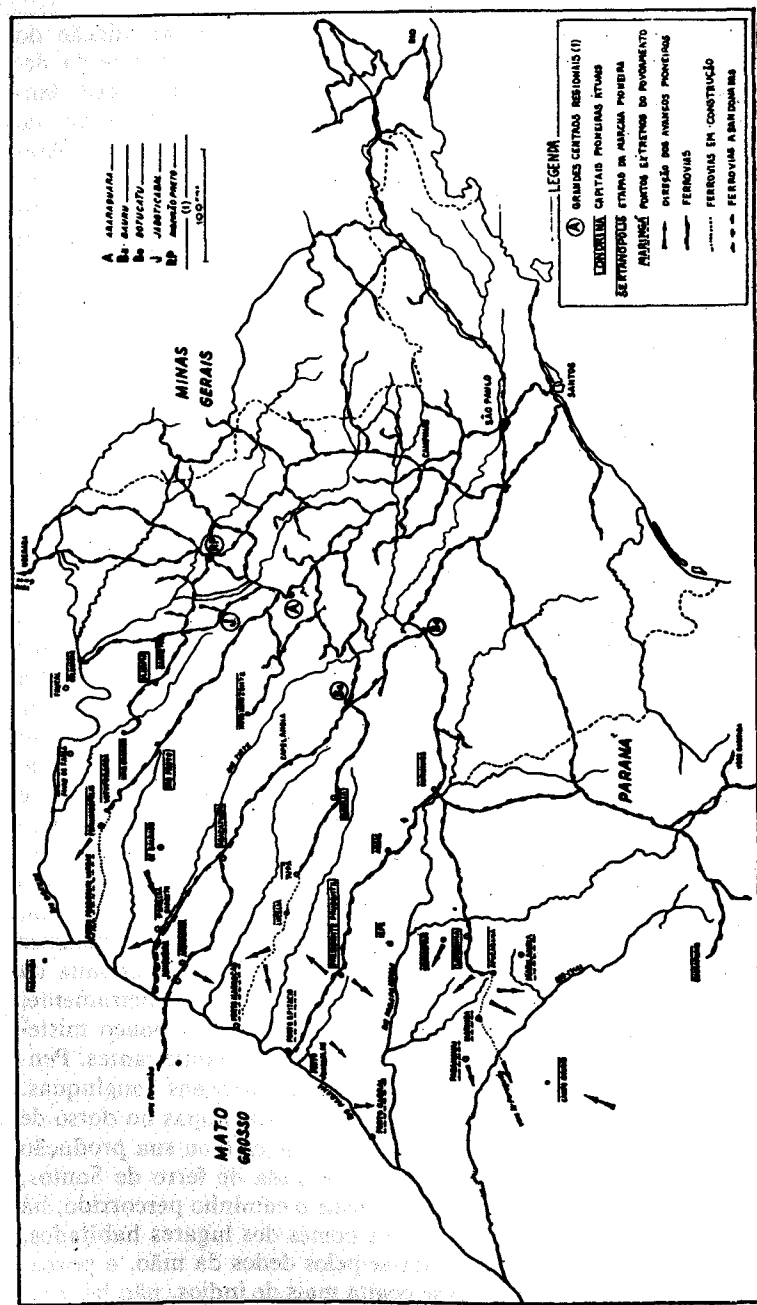


Fig. 2. Povoamento e Ferrovias do Estado de São Paulo e do norte do Paraná em 1946. Escala 1:6.000.000.

sertão, a não ser no norte do Paraná. Restam ainda blocos florestais, que esperavam pelo machado do lenhador e a queimada do desbravador; podem esses blocos ser vistos entre os leitos das estradas de ferro, que avançam até as proximidades do rio Grande ou do rio Paraná, atingindo-os às vezes e até atravessando-os. A margem esquerda do Paraná, na extensão em que o rio separa São Paulo do Mato Grosso, conservava ainda quase intacto seu revestimento florestal, mas o ataque do homem que avançava do leste, tende a reduzir cada vez mais a massa da vegetação tropical a uma espécie de floresta galeria. No Paraná, a oeste da ferrovia que parte de Ourinhos e atinge Apucarana, resta ainda grande extensão de matas por onde o povoamento se propaga incessantemente, do mesmo modo que no largo vale do Ivaí. Mas lá se trata de florestas agora conhecidas, onde as estradas penetram, onde as propriedades eram delimitadas e partes das quais começavam a ser vendidas. Nada de comparável com o sertão do século XIX, pois os planaltos ocidentais de São Paulo e os do norte do Paraná estavam integrados na economia brasileira.

Ora, essa penetração nas terras a oeste do Paranapanema revela uma modificação no andamento geral da progressão paulista. Até por 1920, ela tinha sido perfeitamente fiel às linhas do relevo. Avançando em cada um dos planaltos que dividem os vales dos afluentes dos rios Grande-Paraná, os desbravadores tinham progredido para o rio que forma a fronteira noroeste de São Paulo. Na outra margem do rio, no Mato Grosso, as condições geográficas mudam totalmente: à floresta tropical dos planaltos paulistas e paranaenses, sucedem-se os *campos* e os *cerrados*; o domínio da pecuária substitui as terras de cultura. Quando os plantadores viram que se estreitava o espaço livre entre a frente pioneira e a linha rio Grande-Paraná, tomaram outra direção, não mais a de noroeste; em vez de caminhar paralelamente aos rios, prosseguiram eles perpendicularmente, transpondo o Paranapanema, em seguida o Tibaji, e até o Ivaí.

Todavia, essa inflexão da marcha pioneira não significa que os paulistas se desinteressassem dos campos do Mato Grosso, dos do Triângulo Mineiro, nem mesmo do sul e do centro de Goiás. As relações econômicas dessas diversas regiões se faziam em grande parte com São Paulo: nelas se registrava um progresso do povoamento e uma extensão das terras de cultura e de criação de gado, que procedem diretamente da influência paulista. Mas, à diferença do que se constata no norte do Paraná, trata-se muito mais de relações econômicas que de um povoamento especificamente paulista. Não que alguns elementos, provindos de São Paulo, não possuam rebanhos até no pantanal do Paraguai ou cafeeiros em Goiás, porém são minoria, em face dos pioneiros oriundos dessas próprias regiões, ou então procedentes de Minas Gerais e, mais ainda, da Bahia. Ali, a onda paulista encontra-se com outras e, como

no tempo da colonização portuguesa, o Brasil Central continua o ponto de encontro das influências paulistas e baianas.

Parece-nos preferível, nesta obra, ater-nos ao movimento pioneiro paulista propriamente dito. Pois que não somente ele se reveste de sua unidade própria, que repousa antes de mais nada na homogeneidade de uma população marcada pelos hábitos e pelo espírito paulista, mas também porque se desenrola num quadro em que se pode reconhecer uma certa unidade geográfica. Ao clima tropical acentuado do Brasil Central, sucede um clima tropical atenuado. Aos campos do Mato Grosso, aos solos freqüentemente desnudos de Goiás, opõem-se os planaltos sedimentares, cobertos de matas. Nesse quadro geográfico, é que nos propomos a estudar a arrancada dos homens de São Paulo.

LIVRO I

## CONDIÇÕES NATURAIS E HISTÓRICAS



PRIMEIRA PARTE

## AS CONDIÇÕES NATURAIS

No Brasil, como na maior parte dos países da zona intertropical, as mesmas características geográficas são encontradas em grandes extensões. As mesmas rochas, os mesmos solos e as mesmas formas topográficas estendem-se por centenas de quilômetros. Uma unidade climática regional pode ter as dimensões da França e só o avião, com a velocidade de que é capaz, pode desfazer a impressão de que não se viu uma só paisagem durante todo um dia de viagem. Ao invés da variedade a que está habituado, o europeu descobre espaços intermináveis, cuja uniformidade é o traço dominante.

Os raros pontos de contato entre as grandes unidades regionais assumem valor singular, pois a proximidade de características geográficas diferentes lhe confere originalidade marcante no conjunto. É isso o que se observa na altura do Trópico de Capricórnio, a leste do rio Paraná, onde as elevações do planalto Atlântico não desaparecem, mas são menos extensas.

Os monótonos planaltos do Brasil Central são, de certa forma, substituídos pelos do Brasil Meridional, cuja diferença reside aqui na natureza das rochas. Quanto aos tipos climáticos, o mesmo fato se observa: o ritmo do clima no Brasil Meridional, caracterizado por uma distribuição sazonal das chuvas relativamente equilibrada, passa, na zona tropical paulista, à alternância estação seca/estação úmida, típica do Brasil Central. Ao mesmo tempo, enquanto a floresta tropical ocupa a maior parte do espaço, os campos dos Estados meridionais, assim como os cerrados de Goiás e Mato Grosso, não são desconhecidos.

Zona de contato e de transição, eis como aparece São Paulo quando colocado no conjunto geográfico brasileiro. Os mesmos traços encontram-se no oeste do Estado de São Paulo e no norte do Paraná, ao longo do Trópico de Capricórnio. O quadro geográfico em que se

desenvolve o avanço do povoamento paulista está ligado, ao mesmo tempo, às amplas unidades regionais do Brasil Central e do Brasil Meridional. Passaremos a examiná-lo sob os aspectos do relevo, do clima e da vegetação.

## CAPÍTULO I O RELEVO

A área de planaltos das zonas pioneiras paulistas é uma parcela das chapadas brasileiras, cujos limites e importância, do Rio Grande do Sul até a Amazônia, foram recentemente ressaltados por De Martonne.<sup>1</sup> Ao sul do rio Grande (limite entre São Paulo e Minas Gerais), esses planaltos são nitidamente limitados, a leste, pela escarpa ou *cuesta* da serra de Botucatu e serra Geral. Para oeste, eles se inclinam na direção do rio Paraná. Além desse rio, que atualmente limita a marcha para oeste, eles se elevam, até atingirem uma outra escarpa de erosão, a cavaleiro do vale do Paraguai.

Apesar da sua amplitude, a *cuesta* oriental não constitui obstáculo sério ao avanço do povoamento, principalmente no território paulista. Essa escarpa é formada por camadas de arenito do período Triássico e por lençóis de basalto do Rético. Tal estrutura contribuiu para pôr em evidência os patamares do relevo, os quais, ao mesmo tempo que facilitaram a passagem, concorreram para fixar o povoamento. Nos seus extremos setentrionais, a escarpa da *cuesta* de Botucatu (seu nome local é variado) ramifica-se nas imediações de Araraquara e, ainda mais, nas proximidades de Ribeirão Preto, atingindo 1.200 metros de altitude junto a Pedregulho. No entanto, sua altura relativa diminui, como já observara De Martonne.<sup>2</sup> É aí que passa o caminho tradicional de São Paulo ao Triângulo Mineiro e às minas de Goiás.

(1) De Martonne (Emmanuel), "Géographie zonale, la zone tropicale", *Annales de Géographie*, 55<sup>e</sup> année, n° 297, janvier-mars 1946, pp. 1-18. Ver p. 11.

(2) De Martonne (Emmanuel), "Problèmes morphologiques du Brésil tropical atlantique", *Annales de Géographie*, 49<sup>e</sup> année, n° 277, janvier-mars 1940, pp. 1-27. Ver p. 22.

A velha trilha não se interrompeu. Os roteiros dos bandeirantes seriam seguidos por Saint-Hilaire, que os encontraria ainda com certa animação; depois seriam retomados pela estrada de ferro e pela rodovia. Seria ainda por essa passagem que os fazendeiros desencadeariam a marcha para a conquista do planalto ocidental.

Ao sul do rio Pardo o acidentado do relevo assume toda a sua majestade e podem ser vistos no horizonte a escarpa vigorosa que se destaca sobre as colinas e os amplos vales da Depressão Periférica. Aquela muralha sinuosa, acompanhada por patamares de erosão e balizada por morros residuais, tem aberturas. Os grandes rios, como o Tietê e o Paranapanema entalharam-na através de passagens heróicas, por meio de amplas aberturas do tipo *percée* conseqüente. Essa circunstância favorável foi muito cedo valorizada pelos paulistas que, desde o século XVII, desciam o Tietê até o rio Paraná, partindo de Porto Feliz.

No Estado do Paraná, a escarpa da serra Geral mantém-se quase sempre acima de 1.000 metros, sendo mais acentuado o desnível da *cuesta* com relação à superfície do planalto que se desenvolve aos seus pés. O Tibaji, o Ivaí e o Iguaçu também abriram corredores profundos, mas as calhas fluviais não foram valorizadas como vias de passagem; isso porque o povoamento colonial paranaense, que havia apenas "arranhado" o alto planalto cristalino, foi barrado pela primeira linha de escarpas dos bordos da área Devoniana e não se lançou à conquista dos planaltos ocidentais.

#### A) AS ROCHAS

A escarpa não é, no seu conjunto, um obstáculo à penetração. Uma vez transposta essa dificuldade, quais as condições que o relevo oferece ao povoamento? Ora, ele apresenta-se de maneira idêntica, tanto nos 500 quilômetros que separam os rios Ivaí e Grande, como nos 400 que se estendem de Botucatu ao rio Paraná. Durante a Era Secundária, os derrames de basalto alternaram-se com as fases de sedimentação, sob o clima desértico de que se originou o arenito Botucatu. Trata-se de uma rocha de cor avermelhada, de muito fraca resistência e que se decompõe facilmente em areias estéreis.<sup>3</sup> Em conseqüência da inclinação geral do terreno na direção do rio Paraná, que é

(3) Oliveira (Avelino Inácio), Leonardos (Othon Henry), *Geologia do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1943, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 782 pp. Encontrar-se-á o essencial nas publicações do geólogo brasileiro Luís Flores de Moraes Rego, *Notas sobre a geomorfologia de São Paulo e sua genesis*, São Paulo, 1932, 28 pp.; "A geologia do Estado de São Paulo", separata do *Boletim D.E.R.* (Departa-



Fig. 3. Carta geológica dos planaltos ocidentais do Estado de São Paulo e norte do Paraná (segundo a carta geológica publicada pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo e *Geologia do Brasil*, de Oliveira e Leonardos).

determinada pelo embasamento cristalino, o arenito Botucatu só aparece na frente da *cuesta* e por vezes no seu reverso, isso quando ela se apresenta desmantelada, e ainda nas proximidades do rio Paraná, no fundo dos vales inferiores dos seus afluentes. Os derrames de basalto, ou *trapps*, pela extensão e espessura com que se apresentam, justificam a expressão "campo de lava da bacia do Paraná", utilizada por Baker.<sup>4</sup> À declividade geral para oeste, acrescenta-se uma inclinação que se estende do Estado do Paraná em direção aos rios Paranapanema e do Peixe, seguida daí para o norte por uma progressiva elevação.

A carta geológica põe em evidência a grande extensão do *trapp* no Paraná e sua redução no Estado de São Paulo. No Paraná ele pode ser encontrado formando uma massa compacta, à distância de apenas 50 quilômetros do rio Paraná e em altitudes de 700 a 850 metros. No Estado de São Paulo, não se trata mais de campos de lava, pois os

mento de Estradas de Rodagem), São Paulo, s.d. (1942), 153 pp.; "O sistema de Santa Catharina em São Paulo", *Anuario da Escola Polytechnica para o ano 1936*, São Paulo, 88 pp.

(4) Baker, "The Lava Fields of the Parana Basin", *Journ. of Geol.*, 1923, pp. 66-79.

basaltos distribuem-se em "manchas" acima da *cuesta* e não aparecem mais, a não ser na margem do grande rio ou, a exemplo do arenito Botucatu, no curso inferior dos seus afluentes. Eventualmente, podem também aparecer em pontos de maior elevação, nos vales. É necessário considerar, no caso, a irregularidade das expansões das lavas e, provavelmente, também as ondulações da superfície estrutural correspondente à camada superior dos *trapps*.

Os *trapps* do Paraná são a verdadeira ossatura dos planaltos ocidentais. Sua dureza justifica o nome popular de "pedra-ferro", em contraste com a fragilidade dos depósitos de que se originariam, posteriormente, os arenitos. Estes formaram-se em camadas sucessivas, durante todo o resto da Era Secundária. As cartas geológicas distinguem os arenitos Jurássicos, quase sempre superpostos diretamente ao basalto, e arenitos Cretáceos, chamados arenito Caiuá e arenito Bauru. Essa cronologia começa a ser colocada seriamente em dúvida, principalmente no último caso, pois é possível que se trate de dois *facies* da mesma formação Bauru. O que convém reter é a presença de rochas diferentes, cujas conseqüências serão vistas no estudo dos solos.

O arenito Caiuá, de grã muito fina, homogêneo e de cor rósea, pode ser encontrado em espessuras de cerca de 200 metros.<sup>5</sup> Poder-se-ia falar de areias em lugar de arenito, porque as suas evidências mais freqüentes aparecem como grandes extensões arenosas, os areiões. Em oposição, o arenito denominado até aqui Bauru, possui teor de argila e calcário que atesta sua origem flúvio-lacustre, mais lacustre do que fluvial. Também esse arenito pode formar areiões, como acontece ao aproximar-se do rio Paraná perto de Santo Anastácio, assim como em Presidente Venceslau, em torno de Fernandópolis e de Junqueira, ou ainda em Paranavaí, município do norte do Paraná. As águas de infiltração que penetram profundamente no interior do arenito Bauru, depois da dissolução de seu cimento calcário, são detidas apenas pelo basalto, sobre o qual formam um nível de fontes que podem ser observadas constantemente.

O arenito Bauru cobre a maior parte do planalto ocidental paulista. Pode ser encontrado em todas as elevações a oeste da escarpa, ou

(5) Moraes Rego estudou os arenitos de Caiuá em "O systema de Santa Catharina...". Ver também Chester W. Washburne, *Geologia do petróleo no Estado de São Paulo*, Rio de Janeiro, 1939, Ministério da Agricultura, Departamento Nacional da Produção Mineral, XVII, 228 pp., mapas, fotos. Oliveira e Leonardos colocam ainda a série Caiuá no Jurássico, distinguindo-a do Bauru cretáceo. Maack interpreta-a como um *facies* superior dos arenitos Botucatu (*Arquivos do Museu Paranaense*, vol. I, pp. 107-129) e Otávio Barbosa opta por interpretá-la como um *facies* do Bauru (comunicação verbal). É também essa a nossa impressão e o artigo de Setzer, recebido depois de redigido este capítulo, está em consonância com a última idéia. Ver capítulo sobre os solos.

serra, de Botucatu. Forma, ao norte e ao sul do Tietê, massas bem definidas, que se ligam nos arredores de Novo Horizonte. No Estado do Paraná, a grande importância do basalto e sua extensão para o oeste, reduz os arenitos cretáceos a uma franja junto ao rio Paraná, franja essa que se torna mais estreita à medida que se aproximam os saltos de Guaíra ou Sete Quedas. Em compensação, em Mato Grosso, no Triângulo Mineiro e em Goiás a formação Bauru é extremamente comum, quer formando elevações com formas muito bem definidas, os baús, quer manifestando-se pela presença de areiões. Assim, os planaltos da zona pioneira paulista acham-se marcados pelo contato do *trapp*, que é uma característica do Brasil Meridional, com o arenito Bauru, este os associando ao Brasil Central.

## B) OS ESPIGÕES E OS VALES

O envoltório de arenitos cretáceos foi desmantelado pela erosão. A superfície por eles recobertas atualmente corresponde a pouca coisa quando comparada à da fase de formação. Mesmo junto da *cuesta*, em Rubião Júnior (próximo a Botucatu), ela deixou vestígios que testemunham a formação de uma superfície de erosão paleogênica.<sup>6</sup> A rede hidrográfica que desce das terras altas do cristalino em direção ao rio Paraná foi desorganizada. A partir do reverso da *cuesta* de Botucatu e da serra Geral, desenvolveu-se uma série de cursos d'água. Eles formaram rios importantes, como o Turvo, o São José dos Dourados, o Aguapeí, o rio do Peixe, o Santo Anastácio e também cursos mais curtos, como o Pirapó e seu afluente o Bandeirantes do Norte. A atividade da erosão carregou a maior parte do revestimento cretáceo e levou à formação de um pequeno relevo de escarpas nos arenitos calcários do Bauru.

Esta segunda linha de escarpas nada tem a ver com a *cuesta* principal. Ao norte da cidade de Tietê ela reduz-se a algumas elevações isoladas, que ultrapassam 600 metros, o que acontece perto de Santa Adélia e de Novo Horizonte e também na linha de cumeadas do planalto (espigões), perto de Olímpia e a sudoeste de Potirendaba. A mesma linha de escarpas deixou traços mais importantes ao sul do rio Tietê, tais como a serra dos Agudos e a do Mirante, onde a altitude absoluta ultrapassa 650 metros e a relativa 100 metros.

A maior espessura do *trapp* ao Sul e sua elevação ao Norte (talvez devida a uma expansão da infra-estrutura cristalina), são responsáveis por altitudes médias mais elevadas nos dois extremos. No norte do

(6) De Martonne e Moraes Rego, *Obras citadas*.

Paraná, não são raras as cotas acima de 700 metros. Na Alta Araraquarense, a curva de nível de 500 metros é mais desenvolvida do que na zona central. Entre o Paranapanema e o Tietê, os níveis conservam-se sempre entre 400 e 500 metros, até à proximidade do rio Paraná, onde a descida até a curva de 300 metros é sempre rápida.

É necessário insistir na continuidade desses planaltos. Cada um, isolado entre dois vales, avança como um longo esporão denticulado, propício à instalação de estradas de rodagem e ferrovias. Abusou-se outrora da expressão *serra* para designar essa forma de relevo, a que o nome chapada conviria melhor. Mas um outro termo lhe convém mais ainda: *espigão*. Esta palavra, utilizada para designar a linha de cumeeira dos telhados, aplica-se, com muita propriedade, a uma elevação que é também linha de separação das águas. Quando as suas escarpas foram vistas pela primeira vez pelos que penetravam pelos vales, a impressão foi de montanhas, de onde a expressão *serra*. Posteriormente, a utilização do solo concentrou-se nas elevações e a palavra *espigão* entrou na linguagem corrente. Diz-se “*espigão da Paulista*” para designar as elevações em que correm os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, “*espigão da Sorocabana*” etc.

Esses *espigões* às vezes abaixam-se um pouco, nos pontos em que um curso d'água conseguiu desmantelá-los. Outras vezes, estreitam-se e dão apenas passagem à estrada de ferro e à rodovia (exemplo, entre Marília e Herculândia) e as nascentes de rios opostos estão tão próximas, que basta uma simples operação agrícola de terraceamento para possibilitar uma captura fluvial artificial. As vertentes dos vales principais têm, geralmente, inclinação suave; mas, em compensação, as dos vales endógenos, esculpidos nos arenitos, assumem as formas de verdadeiras encostas. O *espigão* de Marília, na fachada voltada para o rio do Peixe, por exemplo, termina em uma escarpa arenítica com uma centena de metros de altura. O paredão formado no arenito Bauru apresenta aqui aspecto ruiforme, com torrões e gargantas. A expressão regional para essas muralhas de arenito calcário é *itambé* e, para os vales profundos que as entalham, *grotões*. É raro encontrar *itambés* muito importantes, mas podem ver-se com frequência, acima das margens fluviais, paredões de arenito com alguns metros de altura.

Pode ser notada, por toda parte, a descontinuidade das encostas. No norte do Paraná, na área basáltica, quando o viajante afasta-se da estrada que corre sobre o *espigão*, os caminhos laterais descem lentamente; em seguida acentua-se a sua declividade e, bruscamente, tombam sobre os rios. No vale do Emo, perto de Arapongas, observam-se cotas de 860 metros no alto do *espigão* e, sucessivamente, ligeira declividade até 810 metros, a acentuação da descida até 770 metros e, em seguida, uma ruptura nítida. A descida termina por um talude forte, que vai atingir o ribeirão a 730 metros.

Existe, portanto, um nível intermediário bastante sensível, encontrado nos arenitos do planalto ocidental paulista, por exemplo no vale do rio do Peixe, ao sul de Marília. É difícil atualmente avaliar toda a importância de tais patamares, que frequentemente ainda estão encobertos pela floresta e raramente se tornam elementos da paisagem. O traço essencial são mesmo os longos *espigões*, que influenciaram de maneira decisiva no povoamento, fixando as vias de comunicação.

Os vales revelaram-se impraticáveis à penetração moderna. Quando o Governo do Estado de São Paulo, no final do século XIX e início do atual, preocupou-se com o melhor conhecimento do sertão, confiou à Comissão Geográfica e Geológica o encargo de explorar os rios, o que era uma lembrança das antigas vias de penetração. Essas explorações, difíceis e realizadas à custa de mil dificuldades, legaram-nos trabalhos científicos de valor. As descrições deixadas pelos membros da Comissão são todas acordes: os rios do planalto ocidental paulista oferecem uma sucessão de seções acidentadas, com cachoeiras, saltos e quedas, e também trechos longos em que a correnteza diminui e as margens transformam-se em pântanos. As passagens, impossíveis para a navegação, correspondem à travessia das camadas de basalto. Onde os barcos a vapor podem navegar, isto é, nos “*mansos*”, as margens são formadas por arenitos Bauru. O Tietê, por exemplo, depois que sai da “*passagem heróica*”, está atulhado de blocos rochosos à flor d'água, correndo por cachoeiras e pequenas quedas.<sup>7</sup> A jusante de Porto Cordeiro o curso se acalma, os meandros são mais raros e também mais largos. É conhecido então como o “*rio Morto*”, ou “*Manso da Viúva*” e aí alguns bancos de sedimentos pantanosos separam-no de paredões de arenito, assinalados por escarpamentos de 8 a 10 metros. Em seguida a terra roxa reaparece nas margens e o Tietê atravessa os saltos de Avanhandava. Nova aparição do arenito Bauru e novo trecho calmo. O basalto vai reaparecer no salto do Macuco, mas cede o seu lugar rapidamente ao arenito Botucatu. Ainda uma vez surge o nome manso (*Manso do Lambari*), designação que o Tietê receberá ainda, depois de uma breve reaparição do *trapp*, por uns quarenta quilômetros (*Manso do Bacuri*). Finalmente, as quedas de Itapura inauguram a seção final, em que o rio, barrado por seus próprios aluviões, corre lentamente, até atingir o Paraná.

O quadro que descrevemos é análogo para todos os outros rios. É necessário, porém, notar que os rios nascidos no reverso da *cuesta* de Botucatu só irão atingir os diabásios a cerca de 100 quilômetros de suas

(7) *Exploração do rio Tietê* (barra do rio Jacaré-Guaçu ao rio Paraná). Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, São Paulo, 1905, 3ª ed., 1930, 16 pp., mapas, fotos.

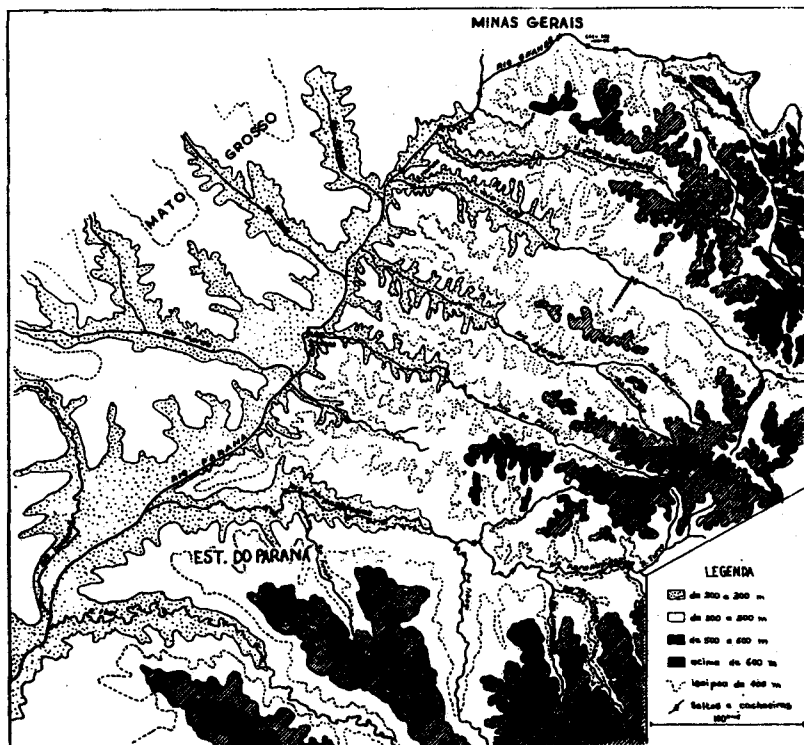


Fig. 4. O relevo da franja pioneira paulista (baseado na carta em 1:1.000.000 do Instituto Geográfico e Geológico).

nascentes. No rio Feio, o "Manso de Baixo", com seus meandros do tipo planície aluvial, é uma réplica do "Manso de Cima", este no arenito Bauru. Entre os dois, o rio atravessa camadas basálticas e a navegação só é possível em pirogas.

Uma navegação tão perigosa só poderia ter sido praticada na época colonial por pequenas embarcações, pois era então necessário contornar as quedas mais altas, arrastando os barcos por terra. O tráfego regular, com grandes cargas, é impraticável. Na época moderna, os vales perderam seu atrativo e tornaram-se obstáculos. No interior dos planaltos do ocidente não são as diferenças de altitude que dificultam as relações entre os homens e sim o relevo seccionado pelos vales profundos, estes capazes de separar os grupos de pioneiros. Esse relevo preparou, assim, a formação de unidades regionais, cujo quadro geográfico é o espigão, os monótonos espigões da paisagem nas zonas pioneiras.

## CAPÍTULO II O CLIMA

Em suas grandes linhas, os climas do planalto ocidental paulista e do norte do Paraná enquadram-se no grande grupo dos climas tropicais. A média térmica anual é da ordem de 21°C, ultrapassando um pouco 23° na área da confluência Tietê-Paraná e oscilando de 5 a 8 graus entre o mês mais frio (geralmente julho) e o mais quente (geralmente janeiro). A pluviosidade média anual situa-se entre 1.000 e 1.800 m, concentrando-se em alguns meses e sempre com oposição bem definida entre uma estação seca e uma estação das chuvas.<sup>1</sup> Entretanto, as séries mais longas evidenciam o fato de que não existe um só mês completamente sem chuvas.

Se nos detivermos no exame dos dados de conjunto e nos valores das médias, parece certo que, embora atravessadas pelo trópico, as zonas pioneiras paulistas gozam de um tipo climático tropical que não pode ser facilmente colocado sob etiqueta precisa. Sua altitude medíocre torna difícil a comparação com regiões como os planaltos da África de Sudeste, cujos climas parecem ser os de maior semelhança. A pluviosidade alta e o calor relativamente moderado indicam que não estamos em face do clima quente e úmido das baixas latitudes e, menos ainda, do que domina os desertos tropicais. Encontramo-nos, na realidade, nos limites do clima tropical e não em uma de suas categorias bem definidas. Climaticamente, as regiões em que prossegue a marcha

(1) Setzer (José), "Contribuição para o estudo do clima do Estado de São Paulo", separata autorizada do *Boletim D.E.R.*, vols. IX a XI, outubro de 1943 a outubro de 1945, São Paulo, 1946, 239 pp., 130 quadros, 37 gráficos e 23 mapas. Entre os trabalhos anteriores, o mais útil é o de Belfort de Matos (J. N.), "O Clima de São Paulo", São Paulo, 1925.

do povoamento, sob o impulso de São Paulo, são áreas de contato, do que resultam condições especiais para a colonização branca e também para a instalação da agricultura.

#### A) SITUAÇÃO DAS ZONAS PIONEIRAS COM RELAÇÃO AOS CENTROS DE AÇÃO DA ATMOSFERA

A característica de zona climática marginal, que reconhecemos nos planaltos ocidentais, deve ser atribuída ao mecanismo dos grandes centros de ação da atmosfera. Sem nos aprofundarmos em minúcias, o que nos afastaria da Geografia Humana, torna-se necessário mostrar as linhas mestras da circulação atmosférica geral no Trópico brasileiro.

Três massas de ar desempenham aqui um papel essencial: a tropical-atlântica (*Ta*), a equatorial-continental (*Ec*) e a massa polar-atlântica (*Pa*). As três são relativamente estáveis, mas seus avanços e recuos sazonais asseguram características diferentes aos períodos do ano. E é precisamente nas latitudes vizinhas ao trópico que se realiza o encontro das correntes provenientes desses três centros de ação.<sup>2</sup>

A presença principal é, sem dúvida, a do centro tropical-atlântico, pois suas pressões elevadas se estendem desde o outono até a primavera, cobrindo a parte oriental do Brasil Central e todo o Brasil Meridional, além de uma parte dos países platinos. Durante o verão o núcleo da *Ta* desloca-se para leste, sobre o oceano, mas seus quadrantes oeste e sudoeste continuam a interferir diretamente na atmosfera dos planaltos de São Paulo.<sup>3</sup> Essa ligeira oscilação leva a considerar a massa *Ta* como um anticiclone semifixo, que atua nas latitudes tropicais brasileiras em todas as estações. Sua extensa invasão pelo interior do continente, durante o inverno, é acompanhada por um deslocamento do centro de ação para o norte, ao longo do litoral. O predomínio incontestável da *Ta* ocasiona tempo claro e calmo nos planaltos ocidentais paulistas, com belos dias ou mesmo semanas de sol. Os ventos são então fracos e sopram do norte, de nordeste e, por vezes, de noroeste. Essa situação instala-se no outono, que é extremamente estável, e é encontrada ainda na primavera.

(2) Serra (Adalberto B.), *La circulation générale de l'Amérique du Sud*, Serviço Nacional de Meteorologia, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1939, 17 pp., mapas e quadros; Serra (A.) e Ratisbona (Leandro), *As massas de ar da América do Sul*, Serviço Nacional de Meteorologia, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1942.

(3) Sampaio Ferraz (J. de), "Ligeiro esboço de alguns aspectos fundamentais da climatologia do Estado de São Paulo", *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro, 1942, vol. III, pp. 424-439 (publicado, infelizmente, sem ilustrações).

Nos meses do inverno, a massa *Ta* recebe esforço dos anticiclones móveis provenientes das altas latitudes. Os ventos passam então a vir de leste e de sudeste. Os postos meteorológicos mais meridionais e os menos afastados do oceano são os que registram mais dias de calma e também maior proporção de ventos de leste e sudeste. As regiões ocidentais e setentrionais das zonas pioneiras, ao contrário, estão submetidas a uma circulação atmosférica mais variada. Assim, a porcentagem das calmas é menor em Araçatuba do que na Colônia Varpa e os ventos do sul levam vantagem sobre os de sudeste.<sup>4</sup>

As condições do tempo são, portanto, menos estáveis no oeste do que no leste. Quanto mais se caminha para oeste, reduz-se a atuação da massa *Ta* e o domínio da massa *Ec* está mais próximo. É na atmosfera dos planaltos ocidentais que a passagem de um para outro regime pode ser melhor percebida.

No verão, com efeito, a massa *Ta*, ao retirar-se para leste, é substituída por um regime de baixas pressões, que corresponde à massa *Ec* e que se instala desde a Amazônia até o Chaco e vai dos Andes até a vizinhança do oceano Atlântico. A massa *Ec* desencadeia um sistema de monções, atraindo para o Hemisfério Sul os ventos alísios do Hemisfério Norte. Estes penetram profundamente, atingindo o Trópico de Capricórnio e mesmo ultrapassando-o. Chegam úmidos e quentes, depois de perderem as características originais, e trazem na sua vanguarda as baixas pressões da massa *Tc* (tropical-continental),<sup>5</sup> esta deslocada até a área dos planaltos ocidentais. Tal situação esboça-se desde a primavera, mas só se realiza plenamente por ocasião do solstício de dezembro, mantendo-se até o fim do verão. É assim que em Araçatuba, por exemplo, a proporção dos ventos W-NW e N começa a aumentar no mês de outubro, situação que só será atenuada em fevereiro, com a volta ao regime das altas pressões tropicais.

O deslocamento da massa *Tc* no início da primavera é acompanhado por grande aumento da pluviosidade, que pode ser atribuído ao regime de baixas pressões e aos ventos continentais impulsionados por uma massa animada de forte movimento de convecção. Essa condição leva, temporariamente, para as latitudes tropicais as condições climáticas do tipo equatorial.<sup>6</sup> O entrelaço com as correntes originadas da massa *Ta*, que está em ligeira retração, vai contribuir para desencadear

(4) Ary França comunicou-nos, gentilmente, suas observações sobre o regime dos ventos em Araçatuba e Varpa.

(5) Voss (Ernst Ludwig), *Beitrage zur Klimatologie der sudlichen Staaten von Brasilien. I, Der Staat São Paulo*. Petermanns Mitteilungen, 1903.

(6) França (Ary), "Estudo sobre o clima da bacia de São Paulo", *Boletim LXX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Geografia*, n.º 3, São Paulo, 1946, 59 pp.

perturbações atmosféricas. Por isso, o verão não é tão marcado por longos e intermináveis dias de chuva (o que raramente também ocorre), mas por tempestades passageiras ou aguaceiros que duram somente alguns dias.

Os planaltos ocidentais de São Paulo e os do norte do Paraná, além da zona de contato entre as massas *Ta* e *Ec*, são campo de incursão dos anticiclones móveis produzidos pela massa polar-atlântica, às vezes reforçados pela polar-pacífica. No inverno, esses anticiclones exercem considerável ação sobre os climas das regiões tropicais. Sua atividade depende da potencialidade da massa fria e também da configuração do relevo do Brasil Meridional. À medida que se desloca para o norte, a frente polar perde altura e chega com ação reduzida às terras altas, isto é, à escarpa de *cuesta* existente no norte do Rio Grande do Sul e à serra do Mar, em Santa Catarina, sendo que seus efeitos limitam-se principalmente a esses dois Estados e, subsidiariamente, ao Paraná, onde determina um aumento das chuvas. Conseqüentemente, há melhor distribuição das precipitações durante o ano e redução da estação seca, já bem nítida no Paraná. Nas ocasiões em que a frente polar surge com bastante vigor, a progressão para as baixas latitudes tem continuidade, mas vai acompanhando a serra do Mar e acaba por aderir à massa *Ta*.<sup>7</sup>

A união dos dois centros de alta pressão determina um revigoreamento e um avanço dos ventos frescos do sul e do sudeste para o interior do continente. Assim, como a parte ocidental das regiões pioneiras revelou-se particularmente exposta às incursões da massa *Ec*, os setores mais meridionais da área estão mais abertos às penetrações da frente polar. Isto é mais verdadeiro se levarmos em consideração o ajustamento da massa de ar polar ao relevo. Este, de certa forma, a modela, pois enquanto um ramo acompanha o abrupto da serra do Mar, outro aproveita as largas aberturas dos vales dos rios Paraná e Paraguai para incursionar ao norte do Trópico. Os dois rios e cada um dos afluentes do Paraná são corredores que se oferecem para a penetração das massas frias e dos ventos de sudoeste. Nessas ocasiões, verdadeiras ondas de frio varrem os planaltos ocidentais e podem ser percebidas até na Amazônia. As chuvas tornam-se mais fortes quando é maior a diferença térmica entre a massa de ar estabilizada sobre os planaltos e a corrente fria invasora.

Depois de alguns dias, volta a imperar um tempo calmo e claro, com aquecimento diurno acentuado, seguido de resfriamento noturno, o

(7) Serra (A.), *Climatologia equatorial*, Serviço Nacional de Meteorologia, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1945, 45 pp., mapas e gráficos; Serra (A.), "Meteorologia do Nordeste do Brasil", *Rev. Bras. de Geografia*, ano VII, nº 3, julho-agosto de 1945, Rio de Janeiro, pp. 357-444. Ver figs. 123-124.

que é muito penoso para o homem e perigoso para as plantas de cultivo. O termômetro pode então descer a zero grau e, excepcionalmente, mais baixo ainda. Mas o frio rigoroso só se faz sentir até a latitude de 20° S e a situação evolui rapidamente para a normalidade; isto é, a estabilidade dentro da massa *Ta*.

Acidentes do tipo descrito revelam muito bem a situação especial das regiões pioneiras paulistas das latitudes tropicais: acham-se amplamente abertas às influências continentais, no caso equatoriais, mas não são menos expostas aos violentos golpes desencadeados pelos anticiclones móveis de origem polar. Dessa forma, são uma área de transição para o Brasil Meridional subtropical.

## B) O REGIME DAS CHUVAS

Os elementos essenciais do dinamismo atmosférico são a extensão continental da massa *Ta* no inverno e o avanço da *Ec* no verão. Essa oscilação dos dois centros de circulação atmosférica é o principal agente da alternância das duas estações, uma seca, outra chuvosa; mas esse ritmo pluviométrico não funciona sem vicissitudes perigosas para a agricultura.

Sobre uma extensão tão vasta como a que está envolvida pelo movimento pioneiro, levando-se em conta que toda a área está submetida à interferência de correntes de circulação aérea diferentes, não se pode esperar que a sucessão das duas estações ocorra uniformemente. Por outro lado, pode-se perguntar se o avanço contínuo da devastação vegetal não acabará atingindo regiões climaticamente diferentes das em que a atividade pioneira se desenvolveu até o presente.

Para tentar responder a essas questões, infelizmente, só dispomos de médias climáticas, isto é, de cifras que escondem com muita freqüência a realidade conhecida do agricultor. Entretanto, com apoio em alguns dados mais precisos e relativamente sólidos e em informações recolhidas diretamente, pode-se acompanhar a sucessão durante o ano das atividades agrícolas, observando-lhes as etapas e, ao mesmo tempo, as diferenças regionais.

O ano agrícola começa, invariavelmente, a 1º de outubro, data inicial dos contratos, tanto para os trabalhadores avulsos como para os colonos. O mês de setembro assinala-se já pela redução da seca, mas só em outubro a pluviosidade aumenta nitidamente. Enquanto setembro é ainda um mês semi-árido, outubro é semi-úmido e novembro um mês francamente úmido. A altura das chuvas de outubro é, em toda parte, superior a 100 mm e os três meses da primavera totalizam de 250 a 400



mm.<sup>8</sup> Os valores mais altos correspondem ao extremo norte dos planaltos ocidentais e ao Triângulo Mineiro. Na maior extensão dos planaltos o trimestre da primavera recebe de 300 a 350 mm, sendo as cifras mais baixas as que se referem às áreas central e sul, inclusive o vale do Paranapanema (um pouco menos do que 300 mm).

Ao penetrar no Estado do Paraná, a pluviosidade aumenta, atingindo 380 mm em Londrina.<sup>9</sup> As chuvas de outubro são de 85 mm, 108 mm e 93 mm em Barretos, Rio Preto e Araçatuba, respectivamente; contra 104 mm em Presidente Epitácio e em Varpa e 116 mm em Ourinhos e Salto Grande. Nas proximidades de Minas Gerais os planaltos ocidentais paulistas incluem-se na órbita dos climas do Brasil Central, enquanto que ao sul estão ligados à pluviosidade melhor distribuída do Brasil Meridional. Esse é um traço fundamental, que aparece com muita nitidez.

As chuvas primaveris, como em todas as áreas tropicais de estações alternadas, fixam uma etapa essencial da vida rural: a época das sementeiras. Faz-se, então, a limpeza do terreno, seguida de aração e do plantio do milho, do arroz, do feijão das águas. Nas diferentes regiões pioneiras não há diferença de datas no plantio dos "cereais"; mas pode-se observar um escalonamento no plantio do algodão. Este começa a ser semeado na segunda quinzena de setembro, em Botucatu e Avaré. Mais a oeste, entre Araguaçu e Assis, espera-se o começo de outubro para plantar. Em Marília, o algodão é semeado, geralmente, a partir de 10 de outubro e mais a oeste, no município de Presidente Prudente, só a partir de 15 de outubro e, por vezes, nos primeiros dias de novembro. Esse escalonamento do plantio do algodão, em áreas que o cultivam desde 1880, incluindo outras, que correspondem a derrubadas recentes, coincide com o início relativamente tardio das chuvas a oeste e, ao mesmo tempo, a maior rigor da estação seca.

Outubro, que é o mês das sementeiras, é também o da floração dos cafezais, cujo verde, revigorado pelas primeiras chuvas, enfeitase com milhares de pequenos pontos brancos. Na paisagem geralmente triste das imensas plantações, isso evoca a retomada da vida, como se também o Trópico pudesse conhecer a primavera. Ao mesmo tempo, as flores mais precoces, aparecidas em julho, formam frutos tenros. De

(8) A carta das precipitações apresentada por Knoche em *Klima von Sud Amerika*, no Tratado de Koppen, atribui uma pluviosidade muito exagerada para a parte ocidental de São Paulo (ver p. 76, fig. 35). É preciso aqui apoio na obra de Setzer, *Contribuição para o estudo...*

(9) A direção da Companhia de Terras do Norte do Paraná teve a gentileza de nos comunicar os dados pluviométricos mensais de julho de 1930 a março de 1946. Ver também o artigo de Maack, "Die neue erschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Parana", *Ibero-Amerikanisches Archiv.*, Berlim, 1937, XI, 2, pp. 208-242.

acordo com a floração e a maturação dos primeiros frutos, o fazendeiro pode então arriscar um prognóstico sobre a próxima colheita.

Flores e frutos precisam das primeiras chuvas; mas a sua fragilidade faz temer as precipitações muito violentas.<sup>10</sup> Por outro lado, os solos recentemente preparados para as diversas lavouras ficam expostos às chuvas fortes, capazes de transportar tanto a terra como as sementes. O perigo é maior por ser a primavera a época dos grandes deslocamentos das massas de ar, com instabilidade atmosférica que se faz acompanhar de tempestades e de granizo. As chuvas podem começar muito cedo, como em setembro de 1888, quando um verdadeiro furacão vindo de sudeste atravessou todo o Estado, arrasando cafezais e estragando terreiros.<sup>11</sup> As tempestades de outubro são acompanhadas, por vezes, de quedas de granizo, capazes de destruir em alguns minutos a futura colheita de café, comprometer as instalações para secagem dos grãos, arrasar os galpões das estradas de ferro e também as máquinas de descarregar algodão, de beneficiar arroz ou de despolpar o café (como aconteceu em Bandeirantes, em outubro de 1946). Nesse mesmo mês em que se inicia a estação das águas, as precipitações podem, excepcionalmente, ser superiores às de novembro. Em Brotas, nos anos de 1932, 1935, 1938 e 1943 as chuvas de outubro foram o dobro das de novembro e em 1935 registraram-se 272 mm em outubro, contra 17 somente em novembro. Os cafeeiros mostram-se menos resistentes às tempestades de outubro quando, no período anterior, foram castigados por ventos secos. Caem as flores, murcham os frutos e os galhos secos quebram-se já no começo da tempestade.

O alongamento do período seco parece ser mais excepcional do que a ocorrência de chuvas catastróficas; mas não é impossível, como foi observado em Marília em 1944. Nesse ano, as primeiras chuvas só vieram a cair em novembro e foram, assim mesmo, muito modestas.

(10) No que diz respeito à climatologia do café em São Paulo, devem ser anotados: Belfort de Matos (J. N.), "As safras e as chuvas", *Boletim da Secretaria da Agricultura*, São Paulo, junho 1909, pp. 457-467; Dafert, *Principes de culture rationelle du café au Brésil. Études sur les engrais à employer*, trad. da 2ª ed. alemã por Albert Couturier, Paris, 1900, 84 pp.; Ward, "The Economic Climatology of the Coffee District of South Brazil", *B. Am. Geog. Soc.*, 1911; Sampaio Ferraz (J. de), *O café e os fatores meteorológicos*, Rio de Janeiro, 1928, 19 pp.; Ramos (Augusto), *O café no Brasil e no estrangeiro*, São Paulo, 1921; Pietre (Maurice), *Production Industrielle du café. Terres vierges et sols fatigués. À la recherche de l'humus. Elevage*, Paris, 1925, XX, 341 pp. (Para a climatologia ver pp. 31-39); Chevalier (Auguste), *Les caféiers du globe*, fasc. I, *Généralités sur les caféiers*, Paris, 1929; *Encyclopédie biologique*, vol. V. Ver p. 134.

(11) *Boletim da Comissão geographica e geologica da provincia de São Paulo*, nº 3, "Dados climatológicos dos anos de 1887 a 1888", São Paulo, 1889, 24 pp. As publicações dessa época, que parecem estar muito bem documentadas, não se referem, infelizmente, aos planaltos ocidentais.

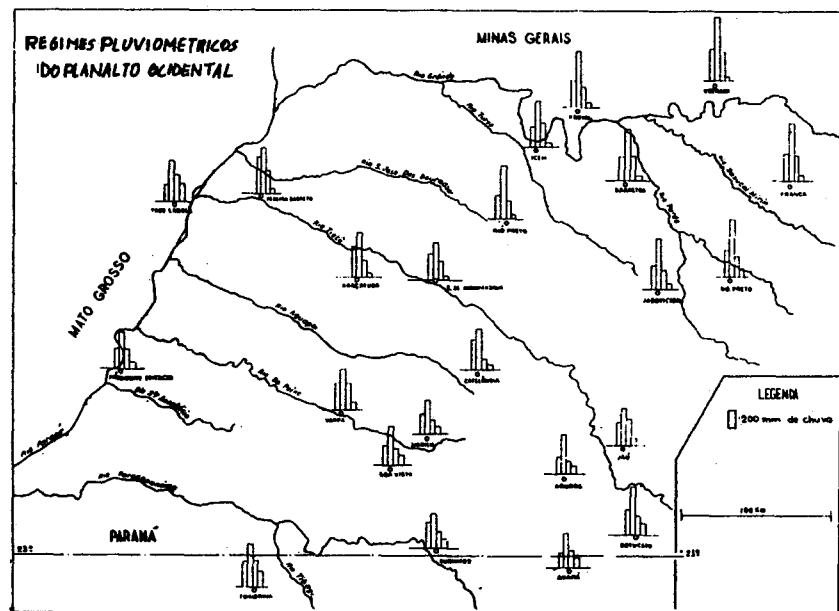


Fig. 5. Regimes pluviométricos sazonais.

Em casos semelhantes, é necessário atrasar todas as atividades de cultivo. A frutificação do cafeeiro será má e tardia, o que fará retardar o início da colheita do ano seguinte.

Na situação atmosférica do verão, que até certo ponto pode ser comparada com a das regiões de clima de monção, o mês de outubro pode ser assimilado ao período incerto mas decisivo para as colheitas da Ásia de Sudeste, isto é, à ocasião em que se inverte a situação barométrica. Só que nos planaltos paulistas os acidentes freqüentes em outubro atingem em maior escala os grandes produtos comerciais e em menor proporção as culturas de subsistência; portanto interferem moderadamente nos recursos alimentares da população. A economia regional é atingida, mas não há o risco da ocorrência de fome, como nos velhos países da monção.

Embora as incertezas da primavera possam manifestar-se ainda em novembro e, muito excepcionalmente, em dezembro, em situação normal observa-se a intensificação geral das chuvas, a partir de novembro. Novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março são, em toda parte, os meses mais úmidos e mesmo muito úmidos. Esses meses totalizam 60% da pluviosidade média anual em Londrina e 76% em Barretos. Os valores médios do período vão desde 617 mm em Campos

Novos, até 1.157 em Franca. Essas diferenças, ainda uma vez, refletem as tendências opostas que se registram nos dois extremos da franja pioneira: no norte do Paraná e municípios paulistas próximos, o volume das chuvas de verão é menos elevado e a duração da estação chuvosa mais longa; conseqüentemente com menores riscos de irregularidade do que no extremo oposto, isto é, na direção do Estado de Minas Gerais. Com efeito, o comportamento das chuvas de verão nas proximidades da margem direita do Tietê é semelhante ao que se passa em Frutal (1.112 mm), Uberaba (1.254 mm) e Araxá (1.459 mm), localidades em que as precipitações dos meses úmidos correspondem, respectivamente, a 77%, 76% e 72% dos totais médios anuais. Como "as chuvas anuais são tanto mais variáveis quanto mais breve o verão",<sup>12</sup> pode-se verificar que uma parcela das regiões novas, justamente a de povoamento e de derrubadas mais antigas, acha-se particularmente exposta às intempéries. Durante os três meses de maiores precipitações (dezembro, janeiro e fevereiro), a área setentrional da Alta Araraquarense recebe mais de 600 mm de chuva, mas a oeste, junto aos cursos inferiores do Tietê e do Paranapanema, assim como no rio Paraná a jusante da confluência do Tietê, o mesmo período totaliza menos de 500 mm — o que traduz a influência do Brasil Meridional.<sup>13</sup>

Entre os meses chuvosos, janeiro é o mais úmido. Em Londrina, porém, o máximo situa-se em fevereiro, o que revela a passagem para um regime pluviométrico em que a diferença entre as duas estações se atenua. Em direção a Minas Gerais, o mês mais chuvoso é dezembro, isto é, corresponde ao solstício de verão. Observa-se, portanto, que o verão, estação das chuvas, acentua o caráter marginal dos planaltos ocidentais paulistas e do norte do Paraná.

As chuvas correspondem a uma pausa, mas não à parada total, da atividade rural, que não conhece aqui estação morta. A terra encharcada e o calor tornam penosos os trabalhos, tanto nas plantações como nas derrubadas, mas não os impedem totalmente. O início de novembro corresponde ao final do plantio do algodão na Alta Sorocabana e na Alta Paulista, mas em Aguapeí (variante da Noroeste) isso acontece só depois de 15 de novembro, enquanto que na Alta Araraquarense a sementeira estende-se até o início de dezembro. O calendário da cultura do algodão registra as nuances climáticas e revela a pequena duração da estação chuvosa no norte.

Em dezembro começa-se a colher feijão plantado em setembro, tanto em Fernandópolis (Alta Araraquarense) como em Caviúna (norte

(12) Setzer (José), "Contribuição...", p. 57.

(13) *Idem, ibidem*, p. 51, carta n° 7 e p. 46, carta n° 4.

do Paraná). Em Tupã colhe-se o amendoim no fim de janeiro e começo de fevereiro. Antes do final da estação chuvosa, desde fevereiro e mais ainda em março, tem lugar a colheita do arroz. Na mesma ocasião, os pioneiros cuidam de quebrar as hastas ainda verdes do milho a ser colhido mais tarde. As espigas, de cabeça para baixo, ficam assim protegidas da chuva e acabam de amadurecer sob o sol mais brando do final do verão e do outono. Dessa forma, é logo depois das máximas pluviométricas de janeiro que se observa a retomada da atividade agrícola, marcada pelas colheitas dos cereais, base da alimentação. Há empenho em terminá-las cedo, para concentrar toda a mão-de-obra nos dois principais produtos, o café e o algodão.

As culturas alimentícias não são as únicas a exigir um esforço bruto em plena estação das águas. Nos últimos anos, o plantio da amoreira generalizou-se e a colheita das folhas estende-se por todo o período chuvoso. Os cafezais, por outro lado, obrigam, quando não a grandes esforços, pelo menos a uma vigilância constante. Os colonos têm obrigação de eliminar as más ervas que os invadem e, a partir de fevereiro, devem ajuntar na base dos arbustos os galhos, folhas e frutos caídos e apodrecidos, que cobrem o chão. Essa será a tarefa essencial até abril, visando manter a terra nua e limpa sob a galharia, onde já aparecem alguns frutos maduros, que se estragariam ao cair sobre restos vegetais.

Nas culturas melhor tratadas, exigem-se outras tarefas na estação chuvosa: é preciso ir debaixo de chuva ao cafezal plantado em terrenos inclinados, para reter a água, barrar apressadamente os pequenos transportes de terra, aprofundar os sulcos que estão escavados com intervalos regulares entre as fileiras de arbustos, isso com a finalidade de reter as águas para que estas se infiltrem. Luta-se contra a erosão e, ao mesmo tempo, procura-se proporcionar ao solo o máximo de umidade, não só porque a evaporação é intensa, como para obter os melhores frutos, na medida em que o cafeeiro disponha de maior quantidade de água.

Não se teme, portanto, a abundância de chuvas. Os cafeicultores mais experientes alegam-se quando o verão é mais chuvoso. Cita-se freqüentemente a frase do Coronel Francisco Schmidt, "rei do café" no começo do século: "Deixe chover que teremos café, as chuvas são o melhor adubo."<sup>14</sup> A excepcional colheita de 1905-1906 foi precedida de duas estações de águas particularmente abundantes, com médias superiores a 500 mm em dezembro e janeiro, portanto bem acima das

(14) Sampaio Vidal (Bento de A.), "As chuvas e as safras de café", *Folha da Manhã*, 19 de julho de 1944. "Deixa chover, que teremos café. As chuvas são o melhor adubo."

médias a longo prazo. O mesmo fato se verificou antes das excelentes colheitas de 1928.<sup>15</sup>

Os dados referentes às precipitações não são, entretanto, perfeitamente significativos, por si mesmos. É preciso saber sob que forma se produziram as chuvas. Assim, as grandes chuvas que derrubam frutos e erosionam o solo não são compensadas pela quantidade de água que trazem. O fazendeiro deseja chuvas "criadeiras", ou seja, leves e contínuas. A chuva verdadeiramente benfazeja é a que cai durante semanas, sem interrupções e sem que a volta do sol retire dos cafeeiros a reserva de água acumulada. É surpreendente verificar como bastam dois ou três dias de forte insolação, depois de quatro a cinco dias de grandes chuvas, para secar a terra lamacenta e exposta do cafezal.

As chuvas "criadeiras" correspondem à estabilidade das massas de ar, que, mesmo neste período de permanência das baixas pressões sobre o continente, dificilmente se realiza. Freqüentemente as chuvas de verão não passam de perturbações passageiras, ou então só duram alguns dias. Em janeiro de 1942, na fazenda Suíça (em Lins) registraram-se somente onze dias de chuva, sendo apenas dois consecutivos (189 mm); em Presidente Prudente houve apenas nove dias, atingindo 127 mm, dos quais 87 caídos nos dias 20 e 30; em Mirassol ainda onze dias, e nunca mais de dois dias seguidos.<sup>16</sup> A citada fazenda Suíça teve quinze dias de chuva em janeiro de 1943, o que, aparentemente, foi melhor; mas nesse meio mês de chuva registraram-se 249 mm, dos quais 105 em uma só grande chuva, no dia 18, além de quatro dias com 47 mm. Em um idêntico período de 15 dias chuvosos, Presidente Prudente conheceu doze de fortes precipitações, totalizando 200 mm.

Em oposição a esses exemplos de chuvas brutais, pode-se citar o mês de fevereiro de 1943 em que Rio Preto teve vinte dias chuvosos, que se dividiram em um grupo de nove dias com 29 mm, quatro com 60 mm e quatro com 51 mm, sendo que os três dias restantes foram de reduzida precipitação. Na mesma ocasião houve oito dias de chuva em Presidente Prudente, atingindo o total de 198 mm.<sup>17</sup>

Pelo que se pode julgar, embora recorrendo a uma quantidade de dados inseguros, é possível estimar que dezembro, janeiro e fevereiro, em cada dois dias, têm um de chuva e que estas são quase sempre

(15) É curioso observar que dois anos de boas chuvas, nas safras de 1945-46 e 1946-47, seguindo-se a vários anos muito secos, contribuíram para devolver a confiança aos cafeicultores. No final de 1946 notava-se uma retomada das plantações. Os fazendeiros, com base na sua experiência, previam então uma série de estações chuvosas favoráveis.

(16) Dados do *Boletim Meteorológico* de 1938 (2º semestre) a 1941 e do *Boletim Pluviométrico*, 1º semestre de 1942 e 1º semestre de 1946, publicações do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

(17) *Ibid.*

chuvas pesadas. Em Londrina, durante dezoito anos de observação, dezembro teve onze dias de chuva, janeiro quatorze, fevereiro treze e março nove. O significado do conjunto das observações ora examinadas é de que o mesmo tipo de precipitações é encontrado em toda a área pioneira, sendo esse um dos fatores mais favoráveis para as culturas agrícolas.

A distribuição das chuvas pelos meses quentes não é menos caprichosa do que a sua repartição quotidiana. Assim, em Londrina as cifras mensais para a estação chuvosa de 1935-1936 foram: 56 mm em novembro (média 145 mm), 181 mm em dezembro (igual à média), 215 mm em janeiro (média 190 mm), 195 mm em fevereiro (média 205 mm) e 179 mm em março (média 136 mm). Em compensação, em dezembro de 1944 caíram só 62 mm, seguidos de 300 mm em janeiro de 1945. Em Pompéia a variação entre o período de novembro de 1939 a fevereiro de 1940 e o período de novembro de 1940 a fevereiro de 1941, foi da ordem de 64%, quando havia atingido 66% entre novembro de 1938 a fevereiro de 1939 e novembro de 1939 a fevereiro de 1940. Ainda em Pompéia, a altura das chuvas chegou a 565 mm em dezembro de 1941 e caiu para 212 mm em janeiro de 1942.<sup>18</sup>

É preciso, portanto, observar mais do que as médias, que, sozinhas, não podem dar uma imagem real das condições que se apresentam à agricultura. A irregularidade é a característica dominante da estação chuvosa: chuvas copiosas, oscilações acentuadas de um mês a outro e diferenças sensíveis entre os vários anos. Os *deficits* de precipitação são raros em janeiro, mas são menos raros em dezembro, como se observou em todo o Estado de São Paulo em 1944 (Setzer cita o caso de Dourado que, com a média de 140 mm, registrou 50 mm em dezembro de 1944, e em dezembro de 1913 apenas 13 mm). Mais frequentes ainda, são os *deficits* que ocorrem em fevereiro e março, como no ano de 1943, quando a estação seca manifestou-se desde o mês de fevereiro (em Salto Grande choveu 50 mm, contra a média de 125 mm, e em Pompéia 66 mm, em contraste com a média de 403 mm dos quatro anos anteriores). Nada disto surpreende em um clima tropical, mas é preciso considerar que se tornam incertas as colheitas e que os solos são submetidos a mudanças muito rápidas.

A irregularidade das precipitações da estação quente é mais acentuada no oeste da região pioneira. O número de dias de chuva diminui desde a área vizinha à linha de *cuestas*, até as margens do rio Paraná. Assim, em Jaú e Ribeirão Preto, o número de dias chuvosos no trimestre dezembro-janeiro-fevereiro, corresponde, respectivamente, a

(18) *Ibid.*

55 e 50, caindo para 30 no limite ocidental da frente pioneira.<sup>19</sup> Também os distanciamentos registrados, com relação aos valores médios, tornam-se maiores a leste. Grandes precipitações mensais, superiores a 350 e mesmo 400 mm são mais excepcionais a oeste do que a leste, a não ser nas localidades mais altas, como Pompéia. Na parte oriental é muito pouco freqüente o registro de chuvas inferiores à metade das normais de cada mês, em dezembro e janeiro; ao contrário, o fato é mais comum na faixa ocidental, onde há distanciamentos da ordem de 75%.<sup>20</sup> Assim, às características distintas do conjunto de municípios da área mais setentrional, com relação às da Alta Sorocabana e norte do Paraná, devem ser acrescidas as diferenças existentes entre as áreas orientais, ocupadas no fim do século XIX, e as de povoamento recente. A agricultura pioneira encontra agora condições cada vez menos favoráveis e também a cultura cafeeira conta com condições igualmente adversas para assegurar colheitas regulares.

O mês de abril assinala a passagem da estação chuvosa para a seca. Inaugura-se então a época das colheitas, com as do algodão, do arroz, do milho e do tungue. Termina então a colheita das folhas de amoreira, assim como o arrancamento do amendoim e da batatinha, culturas alimentícias do período úmido. Já então os derrubadores se preparam para abater novas glebas da floresta. Abril recebe menos de 75 mm de chuva, em média, em quase todas as áreas pioneiras, sendo a diferença com relação a março da ordem de 45 a 50%. Essa diferença é mais sensível a oeste do que a leste.

A passagem da estação chuvosa para a seca não é particularmente percebida pelo agricultor paulista, que não conhece a sensação de um outono. Para o homem da terra, a estação seca começa em abril e só terminará em setembro. Existem, contudo, nesses seis meses diferenças apreciáveis; mas como correspondem a um grupo de trabalhos rurais facilmente definidos, como os de colheita, é preferível considerá-los em bloco antes de os analisar em detalhes.<sup>21</sup>

Desde Londrina até Franca, os seis meses em causa não recebem mais do que 22%, em média, do total das chuvas anuais. As porcentagens mais elevadas correspondem a áreas ao sul e a sudoeste, com 28% em Londrina, 31% em Porto Tibiriçá, 28% em Presidente Epitácio, 29% em Campos Novos, 27% em Ourinhos e 31% em Rancheira.

(19) Mello (Isaias de), "Estudo das freqüências das chuvas em São Paulo", *Boletim D.E.R.*, São Paulo, 1944, vol. X-4, abril, pp. 47-50.

(20) *Idem*, "Dados pluviométricos para o cálculo da drenagem", *Boletim D.E.R.*, São Paulo, 1944, vol. X-2, abril, pp. 61-65.

(21) A mesma duração foi atribuída à estação seca pelo botânico Warming, em seu trabalho "Lagoa Santa (Brasil), étude de géographie botanique", *Rev. Gén. de Botanique*, Paris, 1893, t. 5, pp. 145-158 e pp. 209-223. Cf. p. 145.

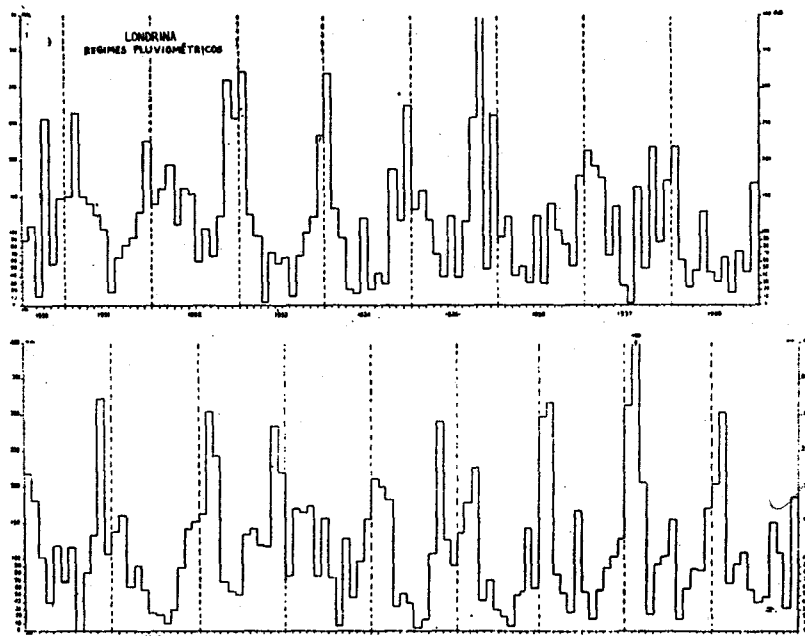


Fig. 6. Precipitação mensal em Londrina (informações fornecidas pela Cia. de Terras do Norte do Paraná).

ria. O alto da *cuesta*, desde Avaré até Jaú e Brotas, mantém-se acima da média (28% em Jaú). A escassez das chuvas do semestre, por outro lado, acentua-se desde a margem direita do rio do Peixe, por exemplo no espigão onde estão situadas Gália e Marília (17% e 20%, respectivamente) e na zona da Noroeste do Brasil (Lins 16%). O vale do baixo Tietê é área de penetração das influências meridionais, que sobem pelo vale do Paraná. Assim, a porcentagem das chuvas é de 16% em Dourado, 14% em Rio Preto, 19% em Barretos e 16% em Franca. Nessa área os acidentes climáticos da estação são mais frequentes e graves.

O quadro esboçado à luz daqueles dados médios mostra uma situação de inverno oposta à que acontece no verão. Nessa estação os planaltos situados ao norte do Tietê eram os mais expostos à chuva; eles são agora os mais secos. A isoietas de 80 mm, referente à média dos três meses de inverno (junho, julho e agosto) passa pelo espigão em que se acha a Alta Sorocabana, à exceção da área mais elevada (600 m), que vai de Monte Alto até Taquaritinga. O vale do Tietê e a vertente norte do espigão percorrido pela E. F. Noroeste do Brasil colocam-se entre as isoietas de 80 a 100 mm. Uma pequena área, entre Franca e o

rio Grande, não recebe mais do que 50 mm.<sup>22</sup> Em compensação, a Alta Sorocabana fica dentro da faixa de 120 mm e o norte do Paraná recebe, pelo menos, 200 mm durante os meses da "estiagem". A situação geral nos meses de inverno é, portanto, mais nítida do que no verão: na realidade a influência continental opõe-se mais fortemente ainda ao domínio das influências meridionais e, conseqüentemente, às chuvas melhor distribuídas da região sul. Pode-se agora compreender alguns dos obstáculos que se antepõem à marcha pioneira.<sup>23</sup>

A seqüência do tempo na estação seca não se faz no mesmo ritmo, para o conjunto das áreas de planalto. Assim, maio apresenta-se mais úmido do que abril, ao sul do espigão da Alta Paulista, o que pode ser verificado nos dados pluviométricos de Londrina, Jataizinho e Salto Grande, por exemplo. Perto da *cuesta*, as médias dos dois meses se equilibram, assim como em Avaré e Marília e mesmo mais a oeste, em Presidente Epitácio. Mas em Rio Preto e Ribeirão Preto as precipitações de maio não são senão 44% das que ocorrem em abril, em Barretos equivalem a 39%, em Uberaba a 33% e em Araxá a 25%. Vê-se, portanto, que o período seco, que é mais acentuado ao norte da região pioneira, também aí se instala mais cedo. Entre as duas áreas, situa-se uma zona marginal, onde Araçatuba aparece em maio com três quartos das chuvas de abril, enquanto que Lins tem 64%, Rancharia (usina Quatiara, no rio do Peixe) surge com 89% e Garça com 60%. Os vales dos afluentes do rio Paraná, que é o grande corredor de penetração, conservam melhor do que o planalto os caracteres do regime pluviométrico do Sul.<sup>24</sup>

As variantes regionais repercutem no escalonamento dos trabalhos agrícolas e, antes de mais nada, no calendário da colheita do café. Desde o fim de abril e, principalmente, nas primeiras semanas de maio, inicia-se a colheita na Alta Araraquarense e também em Marília e Tupã (Alta Paulista). Os fazendeiros aproveitam-se da existência de uma estiagem mais longa para distribuir melhor as tarefas, pois têm mais tempo para expor ao sol os grãos de café (nos terreiros), assim como para escapar das geadas tardias e encerrar as atividades antes da

(22) Setzer (José), "Contribuição...", p. 50, carta nº 6 e p. 48, carta nº 3. Note-se que essas cartas têm valor estritamente informativo, porque foram traçadas utilizando documentação sujeito a restrições. O autor teve de fazer numerosas interpolações. O mesmo se aplica à maior parte dos dados citados neste capítulo.

(23) Preston James estudou a questão em seu artigo publicado na *Geographical Review*, "The Coffee Lands of Southeastern Brazil", com um pessimismo que não foi confirmado pelos fatos.

(24) Trata-se dos afluentes situados ao sul do rio Tietê. Os afluentes paulistas do rio Grande, como o Pardo e o Moji-Guaçu, ao contrário, ajudam a penetração das influências do tipo Brasil Central até Jabuticabal, São Simão e Piraçununga.

volta das chuvas, na primavera. São vantagens preciosas, com que não contam integralmente os fazendeiros da Alta Sorocabana e do Paraná.

A diminuição da umidade no outono é mais útil para a organização do trabalho do que para a vida dos cafeeiros. Estes não têm muito a temer das chuvas de abril-maio, ao contrário do que acontece com o algodoeiro. As necessidades das duas plantas básicas para a economia pioneira não se harmonizam nesta época do ano. A colheita do algodão, que começa em abril, generaliza-se em maio. Se chove, não só é preciso interromper o trabalho, o que obrigará a concentrar as tarefas em outro momento, contando com mão-de-obra limitada, como as fibras dos frutos já abertos são estragadas pela umidade, ao mesmo tempo em que se desenvolve folhagem prejudicial e as pragas propagam-se facilmente.

A colheita do arroz e a operação de bater, efetuada ao ar livre, terminam quase sempre no decorrer de maio. As colheitas do milho, do ricino e do tungue começam em abril e prosseguem durante vários meses, em função da marcha da colheita do algodão e do café, aproveitando a disponibilidade de trabalhadores. Plantam-se também feijões que se desenvolverão na estação seca (feijão da seca), o que em Londrina se faz um pouco mais tarde. As derrubadas já iniciadas em Aguapeí, começam, por sua vez, nas florestas da Alta Paulista. Trata-se, portanto, do período em que a vida rural se torna mais ativa e em que a animação, mais ou menos precoce ou mais ou menos acelerada, vai adaptar-se às regiões e aos azares do ano.

Esses azares são tão freqüentes, que é impossível precisar as datas do início desta ou daquela colheita, ou o final de cada cultivo. Não existe nestas regiões pioneiras nada que se possa comparar às datas consideradas fatídicas e assinaladas por festas e comemorações religiosas, tão familiares tanto ao cultivador da vinha no Mediterrâneo como ao camponês da Europa Central. O povoamento é aqui muito jovem e a população muito heterogênea para que pudesse ter sido elaborado um folclore; mas também a incerteza dos fenômenos climáticos deve ter contribuído.

As médias pluviométricas de Rio Preto são, para abril de 63 mm e para maio de 28 mm; entretanto, em 1930 as chuvas foram de 71 e 125 mm, para cair a 10 e 0 mm em 1942, e 6 e 0 mm em 1943, sempre nos meses referidos de abril e maio. Na fazenda Suíça abril de 1939 recebeu 41 mm, contra 186 mm caídos em maio; mas no ano seguinte houve chuvas de 89 mm em abril e 42 mm em maio; em 1942 os dados foram 114 mm e 42 mm e em 1943 desceram a 34 mm e 0 mm, respectivamente. Em Pompéia as precipitações de abril foram de 52 mm, 362 mm e 86 mm, nos anos de 1941, 1942 e 1943, respectivamente; em maio dos mesmos anos foram de 45 mm, 142 mm e 0 mm. No norte do Paraná, em quinze anos de observações, abril foi mais chuvoso do que

maio em sete ocasiões; mas em 1939 maio recebeu 119 mm e abril 42 mm e a média do período passou a ser maior em maio.

A instabilidade manifestada pelos últimos meses da estação chuvosa torna-se mais evidente. O período intermediário entre as estações é tipicamente instável, com graves reflexos na agricultura. As colheitas de algodão foram comprometidas em 1942 e 1945, principalmente devido à seqüência de fortes chuvas no outono; no último ano citado, quando das chuvas anormais do início da estação seca, foi necessário fazer três repasses, pelo menos, nas plantações, por causa do mau desenvolvimento das fibras. Mas em 1943 a estação seca foi muito precoce e então comprometeram-se as lavouras do feijão da seca e as pastagens secaram rapidamente. Como é principalmente no rio Grande, isto é, na fronteira norte da região pioneira, que a seca tem maior tendência a aparecer precocemente e sendo essa, precisamente, a principal área de invernadas para o gado, a situação na área é particularmente delicada.

A passagem de maio a junho repete e exagera mesmo a de abril a maio. Só as partes norte e noroeste da região conhecem nova redução das precipitações, embora fraca. Assim, Barretos recebe em junho 74% das chuvas de maio e Rio Preto 60% (médias, respectivamente, de 29 e 28 mm), o que é normal, uma vez que maio apresenta-se já notoriamente seco. Nos pontos em que a pluviosidade de maio conservou-se elevada, o mês de junho apresenta-se mais seco, embora a diferença não seja considerável. Assim, as chuvas de junho correspondem a 73% das de maio em Salto Grande, 60% em Ourinho, 64% em Rancharia e 58% em Presidente Epitácio. Em todas essas localidades a diminuição das chuvas em junho faz-se com certo atraso. No conjunto, porém, junho é mais úmido do que maio, o que pode ser observado tanto em Ribeirão Preto, que está em relativa proximidade do Brasil Central, como em Jaú, Marília, Araçatuba e Campos Novos, e também em Londrina. Se se tratasse de consequência direta do solstício de inverno, a pluviosidade de junho deveria estender-se por todo o planalto. Mas é provavelmente a situação atmosférica o fator mais importante desta retomada da umidade: consiste nos avanços da frente polar, no momento em que o regime de altas pressões tropicais não terminou de se implantar.

Julho é, incontestavelmente, mais seco do que junho. As médias descem a 7 mm em Rio Preto, 10 mm nas quedas de Marimondo, no rio Grande, 6 mm em Araraquara, 15 mm em Jabuticabal, 17 mm em Barretos, 22 mm em Franca. Na faixa de noroeste, as cifras oscilam entre 15 e 25 mm. Elas são mais altas na Alta Paulista (Marília 35 mm) e na Alta Sorocabana (31 mm em Presidente Epitácio, 34 em Ourinhos e em Salto Grande), e mais ainda em Londrina, que recebe 58 mm.

Em agosto a seca acentua-se na Alta Paulista e na Noroeste, quando já está batendo em retirada na Alta Sorocabana e em Londrina, que recebe 65 mm. O tipo Brasil Central expande-se, progressivamente, em direção ao sul, mas só atinge os limites meridionais com um mês de atraso.

As chuvas recrudescem novamente em setembro, que se mantém, porém, abaixo de 75 mm, mesmo no vale do Paranapanema. Esse último mês da estação seca é, quase sempre, menos úmido do que maio e mesmo do que abril. Dessa forma, no começo da primavera as diferenças pluviométricas entre as diversas áreas tendem a reduzir-se, com exceção do norte do Paraná, onde Londrina registra a média de 91 mm.

Seria insuficiente a idéia sobre as condições criadas pela estiagem à agricultura, se nos detivéssemos no exame das médias somente. Na realidade, as irregularidades são maiores durante os meses secos do que na estação das grandes chuvas. As características próprias de cada área têm também as maiores conseqüências. No mês de julho, no momento em que a colheita do algodão está terminando, a do café acha-se no auge e concentra toda a atividade. Mas nessa ocasião já se abrem flores precoces (temporãs), que correm o risco de se perderem sob chuvas inesperadas. A fecundação será feita em condições defeituosas e os frutos da próxima safra serão de má qualidade.

Se as chuvas reaparecerem em agosto, toda a safra seguinte sofrerá. Os grãos de café muito úmidos secarão mal e ficarão marcados pela umidade. Insetos proliferarão então, a broca do café (*Stephanodores*) passará de plantaço a plantaço e as comprometerá por longo período. Em 1947, sob chuvas que não cessaram durante todo o inverno, a broca contaminou os cafezais da bacia do alto rio Feio, nos municípios de Pirajuí, Presidente Alves e Avaí, além dos de Guarantã, Gália e Garça e também na região de Ipaçu, Xavantes e Ourinhos.<sup>25</sup> Foi, sem dúvida, um ano excepcional, caracterizado pela continuidade das chuvas.

Mesmo em anos cujos totais se avizinham da normalidade, registram-se fortes variações de um para outro mês. Em uma série de treze anos de observações, a região de Ribeirão Preto-Franca foi a que apresentou os maiores desvios da média pluviométrica nos três meses do verão. Na Alta Araraquarense, no posto pluviométrico de Engenheiro Schmidt (Rio Preto), o mês de setembro apresentou os seguintes registros em quatro anos: 1938, 27 mm; 1939, 55 mm; 1940, 21 mm e 1941, 197 mm. Em Pompéia choveu exatamente quinze vezes mais em julho de 1940 (225 mm) do que em julho de 1939 (15 mm). Ainda uma  
(25) SERRA (C. A.). "O repasse e o combate à broca do café", *O Estado de S. Paulo*, 3 de outubro de 1947.

vez, a irregularidade parece acentuar-se no oeste, que é mais continental, do que no leste, este já mais oceânico.

Na zona pioneira do Paraná não são desconhecidos acidentes do mesmo gênero: em dezesseis anos de observações, o mês de agosto teve cinco vezes precipitações correspondentes ao dobro de sua média (65 mm) e cinco vezes chuvas inferiores a 10 mm, chegando a 0 mm em 1939. Em um dos pontos mais altos do norte do Paraná, o espigão de Apucarana, a 870 m, é possível observar como os planaltos pioneiros participam de dois domínios climáticos diferentes. Não é raro observar um horizonte distante, claro e ensolarado, na direção norte, enquanto que, ao sul, uma frente fria que avança encobre o céu. Em alguns dias, a chuva, desencadeada a partir das cristas da serra Geral, invadirá todo o planalto. O fato é mais sensível nessa região de Londrina-Apucarana, justamente por ser a mais elevada e a mais meridional das áreas pioneiras.

Paralelamente, a estiagem é relativamente suave na região. Junho tem a média de 66 mm, julho 58, agosto 65 e setembro 91. A conseqüência dessa pluviosidade do tipo subtropical, reside essencialmente na impossibilidade de iniciar a colheita do café no momento mais favorável. Por outro lado, como a curva da pluviosidade sobe rapidamente, as operações em torno do café têm de ser feitas em ritmo apressado, se os fazendeiros quiserem ver acabados a tempo os trabalhos da colheita.

Uma pluviosidade muito grande em setembro complica e torna menos eficiente o trabalho final do colono que está cumprindo as tarefas finais do seu contrato. Os cafeeiros confiados aos seus cuidados deverão ser deixados em bom estado para a estação das chuvas. Se durante a colheita o solo foi mantido desembaraçado e limpo, agora é preciso juntar e amontoar os galhos, as folhas caídas e os frutos apodrecidos ao pé dos arbustos, a que servirão de adubo. Se essa "juntação do cisco" ou das varreduras não for feita antes das grandes chuvas, perder-se-á uma vantagem considerável. No norte do Paraná não encontramos entre a estação das chuvas e a da seca uma alternância ideal, como a que em 1880 suscitava um vigoroso otimismo entre os fazendeiros de Ribeirão Preto. Em Porto Mendes e Guaíra, só o mês de julho apresenta uma tendência à estiagem. Se a cultura cafeeira obstinar-se na progressão que vem fazendo além do rio Ivaí, as condições pluviométricas irão comprometê-las. Será necessário, então, que os pioneiros se desobriguem de sua cultura tradicional, sob pena de se exporem a sérias decepções.

Em julho, agosto e setembro, quase toda a atividade rural é consagrada ao café. Devem ser acrescentadas, naqueles meses, a colheita do feijão e da batata, além da limpeza e preparação das terras em que será semeado o algodão. Nas novas derrubadas, as árvores

abatidas têm tempo para secar, antes de serem consumidas pelo fogo. As queimadas começam em agosto em Marília e Aguapeí e em setembro nos novos municípios da Alta Araraquarense, onde a seca tem maior duração. Derrubadas e culturas são duas atividades que suportam bem um prolongamento da estação seca, embora a ausência de umidade em setembro seja prejudicial à primeira floração dos cafeeiros. Em compensação, as pastagens são gravemente afetadas por uma estiagem prolongada. As hastes endurecidas e ressequidas das gramíneas amarelecidas fornecem ao gado emagrecido uma ração bem medíocre. Os rebanhos que são levados das zonas de criação para as invernadas sofrem sede nas pastagens em formação. O solo muito duro, por outro lado, atrasa o plantio do capim. O final do inverno e o início da primavera são marcados, portanto, por um desacerto no suprimento de água, tanto para as atividades agrícolas como para as pastoris.

Esse desacerto tornou-se mais sensível nos últimos anos, de um lado, devido ao aumento das culturas alimentícias dos pequenos proprietários, que são cada vez mais numerosos e, de outro lado, causadas pela extensão de novas pastagens para a engorda do gado (invernadas). As secas sucessivas dos anos de 1938 a 1945 evidenciaram-no.<sup>26</sup> Desde 1938 verificou-se que os meses de maio e agosto foram excepcionalmente secos, enquanto nos demais meses as precipitações frequentemente reduziam-se. Em 1944 não se recolheu mais do que uma dezena de milímetros de chuva de maio a setembro, em numerosos municípios da região pioneira. Semelhantes secas eram moderadamente inconvenientes nos tempos da monocultura cafeeira. Hoje elas são muito mais temidas. Nos anos de 1940-45, bastava circular pelas zonas pioneiras para que se recolhesse o eco das queixas feitas pelos sitiantes e para verificar o triste aspecto do gado, lamentavelmente descarnado. Se a criação de gado continuar desenvolvendo-se, as secas de muito longa duração poderão tornar-se verdadeiras calamidades, no futuro.

Os planaltos ocidentais de São Paulo e os do norte do Paraná apresentam em toda a sua extensão, como acabamos de ver, um regime pluviométrico de tipo tropical indiscutível. Certamente, como sempre acontece, esse regime é acompanhado pela irregularidade das chuvas e também das colheitas. O fazendeiro se compraz em afirmar, com pessimismo bem camponês, que em vinte anos não há senão quatro boas colheitas de café.

O ar de família que pode ser encontrado de Franca a Londrina e dos altos da *cuesta* até as barrancas do rio Paraná, esconde, porém,

(26) Numerosas referências em Setzer, "Contribuição..." e Sampaio Ferraz, "Chuvas do Estado de São Paulo", *O Estado de S. Paulo*, 2 de maio, 26 de agosto e 9 de dezembro de 1946.

uma dupla diferenciação: de um lado particularidades diversas entre o leste e o oeste, de outro lado, a passagem de uma região climática para outra,<sup>27</sup> do norte para o sul. A posição geográfica das zonas pioneiras e sua situação em face dos centros de ação atmosférica, explicam as variantes regionais. Se a experiência permite verdadeiramente o reconhecimento dessas diferenças, de que o pioneiro não percebe o valor tão bem como o geógrafo, este pode entrever a proximidade de limites climáticos, que aparecerão melhor com o conhecimento da marcha das temperaturas.

### C) TEMPERATURAS

As temperaturas do ar, como as chuvas, têm o mesmo ar de família em toda a zona pioneira. O termômetro começa a subir com as primeiras chuvas e o maior calor coincide com as maiores precipitações. São dias de calor insuportável do verão tropical, com noites em que a temperatura quase não desce.

No outono, a temperatura tem uma marcha para baixo mais rápida do que a subida feita na primavera; as mínimas vão corresponder à estação seca. Durante os belos dias ensolarados e quentes daquela estação, pode-se pensar em algum agradável mês de junho ou julho na *Île-de-France*; mas no crepúsculo, que é um episódio rápido, o frio aparece subitamente. Então, no interior da floresta, experimenta-se verdadeiramente uma sensação de frio e chega-se até a desejar uma fogueira que torne a noite mais agradável. De manhã, quando o sol aquece rapidamente os altos, os vales continuam frios e assim permanecem já com a manhã bem avançada.

No entanto, essa marcha regular que aparece em todos os gráficos de temperatura dissimula muitas variantes e propõe tantos problemas de limites como de analogia com os gráficos pluviométricos. As médias não testemunham os golpes bruscos do termômetro, nem a incidência do fenômeno na elaboração da paisagem.

O fato mais característico a observar, sob uma pequena diferença de latitude (20°S no alinhamento do rio Grande, ao norte, até 23°S na região de Londrina) é uma acentuação sensível do inverno na direção do Trópico. As médias anuais são de 22,8° em Igarapava e 21,9° em Rio Preto, no norte; em Avaí e em Campos Novos não chegam senão a 20,6° e 20,9°, respectivamente, e baixam para 19° no norte do Paraná.

(27) A região de Botucatu parece constituir-se em uma pequena unidade climática original. A altitude atua, juntamente com a posição meridional e, em determinados anos, as chuvas do inverno são mais importantes do que as do verão, com predomínio dos ventos de SE e SW. Cf. Setzer, p. 198.



O verão, que nos gráficos referentes às localidades da região setentrional, assume aspecto de um planalto, tende a aparecer como simples cunha, nos traçados representando as temperaturas mensais na Alta Sorocabana. Entretanto, as médias do trimestre de verão são, com pequenas diferenças, as mesmas em toda parte: 23,1° em Campos Novos e em Avaí, 24,2° em Araçatuba, 24,7° em Rio Preto, sendo que as curtas séries feitas por Maack em Rolândia<sup>28</sup> deram 23,4°. O verão não permite, assim, distinguir variantes regionais. Também as curvas das máximas absolutas apresentam-se em toda a parte de maneira idêntica durante a estação chuvosa.

A baixa mais ou menos acentuada durante o período seco põe em maior destaque o ritmo termométrico das diferentes zonas pioneiras e, conseqüentemente, também a relação entre os tipos climáticos, a situação geográfica e a circulação atmosférica. A média do trimestre de inverno é de 18,8° em Araçatuba e 17,5° em Rio Preto e superior a 20° em Igarapava e Pereira Barreto, todas localizadas ao norte. Desce para 17,1° em Campos Novos, 16,9° em Avaí e 17,1° em Rolândia (de acordo com os dados de Maack). Sem que tirasse conclusões geográficas, Setzer traçou cartogramas que têm interesse na elucidação desse conjunto de fatos. Dois entre eles representam as isotermas do mês mais quente (janeiro) e mês mais frio (às vezes junho, no oeste, mais freqüentemente julho) para temperaturas reduzidas ao nível do mar. Enquanto a diferença entre as isotermas mais meridionais e as mais setentrionais não passam de 0,8° no verão (27,8° no rio Grande, 27° no norte do Paraná), é de cerca de 3° no inverno (22° no norte, 19° no sul).

O cartograma das isoamplitudes mostra a curva de 8° no norte do Paraná, paralelamente ao curso do rio Paranapanema, enquanto que a de 6° acompanha, aproximadamente, o espigão onde está a E. F. Araraquarense e daí até o canto nordeste do Estado de São Paulo (região de Franca-Igarapava), entre o bolsão desenhado pela curva de 5°. <sup>29</sup> As diferenças baseadas na latitude não são, porém, as únicas: os vales do Paraná e de seus afluentes trazem um novo elemento de diversificação, que pode ser observado quando se comparam as médias já citadas, de duas localidades da região setentrional (de um lado, Rio Preto, a 480 m de altitude e afastada de um grande rio, e de outro, Araçatuba, a 380 m e muito próxima do rio Tietê. A jusante de Araçatuba, o posto da fazenda Tietê (município de Pereira Barreto) tem média ligeiramente superior (22,4°) e o mês de fevereiro chega a atingir

(28) Maack (R.), *Obra citada*, pp. 221-222.

(29) Setzer (José), "Contribuição...", cartas 18, 19 e 20, com as mesmas reservas feitas na nota 22.

26°. <sup>30</sup> No rio Paraná, já bem ao sul, Porto Tibiriçá tem um regime térmico análogo ao de Três Lagoas e de Igarapava, com valores ligeiramente inferiores. O tipo térmico do Brasil Central insinua-se, assim, pelo Trópico, através dos vales e rios dos planaltos pioneiros.

Tanto nas temperaturas como na pluviosidade, por outro lado, aparece uma diferença entre o oeste, que é mais baixo, mais continental e mais quente, e o leste, mais elevado e melhor exposto aos ventos de sul e sudeste. Em todas as estações do ano registram-se temperaturas mais altas nos municípios ocidentais, sendo as diferenças mais sensíveis no outono. Trata-se de nuanças e só uma rede meteorológica mais densa e com séries mais longas permitiria caracterizar e delimitar climas locais no interior dos planaltos de São Paulo e do norte do Paraná.

A existência desses climas locais está ligada, sem dúvida, à situação geográfica e também às condições do solo e do relevo, assuntos de que teremos ocasião de tratar novamente. Pode-se estabelecer uma relação entre as temperaturas mais altas e a pluviosidade menos forte, de um lado, e a presença de solos arenosos com uma pobre vegetação do tipo savana, de outro lado. Isso ocorre, por exemplo, em torno de Araçatuba e entre Agudos e Campos Novos. <sup>31</sup> É certo, portanto, que a uniformidade climática dos planaltos é mais aparente do que real e que, na medida em que se povoam e talvez sob a ação direta do homem, as nuanças aparecem e a diversificação acentua-se.

A duração desigual da fase das temperaturas mais altas é um aspecto de interesse para a colonização. Para medir essa duração, cuja importância fisiológica não precisa ser acentuada, pode-se observar o comportamento de dois valores críticos da média térmica mensal: 23 e 16 graus centígrados. <sup>32</sup> Em nenhum ponto dos planaltos a temperatura mantém-se acima de 23° durante os doze meses do ano. Isso acontece durante oito meses, no baixo Tietê, no vale do Paraná a montante de Três Lagoas e nos municípios da área setentrional. Os espigões mais ocidentais, onde as derrubadas foram mais intensas, conservam durante um período de quatro ou cinco meses temperaturas médias superiores a 23°; mas à medida que se chega mais próximo do alto da *cuesta*, a duração do calor mais intenso não excede três meses. Localidades como Avaré e Botucatu não atingem mesmo em nenhum mês aquela temperatura crítica. Em compensação, a zona pioneira do norte

(30) Observações referentes a um período de nove anos, fornecidas pela direção da fazenda Tietê.

(31) Setzer (José), "Contribuição...", pp. 37-38.

(32) Sorre (M.), *Fondements biologiques de la géographie humaine*, Paris, 1943, 440 pp.

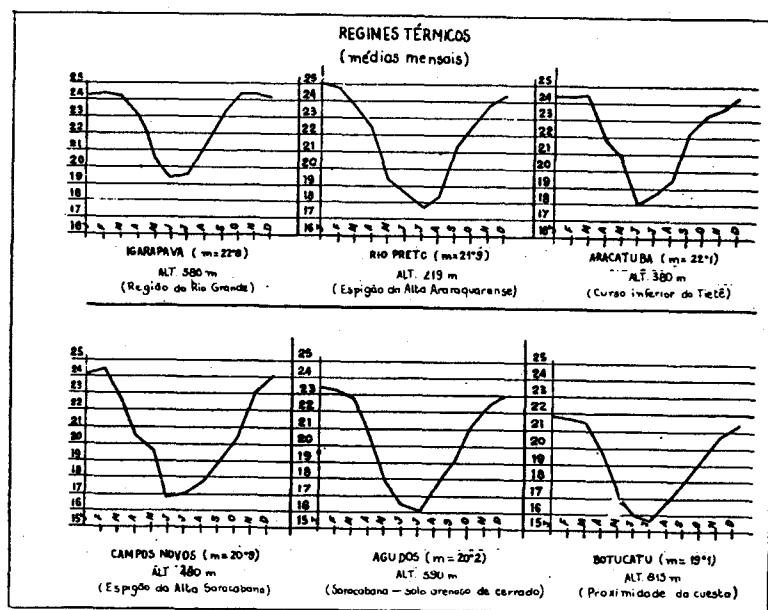


Fig. 7. Regimes térmicos da faixa pioneira (De acordo com os dados de Setzer).

do Paraná conhece quatro meses com mais de 23°. Quanto à média mensal de 16°, o domínio é dos mais restritos, pois só foi anotada em Botucatu e Avaré, devendo ocorrer também nos pontos mais elevados dos arredores de Londrina e Apucarana.

A marcha tradicional em direção ao rio Paraná não levou os pioneiros a climas mais favoráveis, pelo menos se forem considerados os dados climáticos gerais. Pode-se observar que na Depressão Periférica, onde se encontram cidades como Itu, Piracicaba, Campinas, Araras e Rio Claro, em que teve origem a vaga de povoamento que invadiu os planaltos ocidentais, o período de calor acima de 23° é mais curto. Ao contrário da marcha para oeste, o avanço recente em direção ao Estado do Paraná levou a colonização a um clima que parece mais propício, embora seja inseguro fixar limites numéricos muito rígidos. Limitemo-nos, no caso, a afirmar que o conjunto das regiões pioneiras encontra-se já nos limites das regiões que são, ao mesmo tempo, quentes e úmidas. Em toda a área, a agricultura não necessita de irrigação; mas só o norte conserva durante todo o ano médias mensais iguais ou

superiores a 18°,<sup>33</sup> aparecendo assim constantemente como um prolongamento do Brasil Central. Já nos espigões da Noroeste, da Alta Paulista, da Alta Sorocabana e do norte do Paraná, as condições pluviométricas e térmicas oferecidas à colonização européia são as de uma zona marginal a países de clima tropical. No norte do Paraná, quanto mais avança a onda do povoamento, mais favorável se torna a situação.

Será esta situação igualmente favorável para as culturas tropicais que são a base da economia pioneira? Ora, uma região marginal não reúne, aparentemente, todas as condições *optima* necessárias às plantações de café e de algodão. Até que ponto essas condições se realizam e até onde as médias térmicas escondem, como as pluviométricas, perigosas anomalias? Uma vez que é principalmente na estação seca que se tornam visíveis as nuances entre as regiões termométricas, é durante essa estação que os acidentes podem ser melhor observados. Já assinalamos o contraste entre os dias quentes e ensolarados do inverno e as noites singularmente frescas dessa estação. Embora tenhamos estimado que a temperatura passa de 5 a 6° nas manhãs, a 22 e 27° depois do meio-dia, não é possível precisar as oscilações diurnas. Na sua falta, podemos reportar-nos às indicações das máximas e mínimas térmicas absolutas. Se a curva das máximas manifesta uma relativa estabilidade durante todo o ano, a das mínimas mostra claramente que a maior irregularidade ocorre no período seco.

O ano de 1941, por nós considerado como indicativo de marcha regular das temperaturas nos planaltos da área pioneira, teve a vantagem de assinalar bem o rigor das ondas de frio, sem que estas tenham sido catastróficas. As máximas absolutas, no decurso dos meses de inverno, mantiveram-se, então, acima ou em torno de 30°; mas as mínimas caíram rapidamente desde o mês de maio, que registrou 1,5° em Londrina, 1° em Presidente Prudente, 2,5° em Araçatuba e 3° em Catanduva e continuaram inferiores a 10° até a primavera, com queda bastante sensível em setembro.

Tais golpes de frio, pouco comuns nessas latitudes, representam real perigo para a agricultura tropical. Os menos nocivos têm ação local e não atingem senão os vales e encostas inferiores. Os fazendeiros já há muito conhecem a inversão térmica que, como consequência da radiação noturna, ocasiona neblinas frias e mesmo geadas brancas nas baixadas. Nas manhãs do inverno, um espetáculo cotidiano são as longas faixas de neblina densa assinalando os vales. Quando o sol as desfaz, podem-se ainda reconhecer os maiores vales pelas faixas de

(33) Gourou (Pierre), *Les pays tropicaux*, Paris, 1947, VIII-199 pp., p. 1.

floresta poupadas pelos derrubadores; isso porque as plantações dão-se mal com as neblinas de fundo de vale e é preferível conservar aí a floresta intacta.

As neblinas limitam, sem dúvida, a formação da geada; mas, nas plantações, as pequenas ondulações do terreno desprovido de cursos d'água comportam-se como "ninhos de geada", na expressão local. A ameaça de geada branca é maior quanto mais avançado estiver o período seco. Mas a razão por que as plantações de café jamais atingem as baixadas, baseia-se na experiência, como na região paulista chamada Noroeste, em que se afirma que o café não prospera bem senão entre 300 e 600 metros de altitude, pois tanto acima como para baixo deve-se temer a geada.<sup>34</sup> Essa indicação deve ser tomada no sentido lato, pois no norte do Paraná vem sendo plantado café com bela aparência a mais de 700 metros. Quanto às encostas inferiores, elas permanecem sempre cobertas por florestas nos vales dos maiores rios, e ocupadas por pastagens nos pequenos vales.

Portanto, as paisagens organizam-se em função de um relevo medíocre e também de um clima, este marcado pela forte oscilação cotidiana no inverno. Mas não se trata dos únicos traços das paisagens a refletir o regime termométrico de uma área marginal. Ao mesmo tempo em que fogem dos fundos de vale, os agricultores evitam as vertentes muito expostas aos ventos frios do sul e do sudeste. Uma experiência que data de tempos bem recuados, quando se faziam plantações na serra do Mar e nos contrafortes da Mantiqueira, ensinou-lhes que os cafezais expostos ao sul eram piores do que os das vertentes voltadas para o norte. No interior do Estado de São Paulo, a topografia dos planaltos não é suficientemente movimentada para que as vertentes desfavoráveis sejam completamente abandonadas. Mas no norte do Paraná, ao contrário, a dissimetria da paisagem é nítida nas duas encostas do espigão Londrina-Apucarana, que sobe de 610 a 870 metros. Enquanto a encosta favorável, a "soalheira", está quase inteiramente coberta por cafezais jovens e vigorosos, a do sul apresenta-se ainda muito recoberta pela floresta.<sup>35</sup> A Companhia de Colonização não procurou estender a sua ação nessa última direção e, para assegurar sucesso inicial ao empreendimento, começou a vender lotes de terra em áreas protegidas dos ventos frios. Assim, quando se percorre o trecho Apucarana-Marilândia-Eldorado, raramente se vêem cafezais; em compensação, foi aí que se ensaiaram culturas de trigo e é onde a densidade das araucárias nativas assume importância.

A altitude e a energia do relevo não são os únicos fatores que contribuem para tornar mais sensível na região o contraste entre as

(34) Piettre, *Obra citada*, p. 32.

(35) A encosta fria é chamada "noruega", embora esteja voltada para o sul.

duas encostas: o planalto de Londrina acha-se próximo do domínio de maior atividade dos ventos frios de origem polar. A pequena distância, Garapuava tem temperatura média anual de apenas 16,4° e aí registram-se mínimas absolutas de -2° e mesmo de -4°.<sup>36</sup> Em Guaíra, à margem do rio Paraná, o frio é realmente desagradável. Além do rio Ivaí, de acordo com a opinião de experimentados fazendeiros, os perigos do resfriamento noturno e das geadas brancas são maiores do que na região de Londrina. As plantações de café que se pretenda fazer nessa área deverão ficar estritamente limitadas aos altos dos espigões. Segundo conselheiros mais prudentes, seria preferível não arriscar o plantio na margem esquerda do Ivaí, onde, por outro lado, já indicamos as dificuldades que o regime das chuvas parece opor às culturas tropicais. Tudo indica que se trata de um limite à marcha do café, que está para ser atingido, se é que já não o foi.

Os avanços da frente polar (*Pa*), que são especialmente temíveis no Paraná, ultrapassam esse Estado de maneira catastrófica. Uma grande seca ou uma pluviosidade excepcional no inverno ocasionam a perda de uma colheita. Mas a invasão maciça de vagas de frio destrói plantações inteiras. A história da cafeicultura paulista está marcada pelos desastres causados pelas ondas de frio: 1842, junho de 1870, agosto de 1920, junho de 1918 e setembro de 1943 foram, entre outros, anos nefastos. O mecanismo desses golpes de frio, descrito muitas vezes,<sup>37</sup> consiste no avanço da frente polar, facilitado pelo aquecimento do continente e a resultante aspiração de ar, antes da entrada da massa *Ta*. Os ventos resultantes, do norte e de noroeste, são seguidos por fortes chuvas que assinalam o encontro das massas de ar quente e fria. No dia seguinte, registra-se uma ligeira alta do termômetro, seguida, depois da parada da chuva, por uma baixa súbita, com ventos violentos de sul e sudoeste. Quando os ventos começam a se acalmar, a temperatura cai à noite a 0 grau e mesmo abaixo. Os cafeeiros ainda molhados pela chuva frontal, que não pôde ser evaporada por um sol relativamente moderado na véspera, são agora inteiramente queimados; suas folhas escurecidas justificam a expressão "geada preta". Nas baixadas, as poças d'água são, por vezes, recobertas por fina camada de gelo e os cafeeiros ficam irremediavelmente perdidos.

(36) Morize (E.), *Contribuição ao estudo do clima do Brasil*, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Observatório Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1922, VI-118pp.

(37) d'Utra (Gustavo R. P.), *As geadas e os meios possíveis de prevenir ou atenuar os seus efeitos sobre a vegetação*, São Paulo, 1919, 58 pp.; Ramos, *O café no Brasil*, p. 583; Rawitscher (F.), "Geadas brancas e geadas pretas", *Folha da Manhã*, São Paulo, 21 de setembro de 1943; Rawitscher (F.), "Problemas de fitoecologia, com considerações especiais sobre o Brasil Meridional", separata do *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Botânica*, n.º 3, São Paulo, 1942, 1.ª parte, pp. 96 e ss.

Quando a geada preta acontece na primavera, os arbustos são surpreendidos em plena atividade e a seiva chega a gelar.

Os efeitos traduzem-se na queda vertical da produção durante vários anos. Assim, a colheita, que havia sido de 10.148.000 sacas em 1901-1902, depois das geadas de junho de 1902 caiu para 8.350.000 em 1902-1903, e reduziu-se a 6.390.000 sacas em 1903-1904. O desastre foi ainda pior depois do golpe de frio de junho de 1918: de 12.210.000 sacas em 1917-1918, a produção passou a 7.253.000 em 1918-1919 e 4.155.000 em 1919-1920. A geada de setembro de 1943 levou a uma diminuição de 2 milhões de sacas, em relação à colheita anterior.

A geada preta não se limita a arruinar uma colheita, ela aniquila culturas inteiras. É necessário refazer a plantação ou, nos casos menos graves, cortar os arbustos pelo alto e podar todos os galhos inúteis, o que fará retardar cerca de dois anos a volta de sua plena produção. Isso dá uma medida da extensão do desastre econômico. Mas observemos, de passagem, que tais acidentes podem, curiosamente, acelerar os deslocamentos humanos das velhas para as novas regiões pioneiras e que, pelas consequências econômicas, eles têm efeitos semelhantes aos de uma crise de superprodução.<sup>38</sup>

A amplitude das cifras citadas é de tal ordem que é fácil concluir que a vaga de frio cobre todo o Estado de São Paulo, do litoral ao rio Paraná. No Estado de Minas ela parece deixar intactas as plantações, já bastante setentrionais e protegidas pelo revelo muito movimentado e alto, que se antepõe aos anticlones móveis. O sul do Estado de Góias, onde se assinalam novas plantações nos últimos anos, ao contrário, não parece estar livre de sua ação, pois tanto o corredor de penetração que é a calha do rio Paraná, como a monotonia do relevo de Mato Grosso contribuem para a penetração das frentes frias até grandes distâncias para o norte. Trata-se, portanto, de uma calamidade estritamente ligada à posição de São Paulo com relação às correntes de circulação atmosférica. As regiões novas, vizinhas do rio Paraná, não lhe escapam e estão tão expostas a ela como outrora os cafezais de Campinas ou os de Ribeirão Preto.

\* \* \*

Desde o rio Grande até o Ivaí as curvas pluviométricas e os regimes termométricas apresentam marcha semelhante. No entanto, elas testemunham, de uma para outra localidade, a passagem do tipo

(38) Realmente, para compensar as perdas, os fazendeiros põem à venda suas áreas florestais e encontram compradores entre seus empregados. Estes, como os salários acompanham a queda da produção, têm tendência a emigrar em direção às zonas novas.

climático tropical clássico, o do Brasil Central, ao tipo subtropical, que predomina no Brasil Meridional. Não só as médias, como as anomalias, mostram diferenças locais que se revelam pouco a pouco e que, quando vierem a ser melhor conhecidas, permitirão situar com mais exatidão os climas dos planaltos pioneiros na extensa gama dos climas tropicais.<sup>39</sup> Trata-se, de forma geral, da transição entre um clima com período seco bem acentuado a outro tipo climático, este com chuvas no inverno e sem estação seca nitidamente diferenciada. Chegou-se mesmo a atribuir às regiões novas, situadas ao sul do rio Tietê, um clima mesotérmico sem estação seca definida — e isso considerando as precipitações efetivas.<sup>40</sup>

A comparação entre duas localidades bem distintas deve refletir essa oposição. Foi o que fizemos, confrontando os dados de Araçatuba e Presidente Prudente, do ano de 1941,<sup>41</sup> o que, embora tenha sido feito ao acaso, põe logo em destaque que Presidente Prudente tem umidade relativa do ar com maior uniformidade durante todo o ano do que Araçatuba. As médias da estação seca são, respectivamente, 76,3 e 71,2%, enquanto que as médias da estação úmida são 76,9 e 75,5%. Em todas as estações do ano a umidade relativa é maior em Presidente Prudente e a diferença entre a estação chuvosa e a seca é mínima. Essa indicação de que se atenuam os contrastes entre os períodos climáticos, encontra-se também quando se observam os índices de aridez: em Rio Preto o índice do mês mais seco é igual a 3, enquanto o dos seis meses da estação seca é 14 e o da estação das chuvas atinge 62 — contraste violento e significativo. Em Varpa o índice do mês mais seco passa a 6, sendo o do semestre de seca 19 e o do verão chuvoso 55. Enfim, mais a sudeste, em Avaré, as cifras para os três momentos são 17, 20 e 47.

O índice de aridez, que é um processo cômodo para sintetizar os dados parciais das análises pluviométricas combinadas com as térmicas, evidencia, indiscutivelmente, a degradação lenta do clima tropical. No entanto, os valores observados em Varpa e mesmo em Avaré, no mês mais seco e também no semestre de precipitações fracas, são ainda bastante modestos; razão por que parece exagerado falar de um clima sem estação seca definida. A ecologia tem, certamente, o maior interesse na utilização de fórmulas como o índice de aridez, que levam em

(39) O conhecimento do clima e, especialmente, da circulação atmosférica no sul de Mato Grosso e no Paraguai é ainda muito deficiente.

(40) Setzer (José), "Contribuição...". Mais importante ainda, do mesmo autor, "A New Formula for Precipitation Effectiveness", *Geog. Rev.*, Nova York, abril de 1946, pp. 247-263.

(41) O ano de 1941 é o único de que se encontram observações mensais completas, tanto para vários postos meteorológicos situados ao longo do Tietê e na sua margem direita, como para um posto localizado na zona pioneira da Alta Araraquarense.

conta, com rigor, as combinações de fenômenos climáticos físicos e químicos; seu interesse geográfico é discutível e o fazendeiro, assim como o pequeno proprietário de Marília, de Presidente Prudente e de Londrina ficariam muito surpresos diante da conclusão de que não existe estação seca bem definida em suas regiões!...

A dificuldade de colocar os planaltos pioneiros, principalmente os da Alta Sorocabana e do norte do Paraná sob uma etiqueta precisa e cômoda põe em destaque o interesse do tema. Do clima resulta o traço dominante dessas zonas pioneiras, que é o de serem região de contatos. Essa condição é, seguramente, uma grande vantagem, consistindo esta em possuírem climas sem características rígidas, o que permite maior variedade de recursos e abre amplas possibilidades agrícolas. Não será um caso único no mundo a associação que aqui se vê em larga escala, entre o café e o algodão? Pastagens intercalam-se entre essas plantações e o cultivo do trigo vem sendo ensaiado ao lado das culturas tradicionais da mandioca, do milho e do arroz. Porém essa vantagem encontra sua réplica perigosa: a incerteza das colheitas, sempre temida nas regiões quentes e úmidas, é aqui aumentada em face da mobilidade das massas de ar e da luta que elas cada ano travam entre si na atmosfera do norte do Paraná e sobre o Estado de São Paulo.

É de riscos e de limites climáticos e não só de imposições do clima que se deve falar, quando se considera a ação dos agentes atmosféricos sobre o povoamento dos planaltos pioneiros. Mas não seria o caso de perguntar, por outro lado, se não existe uma ação do homem sobre o clima?

A devastação acelerada das florestas sob um clima tão instável, não será capaz de alterar os regimes pluviométricos e termométricos? A convicção generalizada entre os fazendeiros bastaria para persuadir-nos afirmativamente. Taunay faz-se eco dessa crença, ao relatar como os "ninhos de geadas" que atemorizavam outrora os fazendeiros de Campinas, Araras, Limeira e Rio Claro desapareceram com as derrubadas totais da floresta. Cita ele um agrônomo de Campinas, capital do café em 1900, que observava a irregularidade crescente do clima e considerava que as grandes geadas do passado estariam sendo substituídas por longos períodos de seca e por violentas quedas de granizo. Já naquela época, velhos fazendeiros eram unânimes em torno dessa crença e também lamentavam-se pelo fato de que o ravinamento das terras tornava-se cada vez mais violento.<sup>42</sup> Hoje recolhem-se em toda parte observações idênticas. Uns dizem que o clima é mais seco, outros que é menos frio no inverno, ou então que a maturação do café é mais

(42) Taunay (A. de E.), *História do café no Brasil*. Vol. 10, *No Brasil Republica*, 1889-1906, t. II, Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1941. pp. 393.

precoce ou que as florações são mais irregulares. Pode-se mesmo observar entre o vale do Paranapanema e Londrina um enfraquecimento das palmeiras dentro das manchas de florestas conservadas intactas no meio de devastações. É como se essas árvores, que marcam sempre a floresta úmica (*rain forest*), estivessem sofrendo uma diminuição da umidade.

Há, sem dúvida, entre os agricultores, uma tendência a evocar com emoção as qualidades dos climas do passado, o que não elimina o fato impressionante de haver uma convergência das informações. Por outro lado, os planaltos ocidentais de São Paulo estão pontilhados por amplas clareiras, onde uma vegetação do tipo savana, o cerrado, distribui-se dentro do conjunto dominado pela floresta. Essas espécies de ilhas de vegetação do Brasil Central são mais quentes e têm maior período seco do que os maciços florestais vizinhos. Assim, se as derrubadas levam a uma modificação climática, é para um clima análogo ao que têm as clareiras que se caminha.

O que se verifica, realmente, é que as comparações entre os dados climáticos mais antigos e os mais recentes indicam sempre e em toda parte o revigoramento do período seco, que corresponde à diminuição das precipitações do inverno e da primavera. Ao contrário, as chuvas de verão são mais abundantes.<sup>43</sup> É chocante observar que, com as devastações florestais, uma região de clima subtropical está em vias de passar a ter um clima típico de sua latitude tropical. O pioneiro não estaria trabalhando contra si mesmo?

(43) Setzer calculou que em Araçatuba, entre os períodos 1913-20 e 1939-45, a diminuição das chuvas atingiu 25% em maio, 20% em junho, 33% em julho, 63% em agosto e 12% em setembro. Os outros meses tiveram pluviosidade aumentada (dezembro 14% e fevereiro 66%). Em Igarapava, entre 1901-12 e os anos de 1920-1923-1927 e 1932, a média térmica ganhou 1 grau, sendo que o aumento foi de 1,2°C para o trimestre do inverno. Em uma região diferente, mas onde o desflorestamento foi considerável, a região de Botucatu, todos os meses mostram atualmente uma temperatura mais elevada e uma pluviosidade que diminui, principalmente na estação seca. Trata-se de um recuo muito nítido das influências do Brasil Meridional. O trabalho de Seltzer tem uma abundância de dados do mesmo gênero, compreendendo, inclusive, a contraprova: o litoral, cujo revestimento vegetal continuou intato desde o fim do século XIX, não apresenta alterações climáticas.

CAPITULO III  
**OS SOLOS E  
AS PAISAGENS VEGETAIS**

Os desbravadores dos planaltos ocidentais paulistas comparam sua terra a uma pele de onça-pintada. Com efeito, vê-se a floresta salpicada de manchas de solo pouco férteis e de vegetação rarefeita. O mapa fitogeográfico do Brasil, publicado em 1926,<sup>1</sup> repetindo documentos mais antigos, mostra claramente essa mistura da grande floresta com campos mais ou menos abertos. Aí as paisagens vegetais das zonas pioneiras situam-se no contato de duas regiões botânicas distintas, correspondendo às que A. Chevalier chamou de "região tropical brasileira", imensa e complexa, e "região das florestas e savanas subtropicais".<sup>2</sup> Com maior exatidão, os cerrados e matas que dominam em Mato Grosso, sul de Goiás e Triângulo Mineiro, aí se encontram com a grande floresta sombria dos maciços atlânticos e com a floresta de araucárias do Brasil Meridional. A característica de área marginal, ainda uma vez, impõe-se e coloca em destaque a vocação, ao mesmo tempo pastoril e agrícola, da franja pioneira.

Aqui, como na maior parte das regiões tropicais, o cultivo do solo ocasionou rapidamente o seu esgotamento. A marcha para oeste, considerada nas suas relações com os solos, não aparece como uma conquista valiosa, mas como uma devastação sem freio. O Trópico paulista não escapa à regra, pois os solos frágeis são um capital rapidamente dissipado pelos pioneiros. Estes estão mais apressados em fazer fortuna do que desejosos de se fixarem e menos satisfeitos com a posse de uma terra sua, do que fascinados pelos vastos espaços verdes.

(1) Museu Nacional: mapa phytogeographico do Brasil, organizado por J. Cesar Diogo. Segundo a carta de G. de Campos, 1926. Escala, 1:4.500.000.

(2) Chevalier (Auguste), "Observation sur la flore et la végétation du Brésil", *Bulletin de l'Association des Géographes Français*, n° 31, março de 1929, pp.29-33.

## A) OS PRINCIPAIS TIPOS DE SOLOS

O mapa dos solos confunde-se com a carta geológica: de um lado basaltos, e de outro lado arenitos, eis a origem das duas grandes categorias de solos, desde o rio Grande até o norte do Paraná e desde a *cuesta* até o rio Paraná. Nesse conjunto, as pequenas diferenças climáticas não agiram com muita eficiência na formação dos solos e estes dependem, antes de mais nada, das rochas matrizes.

### 1. A terra roxa

A famosa terra roxa, vinculada às grandes plantações de café, aparece em duas situações geográficas distintas: nos altos, junto às escarpas da *cuesta*, e nos vales do oeste da franja pioneira.

A terra roxa da frente e do reverso da *cuesta*, onde afloram camadas irregulares de basalto, atraiu os fazendeiros. Aparece recoberto parcialmente os planaltos de Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú e São Manuel. Pode ser acompanhada no amplo vale conseqüente do rio Paranapanema (municípios de Piraju, Xavantes e Ipaçu), estreitando-se e formando uma faixa vizinha ao rio. Na faixa pioneira do norte do Paraná, os basaltos e a terra roxa apresentam a sua extensão máxima. Todos esses afloramentos situam-se em altitudes elevadas, entre 500 e 900 metros, afastados dos grandes cursos d'água e sem riscos de geada branca.

Tais vantagens não são encontradas nos demais afloramentos de basalto, isto é, nos que ocorrem nos cursos inferiores dos grandes rios. Há aí o reaparecimento das rochas vulcânicas, devido à inclinação geral das camadas para oeste e à ocorrência de algumas falhas geológicas. Os barrancos do baixo Tietê, do Paranapanema e dos cursos do norte do Paraná, assim como as margens dos rios nascidos no reverso da *cuesta* são freqüentemente formados por terras roxas, que podem apresentar-se parcialmente recobertas por aluviões modernos.

Sendo resultado da decomposição dos basaltos, a terra roxa virgem aproxima-se bastante das argilas lateríticas. "Para 100 g de solo, têm-se 60 g de material argiloso (complexo coloidal mineral), no qual os sesquióxidos de ferro figuram com 45 a 55%, podendo atingir mesmo 60%."<sup>3</sup> Sua semelhança com outros solos da mesma origem e

(3) Setzer (José), "A importância das propriedades físicas do solo. Os solos dos grupos 5 a 14", separata do *Boletim de Agricultura* de 1942, São Paulo, pp. 211 a 312. Ver p. 282. Existe uma exposição geral e uma classificação dos solos de São Paulo, pelo mesmo autor, em "As características dos principais solos do Estado de São Paulo", *Bragantia, Boletim técnico do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo*, vol. I, nº 4, abril de 1941, pp. 254-359. Ver também, pelo mesmo autor, *Levantamento agro-*

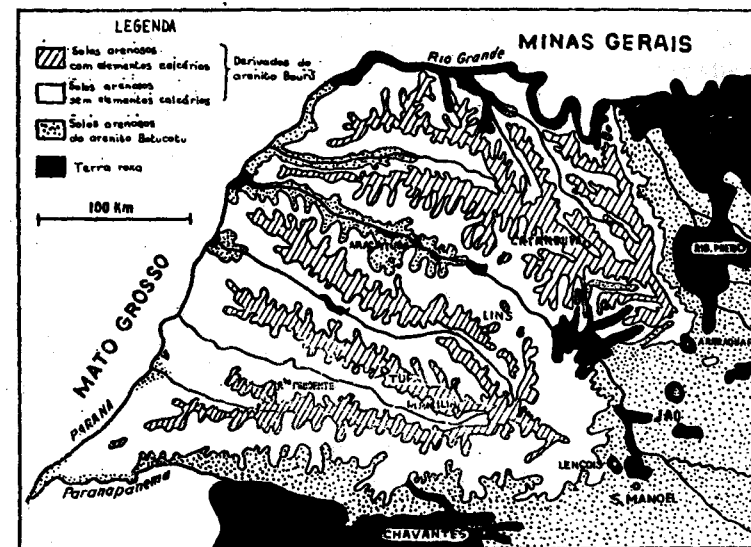


Fig. 8. Solos da zona pioneira paulista.

igualmente tropicais foi freqüentemente observada. Augusté Chevalier submeteu a uma análise comparativa amostras de terra roxa paulista e de terras basálticas da Indochina. A conclusão foi muito interessante, porque permitiu situar as terras roxas brasileiras dentro de um processo de laterização, embora não apresentem enriquecimento em ferro e em alumínio comparável ao do solo indochinês. "Isto mostra que não se produziriam as subidas das soluções e suspensões coloidais ricas em ferro e em alumínio."<sup>4</sup> Antes das derrubadas, a terra roxa não possui características lateríticas tão acentuadas.

Orientando-se pela presença de padrões vegetais, pelos blocos de basalto (conhecido como "pedra-ferro") no fundo dos ribeirões, os fazendeiros buscam uma terra profunda para os seus cafezais. As raízes afundam até 3 metros na terra roxa de Ribeirão Preto e até 5 metros na de Londrina. Até uma dezena de centímetros, o colorido escuro muito acentuado assinala o predomínio de matéria orgânica. Vem a seguir o horizonte "A", com vários metros de espessura, coloração roxa e consistência flácida, que as raízes atravessam facilmente. Nas zonas em que o basalto apresenta-se em processo de escamação, as

*geológico do Estado de São Paulo*, Rio de Janeiro, 1941, 31 pp., publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(4) Agafonoff (V.), "Sur quelques sols latéritiques rouges et jaunes du Brésil", *Rev. Bot. Appl. et Agr. Col.*, Paris, 2<sup>e</sup> année, 1931, junho, bull. nº 118, pp. 409-415.

cores passam do marrom-avermelhado ao alaranjado e ao negro.<sup>5</sup> Sendo argilosa, a terra roxa contém grande proporção de água (aproximadamente 26% de seu volume), mas esse inconveniente é compensado pela porosidade, o que permite infiltração fácil da água nos períodos das grandes chuvas. As plantas não se expõem nem ao excesso de água nem às fortes secas, pois podem atingir facilmente as reservas profundas.

As qualidades físicas, a terra roxa pura acrescenta vantagens de ordem química, que provêm de seu alto teor em matéria orgânica. "A fertilidade das terras boas para o café é, antes de mais nada, devida à vegetação luxuriante que as reveste há muito tempo.<sup>6</sup> A proporção de húmus varia entre 7 e 10%, o que corresponde aos índices mais favoráveis da escala de Mohr, levando-se em consideração as temperaturas das regiões tropicais.<sup>7</sup> Essa riqueza em matéria orgânica é favorável não só por si mesma, como pelos seus efeitos indiretos: ela facilita a decomposição dos fosfatos de ferro, liberando fósforo assimilável. O conteúdo em matéria orgânica, que é considerável nos primeiros trinta centímetros, diminui com a profundidade, embora ainda seja apreciável a 80 centímetros e quase estável até mais de um metro. A presença de calcário contribui para que a terra roxa pura tenha pH quase sempre superior a 7, atingindo por vezes 7,5.

Encontramo-nos, portanto, na presença de um solo particularmente bem dotado e tanto mais procurado quanto relativamente raro. No Estado de São Paulo a verdadeira terra roxa não ocupa mais do que 2% do território. No Paraná, onde ela cobre superfícies individualmente mais extensas, a situação climática faz perder, em parte, o interesse em as aproveitar.

Uma lenda que se formou em torno da terra roxa não corresponde à realidade. Crê-se, freqüentemente, fora de São Paulo, que ela cobre espaços enormes, quando, na realidade, só forma manchas de dimensões modestas. A verdadeira terra roxa, a que os fazendeiros reconhecem como a "legítima", é encontrada nas encostas em que afloram camadas basálticas e, com maior raridade, sobre os planaltos, mas sempre na face reversa, a partir dos altos da *cuesta*. O deslizamento fácil das argilas, transporta-a aos fundos de vale, onde a agricultura é aleatória.

(5) Setzer (José), "Algumas contribuições geológicas dos estudos de solos realizados no Estado de São Paulo", *Rev. Bras. de Geogr.*, Rio de Janeiro, 1948, ano X, nº 1, pp. 41-104. Ver pp. 72-76.

(6) Piettre (M.), *Production industrielle du café*, Paris, 1925, XX-341 pp. Ver p. 39, nota 10.

(7) Segundo Bayens (J.), *Les sols de l'Afrique centrale spécialement du Congo Belge*, publicação do I.N.E.A.C., Bruxelas, 1938. Ver p. 101.

Os agricultores sabem distinguir perfeitamente essa terra *legítima* da *terra roxa dos campos* e da *misturada*.<sup>8</sup> As duas últimas provêm de uma mistura de solos arenosos procedentes dos arenitos Botucatu e de produtos da decomposição dos basaltos. Em sua formação original, a alternância de arenitos com rochas eruptivas abrange camadas com espessura muito desigual. Quando a camada superior de arenito é pouco espessa (menos de 20 metros), os elementos minerais da decomposição do basalto, sob a forte evaporação da estação seca, quando submetidos a um movimento ascendente, podem atingir as areias superficiais. Resulta então um solo de coloração roxa, graças aos óxidos de ferro, porém quimicamente pobre, que é a chamada *terra roxa dos campos*. Quando, ao contrário, os elementos provenientes dos basaltos são mais abundantes, o que é melhor, e a terra roxa se põe em contato com detritos do arenito, resulta a *terra roxa misturada*.

A estrutura não é o único fator responsável pela formação daquelas variantes da terra roxa, pois também há a influência da topografia. Uma camada basáltica recoberta por arenito, quando aflorando em uma encosta, origina uma terra roxa cuja pureza é afetada pela contribuição das areias dominantes, formando um solo misto no qual predominam elementos basálticos. No caso oposto, quando a terra roxa é transportada parcialmente, por deslizamentos e pela erosão, sobre um solo arenoso mais baixo, resulta um tipo de solo em que os elementos locais são mais importantes. A topografia reforça, dessa maneira, a formação de solos mistos, tornando mais raras as manchas de terra roxa legítima. Naturalmente, os fazendeiros procuram extensões mais contínuas da verdadeira terra roxa. Encontraram-nas quando transpuseram a fronteira entre os Estados de São Paulo e do Paraná.

## 2. Os solos formados pelos arenitos

Eles cobrem a maior parte da área pioneira paulista e se inscrevem na paisagem mais fortemente do que as terras roxas. Turbilhões de areia levantados pelo vento, estradas em que os caminhos encaham durante a estação seca, ravinamentos nas encostas arenosas, são visões mais freqüentes do que os belos coloridos da terra roxa sob um por-de-sol. A franja pioneira é o domínio da areia, de tal forma que, nas ruas sem iluminação das pequenas cidades poder-se-ia facilmente crer que se está numa praia.

Como no caso das terras roxas, é necessário discriminar e reconhecer solos de valor muito desigual, uns correspondendo aos arenitos

(8) Setzer (José), "Algumas contribuições geológicas...". Indicações igualmente fornecidas por Alberto Betim Pais Leme em *O solo dos nossos cafezais*, Rio de Janeiro, 1926, 104 p. Ver p. 67 e croquis pp. 65 e 73.



Botucatu, outros aos arenitos cretáceos Bauru. Os solos chamados "terra arisca", derivados do Botucatu, aparecem nas cartas desenhando uma auréola que acompanha como festões o contorno da *cuesta*. Formados por rochas de origem desértica, essas areias estão entre as mais pobres do Brasil tropical. Reconhecidos facilmente pela sua cor rósea ou vermelho-amarelada, os solos resultantes são extremamente permeáveis e os mais ácidos da zona pioneira (pH 4,10 a 4,80). Correspondem à presença de areiões, que se apresentam como pequenos desertos entre Botucatu e Lençóis, marginando a terra roxa, ou então entre os cafezais de Santa Rita do Passa Quatro e os de Cravinhos. A marcha pioneira ultrapassou amplamente a zona dos arenitos Botucatu, mas estes pesam sobre toda a franja pioneira porque formam uma espécie de cinturão improdutivo, que as estradas e ferrovias devem atravessar antes de atingirem as regiões de grande produção.

Com exceção do norte do Paraná, as derrubadas recentes localizam-se nos arenitos Bauru, onde dois tipos de solos abrigam as culturas e as pastagens da franja pioneira atual. Os pedólogos, desde Vageler, designam-nos sob os nomes ambíguos e pouco práticos de Bauru superior e Bauru inferior.<sup>9</sup> Na falta de designação popular,<sup>10</sup> é preferível conservar aquela nomenclatura, que tem a vantagem de corresponder, na maior parte das vezes, a posições topográficas essenciais: o Bauru superior ocupa os espigões, enquanto o Bauru inferior aparece na parte baixa das encostas e nos vales. O contato entre os dois solos situa-se em altitudes cada vez menores, quando se vai do norte para o sul. Setzer, o único que estudou satisfatoriamente a questão, dá as indicações seguintes:<sup>11</sup>

	Leste	Oeste
Alta Sorocabana .....	570m	420m
Alta Paulista .....	520m	340m
Noroeste .....	510m	325m
Espigão Tietê-S. José dos Dourados .....	540m	350m
Alta Araraquarense .....	610m	440m

(9) Vageler teve uma estadia em São Paulo e trabalhou no Instituto de Campinas em 1937-1938. Setzer acompanhou-o em suas viagens e estudos.

(10) Retomam-se nomes das zonas antigas. Os solos escuros do Bauru superior são freqüentemente chamados *massapé*. Em geral, as pessoas limitam-se a falar de solos arenosos, o que não compromete a ninguém.

(11) Setzer (José), "Algumas contribuições geológicas...", pp. 66-67; *idem*, "Os solos da Noroeste", *Boletim de Agricultura*, número único, 1941, São Paulo, 1943, 13 pp., 2 mapas.

A presença contínua do Bauru superior nos espigões não é absoluta. Ele forma nos altos manchas estreitas de comprimento variável, uma das maiores, com dezenas de quilômetros, encontrando-se no espigão da Variante (E. F. Noroeste do Brasil). Essas manchas são separadas por formações do Bauru inferior. Na Alta Paulista, pouco antes de Tupã, junto a pequena elevação que tem cerca de 40 metros (serra de Sant'Ana) intercala-se pequena mancha de solo medíocre: aí o café torna-se raro e a floresta foi poupada. Mas depois da estação de Herculândia, as plantações voltam à importância que tinham antes da serra de Sant'Ana, uma vez que o solo novamente mudou. A alternância das manchas de solos justifica plenamente a designação popular "pele de onça", embora os seus efeitos nem sempre sejam tão sensíveis como no exemplo citado. Na realidade, os pioneiros que encontraram em toda parte boas condições climáticas e facilidades de transporte, não hesitaram em plantar cafezais indistintamente nos dois solos. A ausência de nomes populares para designá-los mostra suficientemente o pouco caso com que foram tratados, pelo menos no início do povoamento.

Outro acidente interrompe a distribuição topográfica regular das duas formações provenientes do arenito Bauru. Em uma mesma encosta, o arenito Bauru superior pode aflorar em dois níveis diferentes, um no espigão, outro sensivelmente abaixo, embora acima dos talvez fluviais. Esses níveis baixos do Bauru superior correspondem aos níveis indicados atrás. Um dos mais nítidos está a 550 metros, no vale do rio do Peixe, a sudoeste de Marília (600 m). Outros podem ser vistos nos arredores de Presidente Prudente e, aparentemente, perto de Estrela do Oeste. Setzer menciona um exemplo entre Lins e Guaiçara.<sup>12</sup>

A distinção entre os dois solos originados do Bauru baseia-se, inicialmente, portanto, em uma diversidade da topografia. Por outro lado, está apoiada em diferenças entre dois arenitos da mesma idade, um correspondendo a *facies* terrígeno (Bauru inferior), o outro a formações flúvio-lacustres, de que se formou o Bauru superior. Os pioneiros tiveram a sorte de encontrar o solo mais fértil nas melhores situações topográficas.

As terras provenientes dos arenitos flúvio-lacustres têm cores fortes, desde o vermelho escuro nas partes altas e talvez nas manchas mais extensas, até o marrom escuro. Essa coloração os distingue do Bauru inferior, que é mais claro. A profundidade dos solos do Bauru superior reduz-se a cerca de quarenta centímetros nos pontos altos e nas encostas mais vivas, onde a rocha-matriz, que é freqüentemente visível, forma os "itambés". Nas partes baixas, a espessura do solo

(12) Setzer (José), *Artigo citado*, p. 66, nota 5.

pode atingir perto de dois metros, podendo ser considerada uma média de 70 cm, que é ligeiramente superior à do Bauru inferior, cujos valores extremos são menos elevados.

As diferenças são mais nítidas quando se consideram a textura e a composição química. Os elementos finos são mais numerosos no Bauru superior, que provém de um arenito com cimento calcário. Esse material é, ao contrário, ausente tanto na rocha como nos solos do Bauru inferior. Contendo calcário, potassa, fósforo e magnésio, o Bauru superior é o mais fértil. Seu pH médio é da ordem de 6,4, chegando a atingir 7,5 no espigão que separa o rio do Peixe do Agua-peí, enquanto que o Bauru inferior tem pH entre 4,3 a 5,4.

As terras com cimento calcário contêm porcentagem de argila superior às suas vizinhas. Têm elas, assim, um poder de retenção de água que, na estação seca permite atender às necessidades do cafeeiro. Também o teor diferente de alumínio de troca nocivo, assegura a superioridade dos solos do Bauru com cimento calcário, como afirma Setzer: "Os valores mais baixos encontrados nos solos do grupo 15 (Bauru inferior, na classificação desse autor) ultrapassam por larga margem os mais altos, do grupo 16 (Bauru superior)".<sup>13</sup>

Por suas qualidades físicas e químicas, o Bauru superior é, entre os solos dos planaltos ocidentais, o que, depois da terra roxa legítima, oferece as melhores possibilidades à agricultura. Pela sua posição ao longo dos espigões, ele ofereceu aos pioneiros que haviam ultrapassado as manchas de terra roxa, um solo também capaz de exibir belos cafezais, pelo menos no início do seu aproveitamento. Pela sua posição topográfica e pelas suas qualidades, o Bauru superior teve um considerável desempenho na elaboração da paisagem.

Os solos virgens dos planaltos pioneiros apresentam somente tendências à laterização. Para encontrar verdadeiras crostas lateríticas, é preciso atravessar o rio Grande e penetrar no Triângulo Mineiro, onde são conhecidos como "canga". Os climas do planalto paulista não permitem uma evolução laterítica muito acentuada.<sup>14</sup> Enquanto o homem não intervém, o húmus natural contrapõe-se às tendências nocivas.

Numa tentativa para situar esses solos em um esquema mais geral, por exemplo, a classificação de Harras-Sowitz, eles seriam identificados como solos das florestas de monção, embora nem a abundância das precipitações nem a estrutura dos solos sejam comparáveis aos da selva equatorial. Por outro lado, a proximidade dos cerrados de

(13) Setzer (José), *Artigo citado*, nota 5. Ver p. 58.

(14) Idéia já expressada por Betim Pais Leme, em sua obra já citada e retomada por Vageler em *Os solos do Estado de São Paulo*, Campinas, 1938, p. 7.

Mato Grosso e das "cangas" de Minas Gerais<sup>15</sup> lhes dão uma posição precisa: o caráter de transição que se ajusta para definir solos virgens recém-devastados pelo avanço do povoamento.

## B) OS ASPECTOS NATURAIS DA VEGETAÇÃO

As paisagens vegetais da franja pioneira traduzem não só as diferenças de solos, como as de clima. Antes das derrubadas florestais, o conjunto dos planaltos era o domínio da floresta tropical; mas o que restou da vegetação natural é ainda suficiente para que possam ser distinguidos aspectos diferentes.

Foi a floresta ou mata da terra roxa a que mais atraiu o povoamento e a cafeicultura. Nela os pioneiros encontraram árvores testemunhando um solo fértil, recobertas por cipós e epífitas, algumas ultrapassando 30 metros de altura. Sua homogeneidade e sua densidade variavam em função do maior ou menor distanciamento dos rios. Os derrubadores sabem que as mais belas árvores são numerosas junto aos cursos d'água, onde formam "capões" no interior da mata. No norte do Paraná essa floresta da terra roxa apresenta uma estratificação que foi posta em destaque por Rawitscher:<sup>16</sup> um horizonte de árvores dominantes, com 30 metros ou mais, entre as quais a araucária, a figueira-branca (*Ficus pohliana* Mig.), o pau-d'alho com seu odor característico (*Gallesia gorazema* Vel. Mig.), a timbaúva ou tamboril (*Enterolobium ellipticum* Benth); um segundo andar que talvez não seja formado senão por árvores também capazes de atingir o porte das do horizonte superior, com canjarana ou canjerana (*Cabralea canjerana* Sald.), cedro-branco (*Cedrela fissilis* Voll.); um andar das grandes samambaias ou "samambaia-açu" e das palmeiras, entre as quais aparece a *Euterpe edulis*, cujo porte varia de 5 a 15 metros e, finalmente, um horizonte herbáceo.

A floresta cobria outrora, com uniformidade, a terra roxa pura e mista, assim como os solos do Bauru superior. Os mapas fitogeográficos de Gonzaga de Campos<sup>17</sup> e de Maack<sup>18</sup> não assinalam diferença alguma entre as florestas dos dois solos. No entanto, as árvores dos

(15) Sobre a canga, ver o artigo de Leo Waibel, "Vegetation and Land Use in the Planalto Central of Brazil", *Geog. Rev.*, XXXVIII, outubro de 1948, nº 4, pp. 529-554.

(16) Comunicação pessoal. Desejo agradecer ao professor Félix Rawitscher pela colaboração que teve a gentileza de me conceder.

(17) Ver a primeira nota deste capítulo.

(18) Maack (R.), "Urwald und Savanne im Landschaftsbild des Staates Parana", *Zeitsch. des Ges. für Erdkunde zu Berlin*, 1931, pp. 95-116, mapa em encarte, escala 1:2.975.000.

solos formados por arenitos com cimento calcário não atingem nem a altura nem o diâmetro a que chegam na terra roxa: lá elas não ultrapassam, freqüentemente, uma vintena de metros. Certas espécies aparecem com maior freqüência, por exemplo a perobeira ou peroba (*Aspidosperma sp.*), árvore cujo tronco pode atingir até dois metros de diâmetro. Por outro lado, a passagem de um para outro solo corresponde ao desaparecimento dos palmitos (*Euterpe edulis*), ao aparecimento dos bambus e, principalmente, dos coqueiros (*Romanzofiana cham.*).<sup>19</sup>

Certos técnicos distinguem na floresta dos solos arenosos do Bauru um andar superior com perobeira, jequitibá e cedro; um andar médio, chegando a atingir 15 metros, com jacarandás, faveiros (*Pterodon pubescens* Benth.), caviúnas (*Dalbergia nigra* F. All.), "marinheiros" ou cedros (*Guarea lessoniana* A. Juss.) e aroeiras (*Astronium urindeuva* Fr. All.), todas aproveitáveis como madeiras de construção e, a seguir, um horizonte inferior de arbustos não utilizáveis.

Afinal, as espécies presentes são, aproximadamente, as mesmas, tanto na floresta da serra do Mar como nos lençóis de basalto ou ainda nos arenitos do Bauru com cimento calcário; embora nesse último tipo de solo o horizonte correspondente ao sub-bosque seja mais fechado e suas espécies menos belas. A degradação acelera-se quando se passa para os solos sem elementos calcários, pois estes são demasiado permeáveis para manter uma floresta na estação seca. Esses solos abrigam árvores menores, mas nitidamente das mesmas espécies. A vegetação torna-se subarbustiva, sem epífitas, enquanto o povoamento vegetal mais rarefeito deixa espaços abertos para as gramíneas. Trata-se de um "cerradão", que pode ainda estiolar-se, formando então um "cerradinho", onde os arbustos são menos numerosos e mais retorcidos, os troncos cheios de nós, as cascas espessas.

Empobrecimento da vegetação e pobreza dos solos caminham juntos. Nas terras do arenito Botucatu só crescem campos do tipo savana, cuja composição florística foi descrita por Rawitscher, Ferri e Rachid.<sup>20</sup> Arbustos como o cajueiro-do-campo (*Anacardium pumilum* St.-Hil.), o *Striphnodendron barbatimão* Mart., e o pau-santo (*Kielmeyera coriacea*), estão na vizinhança de vegetais rasteiros que revestem o solo, como a *Andira humilis* e as gramíneas (*Echinolaena inflexa* e *Tristachya chrysothrix*). Não se trata de vastas extensões de campos limpos abertos, como os que se encontram na região de Guarapuava,

(19) Maack (R.), *Artigo citado*. Ver as explorações dos vales pela Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo.

(20) Rawitscher (F.), Ferri (Mário G.) e Rachid (Mercedes), "Profundidade dos solos e vegetação em campos cerrados do Brasil Meridional", *Anais da Ac. Bras. de Ciências*, t. XV, n.º 4, 31 de dezembro de 1943, pp. 267-294.

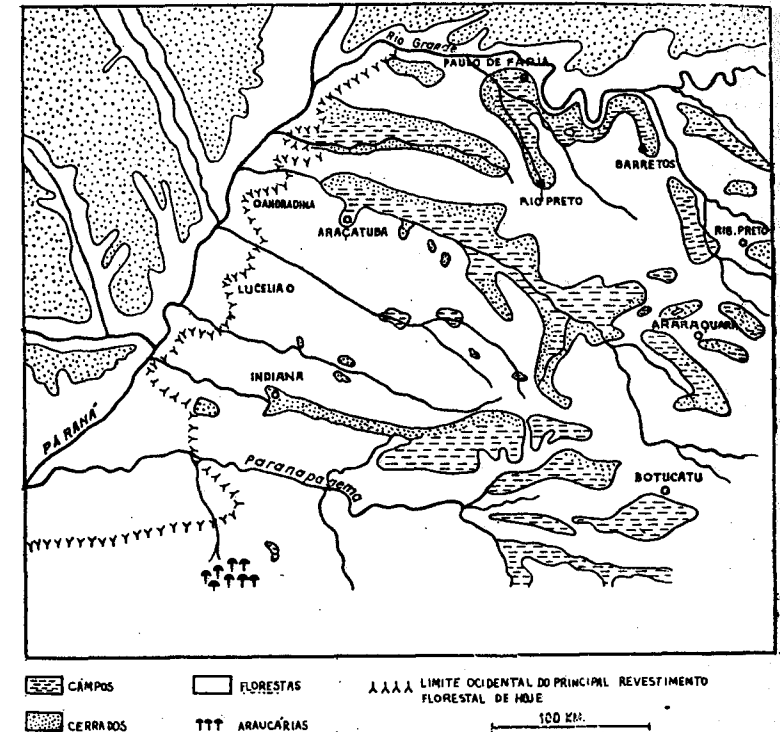


Fig. 9. A vegetação da frente pioneira paulista.

no Paraná, ou em Mato Grosso, ao sul de Campo Grande; ao contrário, é uma formação vegetal relativamente fechada, chamada pelos caboclos "campos sujos" ou "campos cerrados".

No revestimento florestal dos planaltos ocidentais, nem só os solos ocasionam algumas diferenças, sendo necessário considerar as diversas situações climáticas. Assim, entre o rio Grande e o norte do Paraná, a composição da floresta varia de tal forma, que só o clima pode explicar.

A bela floresta do norte do Paraná, rica em "padrões" de terra boa e em palmitos, contata o domínio das araucárias. Grupamentos de pinheiros aparecem na região de Apucarana-Arapongas, a 850 metros de altura. Às vezes só aparecem árvores isoladas em um ponto elevado; outras vezes são verdadeiras colônias que ocupam um vale estreito, escavado no basalto. Será a presença da araucária explicável somente por temperaturas mais baixas? Preferimos ver no fato uma competição, com desigualdade de armas, entre exemplares de uma flora mais meridional e a floresta tropical; as araucárias instalando-se, ao que

parece, em solos areníticos superpostos ao diabásio.<sup>21</sup> Mais ao sul, na encosta meridional do espigão, tanto em Marilândia como, principalmente, em Eldorado, as araucárias formam grupamentos mais densos na terra roxa, excluindo as espécies da floresta tropical, incapazes de resistir à competição. E uma vez transposto o rio Ivaí, além de Campo Mourão, a araucária triunfa definitivamente. Na zona pioneira de Londrina, os pinheiros não são ainda a árvore dominante, mas sua presença valoriza a característica climática já posta em destaque: o contato com o Brasil Meridional.

Na falta de bons estudos fitogeográficos, é preciso recorrer à experiência dos madeireiros para saber como evolui a floresta entre os rios Paranapanema e Grande. De acordo com as informações que recolhemos, não é possível estabelecer distinções muito nítidas entre as essências da Alta Sorocabana, Alta Paulista e Noroeste. Os exemplares de maior porte seriam mais freqüentes na Alta Sorocabana, sem que fosse possível ao autor saber se isso acontece na floresta da terra roxa próxima ao rio Paranapanema, ou na dos espigões. Só um fato preciso pôde ser destacado: a mediocridade da floresta que foi explorada na Alta Araraquarense, onde um nome de cidade, Catanduva, é bastante expressivo, pois é freqüente em Goiás e em Minas Gerais. Essa palavra designa naqueles Estados uma formação mais baixa do que a mata propriamente dita, onde os cipós e as parasitas são mais raros, e que não possui as espécies lenhosas e sublenhosas dos campos cerrados. Os madeireiros afirmam que, no conjunto, a floresta da Alta Araraquarense não forneceu muito boa cepa. As árvores ultrapassando 20 metros eram raras e os testemunhos vegetais de maus solos eram mais freqüentes do que ao sul do rio Tietê, como o faveiro, ordinariamente de pequeno porte (mas podendo atingir dimensões de árvore grande, nos limites com Minas Gerais), o ipê (*Tecoma eximia* Mig.) e o angico, este indicando sempre uma terra mal provida em água.

Depois das derrubadas, coqueiros intercalam-se ainda nas pastagens e nas plantações de algodão. Mesmo quando uma floresta secundária, com espécies jovens, a "capoeira", consegue instalar-se, o horizonte inferior aparece obstruído por bambus espinhosos. A estiagem do inverno, que é mais acentuada nesta parcela da frente pioneira, junta-se à permeabilidade dos solos arenosos. Estes são capazes de abrigar uma bela floresta sob um regime pluviométrico mais favorável, mas não sob condições de longa permanência da estação seca.

Araucárias da região de Londrina e árvores menos portentosas na região de Rio Preto — não se altera aqui o fato essencial, que é a

(21) Rawitscher (F.), além de comunicações verbais, ver: "Problemas de Fitoecologia, com considerações especiais sobre o Brasil Meridional", *Boletim XLI, Botânica*, Faculdade de Filosofia de São Paulo, 1944, 154 pp. Ver p. 140.

enorme extensão da floresta tropical sobre os planaltos ocidentais. A terminologia brasileira fixou-se no "oceano verde" que se opõe aos pioneiros. A marcha destes faz-se na floresta e contra a floresta. Mas, que resta dela hoje?

### C) AS CONSEQUÊNCIAS DA INTERVENÇÃO HUMANA

Nos limites do Estado de São Paulo, as extensões florestais retraem-se de ano para ano. Praticamente eliminado dos planaltos, o revestimento de matas só tem alguma amplitude no "bico de pato" formado pelo rio Paraná, seu pequeno afluente Santo Anastácio e o rio Paranapanema. Subindo o Paraná, a floresta assume a disposição espacial de uma galeria, penetrando nos vales inferiores dos afluentes.

No norte do Paraná, as derrubadas intensivas dos últimos quinze anos arruinaram radicalmente a paisagem. Em 1935, desde a cidade de Bandeirantes até Apucarana, tanto a estrada de ferro como a rodovia penetravam no interior da floresta por uma espécie de corredor fechado, iluminado de longe em longe por algumas plantações recentes, ou pelas clareiras onde estavam nascendo as cidades. Circulava-se, verdadeiramente, em plena mata virgem. Hoje já é preciso ir até Maringá para recolher impressão semelhante. A caixa de fósforos, que, segundo Setzer, é o instrumento agrícola favorito do plantador brasileiro, nunca esteve tão ativa!

A destruição foi tão rápida e completa, que a frente pioneira sofre hoje falta de lenha. As estradas de ferro encontram dificuldade em abastecer as locomotivas com esse combustível. Nos municípios da Alta Araraquarense, as serrarias estão em vias de desaparecimento e os custos de construção das casas subiram, porque é preciso trazer em caminhão madeira de Pereira Barreto. Em Marília, a lenha para fogões tornou-se um artigo caro em 1946 (80 cruzeiros o m<sup>3</sup>). O problema tornou-se tão premente, que os fazendeiros e as empresas ferroviárias empreendem reflorestamentos nos mesmos locais onde há quinze ou vinte anos abatiam-se as florestas. Plantações de eucaliptos são hoje numerosas às margens do leito ferroviário da Paulista, entre Piratininga e Paulópolis.

Por mais espetacular que tenha sido o recuo da floresta, é preciso admitir que ele não tenha começado com a penetração pioneira moderna. Os fazendeiros teriam encontrado uma paisagem natural autêntica? Ora, é fora de dúvida que os indígenas já haviam atacado a vegetação primitiva. Praticavam culturas itinerantes, usando queimadas, retirando a alimentação mais da agricultura do que da caça e da pesca e provavelmente atacando seriamente a floresta.

Indicações dadas por etnógrafos permitem avaliar a importância das lavouras indígenas: além da mandioca, várias espécies de milho, inclusive uma especial para consumo em viagens, o que implica na abertura de caminhos, além das clareiras; ainda, batatas, cará (*Dioscorea sp.*), cogumelos como o mangará, abóboras e, provavelmente, amendoins. A essas plantas alimentícias juntavam-se o tabaco e o algodão. Porém, não se pode fazer idéia da agricultura primitiva dessa população através dos seus infelizes descendentes de hoje. Métraux admite que os antigos guaranis eram agricultores eficientes, provavelmente superiores aos caingangues atuais<sup>22</sup> e fala das grandes clareiras abertas pelos tupiniquins, que, além das culturas indicadas, utilizavam troncos de árvores calcinadas como estacas para o feijão.

Há uma objeção, entretanto: nem demográfica nem culturalmente as tribos indígenas da bacia do Paraná são comparáveis aos agricultores negros da África. Não é possível atribuir aos primeiros uma ação profunda sobre a vegetação e, conseqüentemente, sobre os solos, o que pode ser reconhecido aos segundos. Por outro lado, os cerrados, formas de degradação da floresta paulista, não são savanas abertas, como as do tipo africano.

É conveniente lembrar que as aldeias indígenas instalavam-se de preferência na proximidade dos cursos d'água, precisamente onde a mata passa a cerradinho. Foi igualmente nesses terrenos baixos que os botânicos que, no começo do século XX, percorreram o sertão, anotaram formações de plantas espinhosas chamadas "quiçaça".<sup>23</sup> Ora, para o caboclo, quiçaça é uma formação secundária. Setzer, em termos científicos, mostrou recentemente como o solo Bauru superior é invadido pela quiçaça depois de cultivado, referindo-se a essa formação vegetal como: "espécie de campo cerrado bastante aberto, que parece necessitar de algumas dezenas de anos para evoluir até o cerradinho", fase final da vegetação.

Diante desse acordo entre o pedólogo e o caboclo, podemos perguntar se esses cerradinhos, que se instalaram em sítios preferidos pelos índios, não são obra destes. A floresta não chega a reconstituir-se em terras que não lhe são inteiramente apropriadas, embora tenha ocupado outrora, uniformemente, os diferentes solos dos planaltos

(22) Métraux, "The Guarani", pp. 69-94; "The Tupinambá", pp. 95-133, *Handbook of South American Indians*, Julius Steward, editor, Bulletin n° 143, Bureau of American Ethnology, vol. 3, The Tropical Forest Tribes, Washington, 1948, XXVI-986 pp.

(23) Observações do botânico Edwall nas publicações da Comissão Geográfica e Geológica: "Exploração dos rios Feio e Aguapehy", 1903; "Exploração do rio do Peixe", 1907. Para a região ao norte do Tietê, ver Miguel Arrojado Lisboa, "Oeste de São Paulo, sul de Mato Grosso", Rio de Janeiro, 1909, III, 172 pp., cartas (ver p. 12). Enfim, Setzer (José), "As características dos principais solos...", obra citada, *Bragantia*, p. 300.

ocidentais — apesar das diferenças de porte e composição já assinalados.

O fato indiscutível é que a floresta ocupa atualmente tanto as terras basálticas como as arenosas, apesar do clima com período seco; mas este não impede o crescimento de plantas higrófilas, como as samambaias. As condições edáficas não podem explicar esses fatos e é preciso admitir que a vegetação dispõe de uma abundante reserva de água, constantemente ao seu alcance em solos profundos. Rawitscher fez observações precisas sobre esse problema nos cerrados de Piraçununga, em areias formadas pelo arenito Botucatu.<sup>24</sup> Suas conclusões coincidem com o que pudemos verificar em outras regiões. Os poços escavados pelos pioneiros, tanto em São Paulo como no Paraná atingem sempre as mesmas profundidades médias de 20 metros, com mínimo de 15 e máximo de 30 metros e, com essas dimensões, só secam muito excepcionalmente. As árvores, os arbustos e mesmo as gramíneas lançam profundamente as raízes e as dos cerrados atingem o nível médio dos poços. Encontraram-se raízes da perobeira até 13 metros e a cana-de-açúcar chega a 8 metros de profundidade.

Os botânicos observaram também que as plantas do cerrado, que não incluem cactáceas nem bromeliáceas, exercem normalmente a função respiratória nas horas mais secas da estiagem, o que é compreensível porque a vegetação dispõe de reservas de água em profundidade acessível e pode, assim, compensar os efeitos da seca de inverno. Se, depois das derrubadas, a floresta não se reconstitui, é, antes de mais nada, porque todos os anos as plantas e os solos são submetidos a esse traumatismo violento que é a queimada.<sup>25</sup>

A intervenção do homem modifica as condições da hidrologia e tem como resultado uma deteriorização radical dos solos. Assim, tanto a terra roxa, que está no limite das características de um laterito, como os solos arenosos do Bauru superior, evoluem rapidamente e também perigosamente.

Nas florestas tropicais brasileiras nota-se, há muito tempo, ausência de água nos poços abertos, assim como irregularidade nas nascentes e nos córregos. Exemplos como os citados em Minas Gerais por Álvaro da Silveira,<sup>26</sup> foram completados pelas observações de

(24) Rawitscher (F.), *Artigo citado*. Completar com "Algumas noções sobre a transpiração e o balanço d'água das plantas brasileiras", *Anais da Ac. Bras. de Ciências*, t. XIV, n° 1, 31 de março de 1942, pp. 7-36. Do mesmo autor, "The Utility of Precipitation — Effectiveness Formulas for Plant Ecology", *Geogr. Rev.*, vol. XXXVIII, April 1947, n° 2, pp. 251-253.

(25) Kunholdt-Lordat, *La terre incendiée, essai d'agronomie comparée*, Nîmes, 1938, XI-361 pp. Ver p. 32.

(26) Silveira (Álvaro A. da), *Fontes, chuvas e florestas*, Belo Horizonte, 1923, 345 pp.; Rawitscher (F.), *Problemas de fitoecologia...*, obra citada, p. 100 e seguintes.

Rawitscher em São Paulo. Todas as pesquisas feitas junto aos plantadores confirmam observações como as de que um poço escavado no início da instalação agrícola não enche antes da destruição da floresta; ou de que o riacho em cuja margem construíram-se os primeiros abrigos, passou a correr mais abundantemente quando a floresta foi destruída. A explicação desse fenômeno é clássica, uma vez que se sabe ser a floresta a grande consumidora de água. Os derrubadores da mata, por seu lado, encontram no fato uma justificação para sua obra devastadora, pois pensam eles que, arrasando a mata, trouxeram água onde esta faltava.

A realidade é mais sombria: as águas correntes transportam consigo os elementos férteis do solo, que a floresta estava renovando sob a forma de húmus. A derrubada acelera a lixiviação, ao mesmo tempo que priva o solo da matéria orgânica. Daí resulta uma modificação na estrutura do solo, pois tornando-se mais difícil a circulação do ar, vai ser diminuída a atividade dos colóides.

O empobrecimento da terra roxa submetida à cultura particularmente exigente do café, foi objeto de pesquisas do Instituto Agrônomo de Campinas. Verificou-se que, depois de 22 anos de cultivo, uma excelente terra roxa não contém mais do que 42 toneladas de húmus por hectare, contra 172 no início do plantio e que o pH cai de 7 a 5,4.<sup>27</sup> A sílica é inteiramente carregada e, com ela, elementos calcários, a potassa e, de maneira geral, todas as bases. A nocividade dos elementos inassimiláveis pelas plantas acentua-se e a terra roxa caminha para a laterização.

Se o agricultor continua a insistir no labor da terra, mesmo depois de obter mau rendimento no cafezal, o revestimento móvel superficial do solo reduz-se a uns 20 centímetros, abaixo dos quais forma-se uma camada dura, que as raízes não podem penetrar e que é chamada "o cascão". É muito freqüente ver o fazendeiro, rapidamente desencorajado pela produção não rentável, transformar a plantação em pastagem; mas aí, com a ajuda do gado, o cascão passa a formar-se nas superfícies. No caso, é o fim da terra roxa, que se torna presa da erosão.

A evolução dos solos arenosos do Bauru conduz a uma situação também decepcionante para o agricultor. A erosão e a lixiviação combinam resultados danosos nos campos cultivados, ocasionando, ao mesmo tempo, a diminuição em espessura do solo arável e a formação de um horizonte B prejudicial às plantas. A permeabilidade, que é mais acentuada no Bauru inferior, facilita o desaparecimento da matéria orgânica, que vai ser transportada pelos pequenos cursos d'água. Ao mesmo tempo e na proporção em que os tratamentos agrícolas são maiores e

(27) *Idem*, *Obra citada*, p. 119.

as queimadas repetidas todos os anos, forma-se uma camada inferior de concreções limoníticas e de grãos de areia fortemente cimentados com sesquióxido de ferro e com elevada hidratação. Nos cortes do terreno, junto a cafezais que têm, no máximo, uma quinzena de anos, o solo endurecido apresenta-se abundantemente entremeadado de pequenos nódulos de limonita. A erosão, mais ativa aqui, transportou completamente o solo arável e pôs em evidência uma camada resistente e pobre, sobre a qual os cafeeiros se estiolam. Nas superfícies com fraca inclinação, a água que se infiltra entre os dois horizontes forma, progressivamente, ravinamentos, estes às vezes apenas perceptíveis.

No caso de uma plantação de algodão, o arado nivelará a superfície com facilidade, no momento da sementeira, antes da estação das chuvas. Entretanto, a fatia de terra cultivável afinará de ano para ano e os novos algodoeiros disporão de um volume de solo fértil cada vez mais reduzido. O rendimento então baixa, como nas culturas do cafeeiro; e o pioneiro acaba renunciando àquela lavoura e deixando crescer uma nova associação vegetal, um campo. Este é suscetível de se transformar e, com o reaparecimento de novos arbustos, acabará retornando ao solo um mínimo de matéria orgânica e também um manto protetor. Mas raramente se chega a essa fase de reconstrução, porque, para manter a roça limpa, entram em ação dois instrumentos, a foice e o fogo, e a terra fica definitivamente arruinada. O brasileiro dirá então, com muito senso, que essa é uma "terra acabada".

A ação do homem é nociva aos solos, tanto pela eliminação da floresta como pelo emprego cada vez maior do arado. Portanto, é lógico limitar uma e outra práticas, utilizar instrumentos simples, organizar uma espécie de rotação entre as culturas e a floresta e cultivar plantas com raízes longas, que contribuam para manter a circulação dos sais. das camadas profundas para a superfície.

Essa razoável maneira de ver não tem suficiente espírito americano, razão porque não contentará grande número de paulistas. Ela implica, com efeito, numa limitação à atividade agrícola, que ficaria reduzida a determinadas culturas; o rendimento correria o risco de ser medíocre, uma vez que estas seriam praticadas com instrumentos primitivos. O que é geralmente preconizado são outros métodos que, por serem mais audaciosos, não são inteiramente estranhos à prudência.

Retomando o cerne do problema, considera-se essencial devolver aos solos cultivados o calcário e a matéria orgânica perdidos por lixiviação. Alguns fazendeiros já sabem intercalar adubos verdes entre as filas de cafeeiros, principalmente o "feijão-de-porco" (*Canavalia ensiformis* Dc.). Outros começaram, há poucos anos, a elaborar uma espécie de composto, seguindo o exemplo que lhes deu um francês. O uso do esterco, obrigaria à estabulação do gado, o que é desconhecido na

franja pioneira e levaria a uma associação entre a criação e as culturas, o que está longe de ser realizado. Por outro lado, é indispensável, pelo menos teoricamente, fazer a calcinação do solo, mas nada foi feito até agora para generalizar o emprego da cal. De acordo com a opinião de Setzer, são responsáveis por essa deficiência os comerciantes de adubos químicos, porque, se os fazendeiros viessem a utilizar pó calcário, eles perderiam a oportunidade de colocar sua mercadoria, que é mais lucrativa.<sup>28</sup>

A mecanização de uma agricultura baseada nessas práticas simples, não é realizável. O uso de máquinas potentes permitiria escavar mais profundamente os solos em preparação para os cultivos, o que, à primeira vista, parece perigoso. Entretanto, se esse trabalho de arar profundamente fosse feito antes da criação do horizonte B, ou quando este se apresentasse em profundidades relativamente grandes (70 a 80 cm), os riscos de erosão superficial seriam diminuídos, pois a permeabilidade do solo seria mantida. Nesse caso, as culturas teriam à disposição um volume de terra capaz de as alimentar, pois o solo seria tão espesso que permitiria o desenvolvimento dos sistemas radiculares e ainda poderia abrigar uma reserva de água que não comprometeria mais os elementos assimiláveis.

As últimas considerações são puramente teóricas. Muitas experiências estão sendo executadas e um empreendimento de grande porte foi iniciado sob a direção e com capitais americanos. Se progredir de maneira satisfatória, ter-se-á a prova de que a solução do problema dos solos é de ordem econômica e que também depende da educação dos agricultores.

Assim, o problema colocado pela intervenção desordenada dos homens só pode ser resolvido pela sua ação consciente e cientificamente organizada. Até agora houve descuido, mas eis que se divisa o final dos espaços ilimitados e, então, é tempo de o pioneiro ceder a vez ao agricultor.

(28) Setzer indicou-me sua interpretação em uma muito interessante nota, que agradeço vivamente. Ela corresponde às informações dadas por fazendeiros dos mais inovadores.

## SEGUNDA PARTE

# AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS

Costumam-se considerar ilimitadas as possibilidades de uma zona pioneira, por causa das esperanças que desperta. E, para simplificar, correntemente se fala de suas vantagens. Cumpre, todavia, saber exatamente que se quer dizer com isso. As vantagens que, a determinada região, conferem uma topografia sem obstáculos, um clima acolhedor, solos virgens, constituem vantagens só em relação às necessidades dos pioneiros, aos seus hábitos e aos meios técnicos de que dispõem. Por mais bem dotada que seja, por mais rica que se apresente, uma zona ainda inatingida pelo povoamento moderno, é em si mesma desprovida de virtude capaz de desencadear o avanço do desbravador e de assegurar o seu próprio aproveitamento econômico. As qualidades intrínsecas só existem na medida em que correspondem aos apelos e às possibilidades humanas. Ficariam elas adormecidas, como estiveram durante longos séculos de ocupação indígena, se o movimento colonizador não tivesse sido acionado por circunstâncias fortuitas.

Assim, os planaltos ocidentais de São Paulo e os do norte do Paraná esperaram até o último quartel do século XIX, para se tornarem zonas pioneiras. Entretanto, como já foi visto, tinham sido atravessados pelos portugueses, no curso do período colonial. Provindos do Paraguai, pelo vale do Paraná, os jesuítas haviam subido os rios Ivaí e Paranapanema, estabelecendo pontos de povoamento. Mas, caçando índios, os paulistas tinham destruído as missões, não deixando mais que ruínas.

Desde que a experiência revelou ser o índio um escravo de pouco valor, desde que se esgotaram as minas do Mato Grosso, foram abandonadas as navegações penosas. Caíram no olvido os caminhos antigos, salvo a estrada de Goiás, facilmente acessível. Certo se conservava a recordação legendária dos antigos itinerários de penetração: os paulis-

tas não cessaram de celebrar o Tietê, rio paulista em todo o seu curso e cuja navegação nunca parou completamente. Já não eram, porém, suficientes os motivos capazes de animar as energias; já não havia riquezas a conquistar, nem homens em número bastante para lançar-se a empresas tão perigosas. Foi o que se viu claramente, em 1857, quando o Imperador Pedro II tentou uma experiência de colonização militar, na margem direita do baixo Tietê, em Itapura: a penetração não partia mais de São Paulo, porém do Mato Grosso e do Triângulo Mineiro. As distâncias eram por demais longas, o isolamento por demais acentuado, e a própria colônia rapidamente caiu em ruínas.

A conjuntura só tornou a ser favorável por volta de 1870 e é nessa época que discernimos as verdadeiras causas do movimento de conquista dos planaltos ocidentais. Essas causas não são apenas paulistas, nem somente brasileiras. A marcha ininterrupta da frente de povoamento, não passa de um aspecto da exploração do planeta pelos brancos. Tanto em suas origens, como em sua continuidade, ela se prende, por sobre os oceanos, às condições técnicas, econômicas e políticas do mundo. Complexo jogo de circunstâncias locais, de ordem natural e social, e de oportunidades muito mais gerais, que é preciso deslindar, se se quiser compreender por que os paulistas invadiram os planaltos ocidentais, ao findar o século XIX, e por que, desde então, não se deteve essa arrancada.

## CAPÍTULO I

# O MEIO HISTÓRICO

O movimento que lançou os plantadores de café em direção aos planaltos ocidentais não foi brusco, nem brutal. Foi o simples prosseguimento de uma progressão que, principiada na região montanhosa do Estado do Rio de Janeiro, continuara pelo chamado "Norte", o vale do Paraíba, e tinha ganho a região de Campinas. Ali, no que então se chamava o Oeste de São Paulo, as plantações de café eliminavam lenta porém seguramente a agricultura tradicional e a cana-de-açúcar. Desde 1856, muitos engenhos tinham já cessado seus trabalhos: esses engenhos de fogo morto eram particularmente numerosos em Limeira, Piracicaba e Itu.<sup>1</sup> Se as fazendas da região fluminense denotavam certa fadiga, as do vale do Paraíba paulista continuavam sólidas: Bananal, Areias, Lorena, Guaratinguetá, Taubaté permaneceram até 1880, como o principal bastião do café paulista. Nem tudo ainda estava desbravado na região de Campinas-Limeira-Casa Branca onde as terras recém-cultivadas davam belas colheitas. Lá se temiam muito as geadas brancas, freqüentes nessa região de topografia pouco movimentada e procuravam-se pontos mais elevados que, por isso, ofereciam maior segurança aos cafeeiros jovens.<sup>2</sup> Entretanto, tal cuidado não basta para explicar por que, a partir de 1875, escalaram fazendeiros e cafeeiros o esculpamento de basaltos e arenitos, indo instalar-se nas manchas de terra roxa dos planaltos.

Não seria mais satisfatória a explicação que considerasse apenas a fertilidade da terra roxa: para o aproveitamento dessa fertilidade,

(1) "A agricultura de São Paulo em 1856", *O industrial paulistano*, jornal da Sociedade Auxiliadora de Agricultura, Comercio e Artes, vol. I, São Paulo, 1856, p. 71 e seguintes.

(2) Escragnolle Taunay (Afonso d'), *A propagação da cultura cafeeira*, Departamento Nacional do Café, sem paginação, Rio de Janeiro, 1934, cap. XIII.



seria ainda preciso que houvesse interesse em fazê-lo e capacidade de o fazer. Teria ficado intacta a floresta dos planaltos ocidentais, se os plantadores não dispusessem de mão-de-obra, nem de meios de transporte: não se haveriam estendido as culturas de café por imensas superfícies, se não tivesse sido possível cuidar de uma produção bem mais considerável que as que haviam sido até então obtidas. Não teria sido empreendida tamanha tarefa, sem a disponibilidade de capitais para seu financiamento.

Em século e meio de cultura cafeeira, malgrado algumas pausas bruscas, a euforia comercial contribuíra para a formação de fortunas muito sólidas. Entre 1833-34 e 1870-71, o valor das exportações de café passara de 13,055 contos de réis a 83,758.<sup>3</sup> A parte de São Paulo aumentava de ano para ano, eleva-se o valor do café exportado por Santos, de 3.750.590\$000, em 1858-59, a 13.004.567\$000, em 1871-72.<sup>4</sup> Aliás, a agricultura não era a única fonte de recursos dos fazendeiros. Não era raro que eles a completassem pelos negócios ou pelo arrendamento de certas taxas (por exemplo, os direitos, muito lucrativos, sobre o uso das estradas que levavam aos portos de embarque de café). Alguns eram mesmo comerciantes enriquecidos, que tinham passado a empreender uma agricultura essencialmente comercial. Um dos maiores proprietários da região fluminense, o Visconde do Rio Preto, começara sua carreira importando gado de Minas para o Rio de Janeiro. A origem da fortuna de uma grande família de fazendeiros, a dos Carneiro Leão, provinha de uma empresa de grande negócio transatlântico, fundada no Rio de Janeiro, em 1748.<sup>5</sup> Outras fortunas tinham resultado do comércio de mulas, nas feiras de Sorocaba, ou então no de escravos, entre os estados do norte e os do sul. Eram solidários comércio e agricultura de exportação e tinham assegurado a formação de uma classe rica, aristocracia do dinheiro, que os imperadores Pedro I e Pedro II enobreceram generosamente e que tomava parte ativa da vida política brasileira.

A riqueza, os laços com a corte, a política, impeliram os grandes fazendeiros a relações de negócio e a uma vida mundana que os punham em contato com os europeus: com os representantes diplomáticos, os financistas e os pequenos comerciantes do Rio de Janeiro, primeiramente; com a própria Europa em seguida. Estavam eles, pois, a par das transformações econômicas e das revoluções políticas da Inglaterra, da França, da Itália e da Alemanha. Era normal que procurassem inspirar-se nelas ou a delas tirar partido. Nada se igno-

(3) *Idem*, *História do café no Brasil*, vol. IV, *No Brasil Imperial, 1822-1872*, tomo II, Rio de Janeiro, 1939, p. 178.

(4) *Idem*, *ibidem*, vol. III, tomo I, p. 246.

(5) *Idem*, *ibidem*, vol. V, tomo III, pp. 177-193.

rava dos movimentos de imigração para a América do Norte, bem como dos progressos da rede ferroviária e da indústria européia. Imitar tais exemplos, associando-se aos europeus que vinham para o Brasil, impunha-se a esses proprietários-negociantes, ao mesmo tempo como dever nacional e como excelente ocasião de consolidar suas fortunas. Seguiam eles com o mesmo interesse as transformações dos Estados Unidos: a Guerra da Secessão tinha provocado um novo surto da agricultura algodoeira no Brasil; alguns sulistas tinham emigrado para o Brasil e se haviam fixado em Vila Americana. Logo compreenderam os fazendeiros vizinhos que tinham muito que aprender com esses recém-vindos, cujo equipamento agrícola constituía uma novidade.

Nem todos os fazendeiros partilhavam dessa prosperidade, nem dessa maneira de pensar. Mais de um, nas regiões montanhosas entre Rio e São Paulo, ou no interior de São Paulo, compraziam-se em não comprar nada, a não ser "o sal e a pólvora": seus domínios lhes forneciam não somente o restante, mas também um excedente exportável. Eram tais homens firmemente aferrados às tradições de uma vida frugal, sem brilho, mas também sem misérias; como a que tinham vivido os paulistas desde o declínio das bandeiras até o advento do café. Assim, os plantadores de cana de Itu queriam ater-se "a uma espécie de feudalidade favorável às grandes virtudes".<sup>6</sup> Inquietava-os a chegada de estrangeiros ao seu círculo. Mas a necessidade dita a lei e esses sobreviventes de uma época extinta acabaram por aderir ao movimento moderno. Renunciaram à velha cultura da cana, também plantaram cafeeiros, partiram para o oeste em busca de novas terras. A tal ponto se desprenderam do passado, que foram os mais ardentes em reclamar a abolição da escravatura e em combater o Império claudicante!

Assim, não se introduziu uma cultura nova, sem que se fizesse uma revolução na sociedade rural paulista. Como cultura comercial, a do café contribuía para que se formasse uma classe numericamente reduzida, mas econômica e financeiramente onipotente; desferia uma chicotada nos homens mais apegados ao passado. A essa cultura nova, correspondiam novos modos de pensar. A sociedade dos ricos fazendeiros, os do "oeste" ainda mais do que os do "norte", tirava sua força da sua dupla origem, rural e mercantil ao mesmo tempo; a riqueza e o espírito de empreendimento. Soube ela utilizar essas duas forças, para aproveitar-se das ocasiões que se lhe ofereciam e enfrentar audazmente as dificuldades.

(6) Davatz (Thomas), *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 1941, pp. 22-23. Sobre a mesma questão: Freyre (Gilberto), *Problemas brasileiros de antropologia*, pp. 208-211. Ver o capítulo "A propósito dos paulistas", Rio de Janeiro, 1943, pp. 76-133.

Isso se vê na participação dos fazendeiros em sociedades ferroviárias, ao redor de 1870. Tornava-se urgente a construção de estradas de ferro. À medida que as plantações se afastavam do litoral e que aumentava o volume da produção, o problema da distância apresentava-se cada vez mais seriamente. Problema que não era grave demais para as fazendas do vale do Paraíba; o porto do Rio de Janeiro, os da costa, ao pé da serra do Mar, não eram excessivamente afastados e as tropas de muares tinham longa prática dos caminhos. O desenvolvimento da cultura cafeeira em torno de Campinas, e mesmo além desta cidade, criou para logo uma dupla dificuldade: era preciso que as tropas transpusessem 200 km, e cumpria que o porto de Santos fosse aparelhado para a manutenção de uma tonelagem crescente. Um viajante alemão, Ischudi, notava, em 1860, que era impossível plantar além de Rio Claro, pois que a distância a vencer, para ganhar Santos, era muito grande. Alguns anos antes, em 1855, calculava um presidente da Província que 500 mil arrobas de gêneros exportáveis não circulavam, por causa do custo de transporte, elevado demais.<sup>7</sup> Era necessário, portanto, construir uma ferrovia que ligasse Santos a Jundiá, além dos últimos escarpamentos. Transportariam as tropas de muares o café das fazendas, até essa estação terminal, que serviria de ponto de concentração. Ainda não se pensava que o café fosse mais longe, no rumo do interior. A construção dessa vida férrea foi confiada a uma sociedade inglesa, que inaugurou o tráfego em 1867, quando já cabia cogitar em prolongar a linha. Disso se encarregaram os principais fazendeiros de Campinas, Rio Claro, Limeira e Araras. Obtiveram eles que os ingleses renunciassem ao privilégio, que anteriormente lhes havia sido outorgado, de estender sua linha até Rio Claro. Para formar a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em fins de 1868, 654 acionistas haviam subscrito as 25.000 ações de 200\$000 cada uma, perfazendo um capital de 5.000 contos de réis. A maior parte eram fazendeiros, muitos dos quais pertenciam à recente nobreza imperial. O barão de Itapura, dono da fazenda Chapadão, uma das mais belas de Campinas, tinha subscrito 200 ações; outro subscritor da mesma cidade tinha tomado 300 ações.<sup>8</sup> Pela importância dessas somas, pressente-se como eram vultosas as disponibilidades dos fazendeiros de café. Desde o mês de agosto de 1872, circulavam os trens entre Jundiá e Campinas e prosseguia-se na construção da linha. Uma segunda companhia de estradas de ferro foi igualmente obra dos fazendeiros: a Mojiana, fundada pela iniciativa de um proprietário de Moji-Mirim, Antônio de Queirós Teles. Empregavam-se, pois, os capitais paulistas vitoriosamente em re-

(7) Taunay (Afonso de E.), *Historia do café...*, vol. III, tomo I, pp. 104-126.

(8) Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Estado de São Paulo, 27 de abril de 1946. Ver Taunay, *Obra citada*, vol. IV, tomo II, pp. 409-410.

solver o problema da distância e, sem que eles disso tivessem noção muito nítida, os plantadores asseguravam as bases para futura penetração nos planaltos ainda longínquos.

Não era bastante conduzir a Santos quantidades crescentes de café: restava dotar o porto de Santos das devidas condições de funcionamento. Bem o sabiam os paulistas, mas o mar não tinha atrativos para eles. Depois de duas tentativas infrutíferas, o negócio foi entregue a um grupo só em parte brasileiro. Assim, a Companhia Docas de Santos constituída em 1886, pôs mãos à obra tardiamente e, durante muito tempo, houve uma espécie de decalagem entre a capacidade de tráfego e a manutenção do porto, de um lado, e as possibilidades da rede ferroviária, do outro lado.<sup>9</sup>

Na mesma época, o equipamento dos fazendeiros passava por uma fase de grandes progressos técnicos. Não se tratava de melhoria no trabalho da terra e no trato dos cafeeiros, mas de aperfeiçoamento no preparo dos grãos de café. Procuravam-se máquinas de despolar, secadoras artificiais e classificadoras mecânicas, que pudessem tratar rapidamente as volumosas colheitas e que, melhorando ao mesmo tempo a apresentação dos grãos, permitissem tirar deles um preço mais elevado. Num momento em que não faltavam solos virgens, tinha o fazendeiro cuidados mais de industrial e negociante que de agricultor. Já se haviam abandonado os processos mais antigos: para despolar o café, bater os grãos com varas, pisá-los a golpes de pilão, ou fazê-los rolar sob as patas dos bois. O motor humano cedia lugar à força animal, depois à energia hidráulica. Na zona de Campinas, tinha-se posto em condições de funcionamento primeiro um sistema de grandes rodas verticais, animadas de movimento circular e acionadas por bois; um progresso tinha sido o "carretão", pois que se podia colocar maiores quantidades de café numas espécies de cubas em que giravam as rodas. Um passo adiante ainda foi dado quando, mediante um sistema de engrenagens de madeira, chegou-se a movimentar o carretão pela força das águas correntes. Pouco a pouco substituíam-se o ferro à madeira, ou nas rodas do mecanismo motor, ou pelo uso de pilões munidos de pontas férreas em vez das mós de madeira. Cada carretão dispunha de quatro a oito pilões, havendo os mais vastos com dez ou doze. Convinha esse aparelho muito às fazendas instaladas nas regiões acidentadas e matosas das vertentes da serra do Mar, da Mantiqueira, isto é, na região do Paraíba. Convinha ainda nas regiões montuosas, em direção a Jundiá, Itu e Campinas e nas primeiras lavouras formadas em torno de Pedreira e Amparo; os rios eram bastante fortes para acionar o motor, não faltava madeira. Outra vantagem era que a

(9) Carvalho (Maria da Conceição Vicente de), "O Porto de Santos", *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro, vol. IV, pp. 709-720.

construção dessas máquinas exigia gastos reduzidos, pois que havia número suficiente de escravos para abater e aparelhar as madeiras, montar a máquina e construir seu abrigo; o fazendeiro só precisava de comprar um pouco de ferro. Ainda se vêem, às vezes, as ruínas dos edifícios de imponentes proporções e assinalada altura, que abrigaram essas máquinas.

Todavia, a política antiescravista se precisava; restringia-se cada vez mais o comércio de negros e o problema da mão-de-obra começava a preocupar os fazendeiros. Ao mesmo tempo, penetrava-se nas regiões de relevo mais calmo, onde a força dos rios era insuficiente para acionar pesadas máquinas. Tudo incitava os plantadores a modificar a técnica de beneficiamento do café.

Algumas nela introduziram certos aperfeiçoamentos de pormenor, ao passo que pequenos artesãos estrangeiros, no Rio de Janeiro, trabalhavam no mesmo sentido. Recaíam os ensaios ao mesmo tempo sobre o despolpamento e a secagem: em lugar de ventiladores precários, e manuais, em vez de recorrer ao sol, procuravam-se secadores mecânicos, cujo melhor modelo foi posto em condições por dois fazendeiros, Taunay e Silva Teles. Parece que, pela mesma época, os terreiros ou secadouros ao ar livre, até então feitos de terra batida, começaram a ser revestidos de tijolos; neles foi melhorada a insolação, evitando-se que o café tomasse um gosto de terra ou fosse corrompido pela umidade. Um alemão, Ahrens, ingleses e americanos, como MacHardy, Samuel Beaven e principalmente Lidgerwood, lançavam máquinas de despolpar, classificadoras a vapor. Os aparelhos de Lidgerwood, e muito especialmente seus cilindros para a separação dos diversos tipos de café, impuseram-se ao mercado.<sup>10</sup>

Triunfo do metal e do vapor sobre a água e a madeira. As novas máquinas custavam mais caro, porém o fazendeiro facilmente se habituava a elas. Exigiam menor espaço essas máquinas, e as fazendas equipadas com elas, já não apresentavam o imponente espetáculo das construções antigas. Era mais fácil vender, e por um preço melhor, a

(10) Sobre o maquinismo do café e os aperfeiçoamentos nele introduzidos, o vol. VII, tomo V da *Historia do café (Brasil Imperial, 1872-1889)*, de A. de Taunay, é mina de informações, abundante em pormenores, sem a menor menção de bibliografia. Consultar os Caps. XIII a XVII, pp. 255-277; vol. V, tomo III, p. 103; vol. III, tomo I, p. 223. Além disso, Taunay fornece algumas indicações mais claras e mais condensadas em *A propagação da cultura cafeeira*, obra citada na nota de pé-de-página nº 3, cap. XIV. Ver também Gomes Cardim, "Considerações históricas e sociais sobre a agricultura e instituições agrícolas do Brasil", *Mensario do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, abril de 1939, pp. 57-63; Assis Cintra (J. de), "Origens do maquinismo do café", *Revista do Instituto do Café*, São Paulo, ano XII, nº 124, junho de 1936, pp. 1081-1083. Em francês, preciosas informações, parcialmente retomadas por Taunay, em Couty (Louis), *Étude de biologie industrielle sur le café*, Rio de Janeiro, 1883, X-176 pp.

sua produção. Efetivamente, podiam os intermediários e exportadores negociar, com mais segurança, as diferentes qualidades do café, automaticamente classificadas. Recebiam eles uma mercadoria perfeitamente seca e que não corria mais o risco de estragar-se, durante o transporte. Assim, os cafés tratados pelo secadouro Taunay-Silva Teles alcançavam preços de um terço a mais que os outros tipos. Igualmente os grãos passados pelas máquinas Lidgerwood, o chamado "café de máquina", tinham curso mais alto. As despesas com a modernização eram compensadas pela valorização decorrente da melhoria técnica. Melhoria que facilitava economia de mão-de-obra, num momento em que esta encarecia e se rarefazia. Enfim, as colheitas dos novos cafezais podiam ser manipuladas mais rapidamente do que eram, pelos processos tradicionais.

Com espírito assim tão moderno, perfeitamente a par das realidades, enfrentaram os grandes fazendeiros o problema da mão-de-obra. Não cabe em nosso assunto, nem é de nossa competência, estudar o considerável problema da abolição da escravatura. Seus aspectos políticos, seu lado sentimental prenderam já a atenção dos historiadores, e não deixaram os melhores dentre eles de assinalar as relações entre o desaparecimento do regime servil e o desenvolvimento da cultura cafeeira.<sup>11</sup> Indispensável é, todavia, dizer como o problema foi colocado e compreendido pelos fazendeiros.

Pelo meado do século XIX, tinha sido estancado o recrutamento de negros da África, por uma série de medidas legislativas e de acordos internacionais. São Paulo, cujas culturas de cana jamais tinham sido comparáveis às de Pernambuco ou da Bahia, possuía estoque servil muito limitado. As regiões novas não eram favorecidas pela repartição geográfica dos escravos, cuja maioria se localizava nas regiões velhas: nas montanhas da Província do Rio de Janeiro, no vale do Paraíba e também, ainda que em menor número, nas plantações de Campinas e Itu. O recenseamento de 1872 mostra que a proporções dos escravos, relativamente ao conjunto da população, era mais elevada nos velhos centros cafeeiros:<sup>12</sup> em Bananal, onde atingia 53%, em Barreiros, 44%; em Areias, 33%. Nos centros de cultura de cana-de-açúcar, a porcentagem não ia além de 32%, como em Itu, ou 20%, como em Porto Feliz. Onde entrava o café em plena produção, o percentual dos escravos na população oscilava entre 35%, em Araras e 20% em Atibaia, mantendo-se mais freqüentemente ao redor de 23% (Casa Bran-

(11) Há muito a respigar nos diferentes volumes da "Historia do café", *Revista do Instituto do Café*, São Paulo, Ano XII, nº 124, junho de 1937. Ver também Prado Júnior (Caio), *Historia economica do Brasil*, São Paulo, 1945.

(12) Império do Brasil, *Recenseamento da população da provincia de São Paulo*, p. 434.

ca, Jundiá). Caem as cifras abaixo de 20%, quando se penetra nos municípios onde o café ainda estava em seu estágio inicial: 18% em Amparo, 19% em Araraquara, 11% em Jabuticabal, 15% em Ribeirão Preto e Jaú, 12% em Botucatu, 10% em Cajuru e Lençóis, e mais baixo ainda em Barretos (7%), Rio Preto (7%) e São Domingos (3%).

Para os fazendeiros destas últimas regiões, a aquisição de escravos nas províncias do norte custava muito caro e bem se via que esse comércio interno seria finalmente interdito. Se se tratava só de formar uma plantação, alguns escravos bastavam: pouco antes de 1889, falava um grande plantador paulista dos fazendeiros das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais que, chegando a São Paulo com uma vintena de negros, podiam plantar um pequeno cafezal; mas, acrescentava, quando vierem as primeiras colheitas, será preciso dobrar esse número. Como já não era possível comprar mão-de-obra, as grandes plantações, que começavam a produzir, deveriam recorrer a trabalhadores livres.<sup>13</sup>

Os cafeeiros não somente demandavam braços suplementares, mas os desviavam das culturas de víveres. Nas velhas plantações de cana, sempre se havia podido plantar feijão e milho e, entre uma e outra faina dos períodos de colheita, tinham os fazendeiros todo o interesse em empregar escravos nos trabalhos subsidiários. Nunca houvera falta, nem mesmo rarefação de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Desde que os cafeeiros tomavam o lugar da cana, a situação se invertia completamente. As culturas intercalares de cereais só eram praticáveis durante alguns anos. Muito tinha que fazer no cafezal ou no beneficiamento do café todo o pessoal das fazendas, para que lhe fosse deixado o tempo de plantar milho e feijão à parte. Estava-se diante de um dilema: ou se renunciava às culturas de gêneros alimentícios, ou era forçoso reservar para elas escravos que faziam falta ao cafezal. De qualquer modo, os produtos alimentares se tornavam raros. Secas excepcionais, uma delas particularmente grave em 1842, haviam contribuído para provocar curtos períodos de escassez, agravados por uma epidemia de cólera (1856), que dizimara os escravos. Os preços atingiam cifras inabordáveis: o feijão tinha passado de 800\$000, antes de 1850, a 20.000\$000, em 1857.<sup>14</sup> Urgia encontrar-se uma solução.

Os plantadores das regiões novas foram naturalmente os primeiros a tomar a iniciativa de recorrer aos trabalhadores livres. O primeiro esforço sério foi tentado por um fazendeiro de Limeira, o Senador Vergueiro. Em 1842, tinha ele feito vir alguns portugueses, depois, em 1852, suíços e alemães do Holstein. Entre 1847 e 1857, os fazendeiros de Jundiá, Campinas, Rio Claro, Limeira, Araras, Piraçununga, Am-

(13) Prado Júnior (Martinho), *In memoriam*, São Paulo, 1946, p. 199.

(14) Davatz (T.), *Obra citada*, Prefácio, pp. 14-15.

paro e Piracicaba, tinham contratado como meeiros 511 brasileiros livres, 1.031 alemães, 1.180 suíços, 88 belgas e 16 portugueses. Foi infeliz a tentativa. Alegando sua lamentável situação financeira e falta à palavra empenhada, deixaram os recém-vindos pela cidade, e às vezes se revoltaram ruidosamente. Pouco importam os pormenores,<sup>15</sup> mas, deve-se reter o fato. A iniciativa de Vergueiro, seguida por alguns vizinhos, é prova de espírito inovador: procurando uma solução nos contratos de meias, os fazendeiros rompiam deliberadamente com a escravidão, buscando interessar o trabalhador rural na produção. Tinha, entretanto, ultrapassado sua época e, pouco enfronhados nos costumes e nos modos de pensar dos camponeses europeus, não puderam ou não souberam utilizar um sistema prático e viável. Decepcionados, procuraram outras soluções.

A fim de evitar a repetição de conflitos no empenho também de limitar suas despesas, pensaram na introdução de assalariados, independentes, solicitando o apoio financeiro dos poderes públicos. O governo imperial concordara em adiantar somas destinadas ao pagamento dos gastos de viagem dos imigrantes de Ibicaba; e se comprometera a pagar ao transportador determinada importância para a viagem das crianças menores de cinco anos, sem que esta ficasse a cargo dos colonos. Devia o Senador Vergueiro, por sua parte, cobrar dos colonos o reembolso progressivo das despesas da viagem que ele a seguir transferia ao governo. De ora em diante, o apoio oficial à imigração consistiu principalmente em facilidades concedidas à travessia: o governo federal e o governo provincial tomavam a seu cargo a viagem dos imigrantes, arrendando o serviço de transporte a quem fizesse as ofertas mais vantajosas e apresentasse as melhores garantias. Os "imigrantes subsidiados" perfizeram três quartos da massa desembarcada entre 1889 e 1902, no exato momento em que a marcha pioneira tomava impulso, nos planaltos ocidentais. Com o tempo, não conservou a imigração subsidiada a mesma importância, relativamente à imigração espontânea; mas havia assegurado aos plantadores uma legião de operários agrícolas, sem a qual não teriam podido explorar seus domínios.

Igualmente não se contentaram os fazendeiros com o auxílio governamental e participaram diretamente da organização da imigração. Os mesmos homens que se agrupavam para fundar companhias de estradas de ferro associavam-se para recrutar seus operários imigrantes. O Conde de Parnaíba, Antônio de Queirós Teles, um dos funda-

(15) Davatz (T.) em *Memórias de colono...*, cit., conta tudo isso, que Sérgio Buarque de Holanda finalmente analisa no prefácio do livro. Deste período, tiramos as cifras concernentes aos meeiros, nas diferentes fazendas.

dores da Companhia Mojiana, foi chamado o pioneiro da imigração,<sup>16</sup> e um dos animadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, foi o principal organizador de uma sociedade de imigração.

Desde 1871, ano em que, pela primeira vez, o governo da Província de São Paulo abria um crédito de 600.000\$000 para as passagens dos imigrantes, um grupo de fazendeiros constituía uma "Associação Auxiliadora de Colonização e Emigração para a Província de São Paulo". Mais tarde, em 1886, outros grandes plantadores, entre os quais Martinho Prado Júnior, e membros das maiores famílias paulistas, montavam uma "Sociedade Promotora da Imigração em São Paulo", sem fins lucrativos, à qual o governo atribuía a tarefa de importar 6.000 imigrantes.<sup>17</sup> Para recrutar homens, Martinho Prado demandou a Itália; de italianos já instalados em São Paulo, solicitou ele nomes de parentes e amigos suscetíveis de vir-lhes ao encontro, assim recolhendo nada menos que 36.000 endereços.

\* \* \*

Os anos de 1860-1880 assinalaram uma viragem decisiva na história do café e, portanto, na do povoamento, duas histórias que permaneceram confundidas, por muito tempo. Os instrumentos necessários à aceleração de sua marcha para oeste foram proporcionados aos fazendeiros pelas transformações técnicas e sociais e econômicas, que então se produziram. Mas foi também preciso que, no ultramar europeu, igualmente ocorressem circunstâncias favoráveis.

Ora, foi durante os mesmos anos que os capitalistas europeus começaram a interessar-se pelo Brasil. Viu-se que a construção da linha Santos—Jundiaí, chave de toda a economia paulista tinha sido a obra de uma sociedade inglesa. Foram os britânicos que prestaram mais atenção ao Brasil. Reticentes, quando não hostis, enquanto o Governo do Rio de Janeiro nada fazia contra a escravidão, adotaram atitude diferente, a partir das primeiras medidas energéticas contrárias ao tráfico entre a África e o Brasil, em 1850. Até 1852, elevava-se a parte da Inglaterra nos empréstimos públicos brasileiros a dois milhões de libras, ao passo que entre essa data e o fim da Monarquia (1889), tal participação atingiu 60 milhões de libras.<sup>18</sup> Ainda que indiretamente, não podia a arrancada pioneira senão beneficiar-se de tão sólido apoio financeiro dado ao Estado.

(16) Ricciardi (Adelino), "Parnaíba, o pioneiro da imigração", *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano IV, fevereiro de 1938, vol. XLIV, pp. 136-184.

(17) Prado Júnior (Martinho), *Obra citada*, p. 351.

(18) Prado Júnior (Caio), *Obra citada*, p. 180.

Também é significativo o papel desempenhado pelos ingleses, os americanos, os alemães, igualmente pelos franceses nos aperfeiçoamentos da técnica do café. Importaram ainda mais para São Paulo as disponibilidades de homens dos países da Europa Mediterrânea e Central. Antes dos Estados Unidos, os cafezais paulistas, depois o pampa argentino aproveitaram a emigração italiana. Enfim, foi possível a expansão da cultura cafeeira nos planaltos ocidentais, porque o consumo do café se generalizava na Europa e na América do Norte. As importações de café em França subiram de 10 milhões de quilos, em 1832, a 17 milhões, em 1846, 50, em 1859, e 70, em 1870. O mercado americano absorvia toneladas cada vez maiores. Em 1844, assinalava o cônsul dos Estados Unidos a Nova York, em um relatório, que o consumo do café, por habitante, havia-se elevado consideravelmente entre 1821 e a data em que ele escrevia: a quantidade de café brasileiro, importado por habitante passava de uma onça, em 1821, a 5 libras e 40, em 1844;<sup>19</sup> o consumo por cabeça atingiu 10,02, em 1897, e 13,32, em 1902.<sup>20</sup> Compradora de 838.843 sacas de 60 kg, em 1865, a América do Norte adquiria 1.680.040, em 1870, 2.041.995, em 1875; importação esta que ultrapassava a da Europa que, para esses mesmos anos, tinha sido de 1.431.746, 1.024.339 e 1.110.301 sacas.<sup>21</sup> Não faltavam clientes: estava-se ainda longe de falar de superprodução. A fundação de Frankfurt, em 1873, do primeiro sindicato internacional, destinado ao controle do comércio do café, uma tentativa da constituição de um *trust* da importação e da venda do café em Nova York, em 1880, são provas de uma crescente organização do comércio internacional desse produto.

Não era inútil assinalar esses aspectos históricos da expansão paulista. Diante de tantos fatores favoráveis, compreende-se melhor que os fazendeiros não tenham tido senão o objetivo de plantar. Reduzir a marcha para o oeste a um fenômeno local, contentar-se com explicá-la por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir abusivamente seus quadros e não enxergar mais que seus aspectos estreitos. Desde o seu início, a marcha para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida nas duas margens do Atlântico. Ambas não cessaram de ser solidárias.

(19) Taunay (Afonso de E.), *Historia do café...*, vol. IV, tomo II, pp. 121-123.

(20) Ukers (Williams), *All about Coffee*, Nova York, 1922, XXIX-796 pp. Ver p. 286. Na Holanda, o aumento do consumo foi de 7,1 libras em 1857-1866, a 13,3, em 1867-1876, e 16,7, em 1877-1886.

(21) Taunay (Afonso de E.), *Obra citada*, vol. VI, tomo IV, pp. 253-255.

CAPÍTULO II  
O JOGO DOS FATORES  
ECONÔMICOS

Desde os anos assinalados pelo avanço do movimento pioneiro nos planaltos ocidentais, atravessou a economia paulista períodos alternados de crise e de prosperidade. Há quarenta anos, consagrava Pierre Denis à primeira grande crise do café páginas que ainda conservam bom lugar, na bibliografia geográfica brasileira.<sup>1</sup> Vieram depois os tempos em que o café brasileiro obtinha bom preço nas bolsas do Havre e de Brême. Não foram esquecidos os milhões de sacas incineradas, na véspera da Segunda Guerra Mundial. Quais foram as relações entre as crises econômicas e as fases de prosperidade, de um lado, e o desenvolvimento da frente pioneira, de outro?

A despeito das dificuldades financeiras, que se registraram no fim do Império e nos inícios da República, mantiveram-se favoráveis, até os últimos anos do século XIX, as condições de expansão paulista e da progressão da cultura cafeeira. Recorreram os governantes largamente à inflação, para fazer face às despesas crescentes. Quando em 1888 se decretou a abolição da escravidão, foi necessário pôr em circulação numerário bastante para permitir que os antigos proprietários pagassem salários aos trabalhadores livres e dispusessem de meios para arranjar imigrantes. O papel-moeda em circulação, que passara de 28.900 contos de réis, em 1865-1866, a 149.397, em 1869-1870, por causa das despesas da Guerra do Paraguai, elevou-se sucessivamente a 188.869, em 1880-1881, e a 194.283, em 1885-1886. Esboçava-se ligeira melhora, quando foi proclamada a República. Registrou-se então verdadeira inundação do papel-moeda: 185.819 contos de réis, em 1889, 215.100, em 1892, 376.359 em 1894, 439.614 em 1897 e

(1) Dennis (Pierre), *Le Brésil au XX<sup>e</sup> siècle*, Paris, 1928, 312 pp. Ver o capítulo IX, "La valorisation du café", pp. 174-205.

778.363 em 1898.<sup>2</sup> Vinha a calhar essa abundância, pois daí resultava uma disponibilidade de capitais até então desconhecida e indispensável ao equipamento das novas fazendas. Multiplicavam-se os bancos, os estabelecimentos de crédito de toda espécie e freqüentemente, é claro, da pior espécie; o dinheiro fácil criava ambiente próprio à especulação. Desse fato dá Delgado de Carvalho excelente exemplo, citando o caso de uma fazenda comprada por 230 contos de réis, revendida por 500 e transferida a um terceiro por 1.000 contos, tudo em alguns anos.<sup>3</sup> Com os lucros de tais especulações, compravam-se terras virgens e plantavam-se milhões de pés de café. Veremos que as condições dos salários e do mercado da mão-de-obra igualmente incitavam a novas plantações. Ao mesmo tempo só os preços do café, produto único, mantinham-se satisfatórios. Inferior a 500 réis por quilo em Santos, em 1881, o café subiu de preço no mesmo ano, para chegar a 1.000 réis, em 1892 e atingir o teto de 1\$500, em 1894-1895.<sup>4</sup> Desse conjunto de fatos, resultava um clima favorável à exploração de terras novas. A plantação saía a baixo custo, a venda do produto era remunerada, era fácil obter capitais. Tudo infundia confiança.

Vê-se bem que, no fundo, essa prosperidade era artificial. Não tinha mais que a aparência da realidade, e cumpre reter que o movimento de conquista do solo, entre 1890 e 1900, foi uma vasta especulação, financeiramente falando. Ela não podia durar. Já se depreciava o câmbio brasileiro, à medida que se repetiam as emissões de papel-moeda. O mil-réis caía de 27 dinheiros, em 1889, a 16,10 em 1892 e 6 em 1898.<sup>5</sup> Decorreu certo tempo, antes que os produtores se ressentissem dos efeitos dessa baixa, pois ela não se refletiu imediatamente sobre o preço interno, em moeda nacional. O câmbio baixo parecia uma garantia de exportação. Todavia, desencadeou-se a crise. Começou por uma baixa sensível do preço do café em valor estrangeiro. Acelerou-se e degenerou em derrocada, com a superprodução do café. As plantações de café no Estado de São Paulo passaram de 106 milhões de pés, em 1880, a 220 milhões, em 1889, e 520 milhões, em 1900, segundo Caio Prado Júnior, ou 650 milhões, na última data, segundo

(2) Normano (J. F.), *Brazil, a Study of Economic Types*, University of North Carolina Press, 1935, XVI-254 pp. Ver o capítulo VI, "Currency and Banking", pp. 164-201.

(3) Delgado de Carvalho (C. M.), *Le Brésil Méridional (étude économique)*, Paris, 1910, 529 pp. Ver a segunda parte "Le café", capítulo sobre a valorização, p. 183.

(4) *Quadro estatístico das entradas e vendas de café*, Praça de Santos (de 1880 a 1935), organizado por Lima, Nogueira e Cia. Os diferentes *Anuários Estatísticos do Instituto do Café de São Paulo* também proporcionam indicações (1938, 1939, 1940 etc.).

(5) Normano (J. F.), *Obra citada*, mesmo capítulo que a da nota 2, tabelas das pp. 200-201.

Lalières.<sup>6</sup> A produção brasileira, na qual São Paulo tinha a parte do leão — cerca de dois terços — subiu de 3.763.968 sacas, em 1870-71, a 3.659.483, dez anos mais tarde, 5.547.000 em 1890, 11.373.371 em 1900-1901, para atingir a enorme cifra de 16.270.678 sacas em 1901-1902.<sup>7</sup> Desde que é preciso esperar pelo menos cinco anos para que uma plantação alcance produção rendosa, é fácil perceber como as grandes fazendas paulistas, abertas no tempo da inflação, lançaram fabulosas colheitas no mercado, nos primeiros anos do século atual. Assim se chegou, em 1903, a possuir um estoque de 11.837.000 sacas, ou seja, 70% do consumo mundial de um ano. Os preços voltaram a cair aos níveis dos anos 1880-1885, até cerca de 500 réis por quilo, em 1908-1909. Os salários, porém, já não eram os de vinte anos atrás, o preço de custo do produtor havia crescido consideravelmente, da mesma forma que suas dívidas e seu padrão de vida. Abatia-se a catástrofe sobre São Paulo; catástrofe da qual a franja pioneira, com seus milhões de cafeeiros em plena juventude, plantados em terra excelente e ainda não suficientemente cultivada, para que perdesse sua qualidade, era a principal responsável. Mas, não a única.

Um acordo oneroso, concluído entre o Brasil e o London and River Plate Bank, tinha contido a crise do câmbio, em 1898. Subiu o mil-réis a 9 dinheiros, depois a 11 e mais ainda nos anos seguintes, isto é, no momento em que desabavam os preços do café. Aproveitaram-se dessa diferença os exportadores: enquanto os produtores recebiam o valor da sua colheita em moeda nacional, os negociantes ganhavam o montante das suas exportações na base dos preços calculados em moeda estrangeira, portanto como lucro do câmbio. Os exportadores não experimentavam os efeitos da crise do mesmo modo que os produtores. Além disso, podiam eles manobrar, seja nas compras aos fazendeiros, seja na expedição do café. Então havia condições favoráveis à organização do comércio exportador. Logo em seguida à crise,<sup>8</sup> indicava-se que os exportadores eram "muito pouco numerosos para os 14 ou 15 milhões de sacas exportadas". Ademais, as razões sociais das principais casas manifestam suas origens estrangeiras: uma mesma fonte cita três nomes paulistas, de grandes plantadores, que acumulavam agricultura e comércio, contra oito estrangeiros: alemães, americanos e franceses. A crise punha em evidência a concentração do comércio exportador e o poderio das casas estrangeiras.

(6) Prado Júnior (Caio), *Obra citada*, p. 175; Lalières, *Le café dans l'État de Saint-Paul (Brésil)*, Paris, 1909, XVI-440 pp. Ver p. 26.

(7) Dennis (Pierre), *Obra citada*, p. 176, nota 1.

(8) Delgado de Carvalho (C. M.), *Obra citada*, p. 175. Augusto da Silva Telles escrevia em 1900 "que 10 a 30 casas estrangeiras têm entre suas mãos o destino da produção agrícola paulista". *O café e o Estado de São Paulo*, 1900, 12 p.

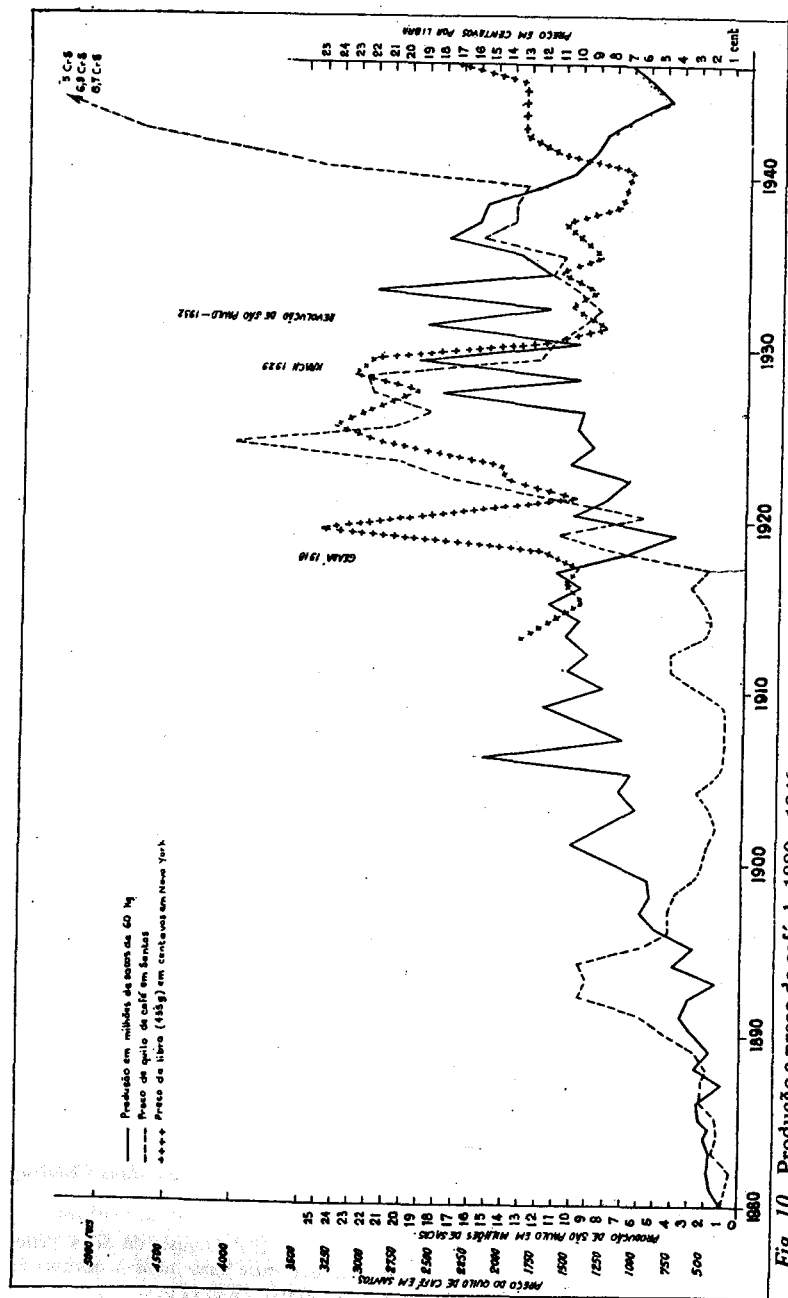


Fig. 10. Produção e preço do café de 1880 a 1946.

A crise acarretou igualmente modificações no comércio interior. Até então, vendiam os fazendeiros o seu café a comissários, intermediários entre o produtor e o exportador. Era capital o papel do comissário, pois que ele é quem preparava a mercadoria para a exportação, misturando os cafés dos fazendeiros, a fim de os classificar segundo as categorias comerciais. Uma vez terminado esse trabalho e vendido o café aos exportadores, repartia o comissário entre os fazendeiros as somas que lhes cabiam, não somente em função das quantidades que haviam fornecido, mas também da qualidade. Era uma operação delicada, que exigia grande habilidade, confiança dos fazendeiros e forte dose de honestidade. Os dois últimos elementos dependiam das relações pessoais entre plantadores e comissários. Passava-se facilmente dos entendimentos comerciais às operações de crédito: sem nenhuma garantia especial, sacando simplesmente por sua própria conta, o comissário adiantava fundos aos fazendeiros desejosos de renovar seu material, estender a sua plantação ou comprar outra plantação nova. Proporcionavam, pois, os intermediários, o crédito agrícola, mas *it was a system of personal credit rather than true bank credit*.<sup>9</sup> Tal sistema só podia funcionar com preços elevados, câmbios estáveis e boas colheitas. A crise de 1900-1905 assestou-lhe um golpe muito rude: por ele foram atingidas as duas partes envolvidas, que se acusavam mutuamente.

A ocasião era propícia à formação de sociedades anônimas que iriam substituir os comissários, oferecendo aos produtores as garantias que os grandes capitais conferem. Em 1905, constituiu-se a primeira em Londres, outra em 1906, em São Paulo: a Companhia Paulista de Armazéns Gerais. Seus entrepostos, construídos em São Paulo, Santos e nos principais centros cafeeiros do interior, acarretavam, sem a menor dúvida, sensível melhora nas condições materiais do comércio. Para ficarem de acordo com a lei federal, e aperfeiçoarem sua função distribuidora de crédito, essas duas sociedades se fundiram em 1909: a Brazilian Warrant Co., que colocava seus rendimentos na Bélgica, na França, na Inglaterra e na Alemanha.<sup>10</sup> As velhas práticas do crédito, baseadas em relações diretas e afetivas, eram assim substituídas por uma organização sem dúvida mais eficaz, mas que acentuava a penetração dos interesses estrangeiros e cujos lucros escapavam à economia nacional.

A sujeição do fazendeiro às condições econômicas e às manobras financeiras se tornou de tal modo sensível que o governo federal e o do Estado de São Paulo decidiram pôr em prática uma política de valo-

(9) MacGreery and Bynum, *The Coffee Industry in Brasil*, Washington, Foreign and Domestic Commerce, 1929. Ver p. 38.

(10) Delgado de Carvalho (C. M), *Obra citada*, pp. 169-175.



rização do café, a única que pareceu capaz de conjurar rapidamente a situação de ano para ano mais angustiada dos fazendeiros. A fim de levar a bom termo essa valorização, tiveram os poderes públicos de apelar para os bancos estrangeiros. Em 1906 obteve o governo paulista um empréstimo do *Brasilianische Bank für Deutschland*, criação da *Disconto Gesellschaft*, de Berlim, e do *Nordeutsche Bank* um Hamburgo; um segundo empréstimo foi negociado junto a um banco londrino, o Banco Schröder, e junto à *Société Générale*; um terceiro, junto ao *National City Bank*, de Nova York. Em 1907, a casa Rotschild decidiu-se também a participar da valorização. Financiados por bancos estrangeiros, a liquidação dos estoques foram encarregadas, principalmente, mas não exclusivamente, empresas comerciais estrangeiras. Boa parte coube às firmas do Havre. Mas, à casa Theodor Wille e Cia., de Hamburgo, reservou-se uma parte importante. Assim, ao bafejo da crise, assentara-se solidamente a finança estrangeira na economia cafeeira do Brasil. Não se limitou ela às funções comerciais pura e simplesmente. Forneceu fundos aos fazendeiros em dificuldades e se tornou finalmente proprietária de terras. Quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, possuía a casa T. Wille vastos domínios, reservas florestais, na Alta Araraquarense. Foi também ao redor de 1905, que começaram os britânicos a comprar terras, em todas as zonas novas paulistas.<sup>11</sup> Nessas condições, a crise do início do século XX, oriunda da superprodução das fazendas novas, vinha pejada de conseqüências para toda a economia brasileira. Ao mesmo tempo, essa crise tornava o destino das zonas novas ainda mais sensível às oscilações da economia mundial. Originava-se tanto no interior do Brasil, quanto no exterior, o impulso dado entre 1870 e 1880. Mas, doravante, instalavam-se no país interesses financeiros muito diversos, que podiam tornar-se rivais. O movimento pioneiro paulista era cada vez mais um negócio mundial.

A crise de superprodução teve uma conseqüência mais imediata: a desaceleração das novas plantações. Quando se avaliou a importância dos estoques, quando se assistiu à sucessão de várias colheitas fartas, parou-se de plantar. Veio a legislação suscitada pela crise reforçar essa tendência espontânea: uma lei de 1902, válida por cinco anos e prorrogada em 1907, tributou toda plantação nova com 2.000\$000 por

(11) Os economistas e os historiadores não são os únicos a ter notado a infiltração estrangeira. No decorrer de uma depressão secundária, em 1883, a compra de uma bela plantação de Rio Claro por um banco estrangeiro tinha sido indicada pelo agrônomo Couty (*Obra citada*, p. 89). Wildeman, em sua obra *As plantas tropicais da grande cultura, café, cacau, baunilha, borracha*, p. 56, Bruxelas, 1902, escreve: "Assinala-se a criação de um sindicato alemão, que resgataria as plantações dos proprietários arruinados, com o fim de restabelecer a cultura com capitais consideráveis."

alqueire (2 ha 42). De imediato, o plantador que, fiado na esperança da melhora das cotações, teria sido tentado a ampliar seu cafezal, devia renunciar a tanto: esse imposto tornava economicamente absurda a tentativa. A curva das plantações denota, em conseqüência, um patamar durante o período de 1898-1910. Enquanto o número de cafeeiros tinha triplicado entre 1888 e 1898, só aumentou cerca de um décimo entre este último e 1909. Manifestou-se a replanta, logo que foram votadas as medidas de valorização e que começaram a ser liquidados os estoques; registrou-se então uma melhora dos preços e os plantadores recobram a coragem.

Sem dúvida alguma, assinalou a crise cafeeira uma freada na marcha do povoamento. Vê-se bem o fato, quando se acompanha a evolução das circunscrições administrativas de São Paulo. Na última década do século XIX, tinham sido criados pelo governo do Estado quarenta e um novos municípios, a imensa maioria deles nas regiões de povoamento recente. Em compensação, entre 1900 e 1910, nenhuma criação nova a registrar.<sup>12</sup> Indica essa estabilidade da geografia administrativa que não houve, durante esses dez anos, um afluxo de população bastante para que se justificasse a criação de novas circunscrições. Eis o índice claro de desaceleração, mas não de uma parada completa.

Com efeito, não foi detida pela crise cafeeira a construção de ferrovias, nas regiões ainda pouco povoadas. No rumo do Paranapanema, na direção do rio Grande e até o rio Paraná, tinham os trilhos sido levados mais adiante. Tinham-se atingido, assim, regiões mais propícias à pecuária que ao café. Podiam, pois, os paulistas explorar outra possibilidade das zonas novas. A chegada da estrada de ferro a Barretos, a construção de um frigorífico assinalaram nova orientação. Interessante é considerar que Antônio Prado, sendo um dos maiores fazendeiros, foi o animador da ferrovia que atingiu Barretos e também o fundador do mencionado frigorífico. Notemos, de passagem, a flexibilidade desses grandes plantadores e a inteligência com que souberam adaptar-se às condições econômicas para tirar o melhor partido possível dos recursos das terras virgens. Antônio Prado não foi o único a compreender o que se podia lucrar com a criação de gado. Na mesma época, eram abertas as estradas até o Paraná para facilitar a passagem, na direção do centro consumidor paulista, de rebanhos de bois, vindos do Mato Grosso. A marcha para o oeste deixava de ser exclusivamente a marcha do café.

(12) Forjaz (Djalma), *Ensaio de um quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios*, Repartição de Estatística e Archivo do Estado, São Paulo, 1931, 137 pp., 3ª edição, Departamento Estadual de Estatística, 1941, 192 pp.

Veio a guerra de 1914 reforçar a tendência oriunda da crise cafeeira. A procura de carne frigorificada e de carnes em conserva acabaram por devolver aos paulistas a sua velha vocação de criadores. Desde então, a paisagem da frente de povoamento sempre associou os cafezais às pastagens.

O após-guerra restabeleceu uma situação de prosperidade análoga à do fim do século precedente. Reencontravam os mercados estrangeiros sua capacidade de compra e até o grande consumidor de café brasileiro, os Estados Unidos, aumentava sua demanda. Os preços subiram verticalmente desde a cessação das hostilidades: inferiores a 500 réis por quilo em 1914-1915, passaram de 1\$600 em 1910-1920, conheceram uma baixa em 1920-1921 e reagiram para culminar em 4\$000 em 1924-1925. Enfraquecido desde 1919, o câmbio favorecia a exportação e, indiretamente, as novas plantações. O café participava da prosperidade geral e igualmente as zonas pioneiras. Vê-se, com efeito, que a curva dos cafeeiros se reergueu, em relação ao período anterior, e subiu tão verticalmente como a dos preços. Contra 720 milhões de pés em 1909, o total de cafeeiros paulistas somou 828 milhões em 1918 e ultrapassou o bilhão em 1927 (1.047.000). E essa cifra global não inclui as novas plantações, que vieram substituir os cafezais esgotados dos municípios de povoamento antigo. Como uns trinta anos antes, as criações de municípios se multiplicaram: contam-se trinta e dois deles entre 1910 e 1919, cinquenta e cinco nos dez anos seguintes. Voltara a euforia, a prosperidade mundial imprimira à marcha para oeste novo impulso, que a superprodução dos anos 1900 apenas havia contido.

Era essa euforia o resultado do normal funcionamento do mecanismo econômico? Resultava do atrativo das terras virgens e das fortes pressões demográficas essa nova floração de municípios, prova do impulso do povoamento. Em São Paulo, o otimismo era geral. Os negócios andavam bem. Eram como outros tantos comunicados de vitória, testemunhos da audácia dos novos bandeirantes, as histórias rapidamente propagadas sobre a abertura de novas lavouras, sobre o desenvolvimento das cidades pioneiras. Lícito é aproximar essa bem sucedida ousadia na conquista do solo e uma nova audácia intelectual, que então animava os círculos literários e artísticos de São Paulo, muito avançados relativamente aos de outras grandes cidades brasileiras.

Todavia, cabe indagar se era perfeitamente são o organismo econômico sobre o qual repousava essa prosperidade aparente. Em verdade, confundia-se ele com uma política econômica sistemática. Em 1924, criara-se um instituto para a defesa permanente do café. A fundação desse organismo correspondia ao desejo de evitar a repetição de uma crise como a de 1905, que pareceu estar a ponto de explodir novamente, em 1921. Dentro desse espírito, fiel à política de valori-

zação, punham as autoridades em prática uma exportação dirigida.<sup>13</sup> Apoiando-se em empréstimos concedidos pelo banco Lazard Brothers, o instituto tinha por tarefa organizar a exportação. Gozava ele de plena liberdade para estocar e vender, de modo a regularizar os preços, colocando hábil e oportunamente o produto no mercado. Para ressarcir o produtor cuja mercadoria ficava armazenada, eram-lhe feitos adiantamentos até o limite de 50% de sua produção. Coubera a um banco oficial (Banco Paulista de Crédito Agrícola) efetuar os adiantamentos, bem como organizar as hipotecas agrícolas. Além dos capitais estrangeiros, recebia o Instituto de Defesa do Café as receitas provenientes da taxa de um mil-réis-ouro por saca de café em circulação no Estado.

Senhor da exportação, o Instituto praticou uma política de retenção do café, a fim de alcançar uma melhoria das cotações. Aparentemente todos eram interessados, embora acima de tudo o fossem exportadores e banqueiros. Encorajados pela permanência dos bons preços sentiram-se os fazendeiros cada vez mais tentados a crescer suas lavouras. Para tanto, bem como para manter e melhorar o trem de vida a que se acostumaram, pediram fortes empréstimos ao Crédito Agrícola. Ao mesmo tempo, continuavam a ser boas as colheitas, e eram cada vez mais volumosas as quantidades de café retidas pelo Instituto. Mas, os fazendeiros recebiam apenas uma parte do valor da sua colheita anual, no máximo a metade, pois que só parte da colheita era exportada. Ademais, deviam pagar a pesada taxa de um mil-réis-ouro por saca. Entretidos em seu otimismo pela estabilidade aparente das cotações, recorriam eles de novo aos empréstimos para fazer face a suas obrigações. Tal experiência de dirigismo, destinada a manter artificialmente preços elevados e que repousava no empréstimo aos bancos estrangeiros, conduzia a um impasse, a saber: era forçoso perseverar na política adotada para evitar a falência dos fazendeiros, embora a estocagem levasse infalivelmente à brutal desvalorização dos preços, num mercado em que havia milhões de sacas armazenadas e milhões de jovens cafeeiros anualmente plantados nas zonas novas. Mais uma vez, ameaçava o perigo da superprodução, oriunda das zonas pioneiras. Exatamente como trinta anos antes, as fortes colheitas da zona nova eram responsáveis pela situação, porém só em parte, já que uma especulação oficial contribuía para lançar os fazendeiros nesse arriscado caminho.

(13) Sobre essa política, Taunay, na sua *Historia do café*, assinalava anteriormente, e Caio Prado Júnior, em sua *Historia econômica do Brasil*, oferecem dados precisos. Veja-se igualmente Charles Rufenacht, *Le café et les marchés principaux des matières premières*, Le Havre, 1935, 291 pp., especialmente pp. 60 e seguintes. Melhor ainda: Courtin (René), *Le problème de la civilisation économique au Brésil*, Paris, 1941, 240 p., *passim*, especialmente a primeira parte, "Les grandes phases de l'économie brésilienne et la situation contemporaine".

A derrocada começou em 1929, solidária com o *crack* norte-americano. Caiu então a cotação do café, em Santos, de 3\$050 o quilo para 1\$800, em menos de um ano. Prolongou-se a queda, com a entrada no mercado das colheitas dos anos 1930-1931 e feitas antes da queda dos cursos e que começavam a produzir plenamente. Viram-se numerosos fazendeiros na impossibilidade de saldar seus débitos. De um dia para outro, os principais estabelecimentos bancários transformaram-se em proprietários de terras, embaraçados aliás com essa ilusória riqueza. Apoiada em grande parte pela classe dos fazendeiros, praticando a política do desespero, a revolução de 1930 levou Getúlio Vargas ao poder. Este, porém, não se precipitou em socorrer o café combalido, contrariamente às esperanças dos paulistas que o haviam sustentado. Veemente descontentamento agitou o Estado de São Paulo, onde rebentou o movimento revolucionário de 1932. Neste se pretendeu ver, ao lado de manifestações desinteressadas, o efeito de intervenções britânicas extremamente discretas: de fato, perdiam muito os bancos londrinos, com o desaparecimento da política de valorização.<sup>14</sup> De tudo isso, limitemo-nos a reter o papel que assumiram na política brasileira o movimento pioneiro e a produção crescente do café.

Avocou o governo federal a gestão da economia cafeeira. Tendo dominado a revolução paulista, desejoso de acalmar os espíritos e de desonerar os bancos do fardo de seus bens territoriais, decidiu-se o Rio de Janeiro a tomar medidas enérgicas. A lei do Reajustamento Econômico reduziu a 50% as hipotecas agrícolas e as dívidas contraídas pelos lavradores, junto aos bancos. Se os fazendeiros recuperavam a livre disposição de suas terras, não se isentavam de pagar anualmente somas consideráveis para liquidar suas dívidas. Em muitos pontos, essa situação não deixava de lembrar a que a Argélia conhecera, com a monocultura da vinha. Para sanear o mercado, sabe-se que o Departamento Nacional do Café, o novo organismo encarregado de gerir a economia e a política do café, destruiu os estoques pela incineração, a imersão e os gases. Taxas diversas sobrecarregavam os cafeicultores. Punha-se tudo em prática, para desencorajar a produção. Não cabe em nosso assunto estender-nos sobre essa nova política, mas tão-somente verificar quais as conseqüências da depressão econômica de 1929 sobre o movimento pioneiro.

Esse movimento não foi detido pela derrocada. Desde 1934, voltaram a ser criados municípios, que se multiplicaram em 1937 e 1938, não cessando de surgir, a partir de então. Uma vez mais, fora proibido proceder a novas plantações, mas não se podia exercer estrita vigilância, no extremo oeste do Estado. Experimentava-se a tentativa

(14) Davis (Horace), "Brazil's Political and Economic Problems", *Foreign Policy Reports*, March 13, 1935, vol. XI, nº 1, 12 pp.

de plantar clandestinamente, no momento em que o preços melhoravam ligeiramente e que as zonas antigas se mostravam incapazes de conservar sua produtividade: em caso de reerguimento, não se podia contar com elas. Por outro lado, não estavam as plantações interditas no Paraná. Os fazendeiros paulistas tinham já penetrado no norte do Estado vizinho, durante o período de prosperidade. Acentuou-se tal penetração e uma nova zona pioneira assim nasceu, como repercussão da crise e em conseqüência da legislação cafeeira, ao mesmo tempo.

De modo mais decisivo, intervieram outros fatores que imprimiram renovado impulso à marcha pioneira. Como sempre o haviam feito, buscaram os fazendeiros no algodão o que o café lhes recusava. Já nos anos da Guerra (1914 a 1918) quando se fecharam os mercados, tinha a cultura algodoeira desempenhado brilhantemente o papel de cultura de substituição; com o fim das hostilidades, recaíra em segundo plano. Mais uma vez eram-lhe propícias as circunstâncias: apresentavam-se dois países como compradores de todo o algodão que São Paulo pudesse produzir, o Japão e a Alemanha. O Japão não somente estava disposto a comprar, mas enviara mão-de-obra para plantar e colher, capitais para a montagem de casas de comércio, navios para o transporte da produção. Assistiu-se então a um verdadeiro *boom* do algodão que, não somente substituiu o café nas zonas velhas, mas também se tornou cultura pioneira. Ardía a flama pioneira com tanto brilho, quanto dez anos antes. Com certeza, essa persistência da marcha para oeste se devia muito ao esgotamento dos solos das regiões desbravadas no fim do século XIX, mas também se devia aos imperialismos alemão e japonês.

O abalo de 1929 havia sacudido a sociedade paulista fortemente demais, para que pudesse ela conservar a estrutura tradicional. Para o fazendeiro, o problema consistia em refazer-se e compensar as perdas. A solução imediata residia em tentar a sorte mais longe, com o algodão. Podia ele igualmente vender as matas que possuía, como reserva de capital, além da frente pioneira. Era o caso de muitos dentre eles. Foi o que fizeram, seja individualmente, seja agrupados em sociedades, seja recorrendo a vendedores profissionais. Naturalmente, já não era possível vender superfícies consideráveis e de extensão contínua. Mas, não faltavam compradores de pequenas parcelas: uns eram imigrantes japoneses, outros, trabalhadores de plantações arruinadas, colonos que tinham sofrido menos que seus patrões com a crise e que podiam adquirir reduzidos lotes de terra virgem, vendidos a preços acessíveis. Em virtude de suas seqüelas sociais, criava, pois, a crise de 1929 um clima favorável à expansão do povoamento.

A segunda Guerra Mundial nada acarretou que pudesse frear a marcha dos pioneiros. Ao contrário, favoreceu ela a industrialização de

São Paulo. Cresceu consideravelmente a população urbana. Para nutri-la, eram necessários arroz, café, trigo, feijão, batatas, culturas fáceis para o desbravador, que delas retirava lucro imediato. Alemanha e Japão tinham desaparecido de cena, substituídos pelos Estados Unidos. Este país comprava tudo e sua propaganda exercia-se por toda a parte, incitando os pioneiros a tentar culturas variadas: o ricino, a menta, o tungue; e demandava ainda algodão e gado.

Acabou o café por encontrar condições favoráveis. Reabsorvidos os estoques, era restituída a liberdade de plantar. Em dez anos, tinham sido arrandados ou abandonados 547.969.980 cafeeiros, que não eram compensados pelas plantações clandestinas ou pelas do norte do Paraná. Uma série de más colheitas, pressagiavam a melhora dos cursos quando os Estados Unidos, principal cliente do Brasil, liberassem os preços. Esperava-se que o após-guerra trouxesse de volta os compradores europeus. Progrediam as exportações para o nível dos recordes do anteguerra. Reapareceram também as plantações jovens, nas zonas pioneiras paulistas e paranaenses.

A guerra foi também um período de inflação. Em 1940, elevava-se a 5.185.140.000 cruzeiros o montante das notas em circulação no Brasil; em 1944, atingia 14.462.029.000.<sup>15</sup> Quem viveu em São Paulo, nos últimos anos da década de 40, reencontrou a atmosfera descrita nos primeiros anos da República: cada dia, nascia um banco, uma sociedade de comércio, uma empresa industrial. Aumentava o custo de vida em proporções superiores às dos países da Europa e dos Estados Unidos. Grassavam o jogo e a especulação, mais violentamente que nunca. Nessa atmosfera, a compra de imóveis parecia, às pessoas avisadas, o melhor emprego de dinheiro. Mais procurados foram os terrenos urbanos, mas as terras das zonas novas, até onde se sabia que as linhas férreas seriam prolongadas, desde que se pudesse importar o material necessário, também chamaram a atenção dos compradores. As circunstâncias monetárias coincidiram com o hábito da burguesia paulista de possuir um domínio florestal. Além das estações terminais da Companhia Paulista ou da estrada de ferro Araraquarense, compraram reservas de terra arquitetos, advogados, dentistas, médicos, residentes em São Paulo ou nas principais cidades do Estado. Assim se preparavam novos desbravamentos, talvez uma nova etapa da marcha pioneira.

Nascido no momento em que se instalava a economia capitalista, o movimento de conquista dos planaltos ocidentais não cessou, pois, de

(15) Desde 1943, o cruzeiro substituiu o mil-réis. Encontrar-se-á um apanhado da situação em Byé (Maurice), "Le Brésil de l'économie de guerre à l'économie de paix", pp. 109-136 de *Le continent américaine et le déséquilibre mondial*, Paris, 1948.

progredir, a despeito das crises inerentes aos sistema e até mesmo por causa dessas crises. As depressões econômicas, que balizam esses três quartos de século, procederam das zonas pioneiras. Mas, cada uma delas suscitou oportunidades novas que, a cada vez, reajustaram o mecanismo. Assim se confunde o dinamismo da frente de povoamento paulista com o da economia mundial. Num velho país rural, os abalos da economia raramente acarretam um abandono brutal das culturas do solo; está o camponês por demais ancorado, para que a borrasca o arraste; participa ele de uma economia regional ou nacional, que amortece o choque dos acontecimentos internacionais. Nas zonas novas, não existem amortecedores, pois a produção se limita a alguns produtos destinados à exportação e diretamente submetidos às vicissitudes do mercado mundial. A franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto de nacionais como de estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo lhe permite recuperar muito depressa sua vitalidade.

### CAPÍTULO III

## A PSICOLOGIA “BANDEIRANTE”

Desde o fim do século XVIII, haviam os paulistas renunciado às expedições para o sertão. Delas, porém, tinham conservado a lembrança e o pendor. Ainda hoje provoca entusiasmo a narrativa desses empreendimentos audazes. Num país cujo passado é curto, fica-se apaixonadamente preso ao que ele pode ter de prestigioso. Sendo um dos mais assombrosos da jovem história brasileira, o episódio das bandeiras impressiona muito as crianças. Ao aprender a ler, aprende o brasileiro a história dos bandeirantes: Borba Gato, Fernão Dias Pais, são os heróis nacionais, cuja recordação se mantém muito viva. Fato tanto mais nítido em São Paulo, quando se trata de personagens paulistas e de uma como primeira manifestação da preeminência de São Paulo. Não que se ignore, nem mesmo que se esconda o que houve de brutal no comportamento dos bandeirantes, nem a sede de lucro que os animava. Mas, que episódio de história gloriosa, em não importa que país, deixará de estar manchado por algum crime? Eis o que de bom grado se recorda. A intrepidez desses pioneiros de extensa linhagem, sua ousadia de aventurar-se tão longe, com tão escassos meios, no imenso Brasil, exercem forte atrativo sobre as crianças e os adolescentes para que se condoam dos morticínios de índios e se indignem com tal esbanjamento de energia para conquistar ouro.

Fato extremamente importante, pois que se criou um mito do bandeirante, cuja eficácia psicológica é incontestável. Quando se quer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades, nenhum título melhor a deferir-lhe que o de bandeirante. Diz-se tudo de um homem, quando se diz que ele é um verdadeiro bandeirante. Levemos em conta essa ênfase bem latina e não nos espante essa promoção indireta e póstuma do bandeirante a colonizador. No dinamismo do fazendeiro-pioneiro, a massa popular encontra a lembrança

da legenda do bandeirismo: a penetração pelo sertão adentro, o engrandecimento de São Paulo e do Brasil. Nos heróis de outrora, como no grande homem do momento, admira-se a mesma temeridade, a mesma sede de aventura, a mesma paixão da riqueza. Perpetua uma tradição aquele que "abre" uma fazenda e sua ação direta suscita vocações. No curso de minhas viagens, muitas vezes encontrei moços, nascidos nas grandes cidades, antigos alunos de escolas de Medicina, de Agronomia, de Engenharia, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, que viviam duramente; no meio de gente rude e bruta, e experimentavam evidente alegria na vida sertaneja. Nisso contava muito o lado esportivo. Mas também a sensação de criar, o sentimento de manter uma tradição e o orgulho de contribuir para engrandecer o seu país. Há nos brasileiros, mais freqüentemente nos de Minas Gerais e de São Paulo, uma espécie de instinto que os impede sempre para diante, para além da civilização. Não é raro ouvir dizer de um homem e de sua família que não podem ouvir o silvo da locomotiva. São os que sempre moram um pouco além da estação terminal de uma ferrovia. Quando esta prolonga os trilhos, embrenha-se o homem mais para dentro do sertão. Gosta esse tipo de homem dos vastos espaços desertos, onde pode viver longe dos constrangimentos sociais. Trata-se muitas vezes de um caçador ou de um criador de gado. Nas margens do rio Grande, do Paraná e do baixo Tietê, encontram-se famílias que vivem da caça e da pesca. Preferem outros o nomadismo do boiadeiro que, conduzindo as boiadas provenientes de Goiás, do Mato Grosso e de Minas, encaminham-se para as pastagens paulistas. Gente pobre, na maioria, freqüentemente negros, mas também outros que possuíam terra e tinha abandonado casas nas cidades de São Paulo ou de Minas Gerais, desistido de família, estudos, profissões liberais. Vai diminuindo essa espécie, pois quase já não há lugares que o caminhão não atinja. Eram com certeza mais numerosos outrora, quando os fazendeiros começaram a plantar café, na terra roxa dos planaltos. Eram os predecessores da vaga pioneira, repelidos por ela, mas abrindo-lhe passagem. Desejo de solidão ou vocação de luta podem ser satisfeito, porque vastos espaços estão à disposição de todos. Uma espécie de fascínio exerce sobre os espíritos a presença de terras desocupadas. Ao mesmo tempo, essa circunstância provoca o desinteresse: se as coisas não vão bem, se a terra se fatiga, se os preços descambam, simples é o remédio, pois que basta partir para mais longe; os fartos rendimentos dos primeiros anos de cultura, num solo pela primeira vez arroteado, compensarão as fadigas, normalizando a situação. A sede de ganho rápido mantém-se continuamente desperta, por causa da facilidade de encontrar um solo virgem e altamente produtivo. Seria, de resto, inexato levar exclusivamente à conta do gosto do lucro a facilidade do paulista em deixar seu estabelecimento para ir fundar outro, não menos efêmero que o

precedente. No fundo, a principal responsabilidade por esse nomadismo pioneiro recai sobre a estrutura econômica.

Era limitado o capital de que dispunha a maioria dos plantadores. Como nos países velhos, o agricultor não tirava tanto lucro como o intermediário, nos períodos de euforia econômica; nem nunca eram muitos os recursos da massa dos lavradores. Cumpre lembrar que muitos dos fazendeiros eram imigrantes ou filhos de imigrantes enriquecidos, fato que voltaremos a apontar. Bastou sua poupança, para que pudessem adquirir uma plantação modesta, mas que não era possível manter em produção, se diminuíssem os rendimentos; tal propriedade não lhes permite atravessar a tormenta de uma depressão econômica. Se esta sobreviesse, era preciso recorrer às hipotecas ou abandonar a luta, o que era ainda mais simples e menos oneroso. Isso também talvez corresponda à inclinação para a jogatina que campeava em toda a América Latina, senão mesmo em todo o continente americano. Lançar-se na abertura de uma fazenda nova, equivalia a arriscar a sorte, liquidar um negócio proveitoso, porém obscuro, para empreender outro novo, contando com o valor da terra e com as probabilidades do mercado, correspondia a uma audaz especulação. Muitos o experimentaram; esqueciam-se os que se malograram, pensando-se só nos sucessos de que toda a gente falava: o modelo invejado era o do "bandeirante de hoje", o grande homem de tal ou qual zona, celebrado pela pequena imprensa local e que conquistou fortuna e prestígio político. Por que não nos ocorreriam esses golpes de sorte?

Esse gosto pelo jogo não é incompatível com a resignação fácil com o que é ou parece inevitável. Muitas vezes parte-se, porque parentes e vizinhos já partiram. Sem nem saber por que, segue-se o exemplo dado. Numerosos pequenos proprietários de lavouras de café, situados em zonas novas, onde a produção continuava proveitosa, apesar disso vieram comprar lotes de terra na zona pioneira. Para tanto, muito concorreu a publicidade bem organizada pelos vendedores de terras, mas igualmente concorreu o contágio do exemplo de alguns vizinhos. Resignação, imitação, são mais próprias da gente humilde que dos fazendeiros. Evitemos, porém, simplificar em excesso. Todos, fazendeiros, pequenos sitiantes, assalariados, estão sujeitos ao mesmo mecanismo psicológico, em que a força da tradição e a do exemplo, o gosto pela novidade e a atração da sorte se combinavam e exerciam poderosa sedução sobre massas incrédulas e facilmente impressionáveis.

O paulista de velha estirpe acompanhava orgulhosamente a marcha para oeste. Comprazia-se em contar como seu avô abandonara a fazenda do vale do Paraíba pela região de Campinas; em seguida seu pai abrira uma plantação na zona de Ribeirão Preto; e ele, por sua vez, continuava a desbravar a floresta na Alta Paulista ou no norte do

Paraná. Realizava o filho do imigrante, em uma geração, o que a família paulista fizera em três etapas. Para ele, tratava-se também de prosseguir uma tradição, a dos pais que vieram arriscar a sorte, e era dentro desse espírito que ele continuava. A bem dizer, sofriam todos a magia dos grandes espaços livres e experimentavam todos a ardente convicção de que a fortuna lá os esperava. Preston James assinalou mui fortemente a permanência do mito do Eldorado; e não forçou a nota, ao considerar a divisa publicitária da loteria federal "Fique Rico",<sup>1</sup> como palavra de ordem coletiva, afinal de contas.

Em todos os países novos, do norte ao sul do continente americano, observa-se a sedução das terras novas e a paixão pelo ganho rápido do dinheiro. Apelo do Grande Norte ao Canadá, marcha para oeste, ainda não há muito tempo, nos Estados Unidos, desbravamento do sertão paulista, não passam de variações de um grande tema continental. Ali o colono moderno se põe a serviço do caçador; acolá se converte em herdeiro do *pioneer*; em São Paulo é o continuador do bandeirante. Os hábitos dos grupos sociais e étnicos, as diferenças de estrutura política e social bastam para criar apreciáveis matizes entre uns e outros. Mas, todos esses homens jovens, povoadores de terras novas, buscavam ligar-se a uma tradição e a criar sua própria história. Talvez sentissem a necessidade de tirar dessa história, senão uma justificativa do seu tumulto, ao menos uma fonte de energia.

(1) James (Preston), *Latin America*, Nova York, Boston, 1942, XVIII-302 pp. Esta idéia se encontra em diversas páginas deste livro.

## LIVRO II

# A MARCHA PIONEIRA

Desde que tomou pé nos planaltos ocidentais, prosseguiu a vaga pioneira em sua marcha infatigável, sacudida pelas crises econômicas, acelerada às vezes pelo jogo das circunstâncias políticas mundiais. Incessantemente engrossada por elementos novos, a multidão dos plantadores e dos pioneiros não cessou de progredir, mais ou menos depressa, mas sem fatigar-se. Testemunham avanços sucessivos as cidades, que se sucedem como contas de um rosário, ao longo das ferrovias. Por toda a parte, traz a paisagem a marca dessa ofensiva contínua, nos restos de florestas que subsistem, sobre os solos talados por essa cultura devastadora. Cada fase acarretou algo de novo, que não desapareceu com a progressão. História bem curta, mas que cumpre conhecer, seguindo os episódios da marcha pioneira, para compreender como se elaborou o seu mundo, tal como hoje se nos apresenta.

PRIMEIRA PARTE  
**OS HOMENS**

Os homens das zonas pioneiras são animados de um espírito comum. Mas, por entre eles, deve-se discernir tipos sociais distintos, que apareceram à medida que o movimento avançava. Precursores foram alguns, que realizaram obra útil, lançando os germes das regiões pioneiras. Outros tipos evoluíram mas ainda são encontrados na sociedade pioneira, em cujo seio se mantêm. Nos anos mais recentes, viram-se personagens de reduzida importância, até então, passar ao primeiro plano. A originalidade do mundo pioneiro é assegurada pela coexistência de todos esses tipos.



## CAPÍTULO I OS PRECURSORES

### A) OS ÍNDIOS

Entrando nas matas dos planaltos ocidentais, os fazendeiros lá encontraram os índios. Eram estes de todo separados do movimento de expansão, economicamente. Todavia, foram eles os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido mais restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo. Impossível é fornecer a menor indicação sobre o número de índios, que viviam nos planaltos ocidentais, no fim do século XIX e início do XX. Quase sempre violentos foram os contatos que mantiveram com os brancos e pouco sabemos sobre a localização dos principais grupos e seus gêneros de vida.

O grupo mais importante era o dos tupis-guaranis, designados com caingá ou cayúa, denominação posterior aos primórdios da evangelização. Estavam disseminados pela bacia do Paraná, ao sul do Tietê. Habitavam terras mais a leste os tupiniquins, que tinham adotado a língua tupi-guarani. Esses tupis tinham submergido, mas não destruído, populações preestabelecidas, que pertenciam às diversas ramificações da nação jê. Por entre elas, os caiapós dominavam as partes dos planaltos compreendidas entre o rio Grande e o Tietê. Mais dispersos, formavam os xavantes alguns grupos na Alta Sorocabana atual. Finalmente, os caingangues, designados pelo nome de coroados, a partir do século XVIII, distribuíam-se tanto pelos planaltos paulistas, como pelas regiões do Paraná e do Brasil Meridional. No fim do

que dentre eles morreu um número muito grande, seja nas matanças, seja nas epidemias contraídas no contato com os brancos, e também voluntariamente disseminadas. Mas principalmente porque, ao início das viagens ferroviárias, seguiu-se um afluxo considerável de pioneiros que se dispersaram. A superioridade numérica dos colonizadores aniquilou o pequeno grupo indígena. Os serviços de proteção, organizados pelo General Rondon, e igualmente pelo governo do Estado, reagruparam as raras famílias sobreviventes em alguns postos, os mais numerosos aos longo da ferrovia Noroeste, outros na Alta Sorocabana. Vivem na maior miséria esses índios pacificados, como os dos postos do governo do Paraná; de ano para ano, diminui o seu efetivo, devastado pelo álcool e pelas doenças. No norte do Paraná reproduziram-se os mesmos fatos, em ritmo análogo e mais recentemente, pois que a introdução foi mais tardia, sobretudo a partir de 1925. Há uns dez anos erravam ainda grupos índios, na floresta, além de Apucarana. Atualmente desapareceram, refugiados nos baixos vales do Ivaí e do Piqueri, assim como nas margens do rio Paraná.

Portanto, a marcha pioneira moderna acabou a obra de destruição dos índios, encetada na época colonial. Nada subsiste dos antigos habitantes, a não ser de modo muito indireto. Viu-se como se apresenta o problema da origem dos campos; se resultaram eles dos incêndios ateados pelos índios, preparam estes as grandes abertas nas matas, pelas quais enveredaram os pioneiros brancos. A técnica de agricultura de queimada que o pioneiro praticou, na fase do seu primeiro estabelecimento, foi a dos índios, que os caboclos brasileiros lhes transmitiram. Quanto às pistas traçadas nas matas pelas tribos indígenas, foram provavelmente úteis aos primeiros colonizadores, mas não deve ter sido considerável o seu papel; era de vales o *habitat* dos índios e as pistas indígenas seguiam os cursos de água, ao passo que o plantador de café se afastava deles. Encontram-se, na toponímia, muitos traços da época indígena, e, a partir dos topônimos tupis, seria sugestivo estabelecer uma filiação entre o povoamento moderno e o precedente. A bem dizer, é absolutamente mínima a nomenclatura indígena, em relação aos nomes portugueses; tão mínima, quanto os casos de bom entendimento entre os dois grupos.

Ademais, tornou-se moda, no Brasil, batizar com nomes tupis as cidades novas, fazendas recentes e riachos até então anônimos. Na zona pioneira, os nomes de consonância tupi, dados a municípios, são todos de formação moderna: no norte do Paraná, por causa de razões administrativas e políticas, foi preciso mudar as denominações de Nova Dantzig, Rolândia, Lavat, para chamá-las Caviúna, Cambé, Mandaguari. Essa ressurreição erudita da língua indígena comprova o que vem a ser o índio para o habitante da língua pioneira: uma recordação que entrou no domínio da legenda.

## B) OS MINEIROS

Vieram quase todos de Minas Gerais, os pioneiros que, a partir de 1850, se chocaram com os índios. Sua província não se restabelecera da crise econômica, acarretada pela decadência da mineração. Crescia a pobreza e contra isso o único remédio era a emigração. Perturbações políticas, a tentativa revolucionária de 1842, vieram reforçar as partidas dos mineiros para novas terras. Por fim, durante a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, preferiu bom número deles correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar. Muitos desses caboclos de Minas dirigiram-se para São Paulo, cujos cafezais começavam a celebrar-se. Assim, grande contingente de mineiros receberam os municípios situados no sopé dos contrafortes da Mantiqueira, como Casa Branca, Moji-Mirim, Moji-Guaçu, Limeira, Araras. Mais forte ainda foi a proporção de imigrantes oriundos da província vizinha, mais ao norte, em Batatais, em Franca, em Barretos, fundada por 1831. Acelerada de 1850 em diante, prosseguiu essa imigração durante uns trinta anos, a ponto de, em 1882, um deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo, plantador que tinha percorrido quase toda a sua província, podia declarar que apenas 20% da população era paulista nos municípios de Pinhal, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Franca, Batatais, Cajuru, São Simão, Casa Branca; que não era sensivelmente melhor a proporção dos paulistas, no rumo de Araraquara e, além de Botucatu, era o mineiro, e não o paulista, que desbrava a floresta e repelia o índio.<sup>6</sup>

Fixara-se a maioria desses imigrantes nos municípios onde o café já estava solidamente implantado; outros, porém, tinham procurado regiões mais longínquas, onde poderiam mais facilmente continuar a viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente à distância dos poderes constituídos. Encontravam tudo isso, além das escarpas da *cuesta*. Vê-se um homem de Minas fundar São Simão, antes de 1850; seus conterrâneos formavam quase toda a população da vila que devia tornar-se a cidade de Ribeirão Preto. Vão mais longe ainda: em 1852, é um mineiro que constrói a primeira cabana em São José do Rio Preto, enquanto outros se instalam além do Ribeirão de São João, afluente do São José dos Dourados; ali desatrelavam os bois do seu carro, depois de o fazer virar e logo davam a esse lugar o nome de Viradouro, adiante da atual cidade de Tanabi. Foi igualmente obra da gente de Minas, a tentativa de penetração nos campos de Avandava.

(6) Prado Júnior (Martinho), *In memoriam*, obra citada, pp. 196-197.

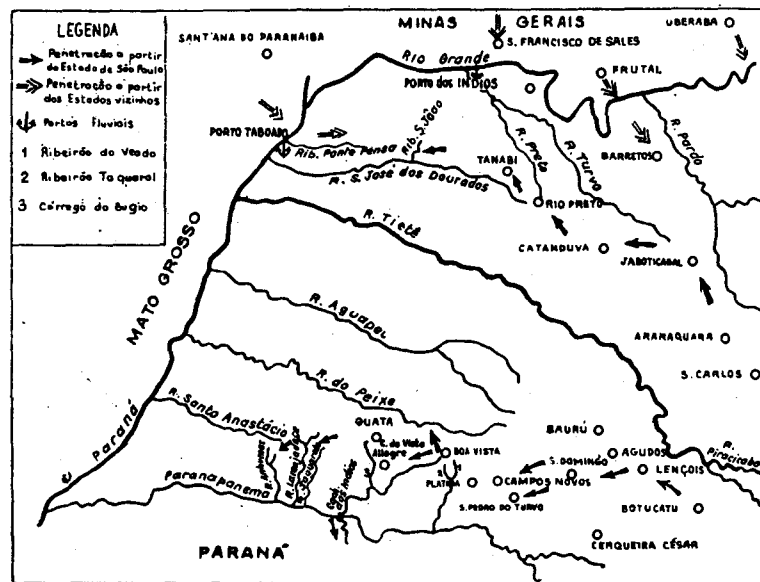


Fig. 11. A penetração dos Mineiros no século XIX.

Sua avançada foi ainda mais sensível no espigão que separa a bacia do Paranapanema da do rio do Peixe.<sup>7</sup> Em 1850, a cidade mais importante nessa direção era Botucatu.

Adiante se distinguiram dois postos avançados, em primeiro lugar Lençóis Paulista, que se ligava por via navegável ao Tietê e a seu afluente o rio Piracicaba e a São Domingos. À procura de Terras, chegou um mineiro, em 1850, a Botucatu, e dali partiu em expedição a São Domingos e mais além. Transpôs o rio Turvo, atingiu pequenos afluentes do Paranapanema (ribeirões do Veado e Taquaral) e em 1856 deu a conhecer títulos de ocupação de uma vasta gleba, que media 60 quilômetros de frente por 150 de fundo. Depois dessa primeira expedição e munido de títulos que reconheciam seus direitos, José Teodoro de Sousa retornou à sua terra natal, Pouso Alegre, para reunir irmãos, cunhados e primos, a fim de povoar seus domínios. Em nova expedição, internou-se até o rio Capivara. Seu irmão, João, alcançou os ribeirões Laranja Doce e Anhumas, navegou o Paranapanema e, tentando outra penetração, dirigiu-se ao vale do rio Peixe. Esforçava-se José Teodoro de Sousa por vender seus vastos domínios; dividia-os em

(7) Vejam-se as obras citadas na nota 4. Numerosas informações nos foram prestadas pelo sr. Otacílio Dias.

aguadas, isto é, terras compreendidas entre duas linhas de crista e correspondentes a uma pequena bacia hidrográfica. Era a posse da água o elemento indispensável de toda propriedade. Bastava simplesmente a posse da aguada do ribeirão do Veado, para que os seus limites fossem demarcados, pois que correspondiam à área da bacia do mencionado riacho. Não tomavam posse de seus bens alguns compradores, que preferiam permanecer em Minas e, até a Guerra do Paraguai, o povoamento se limitou aos parentes próximos de José Teodoro. Com a guerra, engrossou o número de fugitivos e cresceu a população.

Cumprir dizer que José Teodoro cedia de modo muito liberal as parcelas do seu pequeno reino. Conta-se que, no curso de uma de suas viagens a Minas, aonde ia recrutar clientes, sentiu tamanha admiração pelos talentos musicais de um escravo, que o comprou de imediato, pagando em terras... Atribuiu-se-lhe também outra liberalidade: numa expedição, de tarde, muito satisfeito com o jantar preparado pelo cozinheiro, doou-lhe uma aguada! Não correspondiam tais munificências à real pobreza desses *land-lords*. Continuavam eles a levar uma vida simples, em pobres cabanas. Um deles que, segundo a lenda, possuía 500.000 alqueires no vale do rio Feio, deixou como herança, algumas caçarolas, meia dúzia de talheres e uma luneta em mau estado! É que a terra ainda não estava valorizada; faltavam-lhe homens, faltavam-lhe estradas e estava por demais afastada dos centros urbanos.

Todavia, fizeram José Teodoro e seu irmão o possível para atrair o povoamento. Tinham fundado pequenos centros como São Pedro do Turvo, São José dos Campos Novos, Nossa Senhora da Conceição da Vista Alegre. Os itinerários de penetração haviam-se convertido em pistas utilizáveis, sem muita dificuldade, por cavaleiros e carros de boi. Entroncavam-se outros caminhos na pista principal do espigão e desciam sobre o Paranapanema, seja pelo vale do Jaguaribe e por um prolongamento, experimentado em direção à colônia Jataí, seja sobre a cachoeira dos Índios e a confluência do Tibaji. Disseminavam-se alguns fazendeiros, ao longo dessas pistas, afastando-se do espigão, no rumo do Paranapanema.

Começava o povoamento dos sertões do Paranapanema, sob o impulso dos caboclos provenientes de Minas. Tinham ali encontrado a terra que lhes convinha, para a criação de gado. Os itinerários de José Teodoro correspondem precisamente aos campos que se estendem sobre boa parte do espigão situado entre o Paranapanema e o rio do Peixe. Nele era relativamente fácil a circulação, e os homens, que não conheciam mais que uma agricultura muito limitada, sentiam-se ali à vontade. Seus cavalos, mulas e bois ficavam soltos na savana. Forneciam alguns carneiros a lã que as mulheres fiavam e teciam. O principal recurso era a criação de porcos, tradicional em Minas. Bastava

semear milho nos campos desmoitados pelo fogo e neles deixar os animais em liberdade. Quando estes engordavam suficientemente eram conduzidos em extensos rebanhos até Lençóis Paulista e Botucatu, sendo o caso, até Sorocaba. Viajava lentamente a porcada, de manhãzinha e ao cair da tarde, para evitar o calor que maltratava os animais. Uma porcada reunia quatro ou cinco talhadas ou grupos de cerca de quarenta cabeças. O rebanho era escoltado por carros de boi, carregados de toucinho e carne seca, destinados ao abastecimento dos condutores e à venda do excedente. Levava-se também um pouco de fumo, a planta que tanto queria a gente de Minas. Demandava três a quatro semanas a viagem de Botucatu, através de caminhos mal traçados, muitas vezes confusos e nos quais os pontos de passagem dos rios, eram os únicos sinais fixos de orientação. Da venda dos animais provinham recursos para a compra de dois gêneros que não se produziam na fazenda: a pólvora para as espingardas, o sal de cozinha e, às vezes, o sal grosso para o gado. Mais rápida era a volta, sendo necessário evitar a surpresa das primeiras chuvas. Eis porque eram as viagens a Botucatu sempre realizadas entre maio, quando o calor diurno é suportável para as porcadas, e setembro.

Naquela época, a precariedade dos transportes e as distâncias impossibilitavam a cultura cafeeira que, por outro lado, teria exigido demasiado a presença nas plantações, com riscos de ataques pelos índios, que as teriam destruído. Servira de lição a infrutífera tentativa, levada a efeito em 1872 no ribeirão do Bugio. Só vieram registrar-se novas tentativas no fim do século, na serra do Mirante, embora ainda a mais de vinte léguas do ponto final da ferrovia, em Cerqueira César.

Comportava-se os pioneiros mineiros da região de Rio Preto, como os companheiros de José Teodoro. Criadores de porcos, eles os levaram a Araraquara e São Carlos. Estabeleceram-se nas manchas de campos e nos solos medíocres em Rio Preto e Tanabi. Só começará a penetração nas matas, quando se evidenciar a possibilidade da cultura do café, graças à aproximação da estrada de ferro.

Outros emigrados de Minas igualmente penetraram nos planaltos ocidentais paulistas. Entraram estes pelos rios Grande e Paraná, que atravessaram vindos do Triângulo Mineiro e do Mato Grosso. Desde 1835, conseguiram os habitantes de Santana do Parnaíba transportar o Paraná, forçar a barreira florestal e chegar até Araraquara. Parece que esse feito não teve consequência, pois que em 1892, três outros cidadãos de Santana do Parnaíba, um dos quais padre, intentaram não sem estorvos a mesma estrada, desde o porto Taboado (hoje porto Presidente Vargas) até Rio Preto.<sup>8</sup> Unia-se outra estrada, ao

(8) Informações que devo à cortesia do sr. Sebastião de Almeida.

mesmo vilarejo de Rio Preto, em São Francisco de Sales, ainda antes de 1870, pois que utilizou-o o Visconde de Taunay, com seus camaradas do exército brasileiro, na Guerra do Paraguai. Permitia um terceiro caminho à gente de Mato Grosso e do Triângulo Mineiro ganhar Barretos, Jabuticabal e os rios navegáveis, como o rio Pardo, até Piracununga. Enfim, mantiveram-se ativas as velhas relações entre Franca e Uberaba. Toda a margem esquerda do rio Grande, desde Olímpia e o atual município de Paulo de Faria até Franca, recebeu forte contingente de mineiros e viveu na órbita econômica do Triângulo Mineiro até uma época recente.

Continuava a floresta levantando a barreira, entre as duas arrancadas da gente de Minas, a do leste, atravessando os rios, a do oeste, antecipando-se aos plantadores paulistas. Os criadores aproveitaram-se das manchas de campos, para insinuarem-se na massa florestal, mas não podiam ir muito longe. Seu avanço concentrou-se no norte e no sul, lá onde as savanas se estendem mais longe, para oeste, deixando de lado a mata espessa das cabeceiras do rio Feio e do rio do Peixe, o grupo das pequenas serras dos Agudos e do Mirante.

À diferença do povoamento índio, essa fase mineira teve consequências diretas e fortes sobre a grande vaga do café. Malgrado tudo que distingue esses criadores de gado dos seus sucessores imediatos, os plantadores, aqueles abriram a estes os caminhos, inaugurando os espigões; suas estradas vieram a ser seguidas; os núcleos de povoamento que fundaram serviram de ponto de apoio e a prática da pecuária pioneira jamais desapareceu completamente. Por outro lado, os mineiros deixaram descendência: seus filhos puderam reencetar o avanço, à aproximação dos plantadores de café, como o fizeram em Ribeirão Preto, em São Pedro do Turvo e em Campos Novos; constituíram, portanto, as famílias tradicionais da zona pioneira. Enfim, os mineiros detinham os títulos de posse do solo. Para tornar-se alguém proprietário, era preciso tratar ou lutar com eles.

Ainda não estancou a corrente emigratória das montanhas de Minas para os planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná. Quando se divisa uma plantação de fumo ou uma bela criação de porcos, pode-se apostar, sem excesso de risco, que esse pioneiro é de Minas. Mas, não demorou ele a sentir-se paulista; é o que lhe fazem ver, no caso de ele regressar à vila natal, para ali arrastar os amigos e seguir-lhe o exemplo: logo o chamam o "paulista". Seus filhos e netos estiveram entre os paulistas mais agressivos.

## CAPÍTULO II

# OS PIONEIROS

### A) OS LÍDERES DA MARCHA PIONEIRA

Foram os precursores mineiros submergidos pela massa dos pioneiros cafeicultores, entre 1880 e 1910. A rapidez da conquista do solo entre essas duas datas foi obra de uma sociedade cujas tradições, espírito e ambições já não apresentavam muita coisa em comum com as de seus antecessores. Viu-se que, por entre os mineiros tinham alguns assumido o papel preponderante, mas não o deviam senão à sua iniciativa pessoal e, por outro lado, nada os distinguiu de seus parentes e companheiros. Quando se pôs em movimento o avanço paulista, era ele, ao contrário, muito mais hierarquizado: encabeçava-o uma classe de grandes fazendeiros, que ao mesmo tempo dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, bem como detinha postos na administração pública. Emergiram dessa classe personalidades extremamente notáveis, cujo valor individual, entretanto, exprimia simplesmente, com maior força, as características comuns a todos eles. Sua obra consolidou, por muito tempo, a grande burguesia paulista.

#### 1. *Os grandes fazendeiros*

Partindo dos municípios da depressão periférica, avançaram os grandes plantadores, seguindo as vias de penetração natural, que diante deles se abriam. Duas famílias, os Almeida Prado, de Itu, e os Toledo Piza, de Capiyari, desceram o Tietê até a entrada deste na serra de Botucatu; descobriram extensa mancha de terra roxa, nas cercanias de Jaú, e nessa região iniciaram a cafeicultura.<sup>1</sup> Ali tinham sido feitas

(1) Ver a *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, São Paulo, 1923, ano IV, julho, pp. 362-368 e setembro-outubro, pp. 16-18.

as primeiras plantações, muito modestas, pelos mineiros; em 1865, comprou-as F. Paulo de Almeida Prado. Ajudado por seus irmãos e cunhados, lavradores em Tietê e Porto Feliz, aumentou as plantações e foi seguido por homens de Piracicaba, Limeira, Indaiatuba. Joaquim de Toledo Piza veio mais tarde, em 1849, e completou os desbravamentos, na zona de Jaú. Mas, não se contentando com as terras já parcialmente ocupadas, partiu, em 1891, para o sertão dos Coroados, nas nascentes do rio Feio, e o adquiriu. Acompanhado do suíço Luís Wolf, lá plantou os primeiros pés de café, nas fazendas da Faca e Bela Vista. Sem demora, tratou de equipar suas propriedades, construindo terreiros para a secagem do café, abrindo uma estrada, a partir da estação ferroviária mais próxima, a uma distância de 20 léguas, e transportando em carros de boi as máquinas para despolar café. Mais tarde, depois da construção da ferrovia de Bauru ao Mato Grosso, contribuía ele para o desenvolvimento da cidade de Pirajuí e foi o criador de Albuquerque Lins. Em 1923, possuía um milhão de pés de café. Seu filho, Salvador, lançara-se na direção de Agudos, onde, em plena floresta, abrira uma fazenda, em 1897, antes de juntar-se ao pai na noroeste, em Presidente Alves. Para completar suas atividades de plantador, havia Toledo Piza fundado uma casa exportadora, na praça de Santos, e, para tirar partido de sua imensa propriedade, no vale do rio Aguapeí, repartindo-a em pequenas fazendas, para vendê-la. Já providos de sólida fortuna, antes dessa conquista do sertão, tornaram-se os Toledo Piza uma das mais poderosas famílias paulistas, participando da vida política do país. Várias vezes, dirigiram a Secretaria da Agricultura.

Ainda mais típico é o caso da família Prado, que partiu da zona de Limeira e Araras, no rumo da terra roxa de Ribeirão Preto.<sup>2</sup> Um dos fundadores da família, Antônio da Silva Prado, agraciado com o título de Barão de Iguape, praticara o comércio de mulas, entre São Paulo, Goiás e Bahia; e crescera sua fortuna, graças ao arrendamento de certos impostos. Tornou-se presidente da primeira sucursal do Banco do Brasil, aberta em São Paulo, e vice-presidente da Província. Martinho Prado, filho do Barão de Iguape, completou as atividades comerciais do pai, ficando dono de grande plantação de cana em Campo Alto e Engenho Velho, no atual Município de Araras. Equivalia isso, em 1850, a situar-se no ponto extremo do povoamento. Tanto fez Martinho Prado a fortuna do Barão de Iguape que, na morte deste, em 1891, deixou ele um capital estimado em 2.500.000 libras esterlinas. Jornalistas e escritores brilhantes foram os dois filhos mais moços de Martinho Prado. O destino dos dois mais velhos asso-

(2) Prado Júnior (Martinho), *In memoriam*, obra citada. Por outro lado, o sr. Caio Prado Júnior não me regateou algumas informações complementares.

ciou-se estreitamente à marcha pioneira, nos planaltos ocidentais. Um deles, Martinho Prado Júnior, familiarmente apelidado Martinico, para distingui-lo de seu pai, participou da corrida aos filões de diabásio. Foi ele que, num viagem efetuada em 1877, descobriu a terra roxa de Ribeirão Preto e revelou seu valor aos plantadores de café. Lá comprou Martinico Prado um domínio de 6.000 alqueires e nelas organizou a fazenda Guataparã, que contava 1.767.000 pés de café, quando morreu seu fundador, em 1912. Não bastava uma só fazenda; associando-se ao pai e a seu irmão Antônio, montou ele a fazenda São Martinho, de 12.000 alqueires e 3.400.000 cafeeiros. Conhecido é o seu papel na organização de uma sociedade de imigração, indo ele em pessoa várias vezes à Itália, para recrutar colonos. Comissário de café, envolvia-se ativamente no comércio exportador. Com seu irmão, concorreu para a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que servia suas fazendas. Deputado à Assembléia provincial, nela podia defender os interesses dos fazendeiros. Seu irmão Antônio foi ministro da Agricultura, no fim do Império, prefeito de São Paulo, banqueiro, fazendeiro, comissário de café, e dirigiu a Companhia Paulista durante trinta anos. Desposara uma de suas irmãs um diplomata brasileiro; outra casou-se com um fazendeiro, igualmente político e negociante de café. Assim, estava a família Prado bem situada nas posições-chaves do movimento pioneiro — a terra, o comércio, o banco, os meios de transporte, a organização da mão-de-obra, o poder político — graças aos postos ocupados por seus membros e por suas alianças com famílias similares.

De situações idênticas gozavam outras famílias. Casamentos, camaradagem entre colegas de escola, relações de negócios apertavam os laços entre elas. Podiam surgir rivalidades políticas, ásperas às vezes, porém concerniam mais à eleição deste ou daquele, que a divergências doutrinárias. Tinham todos os mesmos interesses profundos e estavam de acordo quanto às grandes linhas que a administração devia seguir. Até a década de 30, foram os grandes fazendeiros, de algum modo, os dirigentes de São Paulo. Confundia-se o interesse coletivo com o seu interesse de classe. Esse fato sociológico liga-se à geografia do movimento pioneiro. Os problemas de mão-de-obra e, conseqüentemente, o povoamento, os das vias de comunicação, os dos preços foram considerados e tratados acima de tudo, em função dos interesses dos fazendeiros. A marcha pioneira foi primeiramente assunto deles.

Longe estava o fazendeiro médio de possuir a fortuna de um Prado, de um Queirós Teles, de um Toledo Piza, de um Alves de Lima. Participa, entretanto, do sistema, partilhava suas maneiras de ver, sem perceber que, em mais de um ponto, não coincidiam seus profundos interesses forçosamente com os dos outros. A massa dos plantadores, em escala mais modesta imitou os mais ricos, embrenhando-se no

sertão para desbravá-lo, comprando áreas de vastos domínios de mata, que só em parte podiam ser transformados em cafezais. Formavam, também eles, pequenas associações familiares, agrupando-se parentes e amigos, para realizar capitais e possuir domínios vizinhos uns dos outros. Clamavam todos por trabalhadores para as suas terras, e todos participavam do mesmo espírito senhorial. Mas, não gozava o fazendeiro médio da mesma independência econômica do grande plantador; dependia muito mais dos intermediários que lhe compravam o café e o revendiam aos exportadores. Não tinha a resistência financeira que lhe permitiria suportar as dificuldades, em caso de crise econômica. Enquanto as grandes fazendas, que representavam o investimento de considerável capital, agüentavam as depressões, devia a média lavoura ser hipotecada ou vendida. Retomava então o seu proprietário a marcha para diante.

Pouco a pouco, destacaram-se do movimento pioneiro grandes famílias que o haviam lançado. Seus descendentes tornaram-se negociantes, *business-men*, para os quais era secundária a importância da terra. Não se formou, pois, uma aristocracia de proprietários. A mesma evolução experimentou a massa dos fazendeiros, embora em menor escala. Trocava-se o campo pela cidade; os filhos eram advogados, médicos, engenheiros. Renunciava a gerir suas propriedades rurais, confiando-as a um administrador, responsável pela fazenda. Acabam muitos desses novos cidadãos por desinteressar-se completamente da vida rural. A maioria deles, porém, mantinha contato com a fazenda. Fiéis a um hábito herdado dos seus antepassados, gostavam de possuir cem ou duzentos alqueires de mata virgem, correspondentes a um capital fácil de realizar e cuja valorização era certa. Enquanto se urbanizavam os fazendeiros paulistas, outros novos apareciam: colonos penosamente enriquecidos, pequenos comerciantes estrangeiros que compravam plantações postas à venda ou que corajosamente se lançavam no desbravamento das terras virgens. O grupo dos plantadores perdeu sua homogeneidade. Enfraqueceu-se econômica e socialmente, ao diversificar-se. Mas a fazenda continuava a ser uma das formas predominantes do povoamento, na zona pioneira. Longe estava o fazendeiro de ter perdido seu antigo prestígio. Se já não era o único a dirigir a marcha pioneira, prosseguia sendo um de seus elementos mais ativos.

## 2. O coronel

Ao lado do fazendeiro, essencialmente rural, apareceram outros tipos, na maioria cidadãos mas diretamente interessados nos problemas da terra e colaboradores do povoamento. Em primeiro lugar o

coronel, cujo período próspero começou a partir de 1890, para terminar entre 1920 e 1930. Era em geral um comerciante endinheirado que, de par com sua profissão, conhecia todo o mundo em derredor, e fizera muitos amigos, sobretudo por entre a gente de poucos recursos, que lhe deviam algumas faturas. Assim se tornava o chefe político da zona. Organizava as eleições, tratava com as autoridades da capital e, se necessário, eliminava os adversários com o mais notável desembaraço. Para assegurar o prestígio, levava o coronel a capricho o embelezamento da sua cidade. Eram de sua iniciativa as linhas de adução de água, a construção de escolas, a fundação de hospitais. Ação mais eficaz ainda empreendia, ao intervir para que se concretizassem os projetos de construção de uma ferrovia e se modificasse o seu traçado. Tiranete local, que viciava qualquer sistema democrático, todavia era esse coronel capaz de realizar obra útil. Mais conseqüências ainda derivavam da sua atividade, quando ele intervinha nos negócios de venda de terras. Podia então sua aliança ajudar, ou sua inimizade entrar a ação de outras personagens, que desempenharam considerável papel no povoamento pioneiro: os grileiros, os tabeliães, os juizes, e os chefes de polícia com quem tinham estes de lidar.

## 3. O grileiro e o problema da terra

Na linguagem popular, grileiro ou grilo é um fabricante, no mínimo, um falsificador de títulos de propriedade.<sup>3</sup> Fato extremamente importante numa região pioneira, onde era muito difícil encontrar o primeiro ocupante, saber se este ocupante adquiriu regularmente um título de propriedade, estar em condições de apresentar às autoridades judiciárias documentos perfeitamente em ordem, num país em que a terra se valorizava subitamente e em que um domínio cobria milhares, às vezes dezenas de milhares de alqueires, era a certeza de fazer fortuna sem esforço. Surgiu o problema da propriedade, em todos os países pioneiros. Não foi muito difícil resolvê-lo, onde a topografia plana e a vegetação de pradarias facilitava a aplicação de uma legislação rigorosa, apoiada numa magistratura e numa polícia soberanas. Outras dificuldades apresentava esse problema, numa região coberta de matas de penetração difícil e na qual nem os costumes políticos, nem a moral individual, sempre se inspiravam em considerações desinteressadas. Lembremos o que acima foi indicado: a colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular.

(3) Almeida (Tavares de) escreveu boas páginas sobre o assunto: *Oeste paulista, a experiência etnográfica e cultural*, Rio de Janeiro, 1943, 220 pp. Ver pp. 194-200.

O fundamento da propriedade territorial no Brasil era o sistema de sesmarias, isto é, da terra outorgada pelo governo português, depois pelo governo imperial. Toda terra, não doada em sesmaria, era teoricamente do domínio público, ou terra devoluta. Considerando a desordem existente na fixação dos limites das sesmarias e levando em conta o fato de que numerosos brasileiros, de boa-fé e ignorantes das leis, haviam-se instalado nas terras devolutas e as haviam cultivado, promulgara o Governo Federal, em 1850, uma lei que regulava a questão. A todos os que tivessem começado a cultivar o solo e pudessem justificar seu direito de primeiro ocupante, permitia essa lei que registrassem seus títulos de posse, num prazo de quatro anos. Em 1854, foram generosamente precisadas as condições, pois que se prescrevia que podiam ser legitimadas as posses efetuadas pacificamente, por quem se tivesse instalado nelas em primeiro lugar; e desde que as terras estivessem cultivadas ou nelas houvesse um início de cultivo, e que o ocupante ou quem o representasse, nessas terras habitasse permanentemente. Outros textos administrativos, publicados em 1895 e 1898, tinham permitido a legitimação de ocupações bem posteriores. Um decreto baixado pelo governo de São Paulo, em 1900, considerou legítima a posse de quem pudesse prová-la com título legal, anterior a 2 de agosto de 1878. No caso de haver começo de exploração econômica do solo e construção de imóvel, determinava a lei de 1900 que se pudessem regularizar os direitos do ocupante, se ele tivesse chegado à sua terra entre 1878 e 1895.<sup>4</sup>

Era efeito das circunstâncias a preocupação demonstrada, em 1900, pelo governo paulista em regular a questão territorial: os progressos do povoamento, o afluxo de imigrantes, a avidez geral de adquirir terras, obrigavam as autoridades a buscar uma solução. Tal solução, porém, só concorria para que o problema se complicasse, e ia suscitar mais de um processo espinhoso. As medidas legais de 1895 e 1900, exigindo a apresentação de documentos antigos, sugeriam a possibilidade de os forjar. Os falsários deram provas de imaginação e habilidade diabólicas: buscaram folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amarelecaram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas dos registros dos tabeliães. Implantavam-se à pressa cafeeiros de vinte ou trinta anos nas clareiras das florestas. Transportaram-se partes destacadas de casas velhas, que eram guarnecidas com móveis antigos, para criar o ambiente adequado e simular uma antiga ocupação do solo. Era preciso também premunir-se contra os adversários, pois muitas vezes dois ou três indivíduos moviam demandas em relação

(4) Mascarenhas, *Terras devolutas*, São Paulo, 1912. A questão foi estudada por T. Lynn Smith: *Brazil, People and Institution*, Bâton Rouge, 1946, XXIX-843 pp.

ao mesmo território, com algumas variantes na delimitação. Nesse caso, era indispensável cair nas boas graças do juiz de direito e dos agrimensores. E, por fim, era o assassinato uma solução levada em conta.

Toda a zona pioneira, em São Paulo como no Paraná, conheceu os grileiros e a prática dos grilos. Ainda hoje tornam-se litigiosas muitas glebas, e as mais poderosas companhias colonizadoras, que haviam comprado seus domínios ao governo provincial, tiveram de arrotar os grilos. Ficaram famosos certos grileiros, como os da Alta Sorocabana, os do vale do Aguapeí ou ainda os do sertão de Rio Preto. Teremos de ver que conseqüências teve a ação sistemática dos grileiros sobre a exploração do solo e o povoamento pioneiro. O que por ora disso devemos reter é a chegada, a partir de 1895 e sobretudo de 1900, de especuladores e de homens de lei, totalmente estranhos à ocupação produtiva do solo.

Cabe indagar por que era tão difícil encontrar os limites de um domínio e por que não se levaram em consideração as posses dos mineiros, estabelecidos havia vinte ou trinta anos. Não é muito fácil dar com pontos de partida para balizar o perímetro de uma propriedade, que ainda estivesse recoberta pela mata cerrada. Não se prestavam à demarcação das terras a uniformidade do terreno e a monotonia da cobertura florestal. Os topônimos eram extremamente incertos ou repetidos. Quantos ribeirões Novos, de São José, da Onça? Ignorava-se até o traçado dos grandes rios, pois foi preciso esperar a expedição de 1905, pela Comissão Geográfica, para saber que o rio do Peixe era independente do rio Feio-Aguapeí. Os verdadeiros conhecedores do país eram os "picadeiros", que abriam picadas na mata; mas o testemunho deles, por mais precioso que seja, não escapava às distorções. Quando os geômetras agrimensores desembarcaram em Rio Preto, em Bauru, em Campos Novos, também tencionavam firmemente aproveitar-se do sertão. Passava sua amizade a ser solicitada e recebiam eles alguns quinhões dos domínios que haviam demarcado. Quanto aos precursores mineiros, não eram isentos de incorreção, na forma e no conteúdo, seus próprios títulos de posse, freqüentemente posteriores às leis de 1850 e 1854. E tratava-se de homens simples, desprovidos de apoio, sem outra riqueza que a vastidão dos seus campos. Podia-se despojá-los, e eles bem o perceberam, sobretudo na Alta Sorocabana. O processo de delimitação que adotavam, o da aguada, não convinha muito aos grileiros, que tinham em mira a revenda das terras aos plantadores de café: era cômodo, para um criador, definir sua propriedade em função de um regato; mas, para um lavrador, o mais importante, era a parte alta do relevo.



#### 4. Os vendedores de terras

Assinalou o ano de 1900, mais ou menos em todo o conjunto dos planaltos ocidentais, o fim da fase da pecuária pioneira e o início do período dos especuladores. Da especulação participavam os fazendeiros, seja como compradores dos grilos, seja vendendo suas próprias terras. À medida que se resolviam as demandas dos grilos, surgiam os negociantes de terras. Era preferível lotear um domínio, cujos títulos não ofereciam plena garantia ou que sempre estava exposto ao ataque de um audacioso falsário, a desbravá-lo, cultivá-lo e de súbito ver-se privado da sua posse. Provados pelas crises econômicas, preferiam os fazendeiros também vender suas reservas florestais. Viram-se, então, nas zonas pioneiras, os capitalistas mercadores de terras ao lado dos fazendeiros, dos agrimensores, dos advogados, principalmente desde o *crack* de 1929 e das revoluções de 1930 e 1932. Esses loteadores exerceram às vezes tais profissões e liquidaram os domínios recebidos como pagamento de seus honorários. Cada vez mais, tornavam-se os loteamentos negócios de sociedades especializadas.

As combinações eram muitas, e desigual a importância dessas sociedades. Assim, acontecia que dois ou três associados, por vezes um único homem, ajudado por seus filhos e sobrinhos, punham à venda algumas centenas de alqueires. Noutro lugar, efetuava uma "sociedade colonizadora" o loteamento de vários milhares de alqueires, desmedida gleba que ficara anos em litígio ou herança que coubera a uma viúva ou a menores. Havia também grandes proprietários de terras, os latifundiários, que conservavam para si uma parte do seu domínio e vendiam o restante. Assim, a firma Moura Andrade, reservando-se um grande domínio para a criação de gado, nas margens do baixo Tietê estava prestes a dividir seus 25.000 alqueires e se aprestava para fazer o mesmo com os 16.000, que reivindicava no vale do rio Feio. Eram frequentemente portugueses, italianos, acidentalmente um suíço, que se entregavam a essa especulação. Existiam também empresas de capitais exclusivamente estrangeiros, japoneses e sobretudo ingleses. Em Birigüi, foram loteados 15.000 km<sup>2</sup> pela São Paulo Land, Lumber and Colonization Co. O maior desses negócios foi certamente o da Paraná Plantations, que possuía mais de 515.000 alqueires, no norte do Paraná, antes do seu resgate por um grupo brasileiro. Uma sociedade desse gênero exigia um corpo de diretores, engenheiros, agrimensores, caixas, corretores, que só muito indiretamente participavam da vida rural. Em compensação, significava isto a crescente importância dos centros urbanos onde residiam e trabalhavam os negociantes de terras e seus empregados.

\* \* \*

O fazendeiro foi e ainda era o tipo do pioneiro paulista, aquele que lançava os fundamentos do povoamento rural. Por seu turno, contribuíram os loteadores e os advogados para o surto das cidades pioneiras. Entre esses dois tipos de líderes havia um ponto em comum: o desejo de ganho rápido, que animava o plantador, acentuou-se no negociante de terras. Não viam ambos, na multidão dos pioneiros, mais que o instrumento graças ao qual devia avolumar-se o lucro pessoal. Sem dúvida, em relação a um eventual cliente, cumpria tomar maiores precauções que a respeito de um simples assalariado; ambos, porém, eram ignorantes, desarmados, em face dos poderes políticos, policiais e judiciários. Transmitiu-se aos negociantes de terras o espírito "feudal", que os visitantes de São Paulo notavam nos fazendeiros, no início deste século. Obra verdadeiramente colonizadora, só a fazem as grandes empresas. Primava a especulação, para a maioria das outras. Concebe-se que isto possa ter tido alguma influência no desenvolvimento da marcha pioneira e na maneira de viver dos habitantes.

#### B) A MASSA DOS PIONEIROS

Fazendeiros e loteadores formavam o enquadramento da sociedade pioneira. De que contingentes puderam dispor, no curso da marcha para oeste? Como se formou o grosso do exército dos pioneiros?

Viu-se como os progressos da cultura cafeeira e o desabamento do regime servil tinham levado os plantadores a buscar trabalhadores livres, apelando para a imigração européia. Entre 1827 e 1936, recebeu o Estado de São Paulo 2.901.204 imigrantes, mas foi sobretudo a partir de 1886 que o movimento adquiriu importância. Até, então, não entravam mais que algumas centenas de indivíduos por ano; foram nulas as entradas, por vezes. Em 1875, assinalou-se uma viragem, elevando-se a cifra anual a alguns milhares, durante alguns anos. Em 1887, pela primeira vez, o contingente de imigrantes foi além de dez mil, cifra acima da qual se manteve desde então. Correspondem às crises econômicas e às perturbações políticas mundiais as oscilações da curva da imigração paulista.

Aparece entre 1887 e 1900 um primeiro período de forte imigração: São Paulo recebeu então 863.000 imigrantes, ou seja, 29,7% do total das entradas, entre 1827 e 1936. O ano recorde foi o de 1895, com 139.998 entradas. Nos dez primeiros anos do século atual, a baixa dos preços do café provocou sensível diminuição de ritmo, mas reativou-se o movimento, quando estalou a Primeira Guerra Mundial; em 1913, contaram-se 119.758 imigrantes, caindo brutalmente em 1916, a 20.357. Voltou a prosperidade e com ela, os imigrantes. Entre as duas

guerras, manteve-se o afluxo sempre elevado, momentaneamente contido pela crise econômica mundial e pelas comocões políticas brasileiras de 1930 a 1934. Nesse período de 1920-1940, chegaram a São Paulo 1.431.786 imigrantes, a saber 52,8% do total entre 1827-1936. Estabeleceu-se a média anual levemente superior à da grande fase inicial: 68.180 (período 1920-1940) contra 66.386 (período 1887-1900).

Devem ser feitas duas reservas, para que se possa medir exatamente quantos imigrantes trouxe tal afluxo às zonas pioneiras. Em primeiro lugar, parte dos recém-chegados não se fixou no Estado de São Paulo, deixando o Brasil. A crise cafeeira da primeira década deste século não foi assimilada apenas por uma diminuição de entradas, mas também pelo aumento das saídas. Por dois anos consecutivas, em 1903 e 1904, São Paulo perdeu mais do que recebeu imigrantes. Reproduziu-se o mesmo fato durante a Primeira Guerra Mundial. Num relatório ao B.I.T.,<sup>5</sup> o Sr. Maurette, que estava bem documentado, indicava que mais da metade dos imigrantes não ficava em São Paulo, ou seja, 54,8%. A cifra talvez seja alta demais, porém o fato deve ser retido: contribui ele para explicar por que, a despeito da continuidade da imigração e da vigorosa natalidade, padecia a agricultura paulista de permanente falta de mão-de-obra. Por outro lado, reclamavam os fazendeiros tanto mais trabalhadores, quanto parte dos imigrantes não se dirigia para as zonas novas, ou nelas não permanecia. Impossível é estimar exatamente que parte do contingente anual de imigrantes ia para as regiões pioneiras, sendo certo que era a parte mais importante, ainda que, sobretudo desde 1934, forte proporção de imigrantes achasse emprego diretamente, nas grandes cidades. Tomando-se por base as estatísticas concernentes aos trabalhadores enviados pelos serviços oficiais, às regiões agrícolas, de 1930 a 1939, pode-se avaliar em 70% a proporção dos que, desde a sua chegada, foram expedidos para as zonas novas. Tal proporção era tanto mais acentuada, quanto os salários rurais eram mais altos. Indicava uma investigação americana, já um pouco antiga, que em 1920, ano ainda difícil, tinham partido para o campo somente 53% dos imigrantes; baixou a proporção para 44% em 1922, quando o café experimentava ligeira depressão, para remontar rápido, até atingir 68,4% em 1926, no preciso momento em que estava em pleno surto, a marcha pioneira e em que os preços do

(5) Maurette (F.) e Siewers (Enrique), "L'immigration et la colonisation au Brésil, en Argentine et en Uruguay", *Revue Internationale du Travail*, Genebra, vol. XXXV, n° 2, février 1937, pp. 230-262. D.T.C.I., *Boletim da Directoria de Terras, Colonização e Imigração*, Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio, ano I, outubro 1937, n° 1, São Paulo. Esta excelente publicação tomou depois o título de *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*, n° 2, outubro de 1940, n° 3, março de 1941, e n° 4, dezembro de 1941. Ver igualmente a publicação do Conselho de Imigração e Colonização (Rio de Janeiro): *Revista de Imigração e Colonização*.

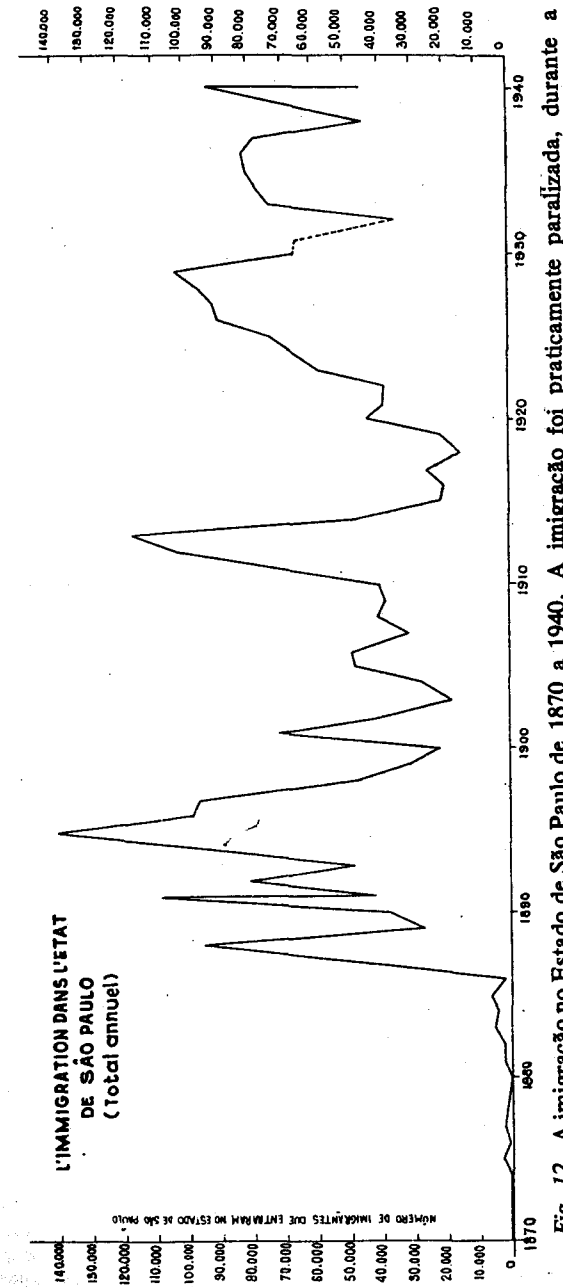


Fig. 12. A imigração no Estado de São Paulo de 1870 a 1940. A imigração foi praticamente paralizada, durante a Segunda Guerra Mundial. Comparar com a Fig. 10. (p. 110)

café possibilitavam altos salários.<sup>6</sup> Cabe indagar quem são esses imigrantes. Trata-se unicamente de estrangeiros ou também de brasileiros oriundos de outros estados? E desde que a mão-de-obra imigrada substituiu a escravaria, teriam as partes de uma e da outra permanecido imutáveis? Teriam as nacionalidades dos imigrantes continuado a ser as mesmas?

Não permitem as cifras publicadas pelo Serviço de Imigração e Colonização que se tracem com precisão as variações de procedência dos imigrantes, antes de 1908. Limitando-nos aos dados globais, isto é, ao período de 1827 a 1940, verificamos que o percentual da imigração nacional em São Paulo foi de 23,7, o dos italianos de 29,4, o dos portugueses de 13,4; vêm a seguir os espanhóis com 12% e os japoneses com 5,8%. A contribuição mediterrânea é, pois, de longe a mais considerável, representando 54,8% do total. Durante muito tempo, os trabalhadores estrangeiros foram quase os únicos a dirigir-se para São Paulo, pois que até 1919 o contingente dos brasileiros não ultrapassava 5.000 por ano. A partir de 1920, tornaram-se estes mais numerosos, igualando os estrangeiros, no fim da grande fase de prosperidade de 1928 a 1929. Diminuíram uns e outros o ritmo de suas migrações, quando rebentou a crise mundial, mas, na retomada do movimento, os trabalhadores nacionais literalmente invadiram as zonas novas. Nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, enquanto diminuía o número de imigrantes estrangeiros, a cada ano, o dos brasileiros não cessava de progredir, ultrapassando 100.000, em 1939. Assim, desde 1920, mas principalmente depois de 1930, cessou a proveniência transoceânica da imigração para São Paulo, substituída por uma grande migração interna.

Com efeito, eram em grande maioria oriundos dos estados do Nordeste, os brasileiros que demandavam São Paulo. Sem dúvida, topava-se às vezes com homens provindos do Paraná, mais raramente de Santa Catarina e até do Rio Grande do Sul. Preferiam eles de resto os planaltos setentrionais do Paraná aos de São Paulo. Encontrava-se em toda parte o "nortista", habitante do Nordeste. Mais precisamente, dizia-se "baiano", porque a Bahia foi o principal centro de emigração para as zonas pioneiras de São Paulo e do norte do Paraná. Entre 1936 e 1940, forneceu a Bahia um pouco mais da metade dos trabalhadores nacionais (50,9%), Minas (22,7%), baixando bruscamente as cifras dos outros estados: Alagoas (8,4%), Pernambuco (7,4%), e mais ainda Rio de Janeiro (2,0%), Sergipe (1,9%), Ceará (1,7%) e Espírito Santo

(6) MacGreery and Bynum, *The Coffee Industry of Brazil*. Foreign and Domestic Commerce, Washington, 1929 (ver p. 22). Uns pelos outros, levando em conta os indivíduos que se fixaram nas cidades, pode-se avaliar em dois terços do total anual de imigrantes o número dos que partiam diretamente para as zonas pioneiras.

(1,0%). De modo geral, as regiões que mais padeceram da seca, tanto na Bahia, como em Minas, foram os principais focos do êxodo.<sup>7</sup> Mas, não os únicos. Em Minas, a emigração para São Paulo se fez à custa da Zona da Mata, sua antiga região cafeeira; em Pernambuco e Alagoas, os centros de partida foram os municípios onde imperava a cultura de cana e onde era mais elevada a densidade da população.

Triste migração essas das famílias que seguiam, freqüentemente a pé, do sertão até Juazeiro, à beira do rio São Francisco. Subiam o rio em vapores mal arranjados, numa interminável viagem até Pirapora, ponto terminal da rede ferroviária. Outros, que vinham do sul da Bahia ou de Minas Gerais, atingiam, igualmente a pé, a estrada de ferro em Montes Claros. Desta estação ou de Pirapora, inconfortável é a viagem de trem até São Paulo. Longe de ser desejável era o equipamento higiênico dos acampamentos onde se concentrava essa multidão miserável, seja nos portos do São Francisco, seja nas estações terminais. Assim, quando desembarcaram na hospedaria dos imigrantes de São Paulo, estavam os "baianos" extenuados de fadiga, que se acrescentava à sua deficiente alimentação e incrível miséria.

Essa imigração, que bem se pode chamar a imigração da miséria, não deixou de suscitar certas críticas por parte dos paulistas. A princípio, ao que parece, tratava-se de imigração de indivíduos isolados, celibatários ou pais de famílias que deixavam mulher e filhos no torrão natal. Voltavam, depois de ter amealhado modesto pecúlio. Não ultrapassava este alguns contos de réis, que mais não permitiam os salários, e mesmo esta soma representava um ganho muito apreciável para homens acostumados a um nível de vida dos mais baixos. Nisso, entretanto, podia-se ver uma forma de êxodo dos capitais paulistas. Fato ainda mais grave, em nada contribuía esse vaivém para o povoamento. Parece que, pouco a pouco, tornou-se a imigração dos baianos uma imigração de famílias, pois que, no período de 1935 a 1939, os indivíduos isolados não passaram de menos de um quarto do total. Mas, então, foi freqüentemente formulada outra crítica em São Paulo: era portadora de doenças a gente da Bahia, Minas e outros estados, aqui desembarcada; eram quase todos maleitosos; padeciam de afecções parasitárias de todas as espécies, ignorando as mais elementares noções de higiene. Conseqüentemente, não eram elementos desejáveis. O grande número de baianos, que abarrotavam os hospitais de São Paulo e das cidades do interior, constituía muito mais um peso nos orçamentos municipais que uma solução para os problemas de mão-de-obra. A propósito, é de lembrar igualmente a concorrência que os

(7) Dantas (Humberto), "Movimentos de migrações internas em direcção do Planalto paulista", *Boletim do Serviço de Imigração...*, n.º 3, pp. 77-86, mais quadros estatísticos.

baianos, ao aceitarem baixos salários, podiam fazer aos trabalhadores rurais paulistas.

Nem tudo era inexato nessas críticas.<sup>8</sup> Mas, contudo, presta grandes serviços a mão-de-obra proveniente dos estados do Norte, e assalariada nas zonas novas: o baiano é o desbravador da floresta. Quase não se podia circular nas frentes de colonização dos planaltos ocidentais, sem topar com algumas cabanas de lenhadores baianos. São também empregados nas plantações de algodão os imigrantes do Nordeste, que forneciam o grosso da mão-de-obra para a colheita. Representavam para o algodão o que foram os italianos para o café, cinquenta anos antes.<sup>9</sup> Não ostentavam boa fisionomia esses baianos que, sem dúvida, eram os proletários mais miseráveis das zonas pioneiras. Tinham a tez amarela, os olhos fundos, e os andrajos mal encobriam a magreza; entretanto, nem a miséria nem a doença lhes abatem a energia. Acabam por amealhar a soma bastante para adquirir, a crédito, um lote de terra ou assinar um contrato de meias. Não há estatística que permita precisar tal evolução. Posso, contudo, indicar que, no curso de minhas últimas viagens, colhi muito menos críticas aos baianos; encontrei mais de um que, com a família, parecia estabelecido como agricultor. Certamente são os menos preparados para desempenhar o papel positivo de colonos. Mas, foi providencial para os plantadores a chegada em massa desses braços, pois que sucedeu no momento em que começavam os estrangeiros a fazer-se raros e a procurar mais a cidade que o campo. Tomaram os baianos o lugar da mão-de-obra estrangeira, como trabalhadores assalariados, nas zonas pioneiras.

Já se viu que, por entre os estrangeiros, os italianos constituem a maioria. Entre 1870 e 1940, entraram em São Paulo, como imigrantes, nada menos de 946.212 italianos. Quando do recenseamento de 1872, não passavam eles de 1.132, numa população total de 837.354 habitantes, ficando atrás dos portugueses (6.399) e dos alemães (3.731), superando em muito pouco os franceses (797) e os ingleses (794). Deviam os primeiros contingentes assinalar a supremacia incontestada dos italianos: ficaram eles na vanguarda de 1884 a 1905. A retomada geral da concorrente imigratória, logo em seguida à primeira valorização do café, coincidiu com a retomada da imigração italiana, e as duas curvas estatísticas andaram juntas, até 1925. Desde então, não fez senão diminuir a parte dos italianos. Equivalentes à metade do número dos italianos, os dois outros elementos mediterrâneos, portugueses e

(8) Sylos (Honório de), "São Paulo e o trabalhador nacional", *Revista do Instituto do Café do Estado de São Paulo*, ano XIII, abril de 1938, n.º 134, pp.449-453.

(9) Simonsen (Roberto), "Recursos economicos e movimentos das populações", 32 pp. Separata da *Revista brasileira de estatística*, ano I, n.º 2, Rio de Janeiro.

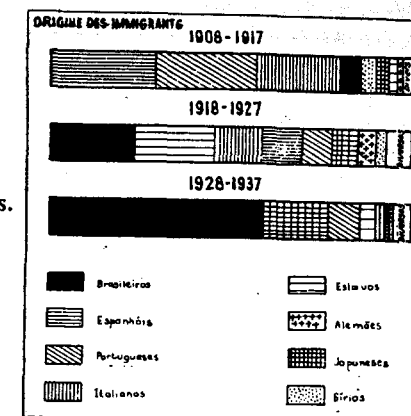


Fig. 13. Origem dos Imigrantes.

espanhóis, viram as vicissitudes da sua imigração acompanhar o andamento geral do movimento migratório paulista, influenciado sobretudo pelas crises econômicas. Assim como os italianos, mas em menor grau, tinham os espanhóis experimentado a atração das novas plantações, nos últimos anos do século XIX e com o reerguimento que se seguiu à crise de 1905; desde então, o percentual deles diminuiu progressivamente. Quanto aos portugueses, mais interessados nas cidades que na vida rural, o seu número manteve-se superior ao dos italianos e do espanhóis nas duas últimas décadas, de 30 e 40.

Se a imigração de origem mediterrânea diminuiu, desde a Primeira Guerra Mundial, desembarcaram, em compensação, nos cais de Santos homens procedentes dos quatro cantos do mundo. A partir de 1920, chegaram alemães, homens do Báltico, romenos, húngaros, iugoslavos. Os turcos, que o pequeno comércio sempre havia atraído, continuaram a entrar em São Paulo, sob a rubrica de "sírios". Mas, aos japoneses pertencia o primeiro lugar, ultrapassando eles a casa dos 10.000, em 1928 e a dos 20.000, em 1933 (24.151) e 1935 (21.914).

Registra-se, pois, uma variedade crescente na imigração. Relativamente ao período anterior a 1908, baseando-se em cifras citadas por Pierre Denis,<sup>10</sup> calculamos que os italianos forneceram 63% do total, entre 1888 e 1906; outra fonte<sup>11</sup> oferece dados mais precisos; entre 1890 e 1899, inclusive, eis as proporções: italianos 64%; espanhóis 12%; portugueses 10%; austríacos 2% e outras nacionalidades 12%. Desapareceu a preponderância italiana já na década de 1908-

(10) Denis (Pierre), *Le Brésil...*, obra citada, p. 131.

(11) Delgado de Carvalho, *Le Brésil méridional*, obra citada, p. 119.

1917, quando o percentual não atingiu mais que 23,2%, enquanto o dos portugueses subiu a 27,9%, e o dos espanhóis, mais forte ainda, chegou a 29%. As partes das outras nacionalidades foram levemente mais fortes, pois que aos brasileiros correspondem 5,5%; aos turcos e sírios 4,3%; aos eslavos 2,2%; aos alemães e austríacos 1,8%; apareceram pela primeira vez os japoneses, mas ainda modestamente com 3,6%. Eram, portanto, ainda os europeus do Mediterrâneo que estavam à frente, mas foram os imigrantes da península ibérica que se aproveitaram das medidas do governo de Roma que visavam a frear o êxodo para o Brasil, e depois tiraram partido dos anos de guerra. Desde esse período de 1908-1917, claro está que os paulistas não contavam mais exclusivamente com os italianos.

Modificaram-se inteiramente as posições, na década seguinte de 1918-1927: o afluxo de brasileiros para São Paulo é o primeiro traço característico (23,4%), sendo também importante sublinhar o papel dos povos do Báltico e dos eslavos aos quais correspondem então 21% do total dos imigrantes. A comoção na Europa, durante a guerra e depois dela, repercutiu assim, imediatamente, no Trópico paulista. Também o denota o percentual mais importante dos alemães e austríacos que foi de 6,9%. Os japoneses assinalaram igualmente um progresso com 7%. Por entre os mediterrâneos, os italianos se conservaram à frente, com 13,2%, acompanhados dos espanhóis (11,6%) e seguidos dos portugueses, que baixaram até 8,6%.

Outra situação ainda aparece, através das estatísticas, na terceira e última década (1928-1937), que precede imediatamente a Segunda Guerra Mundial. Viu-se a imigração estrangeira consideravelmente reduzida, eis que a percentagem dos imigrantes alcançou 59,1%. A contribuição japonesa vinha de longe atrás, com 18,7%, embora fosse este percentual mais alto que na década precedente. Parece a imigração para São Paulo reduzir-se a duas fontes: o resto do Brasil e Extremo Oriente. Com efeito, baixaram a índices bem fracos os outros grupos estrangeiros: os portugueses bem ou mal estabeleceram-se com 8,4%, italianos e espanhóis desceram a 2,4 e 1,6%. Os sírios pouco representavam, os eslavos e os bálticos não passam de 4,3% do total.

Várias são as causas desse novo estado de coisas. Por um lado, cabe ver nisso o resultado da estabilização dos estados do leste europeu: os imigrantes queriam partir desses países, no momento dos trabalhos de paz, para que não caíssem sob um domínio estrangeiro, já tinham vindo, e o motivo político já não pesava tão vigorosamente para os romenos ou os iugoslavos, para os letos ou os lituanos. A legislação fascista obstava a saída dos italianos. E o Brasil por fim tinha tomado o caminho das restrições à imigração. Preocupada acima de tudo em pôr cobro à chegada dos amarelos, incorporou a Assembléia Consti-

tuíte à Constituição Brasileira de 1934 uma lei das quotas, inspirada na legislação norte-americana;<sup>12</sup> chegou-se assim a tolher a imigração não somente dos japoneses, mas também dos eslavos e das populações da Europa Central. Como essa limitação coincidia com as medidas restritivas do governo italiano, os fazendeiros paulistas corriam o risco de não mais receber mão-de-obra; era necessário recorrer, a despeito de preconceitos e de sentimentos às vezes hostis, aos trabalhadores dos estados do Nordeste. Assim, mesmo pretendendo trazer uma solução radical aos problemas criados por um excessiva imigração asiática ou eslava ou balcânica, a nova regulamentação brasileira suscitava grave problema interno, pois que acabava por precipitar o êxodo das populações nordestinas, esvaziando seus estados dos melhores elementos ativos.

### C) COLONATO E COLONIZAÇÃO

Continuava a agricultura paulista, principalmente a das zonas pioneiras, a reclamar braços para a lavoura, poder-se-ia dizer para o café, pois lavoura por excelência era a lavoura cafeeira. Tal foi a reivindicação permanente dos plantadores, havia um quarto de século. Sicilianos, calabreses, vênetsos, andaluzes, galegos, camponeses de Portugal, imigrantes nipônicos, baianos, foram todos chamados a trabalhar nas fazendas que, cinco anos depois de abertas, necessitavam de considerável mão-de-obra. Paralelamente a esse apelo aos assalariados, porém sem o mesmo empenho, desejaram ainda os paulistas introduzir verdadeiros colonos, havia uns vinte anos. Primeiro desejosos de desenvolver o colonato, vieram os fazendeiros sob o império dos acontecimentos, a cuidar da colonização.

Depois do malogro do Senador Vergueiro, depois que se renunciou a tornar os imigrantes meeiros, registrara-se o esforço de organizar a imigração de trabalhadores livres. Paralelamente aos subsídios concedidos, tomava o governo do Estado de São Paulo medidas para constituir o aparelho permanente da imigração. Em 1888, construía-se um edifício, destinado a hospitalizar gratuitamente os imigrantes e suas famílias, e a facilitar os encontros com os fazendeiros. Dotada de serviços médicos, incessantemente ampliada e modernizada, prestou essa Hospedaria dos Imigrantes os maiores serviços, já como hotel, já como mercado de colonos. Criou-se, em 1905, uma Agência Oficial de Colonização e Trabalho, espécie de bolsa de mão-de-obra, sob o controle do Estado. Os contratos assinados pelos fazendeiros eram devi-

(12) Doria de Vasconcellos (Henrique), "O problema da imigração", *D.T.C.I.*, nº 1, pp. 13-22.

damente registrados, uma cópia dos quais era remetida ao colono que, munido de sua carteira de trabalho, sabia assim quais os seus direitos e obrigações. Não cessou de ser aperfeiçoada a legislação protetora dos colonos, a fim de que não ficassem desarmados, frente a seus patrões.

Era efetivamente indispensável essa proteção. O colono era essencialmente um operário rural, que assinara, com um fazendeiro, contrato de trabalho por um ano. Tomado a serviço, como colono, nada conhecia o imigrante nem do país, nem da sua língua, nem dos seus costumes. Por seu trabalho, não tinha, nem veio a ter nada de comum com o colono que, para nós, é um independente que desbrava uma terra nova, para si mesmo. O colonato das fazendas constituiu um proletariado desorganizado, em face de uma classe outrora pujante.

Não caberia aqui formular julgamentos inúteis sobre a veracidade das queixas dos colonos, bem como sobre o paternalismo feudal dos fazendeiros. O que mais importa é constatar que, com ou sem razão, sensibilizaram-se as autoridades italianas com a situação material e moral dos imigrantes, no início do século XX. Não faltam textos em que os italianos se queixam das penosas condições nas quais tiveram de fazer a travessia de Gênova a Santos ou do despotismo do plantador que *si considera sovrano assoluto nel suo latifundio*.<sup>13</sup> Lamentavam-se também os colonos por ver seus filhos ficarem sem instrução, à margem da vida pública; seus filhos permaneciam analfabetos, enquanto os pais pelo menos sabiam rudimentos de leitura. Não deixavam de existir as recriminações contra multas impostas, sob numerosos pretextos, pelos fazendeiros e seus administradores, e também contra os preços abusivos dos armazéns das fazendas, onde se abasteciam os colonos.

Houve greves,<sup>14</sup> tiros e assassinatos, fatos episódicos, sem dúvida alguma, mas que, contudo, revelam como não se ajustavam facilmente os imigrantes e os fazendeiros, habituados a dirigir um pessoal sem exigências nem ambições. No fundo, para os plantadores, as somas pagas aos colonos, nunca foram mais que uma espécie de "soldo de subsistência".<sup>15</sup> Tal comportamento, pejado de conseqüências, justifica particularmente a observação de Bowman que, a propósito dos limites do povoamento na América do Sul, julga necessário falar "of peoples and systems of society and government and the history of past

(13) Bonardelli, *Lo stato di São Paulo del Brasile e l'emigrazione italiana*, Turim, 1916. Ver pp. 44 e seguintes.

(14) Ver Bonardelli, *Obra citada*. Ver também: Grossi (Vincenzo), *Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato di S. Paulo*, Milão-Roma-Nápoles, 1914, 558 pp. Ver ainda: *Relatorio annual do Secretario da Agricultura*, 1912-1913.

(15) Maurette et Siewers, *Obra citada*, p. 258.

undertakings as well as the physical character and capacity of the underpopulated lands".<sup>16</sup> Não se podia esperar, do dia para a noite, a transformação das maneiras de pensar e de agir de uma sociedade que, em suma, não havia experimentado abalos profundos, desde o seu estabelecimento, ao sair de um Portugal medievo. Foi em função das necessidades dessa sociedade, e sob a direção de governos nela diretamente derivados, que se organizou em São Paulo a imigração européia. Não surpreende, pois, que os imigrantes não tenham sido considerados como elementos do povoamento e sim apenas como braços para as lavouras.

Ainda que precária, apesar dos progressos da legislação e malgrado uma incontestável evolução dos fazendeiros, contribuiu muito a situação concedida ao colono para favorecer e ativar a marcha pioneira. Naturalmente preocupado em enriquecer (por isso é que se havia expatriado), operário numa fazenda, o imigrante nunca se satisfaz com seu salário; tolera-o, durante o seu contrato anual, mas está constantemente à espera das informações que lhes desvendarão estar tal ou qual fazendeiro disposto a pagar-lhes alguns mil-réis a mais, no seguinte ano agrícola. Só excepcionalmente fixa-se o colono numa fazenda. Está perpetuamente a ponto de mudar-se. E como são os plantadores das zonas pioneiras que podem oferecer os melhores salários, sente-se o colono incessantemente tentado a partir para adianté. A superioridade dos salários das zonas novas é sobretudo sensível, durante os períodos de prosperidade econômica e dinheiro fácil. Disso tinha São Paulo experiência, entre 1885 e 1900, e a teve de novo, entre 1925 e 1929, a tal ponto que, em seu relatório anual deste último ano, achou o secretário da Agricultura preciso ressaltar os salários "exagerados às vezes", oferecidos pelos fazendeiros da Noroeste, da Alta Sorocabana e de Piratininga.<sup>17</sup> Os fazendeiros das regiões pioneiras movem rude concorrência a seus confrades das zonas antigas, sem contar a que fazem aos estabelecidos no interior da mesma região. Em certos casos, chega-se a forçar os colonos à troca de um emprego por outro.

Não provém exclusivamente dos salários a atração das zonas novas sobre os colonos, mas também, e talvez ainda mais, das condições gerais dos contratos e particularmente das possibilidades de praticar culturas intercalares. O contrato de serviço fixa a soma que o imigrante, tomado como colono, deve receber para cuidar de 1.000 pés de café, bem como o salário que lhe será pago por jornada suplementar

(16) Bowman (Isaiah), *Limits of Land Settlement*, Council for Foreign Relations, Nova York, 1937, pp. 294-295.

(17) *Relatorio annual do secretario da Agricultura*, São Paulo, anno 1929, p. 128.

de trabalho e cujo número em geral consta de documento oficial. Além disso, indica o contrato que o colono está autorizado a fazer culturas intercalares de viveres, ou que certa superfície de terra, afastada do cafezal, é-lhe reservada, para que dela disponha livremente. Mais frequentemente, é o primeiro tipo de contrato nas plantações recentes, pois enquanto os arbustos não atingem pleno desenvolvimento, o tratamento das culturas intercalares não ameaça estragar os ramos, e o solo, ainda fresco, pode suportar essa espécie de policultura. São prejudiciais as culturas intercalares, numa plantação já bem formada. Nesse caso, recebe o colono um pequeno terreno ou para cultivá-lo, ou para nele apascentar os seus animais, caso os tenha. Os colonos preferem, evidentemente, o sistema das culturas intercalares, que exige trabalho menos fatigante, pois que não precisam caminhar muito entre suas casas, o cafezal e suas próprias culturas.

No início da forte imigração, ninguém pensava em recusar aos imigrantes o direito às culturas intercalares. Já, porém, no princípio deste século, diminuía o preço do café, os lavradores atentavam mais na conservação do solo e na salvaguarda dos rendimentos. Logo se começou a recusar as culturas intercalares. Dos dois lados, manifestava-se o descontentamento: num inquérito promovido pela Secretaria da Agricultura, em 1905, os fazendeiros de diversos municípios acusavam as culturas de cereais, entre as filas dos cafeeiros, de acarretar a diminuição do rendimento da lavoura do café.<sup>18</sup> Por seu turno, insistia acentadamente um escritor italiano no fato de que “os colonos estão reduzidos a uma condição deplorável, pela proibição de fazer plantações para seu uso, entre as filas do cafezal...; é verdade que certos proprietários concederam em troca terrenos fora do cafezal, mas não se trata de terrenos muito férteis; estão longe do lugar de trabalho habitual e, admitindo que o colono tenha tempo de ir até lá, é fatigante”.<sup>19</sup>

À medida que cresceu a extensão das terras fatigadas e se fez sentir a diminuição do seu rendimento, generalizou-se a interdição das culturas intercalares. O imigrante, advertido por seus amigos, e o colono experiente evitaram as zonas antigas e afluíram às regiões novas.

Outras atividades ainda, nessas regiões, solicitam os trabalhadores e concorrem para que eles abandonem o colonato, apesar das proteções legais de que cada vez mais se beneficiam. Tendo deixado a terra natal na esperança de desfrutar mais bem-estar e independência, tem o imigrante mais oportunidade para isso na franja pioneira que nas regiões de velhas lavouras. Pode mais facilmente nela adquirir um pe-

(18) *Annuario da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo*, anno 1905.

(19) Bonardelli, *Lo stato di São Paulo...*, obra citada, p. 66.

queno domínio, nela engajar-se como meeiro ou como empreiteiro e encarregado de formar um cafezal. Têm também, às vezes, os fazendeiros das regiões recentemente desbravadas a mesma dificuldade que seus colegas das zonas antigas em recrutar trabalhadores. As frentes de colonização drenam a mão-de-obra dos imigrantes. Por isso mesmo, acelera-se o empobrecimento das regiões mais antigas. A crescente falta de trabalhadores obriga a novos apelos à imigração dos salarizados. Ressoa sempre o grito de “braços para a lavoura”.

Não que não se tenha jamais pensado na verdadeira colonização. Sob o Império, tinham sido criados catorze centros de colonização oficiais, entre 1827 e 1889. A bem dizer, só um dentre eles tinha sido localizado nas regiões novas, o de “Senador Antônio Prado”, fundado em 1889, em Ribeirão Preto. Os lotes nele eram de 10 ha por 1.250 francos, com facilidades de pagamento e por toda a parte o escoamento fácil da produção era assegurado pela proximidade dos meios de transporte.<sup>20</sup> A experiência, entretanto, ficava limitada e, no período eufórico do fim do século, o governo dos fazendeiros não teve a preocupação de a impelir mais adiante. Em 1893, segundo um relatório do secretário da Agricultura, não abrigavam os núcleos coloniais mais que 8.392 colonos. Todavia, logo iam manifestar-se os primeiros sintomas da crise de superprodução. Quando ela rebentou, reembarcaram numerosos imigrantes com suas economias. Ao mesmo tempo, tomava posição o governo italiano contra a emigração “gratuita”, isto é, a de seus nacionais cuja viagem era paga pelo governo brasileiro.<sup>21</sup> Perceberam então os fazendeiros um duplo perigo: primeiro o de não mais encontrar mão-de-obra necessária, quando terminasse a crise e pudessem recomeçar as plantações; e depois, era inquietante ver o colono “a ter os olhos fixos na pátria distante onde poderia adquirir um pedaço de terra com o produto de seu trabalho entre nós. O que é uma perda de capital para o nosso país”.<sup>22</sup> Percebiam os plantadores que, malgrado os esforços e as economias dos colonos, não podiam estes, salvo brilhantes exceções, tornar-se proprietários e, pois, era impossível fixá-los. A crise cafeeira de 1905 apresenta aos fazendeiros o problema da colonização.

(20) Prado (Eduardo), “Imigração”, *Boletim do Serviço de Imigração...*, nº 3, pp. 37-44 e nº 4, pp. 101-116. Citação de um relatório de De Grelle, embaixador da Bélgica no Brasil, em 1888.

(21) Decreto Rossi, de 1902. Sobre o assunto, ver os outros autores italianos citados e Pierre Denis. Este período da imigração está bem definido em *Cinquant'anni di lavoro degli italiani in Brasile*, vol. I, *Lo stato di S. Paolo* (São Paulo, 1936): “Fu un periodo confuso di sforzi disordinati, di rapidi fortune e di veloci crolli e anche di grande dolori” (p. 228). O autor acrescenta esta frase que denota o ponto de vista italiano: “La fazenda fu in certo modo distruttrice di italianità” (p. 229).

(22) *Relatorio annual do secretario...*, 1895, p. 35.

Os esforços mais eficazes para resolvê-lo foram devidos a um dos mais notáveis administradores que tenham saído da classe dos fazendeiros, o Dr. Carlos Botelho.<sup>23</sup> Impulsionadas por ele, surgiram novas colônias em Nova Odessa, Tibiriçá, Nova Europa, Nova Paulicéia, Gavião Peixoto, e do mesmo modo o núcleo Campos Sales, aberto em 1897, recebeu novo impulso. Essas fundações distinguiram-se das colônias mais antigas, por sua localização nas regiões de povoamento recente, servidas por ferrovias, e dotadas de solos de boa qualidade. Paralelamente, tinha Carlos Botelho em mira a colonização em terras mais longínquas, à beira das estradas de ferro em construção, à maneira americana ou canadense. Convém sublinhar que a colonização oficial no Brasil tornou-se particularmente difícil, porque toda terra pertencia a um proprietário particular. Os domínios da União ou dos estados eram muito limitados e as terras devolutas eram sempre as mais afastadas, de acesso difícil e condenadas por muito tempo ao isolamento. Para organizar focos de colonização, com pequenas propriedades, escolas, oficinas, direção agrônômica, rodovias e ferrovias, via-se o governo na contingência de comprar as terras ou contratar uma empresa privada. A situação jurídica das terras, nesse país provindo da colonização régia portuguesa, foi assim grande obstáculo à execução de um plano de colonização efetiva, cuja concepção não era estranha aos espíritos lúcidos. Foi nessas condições que teve de entender-se o governo de Carlos Botelho com uma sociedade de pequena propriedade, para lançar os núcleos, fundados em 1905, 1906 e 1907.

O próprio esforço de colonização era ainda encarado em função das necessidades dos fazendeiros, e não somente em relação aos pequenos proprietários, para que estes pudessem viver dos produtos de seus quinhões de terra. Tratava-se, para os fundadores desses núcleos, de preparar as reservas de mão-de-obra para os lavradores, no momento da colheita, quando a demanda de braços é mais difícil de satisfazer. As colônias seriam pepineiras de trabalhadores, que fixariam o imigrante na proximidade das fazendas, o que explicava sua localização. Com isso ganharia o plantador, que se eximia de sustentar famílias de colonos, que só lhe eram verdadeiramente úteis em determinados períodos do ano agrícola. Finalmente, podia a estada em um núcleo colonial ser como um estágio de iniciação à vida brasileira, sem que, rodeado de concidadãos seus, experimentasse mudança por demais brutal; ali faria ele seu aprendizado na agricultura tropical.<sup>24</sup> A tentativa de colonização permanecia integrada no sistema da plantação ou da grande lavoura.

(23) *Relatórios 1904, 1905, 1906*. Ver também Denis (Pierre), *Le Brésil....*, obra citada.

(24) *Relatório....*, 1904.

Outras colônias foram instaladas em 1910 e 1911, todas nas zonas antigas, perto de Campinas e na região da Mojiana. Já nada têm a ver com a marcha pioneira as fundações mais recentes, de iniciativa do governo do estado ou do governo federal: tendiam elas principalmente a vivificar regiões adormecidas, seja na fronteira do Estado do Paraná, como a colônia Barão de Antonina, seja na costa meridional de Santos, como Itanhaém, Alecrim, Prainha.<sup>25</sup> Evidente é que uma vez passado o alerta de 1905, uma vez acalmadas as apreensões provocadas pela forte minoria italiana, a preocupação da colonização oficial fosse relegada a plano secundário. Desde 1911, o secretário da Agricultura não hesitava em afirmar que a função colonizadora do Estado devia limitar-se a promover a colonização livre, favorecendo a imigração. "Braços para a lavoura", tal devia ser a divisa, para o estado, "Pois somente depois que tenha sido servida a grande lavoura, é que poderemos contar com sólido contingente para fornecer às culturas novas".<sup>26</sup>

A ação do Estado, considerável para a imigração, foi, portanto, muito modesta no que tange à colonização. Ao contrário, contribuiu largamente a iniciativa particular para a obra do povoamento colonizador. Transformados em vendedores de terras e profissionais do negócio, disso tiraram proveito e nisso se interessavam. Por entre os imigrantes "espontâneos", chegados da Europa Oriental e dos países bálticos, numerosos foram os que, alguns dias após o desembarque, deixavam São Paulo, para tomar posse de uma pequena propriedade, nas zonas novas; mais numerosos ainda foram os habitantes das zonas empobrecidas que adquiriram lotes nos territórios virgens da Noroeste, da Alta Paulista, da Alta Araraquarense, da Alta Sorocabana e do norte do Paraná. Procuravam os loteadores seus agentes de nacionalidade húngara, alemã, lituana e às vezes espanhola. Entravam esses agentes facilmente em contato com seus compatriotas recém-chegados e que tinham, naturalmente, o desejo de permanecer agrupados. Assim foi que se formaram colônias húngaras e alemãs do município de Presidente Venceslau, os grupamentos espanhóis de Mirassol e Tanabi ou ainda a colônia portuguesa, açoriana mais precisamente, de Borboleta, perto de Rio Preto. Desejosos de abandonar seu país, logo depois da revolução russa, e de conservar sua comunidade batista, instalaram-se os letos nas margens do rio do Peixe, em Varpa. No interior do vasto domínio da Companhia de Terras do Norte do Paraná, encon-

(25) Ver carta no *Boletim do Serviço de Imigração*, nº 3. Sobre a colônia Barão de Antonina, Pierre Monbeig, "The Colonial Nucleus of Barão de Antonina, São Paulo", *Geographical Review*, Nova York, April 1940, pp. 260-271.

(26) *Relatório....*, 1911. Ver também *Relatório....*, 1912, que condena formalmente a colonização oficial e confunde o povoamento das fazendas com a colonização.



tram-se igualmente vales que são habitados unicamente por ucranianos, romenos ou japoneses.

Nessa homogeneidade nacional, cumpre nada buscar de comparável ao núcleo oficial de Nova Odessa: não apresenta ela nada que corresponda a um plano de colonização e unicamente provém de uma solução cômoda para a venda de lotes de terreno. Também é um pouco abusivo o termo de colonização, que aparece tão naturalmente nas razões sociais da maior parte desses negócios. Quando chegaram os húngaros em Arpad, os alemães em Aimoré, os letos em Varpa, nada estava preparado para os receber. Havia-se limitado o trabalho do colonizador a demarcar os lotes, traçar uma vereda que ligasse à cidade uma construção tosca que servia de escritório e albergue. O imigrante tinha de fazer tudo. Os primeiros trabalhos e a compra da terra, quase sempre a crédito, absorviam-lhe o pequeno capital. A posse desse capital, por mínimo que fosse, distinguiu bem esses compradores de terra dos imigrantes, vindos para o colonato nas fazendas. Mas era preciso viver e nutrir uma família, freqüentemente numerosa, enquanto se esperavam colheitas suficientes para que obtivessem algum crédito junto ao pequeno comércio local. Eis por que era freqüente ver esse tipo de imigrante com pressa de instalar os seus num torrão pequeno, construir um rancho, fazer as plantações e partir imediatamente para uma grande cidade, a fim de nela trabalhar durante dois, três ou quatro anos. Cuidavam das culturas as mulheres e as crianças mais crescidas, e o pai de família, se o pudesse, voltava para auxiliá-los, cada ano. Quando tivesse feito algumas economias, retornava à sua pequena propriedade, que então entrava numa fase de exploração. Só com a formação de empresas muito grandes de venda de terras, esboçaram-se verdadeiros ensaios de colonização. Real esforço em tal sentido fizeram as companhias japonesas e a sociedade inglesa do norte do Paraná. Teremos de estudá-lo de mais perto. Frutuoso foi o exemplo delas, pois que já se viu que os resultados eram largamente compensadores e quem queria defender-se contra a concorrência imitava esses processos. Todavia é ainda profundamente anárquica a colonização das zonas pioneiras dos planaltos ocidentais paulistas e do norte do Paraná: cumpre não buscar nela plano algum de conjunto, visão alguma de longo alcance e sim nada mais que o interesse imediato dos quadros dirigentes, fazendeiros e vendedores de terras.

\* \* \*

Só por comodidade de exposição distinguimos os fazendeiros dos vendedores de terras, e os imigrantes "colonos" dos que compravam uma pequena propriedade, um sítio. Seria errôneo considerar que, no mundo pioneiro, a estratificação social comportasse separações rígidas

e sobretudo intransponíveis, entre os grupos. Não é raro encontrar um fazendeiro que, alguns anos atrás, ainda era um simples colono. Deve seu enriquecimento muito mais a um pequeno comércio, por ele habilmente empreendido, que às economias feitas em seu salário. Chegaram a adquirir fazendas grande número de imigrantes ou de seus descendentes da primeira geração: basta percorrer uma lista de fazendeiros, para verificar nela a abundância de nomes italianos ou espanhóis. Os "reis do café" em São Paulo, no início do século XX, foram um importante alemão, Schmidt<sup>27</sup> e um italiano, cujos pais começaram como modestos colonos, Geremia Lunardelli. Diferentemente, acarretou cada crise do café a ruína de fazendeiros que passaram a simples administradores de plantações alheias ou então se resignaram a não ter mais do que um modesto sítio. O negociante de terras, agricultor enriquecido por sorte, torna-se fazendeiro e possuidor de avião e automóveis. O pequeno proprietário está prestes a vender a parcela de terra, que penosamente explorara para tornar-se arrendatário ou meeiro. São instáveis as fortunas, pois que as terras perdem rápido o seu valor e também porque, mais que a terra, o que traz a riqueza é o seu produto, café ou algodão, sujeitos às oscilações dos mercados mundiais. A sociedade pioneira é antes de tudo dinâmica. Dinamismo estreitamente associado ao dinamismo geográfico, pois é em virtude dos novos desbravamentos que se fazem ou se desfazem as fortunas. Sobre o mapa é que se deve, agora, acompanhar as grandes etapas e as direções atuais da marcha pioneira.

(27) Francisco Schmidt, nascido na Turquia, em 1850, chegado ao Brasil em 1856, comprou uma fazenda em 1890. Por 1908 possuía 7.500.000 cafeeiros, concentrados na região de Ribeirão Preto. Em 1918, a Companhia Agrícola F. Schmidt era dona de 52 fazendas, que produziam 300.000 sacas de café. Também começou Lunardelli sua carreira de fazendeiro nas cercanias de Ribeirão Preto. Por 1916 comprou terras em Olímpia, depois em Catanduva. Em 1924, tornou-se possuidor de fazendas em Guarantã e, na mesma região, perto de Bauru, adquiriu outra plantação. Abriu a região de Aguapeí ainda em 1924 e, nesse momento, comprou reservas de terra no norte do Paraná, onde umas décadas atrás seus cafeeiros estavam em plena produção.

SEGUNDA PARTE

## AS ETAPAS DA MARCHA PIONEIRA

A expressão clássica “frente de colonização” é vantajosa, porque acentua o caráter de luta do avanço pioneiro. É tentador ampliar as comparações militares: os pioneiros são como exércitos que partem para o assalto e as derrubadas são campos de batalha. Uma zona pioneira, como uma zona de guerra, conhece problemas de abastecimento, tem seus serviços de intendência e sua retaguarda e, nesse combate pacífico, o dinheiro é também o nervo da guerra. Entretanto, todo combate supõe uma estratégia e estrategistas que, providos de mapas, possam localizar as posições ocupadas pelas tropas, acompanhar sua marcha e modificá-la, se necessário.

Ora, a marcha pioneira não conhece nem generais nem estratégia, nem mapas. No máximo, poder-se-á falar em táticas locais; e como gostaríamos de estar em condições de assinalar nos mapas os pontos precisos onde, em determinado momento, houve uma parada ou um avanço! O avanço do povoamento está longe de ter o aspecto de um *front* contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar, como Isaiah Bowman, em “franja pioneira”, expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a esta região instável e incerta, onde manchas de floresta subsistem às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem mais distante o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas.

Cabe ao geógrafo assinalar as etapas desse avanço e procurar até onde são explicáveis pela influência dos elementos naturais ou, ao contrário, até que ponto correspondem a mecanismos econômicos. Em região de relevo medíocre, não se pode esperar a ligação desta ou daquela fase do desenvolvimento da franja pioneira a determinado

acidente topográfico. Quanto às diferenças climáticas, suas nuances não são suficientes para impedir o movimento. Ao contrário, a fertilidade ou o esgotamento do solo são suscetíveis de atuar fortemente, pois o atrativo representado por altos rendimentos na agricultura, assim como o decréscimo de produção, são fatores decisivos. Ainda uma vez, a imprecisão da Cartografia e a falta de dados exatos sobre a localização dos grupos pioneiros, não permitem estabelecer relações minuciosas. Não parece possível, portanto, fixar as etapas da marcha do povoamento a partir das condições naturais.

Já acentuamos a importância que as crises econômicas exerceram sobre o deslocamento para oeste. Elas não correspondem a datas precisas, como um dia de batalha, mas a uma época em que se esboça a nova situação, e em seguida desenvolve-se e resolve-se. As crises de superprodução correspondem à invasão do mercado exportador por enormes quantidades do produto lançado pelas plantações recém-abertas. Abalando toda a vida econômica, a crise reduz as exigências de mão-de-obra, pois só as regiões verdadeiramente prósperas são ainda capazes de atrair o imigrante. Se é verdade que, a qualquer momento, não importa que zona pioneira deve ser estudada sob o triplo aspecto da produção, da mão-de-obra e dos transportes, em tempo de crise esses problemas são singularmente mais graves. A crise também marca, como já vimos, uma desaceleração do avanço pioneiro e, ao mesmo tempo, traz os germes de nova fase.

Quando se busca um remédio para o mal, pode-se recolher, nos períodos de depressão, uma documentação importante. Este tipo de informação, que não é inquietante quando tudo marcha a contento, é para o nosso estudo um marco obrigatório. Procurando localizar, ao mesmo tempo, as culturas, os focos de atração de imigrantes e as vias de circulação em cada período de crise, ter-se-á uma imagem correta da franja pioneira em determinado momento. Essa imagem precisa ser comparada constantemente com o mapa dos solos e deve ser analisada levando em conta a evolução dos rendimentos agrícolas. Em um só golpe de vista será possível, então, apreender os pormenores do mecanismo que liga a crise econômica à marcha do povoamento.

O estudo da situação no momento em que ocorreu cada uma das duas graves crises experimentadas pela economia paulista neste século — a de 1900-1905 e de 1928-1930 — deverá permitir que se apreciem as tendências que então se manifestaram, as modificações com relação às fases anteriores e as novas direções seguidas.

## A FRANJA PIONEIRA EM 1900-1905

Durante as últimas décadas do século XIX, como registrou Denis,<sup>1</sup> “o plantio do café ocupa todas as mentes. Ricos e pobres, citadinos e homens do campo interessam-se pela sua cultura”. É preciso localizar as culturas cafeeiras, antes de mais nada, para fixar o povoamento no instante em que a crise vem reduzir o entusiasmo. Paralelamente, serão identificadas as lavouras mais recentes e as mais prósperas.

### A) SITUAÇÃO DO CAFÉ

É conhecido o fato de que o vale do rio Paraíba do Sul foi o grande caminho de penetração, pelo qual o café veio da zona montanhosa do Estado do Rio de Janeiro. Que restou, no início do século XX dessas plantações que já datavam de três quartos de século? Na realidade elas mantinham-se, de preferência mais mal do que bem, disseminadas pelas escarpas das serras do Mar e da Mantiqueira, desde Bananal até Moji das Cruzes. A estatística agrícola dos anos 1904-1905, a única completa para o período, atribui aos municípios dessa velha região um total de cafeeiros capaz de impressionar.

Assim, Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, Bananal e São José dos Campos conservavam, cada um, de 3 a 9 milhões de cafeeiros.<sup>2</sup> Mas a produção, por outro lado, atesta uma baixa contínua: era da ordem de 2.870.000 arrobas em 1854 e agora não é senão de 1.850.000.<sup>3</sup>

(1) Denis (Pierre), *Le Brésil au XX<sup>e</sup> siècle*, obra citada. Ver pp. 108-109.

(2) “Produção geral agrícola do ano de 1904-1905”, Secretaria da Agricultura de São Paulo. Figura no *Relatório* do secretário em 1906.

(3) Uma arroba equivale a quinze quilos.

Ravinadas pela erosão, mal cuidadas por uma mão-de-obra insuficiente desde a abolição da escravatura, os cafezais do vale do Paraíba detinham os mais baixos rendimentos de todo o Estado: 2 arrobas por 1.000 pés em Jacareí, 16 em Bananal, 18 em Pindamonhangaba e um máximo de 30 em São José dos Campos. Nada mais se poderia esperar dessa região, pelo menos para o café.

Uma segunda zona cafeicultora forma no mapa um arco de círculo que ia de Itu, ao sul, até Mococa, ao norte, passando por Campinas. Trata-se dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira, onde há pequenas serras de nomes variados, com altitudes entre 800 e 1.800 metros. Campinas possuía mais de 28 milhões de cafeeiros, Amparo perto de 19 milhões e os seguintes municípios aproximavam-se ou ultrapassavam um pouco a dezena de milhões: Bragança, São João da Boa Vista e Mococa. Se os dados permitissem, seria necessário penetrar no Estado de Minas Gerais para avaliar a importância dessa área.

A cultura do café na região não datava, uniformemente, da mesma época: era mais velha em Itu e Campinas, sendo que neste último município começava a dar sinal de enfraquecimento. A produção não variou muito entre 1886 e 1904-1905 em Itu, em Jundiá e mesmo em Amparo. Mais ao norte, porém, observa-se um progresso notável: a produção de Mococa passou de 93.333 arrobas a 699.100 e a de Espírito Santo do Pinhal, de 150.600 a 428.420. Os rendimentos ultrapassavam largamente os do vale do Paraíba: 57 arrobas por 1.000 pés em Itu, 43 em Campinas, 48 em Amparo, 51 em Espírito Santo do Pinhal, 30 em São João da Boa Vista e 73 em Mococa — todos esses municípios indicando plantações jovens. Mas não seria na região que a cultura do café poderia esperar expandir-se e isso porque a altitude crescente do lado de Minas Gerais limitava toda possibilidade de extensão.<sup>4</sup>

Uma terceira unidade topográfica paulista correspondia então ao terceiro foco de produção cafeeira: a depressão periférica. Há plantações isoladas no oeste (Tatuí e Guareí), mas elas são mais densas e misturam-se às de cana-de-açúcar entre o rio Tietê e seu afluente, o Piracicaba. É ao norte de Campinas, em Limeira, Araras, Rio Claro, Leme e até Piraçununga e Descalvado,<sup>5</sup> que o café predomina incontestavelmente. Já há muito os fazendeiros estavam aproveitando os afloramentos de terra roxa e a importância do café na depressão peri-

(4) Silveira (João Dias da), *Os contrafortes ocidentais da Mantiqueira*, tese manuscrita, entregue à Universidade de São Paulo em 1946.

(5) Certos municípios estendem-se, ao mesmo tempo, na Depressão Periférica e no Planalto Ocidental: A ausência de cartas torna praticamente impossível a localização exata de seus cafezais. Na realidade, as plantações achavam-se disseminadas nas partes baixas, nas plantas dos *trapps*, nas escarpas e nos altos.

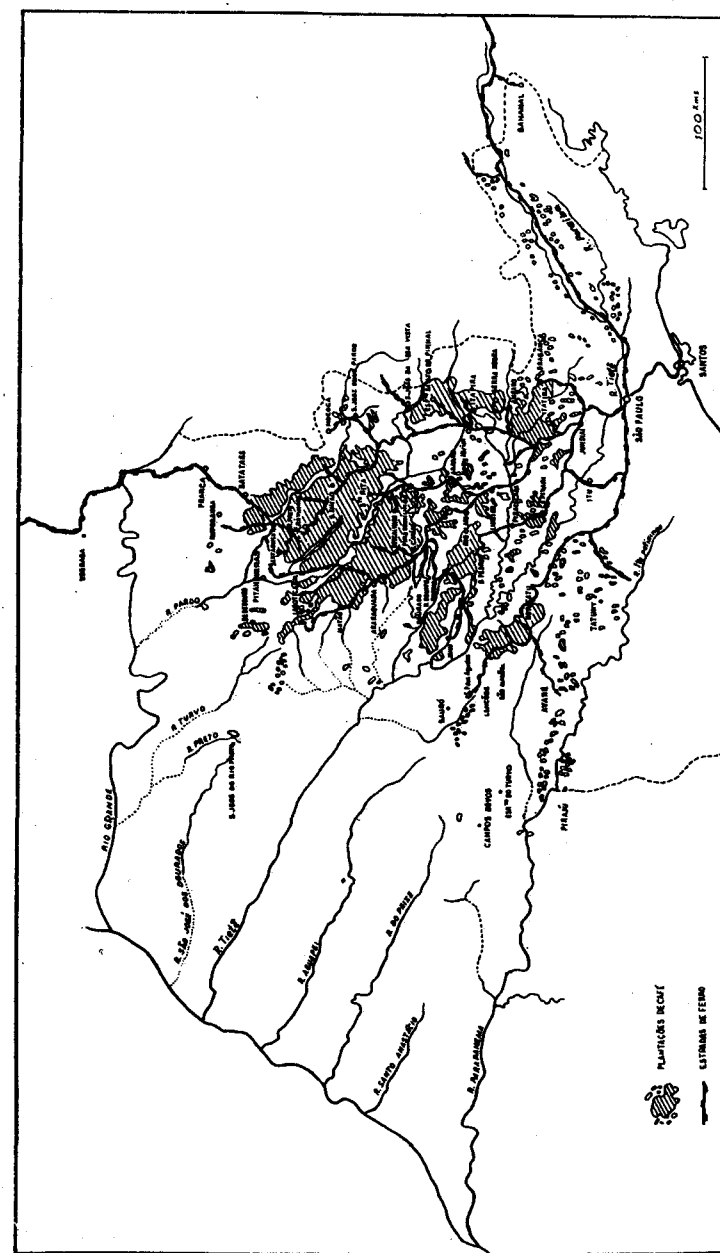


Fig. 14. Cultura do café e estradas de ferro, no início do século XX, segundo Ramos (Utilizaram-se como fundo do mapa documentos da época, a fim de mostrar a ignorância de então sobre o traçado exato dos cursos d'água no "sertão").

férica estava diretamente ligada ao tamanho das manchas daquele solo.<sup>6</sup> Nos municípios mais especializados, a estatística indica de 6 a 8 milhões de cafeeiros, com rendimentos variando de 45 a 56 arrobas por 1.000 pés e uma produção crescente.

Mas é mais longe ainda que convém procurar os grandes centros produtores de café, responsáveis pela superprodução de 1900-1905. Eles encontravam-se nos municípios cujos territórios estendem-se pelas escarpas formadas por arenitos e diabásios, alargando-se sobre o reverso da *cuesta*, ou correspondendo a grandes extensões de terra roxa no planalto ocidental paulista. O limite meridional desses principais focos da cafeicultura da época aparece na carta através de uma linha sinuosa que acompanha o escarpamento da *cuesta*, desde a altura de Mococa até o vale do rio Paranapanema. Dois maciços desiguais, o de Ribeirão Preto e o de Araraquara, este menor, estavam separados pelo vale do rio Moji-Guaçu. O maciço de Ribeirão Preto acha-se, por sua vez, dividido pelo rio Pardo, estendendo-se ao norte as plantações de Batatais, Jardinópolis e Nuporanga, enquanto que ao sul concentravam-se os cafezais de Ribeirão Preto, Sertãozinho, São Simão, Cravinhos e Santa Rita do Passa Quatro, ou seja, um total de 110 milhões de cafeeiros, aos quais se podem juntar 7 milhões que havia em Franca e 1 milhão em Ituverava. O maciço cafeicultor da margem esquerda de Moji-Guaçu, desde São Carlos do Pinhal e Descalvado até Pitangueiras, Bebedouro e Jabuticabal, passando por Araraquara, reunia um pouco menos de 100 milhões de cafeeiros.

No momento em que se desencadeou a crise econômica, a maioria dessas plantações não tinha 20 anos. Com efeito, o recenseamento de 1886 não menciona produção alguma em toda a zona de Ribeirão Preto, à exceção de Santa Rita e de Franca. Sem dúvida, é uma lacuna da estatística, porque Martinho Prado Júnior, quando viajou pela região, em 1877, encontrou já algumas pequenas fazendas, podendo-se supor que sua produção não fosse considerável. Como para Ribeirão Preto, a comparação das colheitas de 1886 e 1904-1905 em Araraquara mostra o desenvolvimento recente: o território desse município produziu 140.000 arrobas em 1886 e o mesmo território, agora dividido entre cinco municípios, fornece 1.960.005 vinte anos mais tarde. O imenso município de Jabuticabal, que então se estendia até os rios Grande e Paraná, registrou 40.000 arrobas no primeiro recenseamento e . . . . . 2.464.788 no segundo (das quais 1.011.850 só em Jabuticabal, o restante provindo de 5 municípios recém-criados).

(6) As intrusões de diabásios que aparecem na zona de Piracicaba são mais frequentes em torno de Araras, Limeira e Rio Claro, de onde a cultura cafeeira não desapareceu completamente.

Nas fazendas dessas zonas novas, a produtividade ultrapassava sempre a das zonas velhas: quase por toda parte registram-se cifras superiores a 60 arrobas por 1.000 pés, com mais de 70 em Santa Rita do Passa Quatro e em Ribeirão Preto, e o recorde de 98 arrobas no pequeno cafezal de São José do Rio Preto (25.208 arbustos).

Abundância na produção e rendimentos elevados eram os sinais de juventude que se encontravam também em outras zonas cafeeicultoras, no início do século. Mas da região de Araraquara-São Carlos para oeste e noroeste, a importância dos cafezais diminuía. Pouco a pouco passava-se da área dos cafezais compactos para uma série de pequenas manchas de cultivo, não só porque as terras boas passam a ser menos contínuas, como porque as derrubadas apenas se iniciavam.

Entre a zona de Araraquara e a calha do rio Tietê, os cafezais do planalto ocidental iriam ocupar, quer a parte alta da encosta e o seu topo, onde afloram basaltos, quer as manchas de terra roxa, estas mais para o interior, junto aos cursos superiores dos córregos nascidos no planalto e as áreas em que a erosão conseguiu destruir o revestimento de arenito. Entre os dois tipos de áreas cultivadas estendiam-se campos e cerradões improdutivos. O conjunto formava uma unidade regional centralizada em torno de cidades, sendo as mais importantes Brotas e Jaú. Em 1904-1905 havia perto de 70 milhões de cafeeiros novos nessa zona. Jaú e Brotas, entre 1886 e 1904-05 viram a sua produção elevar-se de 450.000 a 3.300.000 arrobas (levando-se em conta a produção dos municípios desintegrados de suas respectivas áreas entre os dois recenseamentos). Os rendimentos eram comparáveis aos de outros cafezais de formação recente, variando de 53 a 73 arrobas por 1.000 pés.

Uma vez transposto o Tietê, a carta indica concentração das plantações, cada vez mais acentuada, junto à margem da *cuesta*. O agrupamento Botucatu-São Manuel emite um prolongamento em direção a Lençóis, cidade que está no velho caminho de penetração dos mineiros e, sobretudo, estira-se e se esgarça, para atingir Avaré, Piraju e Salto Grande. Esta última região possuía 45 milhões de cafeeiros e a produção havia aumentado rapidamente depois de 1886. Considerando somente os municípios de São Manuel e Lençóis, que entre os dois períodos foram muito diminuídos em área, os dados das colheitas sobem de 151.000 arrobas para 1.592.105 e os índices de rendimento foram os mais altos do Estado: 72 arrobas por 1.000 pés em Botucatu, 95 em Lençóis, 85 em São Manuel e 99 em Piraju. É lícito pensar que as altas médias de rendimento desta zona são a prova mais segura de como eram extremamente jovens as plantações, pois não há diferenças verdadeiramente sensíveis entre a qualidade de sua terra roxa e a de Ribeirão Preto.

Assim, no limiar do século XX, entram em plena produção gigantescas plantações, cuja distribuição geográfica corresponde, de

maneira flagrante, à das terras roxas. Os fundos de vale, que ficavam reservados às pastagens, assinalavam-se como corredores de separação entre grupamentos em bloco das culturas de café, favorecendo dessa forma a formação de regiões econômicas distintas. O período em que explode a crise de superprodução marca seguramente uma etapa no avanço da grande cultura tropical, que seguiu inicialmente as vias tradicionais que conduziam para o Triângulo Mineiro e, depois, infletiu para oeste, correndo paralelamente ao Trópico, até atingir o Paranapanema.

## B) LOCALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES

Para cultivar esses milhões de arbustos, colher os frutos e prepará-los, eram necessários homens. Assim, não é surpreendente que os municípios da terra roxa tenham sido os que mais atraíram imigrantes. Graças às estatísticas de localização dos que passaram pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, conhecem-se as regiões que, de 1898 em diante foram, sucessivamente, fixando os recém-vindos.<sup>7</sup> Em todas as zonas pioneiras havia regiões em pleno desenvolvimento, graças ao seu vigor de juventude e às ofertas de trabalho bem remunerado.

Em um total de 123.069 imigrantes distribuídos pelas fazendas de São Paulo entre 1898 e 1902, um pouco mais da terça parte (49.799) concentraram-se em apenas cinco municípios: Ribeirão Preto (14.293), São Simão (7.837), São Carlos do Pinhal (7.739), Araraquara (7.679) e Jaú (6.191). Enumerar os municípios mais procurados pelos imigrantes seria simplesmente repetir a lista dos centros cafeicultores, na ordem de sua importância. Aos enormes contingentes de Ribeirão Preto e São Simão, poder-se-iam juntar mais de 6.000 trabalhadores instalados a partir da margem direita do rio Moji-Guaçu. Jaboticabal inchava com o afluxo de 5.089 imigrantes, a região de Jaú recebia mais de 8.000 e os municípios situados além da margem esquerda do Tietê atraíam um grupo de 10.500 colonos. As regiões montanhosas da fronteira mineira e seus prolongamentos ocidentais também participavam da distribuição dos imigrantes, mas as cifras tornam-se menos imponentes.

Se Campinas, com os seus 28 e meio milhões de cafeeiros recebeu mais imigrantes do que Jaboticabal (5.446), os números caem ainda

(7) Ver a coleção dos *Boletins da Secretaria da Agricultura e, sobretudo, o Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, São Paulo, dezembro de 1941, nº 4, Distribuição por municípios dos imigrantes e trabalhadores nacionais encaminhados a lavoura no período de 1900 a 1939, Quadro D.I. Pareceu-nos interessante considerar os dados, não de um único ano, mas de períodos de cinco anos, visando eliminar os riscos de uma escolha forçosamente arbitrária.

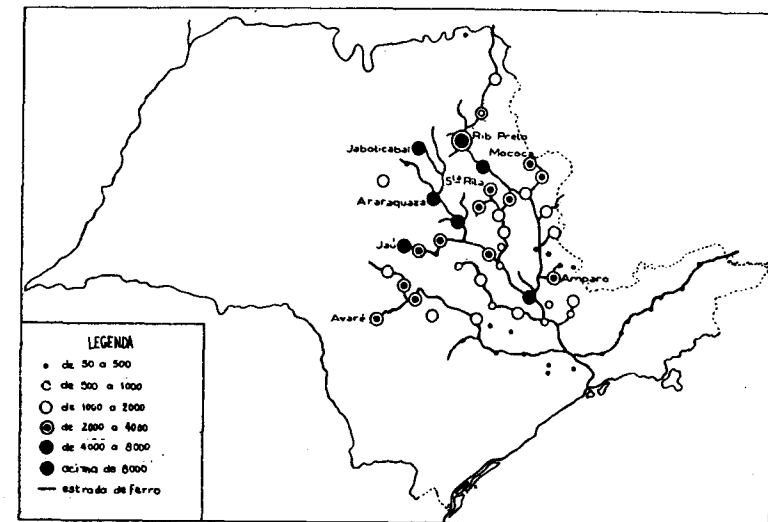


Fig. 15. Localização dos imigrantes que passaram pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, no período 1898-1902.

mais em São José do Rio Pardo (3.125), Mococa (2.329) e Amparo (2.138). Esta última região acabava de ficar saturado de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que suas necessidades em declínio correspondiam ao começo da estabilização.

Mais fraca ainda era a procura de mão-de-obra por parte das plantações da depressão periférica: Araras fixou 899 imigrantes e Limeira 666. Mas ela aumentava quando as manchas de terra roxa eram mais extensas e os municípios localizavam-se mais perto da *cuesta*, como Rio Claro (2.919 imigrantes), Piraçununga (1.570), Descalvado, que abrange uma parte do planalto (3.186), Piracicaba (1.712) e Tietê (1.572).

Em todo o resto do Estado de São Paulo a atração exercida sobre o imigrante era mais ou menos nula. Nem o extremo oeste da depressão periférica, nem o vale do Paraíba ofereciam grandes perspectivas. Muito mais interessante é observar que uma região muito diferente não era capaz de exercer maior sedução do que as zonas de povoamento antigo com agricultura fatigada: referimo-nos à faixa de terras situadas além dos principais centros de cultura de café, isto é, ao conjunto dos planaltos ocidentais. Ainda não se ia além de Piraju, nem se chegava ao vale do rio Pardo<sup>8</sup> ou a Bauru, da mesma forma como não se ultra-

(8) Afluente do Paranapanema. Não confundir com o rio do mesmo nome que atravessa o município de Ribeirão Preto e se lança no rio Grande.

passava Jabuticabal. É bem provável que um bom número de imigrantes, depois de curta passagem pelos grandes domínios, abandonassem-nos e partissem para mais à frente, assim como é certo que, na sua chegada, o imigrante dava preferência pelas plantações já em ponto de produção, não sendo atraído pelas derrubadas e plantio. O fazendeiro tinha muito mais necessidades de mão-de-obra para o trabalho rotineiro, do que o empreiteiro de derrubadas. Este preferia utilizar indígenas ou outros elementos já acostumados ao país, a um camponês europeu completamente neófito com relação às técnicas pioneiras.

### C) AS ESTRADAS DE FERRO

Não preocupava ao imigrante o fato de partir para regiões que só eram acessíveis depois de longo percurso em caminhos, e isso depois de viajar de trem. As estradas de ferro não iam além dos cafezais da terra roxa. Nos 30 anos seguintes, depois de construída a linha básica Santos a Jundiá, a rede ferroviária paulista havia feito grandes progressos. Vistas sobre a carta, as novas linhas pareciam penetrar ousadamente em direção às terras virgens. Não se pode resistir à tentação de comparar tais empreendimentos com os dos Estados Unidos e Canadá. Na realidade, a maior parte só foi construída depois de as derrubadas já haverem avançado suficientemente, de o povoamento já ser numeroso e de as culturas estenderem-se o bastante para assegurar fretes.<sup>9</sup>

Uma única empresa aventurou-se, pois foi lançada com a firme intenção de atingir o coração do Brasil, e sua construção foi atacada rapidamente: a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro, fundada em 1872. Deveria, nos planos iniciais, atingir Cuiabá, em pleno Mato Grosso, mas acabou seguindo o percurso clássico em direção ao Triângulo Mineiro. Assim, começando em Campinas, dirigiu-se a Moji-Guaçu, depois Casa Branca (atingida em 1880), depois Ribeirão Preto (1883), o rio Grande (1887) e Araguari (1900). Recentemente prolongada até o Estado de Goiás,<sup>10</sup> esta linha está longe de haver atingido o alvo primitivo; mas foi a primeira artéria de penetração e possibilitou o desenvolvimento rápido do conjunto cafeicultor de Ribeirão Preto. Assentando os trilhos em uma zona ainda mal povoada, mas já conhe-

(9) Contrariamente à opinião de Reclus, quando escreveu: "Não se espera que as cidades sejam construídas para as ligar por meio de trilhos, pois como acontecia há pouco tempo nos Estados Unidos, as vias férreas precedem as habitações.", *Nouvelle Géographie Universelle*, XIX, *Amérique du Sud*, Paris, 1894, p. 379.

(10) O nome da companhia não é o mesmo em Goiás, mas a continuidade da linha é evidente.

cida e balizada desde a época colonial, a Companhia Mojiana lançava ramais, verdadeiras "sugadeiras",<sup>11</sup> uns nos vales da Mantiqueira ocidental, outros em torno de Ribeirão Preto (depois de 1885).<sup>12</sup>

Outra empresa também tinha grandes projetos, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, destinada, teoricamente, a atingir Mato Grosso. Uma longa série de pequenas competições locais, complicadas com questões administrativas, além da existência de séria rivalidade com a Mojiana, colocaram a Paulista dentro de limites mais modestos. Para falar a verdade, esses contratemplos serviram aos interesses dos administradores da Paulista ou, pelo menos, foram sabiamente utilizados. A empresa compraria, pouco a pouco, pequenas companhias menos sólidas e mais ousadas e reagruparia sob sua égide elementos disparatados de uma rede que iria servir aos centros do café. Ela iria começar assegurando para si a ligação Jundiá—São Carlos, depois levaria os trilhos até Araraquara e Jabuticabal (1892), estabelecendo, ao mesmo tempo, uma ramificação até Jaú. A ponta dos trilhos permaneceria sete anos em Jabuticabal, embora as plantações novas já ultrapassassem largamente essa cidade. Procurou-se nesse período consolidar a empresa, drenando para ela a produção das maiores fazendas, de que uma boa quantidade pertencia aos diretores da Companhia ou a suas famílias. A Paulista assegurou para si, dessa forma, o domínio de toda a faixa à margem esquerda do Moji-Guaçu; mas não hesitou em atravessar o rio, penetrando no domínio que parecia ser o privilégio da Mojiana. Uma linha atingiu a grande fazenda Santa Veridiana, outra a zona de Santa Rita do Passa Quatro, outra ainda a fazenda Guatapará, aproximando-se de Ribeirão Preto. O desenvolvimento das estradas de ferro não obedecia, portanto, a um plano sistemático, antes foi conduzido pelos interesses dos administradores, dos produtores e dos comerciantes de café.

Outras rivalidades retardaram a construção de ferrovias através da serra de Botucatu e para os cafezais de São Manuel. Só em 1889 a Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro chegaria a Botucatu e deveria prosseguir daí em direção ao vale do Paranapanema. Outra empresa, a Companhia Ituana, possuía o privilégio da navegação desde o porto João Alfredo, no rio Piracicaba, até Porto Martins, no Tietê,

(11) A expressão (em francês "suçoir") é de Reclus, *Obra citada*.

(12) Sobre as origens da Mojiana, ver: Bourroul (Estêvão Leão), *O conde de Parnaíba, apontamentos biográficos*, São Paulo, 1890, 180 pp. Para a história da rede ferroviária de São Paulo: Pinto (Adolfo Augusto), *História da viação pública de São Paulo (Brasil)*, São Paulo, 1903, VI-322 pp., 55 gravuras, 2 cartas. E ainda o trabalho de Nogueira de Matos (Odilon), "A evolução ferroviária de São Paulo", *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. IV, *Geografia econômica*, Rio de Janeiro, 1944, 731 pp. Ver pp. 556-567. É lamentável que esse trabalho, concebido como um comentário de cartas, tenha sido publicado sem cartas...

atingindo os cafezais de São Manuel com uma pequena linha local. Durante muito tempo, essa combinação rio-trilho foi o único meio de atingir São Manuel, de onde ia-se a cavalo a Lençóis, a São Paulo dos Agudos e até aos famosos "campos de José Teodoro". Depois de arruinar-se a Companhia Ituana, foi possível à Sorocabana construir uma linha de Botucatu a Agudos, o que foi feito ao mesmo tempo em que a ferrovia atingia Avaré, a oeste. As novas linhas são as ferrovias do café. Seu traçado, por vezes tão caprichoso, que mais tarde será necessário corrigir ou suportar de qualquer forma, dependeu da posição das maiores fazendas e da localização das cidades do café.

Só se oferece trabalho nos municípios da terra roxa ao imigrante que passa pela Hospedaria em São Paulo. Mas a zona conquistada pelos pioneiros nos trinta anos que antecederam a crise econômica de 1905 começaria no reverso da *cuesta*, pois o movimento havia ultrapassado a terra roxa. Seus pontos extremos eram, então, os arredores de Bebedouro, de São José do Rio Preto, de Bauru e de Campos Novos, onde o arroz, o milho e o fumo tinham maior importância do que o café e eram vizinhos da criação de gado. Já nesse momento, o mapa revela o esboço de novas formas da ocupação: aos agrupamentos e manchas dispersos, correspondentes às áreas de terra roxa, começa a suceder a faixa estreita do espigão, já nos arenitos Bauru.

#### D) A NOVA PAISAGEM

O "oceano de café" de Ribeirão Preto assinalava, depois da destruição da paisagem natural, um estágio que dificilmente poderia ser identificado como o de um *front*, este sempre marcado pelas queimadas que abrem caminho ao fazendeiro. Um viajante que percorreu a região em 1900 considerou Jaboticabal como "a última baliza do mundo civilizado", porque "a floresta virgem começa vinte quilômetros adiante".<sup>13</sup> Na realidade, além do que Raucourt considerava uma barreira — erro perfeitamente compreensível — havia já fazendas em plena produção. Tendo vindo de Ribeirão Preto e Araraquara, ele viu grande número de novas plantações e "atravessou florestas em fogo". Nada melhor para ilustrar a diversidade de paisagens da franja pioneira, onde em parte alguma a humanização da paisagem está completamente terminada. Quando Raucourt visitava os novos cafezais, mesmo nos municípios onde estes haviam se expandido mais, a floresta ainda se resguardava. O território municipal de Ribeirão Preto conservava 42% de floresta, o de São Manoel 39%, Jaú 29% e Arara-

(13) De Racourt, *Fazendas et Estancias*, Paris.

quara 23% de floresta, a que se juntavam 46% de campos. O desejo de manter uma reserva de mata para futura extensão do cafezal, além da existência de litígios jurídicos sobre os títulos de propriedade, acham-se na base da explicação de como sobreviveram fragmentos da floresta no meio das plantações. Daí essa interpenetração de espaços ainda brutos e de paisagens já humanizadas.

Nesta franja pioneira o futuro parecia garantido, às vésperas da crise. A sede de terras novas e a paixão em aumentar as plantações excitavam a todos. Não se pensava senão em ir adiante, para produzir ainda mais. Pela mesma razão, o governo do Estado, isto é, o governo dos fazendeiros, cogitava de organizar expedições científicas que iriam fazer o reconhecimento das florestas um tanto misteriosas dos rios do Peixe e Aguapeí. Estas apareciam nos mapas da época como "terrenos desconhecidos, habitados pelos índios",<sup>14</sup> e ninguém duvidava de que seriam em breve submergidas pela "vaga verde" dos cafezais.<sup>15</sup>

Tratava-se ainda da continuação do movimento iniciado nas terras montanhosas do Estado do Rio de Janeiro. Mas o quadro físico não era o mesmo e, o que é mais significativo, tendo as instituições sociais evoluído, as marcas deixadas pelo homem na paisagem haviam mudado. Já foi mostrado suficientemente o que era então a monocultura cafeeira,<sup>16</sup> para que nos detenhamos aqui em sua exposição. No interior de todas as fazendas, o café, ocupando os melhores solos e abrigado das geadas, era o soberano. Só uma parcela mínima do solo era deixada a culturas de subsistência dos colonos e à cana-de-açúcar, esta para fabricar um pouco de aguardente e para a nutrição dos animais em caso de seca prolongada. Quanto ao gado, só o necessário para o alimentar, especialmente quanto aos animais de tração.

Tudo era feito com uma distribuição astuciosa do terreno: os pastos ocupavam os fundos de vales, enquanto o café monopolizava os melhores solos e os pontos altos, menos sujeitos às geadas. Nada disto era novo ou original, mas o tipo mesmo da plantação colonial girando em torno de um só produto comercial. A grande propriedade era a regra na franja pioneira e o grande senhor, o latifundiário, continuava a ser o pioneiro do café, como já o havia sido no vale do Paraíba, nos arredores de Campinas ou no relevo montanhoso de Amparo.

Não faltam, entretanto, diferenças entre o universo pioneiro de 1905 e as velhas regiões do café. Nas antigas fazendas do vale médio do Paraíba, nas plantações relativamente recentes dos morros de Jundiá e

(14) Por exemplo, a carta de Canuto Thorman, publicada em São Paulo em 1897.

(15) Ver as publicações de Pierre Denis e o livro de Platt, *Latin America*, Nova York, 1942, X, 564 pp. Ver pp. 406-415.

(16) No velho Brasil, a *casa grande*, moradia do proprietário, opõe-se à *senzala*, onde habitavam os escravos.



de Itu, ou nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira, a habitação filia-se a um tipo único, desde que se faça abstração das diferenças secundárias. A residência do senhor, sólida e majestosa, cercada por altas palmeiras decorativas, domina as demais construções, que se dispõem abaixo dela, nos flancos de uma elevação. Aí se encontram os terreiros de café, escalonados como degraus, com muretas de pedra, e também as cabanas dos escravos, dispostas em quadrilátero, em torno de um pátio que é cuidadosamente fechado à noite.<sup>17</sup> Enfim, junto a um ribeirão, as paredes altas do recinto que abriga as despoldadoras, e outras construções ligadas às atividades da fazenda, como as cocheiras, o estábulo, abrigos para as carroças, moenda de cana etc. Pode-se ver nessa disposição uma conseqüência da topografia e uma forma de aproveitar, ao mesmo tempo, a face ensolarada e a água, que é fonte de energia. Mas não se poderá, igualmente, surpreender aí a imagem de uma sociedade aristocrática rural? O velho fazendeiro raramente ia à cidade e sua numerosa família habitava permanentemente essa espécie de castelo. Era ele que dirigia o trabalho dos escravos. Quando começaram a chegar os primeiros colonos livres, foram construídas apressadamente longas fileiras de casas de tijolos, por vezes de pau-a-pique, verdadeiras casernas colocadas à vista da mansão senhorial, de onde os colonos eram vigiados facilmente. O fazendeiro comandava pessoalmente a colheita, assim como o transporte dos grãos de café, sua secagem e preparação. Relações de amizade estabeleciam-se entre o senhor e sua família com os escravos e, depois, com os colonos e todos achavam-se ligados à terra. A concentração das construções junto à casa do fazendeiro, se facilitava a vigilância, concretizava e consolidava os laços que se formavam.

Mas a fazenda pioneira dos planaltos é bem diferente: é uma empresa ao mesmo tempo agrícola, industrial e comercial. A massa instável dos colonos renova-se quase todos os anos. Como homem de negócios, o fazendeiro do século XX deve habitar tanto a cidade como a fazenda. Sem negligenciar completamente o trato da terra, ele delega esse cuidado, cada vez mais, a um administrador, empregado de sua confiança. Os laços que unem as pessoas afrouxam-se, como se afrouxam as relações diretas entre o proprietário e a terra. À nova estrutura e à psicologia social novas, corresponde um novo tipo de *habitat*. Na grande fazenda de Ribeirão Preto e de Araraquara, a casa do fazendeiro acha-se afastada das construções ligadas à exploração. Luxuosa, destinada à permanência rápida, ela se isola no meio de um jardim, por vezes de um parque. Ela se torna a casa de campo, onde a família vai passar as férias. O administrador reside em uma casa localizada perto

(17) A *colônia* é o conjunto de habitações ocupadas pelos colonos.

das colônias,<sup>18</sup> mas destacada. Esse importante personagem está instalado ao lado do escritório, pois um "negócio" do novo gênero possui seus serviços administrativos, sua contabilidade, suas estatísticas. É sinal dos tempos e agora a vigilância de caixa é mais importante do que a dos trabalhadores. As colônias fragmentam-se, pois são distribuídas nas diferentes seções da plantação. Dividem-se em casas que abrigam, às vezes, uma só família, mais freqüentemente duas e mesmo três. Os terreiros são agora construídos em comprimento, um pouco acima do fundo do vale e, ao seu lado, as construções destinadas às máquinas não têm mais o porte alto.

Existe, ao mesmo tempo, dispersão e estiramento de todas as construções. O viajante abarcava, com uma só visada, todos os elementos da velha fazenda. Agora, para visitar o núcleo da sede, ele deve circular por ruas sinuosas, alternadamente poeirentas ou lamacentas, de um verdadeiro povoado. A rigorosa segregação social que correspondeu ao esplendor da antiga unidade, baseada na escravatura, e os laços que uniam outrora todas as partes da fazenda, foram, uns e outros, dissociados.

Tudo isso contribui para diferenciar a franja pioneira dos planaltos ocidentais, tal como ela se apresentava nos primeiros anos do século, das demais regiões cafeicultoras paulistas ou fluminenses. O quadro mudou: em lugar das altas montanhas que fechavam o horizonte em todas as direções no vale do Paraíba, ou que, com a presença das escarpas ou *cuestas* dos planaltos ocidentais, nunca estavam ausentes nas paisagens de Itu, Piracicaba ou Campinas, o pioneiro descobria agora espaços que estavam na medida de suas esperanças, isto é, desmesurados. Fazendeiros vindos das velhas zonas, ou colonos desembarcados dos campos de cultivo do Mediterrâneo, todos adotavam com amor essa terra de que se sentiam criadores. São Paulo possuía, verdadeiramente, o seu mundo pioneiro.

(18) A sede da fazenda compreende a residência do fazendeiro, a casa do administrador, os escritórios, os terreiros etc.

## CAPÍTULO II

# A FRANJA PIONEIRA EM 1929

### A) AS NOVAS TENDÊNCIAS

Os traços fundamentais do mundo pioneiro estavam fortemente consolidados e ele estava capacitado para sobreviver ao abalo econômico do início do século XX. A primazia do café e da grande fazenda continuaram a afirmar-se, desde que as condições melhoraram. Depois de colheitas excepcionalmente boas,<sup>1</sup> sobreveio a safra de 1907-1908, que seria catastrófica em outras ocasiões, mas que teve o mérito de assegurar o sucesso da política de elevação de preços.<sup>2</sup> Manteve-se o plantio de novos cafezais, clandestinamente no início, porque estava em vigor uma legislação limitando as plantações; depois abertamente, à medida que a lei perdia a força, com a melhora dos preços. Estes passaram a elevar-se a partir de 1909, embora desde 1906 as cotações da Bolsa de Nova Iorque houvessem começado a reagir. A guerra, com o fechamento dos mercados da Europa Central, trouxe novas perturbações, tanto mais sérias quanto a produção retomava uma curva ascendente. Mas ainda uma vez as intempéries climáticas vieram em socorro da marcha pioneria do café, pois as geadas de 1918 acabaram com 400 milhões de pés. Para os fazendeiros, foi um desastre, mas com a volta da paz, o consumo americano intensificar-se-ia.

(1) A safra paulista de 1901-02 foi de 10.148.000 sacas de 60 kg. A de 1906-07 atingiu a cifra de 15.408.000 sacas.

(2) Em 1907-08, a safra foi somente de 7.187.000 sacas. Os entendidos em valorização previam essa baixa de produção e esperavam a salvação com o cansaço dos cafeeiros, depois de extraordinárias safras. A seca veio em sua ajuda. Ver o livro de F. Ferreira Ramos, *La valorisation du café au Brésil*, Antuérpia, 1907, 207 pp., 71 figs. Ver pp. 171-192.

Todos esses fatores significavam confiança, o que levaria a novas plantações, para compensar as destruições ocasionadas pela geada. Por outro lado, a nova marcha do café beneficiar-se-ia com o desenvolvimento da rede ferroviária. Justamente no momento em que a crise estava mais aguda, o governo federal, por motivos políticos e estratégicos, havia deliberadamente ativado a construção da estrada de ferro que, partindo de Bauru, dirigir-se-ia a Mato Grosso e iria atingir as margens do rio Paraguai. No território paulista, essa linha, a "No-roeste", iria atingir vastas reservas florestais, situadas entre os vales do Tietê e do Feio-Aguapeí, com suas terras virgens freqüentemente propícias ao cafeeiro. Assim, o conjunto das circunstâncias não deixaria de favorecer a tradição do café e da grande fazenda.

Algumas transformações apareciam, contudo, na marcha pioneira. O avanço além da terra roxa levava o pioneiro a instalar-se em estreitas faixas de terras boas, nos espigões, mas que eram envolvidas por solos medíocres, apropriados para a criação de gado. A penetração estava diante de campos em que a criação havia tomado pé no passado, com criadores vindos de Minas Gerais. Também do lado de Araraquara e Jabuticabal as plantações tinham como vizinhas zonas pastoris conhecidas há muito tempo; assim como o avanço em direção a Rio Preto, aproximava-se de Porto Tabuado e das áreas de criação de Mato Grosso.

Nos mesmos anos, as cidades de São Paulo e Santos, seu porto, viam suas populações aumentarem em proporções consideráveis. A capital, que não chegava a 250 mil habitantes em 1900, assistia ao início de uma febre de crescimento que, no ritmo de 3 mil construções novas por ano, a levaria a perto de 700 mil habitantes em 1920.<sup>3</sup> Ora, essas novas massas urbanas, compostas de empregados do comércio e dos bancos, de operários do nascente parque industrial e de trabalhadores ferroviários e do porto, eram consumidoras de carne. Por outro lado, durante as hostilidades da Primeira Guerra Mundial, os aliados pediram ao Brasil, como aos países do Prata, carnes sob conserva ou congeladas.

Houve, portanto, a feliz coincidência da abertura de um grande mercado consumidor e da chegada do movimento pioneiro até as zonas propícias à criação de gado ou até as vizinhanças dos tradicionais criatórios de Mato Grosso, de Goiás e do Triângulo Mineiro. Assistiu-se à inauguração da atividade frigorífica em Barretos e ao equipamento dos portos no rio Grande, como Porto Antônio Prado e Porto do Cemitério (municípios de Barretos e de Olímpia), locais que corres-

(3) Ver Simonsen (Roberto C.), "Recursos econômicos e movimentos das populações", separata do n.º 2, ano 1, da *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, 1940, 32 pp., 16 figs. Ver Gráficos 6 e 10.

pondem à penetração dos criadores na margem esquerda do grande rio. O velho caminho de Porto Tabuado, quase abandonado então, retoma sua atividade. Mais ao sul, por iniciativa de um capitalista alemão, Diedrichsen, um caminho para o gado, ou estrada boiadeira como era chamado, foi aberto na floresta, entre Indiana (onde acabam os campos da Alta Araraquarense) e Porto Tibiriçá, no rio Paraná, em face do Porto Quinze de Novembro e junto à confluência do rio Pardo.<sup>4</sup>

Se a importância nova da criação de gado na franja pioneira, logo depois da crise cafeeira, não teria consequência imediata, o mesmo não se poderia dizer de uma outra transformação operada: o desenvolvimento da pequena propriedade. Esta não era desconhecida na São Paulo colonial, nem o seria na dos primeiros anos da imigração livre. Os fazendeiros mais esclarecidos haviam compreendido que, cedo ou tarde, os colonos adquiririam certa liberdade econômica que lhes permitira a posse de seus próprios cafezais.<sup>5</sup> Na ocasião de sua viagem a São Paulo, Pierre Denis visitara pequenas propriedades agrícolas em mãos de italianos enriquecidos. A maior parte encontrava-se em Campinas e Araras, municípios já estabilizados; mas outras ficavam nos arredores de Ribeirão Preto (Cooperativa Orlando, bairro Morro do Cipó).<sup>6</sup>

Nos anos de infortúnio dos fazendeiros, o governo, como já foi visto, inquietou-se vivamente com a organização dos centros de colonização. Como a prosperidade parecia voltar, deixou-se que os planos adormecessem, embora o movimento de partida tenha sido desencadeado. Alguns fazendeiros, muito abalados pela crise, iriam lançar-se ao loteamento de terras na região de Araraquara e Jabuticabal, de muito pequeno porte, mas as circunstâncias novas deveriam acelerar o processo de coexistência da grande com a pequena lavoura na franja pioneira.

Assim, tanto pelos progressos da criação de gado, como pelo desenvolvimento da pequena propriedade, novas diretrizes começavam a esboçar-se no mundo pioneiro, poucos anos apenas depois da pri-

(4) Os criadores de Mato Grosso fizeram construir um caminho entre Campo Grande e Porto Quinze, em 1898. O agrimensor que dirigiu os trabalhos foi o francês P. Rivasseau. Do lado paulista, as primeiras tentativas foram feitas nos primeiros anos do século. Muito pouco freqüentada, a estrada foi invadida pela vegetação e foi necessário refazê-la, alguns anos depois.

(5) *In memoriam Martinho Prado Jr.*, obra citada, p. 61.

(6) Denis (Pierre), *Le Brésil au XX<sup>e</sup> siècle*, pp. 156-173. Embora acentuando os progressos da pequena propriedade, Denis escrevia: "Na medida em que é grande produtor de café, o Estado de São Paulo continua sendo o tipo mais acabado, talvez, no mundo moderno, de uma região de grande propriedade." e "A pequena propriedade continuou estritamente excluída da cultura do café." Julgamento bastante categórico, mesmo para a época.

meira grande crise do café. Esses traços irão se consolidar e o mundo pioneiro terá adquirido uma fisionomia nova até o momento de desencadear-se a *débâcle* financeira de 1929.

## B) SITUAÇÃO DO CAFÉ

### 1.º) Localização

A cartografia e a estatística da cafeicultura às vésperas da crise de 1929 confirmam algumas das tendências registradas vinte e cinco anos antes. Antes de mais nada, a decadência ininterrupta da agricultura no vale do Paraíba, onde nenhum município apresenta o menor sintoma de recuperação. Basta citar alguns exemplos para dar uma idéia do retrocesso dos cafezais: em Bananal, os dados de 1927-1928, isto é, do ano agrícola imediatamente anterior à crise, indicam somente 620.000 pés em produção, quando havia 3.282.000 em toda a zona. Mesmo onde foi menos brutal, ainda manifestou-se muito sensível, por exemplo em Taubaté. Esse município não teria então mais do que 5.168.000 cafeeiros, contra 9.500.000 no período anterior. Toda a velha zona está sonolenta e a cafeicultura não passa de uma boa lembrança.

Ao contrário, continuam florescentes as regiões que eram os principais centros cafeeiros por ocasião do primeiro grande abalo econômico. Nas plantações da orla montanhosa que vai de Itu a Mococa, alguns municípios assinalam regressão, particularmente Campinas, que teve redução de três milhões de pés. A tendência geral é, contudo, para o crescimento, como em Bragança e Jundiá, que aumentaram, cada um, quatro milhões de cafeeiros. Igualmente, cresceu o número de pés de café na faixa de fronteira com Minas Gerais, onde as últimas reservas florestais foram sacrificadas e plantou-se até aos extremos limites tolerados em altitude.

As fazendas da depressão periférica evoluíram também: há progressos, embora se observe ligeira baixa nos municípios de Limeira, Araras, Rio Claro, Leme, Piraçununga, Descalvado e Porto Ferreira. As diferenças entre 1905 e 1928 nessas regiões de cultura já velha, são muito fracas para outra conclusão senão a de que houve estabilidade e mesmo pequeno progresso.

É mais interessante observar a situação do café no planalto ocidental, onde ele se havia apossado dos melhores solos no início do século XX. Ora, nas manchas de terra roxa, em conjunto, o café ainda progrediu. Só o conjunto das plantações de Ribeirão Preto, entre os rios Moji-Guaçu e Pardo, perdeu 10 milhões de arbustos. Antes da crise de 1929, esse conjunto não representa senão 7% do total dos cafeeiros

do Estado de São Paulo, contra 12% em 1904-1905. Pode-se atribuir essa redução à grande geada de 1918, quando os fazendeiros foram obrigados a eliminar os cafeeiros e não replantaram.

Em São Carlos, não mais considerada a rainha do café, há sintoma de fadiga: a perda é da ordem de seis milhões de pés. Ao mesmo tempo, outros grandes centros têm progresso substancial, como Araraquara e Jaboticabal, com o acréscimo de vinte e quatro milhões de cafeeiros depois de 1905. A região de Jaú ganharia, no mesmo período, mais de vinte milhões, embora a geada tenha sido tão sensível como em Ribeirão Preto. Além da margem esquerda do Tietê, tanto entre Botucatu e Pederneiras como entre Botucatu e Cerqueira César, as superfícies plantadas ganhariam dezoito milhões de pés. Assim, com exceção de Ribeirão Preto, todos os cafezais das manchas de terra roxa vizinhas à *cuesta* estender-se-iam depois da primeira crise.

A expansão cafeeira da época não foi somente um final de conquista da terra roxa em São Paulo. Desenvolvendo as direções esboçadas desde 1905, ela progrediu principalmente para oeste, nos solos do arenito Bauru. No mapa do café, a disposição em 1927-1928 é diferente da de 1905, apresentando a mais recente uma série de protuberâncias para oeste, cada uma correspondendo a um espigão, como ainda hoje acontece. Há menores diferenças entre a cartografia do café no planalto ocidental de 1928 a 1940, do que entre 1905 e 1928.

Desde a fronteira com Minas Gerais, ao sul do rio Grande, até a margem direita do rio Pardo, as fazendas de Batatais, Franca e Nuporanga multiplicaram-se. Assim, nesta "Alta Mojiana" passou-se de 34 milhões de cafeeiros em 1905 a mais de 73 milhões. A ocupação do solo ultrapassou de muito, portanto, as terras roxas das margens do rio Pardo e conquistou todos os pontos altos. O vazio que figurava na carta de 1905 entre a mancha de Batatais-Nuporanga e o rio Grande está agora preenchido. O limite estabelecido pelo rio Grande e os cerrados do Triângulo Mineiro foi atingido e o café nada tem a ganhar indo mais adiante. Assim, ao avanço para o norte, na mesma direção adotada pelo traçado da Mojiana, sucede a marcha para oeste, agora mais nítida do que nas fases anteriores.

Entre os rios Pardo e Tietê, o avanço do café seria igualmente grande. Os planaltos em que a altitude ultrapassa freqüentemente 600 metros, de Bebedouro, Colina e Barretos, e os que se estendem até Olímpia, foram recobertos pela onda do café, abrigando agora cerca de sessenta milhões de pés. O mesmo aconteceu com o espigão que, a partir de Matão, contém os municípios de Taquaritinga, Santa Adélia, Catanduva, Rio Preto e Mirassol. Rio Preto, com 17.793.760 cafeeiros, deixaria de ser um posto avançado perdido no sertão e, mais adiante, Mirassol já possuía dez milhões de arbustos. Havia terras ainda a conquistar e plantar. Porém, os fazendeiros não estavam mais muito

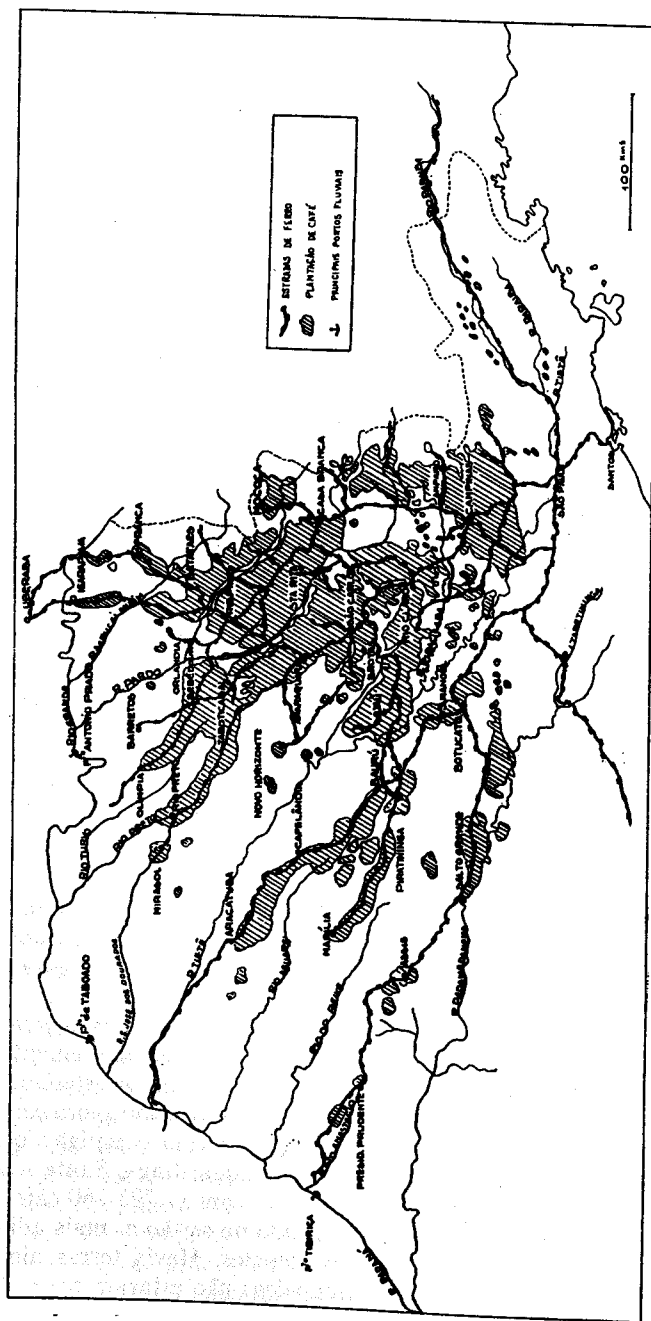


Fig. 16. Cultura do café e vias férreas às vésperas da crise de 1929. Escala 1:5.000.000.

longe dos limites impostos ao café, pois os espigões se estreitavam, os vales se alargavam e os espaços disponíveis começavam a diminuir. Assim, ao norte do Tietê a marcha do café não tinha mais grande coisa a ganhar.<sup>7</sup>

Foi ao sul do Tietê que o desenvolvimento dos cafezais depois da crise de 1905 tornou-se mais espetacular. A carta de 1927-1928 indica um vasto crescente, cujas pontas são formadas pela "Noroeste" e pela "Alta Sorocabana", duas regiões que não conheciam o café vinte anos antes.

Entre os rios Tietê e Feio-Aguapeí alonga-se uma comprida fileira de plantações, que vão desde Bauru até pouco além de Araçatuba, onde se acha Valparaíso. É uma faixa de 225 quilômetros, com 30 de largura, no máximo, mas às vezes com só 3 ou 4 km. As plantações não são contínuas, pois as manchas de solo inferior as interrompem. Esta zona cafeeira da Noroeste abrange 8% do total de cafeeiros do Estado, tendo 98 milhões de pés, todos de plantio recente. Segundo dados incompletos,<sup>8</sup> poderiam ser contados em 1928 pelo menos 30 milhões de jovens arbustos, isto é, com 5 anos e menos de plantio. É, portanto, uma região que começa a entrar em plena produtividade.

O outro extremo do crescente corresponde às terras situadas entre o rio do Peixe e o Paranapanema. Essa ponta marca o avanço das plantações que em 1905 se distribuía de Avaré a Piraju, com algumas pequenas "ilhas" pouco adiante, para oeste. Podem ser reconhecidos aí dois elementos distintos: primeiramente, os cafezais situados na terra roxa, desde Óleo até Assis, ou seja cerca de 50 milhões de pés, contra 6 milhões e meio em 1905; em seguida, além de Assis, as derrubadas atacaram a floresta sobre boas terras calcárias dos arenitos Bauru, chegando até às últimas elevações do espigão, a cavaleiro do rio Paraná, em Presidente Venceslau. Não existem dados anteriores à crise de 1929, mas há a indicação de que em 1930-1931 atribuíam-se a essa região 23.500.000 cafeeiros. Entre as plantações recentes da Noroeste e da Alta Sorocabana, a carta de 1927-1928 mostra o traçado de uma vasta curva. Trata-se do prólogo de um avanço intermediário, no município de Piratininga, mas não ultrapassando Marília. É o começo da conquista do espigão que separa as bacias do rio do Peixe e a do Aguapeí. Não é possível estimar a importância desses jovens cafezais às vésperas do *crack* de 1929,<sup>9</sup> mas as estatísticas de 1930-1931 lhes atribuem trinta milhões de pés.

(7) Alfredo Ellis observou bem a oposição entre as margens direita e esquerda do Tietê (*Evolução da economia paulista e suas causas*), São Paulo, 1937, Coleção "Brasiliiana", vol. 190, 547 pp.

(8) *Rev. Sociedade Rural Brasileira*, 1922, janeiro-fevereiro, pp. 56-60.

(9) Em 1927-28, quase toda esta região fazia parte, administrativamente, dos municípios da Noroeste. Seus cafezais figuram, portanto, nos dados referentes a estes municípios.

Falta fazer uma última observação sobre a distribuição dos cafezais nessa época: os fazendeiros de São Paulo já não se contentavam com estender suas plantações ao interior das fronteiras políticas do Estado e atravessavam o Paranapanema, entrando no território do Estado do Paraná. Seguiam os lençóis de diabásio ao sul do Paranapanema e instalavam fazendas em Cambará e Ingá. Ainda uma vez, as estatísticas são inseguras,<sup>10</sup> mas sabe-se que já no período anterior à crise havia plantações que nada tinham a dever, pelas dimensões e pela qualidade, às de Ribeirão Preto.

A geografia do café nos planaltos ocidentais, no momento em que vai explodir a crise de 1929, parece ser a simples continuação da de 1905. Os fazendeiros continuaram a seguir as tendências evidenciadas até aqui: a busca da terra roxa e o aproveitamento das boas terras dos espigões.

## 2.º) A queda dos rendimentos

Será possível encontrar na nova expansão dos cafezais as mesmas causas que animaram a fase anterior? Os fazendeiros teriam conservado no primeiro quarto do século vinte o mesmo desejo de plantar para produzir cada vez mais, que era o que os animava na última fase do século precedente? Poder-se-ia acreditar nessa interpretação, pois o número de cafeeiros não parou de crescer, passando de 690 milhões em 1904-1905 a 1.123.323.770 em 1927-1928. As condições econômicas justificavam a confiança, daí as derrubadas e a formação de novas plantações. Houve uma ascensão súbita dos preços, logo depois da guerra e da geada de 1918. A essa ascensão seguiu-se uma queda também súbita, embora as cotações não chegassem a descer até o nível anterior. Novamente o mercado retomaria a marcha ascendente, em 1923, principalmente se os preços fossem considerados em moeda nacional, que era a que interessava diretamente aos produtores e a seus assalariados. Claro que isso só poderia encorajar o aumento dos cafezais.

Todavia, não se pode limitar a questão a essa visão otimista, nem confiar exclusivamente no aumento numérico dos pés de café, mesmo tendo sido impressionante como foi. É, certamente, necessário dar importância à reação dos fazendeiros diante da euforia do mercado. Seria imprudente identificar o conjunto do processo desenvolvido pela

(10) Segundo a *Rev. Soc. Rur. Bras.*, teria havido em 1927 mais de oito milhões de cafeeiros em produção e perto de quatro milhões a ponto de produzir, nos municípios de Ribeirão Claro, Jacarezinho, Cambará, Santo Antônio da Platina e Carlópolis (nov. de 1927, p. 394).

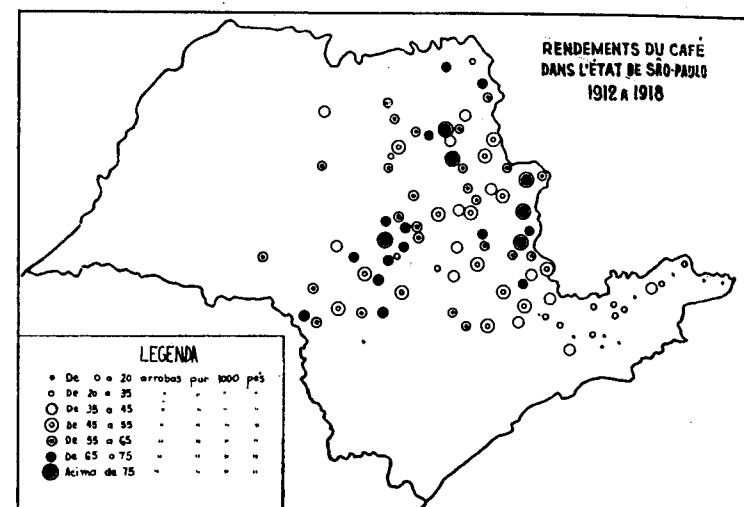


Fig. 17. Rendimentos do café no Estado de São Paulo, no período 1912-1918.

marcha pioneira do café entre as duas crises pelo mecanismo movimentado no primeiro período. Agora não se visa somente produzir cada vez mais; tem-se o cuidado de compensar a queda de rendimento das lavouras, já sensível nas regiões de cultivo mais antigo. É preciso não se deixar enganar pela curva ascendente dos preços, mas descobrir na curva descendente dos rendimentos uma nova razão de expansão cafeeira.

Realmente, de forma alguma o aumento das plantações correspondeu à melhora dos rendimentos. Entre os períodos de 1913 a 1918 e 1926 a 1931, a comparação das taxas de rendimentos mostra uma situação desfavorável em todas as regiões cafeeiras paulistas, salvo uma: a das mais velhas culturas.<sup>11</sup> Ali, no vale do Paraíba, se os rendimentos são os mais baixos (inferiores a 30 arrobas por mil pés) e se o número de arbustos diminui, a produtividade aumentou ligeira-

(11) Os agrônomos paulistas calculam os índices de rendimento em períodos quinquenais, não só para eliminar os acidentes de origem climática, como levando em conta o fato de que o cafeeiro não entra em produção antes de cinco anos depois de ter sido plantado. Para o período 1912-13 a 1917-18, foram utilizados os dados de A. Ramos. Os rendimentos do segundo período foram calculados com base na publicação oficial *O café...* Esforçamo-nos para levar em conta modificações ocorridas entre esses dois períodos nas circunscrições administrativas, sem que pretendamos haver eliminado todas as armadilhas.

mente. É que os fazendeiros acabaram eliminando os mais velhos cafeeiros. Fora dessa região, só alguns municípios isolados viram seus rendimentos progredirem, embora com aumentos mínimos na produção por 1.000 pés. Às vezes, isso foi devido à instalação de culturas em uma nova área de terra roxa, como aconteceu em Ipaçu, Xavantes, Mineiros, Piracicaba e mesmo em Ribeirão Preto. Outras vezes, a estabilização dos rendimentos parece corresponder ao aproveitamento recente de boas terras do arenito Bauru, por exemplo nas altitudes de Monte Alto e Tabapuã, ou ainda na zona de Rio Preto, com o aparecimento dos cafezais de Catanduva e Mirassol. Enfim, pode também ter acontecido que o rendimento tenha-se conservado no nível anterior graças tanto à destruição rigorosa das plantas mais fatigadas, como à ação excepcional de alguns fazendeiros particularmente cuidadosos. Parece que esse foi o caso em alguns municípios tão diferentes, como Igarapava, Tambaú, São Pedro, Socorro e Jundiá.

O fato comum é uma produtividade que não corresponde senão a 70 a 80% da atingida antes da geada de 1918. Em certas áreas em que os cafezais recobriam extensões apreciáveis de terras roxas, o rendimento reduziu-se 40 a 50%, por exemplo nas culturas antigas da depressão periférica em Araras, Limeira, Leme e também nas plantações de Cravinhos e Sertãozinho, estas na região de Ribeirão Preto. A diminuição foi um pouco menos sensível em torno de Jaú, onde se manteve a

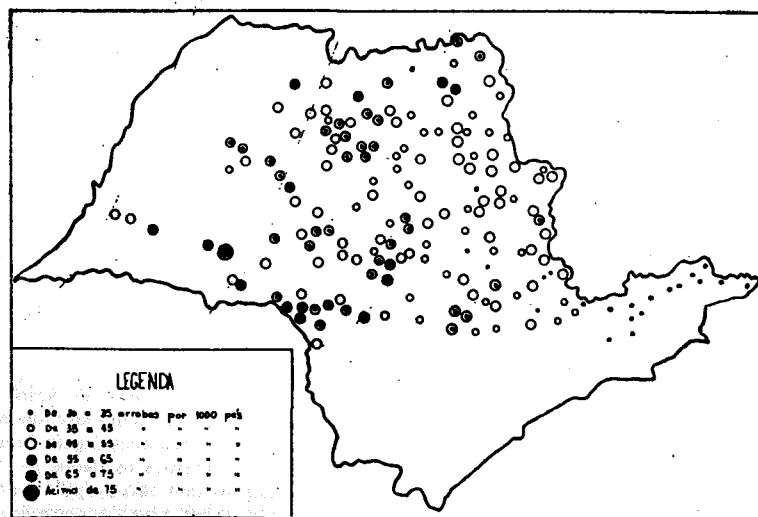


Fig. 18. Rendimentos do café no Estado de São Paulo durante o período 1926-27 a 1930-31 (ano agrícola).

90% da taxa anterior (por exemplo em Barra Bonita e Boa Esperança) ou a 80% (em Dourado), só caindo para taxas menores como 60 e 50% em municípios onde as terras roxas são mais limitadas (como Bocaina e Bariri). Ao sul do Tietê, nas fazendas abertas há pouco tempo em terras roxas, os dados aproximam-se mais da estabilidade.

A queda da produtividade ligou-se a uma série de fatores: antes de mais nada, ao golpe desferido pela geada de 1918, pois mesmo quando os cafeeiros foram salvos pela poda dos galhos, ficaram em mau estado; em seguida pela difusão da broca do café em uma faixa, com cerca de 40 quilômetros de largura, que se estendia de Jundiá a Jaboticabal. A broca ainda não havia ultrapassado essa zona e, por outro lado, desde 1919 já se podiam replantar os cafezais atingidos, o que deveria manter os rendimentos da cultura em taxas convenientes. Assim, é ao empobrecimento dos solos, antes de qualquer outro fator, que é preciso atribuir o estado de coisas observado.

As plantações feitas na terra roxa, entre 1860 e 1880, na depressão periférica e de 1880 a 1900 na região de Ribeirão Preto e Jaú, puseram em evidência as qualidades desse solo, que parecia outrora inesgotável. Mas foi só entre 1915 e 1925 que os agrônomos inquietaram-se seriamente com a degradação da terra roxa. As publicações dos serviços oficiais começam a prodigalizar aos fazendeiros recomendações, às vezes platônicas, para ensinar que a terra roxa, da mesma forma que os solos de Bananal ou de Campinas, exige um mínimo de precauções.<sup>12</sup> O perigo é advertido por Ramos em 1923 e o geólogo Betim Pais Leme, cuja família estava ligada a interesses diretos na cafeicultura, consagra em 1926 um bom estudo aos problemas dos solos apropriados para o café. Na mesma época, o francês Piettre, que trabalhava no Instituto Agrônomo de Campinas, publica o primeiro trabalho alentado e muito completo sobre o assunto.<sup>13</sup>

A situação, às vésperas do *crack* de 1929 era, portanto, muito diferente da de 1905. A marcha do café havia sido até então a consequência de um movimento exclusivamente otimista e, pode-se dizer, imperialista. Na década de 1920, ao contrário, muitos fazendeiros abandonaram Ribeirão Preto, Araraquara e Jaú porque a produção não era mais suficiente e porque somente nas terras virgens poderiam reencontrar, com pequena despesa, rendimentos economicamente satisfatórios.

As terras virgens — as dos espigões de Olímpia, da Alta Araraquarense, da Noroeste, da Alta Sorocabana — estavam longe de equivaler à terra roxa deixada para trás. O aumento dos cafezais na região

(12) Ver as coleções dos *Boletins da Secretaria da Agricultura*.

(13) Ver a bibliografia citada no Capítulo III, 1ª Parte, Livro I.

de Barretos-Olímpia correspondeu a uma baixa de 20% nos rendimentos, enquanto na Alta Sorocabana e na Noroeste a quebra foi de 10%. Na fase anterior da marcha pioneira, era fácil descobrir terras roxas e plantar com segurança. Já os solos dos espigões são difíceis até para reconhecer e as plantações mais incertas. A não ser em fazendas particularmente bem dirigidas, jamais os rendimentos atingiram os das primeiras plantações nas terras roxas. Excetuada a sua introdução no Estado do Paraná, o café penetrava em uma zona não desfavorável, mas menos propícia.

As condições econômicas poderiam então suscitar otimismo e o desenvolvimento prodigioso das plantações seria capaz de desencadear uma crise de superprodução que se inscreveria em um fenômeno econômico mundial. Mas a análise retrospectiva dos rendimentos indica claramente que, a menos que fossem modificadas as técnicas agrícolas e a mentalidade essencialmente comercial do fazendeiro, será às condições pedológicas cada vez menos favoráveis que deverá corresponder uma nova fase da marcha pioneira. Esta nova fase precipita-se, porque se esgotam cada vez mais os solos que são cada vez menos propícios para o café.

### C) MIGRAÇÕES INTERNAS E LOCALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES

A migração do café, que se acelerou, era freqüentemente dirigida por grandes proprietários das zonas de terra roxa. Em uma sociedade onde a iniciativa individual e o prestígio pessoal tinham papel proeminente, não se pode deixar de citar alguns personagens. Por exemplo, durante a Primeira Guerra Mundial, um fazendeiro de Ribeirão Preto, Barbosa Ferraz, acompanhado de seus filhos, empreendeu ousadamente a penetração no Estado do Paraná. Lutando contra os índios e abrindo caminho penosamente no interior da floresta e subindo a vertente ocidental do vale do Paranapanema, atingiu em 1917 o local onde se encontra a Fazenda das Antas, no distrito de Ingá, onde em 1920 já havia uma plantação de 30.000 cafeeiros. Vindo de Araraquara, outro grande fazendeiro, Sampaio Vidal, desenvolvia plantações modestas no espigão entre os rios do Peixe e Aguapeí. Outros fazendeiros de Araraquara emigraram para as terras roxas de Ipaçu e Xavantes. Na mesma época, Lunardelli assumia o primeiro lugar entre os fazendeiros, abrindo fazendas perto de Olímpia e, mais tarde, a partir de 1928, instalando a Fazenda Aguapeí além de Araçatuba.<sup>14</sup> Esses exem-

(14) Ver atrás, nota nº 27, p. 163.

plos são marcantes, porque mostram como fazendeiros que vigiavam de perto o estado de suas culturas, viam o começo da decadência e sabiam partir no momento certo.

Os fazendeiros foram imitados e uma poderosa corrente de migração interna, interessando tanto a fazendeiros como aos colonos, pôs-se em marcha, partindo das zonas antigas, como os contrafortes da Mantiqueira, a depressão periférica e as terras roxas do planalto, em direção às zonas novas. Não é possível dar cifras nem cartografar essa migração, que também foi reforçada pelo recrudescimento da imigração vinda do exterior e de outros estados brasileiros. Como na ocasião da primeira vaga de imigrantes, os recém-chegados foram atraídos principalmente pelas zonas novas. Podemos cartografar para esse período, como fizemos para o precedente, a localização dos imigrantes que aceitaram contratos de trabalho nas zonas rurais, o que informará sobre os centros de atração das migrações internas.<sup>15</sup>

Durante cinco anos, de 1926 a 1930, as zonas rurais de São Paulo receberam um contingente de 233.202 trabalhadores estrangeiros e nacionais, que passaram pela Hospedaria de Imigrantes. A grande maioria (84,8%) dirigiu-se para as fazendas do planalto ocidental, região que se destacava como foco de atração. As áreas de terra roxa, mesmo quando cultivadas há mais tempo, não haviam perdido todo seu prestígio, porque receberam mais de 20% do contingente. A maior parte correspondeu a Ribeirão Preto e aos cafezais ao norte do rio Pardo (de Batatais a Franca), com 16%, o que pode ser atribuído a novas plantações, às necessidades de mão-de-obra nas grandes propriedades, assim como à substituição dos colonos que partiam para as zonas novas. A atração de Araraquara-Jabuticabal (3,7%), Jaú (4%) e Botucatu-São Manuel era menos forte. Em compensação, na mais ocidental das manchas da terra roxa, onde as derrubadas estavam se intensificando (municípios de Óleo, Ipaçu, Xavantes e Piraju), o convite que se fazia aos imigrantes era mais urgente, o que fez com que mais de quinze mil (ou 6%) para lá se dirigissem.

Os espigões onde o aumento dos cafezais havia sido mais acentuado, eram os maiores chamarizes: para lá foram 31,1% dos imigrantes. A parte do leão coube à Noroeste que, sozinha, drenou mais do que 1/4 da imigração paulista (26,6%), ou sejam 62.205 indivíduos. Alguns municípios concentraram pequenos exércitos de trabalhadores rurais, como foi o caso de Araçatuba, o mais ocidental, com 13.365 imigrantes. Lins recebeu 12.866, de que uma boa parte fixou-se à margem esquerda do rio Aguapeí, e Pirajuí, com grandes plantações nas vertentes do rio Batalha, acolheu 12.808. Foi menos importante a

(15) A fonte estatística é a mesma do período anterior, o *Boletim do D.T.C.I.*



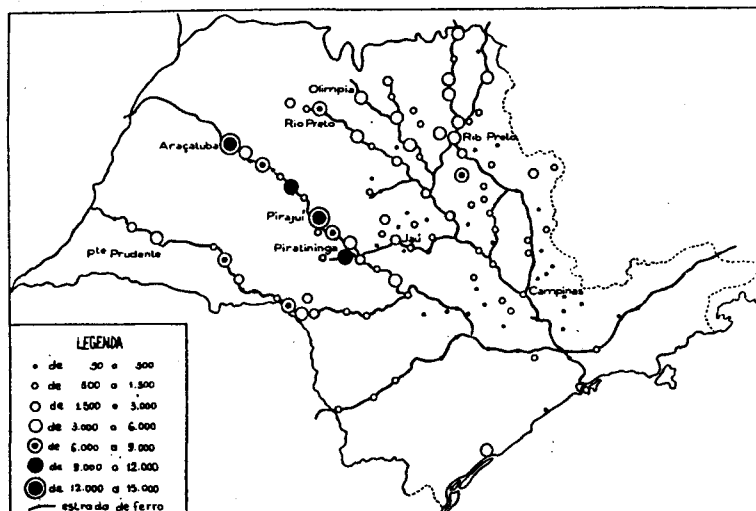


Fig. 19. Localização dos imigrantes que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, no período de 1926 a 1930.

participação de Penápolis e também a de Avai, enquanto que Bauru começava a perder todo o seu prestígio de centro rural (3.455 imigrantes) e Avanhandava, um município, em que a criação de gado era mais importante do que a cafeicultura, não atraía senão 245 novos habitantes.

Na Alta Sorocabana uma massa de 17.310 imigrantes distribuíam-se entre Assis e Presidente Venceslau (7,4%), sendo que os melhores solos, os de Paraguaçu e Presidente Prudente foram os melhor aquarelhados. Enfim, o município de Piratininga sozinho recebeu 5,8% dos imigrantes de São Paulo. Ele era então a ponta dos trilhos da Companhia Paulista e servia como base intermediária para os que partiam em direção às novas plantações de Gália, Garça, Duartina e Marília.

A região ao norte do Tietê não exercia tanta atração como a Noroeste e a Alta Sorocabana. No entanto, 16.394 trabalhadores rurais instalaram-se na Alta Araraquarense, preferindo não só Catanduva e Rio Preto, como Mirassol e Monte Aprazível. Enfim, apesar dos progressos da criação de gado, a zona de Barretos-Olímpia atraiu para suas fazendas mais de 10.000 imigrantes, ou seja 4,3%.

Localização dos imigrantes e distribuição dos cafeeiros são dois fatos que coincidem, portanto, nos anos que precedem ao desmoronamento econômico e também coincidiam em 1900. A cartografia do

segundo período é um prolongamento do primeiro e a marcha pioneira desenvolve-se normalmente. Entretanto, essa normalidade é aparente e não se poderia julgar até que ponto seria satisfatória.

Com efeito, é bom lembrar que logo depois da Primeira Guerra Mundial não eram mais só homens provindos das margens do Mediterrâneo os que desembarcavam em Santos, mas também bálticos, alemães e camponeses dos Bálcãs. Deve ser lembrado, também, que esses novos arrivistas desejavam adquirir terras e não vinham com a disposição de servir como colonos e que chegavam no momento em que os loteadores e fazendeiros estavam dispostos a pôr à venda seus loteamentos rurais. A situação dos novos imigrantes na franja pioneira, entre 1920 e 1929 era, portanto, diferente da enfrentada pelos italianos, espanhóis e portugueses em 1880 e 1900.

Queda das taxas de rendimento do café e variedade crescente da população não foram as únicas mudanças que conheceu a franja pioneira entre as duas depressões econômicas, pois outras novidades afetaram a sua estrutura econômica e social.

#### D) EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

##### 1.º) As estradas de ferro

Uma vez reduzido o abalo econômico de 1905, os paulistas retomaram a construção das estradas de ferro do café.<sup>16</sup> Na primeira década do século, as plantações da zona de Dourado, Boa Esperança e Bariri foram ligadas ao conjunto da rede. Do seu lado, a Mojiana continuou apegada ao sistema das "sugadoras", que agora ela lançou em direção a Socorro, Vargem Grande e Cravinhos. Outras linhas foram construídas e estavam respondendo, ao mesmo tempo, às necessidades dos fazendeiros e ao desejo de auxiliar o avanço do povoamento. A principal foi a que teve como ponto de partida Araraquara, dirigindo-se a Rio Preto, que foi atingida em 1912. Barretos foi ligada a Jaboticabal pela Paulista, na qual se articulou a estrada de ferro de Bebedouro a Olímpia. Os cafezais de Pitangueiras caíram sob o controle da Paulista, enquanto a Mojiana lançava a linha Orlândia—Igarapava—Uberaba, desdobrando assim a artéria anterior, a Ribeirão Preto—Franca—Uberaba. Ao norte do Tietê a grande densidade dos cafezais tinha como complemento a forte densidade da rede ferroviária.

(16) Ver o estudo de Odilon Nogueira de Mattos, indicado na nota 12 do capítulo anterior, p. 175.

Ao sul do Tietê as malhas da rede articulavam-se, agora com a junção da Paulista e da Sorocabana em Agudos e depois em Bauru. Mas a grande novidade era a construção da Noroeste entre 1905 e 1910. A decisão foi fazer depressa e pareceu cômodo seguir, na medida do possível, o curso do Tietê, referência fácil, que evitava longos trabalhos de reconhecimento exigidos por um traçado nas florestas do espigão. Até Araçatuba os trilhos conservam certa distância do rio, mas para diante eles não o deixam mais. Contra toda expectativa, justamente aí os trabalhos foram retardados por doenças endêmicas, a leishmaniose e a malária. Frequentemente esse episódio da história ferroviária paulista tem sido comparado ao da construção da tristemente célebre Madeira—Mamoré. De qualquer forma a ferrovia foi construída e era a primeira vez no Estado de São Paulo que os trilhos penetravam em um sertão, uma região quase desabitada.

Encontraram-se índios que resistiram ferozmente e também descobriram-se alguns raros núcleos de povoamento, como o de Avaí, com meia dúzia de habitantes, o da fazenda Canjica (quilômetro 65) que já possuía cerca de sessenta mil cafeeiros, o de Pirajuí, onde já havia trinta casas e cinco comerciantes no ano de 1906 e ainda o dos campos de Avanhandava.<sup>17</sup>

Uma multidão variada de fazendeiros, de loteadores de terras e de aventureiros acompanhou os progressos da construção da ferrovia, em um verdadeiro *rush*, digno da tradição americana. Tanto nos lugares já habitados como nos acampamentos dos empregados da construção abriam-se casas de comércio e nasciam pequenas aglomerações. Os acampamentos às vezes eram em vagões abandonados, como em Birigüi. Essa pressa e a confusão facilitaram todos os tipos de negócio imagináveis sobre as terras e os títulos de propriedade. Ao lado do fazendeiro que comprava para plantar, os grileiros, buscando ganhar o mais que podiam, atraíam habitantes das velhas zonas e lhes vendiam glebas mais ou menos contestáveis. A partir de Bauru e até Araçatuba viram-se pela primeira vez coexistirem grandes domínios e pequenas propriedades. Mas o movimento cessava na altura dessa última cidade, porque o paludismo acabava com o entusiasmo. Birigüi, Penápolis, Lins e Pirajuí tornavam-se centros de zonas cafeeiras em pleno desenvolvimento.

Outra estrada de ferro havia também avançado até o rio Paraná antes da crise econômica de 1929, a Sorocabana, cujos trilhos haviam parado em 1910 em Salto Grande, às margens do Paranapanema e, em seguida, foram levados avante. Um projeto antigo previa um traçado que, acompanhando o Paranapanema, deveria atingir a confluência do

(17) *O Estado de São Paulo, Zona Noroeste*, 1929.

rio Tibaji. A infeliz experiência da Noroeste ao acompanhar o curso inferior do Tietê e o sucesso dos outros empreendimentos sobre os espigões, assim como um início de povoamento entre o rio do Peixe e o Paranapanema; levaram o governo de São Paulo, dono da Sorocabana, a modificar o plano inicial. Ao invés de correr no vale, sobre a terra roxa, o traçado da Sorocabana foi orientado para o espigão. Os trilhos atingiram Quatá em 1916, Presidente Prudente em 1920 e Presidente Epitácio em 1922.<sup>18</sup> A decisão de seguir pelo espigão, desde que foi conhecida, imprimiu impulso decisivo às derrubadas e ao povoamento. Antes mesmo de serem atingidas pela estrada de ferro, já em 1916 e 1917, futuras aglomerações como Presidente Prudente e Santo Anastácio viram afluir os primeiros pioneiros. O povoamento desencadeou-se com a circulação dos primeiros trens, coincidindo as datas, com poucos meses de diferença. Enquanto na Noroeste os trilhos haviam precedido o pioneiro, o que em outras áreas não havia acontecido, na Alta Sorocabana, além de Assis, o que houve foi sincronismo entre a marcha do povoamento e o avanço da estrada de ferro.

Continuou a haver paralelismo entre a distribuição geográfica da cultura cafeeira, a localização dos imigrantes e a expansão da rede ferroviária. No conjunto, dois fatos essenciais são reencontrados: completar-se-ia de maneira quase integral o povoamento ao norte do Tietê, onde, em 1929, só permanecia despovoado o sertão de Rio Preto, e permanecia ao sul daquela artéria fluvial a ocupação do espaço, marcado pelo desenho de um crescente, cujos ramos ou extremos correspondiam, um à Noroeste, outro à Alta Sorocabana.

## 2.º) Estradas e caminhos

Ao mesmo tempo, a estrada e o caminho faziam sua aparição nas zonas pioneiras e, prolongando os trilhos, ajudariam a penetração. São Paulo descobriu o automóvel a partir de 1920. Até então não era utilizado a não ser nas grandes cidades, ou para viagens individuais como entre São Paulo e Rio de Janeiro ou São Paulo e Santos, fatos de preferência esportivos.<sup>19</sup> Nas regiões da cafeeira, o transporte entre

(18) Paschoalick (Romeu), "Uma ferrovia paulista: a Sorocabana", *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro, 1941, vol. IV, *Geografia econômica*, pp. 681-690. Tivemos ocasião de consultar um trabalho mais importante do mesmo autor, infelizmente inédito.

(19) Mendes (Renato da Silveira), "As estradas de rodagem de São Paulo", *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro, 1941, vol. IV, *Geografia econômica*, pp. 591-601. Na mesma obra: Simões (Carlos Quirino), "Rede rodoviária do Estado de São Paulo", pp. 89-112.

as fazendas e as estações era feito pelos mesmos processos de há cinquenta anos, isto é, por meio de tropas de muares ou de lentos e pesados carros de boi.

Os viajantes usavam o cavalo ou o trole. Esse veículo sacolejante mas fácil de dirigir, suficientemente alto e leve para não afundar em terrenos lamacentos ou arenosos, foi introduzido por imigrantes vindos dos Estados Unidos depois da Guerra de Secessão. Era um instrumento cômodo para circular nas grandes propriedades do fim do século XIX, transportando o fazendeiro de sua residência até a estação. Seu reinado terminou com a introdução dos Ford, com o seu motor possante, sua solidez e suas rodas altas, que permitiam utilizar sem muitos problemas os caminhos para os carros de boi. O Ford desses tempos heróicos revolucionou a circulação. Nos mesmos anos generalizou-se o uso do caminhão. Informantes indicam que em todas as zonas pioneiras apareceu o primeiro caminhão em 1924.

A vantagem de poder transportar em caminhão cargas variadas como sacas de café, de arroz, de milho e feijão eram anuladas pela ausência de estradas capazes de suportar o peso. Os fazendeiros, que haviam compreendido muito bem o que aproveitar da estrada de ferro, adotariam rapidamente o Ford e o caminhão e convenceram-se da necessidade imperiosa de construir estradas. A iniciativa de criar a rede rodoviária ficou a cargo do governo do Estado, que lançou o *slogan* "boas estradas para todo o ano".<sup>20</sup> Era uma obra de longo fôlego e os poderes públicos elaboraram um plano ambicioso, que visava ligar a capital do Estado à capital federal e aos Estados de Mato Grosso e Paraná. Trabalhou-se com rapidez, em detrimento dos traçados, da qualidade e da segurança. Em 1922 uma estrada carroçável já estava aberta entre São Paulo e Ribeirão Preto, então ainda considerada a capital do café. Essa estrada foi em seguida continuada em direção ao Triângulo Mineiro, acentuando assim a permanência dos antigos rumos da circulação. Foi empreendida igualmente a construção de uma estrada até Botucatu e daí até Bauru e Mato Grosso.

O parque automobilístico, contudo, crescia mais depressa do que a quilometragem das estradas. Contra 3.316 veículos de passageiros e 153 caminhões em 1919, recenseavam-se em 1921 12.657 e 1883, respectivamente.<sup>21</sup> No entanto, os grandes eixos rodoviários construídos pelo Estado interessavam pouco à franja pioneira. Empreendimentos individuais, estimulados por grupos de fazendeiros ou por empresas de colonização eram muito mais eficazes. Em toda a franja pioneira, ve-

(20) Monbeig (Pierre), "Les voies de communication dans l'État de São Paulo", *Bulletin de l'Association des Géographes Français*, janvier 1937, n° 102, pp. 9-16.

(21) Mendes (Renato Silveira), *Obra citada*, nota 8, p. 597.

lhos caminhos foram alargados e foram construídos novos. Homens de negócio, que agora são os fazendeiros e loteadores de terras, compreenderam rapidamente que a estrada era o prolongamento do trilho. Graças à estrada e ao caminhão, tornava-se possível impulsionar as novas lavouras (as estradas de ferro haviam atingido pontos extremos), de cada lado dos trilhos, alargando o raio de ação das ferrovias e aumentando, com a estrada e o caminhão, as possibilidades de colonização.

As estradas novas procuravam especialmente as pequenas lavouras que se ensaiavam nas florestas afastadas das estradas de ferro. As administrações municipais, sustentadas pelas companhias de estradas de ferro e pelas empresas de colonização, esforçavam-se em desenvolver uma política rodoviária, procurando incorporar a suas circunscrições, através das estradas, as zonas capazes de progredir. Rivalidades podiam nascer entre dois municípios, como também entre duas redes de estradas de ferro, cada um procurando garantir as melhores relações com os distritos distantes. Foi assim que as prefeituras de Araçatuba e de Rio Preto fizeram abrir estradas concorrentes em direção à margem direita do baixo Tietê, a oeste e no sudoeste de Monte Aprazível. A distância sendo mais curta até Araçatuba, esta cidade acabou drenando para sua estação a produção de café de uma parte do município de Rio Preto. Em uma direção diferente, Araçatuba desenvolvia estradas no espigão entre o baixo Tietê e o curso inferior do rio Aguapeí, estradas essas que ultrapassavam esse rio e aprofundavam-se em uma vasta zona em que o povoamento limitava-se aos guardas de propriedades florestais.

A concorrência rodoviária era mais vigorosa ainda entre as cidades da Alta Sorocabana e as da Noroeste, que visavam o controle das plantações de Gália, Garça e Marília. Os imigrantes letões de Varpa haviam construído uma estrada de Quatá à sua colônia, na margem direita do rio do Peixe. As trinta primeiras famílias japonesas que em 1929 fixaram-se em Bastos chegaram por estradas ligadas à linha da Sorocabana. A penetração dos pioneiros em Tupã foi igualmente realizável porque foram abertos caminhos entre as estações de Quatá e Rancharia e o espigão Peixe-Aguapeí. Com maior ousadia, outros plantadores, com base em Presidente Prudente, abriram as primeiras estradas nas florestas onde está atualmente a cidade de Lucélia.

Na Noroeste chegavam outros pioneiros. O governo do Estado, em 1914, havia construído um caminho entre Cafelandia e Platina. No ponto em que ele atravessava o espigão Peixe-Aguapeí tentou-se então a criação de porcos e plantou-se uma centena de pés de café, mas foi uma iniciativa prematura, porque as estações ferroviárias ficavam muito longe. Mas o caminho sobreviveu aos cafeeiros abandonados e quando o caminhão veio diminuir as distâncias, os proprietários das terras retomaram a antiga atividade. Os municípios de Presidente

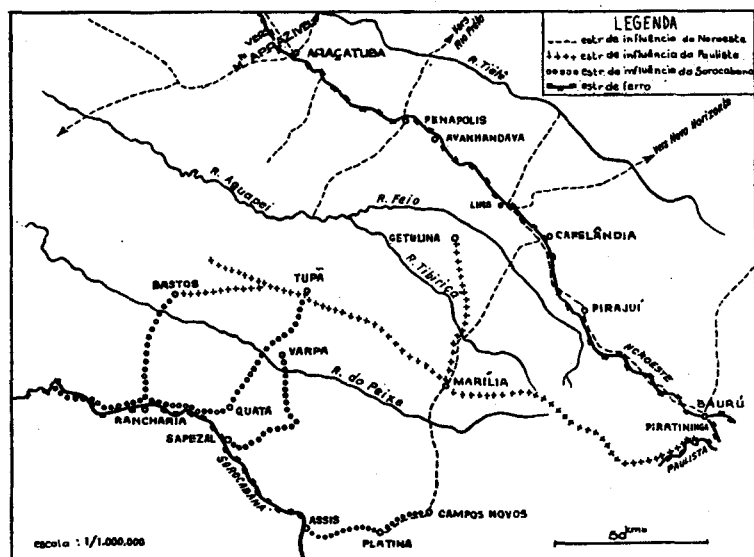


Fig. 20. A concorrência rodoviária entre as redes ferroviárias da Noroeste, Paulista e Sorocabana, na altura de 1929.

Alves, Lins, Pirajuí e, principalmente, Cafelândia foram como que cabeças de ponte para a penetração nas zonas de Duartina, Getulina, Garça, Gália e Marília.

O povoamento do espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí levou, portanto, à Noroeste e à Sorocabana como que um alargamento de seus raios de ação, graças às estradas e aos caminhões. As duas companhias disputavam o controle de um sertão onde a invasão apenas começava. Entre os domínios de uma e da outra, os limites eram incertos e não pareciam identificar-se com as grandes linhas da topografia.

Um terceiro rival entra no jogo, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e ela iria, como na fábula, resolver a questão a seu favor. Os trilhos da Paulista chegaram a Piratininga, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Como a imigração diminuísse, a empresa hesitou em prosseguir os trabalhos. A chegada da linha à serra dos Agudos, até então mal conhecida, iria exigir um trabalho preliminar, longo e oneroso — e também sempre houve entre os administradores da Paulista a política de fazer paradas bastante longas depois de haver atingido o ponto visado e antes de prosseguir, como pode ser lembrado no caso de Jabuticabal.

Durante mais de dez anos, Piratininga, cidade fundada pela companhia, permaneceu como ponta de trilho provisória; mas quando

os pioneiros vindos da Noroeste tornaram-se numerosos na zona de Marília e no momento em que o caminhão demonstrava do que era capaz, a Paulista achou que chegara o momento para levar os trilhos para frente. Habilmente, ela começou abrindo uma estrada de tão excepcional qualidade entre Piratininga e Marília, que poucas rodovias conheceram tráfego tão intenso. Basta consultar as cifras dos imigrantes que passaram por Piratininga, para julgar a sua eficiência. Foi, provavelmente, o primeiro exemplo, mas de qualquer forma o mais significativo, de uma rodovia pioneira precedendo os trilhos e construída por uma empresa de estrada de ferro.

A estrada e o caminhão, completando a ferrovia, permitiram que os pioneiros se afastassem ainda mais, pois tinham a certeza de poder transportar sua produção. As terras valorizavam-se e a revolução dos meios de circulação iria juntar-se ao conjunto de fatores desfavoráveis ao desenvolvimento da pequena propriedade. Já em 1923, respondendo a uma pesquisa por ocasião de um congresso rodoviário, os habitantes de Rio Preto indicavam as transformações provocadas por uma estrada nova: “nas margens surgem cada dia e prosperam lavouras novas, formam-se povoações e prosperam as vilas”.<sup>22</sup> A mesma pesquisa registava o boom de uma pequena cidade como Mirassol, distante vinte quilômetros de Rio Preto, onde a estrada era considerada responsável pela construção, em menos de cinco anos, de 363 casas. Dois anos mais tarde, em Tanabi, além de Mirassol, entraram em serviço os primeiros caminhões. Graças a eles foi possível transportar com regularidade mercadorias a Rio Preto. Em toda a área de influência dessa cidade, a uma distância máxima de cinquenta quilômetros, era processada a divisão e a venda de terras até então inacessíveis e sem valor. A mesma coisa aconteceu em Araçatuba, onde, na época, construíam-se mil casas por ano, enquanto nos arredores, valorizadas pelas estradas, multiplicavam-se as parcelas de terras com cinco a vinte alqueires. Comerciantes fixavam-se nas margens das estradas, proporcionando aos modestos pioneiros contatos constantes com o resto do mundo. A estrada era uma garantia contra o isolamento e uma oportunidade a mais para a pequena propriedade, o sítio.

## E) FAZENDAS E SÍTIOS

A coexistência do sítio, o recém-chegado, com a tradicional fazenda, é o traço mais original do mundo pioneiro às vésperas da crise

(22) Citado por Monbeig (Pierre), “Les voies de communication...”, cf. nota 20 acima.

de 1929. Os dois tipos de propriedade encontram-se lado a lado, por toda a parte. A poucos quilômetros das fazendas de Mirassol, em Bál-samo, instalaram-se imigrantes espanhóis, que viviam dos produtos de suas terras. Na Noroeste, parece que foi em Birigüi que se formou o primeiro núcleo de sitiantes. Um dos primeiros homens a penetrar no sertão, Manuel Bento da Cruz, negociante e fundador de cidade e, curiosamente, também aventureiro, possuía ali 30.000 alqueires. Associando-se a uma empresa inglesa, a "São Paulo Land and Lumber Company", foi feita a divisão da terra em lotes de 10 a 1.000 alqueires. Grande propaganda do empreendimento, feita nas lavouras de Ribeirão Preto, junto aos trabalhadores italianos e seus filhos, resultou em emigração em massa para Birigüi. Em cinco anos, mais de três mil famílias ali se instalaram.

Na mesma região, outra empresa britânica, a "Brazilian Plantation Company" fazia a divisão de 15.000 alqueires em pequenas propriedades e, ao mesmo tempo, encorajava a cultura do algodão. O sucesso foi tão grande que o preço dos lotes passou de 300 mil-réis o alqueire em 1913 para 2.000 mil-réis em 1928.<sup>23</sup> Nos outros municípios da Noroeste só havia então propriedades de 500 a 4.000 alqueires; pertencentes a fazendeiros vindos das velhas zonas.

Estes eram pouco numerosos na Alta Sorocabana, região que foi quase inteiramente povoada por sitiantes. Essa originalidade provém do fato de que o avanço da linha ferroviária coincidiu com a chegada de novo tipo de imigrante e houve também coincidência com a subida dos preços do café. Enquanto a construção da Noroeste começou em fase de pleno marasmo econômico e, conseqüentemente, os salários dos colonos eram relativamente baixos, a inauguração das estações da Alta Sorocabana foi acompanhada por dez anos de prosperidade. Seduzidos pela situação favorável do café, os colonos das velhas zonas, quando souberam fazer economia, vieram juntar-se aos imigrantes, na corrida aos loteamentos da Alta Sorocabana.

Se os fazendeiros de Araraquara, Ribeirão Preto e Jaú manifestaram pouco interesse pela Alta Sorocabana, foi por outros motivos. Antes de mais nada, pela distância, uma vez que, pela Paulista, que desfrutava de excelente renome, era fácil transferir-se dos municípios da terra roxa para os espigões de Rio Preto ou da Noroeste. Sabia-se também que as estradas de ferro articuladas com a Paulista estavam em condições de assegurar, bem ou mal, um tráfego sempre crescente. Mas na área de Presidente Prudente a situação era diferente: as distâncias eram maiores e a Sorocabana, propriedade do Governo do Estado, não gozava de grande prestígio entre os usuários.

(23) *O Estado de São Paulo. A Zona Noroeste*, obra citada, p. 177, nota 17.

Enfim, é preciso confessar que a Alta Sorocabana não tinha boa reputação. Ninguém ignorava que os títulos de propriedade eram mais duvidosos ali do que em qualquer outra região. Era pouco tentador ao agricultor arriscar-se em uma região que parecia mais fértil em produzir demandas do que cafeeiros. Conhecia-se mal essa região afastada, inicialmente invadida por mineiros, que a fizeram conhecida como área de criação. Ela interessou mais aos loteadores do que aos fazendeiros.

Duas grandes empresas possuíam (com as reservas que era preciso fazer na região ao verbo possuir) extensões fabulosas de florestas. Uma, dirigida pelo "Coronel" José Soares Marcondes, operava, de um lado, com as terras situadas entre a linha ferroviária e o rio do Peixe e, de outro lado, com as que ficavam entre a mesma linha e o Paranapanema, na altura de Presidente Prudente. A outra Companhia, chamada "dos Fazendeiros de São Paulo", tinha em mãos 238.000 alqueires, a partir de Regente Feijó, entre a ferrovia, o rio Paraná e o Paranapanema.<sup>24</sup> Esta última havia obtido um financiamento de banqueiros franceses, por intermédio do "Crédit Foncier", em 1911. Os dois grupos fizeram fusão em 1923. Antes e depois, os loteadores de terras formaram vários "núcleos colonizadores", por exemplo em Regente Feijó, com italianos; em Álvares Machado com japoneses; em Santo Anastácio com espanhóis e italianos; em Piquerobi, onde misturavam-se japoneses e mediterrâneos; ou ainda em Presidente Venceslau, com grupos de alemães e de húngaros, já observados anteriormente.

Entre os loteamentos sobravam, às vezes intactas, grandes áreas de florestas. Assim, à esquerda da ferrovia, em Presidente Bernardes, um grupo de proprietários originários de Pernambuco, preferiu conservar um bloco de 10.000 alqueires, visando uma especulação mais vantajosa. Em Álvares Machado, o fato repetiu-se à margem direita da estrada de ferro. Em Presidente Prudente mesmo, uma propriedade com mais de 11.000 alqueires, a gleba Montalvão, só começou a ser loteada em 1941. A devastação da mata sempre fora feita de maneira dispersa, mas jamais essa dispersão foi mais flagrante. A causa principal desse fato foi a estrada de rodagem, que ajudou a venda dos loteamentos e permitiu que se levassem as queimadas a maiores distâncias. A estrada contribuiu, assim, para exagerar um traço permanente da paisagem pioneira: a desordem, pela mistura de grandes plantações com pequenos cultivos e com trechos da floresta poupados provisoriamente.

Dessa forma, a paisagem pioneira tornou-se incessantemente mais heterogênea e o mundo pioneiro mais complexo. Etnicamente,

(24) Informações amavelmente comunicadas pelo Senhor Carlos Castilho Cabral.

diversificou-se com a chegada de novos imigrantes europeus, asiáticos e "baianos" cada vez mais numerosos. Socialmente, tornou-se mais complexa, com a instalação dos sitiantes e o aparecimento de novos tipos humanos, como os caminhoneiros, os comerciantes de beira de estrada, os loteadores de terras, os criadores e tropeiros, ao lado dos tipos clássicos do fazendeiro e do colono.

A cidade e o pequeno povoado rural assumiram uma importância desconhecida até então. Nasceram da estação ferroviária ou na estrada de rodagem. Outrora dizia-se "fulano abriu tal fazenda", agora diz-se "fulano fundou tal cidade". Em 1928 tanto os pioneiros urbanos como os rurais confiavam no futuro, porque o café, a exemplo do que fizera vinte anos antes, permitia construir fortunas rapidamente. Mas a crise iria explodir e deveria, por suas conseqüências, complicar ainda mais a paisagem e o mundo pioneiros.

### CAPÍTULO III

## DIREÇÕES ATUAIS DA FRANJA PIONEIRA

Em seu trabalho sobre a divisão regional do Estado de São Paulo, baseado em uma estadia que data de 1934, Deffontaines distinguiu zona pioneira e zona de sertão.<sup>1</sup> Pode surpreender que o sertão tenha sido incluído entre as regiões já atravessadas pelas estradas de ferro e percorridas pelos caminhões, tais como as zonas de Presidente Prudente, de Marília ou de Araçatuba. Trata-se, sem dúvida, de uma esquematização e em 1934 poder-se-ia distinguir zona pioneira e sertão. Nas fronteiras de São Paulo ainda havia dezenas de milhares de alqueires inteiramente recobertos pela grande floresta, na qual só viviam alguns caboclos. Eram grandes espaços contínuos, localizados por Deffontaines ao longo do rio Paraná, numa faixa de cem a duzentos quilômetros de largura.

Quinze anos depois, não é mais exato falar de um sertão paulista, pois tudo o que permanecia intacto até a grande depressão econômica foi invadido pelos derrubadores de mato e hoje faz parte da zona pioneira. O estudo em detalhes da franja pioneira atual será objeto da terceira parte deste trabalho. Mas antes de o abordar, é preciso determinar a posição e saber quanto avançou o povoamento e quais as direções que seguiu.

Ao norte do Tietê, com o prolongamento da ferrovia entre Rio Preto e Votuporanga e a construção de novas estradas, o povoamento chegou perto de Porto Getúlio Vargas, no rio Paraná e da cachoeira dos Índios, no rio Grande. As florestas ao norte do baixo Tietê foram devastadas pelos pioneiros que avançaram a partir de Monte Aprazível,

(1) Deffontaines (Pierre), "Pays et paysages de l'État de Saint-Paul (Brésil). Première esquisse de division régionale", *Ann. de Géogr.*, 1936, tome XLV, pp. 50-71 e 170-174. Cf. p. 53, fig. 1 e pp. 170-174.

na direção de Nhandeara e Vila Magda e pelos japoneses de Pereira Barreto (acham-se representadas na Fig. 2 as direções dos avanços atuais).

Ao sul do Tietê, na Noroeste, as derrubadas não foram menos importantes. Entre Presidente Alves e Araçatuba elas caminharam em profundidade até o vale do Aguapeí, cuja margem direita está hoje quase completamente desmatada. Outros avanços foram feitos entre Araçatuba e o rio Paraná, sendo que alguns grupos japoneses abriram a floresta vizinha ao rio Tietê. Foi, porém, com o funcionamento da nova linha da Noroeste, a oeste de Araçatuba, que desta vez acompanhou o espigão, que a franja pioneira ganhou realmente novos espaços. Assistiu-se então ao povoamento da região conquistada pela Noroeste e conhecida sob o nome de "Variante". Ali, os solos do alto do espigão atraíram o café e, enquanto uma sólida empresa de colonização provocou um grande povoamento em torno de Andradina, a criação de gado propagava-se em direção ao rio Paraná.

Muito maior ainda foi o desenvolvimento da região de Marília, depois de 1932. A estrada de ferro foi construída até Tupã e uma boa estrada de rodagem fez a sua continuação até Lucélia e Adamantina. Ao mesmo tempo, uma estrada cujo tráfego só é interrompido com as grandes chuvas, permite atingir o rio Paraná em Porto das Marrecas. Ao longo desse eixo de penetração rodoviária, escalonam-se pequenas aglomerações e as derrubadas prosseguem. O avanço da Alta Paulista chegou, assim, ao seu derradeiro marco ocidental, em face de Mato Grosso. Resta à ferrovia alargar a faixa ainda estreita do seu traçado entre as florestas do rio do Peixe e do Aguapeí.

Na Alta Sorocabana, os pioneiros deram prosseguimento à obra iniciada desde o fim da Primeira Guerra. Isso significa que eles avançaram tanto na direção do rio do Peixe, que foi atingido em quase todo o seu curso médio, como no rumo de Santo Anastácio e do Parapanema. Nessa área ainda há progressos a fazer, mas já agora os derrubadores de matas e também as estradas penetram nessa última grande reserva florestal do Estado de São Paulo. Aí, os ataques também partem dos portos estabelecidos à margem do rio Paraná.

Outras reservas florestais mantêm-se ainda no norte de Porto Tibiriçá, estendendo-se daí até a confluência do Tietê com o Paraná. Não é mais do que uma faixa ao longo do rio, ocupando as aluviões, entrecortada por lagos e braços de rios e, conseqüentemente, insalubre. Esse cinturão ainda intacto não tem muitos atrativos sobre os agricultores, não sendo de estranhar que no futuro af se forme uma zona de invernadas, análoga às da margem paulista do rio Grande, às do baixo Tietê e às dos arredores de Presidente Epitácio. Os quinze últimos anos assinalaram, portanto, o início da fase final da marcha pioneira no território paulista. Tem-se perfeita consciência desse fato e é por essa

razão que a penetração no norte do Paraná vem recebendo impulso novo.

A estrada de ferro que parte de Ourinhos atingiu o rio Tibaji em 1931, Londrina em 1935 e Apucarana em 1937. Os trabalhos estão sendo ativados, para levar os trilhos até Maringá. A região em torno dessa cidade, que era uma imensa floresta despovoada em 1931, tornou-se um dos centros agrícolas mais ricos do Brasil Tropical. O povoamento irradiava-se em todos os sentidos, a partir do espigão Londrina-Apucarana, mas é em direção ao rio Paraná que ele mais se desenvolve.

Já foi assinalada anteriormente a influência que a orientação desempenha nesta região e também foi acentuada a sua situação climática marginal. O avanço pioneiro proveniente de São Paulo, tradicionalmente baseado na cultura do café, encontra aqui outras correntes de povoamento. Ao sul do espigão Londrina-Apucarana, quando se vai em direção a São Sebastião, encontram-se outros pioneiros paulistas, que vieram dos municípios vizinhos à fronteira com o Estado do Paraná (Itararé e Faxina). São criadores de porcos que, depois de fazer queimadas e semear o milho, soltam os animais no campo até a engorda. São chamados "safristas" e não se fixam à terra, portanto nada têm em comum com o pioneiro que planta café e algodão. Junto à margem direita do Ivaí, onde já tomaram pé alguns derrubadores de mata, vindos de Londrina, há o mesmo tipo de contato. Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migração essa também de "safristas" que tudo ignoram das culturas tropicais.

Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os "safristas" vindos do sul preferem os solos pobres dos altos. Entretanto, essa estratificação não parece ter chance de durar, porque os plantadores de café sabem muito bem que suas plantações não resistirão às geadas brancas dos vales e que terão de abandonar as terras roxas e subir para o alto dos espigões. De uma ou de outra maneira, o problema do limite colocar-se-á em pouco tempo.

\* \* \*

A impetuosa corrente que há três quartos de século conduz tanto os paulistas como os imigrantes através dos planaltos ocidentais não foi, portanto, perturbada pelos obstáculos econômicos nem pelos abalos políticos dos últimos vinte anos. Assumiu tal amplitude, que hoje se aproxima de paragens em que não tem condições para penetrar sem que perca o que lhe resta das características originais. Estas, na realidade, estão se enfraquecendo. Diferentemente do que aconteceu na crise do

começo do século, a catástrofe econômica de 1929 arruinou tão profundamente a economia e a sociedade paulistas, que o avanço pioneiro não pôde permanecer fiel ao café, nem o fazendeiro pôde continuar como o senhor do mundo pioneiro; não que os dois tenham sido completamente abolidos, mas tudo que havia começado a desenvolver-se em 1929 tomaria novos contornos.

Homens e paisagens diversificaram-se. Talvez estejamos em face da elaboração de uma nova marcha que, rejeitando definitivamente tudo o que data da idade áurea do café, será capaz de penetrar mais longe, na direção do Brasil Meridional e, mais em frente, até o Brasil Central. Criadores de gado e pequenos proprietários serão, talvez, os continuadores dos grandes fazendeiros de café. Está aí uma razão suficiente para os conhecer bem e, apreendendo o mundo pioneiro no seu estado atual, estudar suas paisagens, seus homens e seus problemas.

LIVRO III

O MUNDO PIONEIRO ATUAL



CAPÍTULO I

**A TERRA ANTES  
DO DESBRAVAMENTO:  
OS PLANOS DE COLONIZAÇÃO**

Nó Estado de São Paulo todas as terras são de propriedade particular, tanto as de florestas como as de campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros. A noção de terra pertencente ao Estado é tão estranha à mentalidade paulista, que foi impossível manter uma reserva florestal na serra do Diabo. No Paraná a situação é diferente e o governo do Estado possui ainda grandes extensões de florestas. Se, às vezes, ele mesmo criou centros de colonização, no norte do Estado preferiu vender glebas a empresas de grande porte. Dessa forma, para onde quer que se dirija, o avanço paulista encontra sempre propriedades privadas. O pioneiro não pode, portanto, como nos países de *free land*, instalar-se a seu bel-prazer e criar amplos patrimônios, limitado apenas pelas suas possibilidades de trabalho, sem despesa e sem o risco de ser barrado pela propriedade de um vizinho. Aqui, ele deve instalar-se em um quadro preestabelecido, com limites traçados pelo proprietário da terra que ele comprou.

A extensão das terras virgens diminuiu singularmente. A marcha que se faz há sessenta anos nos planaltos ocidentais foi de tal ordem que o espaço disponível restringiu-se com a proximidade de limites climáticos para as culturas tropicais. Os paulistas têm conhecimento da oposição que existe entre as margens esquerda e direita do rio Paraná, pois do lado matogrossense tudo muda. Sabem também que, no ritmo em que a marcha do povoamento vai, não sobrá mais floresta a conquistar no interior das fronteiras do estado. As possibilidades são, sem dúvida, maiores no Paraná, mas os mais perspicazes e experientes não ignoram que nessa direção também não se tardará a chegar aos marcos finais do domínio do café e do algodão.

Ora, precisamente neste momento em que o espaço rareia, a

procura aumenta. Outrora, o número dos que procuravam adquirir terras com florestas para abrir fazendas era limitado. Hoje são multidões compostas de pessoas simples, acompanhadas pelas famílias, que chegam dispostas a comprar, a derrubar e a plantar. Se a terra começa a faltar e é mais disputada, o resultado inevitável é a valorização, que leva à especulação.

Já tivemos ocasião de ver como outrora florestas foram vendidas e depois revendidas, antes de serem abatidas, os vendedores auferindo lucros substanciais. Era, porém, um fato limitado a uma minoria que se aproveitava do momento de prosperidade artificial criado pela inflação. Nos últimos quinze anos, a especulação generalizou-se, a terra virgem produz lucros antes de produzir colheitas e os preços não cessam de aumentar.

O ponto de partida para a série de especulações é sempre a posse de vastas extensões de matas, às vezes designadas como fazendas, freqüentemente como glebas, que compreendem milhares de alqueires. Há cerca de trinta anos, no que podia ser chamado o *far-west* de Rio Preto, isto é, na atual zona de Fernandópolis-Monte Aprazível e, em parte, Pereira Barreto, havia uma dúzia de glebas, das quais a menor ocupava 15.000 alqueires e a maior 208.000, sendo a média de, aproximadamente, 30.000 alqueires. Tratava-se de enormes extensões florestais não cultivadas, apenas tocadas por um povoamento de caboclos. A especulação fez-se à base da divisão sucessiva das glebas e conduziu à formação de dois tipos distintos de propriedade: a fazenda e o loteamento, este para a instalação de pequenos proprietários.

Não há, contudo, dois processos distintos e paralelos para chegar a esses dois tipos. Uma gleba pode ser diretamente dividida em parcelas e loteada, formando sítios, como aconteceu nas grandes colônias organizadas por japoneses e também no norte do Paraná. Por sua vez, uma fazenda pode igualmente ser loteada, na totalidade ou parcialmente. Para comodidade da exposição, estudaremos sucessivamente a divisão de glebas conduzindo à formação de certo número de fazendas e, em seguida, a organização de um loteamento e a instalação de sítiantes.

A grande propriedade não desapareceu, apesar dos abalos econômicos. Ela ocupa, sem favor, o primeiro lugar nos municípios apenas tocados pelo povoamento, como Pereira Barreto e Andradina, onde as propriedades de mais de 1.000 alqueires predominam, cobrindo 88 a 77%, respectivamente, da superfície total das propriedades agrícolas (1939-40).<sup>1</sup> Os sítios inferiores a 25 alqueires, em ambos os casos, são

(1) *Estatística agrícola e zootécnica*, 1939-1940. Departamento Estadual de Estatística, Directoria de Estatística, Indústria e Comercio. São Paulo, s. d. VIII (783-6 pp.). Foram utilizados os Quadros 18, 19, 20 e 21, da página 355 à 390.

SUPERFÍCIE E PORCENTAGEM DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS (1939-40)\*

Municípios	Nº 1 0 a 25 alq.		Nº 2 25 à 50 alq.		Nº 3 50 à 100 alq.		Nº 4 100 à 500 alq.		Nº 5 300 à 1.000 alq.		Nº 6 mais de 1.000 alq.	
	Superfície	%	Superfície	%	Superfície	%	Superfície	%	Superfície	%	Superfície	%
Pereira Barreto . . . . .	7.639	3,3%	1.629	0,7%	800	0,3%	4.443	1,9%	11.555	5%	202.792	68%
Andradina . . . . .	2.131	3%	1.110	1,8%	739	1,5%	5.733	9%	4.074	6%	47.671	77%
Presidente Venceslau . . . . .	8.606	5,9%	2.352	2,9%	6.162	4%	12.851	8,7%	15.666	10%	102.001	70%
Tanabi . . . . .	11.365	10%	11.530	10%	14.602	13%	21.665	26%	17.821	18%	25.111	22%
Monte Aprazível . . . . .	30.129	19%	20.864	13%	21.406	14%	33.579	22%	10.722	7%	33.729	22%
Mirassol . . . . .	9.752	29%	5.719	17%	5.283	16%	9.327	28%	2.008	6%	33.729	22%
Tupã . . . . .	2.499	46%	1.178	21%	664	12%	515	9%	540	10%	33.729	22%
Olimpia . . . . .	6.587	11,7%	5.090	9%	6.043	10,7%	17.693	28%	6.489	11,3%	14.286	25%
Araçatuba . . . . .	8.836	17%	4.529	8%	4.450	8%	13.546	26%	3.933	13,1%	10.349	19,9%
Presidente Prudente . . . . .	17.035	22,8%	5.732	7,9%	5.392	7,2%	14.241	19%	15.188	21%	16.183	21,6%

(\* Para facilitar os cálculos, as cifras foram sempre arredondadas.

mais importantes do que as propriedades, que chegam a 100 e mesmo a 500 alqueires (ver o Quadro da página 213). Nos dois municípios, a estatística mostra que a instalação agrícola forma como que ilhotas de pequena propriedade, no meio das glebas de floresta. A situação é análoga no terceiro município, Presidente Venceslau, mas já aqui as porcentagens das propriedades com menos de 50 alqueires e mesmo menos de 100 são mais elevadas, mostrando que o povoamento apenas "mordeu" as glebas.

Na Alta Araraquarense, dois grandes municípios estendiam-se por zonas onde a instalação agrícola havia também progredido. Não somente a participação da pequena propriedade foi maior do que nos casos precedentes (10% em Tanabi e 19% em Monte Aprazível, para propriedades inferiores a 25 alqueires) e não só existiu diminuição nas porcentagens referentes às grandes propriedades, como pode ser observado o papel importante das fazendas compreendidas entre 100 a 500 alqueires: 26 e 22% respectivamente. As propriedades médias (entre 50 e 100 alqueires) também tiveram uma participação maior: 13 e 14%.

É em municípios já ultrapassados pelo povoamento, embora este date de época ainda recente, que se equilibram os diferentes tipos de propriedade. Em Tupã e Mirassol não se vê mais o predomínio das propriedades de mais de 1.000 alqueires, embora a floresta não tenha sido inteiramente destruída até agora; mas o parcelamento avançou bastante, o suficiente para impedir que a gleba subsista. Os sítios, ao contrário, atingem as mais altas porcentagens: 46% da superfície total em Tupã e 29% em Mirassol.

Onde as propriedades com mais de 1.000 alqueires continuam a representar apreciável proporção, é em um município que se estende até as florestas do Paranapanema (Presidente Prudente, com 26%) e nos em que a criação de gado permitiu a formação ou a conservação de grandes fazendas: Olímpia (25%) e Araçatuba (19,9%). O fato mais notável nesses municípios situados em plena franja pioneira e não mais em sua margem exterior, é a participação das propriedades de 100 a 500 alqueires e as de 500 a 1.000. Trata-se, principalmente, de fazendas de café, às vezes também de fazendas de criação, nos municípios de Araçatuba, Presidente Prudente e Olímpia.

No norte do Paraná podem ser observadas fazendas que se aproximam dos 1.000 alqueires ou mesmo os ultrapassam. Mas aqui elas têm nas vizinhanças milhares de pequenas propriedades com uma dezena de alqueires, uma trintena no máximo. Portanto, não é possível falar da franja pioneira paulista como o tipo de região de grandes plantações. A divisão das glebas indica rumos ao povoamento e esboça a ordem que fazendeiros e sitiantes irão estabelecer.

## A) AS FAZENDAS

Quem abre a lista dos trabalhadores que transformam a grande floresta em campo cultivado não é o derrubador da mata e sim o agrimensor, chamado medidor de terras. Sua primeira tarefa é reconhecer as fronteiras dos maciços florestais, não só para corrigir os dados imprecisos das escrituras dos tabeliães, mas porque são limites que servirão como bases para a montagem ulterior. O traçado das glebas é muito simples e também o é a fixação dos limites das fazendas. Pode-se notar a similitude que existe entre a maneira de fragmentar essas glebas e a de dividir os distritos municipais. Nos dois casos os processos adotados têm a vantagem de serem cômodos e seguros.

Tanto a gleba como o grande município das regiões pioneiras têm a forma de um amplo retângulo, cujos lados correspondem, o mais freqüentemente possível, a elementos da topografia fáceis de balizar e de posição indiscutível. Os lados alongados são, geralmente, ou linhas de separação das águas entre duas grandes bacias hidrográficas, ou cursos d'água. Espigões e rios dos planaltos ocidentais estabeleceram-se, assim, como os limites principais tanto dos municípios primitivos, como das vastas propriedades florestais.

Desde que reconhecidos os cursos dos grandes rios e também os espigões, que são bem nítidos, pode-se tomá-los como limites e precaver-se contra querelas judiciais. Para traçar os dois lados menores do retângulo, o agrimensor também pode apoiar-se na topografia. Às vezes, os grandes rios, como o Grande e o Paraná, assinalam o termo final dos grandes municípios e das glebas. Em outras ocasiões, os limites são fixados em córregos, afluentes dos cursos principais, ou em subafluentes. Mais freqüentemente ainda, as glebas foram delimitadas por contrafortes do espigão principal, que não passam de pequenas linhas de separação das águas entre bacias hidrográficas secundárias.

Para dividir uma gleba, basta lançar um dos lados sobre outro espigão secundário. O espaço compreendido entre o espigão-limite anterior e o novo forma a área de uma fazenda. Esta abrange, ao sabor das partes envolvidas na transação, uma ou várias bacias dos afluentes do rio principal. Conservam-se, portanto, a forma retangular e contornos geométricos o mais precisamente possível; mas se os lados maiores da gleba eram paralelos às linhas mestras do relevo, os da fazenda lhes são perpendiculares. Esse traçado permite atender às necessidades de todos os fazendeiros, ou seja, ter acesso à água e aos altos dos espigões. Daí o estiramento progressivo das propriedades provenientes de uma gleba, assim como a forma alongada dos municípios que provêm do desmembramento de um grande município pioneiro. Os poucos municípios da fase inicial, que estendiam de cima para baixo, como as primeiras glebas, transformam-se em um número, que não cessa de

crescer, de municípios cada vez mais estreitos, que se alongam de um espigão a outro, ou de um espigão a um grande rio, da mesma maneira que as fazendas.

Os fazendeiros mais ricos encontram na forma das fazendas uma possibilidade para associar a cultura cafeeira, localizada junto ao espigão, com a criação de gado, esta nas pastagens que se formam nos fundos dos vales e nas partes inferiores das encostas. Outros desembaraçaram-se das partes impróprias para o café, vendendo-as a sitiantes e conservando somente as partes altas das fazendas. Às vezes é o próprio proprietário da gleba que organiza essa fragmentação em andares. No caso, ao invés de traçar lotes alongados e estreitos por aproximação dos lados, recortam-se os retângulos mais maciços e menos desproporcionais.

Alguns possuem só terras baixas, outros não têm senão terras de espigão. O primeiro tipo de fazenda ocupa superfícies mais extensas do que o segundo. Pode-se admitir, sem muito risco de errar, que as propriedades superiores a 500 alqueires são de forma alongada, reunindo café e pastagens; as fazendas de 100 a 500 alqueires compreendem, mais freqüentemente, um tipo único de solo e são, portanto, especializadas, ou como plantações ou como domínio da criação de gado. Essa especialização, associada a contornos mais compactos, não é um acaso e justifica-se, por exemplo, pela posse de um solo particularmente apropriado para o café. Esse é o caso nas ricas terras contendo elementos calcários, nas partes altas do município de Mirasol e também na terra roxa de Cambará-Ingá. A plantação dispõe ainda de provisão de água suficiente, porque abrange sempre cabeceiras de cursos d'água. Seu limite inferior é o nível abaixo do qual os cafeeiros arriscar-se-iam aos estragos da geada branca ou a ficarem na linha de fontes, que aparece no contato entre os arenitos e os basaltos.

Existe já experiência suficiente sobre as condições naturais, para saber-se onde colocar os marcos das fazendas. O fazendeiro, seja porque não dispõe de capitais consideráveis e não quer sobrecarregar sua propriedade com terras de baixo rendimento, ou porque prefere aplicar a totalidade dos seus recursos em uma só cultura, apóia-se firmemente nas características físicas de suas terras.

Comparar a delimitação das glebas de São Paulo com as do Paraná, não deixa de interessar ao nosso propósito. Do lado paulista, obedece-se a uma política de fronteiras naturais, impostas ao mesmo tempo por uma preocupação de segurança e por necessidades da cultura. Mas uma vez transposto o Paranapanema, os traçados são totalmente diferentes. Vêm-se nas cartas os limites das grandes propriedades florestais ainda não desbravadas desenhando-se perpendicularmente ao rio, mas correndo retos para o interior, subindo pelos vales

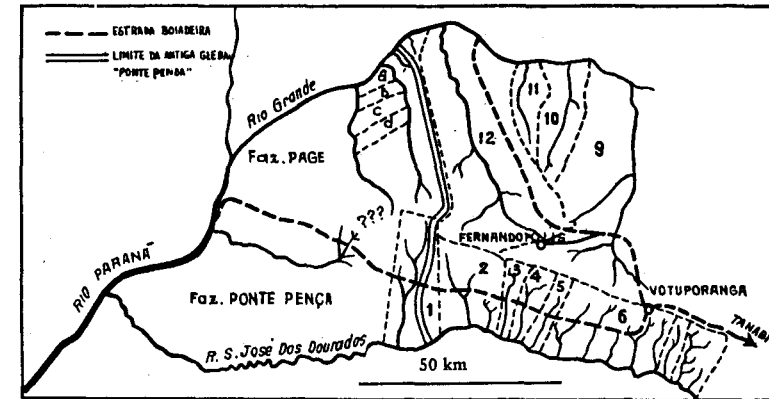


Fig. 21. Limites de glebas e de fazendas da Alta Araraquareense.

- |                       |                     |                        |
|-----------------------|---------------------|------------------------|
| 1. fazenda Marimbondo | 5. fazenda São José | 9. faz. Marinheiro     |
| 2. faz. do Ranchão    | 6. faz. Voador      | 10. faz. Pádua Dinis   |
| 3. faz. Iagora        | 7. faz. Prata       | 11. faz. Água Vermelha |
| 4. faz. São Pedro     | 8. faz. Carilho     | 12. faz. Santa Rita    |

dos afluentes e pelas escarpas dos espigões. Geometria, a mais radical, comanda aqui a forma das propriedades. No entanto, nada diferencia, nem no relevo, nem nos solos ou na topografia, esta fachada paranaense da que lhe faz face no Estado de São Paulo.

O fato é que no Paraná, quando se procedeu à delimitação e ao registro das glebas, ninguém pensava ainda em derrubar e plantar. Estava-se muito longe dos deslocamentos pioneiros para participar das ocupações dos paulistas. A terra não era valorizada, o café não havia atravessado a fronteira entre os dois estados e os conflitos pela posse da terra eram inexistentes e sem razão de ser. Quando, depois de 1920 e, mais ainda, a partir de 1930, a colonização penetrou no Paraná, a legislação e a jurisprudência eram bastante rigorosas e capazes de atenuar os preparativos das disputas. As empresas coloniais, por outro lado, eram bastante possantes, capazes de suportar dificuldades secundárias e triunfar.

(2) Mapa de viação do Estado do Paraná, com indicação de suas zonas colonizadas, organizado pela Directoria de Viação, Terras e Colonização, Secretaria Geral do Estado, 1925. 1:750.000. O mesmo traçado figura na carta da C.T.N.P., que data de 1939, em 1:500.000. O senhor Artur Thomas, diretor da Companhia de Terras do Norte do Paraná teve a gentileza de nos advertir que as duas áreas mais importantes nesta região cobriam 100.000 e 200.000 alqueires, respectivamente. Escreveu-nos: "The reason for the straightline boundaries was the lack of surveys". No território paulista foi muito perigoso abster-se dos surveys.

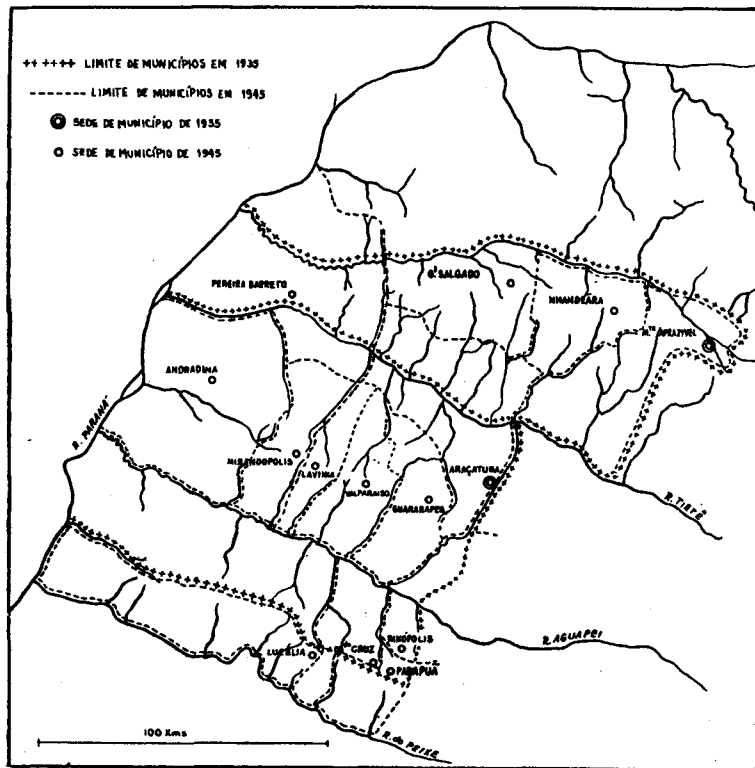


Fig. 22. A fragmentação progressiva dos municípios de Araçatuba e Monte Aparaizel (1935-1945).

Fracionamento ocasionado pelo afluxo de pioneiros, com a construção do trecho da estrada de ferro Noroeste do Brasil chamada "variante" e a abertura de estradas carroçáveis.

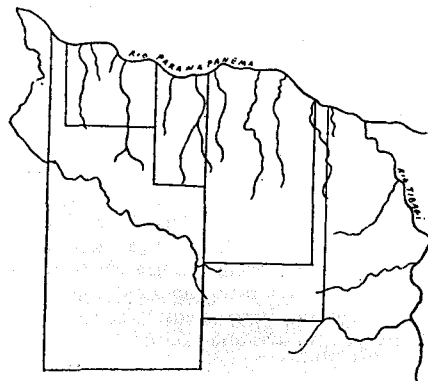


Fig. 23. Limites de propriedades não desbravadas no Estado do Paraná, fronteira com São Paulo. Escala 1:250.000.

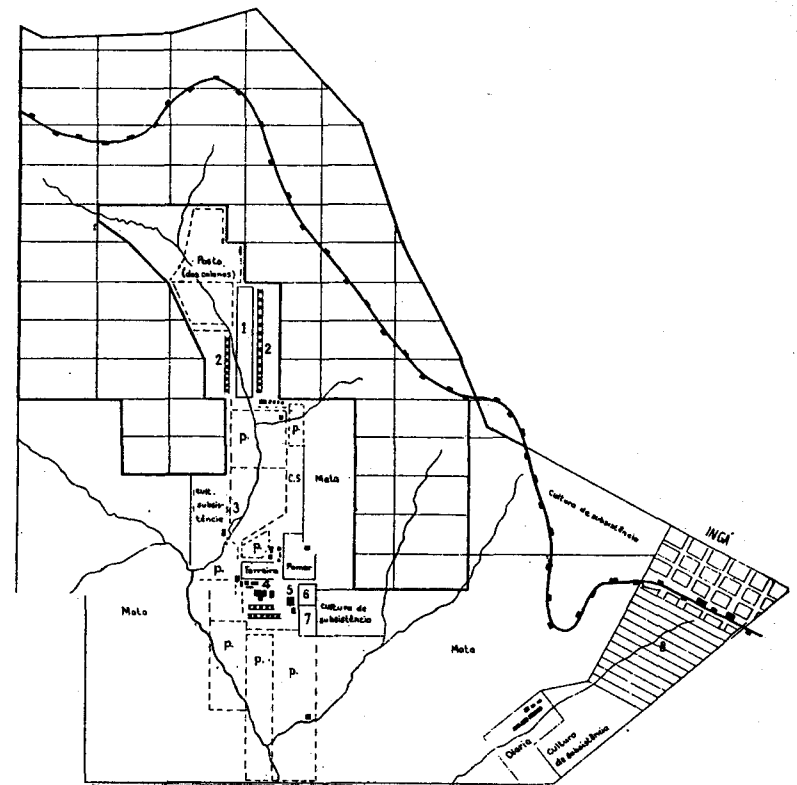


Fig. 24. Planta da fazenda das Antas (norte do Paraná).

- |                                                   |                             |
|---------------------------------------------------|-----------------------------|
| 1. cercado dos porcos                             | 5. residência do fazendeiro |
| 2. colônia                                        | 6. gramado                  |
| 3. reservatório de água para o tratamento do café | 7. luzerna (forrageiras)    |
| 4. máquinas para o tratamento do café             | 8. cultura de legumes       |
|                                                   | 9. pastos                   |

A estrada de ferro é a que liga Ourinhos (São Paulo) a Londrina (Paraná). Esta planta, que nos foi amavelmente oferecida pelo Senhor Bráulio Barbosa Ferraz, não traz indicação de escala.

O revestimento florestal conservou-se mais o menos intacto durante longos anos, mesmo depois do parcelamento em grandes fazendas. Alguns mapas<sup>3</sup> indicam nos municípios pioneiros uma abun-

(3) Castiglione (José), *Mapa topographico do Estado de São Paulo*, 1937. 1:500.000.

dância de nomes de fazendas, em geral os nomes dos proprietários. Essa nomenclatura é enganosa, porque faz pensar na existência de um povoamento e exploração já importantes, quando a realidade era bem diferente. Pouca gente vivia nesses domínios: só algumas famílias de caboclos que eram tolerados ou instalados propositadamente, porque serviam como vigilantes. Um exemplo, é a grande fazenda Pajé, onde uma quarentena de famílias forma um povoamento de sentinelas, junto aos limites. Uma cabana e um terreno plantado com milho é tudo o que acompanha a presença desses guardas. Os proprietários vão visitá-los de tempos em tempos, para lembrar que existem, para informar-se

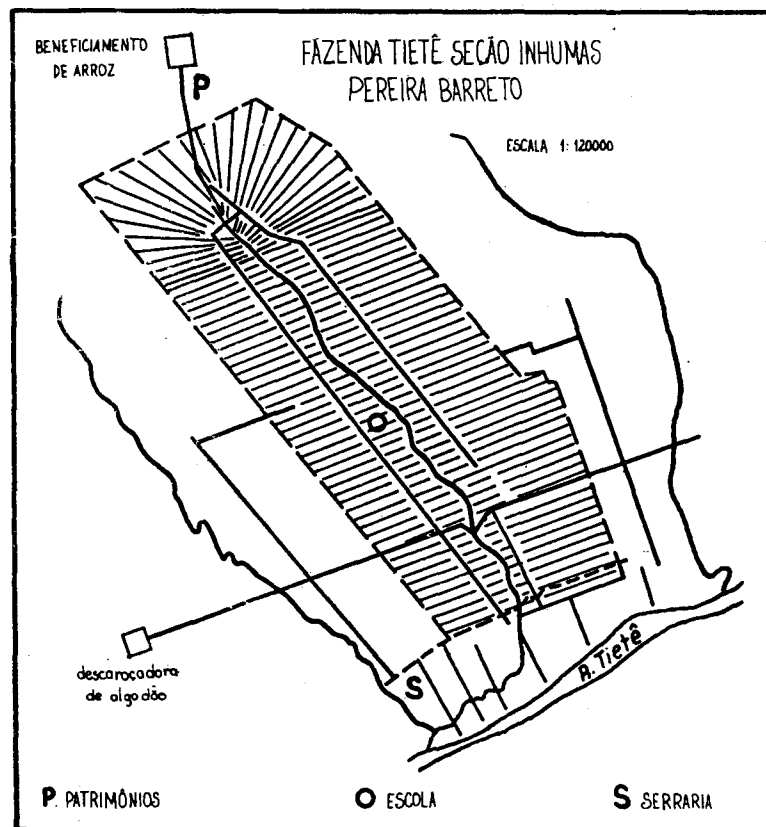


Fig. 25. O traçado dos lotes na fazenda Tietê, município de Pereira Barreto (São Paulo).

Cada lote alonga-se do espigão ao córrego, sendo atravessado pela estrada, que contorna o pequeno vale, onde está a célula do povoamento rural.

sobre as tentativas sempre temidas de invasão e também para avaliar os progressos da região. No resto do tempo, eles dirigem suas plantações, na retaguarda da franja pioneira e nas velhas zonas.

Às vezes os proprietários são burgueses que vivem nas cidades. Adquiriram um pedaço de sertão e o mantêm como capital de reserva. Por exemplo, um grupo de médicos de São Paulo, dos mais famosos, comprou alguns dos maiores lotes colocados à venda pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, em uma das glebas mais afastadas.

Fazendeiros ou cidadãos, todos esperam o momento oportuno para efetivar o seu capital representado pela floresta, que se valoriza sem lhes custar nada. Uns talvez venham a abrir uma fazenda, que substituirá a que estarão abandonando com as terras esgotadas; outros, mais numerosos, esperarão a chance de uma feliz especulação. Ela lhes será dada por um corretor, que dividirá a floresta em lotes. A subdivisão da gleba atingirá então o seu ponto final.

## B) OS LOTEAMENTOS

### 1º) O traçado dos lotes

O traçado dos lotes é o mesmo em toda parte e, seguramente, é o mais fácil e o menos oneroso no trabalho do loteador. Basta continuar aplicando o sistema utilizado desde o começo da fragmentação da gleba, que consiste em assegurar, tanto ao fazendeiro como ao pequeno sitiante, o acesso, ao mesmo tempo, à água e ao espigão, pois os dois continuarão a servir também como fronteiras naturais.<sup>4</sup> O lote do sitiante será, portanto, uma fazenda em miniatura, mais estreita e menos comprida.

Cortam-se as vertentes de cada um dos pequenos vales em faixas perpendiculares aos ribeirões, todas com aproximadamente a mesma superfície. Nas partes altas dos vales, nas cabeceiras, os lotes são talhados obliquamente e dobrados em cotovelo na sua parte inferior. Em um vale malsão, com fundo mais largo e curso d'água mais importante, descrevendo meandros que tornam mais difícil a delimitação, o loteador irá prever propriedades maiores, com formas menos regulares, que poderão servir para a criação de gado. Foi o que se fez no norte do Paraná, nos vales dos rios Pirapó e Bom e também no ribeirão Três Bocas. Deixou-se de proceder à demarcação, pelo menos provisoria-

(4) Monbeig (Pierre), "Les zones pionnières de l'État de São Paulo", *Annales d'histoire économique et sociale*, tome IX, 1937, pp. 343-365. Idem, *Ensaio de geografia humana brasileira*, São Paulo, 1940, 292 pp. Ver Capítulo III ("A zona pioneira do norte do Paraná"), pp. 66-67.

mente, das terras situadas nas seções inferiores dos cursos que descem para o Ivaí, porque elas terminam em numerosas curvas, deslocadas pelos aluviões dos rios e chegam a se transformar em planície de inundação no fim da estação das chuvas.

As plantas de loteamentos, com exceções do tipo citado, repetem a mesma disposição e parcelamento em cada uma das bacias hidrográficas, do que resultam lotes com formas geométricas, longos e estreitos. O agrimensor não precisa deixar marcos sobre o terreno, limitando-se a fazer o levantamento do contorno do vale, a tomar medidas, a desenhar a planta no escritório e a dar um número a cada lote. Quando o comprador se apresenta, é levado ao terreno já com a planta nas mãos e quando se efetiva a venda, o topógrafo volta para proceder à demarcação definitiva do sítio. O conjunto do sistema é cômodo e o traçado das parcelas é, seguramente, "a menos imperfeita das soluções para dividir a terra em lotes de igual valor".<sup>5</sup>

Este sistema de divisão do solo adotado na franja pioneira paulista nada tem a ver com sentimento igualitário ou com alguma forma de revivescência de qualquer velha sociedade comunitária. O loteamento é uma transação comercial e, como tal, ela é feita em função dos interesses do vendedor, ou seja, vender o quanto mais possível e ao melhor preço e oferecer ao comprador o que convém a suas necessidades e possibilidades. Para os compradores, as necessidades são mais ou menos as mesmas e as possibilidades não são muito diferentes. Convém, portanto, que lhes sejam oferecidos não só pedaços de terra com superfícies idênticas, como também vantagens suficientes para os fazer decidir pela compra. Algumas dessas vantagens são estritamente financeiras, outras são de ordem especificamente econômica e geográfica, ou ainda morais. Todos estão na dependência da situação, da preparação e da utilização da terra e as necessidades comerciais obrigam o loteador a conceber e aplicar um plano de colonização. Tudo isso está muito longe do individualismo do pioneiro na *free land*. Convém ajuntar que essa experiência de colonização, que se impõe ao vendedor de terras, é uma novidade na terra dos fazendeiros.

## 2º) *Necessidades e possibilidades do sitiante*

Uma vez que um loteamento é pura e simplesmente um negócio comercial, para saber o que o loteador deve empreender a fim de atrair e conservar sua clientela, é preciso fazer um balanço das necessidades e das possibilidades do sitiante.

(5) Dion (Roger), *Essais sur la formation du paysage rural français*, Tours, 1934, p. 45.

O fazendeiro de Ribeirão Preto era quase sempre um homem rico e participava de um movimento de expansão em fase de prosperidade. O simples pioneiro é, ao contrário, um homem pobre. Ele acompanha o movimento provocado pelo esgotamento dos solos das antigas zonas, movimento que se parece mais com uma fuga do que com uma conquista. Multiplicou-se o seu número em seguida à crise em que a economia paulista experimentaria recuo e quando a falta de capitais seria mais sensível do que nunca, com os grandes bancos estrangeiros estancando os empréstimos.

A maior parte dos pioneiros trabalhou como colonos nas grandes fazendas das velhas regiões. Os salários não foram tão elevados a ponto de permitir que fizessem grandes economias. Comenta-se, frequentemente, que o nível de vida medíocre do colono lhe dá a possibilidade de pôr de lado algum dinheiro. Como um camponês europeu, ele faria seu pé-de-meia; muito trabalhador de fazenda possuiria um livro-caixa bem provido, embora os casos isolados não signifiquem muita coisa para o conjunto. Os colonos que possuem verdadeiramente uma pequena fortuna, obtiveram-na de uma atividade estranha ao regime da colônia, por exemplo do comércio. Esses não são seduzidos pelo trabalho rural e partem para as zonas novas como vendeiros. Quando compram terras, é mais para revender do que para plantar.

A grande maioria dos colonos atraídos pelos loteamentos da floresta só dispõe de um modesto capital: uma dezena de contos de réis, por vezes o dobro, raramente mais. A organização do crédito fundiário é muito deficiente e não permite ajuda ao simples pioneiro. Os créditos a longo prazo, como os concedidos pelo Banco do Estado de São Paulo, não se destinam à compra de propriedades.<sup>6</sup> Assim, o colono que deseja tornar-se sitiante, só pode contar com seus magros recursos, o que é uma primeira limitação.

Pobre, o simples pioneiro tem como mão-de-obra sua própria família. O pagamento de trabalhadores agrícolas ou "camaradas" com a possibilidade de fixarem-se temporariamente, ou de "volantes", que se empregam nos períodos de colheita, é muito elevado para o sitiante. Em 1944, a jornada de trabalho era, em média, de 15 a 20 cruzeiros. Era mais alta nas regiões de criação, como em Paulo de Faria (25 cruzeiros) e menos elevada nos centros de loteamentos (10 cruzeiros em Presidente Prudente), porque a procura era mais fraca e a oferta muito grande.<sup>7</sup>

(6) Spielman (Henry W.), "Brazilian Farm Credit", *Foreign Agriculture*, vol. II, March 1947, n° 3, pp. 34-45.

(7) *Anuario Estatístico do Estado de São Paulo. Estatística da circulação, distribuição e consumo*, vol. IV, ano 1944. Departamento Estadual de Estatística, 1947. Salários agrícolas. Preços do trabalho rural, 1944, pp. 349-355.

Não é raro ver proprietários de uns poucos hectares oferecerem seus serviços aos vizinhos, donos de uma vintena de alqueires. Os pequenos proprietários, uma vez terminada a colheita de algodão, por exemplo, procuram trabalho nas grandes fazendas de café, onde a safra entra em plena eferescência. Para si mesmo, o sitiante médio que procura um ganho suplementar, não pode ajustar um assalariado e só os proprietários de mais de 20 alqueires dão-se ao luxo de engajar um ou dois "volantes". A exploração do sítio é, portanto, assegurada pela mão-de-obra familiar. Estima-se que um homem sozinho é capaz de cultivar dois a três alqueires (ou, como se diz "tocar três alqueires por enxada"). Com a ajuda da mulher, dos filhos e das filhas mais velhos, a família chega a explorar sozinha oito a doze alqueires. Se ajuntarmos a essa superfície de cultivo as áreas construídas, os pastos para os animais de trabalho, um pouco de jardim e algumas árvores e também o que se conserva da floresta, obtém-se um total de uma quinzena de alqueires. É essa a extensão média das parcelas em um loteamento.

Comprando a terra, o futuro sitiante esgota seu capital. Não só ele deixa um quantia grande nas mãos do loteador, como deve fazer face a toda espécie de despesas, como as da mudança e do custo das novas instalações. É excepcional que possa derrubar a floresta somente com a cooperação da família e será preciso engajar alguns derrubadores e os pagar. A construção da casa e a compra das sementes e dos instrumentos de trabalho roem os magros recursos. Assim, desde a instalação, o sitiante pioneiro é obrigado a contrair empréstimos. Desencadeia-se, dessa forma, o mecanismo de uma armadilha de que os desafortunados não sairão jamais e que, de qualquer forma, amarrará por muito tempo o pioneiro, por mais corajoso e empreendedor que ele seja. Terá de viver de empréstimos onerosos, pois o crédito agrícola não é mais favorável ao sitiante do que o crédito fundiário.

O Banco do Brasil trabalha de preferência com os fazendeiros que apresentam garantias mais seguras; mas quando atende aos sítiantes, os métodos utilizados são passíveis de crítica. Seu maior inconveniente é custar caro, pois o pequeno proprietário deve apresentar uma série de documentos oficiais, como título de propriedade, previsão de colheitas e outros que os aspirantes a tabelião não desembaraçarão sem uma lentidão que será inversamente proporcional às gorjetas concedidas.

Um esforço empreendido pelo Banco do Estado de São Paulo deu melhores resultados, principalmente depois da safra 1942-1943. Menos formal do que o Banco Federal e mais eficaz no plano local, ele concede tanto pequenos empréstimos como créditos mais importantes, superiores a 20 contos de réis. Exige que as promissórias, depois da avaliação da colheita, sejam endossadas pelos vizinhos, o que não deixa de

ser uma dificuldade para os recém-chegados, embora ele encontre sempre parentes e amigos dispostos a dar apoio. Os juros, fixados em 8% ao ano, são, de longe, inferiores aos dos outros fornecedores de crédito.<sup>8</sup> No entanto, o crédito agrícola do banco paulista não satisfaz inteiramente aos sítiantes, antes de mais nada porque os prazos são curtos e porque não podem ultrapassar o valor equivalente a um terço do total estimado para a colheita. Condena-se também nos dois grandes bancos o fato de serem extremamente reticentes quando os empréstimos destinam-se a novas culturas.

Finalmente, os sítiantes preferem dirigir-se a bancos locais, aos comerciantes, aos "maquinistas" (gerentes das máquinas de descaroçar algodão ou de beneficiar arroz), aos negociantes de café ou de algodão. Essa preferência corresponde, sem dúvida, a certa desconfiança com relação aos grandes bancos oficiais, para eles instituições distantes e um tanto misteriosas, talvez também demasiado associadas, no espírito da gente simples, a tudo que diz respeito a administração e governo. É mais fácil falar diretamente com um conhecido que nada ignora da vida rural, do que a um funcionário que fica atrás de um guichê, ou a um diretor à retaguarda de sua escrivãzinha, funcionário e diretor vindos ontem de outra terra e que amanhã partirão. É um reflexo típico de camponês. O comerciante vizinho ou o "maquinista" não pedirão títulos das propriedades nem estimativa das safras. É mais simples e econômico tratar com eles que, concluído o negócio, tirarão letras de câmbio do bolso, sem maiores complicações.

A contrapartida dessa generosidade aparente não deixará de ser dolorosa. Os juros dos empréstimos assim feitos são da ordem de 12%, ou 1% ao mês. As notas de compras dos fornecedores transformados em financiadores são, automaticamente, majoradas. As sementes, os adubos, os instrumentos de trabalho, os inseticidas e os alimentos custarão mais caro; mas o pobre pioneiro não se dará conta. O que ele sabe muito claramente é que o negociante, o "maquinista" ou os seus intermediários, fazendo tão humanamente os empréstimos, adquiriram o direito, por vezes tácito, mas quase sempre por escrito, de lhe comprar toda a colheita. Pode-se garantir que eles não farão a oferta mais elevada nas cotações do dia, porque, recorrendo ao empréstimo, o sitiante perdeu o direito de dispor de sua safra.

Depois da Segunda Guerra, o governo organizou sistematicamente o financiamento das culturas de subsistência e do algodão. Acontece, porém, que às vezes as agências bancárias são autorizadas tardiamente a financiar os sítiantes. Então, ou as primeiras chuvas já

(8) Spielman, *Obra citada* e "Crédito rural", *Rev. do Instituto do Café do Estado de São Paulo*, ano XV, 1940, n.º 159, pp. 657-659.



caíram, ou o pequeno agricultor já havia comprado as sementes a crédito, ou, ainda, estava à espera de apoio administrativo. O resultado é que ele acaba plantando em condições climáticas desfavoráveis.<sup>9</sup>

A precariedade de sua situação financeira obriga o sitiante a fazer empréstimos duas vezes por ano. A primeira vez é no período das semeaduras, a fim de comprar sementes de algodão, de arroz, de milho ou mudas de batatinha. Esse crédito, por outro lado, ajuda-o a passar os meses da estação das chuvas, mas no final destas, antes das colheitas, é preciso reembolsar a dívida e pagar os juros. O sitiante vai bater então, pela segunda vez, às portas dos financiadores, naturalmente não às mesmas da primeira vez. Ele aumenta, assim, os encargos e multiplica o número de seus credores. Cada novo empréstimo mal permite liquidar a dívida contraída na estação anterior.

Concebem-se facilmente as conseqüências de tal estado de coisas. O pioneiro que ao se instalar no lote que adquiriu, dispendeu seu capital e contraiu dívidas, fica prisioneiro no circuito das transações comerciais. Para restabelecer sua situação e fazer face aos compromissos, ele planta café e algodão. Sua venda lhe deixará, pelo menos ele o espera ainda, um lucro que permitirá reembolsar os credores. Ora, essas culturas ficam caras. É preciso esperar que o cafezal comece a produzir e é necessário comprar as sementes de algodão. As esperanças são aleatórias e o sitiante está menos preparado do que o fazendeiro diante de uma tendência à baixa. Deverá pedir empréstimo de novo e dificilmente chegará a restabelecer sua situação e mais dificilmente ele a melhorará.

Eis porque, da mesma forma como o colono deixa facilmente uma fazenda por outra onde o salário é ligeiramente superior, o sitiante abandona sem dificuldade a sua terra por uma outra. Alguém irá seduzi-lo, apregoando as qualidades de determinado solo, as facilidades de pagamento ou de crédito<sup>10</sup> e ele espera escapar, pela fuga, às reivindicações dos credores. Essa instabilidade é, em parte, determinada pelo próprio sistema de crédito; mas, em contragolpe, volta-se contra ele, acentuando os seus defeitos. Os bancos hesitam em emprestar a um homem cuja atividade é dificilmente controlável e de que perderão a pista se ele partir para nova "frente". Os negociantes e os "maquinistas", como têm contatos mais diretos, estão mais ao par dos fatos e das intenções de seus clientes e possuem, através de sua clientela

(9) Em outubro de 1945, quando estávamos em Presidente Prudente, vimos sitiantes fazer fila diante da agência do Banco do Brasil, porque havia circulado o boato de que o financiamento havia sido decretado. As primeiras chuvas já haviam caído e o prefeito municipal não dissimulava sua inquietação.

(10) É um dos pontos sobre os quais os prospectos de publicidade mais insistem.

e seus colegas, uma rede de informações de que não dispõem os grandes estabelecimentos bancários.

Chegou-se a imputar às deficiências do crédito rural o nomadismo do sitiante. Em certos casos, os financiadores teriam feito com que o pequeno agricultor firmasse não títulos garantidos pelas colheitas, mas cheques pré-datados, cujo montante representaria a importância emprestada, acrescida de juros ilegais. Quando a colheita está feita, o beneficiário do cheque apresenta-o ao banco. Se o saldo do sitiante não é suficiente para honrar sua assinatura, ele é passível de procedimentos judiciais e de penalidades, por emissão de cheque sem fundo. Corre o risco de prisão e, para evitá-la, ele foge.<sup>11</sup> Tais procedimentos são aparentemente raros, mas é fora de dúvida que as dificuldades financeiras e a inorganicidade do crédito rural incitam os pequenos sitiantes à instabilidade. A fluidez da população explica o mau funcionamento do crédito que, por sua vez, a reforça.

Trata-se de fatos que não deixam de interessar aos loteadores e que influem nos seus planos de colonização. A concorrência entre fazendeiros que procuram desviar os colonos do vizinho, existe também entre os vendedores de terras. Pela imprensa, em cartazes, pelo rádio, por meio de corretores, eles se afrontam em publicidade, operando tanto nas velhas zonas como nas de povoamento recente. Como é paradoxal ler nos vagões dos trens que seguem para Tupã, Andradina ou Votuporanga cartazes que anunciam as terras do Paraná!

A concorrência atinge melhor ao pioneiro, quando procura atraí-lo pelas facilidades de pagamento. Não nos esqueçamos de que estamos no continente americano, onde tudo se compra a crédito. As empresas de loteamento menos sólidas e mais apressadas em atingir o lucro esperado, pedem um pagamento inicial de 50% do preço da terra e não dão senão um ano ao sitiante para terminar suas prestações. Outras fixam esse prazo em três anos, com escalonamento razoável das prestações. Nos loteamentos abertos por sociedades japonesas antes de 1942, os compradores dispunham de cinco a dez anos.

A Companhia de Terras do Norte do Paraná organizou os pagamentos em quatro anuidades desiguais, com juros de 8% ao ano. A distribuição dos pagamentos é feita de forma a aliviar a carga do cultivador na fase inicial. O primeiro pagamento, ou entrada, efetuada no ato de assinatura da venda, corresponde a 30% do preço total; no fim do primeiro ano, o sitiante deve pagar 10% e, depois, 20% no final de cada um dos três últimos anos. Um abatimento de 20 a 30% é concedido a imigrantes vindos de países longínquos, quando tiveram

(11) *Revista do Instituto do Café*, São Paulo, ano XIII, 1938, abril, n.º 134, pp. 456-468.

despesas de viagem consideráveis, e também aos extremamente pobres. Foram poloneses os que se beneficiaram dessas vantagens. De acordo com as informações fornecidas pela Companhia, apenas um sexto das prestações vencidas não é pago no devido tempo. Tolera-se um atraso de seis meses, ao final dos quais a vendedora pode retomar o lote. Esse direito, na realidade, não foi exercido senão no caso em que o comprador não começou o desbravamento. A experiência mostra que semelhantes medidas refletem-se favoravelmente e que bastaria, afinal, pouca coisa para ajudar o pobre pioneiro nos seus passos iniciais.

### 3º) Os loteamentos e a luta contra o isolamento

Outrora, o grande plantador abria ousadamente uma fazenda distante, à frente das grandes culturas e da estrada de ferro. Tropas de muares carregavam suas colheitas às estações terminais e aos centros urbanos, enquanto esperava que os trilhos atravessassem os seus domínios. Mas como poderia o sitiante, plantador sem capitais, viver em semelhante isolamento? Isolado, como poderia vender seu café e seu algodão? Como poderia aprovisionar-se? Então, ele não comprará terras senão quando a estrada ou a ferrovia estão próximas.

Sem dúvida, esse imperativo tem sua contrapartida no aumento do preço da terra. Ele é tanto maior quanto mais fáceis as comunicações. O alqueire, que custa 6 a 8 mil cruzeiros junto a Presidente Prudente, cai para 5 mil em Pirapozinho, menos de 30 quilômetros ao sul, em solo idêntico, propício aos cafeeiros. A pequena distância dessa aglomeração o preço é de 2.500 cruzeiros e cai rapidamente a 1.800. É precisamente nesse ponto que os sítios cedem lugar às fazendas.

Ainda na Alta Sorocabana, ao sul de Presidente Venceslau, o limite atingido pelas pequenas propriedades mantém-se em torno de trinta quilômetros (além de Marília). Daí em diante, a atração das terras baratas não funciona mais, porque os sitiantes não vão além de uma certa distância da ferrovia, apesar dos preços elevados que devem pagar para adquirir as suas fatias. É que o preço dos transportes é tão alto que é preferível comprar terras a preço elevado do que afastar-se das grandes artérias rodoviárias e ferroviárias.

Os fretes para o transporte dos produtos agrícolas correm por conta do produtor. Nos primeiros anos, o pequeno produtor não pode suportar fretes muito onerosos para o transporte das mercadorias de valor módico, como o arroz e o milho. Quanto ao algodão, se o envio da colheita custa muito caro, o produtor perde uma boa parte do lucro eventual. Compreende-se, portanto, que prefira ficar a pequena distância de uma estação, pronto a pagar mais caro pelo seu lote (é verdade que os pagamentos escalonados suavizam os seus encargos).

Não só os fatores econômicos pesam na decisão do pequeno proprietário de recusar-se ao isolamento. Ele provém de fazendas, onde encontrava uma capela, escola, médico, farmacêutico, comerciantes, e deseja conservar as mesmas vantagens. Recusa-se ao isolamento moral, como ao econômico, e nisso é um pioneiro *modern style*, na expressão de Bowman.<sup>12</sup> Suas exigências são mais claras e, principalmente, encontram apoio na opinião pública. Isso deve ser levado em conta ao ser traçado o loteamento, ou quando se coloca o problema da sua localização, ou do momento da sua abertura. A preocupação essencial será a de reduzir as distâncias.

Em uma região situada além do terminal ferroviário, a venda das terras está em função da rede rodoviária e dos boatos sobre o eventual prolongamento dos trilhos. Quando estes atingiram Mirassol, em 1920, acreditou-se que os trabalhos seriam rapidamente reencetados, para a construção da linha sobre o espigão entre os rios Tietê e São José dos Dourados. Foi nesse momento que os fazendeiros começaram a estender plantações na zona de Monte Aprazível, General Salgado e Magda. Na realidade, o governo do Estado só retomou a construção da estrada de ferro em 1935 e adotou um traçado diferente, colocando os trilhos entre São José dos Dourados e o rio Turvo, na direção de Porto Getúlio Vargas. Imediatamente multiplicaram-se os loteamentos além de Tanabi, em Cosmorama, em Votuporanga (fundada em 1937) e, em seguida, em Fernandópolis, Estrela do Oeste e Vila Jales. Foi principalmente quando os trens entraram em serviço até Votuporanga (1944) que se intensificou a publicidade e aumentou a venda das terras neste resto de sertão. A iminência da chegada dos trilhos e o conhecimento de seu traçado foram aqui os elementos decisivos.

No entanto, as informações de que dispunham os loteadores da Alta Araraquarense nem sempre foram bem fundamentadas. A estrada de ferro passa, freqüentemente, a alguns quilômetros dos loteamentos. No norte do Paraná, ao contrário, um estreito entendimento entre as empresas loteadora e ferroviária, permitiu fazer melhor as cousas. A venda das terras começou modestamente, em 1929, na zona de Londrina, no momento em que os trens paravam a 24 quilômetros de distância, à beira do rio Tibaji, estação de Jataí. Um serviço de ônibus ligava as duas cidades até 1935, quando foi inaugurada a estação de Londrina.

Desde essa época colocaram-se à venda loteamentos mais afastados, mas todos situados à margem ou próximos da estrada de ferro,

(12) Bowman (Isaish). *The Pioneer Fringe*, American Geographical Society, Special Publication, n.º 13. Nova York, 1931. IX, Chap. II, "Pioneering modern style", pp. 11-20.

cujos trabalhos estavam sendo conduzidos ativamente. A Companhia de Terras do Norte do Paraná continua a aplicar a mesma tática: não abre oficialmente seus loteamentos aos compradores e não intensifica sua propaganda senão quando há a certeza de que eles serão atingidos logo depois pelos trilhos. É perfeita a coordenação entre a colonização e a estrada de ferro, que a segue de perto.

Na Alta Paulista, a rodovia é que favorece a abertura dos loteamentos. A estrada de ferro progride aos saltos, porque os administradores não se decidem pela colocação dos trilhos senão quando a região está suficientemente povoada e em pleno rendimento. Tupã e seus arredores estavam já muito ativos quando, em 1941, foi feita a ligação a Marília. Ora, a companhia ferroviária também constrói estradas de rodagem e desempenha, inclusive, o papel de empresa de transportes rodoviários. Fez construir, assim, uma estrada que, partindo de Tupã, vai até Adamantina e, a partir daí, ainda carroçável mas menos cuidada, atinge Gracianópolis e, mais adiante, o Rio Paraná, no porto das Marrecas. Conhece-se na região a política rodoviária da Paulista e, por essa razão, os loteamentos foram levados, depois de 1940, até quase as margens do rio da fronteira, o Paraná. O sitiante mais afastado, que está a mais de duzentos quilômetros do terminal ferroviário, não está isolado.

Em outubro de 1946, a concorrência entre os loteadores era intensa e todos fundamentavam sua propaganda nas facilidades de comunicação. As grandes artérias fixavam a posição das pequenas propriedades e a notícia de que uma linha iria ser prolongada desencadeava uma espécie de epidemia de loteamentos. De outro lado, cada empresa colonizadora era levada a traçar e a construir uma rede de estradas e de caminhos no interior de seus domínios.

Nas colônias abertas na Alta Sorocabana, entre 1920 e 1925, deixava-se aos pioneiros o encargo de transformar em caminhos as trilhas abertas apressadamente na floresta pelos agrimensores. Mas o que, a rigor, era possível em loteamentos de dimensões restritas e numa época em que o caminhão apenas começava a circular, não é concebível em um loteamento de grandes dimensões, quando o tráfego rodoviário entrou nos costumes. É essa a razão porque os principais loteadores constroem uma rede de circulação interna, precedendo a colocação dos lotes à venda. O tipo de traçado dessa rede não é o mesmo nos diferentes loteamentos, mas as artérias principais estabelecem-se sempre nos espigões, por evidente razão de comodidade.

Nas fazendas loteadas por japoneses, uma estrada contorna cada pequena bacia hidrográfica, que assim é utilizada como unidade para o traçado dos lotes. Ela é construída aproximadamente à distância de dois terços do alto da encosta, ficando, portanto, mais perto do talvegue do que do espigão. Todos os lotes ficam divididos em duas partes

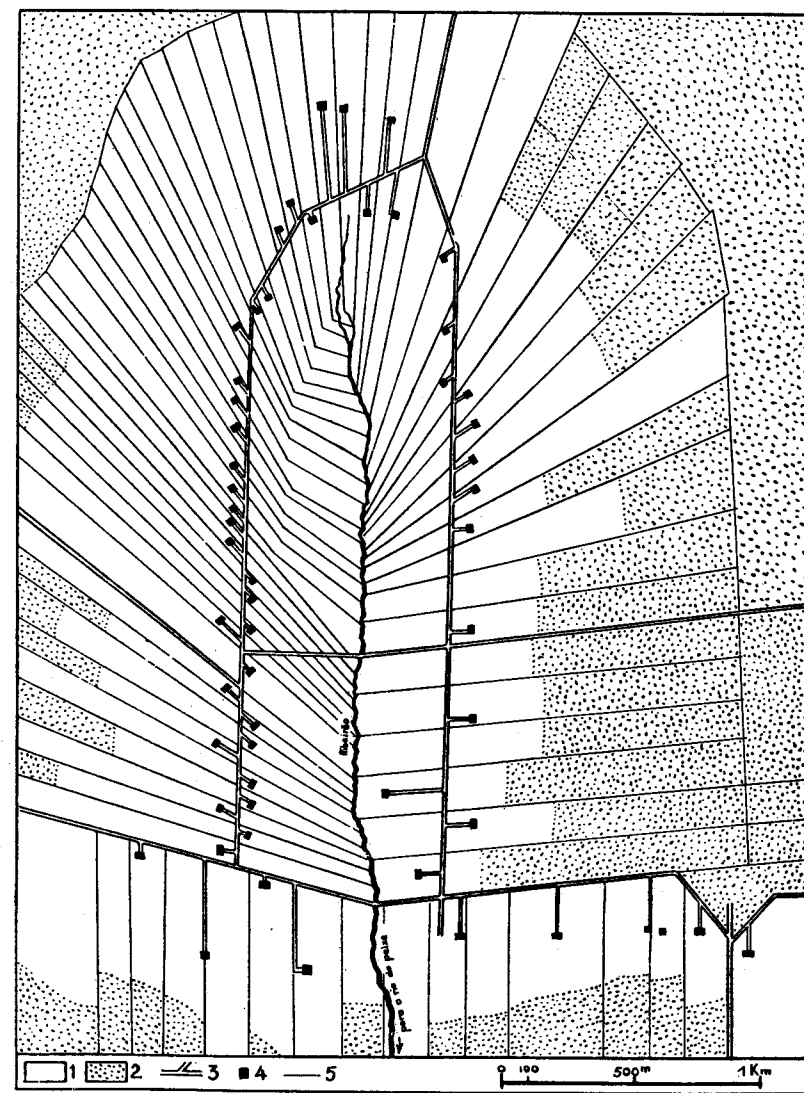


Fig. 26. Loteamento japonês em Bastos (São Paulo).

- |                                                                         |                   |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| 1. zona desflorestada em 1936                                           | 3. estrada        |
| 2. zona coberta pela floresta em 1936 (hoje a floresta não mais existe) | 4. casa           |
|                                                                         | 5. limite de lote |

desiguais. Os sitiante constroem suas casas a alguns metros da estrada, de um ou de outro lado desta. Cada parcela do lote é, automaticamente, especializada, a mais baixa sendo utilizada como pomar, jardim e pasto e a alta sendo cultivada. Cada estrada local acha-se ligada às estradas principais que fazem a ligação entre os centros administrativos e comerciais da colônia japonesa.

Percebe-se, pelo traçado, a intenção de dirigir o povoamento, chamando-o para perto da estrada, afastando-o dos cursos d'água malsãos e provocando a especialização de cada parte do sítio. Os dirigentes japoneses tentaram uma colonização de povoamento, sem perderem de vista as vantagens da circulação comercial. Assim, os caminhos, em cada grupo de parcelas, ligam-se às estradas principais que, além de ligarem as pequenas aglomerações entre si, também as articularam com os principais centros urbanos e com as estações de estrada de ferro mais próximas. Encontra-se essa disposição em todas as grandes colônias nipônicas, tanto na fazenda Três Barras (Paraná), ligada por uma estrada à estação ferroviária de Jataí, como em Bastos (São Paulo), que tem ligação com estações da Sorocabana, e em Pereira Barreto, com a construção de uma grande ponte sobre o Tietê e as articulações com as colônias situadas no curso inferior do rio, como a fazenda Aliança e, principalmente, a fazenda Tietê.

Os ingleses que começaram a colonização na região de Londrina, adotaram um sistema de viação diferente. Aproveitaram o melhor possível o grande espigão Londrina-Apucarana, seu prolongamento até Maringá e o topo das ondulações que alcançavam Paranavaí. Na maior parte do percurso, a estrada assenta sobre terra roxa, material que tem a vantagem de compactar rapidamente. Como a manutenção é bem feita, é a melhor estrada dos espigões pioneiros. Nesse tronco enxertaram-se inúmeras ramificações e os cruzamentos foram escolhidos para localizar as cidades. Por sua vez, a estrada secundária é um eixo de onde partem caminhos que descem para as partes baixas do terreno, acompanhando as linhas de separação das águas entre cada ribeirão.

A estrada principal acompanha a curvatura descrita pelo espigão em torno da bacia superior do rio Pirapó. A distância entre as cidades localizadas de um lado e do outro daquela curva foi encurtada pela construção de uma estrada, a Araongas—Mandaguari, a única a não acompanhar os espigões e a atravessar um vale importante. Quando a densidade do povoamento aumenta em um dos setores do seu enorme loteamento, a Companhia de Terras constrói um caminho que liga as duas vertentes de um vale secundário, de maneira a facilitar as relações entre os lotes cultivados.

A obra é considerável, pois em 1936, aproximadamente cinco anos depois das primeiras vendas de terra, o município de Londrina possuía 630 quilômetros de estradas, em 1943 já contava com 1.485,

em 1946 tinha parte de 3.000 e uma extensão idêntica de caminhos carroçáveis. Graças a essa rede, que era excepcional não só pela densidade, mas também pela quantidade, não existe um lote sequer que não tenha articulação por um bom caminho e não há um só colono muito afastado de um centro comercial. Na parte mais oriental da gleba, a construção das estradas foi ativamente empreendida em 1946, a fim de completar a rede existente antes do pleno desenvolvimento das vendas. Os sitiante instalados nos lotes mais distantes haviam gozado de um abatimento no preço de compra.

O sistema rodoviário do norte do Paraná foi concebido de maneira a facilitar as relações entre os sítios e as cidades e do campo com as casas de comércio e as estações ferroviárias. Sua amplitude e sua qualidade são um bom exemplo de ação dos loteadores para proteger o pioneiro contra o isolamento e para amparar uma economia totalmente orientada para o comércio.

Em todos os loteamentos, os traçados dos caminhos e das estradas enquadram-se em um dos dois sintomas descritos atrás. As diferenças podem ser atribuídas à importância dos recursos investidos e à extensão das terras colonizadas. O sistema rodoviário combina-se com o traçado dos lotes, para criar uniformemente o mesmo tipo de povoamento. A forma do *habitat* nesses loteamentos é a mesma em toda parte: em oposição à concentração das fazendas, separadas por distâncias relativamente grandes, pode ser definida como uma dispersão linear.<sup>13</sup> A primeira impressão que se recolhe na paisagem de um vale que está sendo desbravado é mesmo essa, de dispersão das habitações. Não se vê aglomeração alguma, por menor que seja. As casas são separadas umas das outras por intervalos irregulares. Entre os lotes já em cultura, onde se ergueram frágeis construções, intercalam-se outras parcelas ainda recobertas pela floresta, isolando os pioneiros, que aparentam estar dispersados ao acaso. Mas esses resíduos da floresta são, por sua vez, abatidos rapidamente. Antes mesmo que isso aconteça, já se pode perceber que, na realidade, o alinhamento das casas é a nota dominante da paisagem. Seu enfileiramento acompanha, aproximadamente, o curso do ribeirão e continua grosseiramente paralelo às estradas principais. Nada há aqui que lembre uma dispersão difusa, porque a exiguidade dos lotes não permite grande distanciamento entre as casas, que no máximo é de 500 metros. Nada também rigorosamente geométrico, pois o traçado das estradas e dos lotes, fornecido aos colonos, dá-lhes a liberdade de localizar suas habitações. Como todos

(13) Lecocq-Muller (Nice), *Tipos de sitiante em algumas regiões do Estado de São Paulo*. Tese manuscrita apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1946, 171 pp. Ver Cap. VIII, pp. 136 e seguintes.

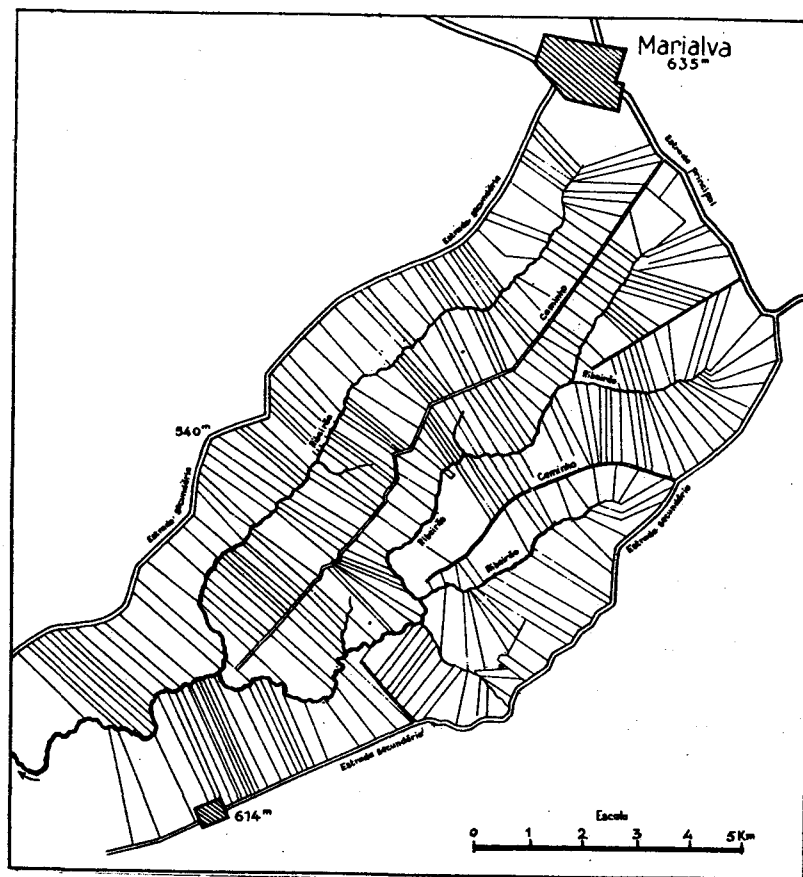


Fig. 27. Loteamento da Companhia de Terras do Norte do Paraná, em Marialva. Hierarquia das estradas e caminhos, sobre os quais estão distribuídos os lotes.

têm as mesmas necessidades tanto da estrada como da água, a escolha é limitada. A dispersão aparente do primeiro estágio do povoamento atenua-se e agora é mais exato falar de uma sementeira (*semis*) linear.

Para encontrar um povoamento aglomerado, é necessário afastarmo-nos dos vales e subir aos espigões e aos seus prolongamentos. As estradas e caminhos que servem aos loteamentos rurais cruzam-se nas aglomerações de caráter urbano. Nas zonas de derrubadas recentes, ou nas em que grandes plantações estão na vizinhança de sítios, não é raro encontrar três ou quatro casas nos cruzamentos de dois caminhos

secundários. Trata-se de sitiantes que, aproveitando o cruzamento, deixaram a agricultura e instalaram-se, não mais perto dos cursos d'água, mas sobre o espigão, abrindo estabelecimentos onde vendem bebidas ou comerciam gêneros alimentícios. Conhecem-se por todo o Brasil esses modestos agrupamentos que se animam apenas nos domingos e nos feriados. Esse comércio de beira de estrada freqüentemente deu nascimento a pequenos povoados, que às vezes transformam-se em vilas. Nascidos espontaneamente, esses pequenos pontos de concentração não podem levar a sua pobre vida, a não ser em regiões onde os loteamentos não são muito extensos e não foram feitos por grandes empresas de colonização, como na variante da Noroeste do Brasil. Não encontra lugar nos grandes loteamentos cuidadosamente preparados.

Se algumas miseráveis vendas podem contentar-se com a magra clientela de um pequeno loteamento local, não são capazes de atender às famílias de centenas de sitiantes instalados pelas grandes companhias. Estas compreenderam perfeitamente que a instalação dos caminhos era inseparável das funções urbanas, uns e outras igualmente indispensáveis ao sitiante produtor de artigos comerciais. Basta comparar duas estações ferroviárias vizinhas, como as de Aguapeí e Lavinia para avaliar a relação estreita que existe entre o sitiante e a aglomeração. Aguapeí, contornada por grandes propriedades, consta de uma estação, uma só grande construção que abriga uma máquina de descaroçar algodão e algumas pequenas lojas, freqüentadas aos domingos pelos colonos das fazendas. Lavinia, ao contrário, é uma verdadeira pequena cidade ativa e próspera, que não parou de crescer depois da inauguração da estrada de ferro. É um centro de pequenas propriedades e os pioneiros simples têm necessidade de uma praça de comércio para vender e para aprovisionarem-se.

Os cartazes publicitários dos loteadores mencionam com destaque a presença no loteamento de tudo que é indispensável à vida material e também à parte espiritual dos clientes. A planta do loteamento prevê, portanto, não somente a rede de caminhos, como a localização das aglomerações. Assim, a fundação de núcleos urbanos precede de pouco à colocação à venda dos lotes rurais. O desenvolvimento desses núcleos é uma garantia de sucesso para o empreendimento.

Fundar um patrimônio é prática antiga no Brasil. Até o final do último século era um ato de caráter religioso. O fundador "dava" uma parcela de terra a um santo e ali fazia construir uma capela.<sup>14</sup> As

(14) Borba de Moraes (Rubens), "Contribuições para a historia do povoamento em São Paulo até fins do seculo XVIII", *Geografia*, São Paulo, ano I, nº 1, pp. 69-87.

peças fixavam-se ao redor da pequena igreja, aproveitando-se da gratuidade dos terrenos ou, de qualquer forma, do pagamento medíocre que o padre lhe viesse pedir. O nome conservou-se, mas a instituição laicizou-se. Da tradição religiosa, conservou-se o hábito de elevar uma cruz na clareira destinada à construção da cidade. Essa é uma ocasião de grande festa, de que o loteador fará o maior alarde possível, convidando os personagens importantes da região. Terminadas a festa e a bênção da cruz, tudo se passa como em um loteamento urbano qualquer.

O primeiro desbravamento no norte do Paraná foi feito em Londrina, antes de iniciar-se a venda de lotes, em 1929. O patrimônio foi inaugurado em 1931. Compreendia três acampamentos, dois para hotéis em que se alojavam os visitantes e um para os escritórios da companhia. Em abril de 1935, no meio dos troncos de árvores abatidas há pouco, um francês construiu a primeira casa do patrimônio de Apucarana. Era uma loja que desempenhava, ao mesmo tempo, as funções de mercearia, venda de especiarias e de bebidas. Nenhum cultivador havia até então penetrado até a região da futura cidade. A primeira derrubada da colônia de Bastos teve lugar a 18 de junho de 1928, para abrir o patrimônio, e só a seguir é que se puseram à venda os lotes rurais. Em Lucélia, Andradina, Fernandópolis e Jales, a fundação urbana precedeu a colonização rural. Graças a essa precedência, as terras dos sitiante começam a articular-se.

O centro comercial, instalado para atrair os pequenos agricultores, vai agir, por sua vez, sobre o mundo rural. O patrimônio deve ser aprovisionado com facilidade e, para essa finalidade, são previstas instalações nos arredores: hortas, pomares, pequena criação de aves e produção de leite. O plano de colonização prevê, portanto, um modesto cinturão para a localização de chácaras, cuja superfície oscila entre 1 e 5 alqueires. Quanto mais afastado do patrimônio, mais aumenta o tamanho do lote.

Alguns loteadores chegaram a implantar um verdadeiro planejamento do espaço rural. Em Jales, o loteamento foi aberto em 1940 e o plano concebido sistematicamente, de maneira a oferecer propriedades cada vez maiores à medida que aumenta a distância do patrimônio. Depois das chácaras, vêm os lotes de 5 a 10 alqueires, os mais facilmente vendáveis. Adiante, vêm os sítios propriamente ditos, com 10 a 20 alqueires e, em seguida, à distância de 15 ou mais quilômetros do patrimônio, os maiores lotes, medindo de 20 a 50 alqueires. Nem todos os loteamentos apresentam um planejamento rural tão avançado como o de Jales, mas sempre as plantas prevêem pequenos lotes junto aos patrimônios.

O preço dos lotes aumenta violentamente quando nas proximidades do patrimônio. É ainda maior pelo fato de, em geral, corres-

ponderem a espigões, onde os solos costumam ser de boa qualidade. Junto a Marília, à entrada da cidade, em outubro de 1946 não se encontrava facilmente 1 alqueire a menos de 20.000 cruzeiros e em certas chácaras ele atingia o preço recorde de 50.000. No vale do rio do Peixe, a uma dezena de quilômetros de distância, em solos de qualidade inferior, o alqueire caía a 5.000 até 10.000 cruzeiros.

Em Tupã, as chácaras oscilavam entre 10.000 e 20.000 cruzeiros o alqueire, influndo a qualidade do solo sobre os preços, em função das distâncias. No norte do Paraná, em terras agrícolas homogêneas, a distância era o fator essencial, em março de 1946: a menos de 2 quilômetros da cidade, o alqueire valia 9.000 a 10.000 cruzeiros; em um raio de 5 quilômetros, baixava para 6.000 cruzeiros em média (mínimo de 3.000) e mais distante encontravam-se facilmente lotes a 2.000 cruzeiros o alqueire. Trata-se, em todos esses exemplos, de propriedades já em cultivo, ou de lotes revendidos pelo primeiro comprador.

As empresas do loteamento não põem em prática uma política de preços com escala tão ampla. Mas aproveitam-se das valorizações, porque o sitiante que especula com o seu lote, revendendo-o com lucro, ou vai comprar um lote urbano que dá mais lucro à Companhia, ou recomeça nova especulação, comprando lotes mais distantes, maiores ou mais numerosos. O enriquecimento dos especuladores não deixa de ser, pelo menos indiretamente, solidário com o cultivo do solo. Os loteadores compreenderam rapidamente que partido poderiam tirar desse fato e isso os instiga cada vez mais a organizarem cuidadosamente o planejamento rural.

#### 4º) *As grandes empresas de loteamento*

O conjunto dos trabalhos que precedem a instalação agrícola nos sítios, transforma o loteamento em verdadeiro esforço de colonização interior; mas é uma colonização que, desde a compra da gleba até a produção agrícola, não passa de uma transação comercial, um "negócio". Para nos darmos conta dessa verdade, bastaria observar a dura concorrência em que se lançam os vendedores de terra e os esforços publicitários que desenvolvem. Pela imprensa, pelo rádio, por meio de cartazes, cada um louva a qualidade dos seus solos, a densidade das suas estradas, o equipamento dos patrimônios, a segurança dos títulos de propriedade, as vantagens financeiras de seu sistema de pagamentos. Em Andradina, um enorme tronco de árvore, exposto na estação ferroviária, pretende testemunhar a fertilidade da terra. Anúncios nos jornais de São Paulo, afirmam que na zona de Londrina não existem saúvas e que o clima é o mais salubre de todo o Brasil. Os corretores recrutam clientes tanto nas velhas zonas como na franja pioneira.

Mesmo aos estados do nordeste chega a propaganda dos loteadores paulistas.

Uma empresa de loteamento deve dispor de grande capital, para fazer face às enormes despesas de publicidade e às da organização das glebas. Três grupos, interessados diretamente ou não na venda dos sítios, exerceram uma ação decisiva sobre a colonização interior, depois da crise de 1929: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Sociedade Colonizadora Brasileira e a Companhia de Terras do Norte do Paraná.

O exemplo dado pela Companhia Paulista é bastante significativo. Deve-se lembrar que os fundadores da empresa eram ricos fazendeiros, que viram na organização da estrada de ferro um meio de assegurarem-se melhor quanto ao funcionamento dos seus próprios cafezais. São ainda seus descendentes que administram a Companhia, mas suas atividades, à medida que evoluíram, foram se alargando. Hoje ela é também uma empresa de transportes rodoviários e possui a "Companhia Agrícola de Imigração e Colonização", a C. A. I. C., que compra e divide fazendas nas velhas zonas e faz loteamentos na zona pioneira, em Martinópolis e Tupã.<sup>15</sup> Alguns administradores abriram por conta própria loteamentos rurais e urbanos nas zonas servidas pelos trens e pelos caminhões que eles próprios comandam. Não é surpreendente, assim, que tanto a construção da estrada de ferro, como os transportes em caminhão tenham sido organizados de maneira a atender aos seus interesses. O desenvolvimento da Alta Paulista, que merece ser computado ao ativo da Companhia de Estradas de Ferro, foi dirigido essencialmente por esta e para si. É esse um primeiro exemplo de integração de grupo que vende terras e é também companhia de transporte.

As empresas japonesas e a Companhia de Terras do Norte do Paraná têm uma estrutura capitalista muito acentuada e ambas acusam a presença de estrangeiros no movimento pioneiro contemporâneo. A fundação da "Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada", inteiramente japonesa, remonta a março de 1929. Seus objetivos eram: compra, venda, locação e hipoteca de imóveis, fundação e exploração de núcleos coloniais, introdução e localização de imigrantes, construção e exploração de estradas de ferro, de rodovias e de todos os outros meios de comunicação, exploração de terras e todas as atividades inerentes à colonização.<sup>16</sup> Dez anos depois da fundação, a Sociedade possuía em

(15) A C. A. I. C. possui aproximadamente 3.125 alqueires em Tupã e 17.800 em Martinópolis.

(16) *Descrição geral sobre a Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada*, São Paulo, 1939. Brochura de 12 páginas.

São Paulo e no Paraná 86.980 alqueires e o montante dos seus investimentos atingia 43 milhões de mil-réis.

Por meio de cooperativas agrícolas e de um banco, a companhia japonesa estava em condições de prestar uma variedade de serviços aos seus sítiantes, continuando a controlá-los mesmo depois de haverem pago totalmente a compra de sua propriedade. A empresa montou nas suas diferentes colônias máquinas de beneficiar arroz, pulverizar mandioca, despolpar café, descaroçar algodão, assim como fiações para a seda, serrarias, refinações de óleo vegetal, fábricas de gelo. As fazendas afastadas das estradas de ferro estavam ligadas a estas por serviços de caminhões e de ônibus, que dependiam da Sociedade Colonizadora. Esta, por outro lado, estava associada a exportadores de algodão para o Japão. Enfim, como também assumia a responsabilidade da organização das escolas e dos hospitais e subvencionava as associações culturais, a Sociedade Colonizadora do Brasil tinha sob as mãos todas as atividades dos colonos. Tal poder era fecundo e estava seguramente destinado à colocação de um povoamento japonês — não sendo sem fundamento certa inquietação causada pela colonização nipônica. No momento, acentuemos que a penetração política fazia-se ao abrigo da pequena propriedade e que não teria possibilidades de êxito sem a estrutura da empresa.

A "Parana Plantation Limited" tinha sob controle, ao mesmo tempo, a Companhia de Terras do Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo—Paraná, com um capital de 1.460.000 libras em ações e 375.000 em obrigações. Aqui, a união entre loteamento e ferrovia era total e a colonização não avançava senão à medida em que a construção da estrada de ferro progredia. A implantação da rede rodoviária não seria descuidada e prestava-se a facilitar o escoamento da produção, ou seja, a garantir fretes para a ferrovia.

As origens mesmo do empreendimento confirmam a finalidade em vista: vender parcelas de terra, visando lucros. Grupos londrinos tinham a intenção de comprar grandes extensões de terras no Brasil, para fazer plantações de algodão, destinadas a substituir as que possuíam no Sudão, onde a situação política era inquietante. Os resultados das primeiras viagens de estudos (1924) levaram à conclusão de que seria muito mais interessante investir em uma empresa de colonização, mesmo porque os pequenos proprietários que seriam instalados poderiam tornar-se produtores de algodão e, até lá, a sociedade teria realizado lucros substanciais.

As mudanças políticas no Brasil, depois de 1937, tornaram a posição das empresas estrangeiras no país cada vez mais aleatória. O governo federal apossou-se da estrada de ferro. Os acionistas britânicos passaram a ter cada vez maiores dificuldades para receber os lucros dos investimentos feitos no Brasil, onde a exportação de capitais passou a

ser severamente controlada e os impostos sobre os ganhos estrangeiros tornaram-se proibitivos. Pareceu-lhes preferível vender a empresa a um grupo de banqueiros de São Paulo. Mas, tornando-se nacional, a Companhia de Terras do Norte do Paraná não perdeu o caráter de empreendimento puramente comercial.

No estado atual, a estrutura econômica do mundo pioneiro aparece como a expansão do que ele havia sido no momento das primeiras penetrações dentro dos planaltos ocidentais. A riqueza fundiária, a produção agrícola e os meios de transporte estavam reunidos sob as mesmas mãos e era então fácil enumerar os poucos que dirigiam efetivamente o movimento pioneiro. A agricultura era o fundamento da riqueza, que se media em cafeeiros. Posteriormente, a direção dos negócios foi, pouco a pouco, sendo separada das atividades agrícolas. Hoje, os nomes dos diretores da "Paulista", que se encontram nos conselhos de administração dos bancos e das companhias de seguro não são mais citados como de grandes fazendeiros.

Somos tentados a escrever que houve ruptura entre a agricultura e as finanças. A primeira é, cada vez mais, atividade de gente modesta, e, em menor escala, de grandes fazendeiros. A potencialidade financeira, se não escapou completamente dos ricos fazendeiros-comerciantes, tornou-se cada vez mais anônima. Pertence a esse tipo de organizações que controlam tudo e não produzem nada. É mais lucrativo para as grandes empresas transportar, comerciar e financiar, do que plantar. Deixou-se a agricultura com suas incertezas aos fazendeiros obstinados e aos sitiantes. Elas conservaram, agrupados, todos os meios de controle.

As relações humanas encontram-se modificadas. O fazendeiro que não tem outra ambição senão a de cultivar seu cafezal e desfazer-se das terras impróprias ao seu trato, conserva ainda a imagem do plantador tradicional. Recruta sua mão-de-obra na velha região de que é originário. Assim, o fundador de Pedranópolis (Alta Araraquarense) provinha de Ibirá e os primeiros compradores vieram do mesmo município e do seu vizinho, Uchoa. Os primeiros sitiantes de Marília foram os que acompanharam um rico fazendeiro de Araraquara, Bento de Abreu Sampaio Vidal, que havia aberto fazenda e patrimônio na região nova. O fazendeiro clássico tinha sua clientela, que levava nas suas migrações e nem tudo desapareceu nas relações pessoais entre ele e seus colonos. Mas entre o sitiante e o gerente de um loteamento, o caráter das relações não pode ser o mesmo. O paternalismo do "patrão" para com seu "cliente" passou a ser substituído pelas relações de negócios do modesto sitiante com o comerciante ou com o industrial. Pode-se ver nessas transformações uma emancipação dos menos afortunados. Não é certo, entretanto, que eles tenham ganho muito com a troca da

dependência em que estavam com relação ao fazendeiro e o controle de um credor ou o anonimato diante de uma empresa poderosa.

Vender terras tornou-se, assim, fonte de recursos menos incerta e mais rendosa. Para que o negócio seja lucrativo, é preciso organizar o espaço; e as empresas de colonização estão melhor equipadas para o fazer. Trabalhos preparatórios para o povoamento, comércio da terra virgem e presença de grandes grupos capitalistas são os traços que conferem à franja pioneira paulista a sua originalidade atual e marcam a ruptura com os tempos dos fazendeiros.



## CAPÍTULO II

# O DESBRAVAMENTO E A EXPLORAÇÃO DA FLORESTA

As grandes linhas da paisagem já estão elaboradas. Nas plantas, os agrimensores delimitaram fazendas e sítios. O pioneiro fará os traçados dos lotes na floresta e eles surgirão como ilhas no meio do nevoeiro. Estradas e caminhos abertos na espessura da mata, clareiras abertas para os patrimônios, onde surgem os primeiros ranchos, tornam sensível a tomada de posse do solo. Depois disso, o agricultor poderá entrar em cena.

Não é conveniente atrasar as operações de desbravamento do terreno. Os processos são idênticos em todas as regiões tropicais e já tem sido descrita a técnica devastadora do caboclo, inteiramente adotada pelo pioneiro moderno.<sup>1</sup> Lembremos, rapidamente, os primeiros atos.

É durante a estação seca que começa a derrubada, seguida pela "roçada", isto é, a derrubada das árvores e a limpeza de cipós e arbustos. Quando os restos amontoados no solo, formando "coivaras", estão suficientemente secos, só resta tocar fogo. No final da estação seca, a fumaça das queimadas turva a atmosfera. Às vezes as chamas atingem os bordos das estradas e os *chauffeurs* passam em marcha forçada, para evitar quedas de árvores e riscos de incêndio. Em cada derrubada, o fogo extingue-se lentamente durante alguns dias e acaba apagando. Não resta senão plantar nas cinzas ainda quentes, entre os tocos e troncos que acabaram de queimar lentamente e os que vão apodrecer no chão. Técnica antiga e prática, que não se preocupa em tirar proveito da floresta e de suas riquezas, ela é ainda a mais habi-

(1) Ver Gourou, *Obra citada*, pp. 29 e segs.; Deffontaines, *Geografia humana do Brasil*, Rio de Janeiro, 1940, 118 pp. (p. 45) e Monbeig, *Ensaio de geografia humana Brasileira*, pp. 36-37.

tualmente adotada. Pode, às vezes, ser combinada com aproveitamento maior ou menor da floresta.

Quando não havia estradas nem caminhos para o transporte das árvores avantajadas, nem serrarias bastante possantes para as transformar em pranchas, não existia outra solução a não ser perder tudo o que oferecia a mata virgem. Um melhor equipamento industrial e meios de transporte adequados permitiram o desenvolvimento da indústria florestal desde 1920, no momento em que se faziam derrubadas na região de Barretos. Para essa nova atividade concorreu o desenvolvimento das construções urbanas em São Paulo e Rio de Janeiro e mesmo em Belo Horizonte e nas cidades do norte e sul, que abriam largamente um mercado até então bastante modesto.<sup>2</sup> As florestas dos planaltos paulistas fornecem madeiras de lei consumidas em todo o Brasil: peroba, ipê, jacarandá, canela, faveiro, angico e muitas outras, a que se juntaria a araucária no norte do Paraná.<sup>3</sup> De um momento para outro, a exploração industrial dessas árvores constituiu-se numa fase importante do desbravamento.

Entre os primeiros derrubadores da mata, muitos foram alemães chegados entre 1920 e 1925, no momento em que se acelerava a marcha pioneira na Noroeste e na Alta Sorocabana. Eles ensinaram o trabalho com a madeira a baianos e nordestinos e, assim, hoje são esses homens, vindos de regiões sem floresta, que formam a massa dos derrubadores. Eles aceitam melhor do que o italiano ou o espanhol a vida rude e o isolamento que a atividade freqüentemente lhes impõe. Juntamente com os baianos, encontram-se ainda nas áreas de corte e nas serrarias alemãs, às vezes eslavos e, mais freqüentemente, portugueses. Dirigidos por chefes do corte e pelos dirigentes das serrarias, esses derrubadores têm como tarefas reconhecer e abater as árvores de interesse, por vezes dispersas e mais raramente agrupadas na floresta.

Em geral, mas não exclusivamente, são celibatários e constroem seus ranchos, feitos com troncos de palmeiras e cobertos de folhagem, nas clareiras que eles mesmos abrem, junto aos cursos d'água. Às vezes, quando verificam, pelo estado da mata, que terão trabalho por longo tempo, constroem barracos com pranchas de madeira e limpam alguns pedaços de terreno para plantar um pouco de milho e de man-

(2) Informações devidas à gentileza do senhor Jean Lecocq. Desejamos agradecer vivamente ao senhor Lecocq por nos haver feito participar de sua experiência e conhecimento sobre as questões florestais de São Paulo.

(3) Peroba: *Aspidosperma polyneuron* Mull. Arg. O nome ipê é dado a árvores muito diferentes, sendo as mais correntes *Tocona chrysostrica* Mart., *Tocona impetiginosa* Mart. e *Macrobolium hymenacoides* Wild. I. O jacarandá-paulista é uma papilionácea (*Machoerium cillosum* Vog.), o faveiro é *Platypodium elegans* Vog., o angico *Piptadenia rigida* Benth. Maiores referências no Cap. II, 1ª Parte, livro I.

dioca. A duração desses acampamentos depende, antes de mais nada, dos recursos em madeira de lei da floresta. Pode ser de alguns anos, porque os deslocamentos são facilitados pelos caminhos. Os derrubadores aproveitam o vaivém incessante entre a serraria e a floresta para se deslocarem até as cidades, onde compram alimentos, ou para irem às áreas de corte ou às "esplanadas" (pequenas clareiras onde se amontoam em plena mata as cascas e outros restos das madeiras).

As serrarias são os centros da exploração das madeiras de lei. As mais importantes são construídas junto às estações ferroviárias, em cidades, como em Tupã, ou localizam-se em pontos de convergência de estradas, o que acontece em Presidente Prudente, Presidente Venceslau, em Londrina e em Andradina, por exemplo. Trata-se de serrarias pesadas, representando grandes investimentos e que não podem ser facilmente deslocadas, por causa da importância dos maquinismos. No entanto, é preciso acompanhar a destruição progressiva das árvores, que segue cadência rápida, estimando-se por vezes que em um mês atinge 300 alqueires.

Tem-se uma idéia do problema criado pelo distanciamento crescente do corte com relação à serraria, sabendo-se que para a Serraria Madeiral, localizada entre Presidente Venceslau e Caiuá, a separação era de 9 km em 1931, 13 em 1936, 17 em 1938 e ultrapassava 20 km em 1946. Atualmente, em certos casos, a madeira vem de mais de 40 km. O aumento da distância leva aos fretes suplementares e ao desgaste mais rápido do material de transporte, o que foi particularmente inquietante durante a última guerra, quando faltaram pneus, peças de reposição e também combustível. Foi essa a causa do abandono do tráfego rodoviário pelos madeireiros das serrarias de Presidente Epitácio, que deram início à exploração da floresta a partir do rio Paraná, tomando pé nas margens desse grande rio a montante (lagoa São Paulo) e a jusante (porto Cabral). Basta um pequeno rebocador para puxar as pilhas de troncos subindo o rio; um simples barco a motor as dirige na descida.

O problema da distância, que acabamos de apresentar, constitui, portanto, um empecilho sério para as serrarias pesadas. Elas conseguem resolvê-lo com os caminhos, e assim chegam a fixar-se por uma dezena de anos. Mas já se vê aparecer na própria zona pioneira a verdadeira indústria moderna da madeira. Em Londrina, recentemente, uma usina de madeira compensada passou a funcionar, ao mesmo tempo em que outras estavam sendo instaladas em Eldorado, em plena zona de araucárias (1942) e em Maringá (1948).

As serrarias leves acompanharam de perto a marcha da exploração florestal. Elas correspondem a um segundo nível, quando os "lavradores de madeira" sucedem aos madeireiros, não procurando mais as boas madeiras de lei e contentando-se com árvores de dimen-

sões e qualidade inferiores, destinadas principalmente à fabricação de dormentes para estradas de ferro. Elas preferem colocar suas instalações não ao lado dos trilhos ou dentro das maiores aglomerações, mas nos pequenos centros locais e nos loteamentos novos. Essas serrarias leves têm menor estabilidade e não permanecem no local mais do que uns poucos anos, acompanhando a marcha do povoamento.

Perdendo suas madeiras de lei e empobrecidas com o corte das árvores de qualidade média, a floresta ainda pode submeter-se a um terceiro estágio da exploração: o da lenha. Isso pode causar espanto sob um clima tropical, mas é preciso reconhecer que a maior parte dos trens é movimentada a lenha e que, a não ser nas grandes cidades, a cozinha é feita inteiramente com ela. Os lenhadores, pequenos empreiteiros locais que trabalham freqüentemente por conta das grandes empresas ferroviárias, fecham o cortejo dos que exploram a floresta.

Tal é o esquema da destruição da mata, antes que o pioneiro lhe dê o golpe de graça, incendiando-a. Não é possível acompanhá-lo por toda parte, porque existem as grandes reservas florestais, que as maiores empresas começam a formar. Habitualmente, as grandes serrarias contentavam-se em comprar dos proprietários de terras as árvores de madeira de lei, em pé, sendo sua atribuição o corte e o transporte dos troncos. Às vezes o proprietário prefere arrendar a floresta inteira ao madeireiro, por um contrato que estipula a duração estimada necessária para a exploração.

Parece, porém, que uma nova tendência se manifesta nos últimos anos, pois as serrarias inquietam-se com a diminuição das madeiras de lei e com as devastações feitas a torto e a direito, desperdiçando as riquezas naturais. Procuram também resolver o problema das distâncias e passam a comprar terras, a exemplo da Companhia Paulista de Madeiras, em Caiuá, ou da serraria da Colônia Aimoré, em Presidente Venceslau. Esta última, que já vai buscar sua madeira na margem direita do rio do Peixe, onde encontra a concorrência das serrarias de Tupã e Lucélia, adquiriu uma reserva que garante o seu funcionamento por uma dezena de anos. Operação idêntica, mas ainda maior, foi feita em Eldorado: uma verdadeira vila foi construída junto a uma enorme serraria que dispõe de uma superfície considerável de floresta.

Embora esse caso de exploração florestal saia do domínio do povoamento paulista, não deixa de ter interesse, porque as relações comerciais fazem-se por Apucarana e pela via férrea enxertada na rede da Sorocabana.

Depois da sucessão dos cortes da vegetação e da passagem dos derrubadores e dos caminhões, o solo, provavelmente, sofreu bastante e não irá atrair o agricultor. Mais ainda, trata-se dos solos ácidos da araucária ou de florestas vizinhas ao rio Paraná, uma faixa com cerca de 30 quilômetros no máximo, portanto situadas sobre terras de quali-

dade medíocre, zonas baixas e malsãs. Pode-se ver que já está em formação aqui uma região em que as pastagens ocuparão o lugar da floresta, pois esta está sendo seriamente explorada.

A exploração da floresta não é verdadeiramente completa, a não ser nas grandes propriedades. As serrarias especializadas nos trabalhos da madeira de lei não têm interesse em explorar superfícies tão pequenas como as dos sítios, a menos que venham a operar antes do parcelamento da terra. Foi o que se fez na gleba Montalvão, perto de Presidente Prudente, onde foi montada uma grande serraria em plena floresta e os pioneiros não foram autorizados a fazer as derrubadas antes do corte das árvores aproveitáveis. O povoamento começou então a se fazer em torno da serraria.

Essa espécie de integração da indústria florestal e da colonização pobre é excepcional. Na maioria das vezes, o sitiante não retira da floresta tudo que poderia aproveitar. Por vezes ele a negocia com um "lavrador de madeira", mas freqüentemente ele sacrifica a floresta. Trabalhando só, raramente associa-se aos vizinhos para a preparação do terreno em lotes contíguos. Tal associação, em mutirão, só é praticada em casos excepcionais, por exemplo para socorrer um vizinho doente.

O desbravamento é, portanto, uma tarefa individual, na qual o sitiante, levado pelo desejo de semear, considera a floresta mais como uma dificuldade a superar do que como um recurso possível. No conjunto, observa-se um desperdício considerável das riquezas florestais.<sup>4</sup> Talvez seja inevitável ou mesmo razoável, em face das técnicas do desbravamento e das de plantio. A exploração limitada da floresta teria a vantagem de esclarecer melhor ao sitiante, abrindo-lhe novos caminhos, enquanto que o aproveitamento total conduzirá à desnudação prematura dos solos. Retomando os procedimentos do caboclo, o sistema tradicional prepara as plantações melhor do que o faria uma industrialização da mata.

(4) Sobre esta questão, ver Gourou, *Obra citada*, pp. 90-92.

### CAPÍTULO III

## PLANTAÇÕES E PASTAGENS

Fazendeiro ou sitiante, trabalhando ou não por sua própria conta, o desbravador que vê o fogo extinguir-se na queimada, sabe que colheita obterá da terra e qual a paisagem aberta que substituirá a floresta e as suas ruínas. Plantação de café, cultura de algodão ou pastagem de engorda, são esses atualmente os temas fundamentais da paisagem e os três alicerces da produção, em torno dos quais organizam-se as atividades dos grandes e dos pequenos cultivadores. Outras culturas comerciais podem aparecer aqui ou ali, nascidas de um entusiasmo passageiro; mas nem pelo volume da produção, nem pelas superfícies utilizadas, elas podem rivalizar com o café, o algodão e a criação de gado.

Plantar para vender envolve riscos — e é preciso também plantar para comer. Dessa forma, ao lado das culturas comerciais, as de subsistência têm um lugar importante. As últimas precedem às primeiras no terreno, tão grande é a pressa do pioneiro em assegurar a alimentação da sua família. Assim, é pelas culturas de subsistência, ou de manutenção, que convém começar o estudo da produção pioneira atual e das atividades que se ligam às suas diferentes formas.

### A) AS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA

No solo ainda quente, o pioneiro começa a semear. Não há necessidade de nenhuma preparação. E nenhum outro instrumento, além da enxada, pode prestar serviço em um terreno juncado de escombros da floresta. A técnica agrícola não será complicada senão à medida que a plantação vier a ser desembaraçada dos restos da derrubada. A partir do segundo ano, será possível lavrar a terra com um arado leve, sem

roda e de manejo fácil, capaz de contornar um tronco abatido ou de saltar sobre o pião de uma raiz resistente. A carpideira triangular abrirá um sulco raso nos solos arenosos. Mais tarde poder-se-á usar uma carpideira com três ferros dispostos em triângulo, de maneira a poder cavar três sulcos ao mesmo tempo. Nas fazendas e, principalmente em cafezais, vê-se em serviço um arado com ferro mais profundo e complementado por um tombador de terra. Para cortar as raízes que obstruem ainda o solo, coloca-se freqüentemente um ferro com lâmina no arado, o que, nos cafezais, pode pôr em risco as raízes superficiais dos arbustos jovens. Uma grade dentada e, às vezes, uma carpideira mecânica, completarão o instrumental. Um animal, mula ou burro basta para puxar esses equipamentos.

De uma quinzena de anos para cá e em boa parte graças aos japoneses que plantam algodão, o emprego do arado e da grade passaram a ser práticas comuns. No entanto, em muitas fazendas onde as plantações apresentam-se muito serradas, só a enxada está em serviço. Leve, de forma semicircular, ela é de manejo fácil para o repasse da terra em solos leves. Nos terrenos mais pesados, ou quando se deseja cavar mais fundo, substitui-se a enxada por um instrumento mais pesado e de forma retangular, com ângulo de montagem quase reto, o enxadão.<sup>1</sup> O equipamento de cultivo do pioneiro não é, portanto, considerável.

O tamanho e a complicação do equipamento são índices significativos da idade e da importância de uma plantação. Mas, mesmo em fazendas já formadas, é chocante verificar o que subsiste de primitivo no trabalho agrícola. Permanece o otimismo do caboclo a repetir que no Brasil "plantando dá". Com efeito, tudo cresce em uma terra roxa recentemente desflorestada e, para um pioneiro vindo de um estado do sul do Brasil, a terra do norte do Paraná é "uma terra preguiçosa". Para que comprar um arado, quando bastam alguns golpes de enxada?

Pela simplicidade do seu equipamento, o pioneiro aproxima-se do caboclo e, como este, continua a usar a técnica da derrubada. A semelhança permanece quando se considera como ele semeia apressadamente, no momento em que começam a cair as chuvas "sementei-ras". O cultivador planta então um pouco de tudo e, entre grãos e tubérculos, todas as combinações são possíveis.<sup>2</sup> Plantam-se feijões, cebola, alho, abóboras, a cana-de-açúcar e, quando se pensa em ficar anos no local, também árvores frutíferas, principalmente bananeiras,

(1) Lalières, *Obra citada*, pp. 282-283. Retomada por Piettre, *Obra citada*, pp. 78-79.

(2) Gourou, *Obra citada*, p. 32: Fiz a mesma observação em outras regiões quentes e úmidas de agricultura primitiva.

laranjeiras e mesmo mangueiras. Algumas preferências manifestam-se aqui, segundo a origem étnica do pioneiro: os japoneses plantarão um pouco de soja e uma variedade de legumes; o baiano preferirá plantar mandioca e o espanhol terá as suas ervilhas.

Essa policultura desordenada, em que tudo é misturado no terreno, não consegue dissimular os dois cereais pioneiros, o milho e o arroz. Eles se encontram constantemente e por toda a parte, na variedade da paisagem rural, tanto nas derrubadas ainda fumacentas, como na retaguarda da franja pioneira, desde a Alta Araraquarense até o norte do Paraná.

É interessante notar que os dois cereais tiveram uma evolução análoga. O milho, cultivado há muito tempo, teve o seu apogeu com a imigração italiana, que o adotou em substituição à mandioca, o alimento básico da mão-de-obra das fazendas. Mais recentemente, o arroz de terreno alto, que também era plantado e consumido há muito pelo caboclo, recebeu um estímulo novo, depois da chegada maciça dos japoneses. Hoje, nenhuma das duas grandes culturas de subsistência pioneira está associada de maneira exclusiva quer aos italianos, quer aos japoneses.

Foi a partir de 1930 que o arroz começou a aparecer como concorrente do milho nas lavouras plantadas depois das derrubadas. De 1940 em diante e, mais ainda, depois de 1945, é plantado com maior desenvoltura. Esse sucesso deve ser atribuído, essencialmente, à alta dos preços, consequência do consumo crescente, relacionado com o abastecimento das populações urbanas e com o aumento da exportação. Nos últimos anos, é certo que também influíram a baixa dos preços e as más colheitas do algodão. Assim, de cultura de manutenção, o arroz tornou-se, pelo menos em parte, uma cultura comercial. No entanto, não se encontram na franja pioneira explorações agrícolas dedicadas exclusivamente ao arroz, diferentemente do que acontece com o café e mesmo com o algodão. Seu cultivo continua associado ao de outras plantas e não há excedentes para vender nas cidades, a não ser na fase inicial do desbravamento; isso porque sua participação recua logo em seguida, diante das verdadeiras culturas comerciais ou da criação. Nessas condições, parece-nos difícil falar de um ciclo do arroz, a exemplo de ciclo do café, do algodão, ou, outrora, da cana-de-açúcar, como às vezes se ouve.<sup>3</sup>

No terreno, é difícil distinguir onde predomina um ou outro desses cereais pioneiros, porque eles se encontram em toda parte. Nem

(3) Enjalbert (Henri), "L'agriculture européenne en Amérique du Sud", *Cahiers de la France d'Outre-Mer*, Bordéus, 1<sup>re</sup> année, n° 2, avril-juin 1948. "Depois de 1920 houve ciclos do algodão, do arroz, das laranjas" (p. 174).

o milho, nem o arroz cobrem vastas superfícies em uma plantação exclusiva, o que só acontece excepcionalmente. Eles costumam aparecer em pequenas parcelas, no interior de uma exploração agrícola. Com mais frequência ainda, o arroz e o milho associam-se a outras culturas, intercalando-se entre a mandioca e o feijão, misturados no meio de cafezais jovens. Entretanto, o arroz desaparece mais depressa, ficando o milho incorporado à plantação por muito mais tempo. Alguns pioneiros, principalmente os nordestinos, têm tendência a usar o plantio de milho, de preferência ao do arroz, para fazer enxugar o solo. Essas condições explicam porque as estatísticas indicam o predomínio do milho, tanto em centros de cafeicultura (Marília e norte do Paraná), como em lavouras recentes (margem paulista do Paranapanema, por exemplo).

O produtor de arroz não consome senão uma parte da sua colheita, tratada rapidamente e de maneira incompleta para lhe assegurar a quantidade indispensável ao gasto da família, devendo todo o restante ser vendido no centro urbano mais próximo. Há, portanto, interesse em preferir a cultura do arroz, sempre que os meios de transporte permitam seu escoamento rápido. Sem dúvida, o preço do transporte é um inconveniente, mas a alta recente dos preços dos gêneros alimentícios chega a compensá-lo. Essa a razão por que os que se instalam nas zonas rurais dos novos municípios da Alta Paulista (Parapuã, Osvaldo Cruz, Lucélia) plantam mais arroz do que milho.<sup>4</sup>

Quanto ao último, que não envolve transações comerciais consideráveis, o preço não compensa as despesas de transporte e ele aparece em toda parte associado à criação de porcos. Todo sítio tem, pelo menos, dois ou três porcos destinados ao consumo familiar e, quase sempre, engorda um leitão, para vendê-lo no centro mais próximo. Às vezes, o desbravador da mata especializa-se na criação comercial de suínos, reservando cem a duzentos alqueires para uma roça de milho, onde solta os animais no fim da estação chuvosa e, em seguida, vende-os a comerciantes das grandes cidades, inclusive São Paulo. Assim, os principais centros de criação de porcos coincidem com as grandes culturas de milho. Em Paulo de Faria, onde a superfície cultivada com milho é superior à do arroz, os dados indicam 70.000 porcos. Fato idêntico acontece em Araçatuba, que tem 38.000 cabeças e onde se interrompe a zona de rizicultura da Noroeste e o milho passa a ser mais importante. Mas é a Alta Sorocabana o principal centro. Os distritos de Iepê e Agissê possuem um rebanho de 67.000 animais, Araguaçu (ou Paraguaçu) tem 61.000, Maracaí 50.000, Palmital 37.000 e os

(4) Julgamos prudente abstermo-nos de cartografar estatísticas difíceis de ordenar e, por vezes, incompletas.

municípios mais ocidentais têm ainda rebanhos apreciáveis. A tradição mineira de criação de porcos não foi, portanto, esquecida. Na região de Londrina, o número de porcos elevava-se a 280.000 em 1943, ano em que a colheita do milho atingia 2.450.000 sacas de 60 kg. Cultura de milho e criação do porco são atividades típicas dos colonos alemães, estes mais numerosos na região nova do Paraná e na Alta Sorocabana, do que nas demais regiões pioneiras paulistas.

O milho e o arroz, campeões das culturas de subsistência da franja pioneira, acham-se estreitamente associados ao feijão e à mandioca. Pode-se falar do *quatuor de base* do sítio e a fórmula pode ser estendida ao conjunto dos agricultores pioneiros.<sup>5</sup> Esse é o grupo de "cereais" que aparece obrigatoriamente em toda instalação agrícola e que, em um quadro já definido, constitui a roça.

Os feijões, em grau de importância idêntico ao do arroz e do milho, participam da alimentação doméstica e também são objeto de vendas. A dupla colheita anual compensa o preço medíocre que alcança. Naturalmente, é o feijão das águas que ocupa maior espaço como cultura intercalar. Durante a estação seca, como é preferível não fatigar os solos, seu cultivo é, geralmente, feito em espaço separado e em modestas superfícies. Não é senão um complemento, se comparado à produção da estação úmida.

Quanto à mandioca, se jamais está ausente, o lugar que ocupa é muito menor. Raramente dá margem à comercialização. É uma cultura menos pioneira propriamente e está particularmente ligada às fazendas de café, cuja mão-de-obra compreende um grande número de baianos. O quadro seria incompleto se fosse esquecida a cana-de-açúcar. Rara é a lavoura nova onde não aparece uma pequena quadra plantada com cana, que se inscreve no caos das outras culturas. É plantada principalmente como forragem, mas também para ser vendida a engenhos (sempre há algum por perto) e obter um pouco de aguardante.

Pela simplicidade das técnicas, pela variedade da produção e pelo papel primordial que desempenham na alimentação familiar, essas primeiras culturas de subsistência enquadram-se bem no quadro de toda agricultura indígena de países quentes e úmidos. Mas a semelhança fica só nisso. Os rendimentos já demonstram diferenças, como os do milho, que são em média de 1.500 kg por hectare, podendo às vezes descer a 1.000, mas também frequentemente chegando a 1.800 kg, que é, aliás, o comum na região de Londrina. Ora, essas cifras aproximam-se muito mais das que se obtêm nas regiões temperadas, do

(5) Lecocq Muller (Nice), *Tipos de sítios em algumas regiões do Estado de São Paulo*, obra citada, p. 38.

que das taxas habituais nas culturas indígenas tropicais.<sup>6</sup> A mesma coisa acontece com o arroz, em que as cifras mais altas obtidas em médias calculadas por distritos, são da ordem de 45 a 50 sacas de 100 litros de arroz com casca por hectare (regiões de Votuporanga e de Regente Feijó). As mais fracas são de 12 a 17 sacas, nos campos da Alta Sorocabana. A média situa-se em torno de 30 sacas, taxa que passa ao dobro quando se trata de arroz de baixada, ou arroz de brejo.

Compreende-se então que, uma vez que dispõe de uma produção significativa, bem superior à de outras zonas tropicais sem irrigação, o pioneiro paulista esteja em condições de reservar uma parte da sua colheita para a venda. Ele é verdadeiramente um pioneiro, um homem que prepara o caminho para o vasto movimento de que ele é parte integrante, ao contrário do caboclo, desbravador que permanece à margem do mundo.

Ao mesmo tempo em que a produção e suas técnicas modificam-se, a paisagem evolui. Quando da abertura da roça, o pioneiro está, como o caboclo, escondido no meio da floresta. Como este, ele construiu, e rapidamente, uma cabana de ramagens, com teto de folhas de palmeiras, junto a um córrego. Não é essa a sua casa, mas um abrigo provisório. As derrubadas e as plantações sobem lentamente pelas encostas, a partir do córrego, e acabam chegando ao espigão, que ficou ainda recoberto pela floresta. Por muito tempo, circula-se entre dois paredões de árvores e poder-se-ia acreditar que a estrada atravessa uma região virgem de qualquer povoamento. Mas, ao tomar um atalho, há a surpresa de descobrir que os vales já estão cultivados. Assim, pouco a pouco, as plantações conquistam o terreno e as últimas faixas de florestas desaparecem. Ao mesmo tempo, as culturas de subsistência passam para um segundo plano, agora subjugadas pelas destinadas à comercialização. As primeiras colheitas de cereais só ajudaram a formar um cafezal, a secar o solo para semear algodão, ou prepararam-no para uma pastagem.

## B) AS PLANTAÇÕES DE CAFÉ

O café continua sendo a riqueza da franja pioneira. Cultura arbustiva, exige um capital inicial e cuidados constantes e é capaz de fixar por muito tempo os que a praticam. Cultura tradicional, tem a seu serviço uma organização comercial já experimentada, que se mantém, apesar dos abalos econômicos e que inspira confiança. É a razão por que, desde que o barômetro dos negócios tende a subir, os pionei-

(6) Gourou, *Obra citada*, p. 18.

ros voltam ao café com fé cega. Sob esse, como sob outros aspectos, a fase atual da marcha pioneira paulista não está inovando coisa alguma. Entretanto, não só não se deve identificar mais a marcha do povoamento com a do café, como as causas que acionaram a última, decididamente, não são mais as de há vinte anos. Enfim, os aspectos econômicos e sociais da cafeicultura acentuaram fortemente uma evolução já esboçada e que, fatalmente, teria de modificar as atividades ligadas a eles.

### 1º) *O lugar do café no movimento pioneiro, após 1929*

A queda dos preços, em 1929, atingiu os fazendeiros quando estavam em vias de aumentar suas plantações. Ela quebrou, nitidamente, o *élan* dos colonizadores da Alta Sorocabana, surpreendeu os grandes fazendeiros de Marília no momento em que começavam a colher as primeiras safras e mergulhou na confusão os de Valparaíso e do *far west* de Rio Preto, então em pleno desenvolvimento. De que recurso poderia socorrer-se o fazendeiro que, vendo a saca de café alcançar 60 cruzeiros, acabava de plantar 50 mil, 100 mil ou mais pés e encontrava-se, de um momento para outro, com a produção em mãos e não podia se desfazer dela a mais de 16, ou às vezes, mais de 4 cruzeiros a saca?

Outra inquietação pesava sobre os fazendeiros no momento em que a crise começava a resolver-se: a redução, sensível em toda parte, dos rendimentos das lavouras. Quando se consideram os rendimentos médios do quinquênio 1934-35 a 1939-40, fica-se chocado com a constatação de que, na maioria dos municípios, foram inferiores a 44 arrobas por 1.000 pés. Só 42 do total de 270 municípios ultrapassaram essa cifra, já tida como muito modesta quarenta anos antes.<sup>7</sup> Seria fastidioso analisar os novos dados, com tantos detalhes como o fizemos para períodos anteriores, porque seria uma repetição do que já foi visto. Contentar-nos-emos com a observação dos fatos mais característicos da fase atual.

De todas as regiões de terra roxa, uma só mantém, e brilhantemente, uma produção elevada: a de Xavantes, compreendendo também os municípios de Ipaucu, Óleo, Piraju e Ourinhos, com rendimento recorde de 102 arrobas. Deve ser lembrado que essa área acabava de entrar em cena quando desencadeou-se a crise e que deve à juventude de seus cafezais a sustentação do primeiro lugar. Em compensação, a produção dos outros cafezais de terra roxa declinava rapi-

(7) Cálculos baseados em *O café, 1937-1938 e Estatística agrícola e zootécnica 1939-1940*, publicações de Departamento Estatística.

damente. Em São Manuel passou de 68,5 em 1912-18 a 65,2 em 1926-30 e 36,2 arrobas por 1.000 pés no último período. Em Jaú, para os mesmos períodos, encontramos 72,2, 59,2 e 46,0; em Araraquara, 56,8, depois 46,6 e 32,4. Na velha região de Ribeirão Preto estava-se longe dos resultados da *belle époque*, pois Cravinhos não registrava mais do que 42,5 arrobas, contra 52,1 antes da crise de 1929 e 88,6 durante a Primeira Guerra, São Simão aparece com 34,4 contra 43,5 e 58,5 e Ribeirão Preto só produz 38,2 arrobas por 1.000 pés, contra 54 e 51,3, nos mesmos períodos.

Nas zonas de plantações recentes, a situação não era muito melhor. Para o conjunto da Alta Araraquarense, os rendimentos diminuíram de 51,6 para 41,1. Os cafezais mais novos da área, os de Tanabi e de Monte Aprazível registraram 43 e 41 arrobas por 1.000 pés, respectivamente. A Alta Sorocabana produz apenas um pouco mais (43,8) e a terra roxa de Paraguaçu assegura a cifra mais elevada (61,8). Mas a produção cai para 40 nos municípios mais ocidentais, os mais recentemente ocupados. Duas zonas novas, entretanto, apresentam rendimentos bem superiores à média: a Noroeste, onde Pirajuí e Lins aparecem com 61 e 65 arrobas, enquanto Guararapes atinge 72 e a Alta Paulista, em que Marília e Tupã aparecem com 82 e 84 arrobas, respectivamente. Se os solos arenosos dos planaltos ocidentais não se mostram capazes de altos rendimentos, em alguns pontos o compo-

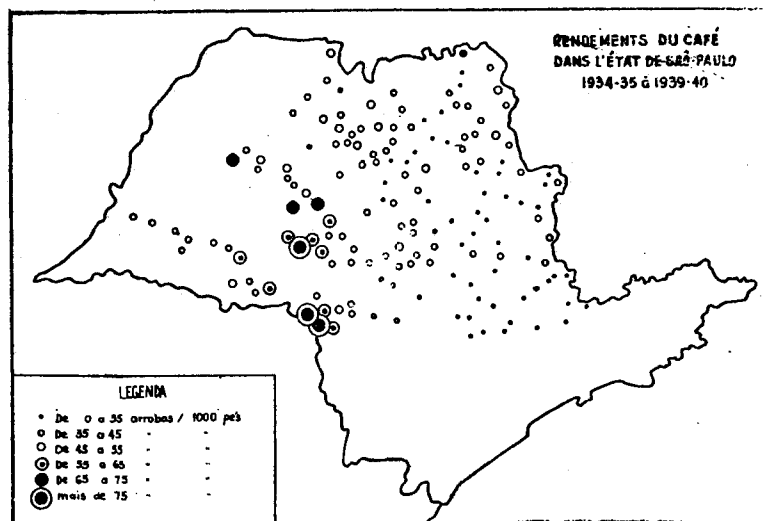


Fig. 28. Rendimento do café durante o período 1934-35 a 1939-40 (ano agrícola). Comparar com as figuras 17 e 18.

nente calcário sustenta produção satisfatória. Mas as privilegiadas terras cinzentas dos mais altos espigões tornam-se cada vez mais raras para oeste e as chances do café, conseqüentemente, diminuem. Em cada uma das suas ocorrências, na Variante, em Votuporanga, em Marília-Tupã ou em Presidente Prudente, as plantações se isolam, sem grandes possibilidades de expansão. De resto, não está estabelecido que os fracos rendimentos se devam unicamente aos solos, pois eles são os mesmos em Pirapozinho e Marília e os rendimentos diferem muito.

Foi uma espécie de descuido no trato proporcionado aos cafezais o que sucedeu à crise econômica. Desencorajados, sentindo a necessidade de diminuir os custos de produção, portanto de reduzir o pessoal nas lavouras, os fazendeiros não asseguraram aos cafeeiros os mesmos cuidados a que estavam acostumados, pois "a cultura cafeeira é dispendiosa, mas agradecida aos cuidados que lhe são dispensados".<sup>8</sup> Os fazendeiros empobrecidos não estavam mais em condições de manter toda a vigilância necessária para conservar os arbustos em bom estado. Os colonos, menos numerosos, não faziam mais com a mesma precaução o repasse depois da colheita. Grãos apodrecidos, folhas e galhos ficavam acumulados junto aos arbustos, e a broca expandia-se, atacando irremediavelmente uma grande parte dos cafezais paulistas. É preciso acrescentar que os fazendeiros tiveram azar, porque o mau tempo veio juntar-se às inquietações econômicas e à fadiga dos solos. Os anos de geada ou de seca excessiva, de 1942, 1943 e 1944, foram particularmente cruéis. Nas grandes fazendas de Olímpia, uma taxa de rendimento de 200 arrobas por 1.000 pés era normal em torno de 1926; mas em 1945, os agricultores deviam contentar-se com uma trintena de arrobas. Em um cafezal de 900.000 pés, plantados na fazenda Almeida Prado (distrito de Major Prado) a partir de 1922, notaram-se sinais de fadiga em 1935. Entretanto, a colheita de 1942 encerrou-se com um rendimento bastante favorável: 126 arrobas. Mas já no ano seguinte caiu para 22 e mais baixo ainda em 1943-44 (12 arrobas), elevando-se para 24 em 1944-45.

A esse conjunto de acidentes climáticos e de infortúnios econômicos, juntaram-se medidas administrativas que contribuíram para aumentar as dificuldades dos fazendeiros. O governo proibiu novas plantações (decreto de 22 de novembro de 1932). Era uma medida defensável em plena crise, mas não agora, quando era necessário compensar a destruição dos velhos cafezais. A sustentação dos preços permitia aos proprietários de cafezais decadentes que se mantivessem,

(8) Pinto de Carvalho (Paulo), *Aspectos de nossa economia rural*, São Paulo, 57 pp. "A cultura cafeeira custa caro, mas ela recompensa os cuidados que lhe são dados".



bem ou mal. Courtin observou com justeza "as plantações enfraquecidas do vale do Paraíba e da região de Campinas e ainda outras que, normalmente, deveriam desaparecer, serem mantidas".<sup>9</sup> No momento em que o mercado mundial começava a reagir, um controle rigoroso do tráfico interno e também do comércio exterior, além de numerosas e pesadas taxas, desencorajavam os produtores. Calculava-se que uma das taxas mais pesadas, a "quota de sacrifício", destinada à liquidação dos estoques acumulados, equivalia à doação gratuita de uma colheita em três.<sup>10</sup> A regulamentação cambial era tão rigorosa, que os negociantes fizeram com que seu peso recaísse sobre os produtores. Um destes concluiu de tudo isso: "A única solução é abandonar e cortar os cafezais."<sup>11</sup>

Foi isso o que aconteceu. Em todo o Estado de São Paulo, tanto nas novas como nas velhas zonas, registrou-se um recuo do café. Ele deixou de impor-se na paisagem, não só porque não se plantou, mas porque destruíram-se muitos cafezais. Os oito milhões de cafeeiros da fazenda Santos Dumont (zona de Ribeirão Preto) foram reduzidos a 500.000 em 1944.<sup>12</sup> Dos dois milhões plantados em Bastos entre 1928 e 1930 não restou quase nada. Todos os seus 900.000 cafeeiros da fazenda Almeida Prado foram arrancados. Poder-se-iam citar ao infinito exemplos do mesmo gênero. No total, em todo o Estado de São Paulo, 547.969.980 cafeeiros foram deliberadamente destruídos, de 1935 a 1944. Desse total, 2.408.075 referem-se a regiões de produção quase nula, como o litoral e a serra do Mar, 357.077.260 foram de zonas antigas e 188.484.645 de regiões novas.<sup>13</sup> Por "regiões novas", a estatística oficial compreendia municípios como Bauru ou Lins, em que as plantações datavam de 1910-1920 e também áreas como as de Araçatuba e Monte Aprazível, onde não tinham mais de quinze anos, às vezes somente dez. No primeiro caso, a eliminação do cafezal pode atingir arbustos fatigados, plantados em solos que não resistiram a

(9) Courtin (René), *Le problème de la civilisation économique au Brésil*, Paris, 1941, 539 pp. Ver "Soutien des prix et politique du café", p. 171.

(10) Sampaio Vidal (Bento A.), *O café na economia brasileira*, São Paulo, 1943, 51 pp. Ver "Os fazendeiros", p. 32.

(11) Sampaio Vidal, *Obra citada*, p. 45. Uma insuportável burocracia pesa ainda sobre o produtor e sobre o comerciante. Ver o artigo de Omer Mont'Alegre, "Café, rei periclitante", *Observador econômico e financeiro*, ano XIII, nº 150, julho, pp. 54-65. Melhor ainda: *Relatório da Comissão de Reerguimento da Lavoura Cafeeira*, São Paulo, s.d. [1947], 75 pp. O autor não teve conhecimento deste trabalho senão depois da redação deste capítulo.

(12) *Diário de São Paulo*, 17 de setembro de 1944. Ver também *O Estado de S. Paulo* de 15 a 16 de agosto de 1939.

(13) *Anuário estatístico*, 1945, Superintendencia dos Serviços do Café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, 190 pp., 1946. Ver pp. 38 a 48.

vinte e cinco anos de cultivo. No segundo caso, os cafeeiros foram destruídos não tanto pelo declínio da produção, como pelos preços irrisórios oferecidos aos produtores.

É conveniente verificar a importância dos danos nas plantações abandonadas bem no momento em que atingiam a idade de dar grande produção e que foram vítimas não só das condições naturais próprias de regiões tropicais, mas também de uma economia enfraquecida. Calculamos, a propósito, a porcentagem dos cafeeiros em produção no ano de 1944, em relação ao máximo de pés produtivos durante o decênio 1935-1944. Ora, em cada um dos grupos de municípios pioneiros, essa proporção não foi positiva. Para quatro municípios geograficamente idênticos (Rio Preto, Mirassol, Monte Aprazível e Tanabi), a porcentagem foi de 72. Na região de Araçatuba-Andradina, os cafeeiros de 1944 não são agora senão 46% do máximo que eram no decênio em causa. Em Araçatuba não há senão 6 milhões de cafeeiros, quando eles eram 30 milhões; nos dois municípios recentemente plantados, Valparaíso e Andradina, não há progresso algum nas plantações de café. A queda é menos forte em Marília-Tupã (79%), enquanto que a zona ocidental da Alta Sorocabana experimentou a maior diminuição, não tendo mais do que 41% dos cafezais anteriores. O período que sucedeu à crise econômica de 1929 ficou marcado não só pelo estancamento das plantações de café nos municípios jovens de São Paulo, mas também pelo recuo dos cafezais já existentes.

Mas os paulistas não renunciaram ao cafeeiro, como se pode ver nos últimos anos. O preço do saco de 60 kg subiu a Cr\$ 301,00 em 1944, Cr\$ 415,00 em 1945 e Cr\$ 523,00 em 1946.<sup>14</sup> Esperava-se que os preços melhorassem ainda mais, e já subia a febre das plantações. Entre 1935 e 1940, quando se visitavam as derrubadas de São Paulo, era excepcional descobrir as frágeis armações de paus que protegem os cafeeiros jovens, ou ver as folhas novas destes. Tudo era diferente para quem viajasse em 1945 e 1946 de Tupã a Gracianópolis, ou de Tanabi a Jales. Um observador aparentemente bem informado indica, em 1947, que três milhões de cafeeiros novos vão começar a produzir brevemente em Tupã, sete milhões em Osvaldo Cruz, vinte milhões e meio em Lavínia, dois milhões em Fernandópolis e dois em Quatã.<sup>15</sup> A retomada do café é, portanto, bem nítida, principalmente na região tributária da Paulista e de sua rede rodoviária. E isso não é somente o

(14) 1938: Cr\$ 134,00; 1939: Cr\$ 172,00; 1940: Cr\$ 182,00; 1941: Cr\$ 193,00; 1942: Cr\$ 270,00; 1943: Cr\$ 286,00. *Bol. Superint. do Café*, ano XXIII, maio 1948, pp. 314-317.

(15) *O Estado de S. Paulo*, 17 de janeiro de 1948.

resultado de uma boa organização dos meios de transporte, mas porque lá ainda há muito espaço disponível.

Os paulistas não esperaram os sintomas de uma nova prosperidade para procurar compensar a decadência dos velhos cafezais por novas plantações. A liberdade de plantar no Paraná lhes deixava a porta aberta e eles aproveitaram. Na realidade, a legislação abria a eles o acesso a solos incomparavelmente superiores aos das zonas novas do seu estado. Assim, o movimento iniciado na terra roxa do Paraná entre 1920 e 1925, com a proibição que pesava sobre São Paulo, ganhou maior velocidade. Os fazendeiros aumentaram suas plantações nos espigões situados entre os rios Paranapanema e Tibaji, em Bandeirantes, Mariana e Cornélio Procópio. O café atravessou o Tibaji quando os ingleses puseram à venda as terras de Londrina, que, a partir de 1935-37, tornou-se o grande produtor do norte do Paraná. O quadro abaixo, calculado pelo *Atlas Cafeeiro do Paraná*, de 1941, mostra qual a marcha do café ao longo da ferrovia que atravessa a franja pioneira do norte do Paraná:<sup>16</sup>

Municípios	Cafeeiros — 1941			
	de menos de 4 anos	de 4 a 8 anos	de 8 a 20 anos	mais de 20 anos
Jacarezinho .....	4%	45%	27%	22%
Cambará .....	16%	27%	55%	22%
Bandeirantes .....	43%	26%	31%	22%
Sertanópolis .....	67%	29%	3%	22%
Londrina .....	84%	16%	3%	22%

Esses municípios somavam naquela data perto de 30 milhões e meio de cafeeiros, dos quais 12 milhões só no município de Londrina. A fragmentação dos municípios e a deficiência das estatísticas não permitem acompanhar os progressos realizados depois de 1941. No entanto, é possível indicar preliminarmente que a quantidade de café despulpado no município de Londrina em 1946 elevou-se a 240.000 sacas de 60 kg, isto é, o dobro da quantidade processada em 1945, apesar de a circunscrição administrativa haver tido uma grande redu-

(16) *Atlas corográfico da cultura cafeeira*, Estado do Paraná, Departamento Nacional do Café, 1941.

ção. Em Sertanópolis o Senhor Geremia Lunardelli informou-nos em 1946 que possuía mais de 3 milhões de pés, dos quais 400.000 com menos de cinco anos, 850.000 com menos de quatro, 300.000 com três, 760.000 com dois anos e 620.000 com um ano, e tinha a intenção de plantar 800.000 novas mudas em 1947. Nos arredores de Apucarana, Marialva e Maringá, em 1946 só havia derrubadas novas e plantações de café. Portanto, um novo centro de produção formou-se no norte do Paraná em menos de 15 anos. Pela sua importância, ele é comparável ao que era a noroeste em 1926, mas com uma preciosa vantagem, a terra roxa.

Encontram-se aí taxas de rendimento que se tornaram excepcionais em São Paulo. Cita-se, perto de Cambará, a cifra recorde de 500 arrobas por 1.000 pés e uma fazenda cultivada há um quarto de século em Ingá mantém um rendimento superior a 100 arrobas. De acordo com as informações do Senhor Thomas (Londrina), o rendimento máximo normal é de 300 arrobas e o mínimo de 70. Pode-se considerar uma média de 120 arrobas por 1.000 pés, que seria atingida pelos arbustos plantados há doze anos. Temos nessa região, assim, a continuação das grandes zonas cafeeiras da terra roxa no século passado e parece estar aí o último refúgio importante que se oferece aos cafeicultores paulistas.

A onda do café continuou, portanto, a propagar-se, seguindo as normas anteriores, isto é, progressão nos planaltos dos arenitos Bauru e procura da terra roxa. Mas a continuidade geográfica não esconde a transformação radical do processo. Se antes da crise de 1929 procurava-se ainda aumentar as superfícies, para aumentar a produção, hoje essa não é uma preocupação que sensibilize os plantadores. A questão é muito mais angustiante, porque se trata, para eles, de salvar o café paulista e, se possível, reconstituir um estoque de plantas comparáveis às do passado. A diminuição dos rendimentos, a destruição de cafezais e também a concorrência de outros produtores foram tais, que se tornou urgente reconstituir o capital que são os cafeeiros. Assim, o avanço para oeste não é mais uma progressão, mas uma espécie de fuga.

## 2º) A pequena plantação de café

Além da mudança fundamental no conjunto das causas ligadas à marcha do café, deve ser considerado o desenvolvimento da pequena plantação ao lado da fazenda.

Algumas cifras bastarão para demonstrar esse desenvolvimento. Em 1937-38, em Tanabi, de 425 cafeicultores, 418 possuíam menos de 50.000 cafeeiros. Em Valparaíso havia 160 em um total de 181, em Marília 985 em 1.078 e em Presidente Prudente 1.176 em 1.201. O

recenseamento agrícola permite conhecer a média de cafeeiros em produção por plantador e os dados são bastante significativos:

Alta Araraquãense	{ Rio Preto	24.192
	{ Mirassol	16.297
	{ Tanabi	11.497
Noroeste (Variante)	{ Araçatuba	36.243
	{ Valparaíso	22.414
	{ Andradina	5.000
Alta Paulista	{ Garça	50.429
	{ Marília	52.291
	{ Tupã	8.758
Alta Sorocabana	{ Santo Anastácio	15.112
	{ Presidente Prudente	13.940
	{ Presidente Venceslau	20.528
Norte do Paraná	{ Bandeirantes	17.432
	{ Cambará	25.117
	{ Cornélio Procópio	16.957
	{ Sertãoópolis	9.099
	{ Londrina	7.625

Pode-se observar até onde chegou o fracionamento dos cafezais nos municípios mais recentes. É principalmente no norte do Paraná que ele aparece mais nitidamente, com o contraste entre as margens direita e esquerda do rio Tibaji; contraste que também existe entre Marília e Tupã, ou entre Valparaíso e Andradina. É preciso ver nessa diferença a distinção entre as plantações começadas antes da crise de 1929 e as que foram principalmente obra dos sitiantes, a partir de 1932.<sup>17</sup> Para apreciar verdadeiramente esses fatos, seriam necessárias condições para avaliar com precisão o número de cafeeiros das grandes fazendas, das fazendas pequenas e dos sítios.

As cifras que demonstram a fragmentação extrema da propriedade cafeicultora escondem um pouco a realidade social. Não bastou o aumento do número de cafeicultores, nem a diminuição da superfície média dos cafezais para tornar democrática a estrutura social. Os números não indicam que o mesmo agricultor pode possuir muitas

(17) Cifras calculadas para o Paraná utilizando o *Atlas corográfico*, e para o Estado de São Paulo, o volume *Estatística agrícola e zootécnica*, 1939-1940.

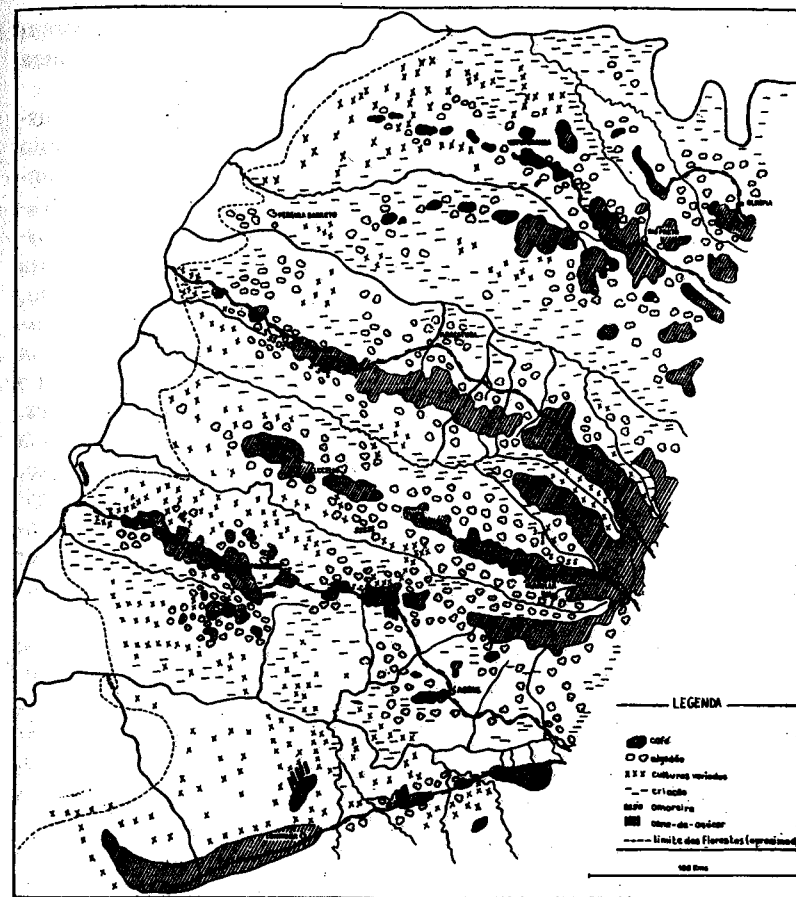


Fig. 29. Ensaio de carta agrícola da franja pioneira paulista em 1946. Escala: 1:2.2.800.000.

propriedades, pois estas podem aparecer no papel como uma fazenda qualquer, entre tantas outras. Mas, se levarmos em consideração que três ou quatro plantações acham-se em mãos de uma só pessoa, vê-se que, se o latifúndio não existe mais nas estatísticas, ele permanece como uma realidade econômico-social. Às vezes as diferentes propriedades de um só estão situadas a grande distância umas das outras, uma na retaguarda da franja pioneira, outra mais na frente do avanço, outra em uma zona diferente. Mais freqüentemente, um proprietário detém várias explorações na mesma região, às vezes em um mesmo

município. Em outro local, os membros de uma família receberam parte de antiga gleba, que foi partilhada ou que lhes coube por herança e eles administram fazendas vizinhas.

Certa dose de racionalização da cultura e da preparação industrial do café torna tudo mais fácil. Mas, se as propriedades são muito extensas, o café deixa de ser o único recurso e é completado por plantações de cana, pastagens e culturas de algodão e essa nova infraestrutura agrícola acaba transformando-se em uma organização industrial. Nesse ponto, a associação de caráter familiar assume a forma legal de sociedade anônima. Um excelente exemplo foi a constituição, em 1946, da sociedade "Ricardo Lunardelli S. A., Agricultura, Indústria e Comércio", com capital de Cr\$ 36.000.000,00. Essa empresa reúne as propriedades do Senhor Ricardo Lunardelli e seus filhos, no município de Sertanópolis,<sup>18</sup> no total de perto de 4.000 alqueires, capital fundiário a que se deve acrescentar um "patrimônio", uma usina e destilaria de cana, serrarias, caminhões etc. Trata-se, portanto, de uma empresa de primeira linha; mas cada um dos elementos patrimoniais aglomerados na sociedade anônima continuará a figurar isoladamente nas estatísticas. Estas não revelarão ainda que ao poder econômico juntam-se facilmente o prestígio moral e a influência política.

O papel do sitiante na economia do café seria mais fácil de avaliar se conhecêssemos qual a sua verdadeira participação na produção e se pudéssemos compará-la à dos grandes proprietários. Na falta de dados suficientes, pode-se de qualquer forma assinalar a fragilidade dos rendimentos e a medíocre qualidade do café colhido pelos sitiantes. Se a queda dos rendimentos atinge as grandes plantações, ela afeta ainda mais aos pequenos. Nos municípios em que a média situa-se em torno de 50 arrobas por 1.000 pés, é freqüente ocorrerem taxas de 100 e mesmo mais nas grandes fazendas. A Alta Sorocabana, que é a de rendimentos mais baixos entre todas as zonas novas, é também a em que houve recuo mais acentuado do café e é, ao mesmo tempo, a região em que a porcentagem das pequenas propriedades é a mais alta. Em 1937-38, as propriedades com menos de 25.000 pés de café representavam 88,8% nos municípios de Regente Feijó, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Presidente Prudente e Presidente Venceslau. Uma segunda região de fraco rendimento, a de Rio Preto a Tanabi e Monte Aprazível, passando por Mirassol e José Bonifácio tinha uma proporção de pequenas explorações apenas um pouco inferior à anterior: 83%. Em compensação, na zona de Garça e Marília, que, de todas as regiões novas era a de melhores rendimentos, a participação das pe-

(18) *O Estado de S. Paulo*, 7 de setembro de 1946.

quenas explorações não passava de 71%. Na Variante, comparável nos rendimentos ao grupo liderado por Marília, os pequenos sítios eram menos numerosos ainda: 64%.

É prudente lembrar, porém, que depois das geadas e das secas dos anos de 1942, 1943 e 1944, a produção tornou-se extremamente fraca em todas as explorações, fazendas ou sítios, pois as conseqüências foram desastrosas para todos. Mas quando se consideram períodos mais longos, levando em conta os fatos observados, a superioridade das fazendas parece certa, porque ela provém de diferenças de técnica agrícola, que se manifestam desde a plantação dos arbustos jovens, diferenças que são o resultado direto da capacidade econômica.

O pioneiro ocupa-se, simultaneamente, da preparação das culturas de subsistência e da formação do cafezal. A aproximação do período das chuvas lhe impõe esse trabalho dobrado, que não é uma violência porque as tarefas de enterrar no solo sementes de arroz, de milho, de feijão, ou ramas de mandioca, não representa muito trabalho, nem muito tempo, nem muita fadiga. O cafezal continua a ser formado pelos processos antigos, comuns à maioria dos países produtores de café. Nas covas quadrangulares, com profundidade que varia de 30 a 50 centímetros, plantam-se várias mudas de café, de maneira que os seus ramos mais altos não ultrapassem a superfície do solo. Em seguida, essas covas dispostas em fileiras bem traçadas e separadas por intervalos regulares, são recobertas por uma pequena armação de madeira, que as protege, ao mesmo tempo, dos animais e dos raios de sol. Quando o cafeeiro está suficientemente alto, no fim de dezoito meses a dois anos, é desembaraçado do frágil abrigo e só então se pode ver um cafezal. Este ficará ainda mais visível com o tempo, à medida que as ruínas da derrubada vão desaparecendo e que as culturas intercaladas marcarão mais nitidamente a intervenção do homem.<sup>19</sup>

Há pormenores no aspecto do cafezal jovem que provêm da situação social ou da origem étnica do plantador. O pequeno proprietário que forma um cafezal, negligencia a remoção dos tocos e troncos derrubados. Esse trabalho obrigaria a uma mão-de-obra que a sua família, suficientemente ocupada pelas culturas de subsistência, não pode fornecer, ou que ele não é suficientemente rico para recrutar fora. Ele utiliza os paus que atulham o seu terreno para uso doméstico e prefere não os vender. Considera, não sem razão, que todos esses restos ao apodrecerem enriquecerão o solo e atenuarão os estragos da erosão. Mas a vegetação espontânea, com as chuvas do verão, reponta muito

(19) Os métodos de formação do cafezal não mudaram e são os mesmos em todas as regiões. Não é necessário insistir, uma vez que Lalières, Piettre e Chevalier já os descreveram amplamente.

rapidamente. Os pequenos arbustos e as ervas invadem o cafezal do sitiante, que não tem nem tempo nem meios de processar a limpeza necessária. Afogados pela lixa ou lixeira, os cafeeiros novos crescem mal e muitos morrem antes mesmo de entrarem em produção. Em um sítio de quatro ou cinco anos, não é raro encontrarem-se arbustos mortos ou amarelecidos, o que indica pura perda desde o momento da partida e comprova uma deficiência técnica.

Parece que só o pequeno cafeicultor japonês se esforça pela limpeza da sua plantação. Antes de cavar as covas, se as chuvas não forem muito precoces, ele elimina tudo que possa embarçar o terreno. Fiscaliza a retomada da vegetação e o crescimento das más ervas, conservando a sua plantação nova com um cuidado que possibilita reconhecê-la no meio das outras. Um ano depois da derrubada, o pioneiro japonês desenterra os tocos que os demais pioneiros deixariam apodrecer no local; pode, em seguida, trabalhar com o arado. O contraste das técnicas é perfeitamente conhecido pelos brasileiros, que dizem simplesmente que, enquanto eles levam um mês para limpar o solo e um ano para prepará-lo, o japonês demora um ano para limpar e um mês para preparar.<sup>20</sup>

A insuficiência técnica do sitiante de café encontra-se no pouco cuidado que mostra para conservar o solo em bom estado. Ele o sobrecarrega durante muito tempo com culturas intercaladas, as mais variadas. Com pressa de vender, ele entrega às máquinas de beneficiar o café em coco, mas perde a palha do café, que é um adubo eficaz. Quando é ele mesmo que faz a secagem, seu terreiro, em terra batida, não permite uma operação completa. Enquanto as grandes fazendas acabam a secagem iniciada nos terreiros, recolhendo o café nas tulhas, o sitiante põe à venda um produto de qualidade inferior, com os grãos secados desigualmente, sem aroma uniforme e misturados a toda espécie de impurezas, como pequenas pedras, torrões de terra, fragmentos de madeira. A cafeicultura do sitiante não se destaca, portanto, pela perfeição, como deveria ser o caso de um pequeno arboricultor. Antigo colono, saído da fazenda, o sitiante de café contenta-se com imitar o fazendeiro, mas sem ter os recursos deste.<sup>21</sup>

(20) Ver também o capítulo seguinte.

(21) Teixeira Mendes (J. E.), "A pequena propriedade cafeeira", *Boletim da Superintendência dos Serviços do Café*, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, ano XVIII, junho 1943, pp. 426-432. É preciso notar que o sitiante não procurou plantar outras variedades, além das já utilizadas pelos fazendeiros. A variedade mais difundida foi o *bourbon*, que oferece linhagens diferentes (no Paraná planta-se o "caturra", que é mais resistente). Informações gentilmente fornecidas pelo senhor Edgar Fernandes Teixeira.

Grande erro é continuar a praticar a colheita pela derricha, isto é, arrancando muitos grãos com um só golpe. No tempo da escravatura, com mão-de-obra abundante e barata, a colheita era mais cuidada, embora a safra fosse menos abundante. Os fazendeiros, premidos pelas necessidades de mão-de-obra, descuidaram da colheita e procuraram compensar-se com o volume da produção e, parcialmente, pela manipulação dos grãos nos terreiros, nas tulhas e nas despolpadoras. Poder-se-ia pensar que o sitiante passaria a ter a preocupação inversa. Ora, na realidade incapaz de preparar os grãos, ele adotou, pelo hábito, o sistema da colheita do fazendeiro. Mesmo o imigrante italiano ou espanhol, com toda a motivação que trouxe do trato da vinha ou da oliveira, não procurou aplicar tantos cuidados ao cafeeiro. Como assalariado pago insuficientemente e a quem toda iniciativa era proibida, ele esqueceu as práticas minuciosas de uma arboricultura esmerada. Ele foi como que fascinado pela massa da produção cafeeira, obtida com um mínimo de esforços. Não seria natural que, uma vez dono de seu próprio cafezal, ele pusesse em ação as práticas que haviam enriquecido seus antigos patrões? Tivesse procurado modificá-las e, sem dúvida, não o poderia fazer. Não podendo encontrar outra ajuda além da sua família, não está melhor preparado do que o fazendeiro para proporcionar à colheita melhores cuidados. A construção de um bom terreiro de tijolos e a compra de boas máquinas para despolpar, ultrapassam seus lucros. Nessas condições, que em parte se devem à psicologia do sitiante pioneiro e, em outra parte, à sua situação econômica, não é surpreendente que sua produção não seja remuneradora. Ela é muito fraca e sua qualidade deixa muito a desejar para que atinja um preço verdadeiramente lucrativo. O pequeno sitiante de café só dificilmente consegue safar-se de uma situação financeira precária e, conseqüentemente, é incapaz de melhorar sua lavoura.

Entre um sitiante que não cultiva mais do que uns 5.000 cafeeiros e outro que possui 50.000, a diferença é sensível. A maneira de explorar a terra é diversa de um para o outro e as situações econômicas diferentes assinalam-se por nuances de paisagem. Os diferentes sítios de café distinguem-se uns dos outros por maior ou menor importância da policultura.

Há um tipo de ocupação do solo que pode ser encontrado com freqüência em grupos de sítios vizinhos, tanto nos arredores de Rio Preto, como em Borboleta e Lavínia e também nas proximidades de Lucélia e ao sul de Presidente Prudente e, mais ainda, no norte do Paraná. Pequenos vales nessas áreas, apresentam a oposição clássica entre uma faixa de pastagens paralela ao ribeirão e a massa dos cafeeiros que, subindo pelas encostas, principalmente pelas que se acham expostas ao norte, atingem e coroam o espigão. Poder-se-ia acreditar que se está diante de uma grande fazenda, se não se reve-

lassem, no contato com o pasto e com os cafeeiros, as manchas de um verde mais carregado dos pomares e os tetos avermelhados das casas, formando uma fileira irregular e separada por distâncias desiguais. Maior atenção permitirá distinguir cercas de arame e caminhos, estes indo de baixo para cima e ambos dividindo pastos e cafezais em parcelas. Esses sítios, que em geral têm uma dezena de alqueires, dedicam sete ou oito aos cafeeiros, à razão de 2.000 pés, aproximadamente, por alqueire. Se o café é a base da economia de tal propriedade, vê-se que ele está, por uma correta utilização do solo, associado à criação. Trata-se de uma criação de animais de corte e de leite, cujos produtos encontram mercado fácil nas cidades e patrimônios vizinhos. Em Borboleta, uma fábrica de manteiga conseguiu instalar-se ao lado dos sítios, onde há realmente uma associação, embora com partes desiguais, entre café e criação. Tanto um como outro correspondem a uma economia que gira em torno de relações comerciais e, nesse caso, as culturas de subsistência reduzem-se a simples hortas e a árvores frutíferas.

Quando se encontra esse tipo de sítio em setores dos menos recentes da franja pioneira, por exemplo em Borboleta (município de Rio Preto), ou nos distritos de Montalvão e Pirapozinho (município de Presidente Prudente), é lógico ver aí uma forma já bastante evoluída de ocupação do solo. As culturas intercalares desapareceram do cafezal e os pastos estão livres de qualquer vestígio de derrubada. Está presente uma paisagem bem modificada por alguns anos de cultura e, poder-se-ia mesmo acreditar, estabilizada por muito tempo.

Entretanto, alguns quilômetros adiante podem-se descobrir as ruínas desta paisagem: o cafezal degradado, que recua diante das culturas alimentícias. Estas e os pastos, principalmente estes, acabam por



Fig. 30. Paisagem de sítios de café no vale do Ribeirão do Emo, perto de Arapongas (Paraná), 1946.

SÍTIO PERTO DE ARAPONGAS

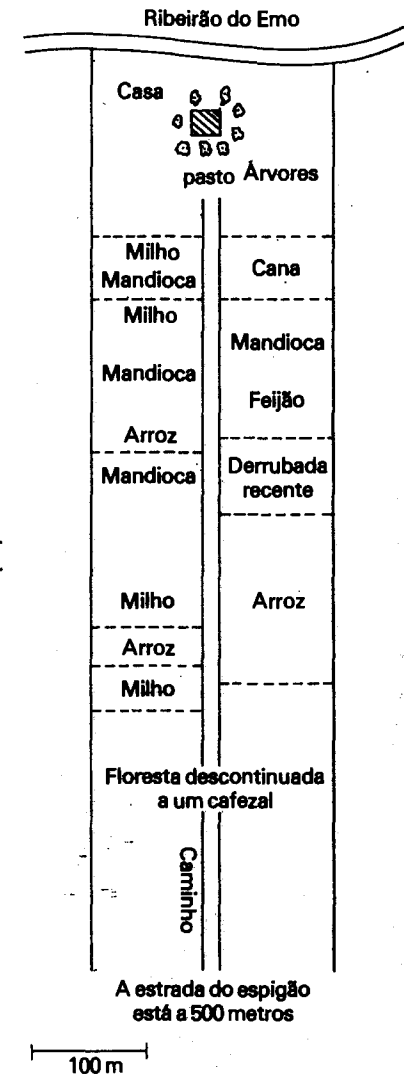


Fig. 31. Planta de um sítio em fase de instalação (Arapongas, n. Paraná, 1946).

tomar posse do sítio inteiro. Observou-se isso em Nhandeara,<sup>22</sup> onde, embora blocos de floresta esperem ainda o derrubador, pequenas propriedades que pareciam voltadas para o café tornaram-se sítios de criação.

(22) *Obra citada*, de Nice Lecocq Muller, Cap. V, pp. 79-89.

A paisagem típica da pequena plantação, à retaguarda da zona pioneira, que acabamos de analisar, não é desconhecida nos municípios em que a ocupação do solo está apenas começando. Ela é extremamente freqüente no norte do Paraná. Uma única distinção: as manchas amareladas do arroz e do milho misturam-se, na estação seca, com as fileiras verdes dos cafeeiros jovens, sobre o fundo roxo do solo basáltico. Pode-se, facilmente, prever que dentro de algum tempo as culturas alimentícias serão eliminadas e que a paisagem será a mesma que reina atualmente em Borboleta e Pirapozinho. De qualquer forma, é a associação criação-café que continua sendo a fórmula mais corrente de ocupação do solo. Ela é encontrada nos sítios de 20 ou 30 alqueires, com cafezais de quarenta e cinquenta mil arbustos, em solos de qualidade média. A superfície da propriedade é menor no norte do Paraná, mas a qualidade do solo é a verdadeira riqueza. O sitiante mais rico pode tomar a seu serviço alguns assalariados, ou ceder uma parte de sua plantação em meação. Isso nada muda na forma da ocupação do solo, que é o índice de certa disponibilidade financeira. A diminuição das culturas de subsistência e a posse de algumas cabeças de gado, mostram que o sitiante possui alguns recursos. Sua propriedade é uma espécie de miniatura de fazenda e o homem da região hesita em considerá-la como um sítio ou uma fazendinha.

Quando a proporção de cafezal é menor, com relação ao conjunto da propriedade, é um índice de que o dono dispõe de capital mais modesto. A grande maioria dos sítios de café, os que têm entre 5.000 e 15.000 pés, pertencem a proprietários que vivem da policultura, com ligeiro predomínio do café. Em um pequeno sítio de cinco alqueires, em Sabaudia (norte do Paraná), foi a pobreza do dono que impediu o plantio de mais do que um alqueire e meio de café. Os cereais e legumes ocupavam uma superfície idêntica, enquanto que a floresta cobria o resto do terreno, em abril de 1946. Perto de Heimtal (região de Londrina), uma propriedade de uma dezena de alqueires não compreendia mais do que 8.000 cafeeiros, ou seja, aproximadamente quatro alqueires de cafezal, e conservava-se ainda um alqueire de floresta na parte alta, embora a primeira derrubada datasse de 1936. A metade inferior do terreno era ocupada pelo pasto e por uma pequena plantação de cana-de-açúcar, esta junto à floresta secundária, que acompanhava, em galeria, o pequeno córrego limítrofe; depois, subindo a encosta, encontravam-se os cereais tradicionais e as habituais bananeiras, junto a laranjeiras, mamoeiros, plantações de pepinos, de melancias, de abóboras, alho, cebola, batatinha, inhame e um pouco de rícino. Todas essas culturas, extremamente variadas, cobriam uma superfície mais ou menos igual à do cafezal.

Em tais explorações agrícolas, é fácil acompanhar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das culturas e o progresso do nível econô-

mico do sitiante. Depois das derrubadas, que datam de 1935 a 1938, os proprietários não tiveram recursos para comprar as mudas de café e os preços do algodão, por outro lado, estavam tentadores, tanto quanto os do café. Eles não prepararam então senão uma parte do terreno, a mais próxima das casas, com algodão e culturas alimentícias. Tendo havido certa folga, com o aumento dos preços dos cereais durante a guerra e o atrativo passageiro de certos produtos, outras plantas tomaram o lugar do algodão, ou associaram-se a ele (o rícino, o rami, o tungue). Mas eis que a situação do café parece melhorar e cada um dos sítiantes começa a sua plantação, modestamente no início, com maior ousadia depois de 1945. A ocupação do solo assume então nova forma, que permanecerá durante muitos anos, com a combinação do café, de outras culturas comerciais (o algodão em primeiro lugar) e plantas alimentícias. A criação de gado fica então reduzida a pouca cousa, porque o terreno é muito exíguo.

A pequena plantação de café da franja pioneira não conhece, portanto, a monocultura. O sitiante a evita, não só porque conhece os seus inconvenientes, mas porque ela lhe é inacessível, na falta de capitais. Cobrir seu terreno inteiramente de cafeeiros, exigiria uma mobilização de recursos e despesas de mão-de-obra que ele é incapaz de assegurar. Essa é uma diferença fundamental com relação à fazenda dos tempos passados. Mas há outra: o sitiante plantador de café não se pode dar ao luxo de deixar uma parcela do solo improdutivo. Se às vezes o limite do sítio no espigão ainda está recoberto por algumas faixas de floresta, é porque o dono não teve o tempo ou os meios para a derrubar. Todo o resto é aproveitado, porque a agricultura do sitiante é intensiva e se dirige mais à comercialização do que à satisfação de suas necessidades imediatas.

Há separação radical entre criação e culturas. É rara a utilização nos cafezais dos adubos orgânicos que poderiam ser recolhidos nos pastos. Se estes e as plantações acham-se associados na paisagem, eles não o são, ou só raramente, nas técnicas agrícolas. Da mesma forma como adotou os processos usuais do fazendeiro para o café, o sitiante quase sempre manteve a velha separação existente nas fazendas, entre a criação e as culturas. Ele a reforçou mesmo, porque na fazenda a criação fornecia animais de tração para o trabalho com o café e carne para o consumo doméstico. O nível do sitiante não justifica a presença de uma pastagem relativamente extensa e para a sua nutrição ele contenta-se em engordar alguns porcos, sem grande despesa, porque não falta milho. Assim, a utilização das diferentes partes de um sítio de café está completada e ela é inteiramente voltada para uma economia aberta. O sitiante de café é um plantador menos equipado do que o fazendeiro.

### 3º) *A fazenda de café de hoje e os problemas do fazendeiro*

A grande plantação da franja pioneira, sem haver rompido com a fazenda clássica, está menos próxima desta do que do modesto sítio. Daquela, ela conserva o aspecto exterior, apenas modificado, os processos de trabalho ligeiramente transformados e o essencial da estrutura social. Mas, como o sítio, a fazenda moderna não está mais voltada para a monocultura e o fazendeiro de café é também fazendeiro de algodão ou de cana-de-açúcar e, principalmente, ele é também criador. As mesmas preocupações levam aos mesmos resultados, tanto para o fazendeiro como para o sitiante.

Não há senão pequenos retoques a fazer à descrição da fazenda do começo do século, para conhecer a de 1946. O quadro topográfico continuou idêntico e não houve revolução social capaz, como o foi a abolição da escravatura, de transformar as formas exteriores da hierarquia social. No entanto, as residências dos fazendeiros perderam um pouco do seu fausto. Confortáveis e hospitaleiras, hoje elas recebem menos do que antigamente a visita da família toda. Por vezes elas tornaram-se a casa do administrador, que tem sempre prontos um ou dois quartos para uma visita rápida do proprietário. As colônias deixaram de ter, cada vez mais, aspecto triste e monótono. Ao invés de alojarem duas ou três famílias de colonos sob o mesmo teto, prefere-se construir uma casa por família. Os locais preferidos para as habitações, os edifícios administrativos e as instalações industriais, continuam a ser à pequena distância dos córregos.

A esse primeiro sítio geográfico da fazenda, acrescenta-se um segundo: a proximidade dos trilhos. Na região de Marília, as construções das sedes das fazendas encontram-se a algumas centenas de metros da estrada de ferro, quando o espigão é mais estreito, e a um ou dois quilômetros se o topo se alarga a ponto de os pequenos cursos d'água encaixarem-se ao atravessarem o degrau que os levará à superfície inferior. Quando as terras de uma fazenda estão próximas da estação ferroviária, o fazendeiro aproveita para diminuir os transportes interiores e colocar os terreiros e as máquinas de beneficiamento perto do pátio de embarque. Mas o aprovisionamento de água nem sempre é fácil no alto do espigão em que passam os trilhos. De outro lado, seria lamentável desperdiçar o solo do espigão para construir casas de colonos, com jardins e pequenos campos. Essa é a razão porque se deixam as colônias nos vales, afastadas da sede da fazenda. Enfim, não é raro que o fazendeiro, que é ao mesmo tempo vendedor de terrenos em um patrimônio, ou que exerce outra profissão, resida na cidade. Isso não o impede de visitar fácil e freqüentemente sua ou suas fazendas, porque reside a poucos quilômetros dela. A dissociação entre a residência do proprietário, as construções industriais e administrativas e as habi-

tações dos assalariados agrícolas acentuou-se, portanto. Um estágio a mais foi franqueado em uma evolução que se esboçou desde os primeiros anos do século.

O plantio dos cafeeiros em uma fazenda é confiado a um empreiteiro especializado. O fazendeiro não tem interesse em assumir os encargos de um trabalho que se estende por vários anos e já há muito os empreiteiros obrigam-se a plantar as mudas, praticando por sua conta culturas intercaladas.

Outrora, a formação do cafezal era feita gratuitamente pelo empreiteiro, porque considerava-se que as abundantes colheitas de cereais em terra nova lhe davam um lucro suficiente. O fazendeiro nada perdia, porque no fim de seis anos recebia uma plantação em plena produção, que nada lhe havia custado. Cita-se ainda, na região de Tanabi, o exemplo de uma propriedade de cem alqueires de floresta, comprada por quatorze contos de réis e revendida por trinta, com cafezal formado, sem que essa melhora tenha custado o menor desembolso ao fazendeiro. Uma especulação tão feliz não seria possível atualmente, porque os contratos de empreitada fixam o preço que o fazendeiro deverá pagar ao empreiteiro por cafeeiro entregue em bom estado, no final do prazo estipulado. O custo varia de 50 centavos a 2 cruzeiros, em função de outras obrigações. Estas referem-se, essencialmente, ao prazo dado ao empreiteiro, que pode atingir seis anos e mesmo sete (Tanabi, 1940) ou reduzir-se a quatro anos, que é o termo usual, e às vezes mesmo três, nas terras roxas do norte do Paraná. Os valores são suscetíveis de modificações, caso o terreno seja entregue ao empreiteiro já desbravado ou não. O fazendeiro exerce um controle constante e reserva para si algumas vantagens substanciais, como multa pelas covas em mau estado, as mal cobertas ou as em que não vingaram mais do que quatro pés de café em cinco ou seis mudas plantadas; proibição de vender as colheitas das culturas alimentícias depois de uma data fixada (em geral o dia 30 de junho), a fim de que o empreiteiro possa se dedicar inteiramente ao cafezal na estação seca; a proibição de vender a última colheita de café, aliás a única que tem alguma importância antes de o proprietário dar-se por satisfeito (e os pretextos para não o estar não são difíceis de encontrar, se a boa vontade não for grande); obrigação de o empreiteiro preparar, por sua conta, uma certa extensão de pastagens e cercá-la (alguns contratos fixam uma remuneração para isso, por exemplo 350 cruzeiros por alqueire de pasto, à razão de um alqueire por 10.000 pés de café — na fazenda do Senhor Lunardelli, no Paraná).

As concessões ao empreiteiro estão em função da atenção que o fazendeiro tem pelos seus cafeeiros. Um fazendeiro ou um pequeno proprietário pouco preocupado em defender o solo, autoriza o plantio de não importa o quê em não importa que quantidade, entre as fileiras



de covas, durante todos os anos em que o contrato estiver em vigor. Outros proíbem radicalmente determinadas culturas, como um fazendeiro de Tupã — caso excepcional — que proíbe a cultura intercalada do milho, porque acha que seu pólen prejudica o desenvolvimento das flores do cafeeiro. A maior parte dos contratos de empreitada estipula exatamente o que pode ser plantado. O empreiteiro não pode cultivar senão certo número de espaços intercalados, número que diminui de ano para ano. O milho, em geral, desaparece no terceiro ou no quarto ano, enquanto o feijão e o arroz continuam até o fim. Como compensação, o empreiteiro recebe, a partir do terceiro ano, um alqueire de terreno separado, para semear milho e tem direito a um pequeno espaço, um quintal, para pasto de seus animais. O proprietário esforça-se em desviar seu empreiteiro das culturas intercaladas, concedendo-lhe outros terrenos, onde pode plantar à vontade se abster-se de semear no cafezal, mas sempre com a condição de que todas as superfícies subtraídas ao cafezal sejam devolvidas com os pastos já preparados. Até a entrega da plantação ao proprietário, todo o café colhido pertence ao empreiteiro. Mas é magra a colheita desses jovens arbustos, pois o cafeeiro, como se diz correntemente, "emancipa-se no oitavo ano", o que quer dizer que não irá dar lucro senão muito depois de expirado o contrato.

Vê-se que o fazendeiro sabe muito bem defender seus interesses. A fixação, desde o primeiro momento, de empreiteiros, que são em maior parte italianos, marca a futura localização da colônia. Eles lançam as bases do povoamento, ao mesmo tempo em que plantam o cafezal. A profissão de empreiteiro é muito procurada, mas o que nos interessa mais é acentuar o cuidado minucioso com que são estipulados os direitos das duas partes e, principalmente, a preocupação cada vez maior do fazendeiro em proteger o seu solo. Aprendeu-se a conhecer a nocividade das culturas intercaladas exageradas, mesmo quando praticadas sobre solos novos. A experiência foi mais proveitosa para o fazendeiro do que para o sitiante. O período de formação do cafezal atulhado de culturas de subsistência prejudica certamente mais as terras do sitiante do que as do fazendeiro.

Quando começa a exploração econômica da plantação, coloca-se o velho problema de satisfazer às necessidades dos trabalhadores em culturas alimentícias e, ao mesmo tempo, proteger o solo. Podem ser acompanhadas na fazenda Aguapeí as modificações introduzidas nos contratos anuais dos colonos, à medida que o cafezal envelhecia e que se faziam novas plantações. Assim, durante o ano agrícola de 1940-41, os colonos estavam autorizados a plantar feijão durante a estação das chuvas em 30% da parcela do cafezal sob seus cuidados. Além disso, recebiam um alqueire de terra para cada dezena de mil pés tratados, sendo metade em solo jovem e metade em terra cultivada há mais de

dois anos. Tratava-se de uma plantação de café com mais de dez anos, que o fazendeiro não queria sobrecarregar e, como ele dispunha de amplas reservas de terra, preferia compensar os colonos, dando-lhes uma porção de solo virgem, portanto fértil, para suas próprias culturas. Mas durante a guerra, a atração exercida pelos salários industriais drenou para as cidades numerosos trabalhadores rurais e foi necessário fazer sacrifícios para reter os colonos. Esses sacrifícios foram facilitados pelo fato de que se recomeçava a plantar e que era possível oferecer à mão-de-obra as vantagens de terras ainda novas. Então, vêem-se os contratos de 1945-46 proporem ao colono 70% de cafeeiros a cuidar na parte mais antiga da plantação e 30% no novo cafezal, onde a colheita sendo mais fraca, o lucro será menor. Em compensação, o colono está autorizado a plantar feijão das águas em 25% do velho cafezal, enquanto que no novo ele pode plantar arroz, milho e feijão da seca. Em 1946-47 a proporção de cultura intercalada no velho cafezal foi fixada em 30%. Há, portanto, toda uma política extremamente vigilante na redação dos contratos de trabalho do colono, cujas variações são impostas pelas condições do mercado de mão-de-obra, pela idade da fazenda e pelas situações em que se encontram os seus diferentes cafezais. Essa política exprime bem as dificuldades que assomam o fazendeiro ante as exigências normais dos assalariados e a fragilidade do solo.

Essas dificuldades cresceram depois da crise de 1929 e, mais ainda, depois do início da Segunda Guerra Mundial. Elas correspondem, como já foi visto, à má situação do café e às colheitas deficientes. Mesmo na franja pioneira, em plantações emancipadas há pouco, os fazendeiros esforçaram-se para proteger os solos contra um empobrecimento precoce. Puderam fazê-lo, ao utilizarem os resíduos provenientes da secagem e do despulpamento do café, a palha, e, ao mesmo tempo, os restos acumulados entre as fileiras de café pela operação de bater o arroz e o feijão.<sup>23</sup> Mas não foi o suficiente e viu-se então generalizar-se a prática dos adubos verdes, com o plantio do feijão de porco, que é enterrado no solo depois de cortado.

Nos últimos anos, alguns fazendeiros introduziram em suas plantações culturas intercaladas de amendoim. Os preços estavam em alta em um mercado mal abastecido, tanto no interior do Brasil como no exterior. Além de proporcionar duas colheitas anuais, o amendoim revelou-se como um excelente adubo verde. Em 1948, foram dois municípios situados à retaguarda da franja pioneira do café, Marília e Presidente Prudente, que deram as maiores safras de amendoim no

(23) Para que os resíduos não sejam perdidos, os contratos estipulam que a batção deve ser feita no cafezal.

Estado de São Paulo, seguidos por Bauru, mais antigo, e por Araçatuba, que lhe pode ser comparado.<sup>24</sup> O negócio parece ter sido excelente, mas não deixa de ser perigoso, porque o terreno que estão ganhando as culturas de amendoim está sendo subtraído aos colonos para seus cultivos. Cai-se, então, em uma outra dificuldade, o problema da mão-de-obra.

Os salários dos colonos foram bastante aumentados. Citando ainda a fazenda Aguapeí, a importância gasta anualmente para cuidar de 1.000 pés de café passou de 390 cruzeiros em 1940-41 para 500 em 1943-44, 900 cruzeiros em velho cafezal e 400 em plantação nova em 1945-46 e, finalmente, 1.100 e 800 cruzeiros, respectivamente, em 1946-47. A jornada de trabalho, que era de 5 cruzeiros em 1940, dobrou em 1946.<sup>25</sup> O salário do trabalhador rural nas zonas novas multiplicou-se por dois, pelo menos, às vezes por três. Paralelamente, todos os salários e todos os encargos do orçamento dos fazendeiros cresceram em proporções idênticas.

A alta dos preços e a inflação não pouparam também o pequeno agricultor. Substituir uma picareta ou uma enxada ou refazer uma cerca, acabaram por ultrapassar seus recursos. Mas as despesas do sitiante eram menos difíceis de reduzir do que as de um grande fazendeiro, que não podia comprimir seus gastos de mão-de-obra, nem abandonar seus caminhos para voltar aos tradicionais carros de boi. A manutenção de um cafeeiro, que em 1937 custava em torno de 700 réis ao fazendeiro, era estimada em 1946 em 2 cruzeiros ao fazendeiro e 1,50 cruzeiros ao sitiante. Assim, a maior parte dos fazendeiros vivia em *deficit* crônico, tanto mais elevado quanto mais cuidado se dispensassem para fertilizar a terra. Em 1945-46, os 500.000 cafeeiros da fazenda Aguapeí deram um prejuízo de 200.000 cruzeiros. Em uma fazenda vizinha, com 400.000 arbustos muito bem cuidados, a perda foi de 600.000 cruzeiros.

São essas as dificuldades quotidianas contra as quais os fazendeiros das zonas novas são obrigados a lutar, aliás como os seus colegas das zonas em franca decadência. Para estes, é compreensível que renunciem a manter uma batalha em duas frentes: o esgotamento acelerado do cafezal e a mão-de-obra rara e cara. Eles preparam, portanto, a fuga, loteando a fazenda e recomeçando o plantio em terras virgens. O proprietário de um cafezal ainda jovem encontra os mesmos obstáculos, mas faz pouco tempo que investiu um capital apreciável em

(24) *O Estado de S. Paulo*, de 30 de abril de 1948.

(25) *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo* e informações verbais. Na Variante, o salário de um jornaleiro era de Cr\$ 5,00 em 1933, de Cr\$ 18,00 em 1946 e Cr\$ 20,00 em 1947.

sua plantação e esta tem ainda uma capacidade de produção muito elevado para que ele a abandone. Conserva sempre o espírito de que as coisas melhorarão e, antes de desistir, procura reduzir os custos. Uma solução impõe-se então e é a mesma que o pequeno cafeicultor já adotou: virar resolutamente as costas à monocultura e extrair o máximo das terras que possui.

Em uma fazenda de café da zona pioneira, da mesma forma como no sítio, a ocupação do solo não se limita mais às terras altas cobertas por cafezais. Quando se percorrem algumas grandes plantações no seu início e quando se volta, alguns anos depois, a mudança é chocante. Nos primeiros tempos, não se viam senão cafeeiros jovens nos dois lados da estrada ou da ferrovia. A floresta ocupava todas as partes baixas, que pareciam fadadas a continuar intactas durante muito tempo. O contraste entre os planaltos desbravados, pontilhados de armações protegendo os cafezais novos que estão no meio do milharal e as longas faixas florestais dos vales — esse era bem o traço essencial da paisagem no norte do Paraná, de Cambará a Cornélio Procópio, há somente treze anos. Todo mundo não falava de outra coisa que não fosse café. Ao voltar hoje, ouvir-se-á falar de café também, no meio de outros assuntos de interesse. Não se verá mais nada das florestas e, em seu lugar, ver-se-ão pastos, algodão, cana-de-açúcar, plantações de legumes. A mesma transformação pode ser observada em Marília ou em Aguapeí. Ela não corresponde só ao envelhecimento da ocupação do solo e, por outro lado, não estava nas intenções iniciais dos primeiros plantadores estender o desflorescimento tão longe, abaixo do limite dos cafezais. Foi a dureza dos novos tempos que forçou essa mudança.

Que complementos dão os fazendeiros ao café, isso pode saber-se observando a repartição das culturas em algumas fazendas. Eis, inicialmente, o conjunto de uma fazenda já antiga, cujas primeiras derrubadas datam de quase vinte anos, a fazenda São José, em Mirassol. Em 1940, ela possuía uma centena de alqueires de café (280.000 pés), 33 alqueires com roças dos colonos, 25 com eucaliptos, 23 de pastos, 15 com algodão, 5 de floresta e 27 alqueires ocupados pelas habitações, construções de serviço, pomares, jardins e culturas secundárias. Continuava-se fiel ao café, porque o rendimento permanecia estável, em torno de 55 arrobas por 1.000 pés, mas os cafeeiros mais antigos haviam sido arrancados e substituídos por eucaliptos e pelo algodão. Portanto, os primeiros sinais da substituição do café já eram perceptíveis e eram atribuídos à decadência. Em Marília, desde 1936, em outra fazenda, destacava-se a presença de culturas complementares. Aí, ao lado de um modesto cafezal de quarenta alqueires, as pastagens já ocupavam 25, o que era mais do que o necessário para os animais de trabalho; o algodão era cultivado em 30 alqueires e os cereais em uma

vintena.<sup>26</sup> Temos, enfim, o exemplo da fazenda Aguapeí, onde em 1940 o proprietário havia já liquidado 4.500 alqueires por meio de loteamentos e o cafezal cobria mais ou menos 330 alqueires. Seis anos depois, sua extensão foi elevada para mais de 400 alqueires, mas, ao mesmo tempo, milhares de alqueires haviam sido transformados em pastos, sendo 2.500 alqueires já com pastagens formadas e 2.700 em preparação; ao mesmo tempo, plantações de amoreira tomavam 101 alqueires antes ocupados por cafeeiros esgotados, havia 70 alqueires de terrenos utilizados pelos colonos e existia ainda um milhar de alqueires de floresta.

O fazendeiro procura recuperar o terreno perdido, experimentando nas partes mais decrépidas de seu cafezal culturas que estão na moda. Em Aguapeí e em toda a Variante, a amoreira teve a preferência. Outros fizeram "jogada" (a expressão é dos fazendeiros) do tungue e do rami. Recentemente, desenvolveram-se plantações de cana-de-açúcar.<sup>27</sup>

Foi no norte do Paraná que a poderosa empresa paulista Matarazzo, logo seguida pela Lunardelli, fez a complementação dos cafezais dos espigões com canaviais de fundos de vale. A criação de gado era aqui menos tentadora do que em São Paulo, porque as relações com Mato Grosso são menos fáceis e as comunicações com os frigoríficos paulistas tornam-se muito longas. A severa regulamentação federal que pesa sobre a cultura da cana tornava difícil plantar grandes superfícies no Estado de São Paulo, enquanto que o Paraná, até então fraco produtor, dispunha de maior liberdade. Ao mesmo tempo, os regulamentos prevêem que as grandes usinas devem moer certa porcentagem (40%) de cana fornecida por pequenos proprietários, a fim de limitar a concentração excessiva da agricultura e da indústria. Os paulistas aproveitaram inteligentemente esses dispositivos.

Lunardelli desenvolveu um imenso cafezal nos espigões e vendeu os terrenos baixos, também formados por terra roxa, a pequenos proprietários, com a condição de plantarem cana. Concedendo um prazo dilatado para o pagamento dos lotes, autorizou os sitiantes a quitar as prestações com entregas de cana. Assim, a plantação de café é complementada pela de cana-de-açúcar e a grande propriedade apóia-se na pequena. Sem dúvida, trata-se de um início, pois uma vez instalada a usina Lunardelli, ver-se-ão surgir outras plantações de cana e

(26) Fazenda do senhor Francisco Mesquita.

(27) As plantações de cana nos vales não são uma novidade. Ao sul de Valparaíso, desde 1924 foi montado um engenho, na margem esquerda do rio Aguapeí, no local denominado Canaverde. Vendida em 1936, essa plantação pioneira tornou-se uma pastagem e o engenho foi abandonado.

outros fazendeiros deverão seguir o exemplo de seu colega. Dentro das fronteiras do Estado de São Paulo, no momento o aproveitamento das terras impróprias para o café nas grandes fazendas é feito pelo algodão e pela criação de gado.

O declínio do café e da grande plantação são, portanto, incontestáveis e não são os fazendeiros das velhas zonas os únicos a se queixarem. A imprensa de São Paulo faz-se eco quase diariamente das lamentações dos fazendeiros, através de reportagens, entrevistas, estatísticas e também de estudos seriamente documentados. O brado "braços para a lavoura" ressoa, como no momento da Abolição. Queixas sobre os salários muito elevados e sobre a rotatividade dos colonos, alternam-se com as lastimações sobre a decrepitude dos cafeeiros, o empobrecimento dos solos, a broca, ou com as indignações diante das taxas recolhidas pelo governo e os golpes de especulação dos intermediários e dos exportadores. Chega-se à exaltação patriótica quando são abordadas a questão da concorrência de outros países produtores, ou a do domínio que a bolsa de Nova York exerce sobre o comércio mundial do café. A conclusão é sempre a mesma: o fazendeiro de café está arruinado e, conseqüentemente, a prosperidade de São Paulo está em perigo...

Entretanto, a grande propriedade agrícola não desapareceu e o fazendeiro continua sendo um tipo social atual. O industrial, o banqueiro e o criador lhe disputam a riqueza e o poder, mas ainda precisam contar com ele. E isso porque, com um senso agudo da realidade, o fazendeiro compreendeu que não mais poderia tirar tudo do café e passou a ser, ao mesmo tempo, plantador de algodão ou de cana-de-açúcar, ou criador de gado. A economia agrícola diversificou-se, ao mesmo tempo em que o aproveitamento do solo tornou-se mais complexo. A franja pioneira paulista atual não é mais a de uma região de estrutura econômico-social simples.

### C) O ALGODÃO E SEUS MODESTOS CULTIVADORES

Basta citar duas cifras para mostrar até onde a marcha pioneira posterior a 1929 foi, ao mesmo tempo, a marcha do algodão: a safra paulista de 1931 foi de 10.000 toneladas e a de 1946 era estimada em 446.693 toneladas. Em 1939-40 havia atingido mesmo 740.000 toneladas.

Outrora restrito às terras medíocres dos arredores de Sorocaba, o algodão invadiu todo o Estado. Seu domínio não se limitou só às zonas pioneiras, mas é lá que, contrariamente ao que foi dito por autor

recente,<sup>28</sup> estão os grandes centros produtores. Para o plantio do ano agrícola 1945-46, as compras de sementes mais importantes foram feitas pelos municípios de Presidente Prudente, Marília, Pompéia, Rancharia, Tupã, Guararapes e Valparaíso.<sup>29</sup> Só em sétimo lugar é que aparece Campinas, seguida por dois municípios pioneiros, Presidente Bernardes e Nhandeara. A febre do "ouro branco", que eclodia nos anos 1935-39, confundia-se com a marcha para oeste, até nos cartazes da propaganda oficial. Quando, nesses cartazes, o Presidente apontava com o dedo o interior do país, isso significava para os paulistas: plantar algodão. Onde e como ele foi plantado e cultivado na franja pioneira?

Na Figura 32, a superioridade da Alta Sorocabana aparece com nitidez. Desde Echaporã até o rio Paraná, os municípios dessa região compraram em 1945 mais de 16% das sementes vendidas no Estado (98.701 sacas). A região da Paulista, de Piratininga a Lucélia, teve uma participação de 14,6%, com grande demanda e enormes espaços cultivados em Marília, Pompéia e Tupã. Ao norte do Tietê, compreendendo desde a zona de Olímpia-Palestina até a de Rio Preto, as aquisições foram de 12,7% e os municípios de Tanabi, Monte Aprazível e Nhandeara compunham, em conjunto, uma superfície importante plantada com algodão. Enfim, a Noroeste, de Bauru a Andradina, vinha em último lugar (8%) nas compras de sementes, tendo a cultura algodoeira se desenvolvida a partir de Birigüi e nos desflorestamento da Variante. Dessa forma, mais da metade das sementes foi comprada pelas regiões novas.

No Estado de Paraná as plantações de algodão estão longe de tal extensão. Embora escalonem-se ao longo da estrada de ferro, até a travessia do rio Tibaji, não são verdadeiramente importantes, a não ser no município de Jataí. Quando se penetra na zona do loteamento inglês, o algodão é mais raro ainda. Será, portanto, o algodão de São Paulo que será estudado aqui.

### 1º) Pequenos proprietários e meeiros

O sincronismo entre o apogeu da cultura algodoeira e o da pequena propriedade é notório. Uma e outra começaram a partir de

(28) Romeuf (Jean), "L'économie brésilienne, au moins de mars 1947", *Cahiers de l'Institut d'Étude de l'Économie Brésilienne*, n° 1, Paris, 87 pp. Ver pp. 60-61.

(29) *Estatística da distribuição de sementes de algodão no ano agrícola de 1945-1946 compreendendo 305 municípios*, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Departamento de Produção Vegetal, Divisão de Fomento Agrícola, Seção de Exame e Distribuição de Sementes e Mudas, X-6 páginas.

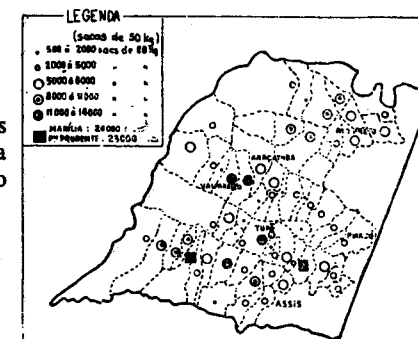


Fig. 32. Compras de sementes de algodão (por municípios) da franja pioneira do Estado de São Paulo, em 1945.

1932, após o abalo econômico de 1929. Um trabalho consciencioso mostrou como a fragmentação da propriedade foi mais acentuada nos municípios cotonicultores do que nos que ficaram mais fiéis ao café.<sup>30</sup> Quando se sabe que a superfície média plantada com algodão na franja pioneira era de 10 alqueires em 1945, não parece útil voltar a tratar da questão.<sup>31</sup> Ao contrário, convém indicar um outro aspecto da estrutura social do algodão: não somente essa cultura é a dos pequenos proprietários, mas ela é também, de maneira geral, a dos pequenos cultivadores, donos ou não do solo. O plantador de algodão é essencialmente um sitiante, um homem que reside no local, que cultiva ele mesmo o solo, seja ou não proprietário. Esse é um fato que o vocabulário usual dos paulistas não permite que vejamos claramente. O nome de sitiante é empregado indiferentemente, quer se trate de quem atua diretamente, quer dos que agem indiretamente no trato do solo. A confusão é agravada pelas estatísticas. Estas indicam a quantidade de sementes vendidas em cada município, mas sem especificar nem o que é adquirido por proprietários ou comprado por meeiros, nem a superfície semeada por uns e outros. É verdade que a mesma fonte estatística indica os títulos de posse dos compradores de sementes, mas frequentemente o dono da terra encarrega-se da compra para os diferentes meeiros e a estatística não registra senão um comprador, quando na realidade são diversos os plantadores, sendo impossível conhecer a

(30) Vicenzi (Nelson de), *O algodão na economia brasileira*, editado pela Coordenação Econômica, Rio de Janeiro, 1944, 116 pp. Ver pp. 39-46. O autor utiliza uma pesquisa do Departamento Estadual de Estatística.

(31) Média calculada com base na estatística publicada pelo Serviço de Distribuição das Sementes.

parte exata que correspondeu a cada categoria. Conseqüentemente, quando nos baseamos nesses documentos, os únicos utilizáveis, e verificamos que a superfície média plantada com algodão oscila entre 5 a 7 alqueires na maior parte dos municípios, atingindo o máximo de 24,8 alqueires em Valparaíso,<sup>32</sup> devemos pensar que, na realidade, o parcelamento da exploração algodoeira é ainda maior.

As cifras dão uma idéia aproximada, embora esta, de qualquer forma, já tenha o interesse de colocar em evidência a importância da pequena propriedade; mas não informam suficientemente sobre as dimensões reais das explorações dedicadas ao algodão. De acordo com estimativas e informações recolhidas no terreno, uma plantação em que o algodão é a principal cultura, raramente ultrapassa cinco alqueires. Recolhamos, um pouco por toda parte, a indicação de que um agricultor sozinho não pode conduzir com sucesso mais do que cinco alqueires, dos quais dois e meio a três e meio cultivados com algodão. É essa, portanto, a cultura típica da pequena exploração rural. Com o seu desenvolvimento, o mundo rural paulista não só assistiu aos progressos da pequena propriedade, como viu renascerem os arrendatários e parceiros, que haviam desaparecido desde a instalação de colonos assalariados nas fazendas de café.

A exploração direta e a indireta (esta associada ao trabalho de outros), não aparecem com a mesma participação nas diferentes regiões da franja pioneira. Pode-se ver esse fato ao analisar as estatísticas citadas atrás, por mais incompletas que seja. Na Noroeste, a partir de Lins, predomina a exploração direta: mais de 80% dos que plantam algodão na Variante são proprietários e estes são quase 100% em Valparaíso. A proporção dos plantadores proprietários é menor em Marília, Pompéia e Tupã, embora em toda a Alta Paulista eles representem ainda um pouco mais da metade dos compradores de sementes.<sup>33</sup> A proporção da exploração indireta é mais elevada na Alta Sorocabana, onde atinge 68% em Rancharia, 66% em Paraguaçu, 52% em Santo Anastácio e 51% em Regente Feijó. A Alta Araraquarense, juntamente com a zona de Olímpia, é o domínio da exploração indireta: 70% em Fernandópolis, 67 em Votuporanga, 62 em Nhandeara, 57 em Monte Aprazível, 52 em José Bonifácio, 76 em Olímpia, 59 em Palestina e 52% em Nova Granada. É preciso retornar aos municípios cafeicultores para que a maioria volte aos proprietários que exploram dire-

(32) Fontes indicadas na nota 29.

(33) A mesma fonte da nota 29.

tamente sua terra, mas essa maioria é frágil: 57% em Mirassol e 52% em São José do Rio Preto. Lembremos que o efetivo dos agricultores locatários, tendo sido calculado com base nos documentos criticados há pouco, é notoriamente inferior à realidade. Essa reserva deve ser especialmente aplicada à zona da Variante, onde a proporção dos proprietários cultivadores nos parece muito exagerada; isso porque a presença de algumas imensas propriedades, subdivididas em uma poeira de meações, faz com que os números percam boa parte de seu significado.

Por que a cultura do algodão está associada à pequena exploração e à forma de explorar indiretamente o solo? Não basta evocar a crise de 1929, a decadência do café e a ruína dos fazendeiros. Estes, talvez, pudessem se transformar em grandes proprietários de algodão; e não seria a primeira vez no Brasil e mesmo em São Paulo, que o algodão substituiria provisoriamente uma cultura abalada por uma crise; só que a pequena exploração não teria então progredido sensivelmente.

A vantagem do algodão sobre o café é que não imobiliza nem exige capital e que produz em alguns meses. É evidente que interessa ao sitiante e que pode ter o mesmo papel para o fazendeiro empobrecido pelo café e com pressa de recuperar suas perdas. É preciso, portanto, levar avante o problema e, sem desprezar as conseqüências da crise de 1929, completar o que já foi dito. Compreender-se-ão, de uma só vez, as desigualdades na distribuição geográfica do algodão e os motivos da sua localização no interior de cada zona, ao mesmo tempo em que se verá como vive o sitiante que o semeia e colhe.

Desçamos do espigão onde está Marília até o vale do rio do Peixe ou o do rio Tibiriçá. De um como de outro lado, a paisagem é a mesma; depois de haver atravessado alguns quilômetros de belos cafezais, as estradas até então planas e retas começam a descer, com voltas bruscas em um solo deslizante; em uma curva vêem-se repentinamente baixas colinas que sobressaem junto aos cursos sinuosos dos rios, cobertos por culturas em que se destacam, no começo da estação seca, os pés de milho, altos, ao lado de alinhamentos do feijão, rente ao solo e as pequenas quadras de cana-de-açúcar. Mas o que chama a atenção são os campos cultivados com algodão, com as inúmeras manchas brancas, das cápsulas já abertas.

Nos cafezais, nenhuma presença de casas; só um pedaço de madeira com uma seta, de tempo em tempo, indicando o caminho de uma fazenda que não se pode avistar. No vale, ao contrário, as casas não faltam e, no meio das terras cultivadas, elas mostram suas figuras

cinzentas ou amarelas. Aproximemo-nos e veremos que seus habitantes são, com muita freqüência, espanhóis, italianos e, principalmente, japoneses. Os nomes portugueses, se não desaparecem, não são mais a esmagadora maioria, como nas fazendas de café. Estamos no domínio do algodão e dos sitiantes.

Poder-se-ia fazer um percurso idêntico e encontrar o mesmo tipo de paisagem em muitas outras partes da franja pioneira, por exemplo indo de Presidente Prudente ao Córrego do Cedro, em direção a Pirapozinho, ou ainda entre as estações de Lavínia ou Mirandópolis e o rio Aguapeí. A característica mais comum de toda a franja pioneira paulista reside na superposição desses dois estágios de cultura e dessas duas estruturas sociais: em baixo o algodão, associado à policultura e acima o café — o sítio e a fazenda.

Compreende-se agora como atuou o grande proprietário. Sempre ligado ao café, ele vendeu as terras impróprias para sua cultura e conservou as dos espigões. O algodão, pouco exigente quanto ao solo, encontra-se em boas condições sobre os areíões das encostas. Para ele, as geadas brancas não são um perigo, porque elas não ocorrem antes da segunda quinzena de junho, quando a colheita está quase terminada e as fibras não correm mais o risco das quedas de temperatura.

Se o fazendeiro tivesse pretendido plantar algodão, teria de levantar novos capitais e seria forçado a renunciar definitivamente ao café. Ao contrário, vendendo em pequenas parcelas as terras apropriadas para o algodão, pode contar com recursos novos, com os quais tornar-se-á possível recuperar seu cafezal. A instalação de pequenos cultivadores de algodão lhe oferecerá outra vantagem: ajudará a resolver a eterna questão da mão-de-obra. Com efeito, o sitiante que não tira suficientes recursos da terra para viver, fica muito feliz ao encontrar um trabalho suplementar na fazenda vizinha. Ele já fez o grosso da colheita de algodão, antes de começar a safra do café no espigão. Sua mulher e os filhos terminarão as tarefas, enquanto ele subirá, por dois meses, para empregar-se nas fazendas de café. Os fazendeiros de Marília recebem complementação de mão-de-obra dos sitiantes de algodão do vale do rio Tibiriçá. Pode-se dizer, tendo em vista os *booms* anteriores do algodão, que essa cultura tem sido a tábua de salvação a que se agarrou o fazendeiro, esperando que passe a maré que submergiu o café.<sup>34</sup> Seria ainda mais exato dizer que, depois de 1930, o fazendeiro

(34) Keeler (Erwin P.), *Cotton versus Coffee in Brazil. Foreign Crop and Markets*, Foreign Agricultural Service, Bureau of Agricultural Economics, U. S. Dep. of Agriculture, Washington, n.º 24, vol. 31, 9 dez. 1935, pp. 815-836.

recolheu uma parte do velame que sobrecarregava seu barco em perigo.

Por vezes, o fazendeiro livrou-se deliberadamente do lastro, quando vendeu. Mas, às vezes, contentou-se em arrendar, recebendo uma quantia anual pelo terreno que havia desprezado até então e conservando a possibilidade de o recuperar quando as cousas melhorarem. Esses arrendamentos tanto podem ser de pequenas parcelas de uma dezena de alqueires, como de superfícies relativamente grandes, atingindo por vezes mais de cinquenta alqueires. O arrendatário que não pode cultivar sozinho tão grande espaço, obtém facilmente do fazendeiro, que ele associa ao arranjo, autorização para sublocar parcelas menores.

O sistema de arrendamentos não teve um sucesso considerável. Ele se contrapõe aos hábitos psicológicos do fazendeiro, porque o arrendatário, quando paga pontualmente, é independente e, por isso, incontrolável. Essa plena liberdade de alguém na terra de propriedade do fazendeiro, amolda-se mal às tradições e às maneiras de ver de um e de outro. Por outro lado, o arrendamento apresenta um inconveniente maior, na opinião dos proprietários. É que os candidatos a arrendar terras têm sido, em grande maioria, japoneses. Ora, os fazendeiros afirmam que se os japoneses cumprem satisfatoriamente as cláusulas dos contratos e obtêm boas colheitas, deixem, em compensação, o solo consideravelmente empobrecido quando o compromisso termina, isto é, no fim de dois ou três anos. Não se sentindo responsáveis, não tendo interesse direto na conservação da terra e sempre dispostos a fazer as malas e ir para mais longe, os arrendatários japoneses retiram o máximo do solo e o atiram foram em seguida, como o bagaço do limão de que se extraiu todo o suco.

A mobilidade do japonês não é, provavelmente, maior do que a dos demais habitantes do Brasil, rurais ou citadinos. É bem possível que o arrendatário japonês não obedeça a uma tática deliberada; mas sua aplicação na limpeza do terreno, que é freqüentemente repassado pelo arado, e o próprio uso deste em maior escala do que o faz o pioneiro brasileiro, constitui uma técnica bastante aperfeiçoada e, conseqüentemente, nociva aos solos tropicais. É mesmo possível que as críticas aos arrendatários japoneses sejam justificáveis; mas pode-se perguntar também se não são suscitadas por essa disposição de espírito que torna o fazendeiro desconfiado com relação a um locatário mais independente, ou por uma reação confusa de nacionalismo. Qualquer que seja a interpretação, o arrendamento de terras para o algodão

parece com tendência a recuar, de quinze anos para cá, seja porque se decidiu pela venda definitiva, seja porque a preferência foi pela parceria ou meação.

A meação desenvolveu-se paralelamente ao arrendamento e, finalmente, conquistou o fazendeiro, no momento em que a criação de gado revelou-se um excelente negócio. O proprietário não pensou mais em vender terras, mas em as transformar em pastagens, com a fase intermediária da cultura do algodão.

O contrato de meação tem para o fazendeiro riscos e encargos: riscos, porque ele recebe certa porcentagem da colheita, que pode ser má, ou os preços podem ter caído; encargos, uma vez que ele fornece as sementes, os equipamentos para a luta contra as formigas, pulverizadores para combater insetos, uma parte dos inseticidas, a água para sua preparação e, às vezes, o transporte da safra. Esses inconvenientes não são muito pesados, em face da vantagem obtida pelo fazendeiro que, além de lucrar com a cultura do algodão, irá receber, na expiração do contrato, uma pastagem preparada.

Já vimos como se distribuíam as formas de ocupação do solo nas grandes fazendas, por exemplo na fazenda Aguapeí, que além do cafezal, tem mais de 11.000 hectares de campos e em desflorestamento. Essas pastagens recentes e derrubadas atuais são obra de meeiros plantadores de algodão. Eles podiam ser vistos trabalhando no fundo plano do vale do Tibiriçá e do rio Feio (fazendas de 500 alqueires, algumas atingindo 2.000 e mesmo 3.000). Estavam também em atividade nos meandros do rio do Peixe e ocupavam-se com o desflorestamento tanto dos níveis e vertentes inferiores da direita, no vale do rio Aguapeí, como na mata vizinha do rio Paranapanema. Podiam ser encontrados em algumas propriedades no norte do Paraná, como no vale do rio São José dos Dourados. Os empreiteiros de pastagens com plantações de algodão instalaram-se em todos os locais em que o café não podia dar bons rendimentos, não só nos fundos de vales, como nas manchas de solo medíocre, ao redor de Pedranópolis ou nos bordos do rio Paraná (em Caiuá e Presidente Epitácio, por exemplo). Foram eles que, em plena franja pioneira, transformaram os cafezais abandonados em pastagens, como na região de Nhandeara, Magda e Floreal. Pela sua distribuição geográfica, pode-se verificar que foram os grandes artífices do desbravamento recente. Nos últimos anos, seu papel foi comparável ao que fizeram outrora os plantadores de café. Ao café, pioneiro nos espigões, sucedeu o algodão, cultura pioneira dos vales, mas cultura transitória entre a floresta e as pastagens.

Deixando provisoriamente de lado os fatores econômicos que suscitaram o progresso da criação, é necessário acentuar as etapas do trabalho que faz de uma floresta um campo, a fim de compreender a proliferação dos meeiros. Ver-se-á, ao mesmo tempo, como as diferentes modalidades de parceria adaptam-se a essa técnica.

A maior parte dos contratos, tem a duração de três anos, sendo a terra entregue ao meeiro no começo do ano agrícola, depois da derrubada e da queimada. Se fosse plantada forragem nesse momento, seu crescimento seria muito rápido nesta terra virgem, a gramínea atingiria uma grande altura e os caules seriam muito duros. É preciso, portanto, sugar o solo por meio de culturas e, ao mesmo tempo, preparar tufos de gramíneas que fornecerão mudas para replantar, ou sementes. Como deseja participar o mais lucrativamente possível dos anos de cultivo que devem preceder a plantação do capim, o fazendeiro assina contrato com um meeiro.

Durante dois anos o parceiro plantará, ou à sua maneira, ou de acordo com as prescrições do proprietário. O algodão tomará logo o primeiro lugar, embora possa ser, por vezes, preferido o arroz, como aconteceu a partir de 1944, quando as colheitas de algodão foram menos satisfatórias e os preços menos elevados. O meeiro recebe sementes de forragens que ele semeia de maneira a formar fileiras nos limites de seu pedaço de terra. Depois da segunda colheita de algodão, ao chegar o mês de setembro, o meeiro deve semear as forrageiras que irão crescer durante a estação das chuvas. Os animais que serão soltos no novo pasto no começo da estação seca, encarregar-se-ão de terminar a dispersão do capim. Nesse último ano, o algodão está nitidamente em recuo. Não desaparece completamente, porque é concedida ao meeiro uma pequena superfície em que ele o pode semear, a menos que prefira cultivar cereais.

Na grande maioria dos casos, o que o meeiro deve pagar anualmente corresponde a 30% da colheita, razão por que ele é frequentemente chamado "o terceiro". Se o terreno não foi ainda desbravado, a parte do lucro que vai caber ao meeiro é maior e acontece de ele às vezes não entregar senão 15% ao fazendeiro, ou mesmo só algumas sacas de arroz e de algodão. Inversamente, certos fazendeiros que temem sofrer uma colheita má, obrigam seus meeiros a lhes entregar uma cota fixa da colheita (por exemplo, 6 arrobas de algodão, ou 180 kg de arroz).

As obrigações das duas partes não se limitam ao fornecimento de sementes de capim pelo locador e pagamento de um aluguel pelo loca-

tário. Como este último chega geralmente sem nenhum recurso, é estranho na região e há dificuldade em abrir crédito no fornecedor mais próximo, o fazendeiro lhe adianta dinheiro e, ao mesmo tempo, constrói para ele uma casa ou lhe fornece telhas. O objetivo de proporcionar aos meeiros instrumentos de trabalho apropriados concorre, junto com as causas financeiras, para levar os fazendeiros a fornecer sementes, aparelhos de pulverização e inseticidas, faturando-lhes ao preço de custo. O contrato de meação não é, portanto, somente uma locação de terras, pois algumas de suas cláusulas fazem dele uma verdadeira operação de crédito, em dinheiro e em espécie. Precisamente por isso, foi assegurado o seu sucesso entre os modestos pioneiros, os muito pobres para arriscarem-se a um compromisso de arrendamento ou tentarem uma aquisição definitiva. Representando um sensível progresso, ele substituiu para o proletário rural da franja pioneira o que foi outrora o colonato.

A situação do meeiro, no entanto, não é boa. Se os adiantamentos do fazendeiro lhe asseguram a possibilidade de tocar a sua pequena exploração, é preciso reembolsar a dívida e também pagar a parcela anual. Ele o fará de uma só vez na próxima colheita, se o total da dívida for pequeno; mais freqüentemente, ele terá de suportar o peso dos compromissos durante toda a duração de seu engajamento e é fácil imaginar os abusos que poderão ser cometidos por certos proprietários. Citemos, por exemplo, um que adianta 300 cruzeiros por alqueire a um meeiro para que este pague a limpeza de seu lote e que exige a entrega de uma carroça de milho em troca, cujo valor é de 1.000 cruzeiros. É mais correto e mais freqüente o fazendeiro mostrar-se mais generoso, tanto na redação do contrato, como na sua execução. O meeiro é então menos tentado a partir, o que se faz mais ou menos clandestinamente. A generosidade fará com que se sinta ligado ao grande fazendeiro e este conservará, assim, uma reserva de mão-de-obra.

## 2º) O papel dos japoneses no desenvolvimento da cultura algodoeira

À identificação entre algodão e pequena propriedade deve ser acrescentado um terceiro elemento: o japonês.

Com efeito, o grosso da imigração japonesa desembarcou em Santos no exato momento em que os agricultores paulistas lançavam-se na cultura do algodão. Já em 1920, quando de uma queda no preço do café, japoneses recém-chegados começaram a plantar algodão,<sup>35</sup> o que não passou de um ensaio limitado. A grande maioria dos que chegaram

(35) Informação verbal do senhor Garibaldi Dantas.

antes do desastre financeiro de 1929 parecia participar do entusiasmo de então pelo café. Os desbravadores de Bastos, chegados em 1928, e mesmo os que entraram em 1929 iniciaram-se na vida rural brasileira como plantadores de café. Esses mesmos foram dos primeiros a optar pelo algodão. Desde 1931, Bastos possuía sua máquina de descaroçar e, nesse mesmo ano, começou a ser arrancado o cafezal. Foi então que se viu a chegada da massa da imigração amarela, dirigida inteligentemente e preparada, antes do embarque no Japão, para a cultura do algodão. Nessa mesma ocasião organizaram-se as casas de exportação japonesas e afluíram os pedidos de compra do Extremo Oriente. Em 1936, o cônsul nipônico reunia em São Paulo uma conferência do algodão, onde proclamaria com orgulho que os súditos do micado sob sua jurisdição, sozinhos, representavam a metade da safra algodoeira paulista.<sup>36</sup>

É incontestável que os pioneiros japoneses asseguraram o sucesso do algodão na sua fase inicial. Foram eles os principais compradores dos terrenos postos à venda pelos fazendeiros e também foram os que forneceram o grosso dos arrendatários e dos meeiros. Sem eles, os colonos vindos das velhas zonas não só não teriam sido bastante numerosos para formar a massa de mão-de-obra exigida pelo algodão, como não o teriam sabido cultivar. Se os japoneses são acusados de esgotar os solos, reconhece-se a qualidade e a quantidade de sua produção, como se admite sem restrição que eles foram os instrutores do brasileiro em matéria de algodão.

Fortemente agrupados em determinados municípios, como Lins e Birigüi, na Noroeste, Marília e Pompéia na Alta Paulista, Presidente Prudente e seus vizinhos na Alta Sorocabana, ou concentrados em colônias no baixo Tietê, em Bastos, em Açaí (Jataí, Paraná), os japoneses empregaram a seu serviço baianos, que aprenderam muito com o contato. Eles reuniam-se em cooperativas de venda, bem equipadas, com caminhões, capazes de pesar no mercado e de revelar horizontes novos aos seus vizinhos brasileiros, italianos e espanhóis. A lição foi aprendida rapidamente e hoje seria um erro continuar a atribuir aos japoneses o monopólio da produção de algodão em São Paulo.<sup>37</sup>

Em sessenta e um municípios da franja pioneira, as superfícies cultivadas por japoneses representavam em 1945 22% da superfície total. Só em alguns pontos sua participação ultrapassava a metade das culturas de algodão; isso acontecia em locais onde formaram colônias bastante homogêneas, como em Promissão e Birigüi (59%), Bastos (57%) e Pereira Barreto (51%). Na principal zona algodoeira, a Alta

(36) Conferência algodoeira da colônia japonesa, 10 páginas datilografadas.

(37) Romeuf (Jean), *L'économie brésilienne*, obra citada, p. 61.



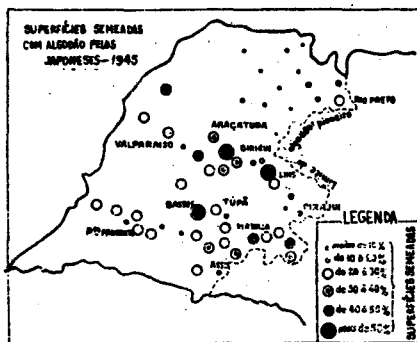


Fig. 33. Superfícies semeadas com algodão pelos japoneses, por municípios, na franja pioneira do Estado de São Paulo, em 1945.

Sorocabana, a participação dos japoneses não foi superior a 30% senão em dois municípios situados à retaguarda, Paraguaçu e Echaporã. Ela coloca-se, o mais das vezes, entre 20 e 30% e é praticamente desprezível nas áreas de desflorestamento recente em marcha, na direção do Paranapanema (Iepê). Em compensação, as culturas nipônicas são mais importantes na Alta Paulista, onde, sem voltar a citar Bastos, elas representam mais de 40% em Marília, Getulina e Pompéia. Sua importância é menor na direção oeste, em municípios mais recentes, como Rinópolis (30%), Parapuã (17%), Osvaldo Cruz (23%) e Lucélia (14%). Na Noroeste, os dois municípios do extremo ocidental, Andradina e Mirandópolis, possuíam uma proporção de plantações japonesas exatamente igual à média de conjunto da franja pioneira: 22%. O fato é mais significativo porque Mirandópolis compreendia antigos focos de povoamento amarelo, as três colônias Aliança, que não eram mais os únicos centros cotonicultores ou que haviam perdido sua homogeneidade étnica primitiva. Os outros municípios da Noroeste apresentavam grandes diferenças: Lavínia tinha perto da metade das suas plantações de algodão nas mãos de japoneses, Birigüi e Promissão 59%, enquanto que Valparaíso não tinha mais do que 12%, Bilac 21%, Avanhandava 18%, Penápolis 19% e um velho centro cafeeiro, Pirajuí, possuía somente 11%.

O caso da região Noroeste é especialmente interessante, porque mostra como os japoneses tentaram evitar os municípios das grandes fazendas de café e, ao mesmo tempo, os de campos. Por outro lado, vê-se como eles são numerosos em municípios como Birigüi, Araçatuba e Guararapes, que acabaram de ser abertos ao povoamento quando a imigração amarela tornou-se importante. Mas o seu número diminuiu nos desbravamentos mais recentes. Assim, ao norte do Tietê, se exce-tuarmos Pereira Barreto, a produção de algodão escapa quase completamente aos japoneses, que não cultivam mais do que 6% das plan-

tações. Em Nhandeara e Monte Aprazível, grandes centros produtores, a participação japonesa cai para 3% e 1%, respectivamente. Ela eleva-se em São José do Rio Preto, Mirassol e Tanabi, mas não é apreciável senão nos municípios próximos ao rio Grande: Olímpia com 29%, Guaraci 13%, Nova Granada 11% e Palestina 8%. Estamos em face, novamente, da diminuição da participação dos japoneses à medida que avançamos para regiões mais novas. Mas na Alta Araraquarense, onde a expansão do algodão só começou depois de haver sido desencadeada nas demais zonas, a cultura depende muito menos da mão-de-obra japonesa. No conjunto da franja pioneira, a fase em que a produção dos japoneses fornecia o essencial das safras de algodão está, portanto, ultrapassada.<sup>38</sup>

A diminuição progressiva do papel desempenhado pelos japoneses na cultura do algodão explica-se, preliminarmente, pelas restrições impostas à sua imigração, em seguida pela guerra, com o fechamento dos consulados, a interrupção das relações comerciais entre o Brasil e o Japão e também ao enfraquecimento dos centros de colonização japoneses. Diante da situação criada pelas hostilidades, muitos pioneiros japoneses tentaram outras culturas e renunciaram à do algodão. Ao mesmo tempo, os brasileiros dispuseram-se a cultivá-lo, principalmente os nordestinos, que já conheciam o algodão e que, depois de trabalharem a serviço de japoneses, agora dispunham-se a alugar terras. No entanto, a contribuição dos japoneses foi capital. O que houve foi uma espécie de greve nas plantações durante a guerra e nos meses que se seguiram à rendição da Japão, pois esta surgiu como uma catástrofe. Como pequenos proprietários e meeiros, os japoneses dão ao pequeno mundo dos plantadores de algodão um lugar muito especial na sociedade rural de São Paulo.

### 3º) A contribuição científica

Dentre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do algodão em São Paulo, e especialmente na sua franja pioneira, há um que não pode ser subestimado: o trabalho de pesquisa a que se consagraram os cientistas do Instituto Agrônomo de Campinas.<sup>39</sup> A partir de 1923, começou a atividade de seu Serviço Especial de Estudos do Algodão. Procurava-se obter uma variedade cuja altura não ultrapassasse um metro, fornecendo precocemente sete cápsulas por ramo, com

(38) Estas cifras foram calculadas com base na estatística de distribuição das sementes para o ano 1945-46.

(39) Ver Dantas (Garibaldi), *O algodão em São Paulo*, cit.; Vincenzi (Nelson de), *Obra citada*.

o primeiro ramo suficientemente elevado acima do solo, variedade que pudesse ser plantada em intervalos de  $1,20 \times 0,25$  m. No conjunto, corresponderam: a colheita pode começar na segunda metade de março, logo depois da diminuição das chuvas e bem antes da do café, as plantas atingem a altura desejada e trazem número satisfatório de cápsulas. Quanto à distância entre os pés de algodão, a experiência ensinou que deveria variar de acordo com as qualidades e o uso anterior do solo: em terras desflorestadas há pouco, aconselha-se espaçamento de 1,90 a 2 m entre as filas e 1 m entre as plantas. Não nos parece que os plantadores se restrinjam a tais intervalos, porque, desejosos de colher o máximo possível, eles diminuem o distanciamento, correndo assim o risco de contaminação entre as plantas.

A finalidade principal dos pesquisadores de Campinas era melhorar a qualidade da fibra. A partir de 1930, em plena crise cafeeira, os serviços científicos do algodão estavam capacitados a vender uma semente que, ao invés de produzir, como anteriormente, uma fibra de 21 a 23 mm, fornece um produto oscilando entre 22 e 35 mm. Utilizaram-se linhagens do "Texas big boll" e do "Express" americanos, para chegar a quatro tipos principais, a que veio juntar-se a variedade "Piratininga", cuja fibra mede 34 mm. Um dos principais artífices dessa obra extraordinária, Garibaldi Dantas, podia proclamar que em 1934, 99% da produção paulista media entre 26 e 28 mm, quando em 1924, 23% media 22 mm, 46% de 22 a 24 mm e 11% de 24 a 26 mm.<sup>40</sup>

Depois de 1932, o trabalho do Instituto de Campinas foi completado pelo dos serviços de classificação do algodão, que funciona na Bolsa do Comércio de São Paulo. Um quadro rigoroso foi traçado, permitindo classificar cada remessa, recolhendo amostras pelo comprimento da fibra, seu brilho, sua flexibilidade e limpeza. O algodão é classificado em nove categorias, o número 9 sendo um refugo. Ora, constatou-se que entre 1939 e 1943 a tendência era por uma proporção crescente das qualidades médias (n.ºs 4 a 6) e diminuição das categorias inferiores. Graças a esses melhoramentos constantes, a cotação do algodão paulista pôde subir nos mercados mundiais, ultrapassando por duas vezes (em 1932 e 1940) o do "Middling 7/8" americano na bolsa de Liverpool.<sup>41</sup>

Paralelamente aos progressos realizados na qualidade do produto, os paulistas desenvolveram a indústria dos subprodutos: utilização do linter, fabricação de óleos e de tortas. Ao mesmo tempo, a

(40) Dantas, *Obra citada*, p. 13. O Instituto de Campinas colocou à venda recentemente uma nova variedade: "Campinas 817".

(41) Vicenzi (N. de), *Obra citada*, p. 67.

Secretaria da Agricultura intensificou a propaganda para incitar a melhor cultivar e colher melhor o algodão. Divulgando os métodos de classificação da Bolsa, procurou-se encorajar o produtor a melhorar os processos da colheita e a entregar um algodão limpo, seco e capaz de obter um número baixo e, portanto, ser melhor pago.

A história recente do algodão paulista é um extraordinário exemplo do que a ciência pode levar à agricultura dos países novos e, ao mesmo tempo, ilustra de maneira brilhante como um esforço educativo, apoiado em uma boa organização técnica, é capaz de fazer. Os efeitos, sem nenhuma dúvida, fizeram-se sentir em todo o território do Estado. Mas foi nas zonas pioneiras, que são, como já vimos, os principais centros de produção e onde se estava verdadeiramente introduzindo pela primeira vez a cultura algodoeira, que os benefícios da pesquisa científica foram mais tangíveis.

#### 4.º) Práticas agrícolas

Contando com um bom produto e com bons conselhos, como os sitiantes da franja pioneira praticam a cultura do algodão? A semeadura é feita entre 10 de outubro e 15 de novembro.<sup>42</sup> Tenta-se convencer os cultivadores de que não há vantagem em plantar muito cedo, porque as variedades atuais têm um ciclo vegetativo rápido. Se forem plantadas como as antigas, que é o que o sitiante tenta fazer para colher mais cedo e embolsar rapidamente o dinheiro da safra, as cápsulas abrirão nos meses de chuvas mais fortes (janeiro ou fevereiro), a qualidade da fibra é comprometida e o valor comercial diminui. Um outro inconveniente ameaça as plantações precoces: o alongamento da seca de inverno, que pode entrar a germinação. Em 1934 foi necessário refazer um bom número de plantações que haviam sido feitas prematuramente, antes das primeiras chuvas,<sup>43</sup> pois as raízes sofreram ataque de insetos.

Por outro lado, as plantas de semeaduras feitas tardiamente, em dezembro por exemplo, são mais expostas às pragas e o plantador fica sobrecarregado de trabalho, porque as épocas de colheitas diversas irão coincidir. A escolha do bom momento para plantar é, portanto, delicada. A propaganda agrícola insiste vivamente sobre esse ponto, o que mostra que os cultivadores não compreenderam toda a importância desse cuidado.

(42) Sobre o calendário da cultura algodoeira, ver Capítulo III, livro I, 1.ª parte.

(43) "Assumptos agrícolas. O Algodão", *O Estado de S. Paulo*, 28 de março de 1933.

Nas plantações em que o emprego de semeadeiras é impossível, o sítiante coloca as sementes em covas abertas a enxada. Aproximadamente três semanas depois, faz-se o desbaste, operação que consiste em arrancar as plantas mais tenras, para não deixar em cada cova mais do que três ou quatro pés. Um segundo desbaste, algumas semanas depois, reduzirá esse número a dois. Sem essa eliminação das plantas fracas, a plantação ficaria cheia de pés inúteis e o desenvolvimento das folhas prejudicaria o das cápsulas.

Durante a estação chuvosa, os plantadores de algodão, como os de café, fazem em diversas ocasiões a limpeza do solo, porque as más ervas crescem rapidamente e é indispensável juntar constantemente a terra arenosa em torno das plantas, cujas raízes podem facilmente ficar expostas pela erosão. A enxada é ainda o único instrumento utilizável aqui, não só por causa dos restos da floresta que ainda permanecem no chão, mas porque ela permite fazer uma ligeira arranhadura na terra, sem cortar as raízes e sem facilitar a destruição do solo pelas águas do escoamento. A limpeza de um algodoal é, portanto, uma operação indispensável e delicada e é preciso reconhecer que os japoneses a praticam com mais minúcias do que os outros cultivadores. Pela regularidade das fileiras e pela limpeza das culturas, pode-se facilmente reconhecer o algodoal de um japônês.

Durante o crescimento de seus algodoeiros, o plantador trava uma luta constante contra as pragas, o que supõe vigilância desde o momento em que as plantas germinam. Desde o mês de novembro podem ser percebidos os primeiros indícios da presença do "curuquerê" (*Alabama argilacea*, Hubner), que se alimenta das folhas e acaba por deixar as plantas completamente desfolhadas. Nos anos chuvosos, o curuquerê pode destruir até 60% de uma plantação. É mais difícil descobrir a sua presença então, porque a borboleta voa no crepúsculo e porque a destruição das folhas só é perfeitamente visível na segunda ou na terceira geração dos vermes. Como os casulos não eclodem antes de meados de janeiro, as grandes chuvas tornam incertos os efeitos da pulverização.

É necessário, portanto, proceder a uma luta preventiva,<sup>44</sup> razão porque os contratos mencionam a entrega ao arrendatário do material necessário e a participação do proprietário na compra de produtos à base de sais de arsênico. A primeira pulverização, das três habituais, é feita na época em que os insetos podem começar a se tornarem nocivos e a última no final de janeiro. Quando isso acontece — e sob esse

(44) Para toda esta questão, ver R. Cruz Martins, "Instruções praticas sobre a cultura do algodão", *Boletim do Instituto Agrônomo de Campinas*, nº 5, 3ª edição, 1937, 42 pp.

ponto os plantadores compreendem o interesse — a luta contra o curuquerê é eficaz. Mas além dos gastos que obriga, há uma dificuldade: a falta de água para a preparação das soluções a pulverizar. Nos sítios das baixadas não é difícil levar carroças do rio às plantações, ou alugar do proprietário da terra ou de um vizinho um carro de bois para transportar velhas latas de vinte litros com água. O serviço é mais duro e caro nas plantações dos espigões. Procuram-se construir reservatórios cimentados à beira dos caminhos, como o fazem os japoneses de Lavínia.

Outros insetos ameaçam o algodoal. O verme chamado "lagarta-rosa" (*Platiedra gossypiella*, Saund.), que é cosmopolita, aloja-se em todas as partes do algodoeiro. É particularmente nocivo quando se instala nas cápsulas, cuja semente fica ligeiramente rosada e cuja fibra é menos resistente. Como as lagartas-rosas alimentam-se de sementes jovens e tenras, é na semente que são encontradas e é ela que lhe serve de veículo. O Serviço do Algodão não coloca no comércio senão sementes desinfetadas, mas os plantadores tomam precauções suplementares, que não são inúteis.

A lei, reforçada pelas cláusulas dos contratos de arrendamento, obriga os cultivadores a arrancar e queimar os algodoeiros depois da colheita. Essa destruição visa, ao mesmo tempo, extinguir um perigoso coleóptero, *Gaterocercodes gossypi*, Pierce, que ataca a parte superior das raízes e a base do caule, levando a planta a morrer. Os cultivadores mais cuidadosos tomam ainda uma precaução, que consiste em arar profundamente o solo depois de arrancar as plantas, a fim de enterrar mais as cápsulas contaminadas que possam ter escapado à queimada. Mas essa aração não é possível em terrenos desbravados há menos de dois anos.

Só os japoneses estão em condições de passar o arado antes da semeadura e, assim, suas plantações estão melhor protegidas contra os estragos causados por insetos. É em parte devido aos cuidados que proporcionam à planta, que os japoneses devem a boa cotação de suas fibras pelos serviços de classificação de São Paulo. Eles acrescentam precauções múltiplas na colheita, como a de só a fazer com tempo seco, depois de o orvalho da manhã haver evaporado e as cápsulas estarem bem abertas. Costumam expor o algodão ao sol para que fique completamente seco, antes de o levar à máquina de descarregar. É pela qualidade e pela limpeza da fibra que uma remessa japonesa costuma ser identificada imediatamente, principalmente porque o algodão proveniente das áreas de derrubadas recentes costuma apresentar-se misturado com impurezas, como grãos, brotos, galhos.

A qualidade do produto não depende só dos cuidados proporcionados à cultura, mas é também muito influenciada pelas condições da colheita. Um plantador muito apressado em vender, faz a primeira

colheita muito cedo e obtém uma fibra impregnada de umidade, porque a estação das chuvas ainda não terminou. Quem semeou uma superfície muito grande, impossível de colher toda no momento propício, será obrigado a deixar o seu algodão por muito tempo exposto ao sol e ao vento. Ele fica com uma coloração azulada, a fibra encurta e perde a resistência. A superfície a cultivar depende, portanto, das possibilidades de mão-de-obra. O grosso desta é fornecido pelas mulheres e pelos filhos do sitiante. Perto das cidades, pode-se dispor do reforço proporcionado pela população que vem cada manhã em caminhões até os alçodoads. Mas esse reforço custa caro e a maioria contenta-se com o trabalho da família.

Nos anos da "febre" do ouro branco, houve a tendência a plantar mais do que era possível colher. Assim, na reunião da colônia japonesa, em 1936, as autoridades consulares e os engenheiros agrônomos recomendaram com insistência aos seus concidadãos a limitação espontânea de suas plantações. Em seguida, a imigração de baianos trouxe um precioso auxílio, tanto mais que os camaradas vindos do nordeste não se mostravam muito exigentes quanto a salários. Nos últimos anos, se a colheita não deixou de ser um período de "febre" e se a dificuldade de recrutar pessoal surgiu aqui ou ali, pode-se dizer que o problema da mão-de-obra não se colocou mais de maneira angustiante.

### 5º) *A policultura algodoeira e seu futuro*

Apoiado solidamente pelos órgãos científicos, aproveitando a contribuição técnica dos japoneses e chegando a resolver as questões de mão-de-obra, o algodão da franja pioneira é uma cultura de gente humilde, mas não de miseráveis. A organização espontânea e suportavelmente anárquica do crédito, não permitiu o enriquecimento, mas não deixa que o plantador se retire do negócio. Uma pesquisa feita em 1940 no Estado de São Paulo, constatou que o lucro anual por alqueire de algodão era mais elevado do que o proporcionado pelas culturas clássicas. Na opinião de especialistas paulistas em algodão, que são também bons conhecedores do sul dos Estados Unidos, a situação econômica e o nível de vida do plantador de São Paulo são superiores aos da maioria dos cultivadores norte-americanos.

Uma comparação entre o "Cotton Belt" e São Paulo é tentadora: aqui e lá as espécies cultivadas e as qualidades da fibra são análogas. Os preços do algodão paulista ficam apenas um pouco abaixo dos americanos nos mercados mundiais e nas duas regiões o financiamento local apresenta grandes semelhanças. O sitiante de São Paulo é dependente de seu credor por um *crop-lien* tão oneroso como o que coloca o

*share tenant* sob a dependência de um vendeiro ou do proprietário da terra. No entanto, as similitudes não devem encobrir as diferenças consideráveis que existem. Em São Paulo, foi a plantação de café que teve o papel pioneiro e não a do algodão. Na franja pioneira, o algodão nada tem a ver com a *plantation* clássica e nada aí lembra um passado escravagista. A cultura algodoeira da franja pioneira paulista desenvolve-se em condições geográficas favoráveis, que não são mais conhecidas pelo "Cotton Belt". E se as zonas novas de São Paulo conheceram a "febre" do ouro branco, elas não estão submetidas ao "King Cotton". Nos sítios, o predomínio do algodão não conduz à monocultura e a situação não é idêntica à que descrevemos nas pequenas plantações de café.

O sitiante jamais abandona as culturas de subsistência, que intercala no seu alçodoal plantado nos desbravamentos recentes, ou que ele localiza em um ou dois alqueires ocupados por plantações mais antigas. Geralmente essas culturas de subsistência são feitas nos melhores solos, enquanto são deixadas ao algodão as terras de qualidade média. A parte pior, junto a um córrego ou ocupada por vegetação nativa pobre, é reservada aos pastos dos animais de trabalho e, às vezes, para uma ou duas vacas. O milho completa os recursos. Na Alta Sorocabana os japoneses, principalmente, acrescentam à plantação de algodão uma cultura de batatas. Diferentemente dos estados americanos do sul, a franja pioneira paulista não só não precisa importar uma parte de sua alimentação, como alimenta São Paulo e vende alimentos a outros estados, além de exportar algodão e café. Tudo isso torna difícil e mesmo vã uma comparação entre a zona algodoeira de São Paulo e o "Cotton Belt". Porém, tem-se a impressão de que a vantagem está com a região nova, cuja fortuna não está ligada só aos azares da monocultura algodoeira.

Graças aos solos cultivados de há pouco na franja pioneira paulista, os rendimentos são superiores aos do "Cotton Belt", onde se registraram 200 kg por hectare no período 1924-1935, segundo Chevalier,<sup>45</sup> que afirma: "A média de 300 kg é normal na Carolina do Norte, enquanto que a de 213 kg/ha é excepcional no Texas". Em seu livro sobre o sul dos Estados Unidos, Vance indica um rendimento mínimo de 135 kg e máximo de 251 kg por hectare.<sup>46</sup> Essas cifras são obtidas em explorações que, por vezes, exigem bastante atenção, porque mais de um quarto dos agricultores sulistas não plantam muito

(45) Chevalier (Auguste) e Senay (Pierre), *Le coton*, Col. "Que sais-je?", n.º 90, Paris, 1942, 128 pp. Ver p. 86.

(46) Vance (Rupert), *Human Geography of the South. A Study in Regional Resources and Human Adequacy*, Chapel Hill, 1932.

mais do que dois hectares com algodão<sup>47</sup> e a média da superfície da área cultivada (*crop land*) não ultrapassa 16 ha por *farm*. Ora, a grande maioria dos pioneiros paulistas reserva ao algodão o mínimo de 7 ha e vimos, segundo as estatísticas, que a superfície média eleva-se a mais de 10 alqueires, ou seja, um pouco menos de 24 ha.

Essa superioridade inicial do plantador paulista com relação ao americano, é ainda acrescida pela taxa elevada de rendimento. Para 268 municípios paulistas, a produção do ano 1944-45 correspondeu a um rendimento de 705 kg/ha e para 305 municípios, em 1945-46 ele foi de 450 kg, a safra tendo sido uma das piores que se conheceram. Infelizmente, foi para esse ano agrícola deficitário que pudemos calcular o rendimento por hectare para a quase totalidade dos distritos (distritos de paz) da franja pioneira de São Paulo.<sup>48</sup> Ora, apesar dessa situação anormal, se nos reportarmos às cifras indicadas para o sul dos Estados Unidos, a vantagem ainda continua com as terras de São Paulo.

É fácil localizar os rendimentos mais baixos, isto é, inferiores à média de 200 kg registrada no "Cotton Belt". Um grupo encontra-se nos campos da Alta Sorocabana, em Lutécia, Maracá e uma parte de Paraguaçu; seu correspondente no norte da franja pioneira são as terras de campos de Guaraci, perto do rio Grande, no município de Olímpia, tanto em solos pobres como em antigas plantações de café. A mesma situação encontra-se no distrito de São José do Rio Preto e no de Jaci (município de Mirassol). Mais curioso é o caso de dois distritos de Araçatuba, com 180 e 195 kg/ha, que mostram que a terra roxa não é, diferentemente do que se passa com o café, o solo ideal para o algodão, pois nela os galhos e as folhas desenvolvem-se em prejuízo das fibras. Por toda parte, os rendimentos situam-se entre 200 e 900 kg/ha, não sem irregularidades. Os resultados menos satisfatórios estão concentrados nos espigões entre o rio Grande e o Tietê: aí, nos distritos mais afastados, chegam a ultrapassar 450 e mesmo a atingir 600 (em General Salgado), mas as cifras mais freqüentes não atingem 300 kg/ha.

A média é maior na Variante, onde um rendimento de 450 kg é o mínimo (Andradina) e o de 615 kg/ha é freqüente (Guararapes, Mirandópolis). Na Alta Paulista, oscilam entre 390 e 735 kg. Herculândia e Tupã têm as melhores médias, superiores às das culturas de Marília, que são mais antigas, mas mais elevadas do que as plantações recentes de Parapuã e Lucélia. A Alta Sorocabana detém o recorde da franja

(47) Chevalier et Senay, *Obra citada*, p. 30. Essas cifras são inferiores às indicadas por Baulig no tomo XIII da *Géographie universelle*, pp. 442-448, para quem a média do que pode ser tratado por uma família é de 18 ha, dos quais 8 em algodão.

(48) Os rendimentos foram calculados a partir dos dados fornecidos pelo Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

pioneira, com 900 kg/ha nos desbravamentos recentes, embora modestos, do município de Iepê. Os bons rendimentos de Cândido Mota e Assis põem em maior evidência a mediocridade das terras de campos. Transpostas estas, os índices elevam-se e continuam altos, numa área em que a cultura ganha terreno à beira da estrada de ferro em todos os municípios. Regente Feijó possui rendimento de 750 kg/ha e se este desce para 420 no distrito de Araxás, volta a subir nos municípios mais ocidentais de Santo Anastácio e Presidente Venceslau.

Que conclusões podem ser tiradas dessa geografia dos rendimentos agrícolas? Os solos exercem uma ação mais negativa do que positiva. Quer pela sua pobreza excessiva nos campos ou por sua fertilidade exuberante no caso da terra roxa, eles rejeitam o algodão e reduzem seu rendimento. A terra roxa é muito boa para o café para que seja plantada com algodão. Por isso, este é praticamente ausente do planalto de Londrina e é preciso caminhar em direção ao Paranapanema e atingir os solos de decomposição dos arenitos, em Sabaudia por exemplo, para o encontrar.

Uma vez eliminados os dois tipos de solos repulsivos, é difícil buscar a explicação pedológica para as variações de rendimento entre zonas ou entre municípios vizinhos. Os mesmos tipos de terras encontram-se em toda parte, nos espigões ou nas encostas. Certamente, não é impossível que os índices de rendimento tenham registrado uma situação harmônica no interior de um município, quando a realidade é haver diferenças entre os distritos que o compõem. Mas essa suposta harmonização não é possível a não ser nos casos em que os rendimentos não apresentam grandes contrastes. Além disso, cada distrito, como os próprios municípios, abrange espigões e vales, sempre com os mesmos solos, sendo a influência destes mais difícil de apreciar. Assim, como afirmam Chevalier e Senay, "a qualidade do solo não se coloca na lista dos principais fatores que decidem a importância de uma colheita".<sup>49</sup>

A inferioridade da Alta Araraquarense, que é um dos traços mais evidentes da distribuição dos rendimentos, sugere a ação de um outro fator: o papel dos japoneses, justamente pouco numerosos na região. Ao contrário, em Pereira Barreto, que é um dos seus domínios, os rendimentos são muito mais elevados do que nos distritos vizinhos, de Araçatuba, embora tanto num como no outro caso o algodão seja cultivado em terra roxa. Entretanto, hesitamos em sistematizar sobre a influência da técnica japonesa, quando constatamos que na Alta Paulista os municípios em que os nipônicos são mais numerosos não são os em que os rendimentos são os mais elevados.

(49) Chevalier et Senay, *Obra citada*, p. 74.

O trunfo do algodão paulista é a sua juventude. Os distritos mais antigos não têm rendimentos altos. No município de Marília, os sitiantes do vale do Tibiriçá falam de rendimentos de 100 arrobas por alqueire, os da região da Torre (rio do Peixe), instalados há menos tempo, têm taxas da ordem de 150. Em Pirapozinho, consideram-se 200 arrobas como boa média e 300-400 como um sucesso; mas um plantador instalado há três anos em Marabá considerava, em 1945, que uma taxa de 250 era desastrosa e colocava o máximo em 450 arrobas por alqueire.

Culturas muito recentes, como as de Lucélia ou de Andradina não têm rendimentos tão elevados como os das plantações vizinhas, estas com alguns anos a mais, como as de Tupã e Lavínia. É preciso reconhecer que os algodoads mais novos foram plantados no momento da volta do café, retomada que não se verificou na Alta Sorocabana. Onde o algodão tomou o lugar do café, como em Olímpia e em Mirassol, seu rendimento é relativamente fraco. Mas em Marília, que não atinge cifras recordes, já vimos como as permutas de mão-de-obra levam a uma associação entre o café e o algodão. Será que os sitiantes dessa área, pressurosos em subir dos vales para trabalhar nas fazendas, tomam os cuidados necessários ao fazerem a colheita? Parece que os rendimentos são melhores quando a cultura do algodão goza de maior autonomia. O progresso que o algodão acaba de conhecer, resistirá a uma brilhante retomada da cultura tradicional dos paulistas? Em todo caso, não é possível que o algodão volte ao lugar medíocre que ocupava na economia da franja pioneira. Muita gente e muitos interesses dependem hoje dele, para que deixe de ser uma das grandes culturas dos planaltos ocidentais.

O algodão das zonas novas assegura a movimentação das indústrias da capital. A rede de máquinas de descaroçar foi progressivamente estendida até aos patrimônios mais recentes. Praticamente, os maquinistas estão sob a dependência de grandes empresas nacionais ou estrangeiras, porque ou são simples gerentes de estabelecimentos pertencentes a essas firmas, ou são seus devedores. Como são eles os grandes distribuidores de crédito aos sitiantes, afinal de contas toda a produção algodoeira cai sob o controle de algumas empresas possantes que, por outro lado, são detentoras de uma boa parte das indústrias conexas e são donas do comércio de exportação. As Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, empresa brasileira mas cujo chefe é de origem italiana, possui fábricas de óleo e indústrias têxteis. Os americanos, com a Sanbra e a Anderson Clayton, aliam às fábricas de óleo o comércio de exportação em larga escala, que é também praticado pela casa L. L. Dreyfus. De dez anos para cá, a atividade dessas grandes firmas consolidou-se cada vez mais. Pouco a pouco elas foram comprando as descaroçadoras locais. Em 1935-36 três empresas, a Ander-

son Clayton, a Sanbra e a Matarazzo, descaroçavam 16% da safra paulista; sua participação foi de 54,9% em 1946-47. Montaram-se outras organizações, dentre elas várias brasileiras, umas ligadas a tece-lagens, outras às principais casas exportadores de Santos. A participação dos pequenos maquinistas caiu de 81% a 29%.<sup>50</sup>

A superestrutura capitalista está melhor organizada quando se trata da jovem cultura algodoeira, do que quando se relaciona com a tradicional cultura cafeeira. Instalou-se solidamente, para que o algodão possa contar, daí para a frente, com a mesma proteção existente para o café.

Não se pode duvidar de que a preponderância norte-americana nos mercados mundiais do algodão envolve sérios riscos para o algodão paulista e seu futuro. Toda grande oscilação da safra americana, toda especulação e todos os golpes de bolsa nos Estados Unidos repercutem em São Paulo e, se for necessário, os norte-americanos saberão frear a produção paulista. No entanto, esta tem uma posição tão solidária com relação aos mercados ianques, que tem podido contar com um apoio eficaz.

Será, talvez, em outra direção que deverão ser procurados os perigos futuros. O algodão acompanha a marcha pioneira e quando se pergunta a um sitiante sobre o problema da estabilidade dos rendimentos, ele geralmente fixa em cinco anos o tempo em que a terra produz bem. E depois? Ora, será preciso utilizar adubos, mas o seu preço é muito elevado. Experimenta-se falar em rotação de solos, como o recomendam as publicações dos serviços científicos e percebe-se que, freqüentemente, a própria palavra não tem qualquer sentido para o pioneiro; ou então ele afasta essa possibilidade, alegando que mais para a frente outras terras a esperam e não exigirão semelhantes esforços. Pequeno proprietário, seja ele japonês ou brasileiro, italiano ou espanhol, o plantador de algodão é ainda mais nômade do que o sitiante de café, porque este é retido pelos seus arbustos. Depois de dez ou quinze anos de vivência com o algodão, ele já mudou duas, três e mesmo quatro vezes. O meeiro encarregado de preparar uma pastagem, este é ainda mais efêmero, pois a terra que ele cultivou durante dois anos com algodão será daqui em diante um campo e ele irá mais para longe.

Quando a marcha pioneira tiver penetrado mais profundamente nas florestas do Paraná, ou quando ela se aprofundar pelo Brasil Central, o pioneiro terá de enfrentar novas condições climáticas. Não será então necessário modificar as variedades atualmente cultivadas? Os paulistas ainda não se colocam o problema e, no entanto, a extensão

(50) *O Estado de S. Paulo*, 28 de novembro de 1948.

crescente das pastagens, embora no momento favoreça as plantações de algodão, já envolve uma redução dos espaços disponíveis para a agricultura. Tanto para o algodão como para o café, o tempo das possibilidades ilimitadas passou.

#### D) AS PASTAGENS

Destruir a floresta virgem para, em seu lugar, instalar campos artificiais, eis o traço mais original e mais recente do movimento pioneiro nos planaltos ocidentais de São Paulo. Entre Barretos e Presidente Prudente, ao sul, passando por Olímpia, Novo Horizonte e Rio Preto, todos ao norte do Tietê, e Araçatuba, Andradina e Santo Anastácio, ao sul, estima-se que aproximadamente 50.000 km<sup>2</sup> de mata virgem transformaram-se em pastagens.<sup>51</sup> Os primeiros passos dessa mudança considerável não datam dos últimos anos, como já foi visto ao observarmos o papel que a criação de gado teve outrora na marcha para oeste. Depois do episódio inicial dos mineiros e após a abertura das estradas boiadeiras na direção do rio Paraná e de Mato Grosso (a de Porto Tabuado foi a mais antiga, depois vieram a de Porto Tibiriçá e, mais tarde, a de Porto Independência a Araçatuba), a fundação do frigorífico de Barretos em 1913 marcou uma reviravolta na economia da franja pioneira. Daí em diante, o progresso da criação de gado não cessaria, mas tornar-se-ia mais lento ao voltar, depois da Primeira Guerra Mundial, uma situação favorável para o café.

##### 1º) Os fatores do desenvolvimento da criação

O declínio da cultura cafeeira depois de 1929 e a eclosão de um conjunto de circunstâncias favoráveis, depois do início da Segunda Guerra Mundial, reavivaram a velha tendência à criação de gado. No conjunto do Estado de São Paulo, as pastagens, que representavam 19% da superfície total em 1930-1936, passaram a 31% em 1937-1939, enquanto o número de bovinos entre as duas épocas passava de 2.092.961 a 3.484.614.<sup>52</sup> Cifras incompletas permitem avaliar em aproximadamente 2.300.000 cabeças o rebanho das zonas novas em 1944-1945.<sup>53</sup> O entusiasmo pela criação, que reinou nos últimos anos, nada

(51) Brito (Silva), "Industria da carne no Brasil", *Revista da Industrial Animal*, janeiro, 1939, São Paulo.

(52) Extraídos das publicações *Estatística agrícola e zootécnica*, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

(53) De acordo com documentos obtidos graças à amabilidade do senhor Mário Zaroni, chefe da Seção de Previsão de Safras e Cadastros, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

deixou a dever ao que cercou o algodão nos anos 1932-1935. Os animais sucederam aos cafeeiros nas velhas fazendas de Ribeirão Preto, Araçatuba, Jaú, São Manuel, o que pode ser interpretado como normal nessas zonas já antigas. Mas a mesma transformação operou-se também nas plantações que apenas começavam a dar rendimentos. Foi assim que, uma vez arrancados os 900.000 pés de café da fazenda Almeida Prado, foram instalados em seu lugar 20.000 animais.

Transformar a plantação em declínio, deficitária ou simplesmente pouco lucrativa em pastagem, pareceu a solução mais econômica. Ela permite também que se fique livre da eterna preocupação com a mão-de-obra. Quando os progressos das pequenas explorações subtraía dos fazendeiros uma parte dos colônos e a industrialização crescente, apoiada em salários mais altos, drenava para as grandes cidades um bom número de trabalhadores rurais, era preciso encontrar uma atividade que usasse poucos braços. Como, seguramente, esse não era o caso do algodão, a criação de gado oferecia uma saída cômoda.

Havia outra vantagem: a obtenção relativamente fácil de crédito junto ao Banco do Brasil. O grande estabelecimento bancário da União e, de seu lado, o Banco do Estado de São Paulo, aperfeiçoaram um sistema de crédito, que era muito mais acessível aos criadores do que aos lavradores. A criação beneficiou-se de uma política que, se não foi concebida sistematicamente, acabou, de qualquer forma, por lhe ser inteiramente favorável. O argumento era a necessidade de atender às necessidades das massas operárias urbanas, lançadas no que era chamado o "esforço de guerra".

Os fretes ferroviários tornaram-se mais vantajosos para o transporte de gado do que para o café. A expedição de um vagão de café custava 11.000 cruzeiros, em 1946, entre Aguapeí e Santos, enquanto que a de um comboio com dez vagões transportando gado entre Aguapeí e São Paulo pagava 10.000 cruzeiros.<sup>54</sup> A partir de 1942, a opinião corrente entre os fazendeiros era de que a criação "protegia-os melhor do que o café contra eventuais prejuízos" e, conseqüentemente, valeria mais a pena transformar o cafezal em pastagem do que desperdiçar dinheiro. Seria melhor formar uma invernada, do que desflorestar para plantar café.

A esses argumentos contra as culturas juntava-se outro, mais decisivo ainda, em favor da criação: a persistente alta do preço do gado. Entre 1933 e 1941, o preço médio do boi vendido ao criador paulista aumentou Cr\$ 180,56 e o preço do animal engordado vendido por ele aos frigoríficos aumentou Cr\$ 200,21. O lucro de invernista era

(54) Informação do senhor Lunardelli Filho.

de Cr\$ 63,95 em 1933 e atingiu Cr\$ 84,60 em 1941.<sup>55</sup> Quer isso dizer que os fatores favoráveis ao progresso da criação em São Paulo existiam já antes da guerra, mas com esta não só o consumo da população urbana aumentou, como a demanda dos frigoríficos foi reforçada. Resultou daí uma alta sensível do preço da carne, que passou de Cr\$ 2,02 o quilo em 1940 a Cr\$ 3,50 em 1944 no comércio de São Paulo, tendo o quilo da carne-seca subido de Cr\$ 3,83 a Cr\$ 5,62.<sup>56</sup> A alta dos preços do varejo reflete os da produção.<sup>57</sup> Compreende-se então que mais de um proprietário de floresta tenha decidido transformá-la em campo, ao mesmo tempo aproveitando as safras transitórias de algodão.

As condições geográficas, por sua vez, só poderiam ser favoráveis à criação, na franja pioneira, e acabariam transformando os desbravadores paulistas em especialistas na engorda do gado. Já fazia trinta anos que os pioneiros haviam chegado ao rio Grande, face a face com o Triângulo Mineiro. Aí eles souberam aproveitar a vantagem de se haverem aproximado de regiões de criação. O fenômeno renovou-se dez anos depois, quando outros pioneiros aproximaram-se de Mato Grosso. Os trilhos da Noroeste haviam penetrado em zonas de criação, os da Sorocabana chegaram às barrancas do rio Paraná e, cedo ou tarde, a Paulista e a Araraquarense chegariam às margens dos rios das fronteiras de São Paulo. Enquanto se espera que elas os transponham, algumas balsas foram instaladas para facilitar a passagem das tropas.

São Paulo aproximou-se bastante das regiões de criação, tornando-se possível uma associação com elas. Mas as distâncias continuam muito grandes, impossibilitando a entrega imediata aos matadouros e frigoríficos dos animais que chegam de Mato Grosso ou de Goiás. Eles chegam em território paulista magros e esgotados, depois de longos percursos e mesmo os que são transportados por estrada de ferro não se apresentam em melhor estado. Sendo as estradas boiadeiras impraticáveis na época das chuvas, as viagens são ainda mais penosas, porque se fazem na estação seca, quando as pastagens ao longo do percurso não oferecem grande coisa aos animais fatigados. Os

(55) Oliveira (Antônio Carlos de), "Economia pecuária do Brasil Central", *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*, São Paulo, 1942, n.º 2, fevereiro, pp. 17-135. Ver pp. 35 e segs.

(56) *Anuário Estatístico do Brasil*, ano VI, 1941-1946, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1946, XXXII-536 pp. Ver p. 321.

(57) As exigências crescentes das cidades levaram a uma destruição exagerada das vacas e dos bezerros. Ver Oscar da Silva Brito, "A pecuária no Brasil Central e a produção de bovinos de corte", *Boletim da Indústria Animal*, vol. 7, n.ºs 1-2, janeiro-abril 1944, pp. 7-16.

que são colocados em currais junto às principais estações da Noroeste (Miranda, Aquidauana, Campo Grande) devem às vezes esperar durante semanas até o embarque, diante da falta de vagões e numa linha de via única. Eles chegam ao Estado de São Paulo com pele sobre ossos.

É preciso restaurar o gado para obter um peso conveniente. Ora, quando este atravessa o Paraná ou o rio Grande, vai encontrar pastagens verdes e terá tempo para repousar, antes da última etapa, que o conduzirá aos matadouros. As pastagens de engorda de São Paulo estão menos expostas aos rigores da seca do que as do Brasil Central. São conhecidas como invernadas, porque beneficiam-se de uma hibernação bastante longa para não sofrerem, a não ser excepcionalmente, com as deficiências pluviométricas. Na franja pioneira, essas invernadas encontram-se na posição geográfica mais favorável para receber as boiadas emagrecidas. As que se localizam junto à linha da Noroeste, desde os campos de Avanhandava até às pastagens de Castilho e Junqueira, recebem os comboios vindos por estrada de ferro ou as tropas vindas por Porto Independência. Depois da engorda, os animais cobrem facilmente o trajeto que os separa de Barretos. A Noroeste é a principal via de penetração do gado na zona pioneira.

Os animais que atravessam o Paraná em Porto Getúlio Vargas ou que chegam pelo rio Grande, beneficiam-se ainda mais da proximidade de Barretos. A área de atuação do velho frigorífico não é mais limitada pelas invernadas que o envolvem, mas estende-se até as recentemente formadas na margem esquerda do Tietê. Por sua vez, a Sorocabana transporta até aos frigoríficos de São Paulo os animais que passam pelo Porto Quinze de Novembro e permanecem nas invernadas e campos desde Presidente Epitácio até Assis.

A circulação do gado não acompanha só os grandes eixos de comunicação orientados para São Paulo e não está sob a influência única do grande mercado de Barretos. O crescimento da população urbana na franja pioneira fez nascerem necessidades locais. Para satisfazê-las, os invérnistas e os negociantes de carne fazem suas compras nos locais em que a situação do mercado e o estado dos animais lhes parecem os melhores. Daí uma circulação de tropas entre as diferentes regiões pioneiras. Animais entrados no Estado pelos portos da região de Barretos podem ser destinados às cidades da Sorocabana e passar pelos campos de Avanhandava e por Tupã para chegar a Quatá ou Iepê. Para alimentar Londrina, nasceu uma corrente de tráfego entre a Alta Sorocabana e o norte do Paraná, atravessando o rio Paranapanema perto da confluência do Tibaji. Uma outra corrente parece que se esboça entre Mato Grosso, Paranaíba e Londrina, em cujos arredores vêem-se já invernadas em formação. Essas longas viagens entre as regiões novas não se destinam somente a fornecer carne necessária aos



habitantes das cidades e, por vezes, as chegadas são muito abundantes para as invernadas de uma região, sendo preciso distribuir os animais nas pastagens vazias das outras zonas.

A circulação do gado é, portanto, intensa através dos planaltos ocidentais. Um espetáculo comum é o encontro de uma boiada de várias centenas de animais, mil no máximo, guiados por uma escolta imutavelmente constituída. O chefe, também chamado capataz ou comissário, decide as etapas e negocia o rebanho, seja por sua conta, ou por conta de terceiros. Ele precede cortejo, acompanhado por um sinaleiro, o ponteiro, que ao som de uma trompa, avisa os camaradas sobre as paradas ou as travessias de ribeirões. Os guias, cujo número depende do tamanho do rebanho, colocam-se à frente ou dos lados e o "chave" fica na retaguarda. Vem ainda atrás o culateiro, que tem a seu cargo os bezerras, às vezes nascidos durante a viagem e incapazes de acompanhar a tropa. Um personagem muito importante, o cozinheiro, fica dispensado do trabalho e, partindo sozinho à frente, vai preparar o acampamento para seus camaradas.

Cada tarde, ao fim do percurso de uma vintena de quilômetros, a boiada pára em um pasto à beira da estrada. Os homens verificam o estado dos animais, separam e tratam dos enfermos ou fatigados, que no dia seguinte marcharão à retaguarda. Para dormir, abrigam-se em um rancho miserável, quando não ficam sob um céu de estrelas. A noite é freqüentemente fria no inverno, mesmo para os que estão enrolados em um grande poncho de lã do Rio Grande do Sul ou do Paraguai. O capataz fixa a marcha para o dia seguinte, de acordo com o estado do gado, seu conhecimento dos pousos e as informações recebidas sobre a situação dos pastos. Não lhe falta prudência, porque cada animal que morre é uma perda para ele.

O ofício é duro, mas não sem lucro. Com uma boiada de quinhentos animais, um desses capatazes estimava que uma viagem de quinze dias entre Avanhandava e Iepê lhe daria um lucro de 12 contos de réis. Seus empregados não ganhariam tanto, mas amam profundamente essa vida rude. Um bom negócio enche seus bolsos por algum tempo e o ganho inesperado em perspectiva satisfaz seu temperamento aventureiro. É raro um boiadeiro abandonar seu ofício e tornar-se agricultor antes de a idade o obrigar a permanecer no sítio. Ele fala com orgulho dos giros que fez pelo Brasil Central, por vezes pelos pampas do sul. Tipo acabado de *cow-boy* e de gaúcho, o boiadeiro manifesta certa condescendência pelo homem da terra. De todos os tipos humanos que se encontram na franja pioneira, é, entre os humildes, o mais aventureiro e o mais empreendedor. Em todo caso, ele é mais consciente, no seu amor pela aventura, do que o sitiante movido pelo capricho das circunstâncias.

## 2º) As invernadas

A grande zona das invernadas estende-se de Barretos a Araçatuba. Ela compreende os municípios de Olímpia, Guaraci, Nova Granada, Palestina e Paulo de Faria, que recebem gado vindo de Minas Gerais ou de pastagens de Mato Grosso ou Goiás. Nesses municípios, os campos cobrem mais da metade da superfície (75% em Barretos, 64% em Olímpia, 56% em Palestina) e localizam-se principalmente nas terras baixas vizinhas ao rio Grande; mas ganharam terreno em direção aos espigões, à medida que se destruíam os cafezais mais baixos. O raio de ação de Barretos estende-se aos municípios da Alta Araraquarense, tanto no eixo Mirassol-Fernandópolis, como na direção de Monte Aprazível e General Salgado. As pastagens de Novo Horizonte, na margem esquerda do Tietê ligam-se também à área de Barretos. Pode-se avaliar em 900.000 o número de bovinos da região.

O rebanho da Noroeste não contribui senão parcialmente para abastecer o mercado de Barretos. Uma parte é diretamente expedida para São Paulo. Os campos de Avanhandava e de Penápolis formam aí um primeiro núcleo de criação, que é completado pelas áreas conquistadas desde Bauru até Araçatuba, em prejuízo dos cafezais. O conjunto reúne 400.000 cabeças, das quais 154.000 no município de Araçatuba. É aí que começam, verdadeiramente, as invernadas de formação recente: umas estão na vertente do Tietê, com vastos domínios, como uma fazenda inglesa de 7.000 alqueires, perto de Aguapeí, ou como a fazenda Guanabara, em Andradina, que abriga 45.000 bois; outras estão na vertente Feio-Aguapeí. O espigão entre o Tietê e o Aguapeí está envolvido por um cinturão de invernadas ocupadas por perto de 300.000 animais.

Com 100.000 cabeças, a Alta Paulista é, de todas as regiões novas, a que menos conheceu a invasão das invernadas. Não que elas sejam inexistentes no vale do rio Tibiriçá. Também, é preciso registrar que quando há alguns anos as autoridades locais pediram a construção de instalações para o embarque de gado na estação de Marília, isso foi uma prova evidente da existência de uma reviravolta na evolução desta zona agrícola. Mas a região não tem relações diretas com Mato Grosso e permanecerá à margem das grandes correntes do tráfego de bovinos enquanto a estrada de ferro não atingir o rio Paraná. Suas invernadas têm um papel principalmente local, ou servem como escalas para os rebanhos que circulam entre a Noroeste e a Alta Sorocabana.

Na última, encontra-se uma distribuição das pastagens análogas à da Noroeste. De um lado, trata-se de velhas pastagens feitas pelos mineiros; de outro lado, estão as invernadas de Presidente Venceslau e Presidente Epitácio, às quais vieram juntar-se as que surgiram das derrubadas em Iepê. Com suas 350.000 cabeças, a Alta Sorocabana

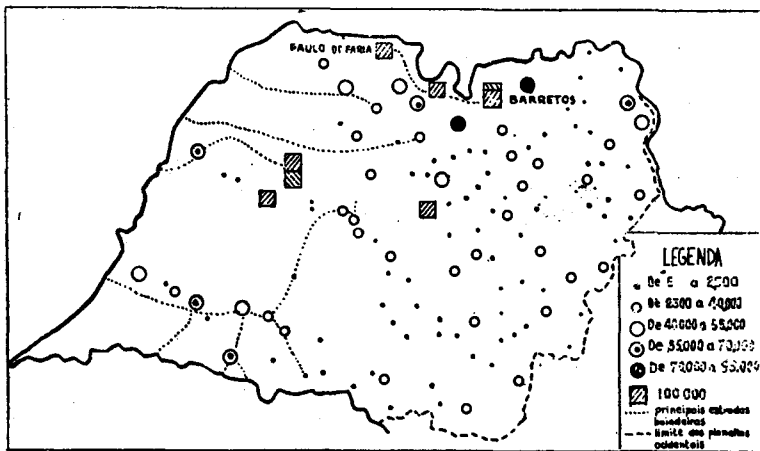


Fig. 34. Criação de bovinos nos planaltos ocidentais de São Paulo, em 1945.

ocupa o segundo lugar entre as zonas de criação da franja pioneira.

Assim, os campos não bastam para manter o rebanho bovino. As pastagens artificiais não cessam de progredir, principalmente nas áreas que mantêm relações fáceis com as regiões de criatório. Sua localização, quer nos vales outrora não desbravados, quer nos pontos extremos atingidos pelas linhas das estradas de ferro, corresponde hoje a uma ocupação do solo muito mais completa do que na época da monocultura cafeeira. Já no período colonial e também durante os primeiros tempos do café, os campos de Araraquara, os de Franca e de Piracununga haviam sido utilizados. Chegou a haver mesmo certa resistência por parte dos criadores de gado, contra a invasão dos lavradores de café. Atualmente, em plena franja pioneira, ainda se encontram fazendas cujos donos preferem criar eles mesmos o seu gado, do que comprar dos criadores de Mato Grosso. No entanto, a grande maioria dos criadores paulistas voltou-se resolutamente para a engorda nas invernações, julgada mais lucrativa.

Quer a questão seja um pasto para criar ou uma invernação, é preciso começar acabando com a floresta e plantando forrageiras. A técnica é sempre a mesma, como já foi visto: depois de dois anos de cultivo do algodão, uma vez queimadas as plantas da última safra, a terra passa a pasto, apagando-se os traços da última cultura. Recolhem-se as sementes dos tufo de gramíneas que foram plantadas nos limites dos campos, ou então faz-se transplante de mudas, dispondo-se os tufo espaçados uns dos outros cerca de dois metros. Durante as

chuvas, as gramíneas crescem vigorosamente e em seguida os animais são introduzidos na pastagem, que ainda se apresenta muito aberta e onde não há muito para ser pastado. A finalidade é de que o gado colabore com o vento na dispersão das sementes, razão porque, desde que sobrevenha uma pequena chuva, capaz de ajudar no renascimento da forragem, retiram-se os animais da invernação e esta passa, a seguir, pela primeira prova de fogo. Esta queimada, cuja violência é contrabalançada pela umidade da vegetação, visa uniformizar a pastagem, onde os tufo de capim deverão ter a mesma altura.

Nas invernações formadas depois das culturas de algodão e de arroz, é preciso esperar cinco anos desde a derrubada até o momento em que os bois encontrem, verdadeiramente, nutrição abundante. Nas pastagens novas não há necessidade de outros cuidados durante alguns anos. Entretanto, em caso de alguma grande seca, os criadores não hesitam em queimar as invernações, para que o gado tenha capim mais tenro. Nas grandes fazendas, nota-se já a preocupação de proporcionar períodos de repouso às pastagens. Deixa-se então crescer o capim, que serve como canteiro de mudas para as invernações que estão sendo preparadas, depois pratica-se por um ou dois anos uma cultura de milho.

A fase do algodão é de prática comum em todas as regiões. Mas é necessário indicar que alguns fazendeiros não procuram lucrar com o estágio intermediário de culturas, porque ele atrasa o uso da pastagem. Nesse caso, logo depois de abatida a floresta, faz-se a semeadura das gramíneas. Um outro processo associa forragem e milho e este, crescendo mais depressa, fornece sombra àquela. É principalmente em antigos cafezais e em solos pouco apropriados para o algodão que se pratica esta combinação milho-pastagem.

Os criadores paulistas estão, portanto, à procura de melhores técnicas. O fato merece ser examinado, porque são conhecidas as deficiências da criação nas regiões tropicais, assim como a mediocridade das pastagens, que sofrem com a seca e o fogo, a baixa ocupação por área e a magreza dos animais. As invernações da franja pioneira não escapam a esses defeitos, pois as gramíneas predominam sobre as leguminosas e, não faz muito tempo, os espécimes de cinco anos não pesavam mais do que 225 kg. Entretanto, foram feitos progressos indiscutíveis, que assinalam a evolução da criação pioneira. Fez-se notável esforço para formar pastagens que, além de resistirem ao período seco, sejam capazes de engordar um número elevado de animais o mais rapidamente possível.

A forragem de uso mais antigo é o capim-gordura (*Panicum melinis*, Trin.), que é muito sensível à seca e incendeia-se muito facilmente e que continua sendo usado, mas só em pequenos pastos destinados a gado leiteiro. Na região de Barretos-Olimpia, a gramínea que

domina é o capim-jaraguá (*Hyparrhenia rufa*), que pode suportar até dez cabeças por alqueire. Mas, como a maior parte das gramíneas tropicais, ela tem o inconveniente de endurecer quando cresce e o seu caule silicificado fornece uma nutrição medíocre quando a seca se prolonga. Os invernistas de Barretos não renunciaram ainda ao jaraguá, mas uma grande plantação deste capim na Variante teve insucesso completo, por ocasião das grandes secas de 1943-44. Essa foi a razão porque os invernistas dos desbravamentos novos, isto é, os do vale do Aguapeí, os de Andradina e de Presidente Epitácio abandonaram o jaraguá. Eles preferem forragens importadas da África, de trinta anos para cá, como o capim-elefante (*Pennisetum purpureum Schum.*), o capim-de-rodas (*Chloris gayana* Kunth.), o capim-kikuiu, que cobre com muita regularidade o solo e, enfim, o capim-colonião, que se revelou a gramínea mais resistente, conservando-se melhor verde e tenra, apesar das queimadas. A carga de animais que ele é capaz de suportar, é o dobro da aceita pelo capim jaraguá.

Os criadores distribuem as forragens de acordo com as qualidades das terras, ao invés de as cobrir uniformemente com uma única variedade. Planta-se, assim, o capim-estigueiro, que é uma variedade do gordura, nos solos mais secos e nas partes altas das invernadas, e o capim-de-angola (*Panicum purpurascens* N.B.K.) nos fundos úmidos. As outras espécies são semeadas nas encostas. Esta distribuição racional, permite deslocar os animais de uma gramínea para outra, segundo a estação, aumentando a capacidade de carga dos pastos graças à adaptação da forragem ao solo.<sup>58</sup>

É interessante notar a extensão da luzerna (alfafa), que poderá vir a contrabalançar o predomínio das gramíneas. Foi plantada por alemães há cerca de vinte anos, perto de Maracá e de Assis. Outros ensaios foram feitos depois de 1935 na zona de Bandeirantes e Mariana, no Paraná. Cifras recentes indicam um progresso considerável das luzerneiras, sem que possamos precisar a sua distribuição.<sup>59</sup>

Nas terras de criação, a carga animal varia de três a quatro cabeças por hectare; nas invernadas é somente de 2, em média. Essas cifras ultrapassam as de regiões secas, como as da Argentina e o Texas.

(58) Kok (Einar Alberto), "Análise de plantas forrageiras. Contribuição para o conhecimento do valor nutritivo de algumas forragens nativas e exóticas", *Rev. da Indústria Animal*, São Paulo, nova série, vol. 3, nº 3, nº 1, janeiro de 1940, pp. 53-69. Do mesmo autor, uma nota publicada no *Diário de São Paulo*, em 23 de agosto de 1946: "Aproxima-se a época de cuidar das pastagens".

(59) A produção de alfafa, que era de 7.000 toneladas em 1930-40 (*Estatística agrícola e zootécnica*), passou a 8.000 em 1943, 15.000 em 1944, 21.800 em 1946 e 23.000 em 1947 (*Colheitas e mercados*, ano IV, janeiro-fevereiro, 1948, nºs 1-2, p. 33, Secretária da Agricultura de São Paulo).

Quanto ao peso dos animais, é mais elevado do que em outros países tropicais, como Madagáscar e os campos da África Equatorial. Costuma-se indicar que um hectare de pastagem tropical só pode suportar 50 kg de gado bovino, contra 500 na Europa.<sup>60</sup> Ora, as pastagens paulistas permitem atualmente entregar aos matadouros animais de três anos pesando 270 kg, ou seja, na relação dois por hectare, uma carga animal de 540 kg. Foi nessa direção que se desenvolveram os esforços que visam a fornecer aos frigoríficos os *chilled-beef* de que eles necessitam e que até há pouco encontravam muito raramente. Espera-se chegar aos *baby-beef*, quando os animais pesarem 550 kg em vinte meses, o que poderá ser atingido completando a alimentação dos pastos com a distribuição de tortas e, no inverno, de rações de capim-colonião ensilado. Tal resultado é ainda hipotético e continua grande a deficiência de peso e de qualidade da carne.

A mestiçagem do zebu, importado no fim do século XIX para o Triângulo Mineiro, com as raças locais, produziu um animal magro, o caracu, que tem a vantagem de resistir bem aos bernes nos campos naturais. Ensaios de inseminação artificial, com genes provenientes de raças européias, darão, talvez, animais mais gordos. Como os parasitas são muito raros nas invernadas recentes, tornar-se-á possível melhorar a qualidade da carne.

Os criadores modernos, a exemplo dos plantadores de algodão, não desprezam o apoio que as estações experimentais podem trazer. Uma propaganda mantida pelos serviços oficiais e apoiada pelo Crédito Rural do Banco do Brasil, incitou os fazendeiros a selecionar bons reprodutores. A especulação, sem dúvida, veio perturbar a campanha, pois entre 1940 e 1946 alastrou-se uma verdadeira mania de possuir animais de luxo. Viam-se em plena zona pioneira criadores que cercavam de cuidados e de ciúmes alguns touros que atingiam preços fabulosos.<sup>61</sup> Mas, no que era moda, é justo ver também uma preocupação geral com a melhora do rebanho.

Pode-se ver em tudo isso uma volta ou uma fidelidade à tradição pastoril paulista.<sup>62</sup> Não mudou muito, no seu aspecto exterior, a fazenda de criação de gado: sempre os mesmos ranchos de madeira, onde

(60) Navard-Duclos (B.), "Possibilités d'amélioration et de développement de l'élevage en Indochine", *Bull. économique de l'Indochine*, 1940, fasc. I, 43<sup>e</sup> année, pp. 12-45. Ver pp. 22-23.

(61) Na Fazenda Guanabara (Andradina), em 1946, estimava-se o touro "Universo" como valendo Cr\$ 200.000, ou seja, ao câmbio real, mais de 2 milhões de francos.

(62) Enjalbert (Henri), Artigo citado, p. 157 e pp. 174-175. O autor não parece ter conhecimento do papel da criação de gado na zona pioneira do oeste. Insiste justamente na tradição pastoril, mas não mostra claramente o que diferencia a criação pioneira atual dessa tradição.

se alojam os vaqueiros, ao lado da casa do dono, mais espaçosa e confortável; sempre os mesmos currais, com sólidas cercas de troncos que, envolvendo a sede da fazenda, ou distribuídos pelas invernadas, recebem os animais para a marcação, ou para a separação dos bois, das vacas e dos bezerras. Tudo permanece como no tempo em que a rusticidade da fazenda de criação opunha-se ao porte senhorial do engenho de açúcar. O contraste é ainda flagrante entre a modéstia das instalações em uma propriedade de criação e o ar de pequeno centro industrial que conserva sempre a fazenda de café.<sup>63</sup> Mas não se podem levar mais longe as comparações entre a criação de gado dos velhos paulistas e a de agora, na franja pioneira.

A atividade pastoril de outrora poderia ser interpretada como provocada diretamente pelas condições geográficas, porque tirava-se então o melhor partido possível dos campos naturais, tanto na Alta Sorocabana como perto de Araraquara, ou sobre o planalto de Franca. Os animais erravam livremente por amplos espaços, limitados apenas por ribeirões que separavam as propriedades. Para conhecer esse passado, basta ir hoje a Goiás ou a algumas áreas de Mato Grosso.

São Paulo e seus planaltos ocidentais renunciaram àquela criação extensiva. Procurar-se-iam em vão nas suas pastagens animais semi-selvagens, paralisados pelo laço de um audacioso gaúcho. Nas invernadas cujos espaços foram conquistados à floresta, os animais apascentam pacificamente entre cercas de arame, durante cinco a nove meses, o tempo necessário para que engordem. Por vezes, ficam mais tempo, se o invernista, fazendo a recria, procura obter bezerras. Mas é sempre e cada vez mais uma atividade vigiada.

### 3º) *Os invernistas*

Muito mais do que imposta pela natureza ou continuadora de uma tradição pastoril, a criação de gado dos planaltos ocidentais de São Paulo deriva da estrutura econômica e social atual. Ela não é mais o apanágio dos grandes proprietários. Certamente, há vastas pastagens, como as da fazenda Guanabara, que se estendem por 8.000 alqueires, com uma reserva de mais 17.000; ou os 6.000 alqueires de um criador de Presidente Bernardes, que tem outros 2.000 alqueires de pastos em Quatá. Não é mesmo raro que um grande criador tenha aqui uma invernada de 1.000 alqueires, lá outra de 2.000 ou de 5.000, o

(63) A fazenda de criação pioneira foi descrita por Deffontaines (Pierre), "les types de peuplement ruraux au Brésil", *Bulletin de l'Association des Géographes Français*, 1935, n.º 87, pp. 66-71. Ver p. 68.

que lhe permite distribuir racionalmente os rebanhos que ele compra dos criadores. Mas ao lado dessas imensas propriedades, ouve-se falar com mais freqüência em fazendas de criação que cobrem de 100 a 300 alqueires.

Há outros criadores ainda mais modestos: a massa dos sitiantes que, como já foi visto, transforma em pasto uma parte das suas terras. Os plantadores de algodão e principalmente de café e os donos de cafezais fatigados que passam a praticar culturas de subsistência, todos têm alguns animais de criação. Se a exigüidade de seus lotes impede que façam a engorda do gado, eles vendem facilmente seus pupilos aos açougueiros das cidades vizinhas ou aos compradores que trabalham por conta dos frigoríficos. Outros, como os húngaros da colônia Arpad, completam o cultivo de árvores frutíferas (laranjeiras e mangueiras) com a criação de algumas vacas leiteiras. Os mais ricos possuem uma quinzena de animais, a maior parte só 3 a 5. Na Arpad e também na colônia Aimoré, os sitiantes acrescentam ainda à agricultura e à criação leiteira, a criação de porcos, gansos e patos, enquanto os letões da colônia Varpa combinam as demais atividades com a avicultura, vendendo ovos a São Paulo, e com a fabricação de manteiga. Nesses núcleos de colonos europeus, a criação é parte integrante da economia rural, em proporção muito maior do que entre os plantadores de algodão e de café, para os quais ela conserva a forma de uma simples atividade complementar.

Essa variedade de tipos de criação, sua associação com situações econômicas diversas, que vão desde o grande invernista ao modesto sitiante e o caráter particularista das atividades pastoris entre os imigrantes de origem não mediterrânea, tudo isto mostra até onde a criação reflete, na franja pioneira, a estrutura social e a composição étnica. Poder-se-á apreciar melhor tudo o que diverge da tradição pastoril, ao salientarmos a ação exercida pelas companhias inglesas sobre a criação dos planaltos ocidentais.

Se o impulso inicial foi dado por Antônio Prado, quando fundou o frigorífico de Barretos, seriam as firmas inglesas Swift, Wilson e Armour que retomariam o caminho, depois da compra do frigorífico de Barretos e a fundação, durante a Primeira Guerra Mundial, de novas instalações nos subúrbios da capital. Essas sociedades estrangeiras são detentoras de uma parte apreciável das invernadas. Estimava-se em 1941 que elas possuíam 77.418 alqueires em propriedades, algumas perto de São Paulo, outras em Araraquara e a maior parte na zona de Barretos. Um bom conhecedor da Alta Araraquarense estimava que em 1940 o total das fazendas inglesas dos municípios de Rio Preto, Monte Aprazível e Tanabi atingia 37.000 alqueires; entre elas, duas grandes propriedades mediam, respectivamente, 12.000 e 17.000 al-

queires.<sup>64</sup> Seria necessário acrescentar a gleba da fazenda Pajé, imensa reserva que, por sua vez, conhecerá o desbravamento, e, na Variante, uma grande fazenda de 7.000 alqueires, perto de Aguapeí, completada por outras instalações na região de Rancharia. As sociedades detentoras dos frigoríficos possuem, além disso, suas próprias terras de criação tanto em Mato Grosso como em Goiás. A organização vertical foi levada mais longe ainda, no caso da Wilson, cuja base financeira é a mesma da Blue Star Line, empresa de que os navios freqüentam o porto de Santos. Pode-se avaliar facilmente a força de uma organização tão completa. De resto, os frigoríficos não se contentam em possuir suas próprias invernadas e também as alugam de invernistas, sob contratos de dois anos, pagando proporcionalmente às cabeças de gado (8 cruzeiros em 1946). Assim, quando é avaliada em 120.000 a capacidade das invernadas pertencentes aos frigoríficos, convém adicionar a esse número uma boa parte das 550.000 cabeças atribuídas aos pastos de Barretos e sua região.

Até há pouco tempo, as companhias estrangeiras eram as únicas donas dos matadouros que alimentam São Paulo, o que significa que sua atividade não se limitava só à indústria da carne e que elas faziam considerável movimento comercial interno. Como, praticamente, são os únicos grandes compradores, exercem uma ação determinante sobre os preços e podem restringir ou aumentar as compras junto aos criadores independentes, em função do estado das suas próprias pastagens, ou de acordo com o rumo que desejam imprimir ao mercado de gado. Tal controle estrangeiro, essencialmente inglês, não deixa de levantar protestos entre os criadores, que, ao que parece, têm tido maior repercussão do que as queixas dos sitiantes plantadores de algodão diante da ação das empresas norte-americanas. O sindicato dos invernistas é uma força política poderosa, mas igualmente poderosos são os frigoríficos estrangeiros.

Esta estrutura capitalista, que também é uma causa da renovação da criação na franja pioneira, não tem muito em comum com a velha sociedade patriarcal dos criadores antigos. Ela facilitou as coisas, mas é difícil reconhecer nos invernistas atuais o mesmo valor dos que os precederam. Os de hoje, na retaguarda dos desbravamentos, ocupam o lugar de sitiantes que partiram para terras mais novas. No vale do Tibiriçá, houve recuo da pequena propriedade algodoeira, em favor da média propriedade de criação. Nos arredores imediatos de Araçatuba, desde 1939 podiam ser vistos casas em ruínas, pomares invadidos pelo mato e o gado pastando em velhos cafezais ou em antigos campos de algodão. O que era significativo no caso, é que o proprietário desta

(64) Informação verbal do senhor Tavares de Almeida.

invernada era um comerciante sírio que residia na cidade e não possuía o menor conhecimento das cousas da terra; havia aproveitado a ocasião para um bom negócio, que foi a compra a preço baixo de sítios abandonados e sua transformação em pastos. Não foi o único sírio que encontramos entre os invernistas surgidos quando souberam aproveitar a conjuntura dos últimos anos.

Não é sem angústia que se assiste à destruição da floresta e de seu solo para a localização de pastagens para o gado zebu. O ritmo da transformação é rápido. Uma propriedade de 220 alqueires, situada em Pedranópolis, começou a ser desbravada em 1943. No fim desse ano, ficou reduzida a 70 alqueires de floresta, sendo os 150 restantes transformados em roças onde se plantaram culturas de subsistência e algodão. Em 1944, cerca de 50 alqueires já estavam semeados com capim-colômbio. No ano seguinte, a superfície dos pastos dobrou. A floresta desapareceu completamente em 1947 e tudo foi transformado em pastagem. Assim, em quatro anos, à razão de dois alqueires por trabalhador, 110 homens e mulheres viveram da destruição da floresta e, uma vez formado o pasto, deverão ser aí colocados 900 a 1.000 animais, para cujo cuidado bastarão dois vaqueiros. A destruição das riquezas naturais não é, dessa forma, compensada pela instalação de grupos humanos densos e ligados à terra. Só as pequenas colônias estrangeiras enraizam-se e formam núcleos de forte concentração. Os antigos cafeicultores que passam para a criação de gado, são rapidamente atraídos pelas terras novas. Quanto aos invernistas, apesar das transformações apreciáveis que se operaram nos métodos da criação, não parece que tenham atingido o estágio em que a criação fixa os homens e exige uma mão-de-obra apreciável.

Não se pode, entretanto, rejeitar à primeira vista tal evento, que é ponto de vista freqüentemente sustentado em São Paulo: a criação poderá vir a ser criadora de riqueza, tanto ou mais do que uma agricultura nômade. Os progressos técnicos recentes levarão provavelmente a uma maior conservação dos solos. As experiências já tentadas para obter forragens que cubram todo o terreno e reúnam a dupla qualidade de suportarem maior carga de gado e sustar a ação das águas de escoamento, serão certamente levadas avante. Mas, como já foi visto, parece que o desflorestamento intenso aumenta a aridez. Levar mais para oeste as pastagens de engorda não tem sentido, porque ficariam ainda mais afastadas dos centros consumidores e também isso obrigaria à criação de uma rede de frigoríficos melhor distribuídos sobre os planaltos ocidentais. E nada garante que essas novas instalações não ficariam sob o controle de capitais estrangeiros. As soluções, no caso, parecem tão incertas como para os grandes produtos agrícolas. Enquanto elas não vêm, as circunstâncias econômicas incitam a aumentar

as invernadas em tal escala, que é difícil acreditar que elas não venham a ser criadoras de desertos.

\* \* \*

Sem dúvida, poder-se-á agora concluir, indagando: não parece reinar certo equilíbrio no mundo pioneiro? Aparentemente, a base da economia pioneira foi consolidada com o abandono da monocultura cafeeira. O desenvolvimento da pequena exploração agrícola levou a uma utilização do solo mais completa e, ao mesmo tempo, a melhor distribuição da riqueza. Quanto ao futuro, ele não é mais incerto para a franja pioneira do que para as regiões de antigo povoamento. A partir de fatos como esses, só é possível chegar a uma conclusão otimista.<sup>65</sup>

Mas há retoques a fazer nesse quadro encorajador. Já há uma quinzena de anos, tanto os fazendeiros como os sitiantes não deixaram de experimentar cultivos variados, visando a complementar a criação de gado, o plantio do algodão, o do café e também o das culturas de subsistência. As tentativas feitas, abrangeram produtos que poderiam desfrutar de um mercado permanente e mais equilibrado do que o das grandes culturas comerciais. Outras experiências foram como foguetes que subiram bruscamente e desapareceram tão depressa que só deixaram um rastro de fumaça. Realmente, os agricultores da franja pioneira têm procedido como se os grandes produtos a que se dedicam não bastassem para lhes dar segurança e estabilidade. Vê-se, então, o significado essencial das culturas secundárias: elas mostram até onde os pioneiros sentem a necessidade de consolidar uma economia ainda incerta.

Os fazendeiros apegados ao café foram os primeiros a procurar como complementar os cafezais com produtos que até então vinham de fora e por outros suscetíveis de exportação. Desenvolveram-se, assim, plantações de rícino, de mandioca, de tungue, sisal, rami e, mais recentemente, de amendoim. Concentraram-se esforços nas oleaginosas com demanda local e mundial crescente e nas plantas produtoras de fibras utilizáveis na fabricação de sacos. O Brasil, que tem enorme consumo de sacos para seu café, seu açúcar, seu algodão, seu arroz, seu milho, dependia estreitamente do fornecimento por parte da Índia e os fazendeiros encontravam-se entre as primeiras vítimas de uma situação que agora procuram remediar.

Também os pequenos produtores, tanto proprietários como meei-

(65) Deffontaines (Pierre), *Geografia humana do Brasil*, obra citada. Ver pp. 89 e seguintes.

ros, esforcem-se por complementar os grandes produtos comerciais, experimentando uma policultura que lhes assegure renda fixa. Imitaram, por vezes, os grandes fazendeiros, deixando uma parte de suas terras para as plantas oleaginosas ou para outros cultivos. Mas, antes de tudo, são as culturas de subsistência que interessam, porque há sempre mercado para elas e porque estão a salvo dos fortes abalos que sempre ameaçam os produtos de exportação. A tentativa mais interessante e com melhores resultados, foi feita por sitiantes japoneses da Alta Sorocabana, que associaram às suas plantações de algodão as da batata. O consumo desta tornou-se um hábito nas grandes cidades e os horticultores nipônicos dos arredores da capital paulista não eram suficientes para abastecer durante o ano todo o enorme mercado. A Cooperativa Agrícola de Cotia, que os reúne em uma organização inspirada pelos serviços consulares, tomou a iniciativa de associar também pequenos lavradores da franja pioneira. O ritmo das colheitas da batata facilita a união, pois há duas safras anuais. A das águas, que termina na estação úmida, quando os tubérculos não podem ser bem conservados, nem suportam um transporte muito longo, tem nos horticultores vizinhos da grande cidade os produtores mais importantes. A batata da seca, colhida no inverno, pode ser melhor conservada, ensacada e transportada sem riscos. É produzida em maior escala pelos desbravadores de Presidente Prudente e Presidente Bernardes. A organização cooperativa, seu crédito interno e seu equipamento comercial foram condições do sucesso de tal experiência. Iniciada em 1935, ela prossegue, mesmo depois de os dirigentes japoneses haverem sido afastados ou estarem sob controle de brasileiros.

Não concluamos pela perspicácia dos pioneiros japoneses. Seria enganoso se, à base desta exceção, fôssemos levados a acreditá-los fixados à terra que desbravaram, instalados com lavouras estáveis e procurando levar uma vida de camponeses tranqüilos. Os pioneiros brasileiros os consideram, de preferência, como jogadores inveterados; o entusiasmo com que se lançaram em novas culturas é uma prova suficiente. Assim, em 1944 uma ativa propaganda foi desencadeada na franja pioneira, para cobrir de menta todos os sítios. Empresas brasileiras e estrangeiras de São Paulo e Rio de Janeiro ofereciam preços inesperados e afirmava-se que os serviços de mobilização econômica, no Brasil e nos Estados Unidos, dispunham-se a comprar cada vez mais cara a produção de 1945, por maior que fosse. Os sitiantes deixaram-se convencer e, se não foram os únicos, os mais apressados foram os japoneses da Alta Sorocabana. Em lugar do algodão, do arroz ou do milho, multiplicaram-se as plantações de menta. Muitos estavam tão confiantes, que empregaram todas as suas economias, ou fizeram empréstimos para comprar um alambique... e foi um dos abalos mais completos que São Paulo conheceu. Quando, em outubro de 1945.

percorriam-se as áreas de sítios de Presidente Prudente e Presidente Venceslau, viam-se os abrigos dos alambiques cair em ruínas e só se ouvia falar dos sítiantes arruinados que já haviam partido ou estavam às vésperas de partir para a terra prometida: Londrina.

Mais durável foi o entusiasmo pela cultura da amoreira e criação do bicho-da-seda, no momento em que a guerra eliminou, provisoriamente, a produção de seda japonesa. Antes, o único centro verdadeiramente ativo foi Campinas, embora experiências mal-sucedidas tenham sido feitas em Varpa em 1930. Acusou-se, então, um italiano de haver sabotado a distribuição dos ovos do bicho-da-seda, vindos do centro de criação instalado em Campinas. Em 1940 e 1941 o Senhor Fernando Costa, interventor federal em São Paulo escolheu a sericultura como tema de propaganda e esforçou-se pelo seu desenvolvimento. Mais decisivas ainda foram as encomendas de seda dirigidas ao Brasil por países sul-americanos como o Chile e a Argentina, depois pelos Estados Unidos e, em seguida à vitória aliada, pela Itália, a França e a Suíça. Uma primeira fiacção foi inaugurada em Marília em 1942 e em 1946 já havia aí 17, enquanto outras funcionavam a todo vapor em Tupã, Bastos, Presidente Prudente e Santo Anastácio.

Os japoneses destacadamente e os italianos mais modestamente, plantaram amoreiras e construíram galpões para a criação do bicho-da-seda. Fileiras de amoreiras substituíam as de cafeeiros e estendiam-se pela parte inferior das encostas, no lugar reservado aos algodoeiros. O movimento foi vigoroso na Variante e na Alta Sorocabana e mais acentuado ainda na Alta Paulista, entre Piratininga e Tupã. Em Bastos, a produção de casulos passou de 700 kg em 1940 a 1.000 em 1946. Para obter adubos destinados às amoreiras, os japoneses lançaram-se à criação de aves. Assim, as áreas situadas à retaguarda das derrubadas florestais orientaram-se para uma combinação de sericultura e avicultura para a venda de ovos.

A amoreira, como o bicho-da-seda, encontra nos planaltos ocidentais condições que lhe convêm. O único perigo é a geada, quando as árvores são plantadas nas baixadas, mas a experiência com o café foi aqui muito útil. Durante o verão chuvoso, os criadores levam os casulos às fiações, que trabalham com mão-de-obra feminina, principalmente japonesa, de outubro a maio. A seda tem, portanto, a vantagem de dar trabalho durante a estação morta para as atividades agrícolas e de liberar o pessoal no momento da colheita do café. A criação do bicho-da-seda parece ter sido verdadeiramente lucrativa, se considerarmos que, em uma safra, um alqueire de amoreiras permite produzir um mínimo de 800 kg de casulos. O preço de custeio é da ordem de 10 a 15 cruzeiros por quilo e a fiacção pagando 20 cruzeiros (preço de Marília em 1946) há um lucro de Cr\$ 4.000,00 por alqueire, nas piores condi-

ções. Nem o algodão ou o café são tão generosos.<sup>66</sup> Diante de tal conjunção de fatores favoráveis, como as condições climáticas, a facilidade e a qualidade da mão-de-obra e as oportunidades comerciais, não é surpreendente que os alinhamentos de amoreiras tenham invadido os sítios. Por toda parte surgiram os compridos galpões de trabalho da seda, com armação feita em madeira de construção, paredes de troncos de palmeiras e tetos cobertos com palha de arroz. Cada pequena exploração possuía seus galpões e o aparecimento súbito de galpões de grande porte modificou a paisagem, dando maior destaque aos sítios e, em certos casos, provocando a concentração das construções em alguns pontos. As transformações da produção levaram a uma pequena revolução da paisagem, sem que nada tenha mudado no *habitat* ou na estrutura agrária.

Mas ainda era preciso garantir a permanência do que mudou. Não seria um abuso confiar inteiramente na sericultura e renunciar às demais culturas, como o fizeram 80 a 90% dos japoneses de Marília? E investir capitais em novas instalações, com a convicção de que a seda dos planaltos ocidentais de São Paulo continuaria gozando da preferência dos clientes sul-americanos e a acolhida gentil nos grandes mercados internacionais? Ora, um otimismo muito "novo mundo" afastava magnificamente as mais tímidas objeções. E, no entanto, eis que a seda japonesa reaparece. O comprador norte-americano tem mais do que uma boa razão para preferi-la à do bom vizinho sul-americano. E as exportações brasileiras de fio da seda, que haviam passado, de um momento para outro de 3 a 14 e depois 17 toneladas entre 1944, 1945 e 1946, caem no ano seguinte.<sup>67</sup> Quebrou-se o ímpeto. Sobrará alguma coisa desta curta prosperidade, porque o consumo interno permanece e os compradores das outras repúblicas da América Latina conservarão certa preferência por São Paulo. Mas, ainda uma vez, não haverá um triunfo a consignar.

O caso da menta foi um logro; o da seda suscitou esperanças falazes. Poder-se-ia juntar a eles o episódio da mandioca, que em 1943 e 1944 teve uma curiosa propaganda de inspiração norte-americana.<sup>68</sup> Tentativas decepcionantes como essas não teriam mais do que sabor anedótico, se não evidenciassem a permeabilidade do mundo pioneiro a

(66) Devemos essas informações ao senhor Venâncio de Sousa, secretário da Associação Comercial de Marília, que, por ocasião de nossa última viagem, em outubro de 1946, teve a gentileza de nos acompanhar aos sítios, fazendas e usinas de sua região.

(67) *Anuário Estatístico do Brasil*, ano VI, 1941-1945, Rio de Janeiro, 1946, p. 264.

(68) Uma publicidade muito ativa foi então lançada, em favor do miho e da mandioca. Os meios bem informados não escondiam que sua origem era norte-americana e sua finalidade era desviar os paulistas da cultura do algodão.

toda propaganda montada para seduzir com a esperança de lucros desmesurados. O pioneiro aposta em uma cultura, da mesma forma como joga na loteria, com a mesma ingenuidade e o mesmo ardor, talvez porque não possa contar com uma melhora progressiva da sua sorte. A obstinação com que seus antepassados cultivaram oliveiras ou arrozais, ele a coloca no empenho com que persegue a fortuna, através de tentativas dirigidas para produtos diferentes; mas a essência permanece a mesma. A infatigável resignação campesina é secundada aqui pelo entusiasmo do desbravador, porque é sabido que a fortuna não vai parar às mãos do preguiçoso e que o pioneiro é um trabalhador rude. O provérbio diz: "quem vai na frente não bebe água limpa"; e tudo é uma questão de audácia e de oportunidade, porque nada é estável.

Durante quase três quartos de século o café manteve certa estabilidade. Era possível confiar nele, apesar de alguns golpes bruscos de caráter passageiro. Com sua concentração de casas e de instalações industriais e comerciais, a fazenda de café marcava uma real tomada de posse do solo. Dela emanava uma impressão de solidez e riqueza. E foi o café que enriqueceu São Paulo. Mas depois do desmoronamento ocorrido em 1929, o mundo pioneiro não mais encontrou aquela estabilidade. As formas de ocupação do solo sucederam-se em cadência acelerada, levando a reviravoltas incessantes nos preços, no regime social, nas atividades.

Um bom exemplo foi o da curta história da ocupação do solo no vale do rio Tibiriçá. Ela começou a partir de 1930, com a invasão de pequenos cultivadores de algodão. Tendo os rendimentos diminuído por volta de 1937-38, eles emigraram ou limitaram suas culturas. A malária apareceu e os que haviam agüentado até então, decidiram-se a vender; por 300 ou 400 cruzeiros, cederam aos criadores de gado o que haviam comprado por 1.500 cruzeiros. As pastagens substituíram o algodão, mas em setembro de 1941 começaram a aparecer as primeiras plantações de amoreiras. De novo voltam os sitiantes, proprietários ou meeiros, recomprando a terra a 5.000 e mesmo 10.000 cruzeiros por alqueire. Qual a sua situação hoje?

A terra tropical, frágil e maltratada por homens que têm pressa em enriquecer, é a primeira responsável pela instabilidade. Mas os resultados não seriam tão graves sem as próprias responsabilidades dos homens: a ignorância dos sitiantes, a incerteza muito freqüente quanto aos títulos de propriedade,<sup>69</sup> a pobreza, a desorganização do crédito, o controle do comércio por alguns grupos, tanto brasileiros como estrangeiros e a força da especulação.

(69) Em julho de 1945, todo um grupo de pequenos proprietários espanhóis que haviam desbravado a floresta, construído suas casas e plantando algodão, foi vítima de um grileiro, em Estrela do Oeste (Alta Araraquarense).

A queda do café acelerou o acesso à propriedade a pessoas com poucos recursos e provocou a eclosão da policultura. A paisagem perdeu em monotonia o que as atividades humanas e a estrutura social ganhavam em diversidade. A franja pioneira não mais conhece a homogeneidade que, durante os três quartos de século em que o café fora o rei incontestável, havia sido a garantia de uma estabilidade hoje desvanecida.



#### CAPÍTULO IV

## A SITUAÇÃO SANITÁRIA NO MUNDO PIONEIRO

O balanço das limitações que o meio tropical impõe ao homem já foi esboçado com bastante severidade e não julgamos indispensável trazer aqui nova contribuição. Tal trabalho deveria apoiar-se em um conhecimento do meio vivo e numa organização científica, que na franja pioneira são largamente insuficientes. Será desejável que um dia as pesquisas científicas venham preceder e esclarecer a marcha pioneira; mas estamos muito longe disso. Entretanto, não deixa de ser fácil um levantamento das endemias, das quais algumas, como o impaludismo, impõem dificuldades evidentes ao povoamento; outras, atingindo os desbravadores, são verdadeiras moléstias ligadas a gêneros de vida e, ao mesmo tempo, afecções graves, cujas causas devem-se menos ao meio natural do que à estrutura da sociedade paulista.

### A) A MALÁRIA

Praticamente, todo o Estado de São Paulo é devastado pela malária, que o Professor Samuel Pessoa estima atingir 15% de toda a população. O litoral é o primeiro foco.<sup>1</sup> O segundo é formado pelas bacias do Tietê, do Paranapanema e dos rios secundários dos planaltos, e prolonga-se até o Estado do Paraná, pelos vales dos rios Tibaji e Ivaí. Nessa vasta área estão reunidas todas as condições favoráveis à

(1) Pessoa (Samuel B.), "Ensaio sobre a distribuição geográfica de algumas endemias parasitárias no Estado de São Paulo", *Arquivos de Higiene*, Rio de Janeiro, dezembro, 1941, 25 pp., 9 mapas. Idem, *Parasitologia médica*, São Paulo, 1946, 856 pp. Ver p. 262.

vitalidade do complexo patogênico da malária. Durante vários meses, as chuvas, a subida das águas e as inundações correspondem à época de forte calor. As seções dos "rios mortos" estão ladeadas por meandros e gamboas invadidos momentaneamente pelos rios em cheia. Essas superfícies planas, dos banharões e varjões onde o gado costuma ser levado comodamente para beber, são infestadas por mosquitos. Os ribeirões afluentes, barrados pelos aluviões, serpenteiam muito antes de desembocarem nos grandes rios e são, como os banharões, o domínio de uma vegetação invasora, de gramíneas flutuantes como *Eichornia crasipis* e *Pistia stratiotes*. Nas águas paradas ou pouco movimentadas, abrigadas pela vegetação, os anófeles dispõem de locais propícios para botar os ovos.

A essas condições naturais favoráveis ao transmissor, o homem juntou outras. Abriram-se na floresta veredas bastante perto dos ribeirões para que o gado tenha acesso fácil à água. Cada passagem de fundo de vale é um bebedouro em que o pisoteio dos animais acelera a formação de uma depressão de água estagnada. E há a chegada, depois de 1930, de contingentes de impaludados, que fizeram aumentar os registros dos serviços de combate à malária. Eles vieram do nordeste e trabalharam em desbravamentos, sempre com a tendência a descerem dos espigões para os vales. Deixando uma área por outra, esses imigrantes disseminaram os vírus da infecção, sobrecarregando os raros hospitais.

É praticamente impossível calcular com segurança a ocorrência da malária, ou maleita, e não por culpa dos especialistas paulistas. Os esforços que vêm fazendo são ainda mais notáveis, porque as verbas que lhes têm sido dadas são, de há muito, insuficientes e também medíocres são os meios de que dispõem. Atualmente, os postos de higiene de cada município e os do Serviço da Malária, além de vagões sanitários percorrendo as estradas de ferro de penetração, já podem trabalhar melhor. Mas o brasileiro está tão acostumado com as febres, que raramente ele se dirige ao médico e a grande maioria dos doentes escapa ao controle. Assim, a estatística que indica 525 falecimentos por impaludismo no Estado, em 1944, não tem qualquer valor. É interessante observar que a mesma fonte, que informa desde 1898, apresenta anos de paroxismo.<sup>2</sup> As epidemias recentes datam de 1935 e 1941. Em Olímpia, um estudo local indica como anos de crise 1923, 1925, 1931, 1935 e 1941.<sup>3</sup>

(2) Informações fornecidas pelo senhor diretor do Serviço de Profilaxia da Malária, São Paulo.

(3) Carraça (Nélson), *Inspecção sanitaria do municipio de Olimpia*, 1942, 3 volumes datilografados, colocados à disposição do autor pelo senhor diretor da Faculdade de Higiene de São Paulo.

Pode-se, evidentemente, ligar essas epidemias a condições climáticas excepcionais, como foi o caso da de 1941. No entanto, a explicação não é, provavelmente, a única. As crises não atingem sempre todas as novas regiões de povoamento, mas só determinadas áreas. Marília, com 5.233 casos registrados em 1939, contra 2.633 no ano precedente e 1.969 no ano seguinte e Andradina, com um aumento grave em 1943, são uma prova (sob a reserva de possível mau funcionamento dos postos de saúde).<sup>4</sup>

O fato confirma o que se conhece do principal vetor existente nos vales ocidentais, o *Anopheles darlingi*, que é nômade e emigra sem que se conheçam as causas. Embora apresentando concentrações de baixa densidade, o *A. darlingi* é temível pela sua antropofilia. A situação é o inverso com o *Anopheles albiteris*, particularmente abundante no baixo Tietê.<sup>5</sup> Nos vales do Estado do Paraná não foram estudados ainda, ao que sabemos, os problemas da malária, sendo provável que os vetores sejam os mesmos de São Paulo. Nos dois Estados, os plasmódios são, ordinariamente, *P. vivax* e *P. falciparum*. Os casos de *Plasmodium malariae* são extremamente raros e as zonas novas só têm formas benignas e médias de impaludismo, capazes de levar os organismos a se enfraquecerem. Seus efeitos são particularmente sensíveis entre indivíduos mal ou insuficientemente alimentados.

O estado geral de deficiência dos maleitosos e conseqüente má qualidade do efetivo humano são, certamente, os tributos mais pesados que a franja pioneira paga à malária. A maioria dos que têm maleita, convive com a moléstia sem o saber e a importância dos danos que esta ocasiona é inestimável. É mais fácil indicar uma conseqüência evidente dos prejuízos ao povoamento sistematicamente feito nos vales, através de algumas experiências cruéis, que se conservam vivas na memória coletiva: o fracasso da colônia militar de Itapura, a construção da via ferroviária de Araçatuba ao rio Paraná, de que se diz que cada dormente custou uma vida humana e que não foi acompanhada de nenhuma experiência apreciável de povoamento ao longo do curso inferior do Tietê. Mais recentemente, a história já referida atrás dos sítios do rio Tibiriçá. Com a malária, os vales desempenharam, portanto, um papel repulsivo.<sup>6</sup>

(4) Serviço de Profilaxia da Malária.

(5) Correa (R.), "Os vetores da malária no Estado de São Paulo", *Arquivos de Higiene e Saude Publica*, São Paulo, ano VIII, setembro de 1943, n° 19, pp. 121-132. Idem e Ramos (Alberto S.), "Contribuição ao conhecimento da distribuição dos anofelinos do Estado de São Paulo (Brasil) (Diptera Culicidae)", *Arquivos de Higiene e Saude Pública*, São Paulo, ano IX, janeiro de 1944, n° 20, pp. 125-152.

(6) Deve ser observado que são excepcionais os casos de malária urbana (excluídas as infecções de cidadãos adquiridas no meio rural), por exemplo em Olímpia, que é

Não se pode contestar esses fatos. Mas é certo que outros fatores também agiram para afastar os pioneiros dos terrenos baixos. Que objetivos poderiam levar os desbravadores a se localizarem às margens de rios, impróprias para as culturas comerciais em voga? Mesmo que os vales fossem salubres, as vantagens extraordinárias dos espigões teriam bastado para que a agricultura e o povoamento aí se concentrassem. Mas eis que surge uma possibilidade de exploração lucrativa de áreas malsãs e a malária deixa de ser um obstáculo intransponível. O avanço da pecuária até os fundos de vale é bastante significativo.

Mais significativa, ainda, foi a colonização japonesa, que teve sucesso no curso inferior do Tietê. Os colonizadores nipônicos procederam a um vasto trabalho de saneamento, sob direção médica permanente, tais como retificação dos córregos, reforço dos barrancos marginais de terra roxa em desagregação, barragens com a finalidade de poder lançar volume de água capaz de arrastar os criatórios de anófeles. Eles recomendavam a construção das casas a algumas centenas de metros dos cursos d'água, reservando os intervalos a plantações de arroz, aos estábulos e a chiqueiros (o *Anopheles strodei*, freqüente nesses terrenos, é principalmente zoófilo e pouco penetra nas casas). Todo esse dispositivo foi completado pela clássica distribuição de quinine, exames em datas fixas e uma vigilância constante.

Os resultados obtidos ficaram à altura dos esforços despendidos. O número de enfermos diminuiu rapidamente entre 1935, quando se iniciou a campanha, e 1939.<sup>7</sup>

Anos	População	Doentes	Porcentagem
1935 .....	3.000	425	11,2
1936 .....	4.000	328	8,2
1937 .....	5.100	147	2,8
1938 .....	6.000	68	1,2
1939 .....	5.500	45	0,7

Demonstrou-se assim que é possível criar núcleos de povoamento permanente em uma zona hostil. Ninguém tentou, até agora, repetir a experiência japonesa, que foi considerada com desconfiança. Ela exige a aplicação de importâncias consideráveis e tem um caráter de colo-

atravessada por um ribeirão não controlado (ver Carrafa, Néson, *Obra citada*). A mesma coisa acontece em Presidente Epitácio, graças aos afluentes do Paraná e também ao grande rio.

(7) Comunicação feita pelo dr. Horácio Martins Ribeiro.

nização no sentido profundo do termo, o que não se ajusta aos pontos de vista e aos processos habituais dos empreendedores capitalistas. Não se consegue descobrir o que poderia incitá-los a tais empreendimentos, pois os espigões ainda têm espaços não desbravados.

Estará a atual situação às vésperas de mudar? O saneamento das regiões de impaludismo é mais fácil hoje: o D.D.T. pode executar rapidamente e sem grandes despesas o que era oneroso e demorado. Mas isso suporia uma escassez de espaço no oeste que obrigasse à exploração de terras que, no momento, não são necessárias. Suporia também que fosse dada maior atenção às culturas tidas como acessórias e que se introduzissem novas técnicas, como, em primeiro lugar, a da cultura do arroz com irrigação. O desenvolvimento do povoamento nos vales e o desaparecimento da malária serão a conseqüência de mudanças como essas, de caráter profundo na economia e na sociedade paulistas, diferentes das que deram vitalidade à marcha pioneira nos espigões.

## B) AS MOLÉSTIAS LIGADAS AOS GÊNEROS DE VIDA

Duas endemias estão associadas à floresta tropical brasileira: a febre amarela silvestre e a leishmaniose, que reinam tanto nos planaltos como nos vales. A chegada do homem e o seu trabalho de desbravamento provocaram modificações no meio vivo, que levaram ao desaparecimento dos complexos patogênicos responsáveis por essas duas moléstias. Se em outros casos o homem contribuiu para a formação dos complexos, nestes ele os destruiu, ou — só o futuro o dirá — obriga-os a se transformarem. O que nos interessa não é tanto a ação ecológica dos pioneiros, mas o reconhecimento da estreita relação que os seus modos de vida têm com as afecções que os atacam.

A febre amarela silvestre apareceu na franja pioneira em 1935 e nos dois anos seguintes fez devastações em São Paulo e no norte do Paraná. Outros casos foram reconhecidos posteriormente e uma epidemia estava em desenvolvimento em outubro de 1946, nos municípios pioneiros de Votuporanga e Fernandópolis. Como nos dez anos de intervalo a vacinação preventiva foi apurada, não havia a temer uma extensão perigosa da crise.

Na sua nova forma, a febre amarela não ataca senão os que vivem ou trabalham na floresta. Os doentes são mais homens do que mulheres, pois estas, as crianças e os velhos são pouco atingidos. A interpretação desse fato é fácil, quando se sabe que os macacos *Rhesus*, que são o reservatório do vírus e o *Aedes*, vetor da moléstia, são exclusivamente florestais. As vítimas são os mateiros, jovens e homens feitos, e

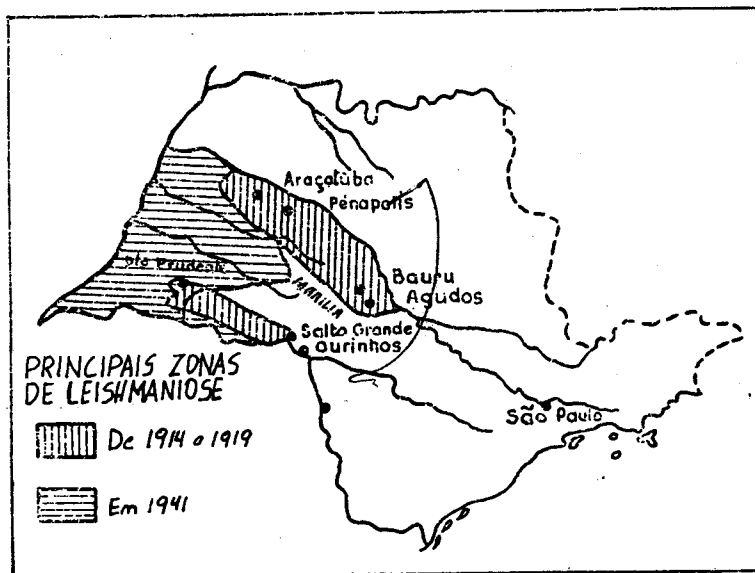


Fig. 35. A marcha para oeste dos principais focos de leishmaniose, de acordo com S. Pessoa.

por vezes crianças ou moças que levam as refeições aos trabalhadores.<sup>8</sup> Todos os que ficam separados da mata, perto das casas localizadas em clareiras bem abertas, não são atacados pelos mosquitos. Outrora era uma endemia urbana, mas a febre amarela tornou-se moléstia dos mateiros. Porém, a derrubada acelerada das árvores acaba privando de sua base ecológica os dois auxiliares móveis do vírus, o macaco e o *Aedes*. Assim, os pioneiros, suas primeiras vítimas, são também os destruidores do complexo patogênico.

Os fatos são análogos no caso da leishmaniose. Nas regiões paulistas ela é conhecida por dois nomes populares: ferida brava, o que lembra as lesões atrozias que ela ocasiona, e úlcera de Bauru, porque os construtores da estrada de ferro com ponto de partida em Bauru, em direção a Mato Grosso, foram severamente atingidos. Daí em diante, os focos da leishmaniose deslocaram-se. Pessoa assinala dois no período 1914-1919: um paralelo ao Tietê, em sua margem esquerda, compreendendo a maior parte da Noroeste e o curso superior do Feio; o segundo, mais restrito, começa em Ourinhos e vai até Presidente

(8) Monbeig (Pierre), "La fièvre jaune au Brésil", *Ann. de Géogr.*, t. XLVI, 1937, p. 441.

Prudente, ou seja, uma boa parte da Alta Sorocabana.<sup>9</sup> Em 1941 a endemia manifestava-se entre o baixo Tietê, começando um pouco a jusante de Penápolis, e o curso inferior do Paranapanema, ao sul de Presidente Prudente. O rio Paraná marcava seu limite ocidental, enquanto que Marília era o ponto mais oriental. Ao norte do Tietê, toda a Alta Araraquarense, a montante de Penápolis, e a maior parte da Noroeste; para o sul, quase toda a Alta Sorocabana compreendia zonas em que a endemia estava muito enfraquecida. No resto do Estado, só havia casos esporádicos. Esse esquema corresponde, de um lado, às derrubadas florestais em curso (zona de grande endemia), e de outro lado aos municípios que acabavam de ser ultrapassados pela marcha pioneira (zona de endemia atenuada). As velhas regiões já desflorestadas e abertas eram sem importância. Nenhuma observação mais séria foi feita no norte do Paraná, sabendo-se que a leishmaniose existe lá e que muitos doentes vão se tratar em São Paulo, não sendo possível, à falta de dados, comparar a intensidade da endemia entre os dois Estados.<sup>10</sup>

Qualquer que seja a situação, podemos assinalar o paralelismo entre o avanço da zona pioneira e o da leishmaniose. A similitude com a febre amarela silvestre vai mais longe: os principais vetores da leishmaniose, o *Phlebotomus whitmani*, o *P. pessoai* e o *P. migonei*<sup>11</sup> frequentam igualmente as capoeiras, mas sua densidade é menos elevada e limitada as chances de ataque. Uma quarta espécie, *P. fischeri*, localiza-se em maior escala nas florestas secundárias e nas áreas devastadas habitadas, mas como sua infestação é muito fraca, o perigo é mínimo.

Os flebotomos mais perigosos alçam vôo no final do dia e mesmo à noite. Atacam, portanto, os trabalhadores que se atrasam na floresta, embora possam fazê-lo em pleno dia, nos setores mais densos e sombrios da mata. Como são capazes de percorrer 100 a 150 metros, conforme as espécies, os vetores da leishmaniose podem penetrar nas

(9) Pessoa (Samuel), "Ensaio sobre...", pp. 13-16 e mapas pp. 22-23. Em um outro trabalho, em colaboração com Bruno R. Pestana ("Infecção natural do *Phlebotomus migonei*...", *Arquivos de Higiene e Saúde Pública*, ano V, setembro de 1940, pp. 45-49), o professor Pessoa dá indicações estatísticas, como: na Vila Queirós, patrimônio vizinho a Pompéia, registraram-se de 30 a 40% de casos de doença. No conjunto, 15 a 30% dos habitantes da franja pioneira sofrem de afecções de leishmaniose.

(10) O professor Pessoa comunicou-nos, gentilmente, por escrito, sua impressão de que a endemia seria menos violenta no norte do Paraná, onde a densidade dos flebotomos seria menor. Ver também Pessoa (Samuel B.) e Pereira Barreto (Mauro), "Tipo de exploração do solo como fator de incidência da leishmaniose tegumentar americana", *Brasil medico*, Rio de Janeiro, 1946, ano LX, n.ºs 38 e 39, 14 páginas.

(11) Pessoa (S.), *Parasitologia médica*, pp. 144-171 e 769-771.

cabanas de paredes mal construídas e através das frestas das portas. Assim, suas vítimas não são só os derrubadores de mata, mas todos os elementos da população, inclusive os primeiros habitantes dos patrimônios. A proporção dos doentes é maior entre os adultos do sexo masculino, mas nem as mulheres nem as crianças escapam. É curioso notar que os japoneses são menos atingidos do que os brasileiros, não porque sejam imunizados naturalmente, mas porque raramente são primeiros a penetrar no interior das florestas.

Quando a derrubada termina e começa outra fase da atividade, a epidemia enfraquece, pois os flebótomos não têm mais a sombra das árvores e dos sub-bosques. É provável que o fator luminosidade não seja o único a considerar, porque os flebótomos proliferam sobre os restos de matéria orgânica, durante a estação quente, no final das chuvas.<sup>12</sup> A destruição da floresta e o início das lavouras os priva de seus abrigos, assim como a limpeza dos córregos destrói os núcleos de larvas dos anófeles.

Se há epidemias da franja pioneira, outras atingem as regiões situadas imediatamente à retaguarda. A moléstia de Chagas é transmitida por um triatoma, o *T. cruzi*, vulgarmente chamado barbeiro.<sup>13</sup> Ele vinga particularmente no nordeste e leste do Estado, velhas zonas de café. Nessas áreas desflorestadas e hoje empobrecidas, as casas são construídas em pau-a-pique. As paredes tornam-se friáveis com o tempo e a falta de conservação. Nas cavidades que se formam, o inseto encontra um *habitat* que lhe convém. Assume hábitos domésticos, saindo com a entrada da noite para atacar os habitantes. Quando as casas de madeira da atual franja pioneira vierem a cair em ruínas, com a falta de madeira ou com a falta de dinheiro para usar o tijolo, haverá necessidade de adotar o tipo de casa das velhas zonas. O barbeiro irá invadi-las e as moléstias de Chagas tomará o lugar da leishmaniose.

Essas epidemias evoluem, portanto, biológica e geograficamente, em função da intervenção humana. Não só a análise de seus complexos patogênicos não pode negligenciar nenhum dos múltiplos componentes do meio natural, como deve incluir diversos elementos dos gêneros de vida dos habitantes, como os tipos de ocupação do solo e a habitação.

(12) Pessoa (S. B.), "Ensaio sobre...", pp. 19-20. O nome popular dos flebótomos é "birigiti", nome de uma das cidades da Noroeste.

(13) Pessoa, "Ensaio sobre...", pp. 19-20 e 24-25. Ver também Brumpt, "La maladie de Chagas au Brésil", *Bulletin de l'Académie de Médecine*, 4 mars 1919, pp. 251 a 253. "É o tipo de habitação humana que favorece a domesticação dos triatomas emigrados das cavidades dos solos vizinhos" (p. 253). Ver também Neveu-Lemaître, "La maladie de Chagas, notes de géographie médicale", *La Géographie*, 1921, pp. 27-35. São indicados três focos em São Paulo: Anápolis, Piraçununga e Brotas, centros de cultura do café e de fazendas.

### C) ESTADO SANITÁRIO E DEMOGRAFIA

Os sitiantes e colonos são atingidos por outras moléstias contagiosas, cuja presença e dispersão têm menor dependência com relação ao meio tropical do que a leishmaniose e a febre amarela. Trata-se de moléstias sociais que encontram um terreno favorável nas condições de vida dos pioneiros.

Um primeiro exemplo é fornecido pela ancilostomose. O *Necator americanus* encontra as temperaturas, a umidade e os solos que lhe convêm. Nenhum trabalhador rural dos planaltos paulistas escapa à sua contaminação. O grau da infestação é mais elevado entre os habitantes das fazendas do que nas populações urbanas.

Desde 1888 foi demonstrado como as colônias das fazendas eram propícias ao desenvolvimento das larvas do *Necator*. "É preciso um solo úmido, plano ou em depressão. Pequenas irregularidades no chão e uma fraca permeabilidade à água são elementos favoráveis." Essas condições "encontram-se onde faltam latrinas, os excrementos são depositados em grande quantidade perto das habitações e o chão é muito prensado pelo pisoteio do homem e dos animais. Com a falta de drenagem, a água das chuvas fica estagnada. Essas condições pouco higiênicas são muito comuns no Brasil, tanto nos pequenos sítios como nas grandes fazendas, mas principalmente nas chamadas "colônias", onde homens e animais de toda espécie vivem aglomerados em um pequeno espaço."<sup>14</sup> A incidência e a intensidade da ancilostomose são efetivamente menos elevadas nas populações escolares das fazendas, providas de instalações sanitárias, do que nos sítios. De outro lado, os levantamentos feitos nas plantações provaram que a infestação era muito mais forte nas famílias de colonos que andam habitualmente com os pés nus, do que no pessoal administrativo.

As populações rurais brasileiras estão habituadas a andar descalças, devido à mediocridade dos salários. É uma raridade encontrar uma criança com sapatos. As mais altas taxas de infecção encontram-se no grupo de idades de dez a vinte anos, isto é, os escolares e os jovens que ajudam seus pais na roça. Artigo caro, o calçado é reservado aos adultos e os jovens ficam com a ancilostomose, o amarelão, a que estão resignados. Daí sua fraca resistência às moléstias contagiosas, benignas em indivíduos saudáveis.<sup>15</sup>

(14) De acordo com Lutz, citado por S. B. Pessoa, *Parasitologia médica*, obra cita, p. 522.

(15) Verificou-se um número elevado de casos mortais de sarampo em uma fazenda de boas instalações higiênicas, onde os colonos tinham amarelão (ancilostomose). Em uma fazenda vizinha, preparada convenientemente, a mesma epidemia foi

A ancilostomose reúne, assim, aspectos sociais aos seus caracteres de moléstia tropical. Ela também acompanha o café e a fazenda nas suas migrações. E é tão fácil para combater, como as grandes endemias. A leishmaniose e a malária são, provavelmente, inevitáveis no primeiro estágio de penetração na mata, enquanto que medidas de higiene relativamente simples e um nível de vida menos acanhado ocasionariam um recuo imediato da ancilostomose.

Falta indicar uma última moléstia, mais independente ainda do meio físico: o tracoma, outro companheiro da marcha pioneira. Moléstia importada, era praticamente inexistente em São Paulo em 1884, onde só se conheciam alguns raros casos entre nortistas. Os imigrantes italianos foram seus primeiros grandes introdutores, seguidos mais tarde pelos japoneses.

Acreditou-se às vezes que essa afecção da vista fosse devida à grande luminosidade nas plantações de café e às poeiras levantadas pelo vento. Se a areia desempenha algum papel, não é por uma agressão direta aos órgãos visuais, mas como vetor. A terra roxa ainda mais do que as terras arenosas seria um *habitat* favorável ao vírus, pela sua aderência prolongada sobre objetos, especialmente sobre as toalhas de banheiro, facilitando o contágio. O papel principal cabe aos imigrantes das zonas rurais.

Geograficamente, os casos de tracoma atingiriam em 1943 as porcentagens mais altas nos municípios das grandes plantações de café onde o povoamento italiano havia sido mais ativo.<sup>16</sup> A incidência seria menor na Alta Araraquarense, na Noroeste e na Alta Paulista, isto é, em uma grande parte da franja pioneira atual. Entretanto, no interior dessa zona, os centros em que os italianos e japoneses são numerosos são os focos ativos do tracoma, por exemplo no município de Rio Preto. Os dados estatísticos indicam diminuição nítida na Alta Sorocabana, onde os italianos são em menor número, à exceção de um centro de cultura cafeeira, Piraju.

O quadro da situação sanitária entre os desbravadores seria incompleto se não fossem assinaladas as afecções de origem alimentar. Elas são, seguramente, menos graves e menos frequentes do que na maior parte das demais regiões brasileiras. A fome e a penúria são

benigna (zona de Orlândia, 1919-1920, em fase de desbravamento). Ver Pernambuco (Mário), "O saneamento rural", *Rev. da Sociedade Rural Brasileira*, 1922, n.ºs XIX-XX, janeiro-fevereiro, pp. 35-49.

(16) Almeida Toledo (Dr. Silvio de), "O combate ao tracoma no Estado de São Paulo", *Arquivos de Higiene e Saúde Pública*, São Paulo, junho de 1945, ano X, n.º 24, pp. 163-282, um mapa.

desconhecidas.<sup>17</sup> O pioneiro é um felizardo, se comparado ao pescador do litoral paulista. Entretanto, os médicos consideram o conjunto da população subalimentada. Registram-se casos de beribéri e de xerofthalmia.

Para o colono da fazenda, a dieta quotidiana é imutável: de manhã uma pequena xícara de café, às 8 e meia um almoço composto de arroz, feijão preto, com muito pouca gordura, pão feito ora de trigo, ora de milho, por vezes alguns brotos, sob a forma de salada. Ao meio dia, café com pão. O jantar repete o almoço. É raro o consumo de ovos ou de carne. A base da alimentação repousa sobre o arroz e o feijão, completados pela mandioca e o milho (sob a forma de farinha, ou fubá). Embora tendo um pomar com laranjeiras, bananeiras e mangueiras, o brasileiro não consome frutas a não ser raramente, pois a sua venda nos patrimônios dá bom lucro. É como o consumo de leite, que é excepcional nos sítios e fazendas de criação.

Os imigrantes de origem mediterrânea adotaram o regime alimentar dos brasileiros, pois a diversidade de raças só tem um reflexo atenuado na alimentação. Os espanhóis, por exemplo, têm mais árvores frutíferas do que os outros pioneiros, mas eles não comem mais frutos do que os demais. Um grupo de espanhóis, perto de Estrela do Oeste, estava sendo dizimado pela cegueira noturna típica de carência alimentar. Ameaçados de expulsão por um grileiro desonesto, procuravam vender tudo que haviam plantado em seus sítios, para as despesas do processo ou da mudança.

Os colonos vindos da Europa Central e os japoneses são mais fiéis a seus hábitos alimentares. Os húngaros de Arpad e os alemães da colônia Aimoré alimentavam-se melhor do que os pioneiros brasileiros ou italianos. Os frutos para eles não são só um artigo comercial. A carne de porco e as salsichas não faltam nas casas alemãs. As crianças têm aparência mais saudável do que seus pequenos companheiros alimentados com feijão e arroz. Os japoneses levam mais longe a conservação das tradições: completam o cardápio brasileiro com peixes, frescos ou secos, por saladas, nabos e rabanetes de seus jardins. Mas não é seguro que os japoneses resistam ao contágio e não venham a adotar os hábitos alimentares brasileiros. Na região de Presidente Prudente já há sintomas indiscutíveis.<sup>18</sup>

(17) Castro (Josué de), *Geografia da fome. A fome no Brasil*, Rio de Janeiro, 1946, 355 pp. Ver pp. 287 e segs.

(18) Willems (Emílio), "Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo", *Boletim LXXXII, Antropologia* n.º 3, Fac. Filos. Cien. Letras da Univ. São Paulo, 1948, 115 pp. Pesquisadores chefiados pelo prof. Willems, residentes na região de Presidente Prudente, escreviam: "Algumas famílias começam a se adaptar à nossa

Dessa lista de moléstias, dever-se-á concluir que se morre mais nas regiões pioneiras do que nas outras regiões paulistas? Se não houvesse a chegada constante de novos elementos, a população dessas áreas seria dizimada mais do que em outros lugares, ou, ao contrário, teria taxa de crescimento mais elevada do que as das zonas velhas? Toda especulação na matéria não pode conduzir a resultados seguros. As modificações territoriais impedem que se acompanhe a evolução demográfica de uma mesma circunscrição rural por um período de suficiente duração. Um grande número de falecimentos e de nascimentos escapa ao registro civil. Os recenseamentos federais são feitos somente de dez em dez anos e a publicação de seus resultados não termina antes de iniciar-se o seguinte. Entrementes, temos de nos contentar com informações deficientes dos serviços demográficos e sanitários do Estado; mas quando se consultam os dados, verifica-se que só através de hábil trituração estatística pode ser extraída alguma cousa. É preciso, para cada ano, refazer as avaliações da população de cada município, com base apenas em cifras de natalidade e mortalidade, que são fundamentalmente incompletas. Não se pode, portanto, aceitar senão a título de indicações os estudos existentes sobre as questões demográficas das zonas novas.<sup>19</sup>

O que se evidencia é que não se morre mais nas regiões pioneiras do que nas de povoamento antigo. Para uma mortalidade média de 16,77% (1933-1934-1935), só dois municípios pioneiros classificavam-se como centros em que a mortalidade era mais elevada (mais de 23,49%): Mirassol e Gália. Municípios importantes, como Marília, Lins e Cafelândia ultrapassavam a média, enquanto que outros (Presidente Prudente, Tanabi, Monte Aprazível) ficavam abaixo. O caso mais curioso era o de Araçatuba, cuja jurisdição estendia-se, ao mesmo tempo, pela Variante e pela Alta Paulista, regiões que estavam sendo desbravadas: a taxa de mortalidade caía para 12,85%.

Ao considerar as taxas de mortalidade, uma interpretação geográfica parece bastante difícil: nenhum espigão está em posição muito diferente dos outros: os municípios mais ocidentais não têm necessariamente taxas mais baixas ou mais elevadas do que os municípios mais antigos.

As conclusões evidenciam-se mais facilmente nas taxas de crescimento natural. A Alta Sorocabana leva nítida vantagem não só sobre

---

cozinha ou à italiana" (p. 100) e "A alimentação também começa a copiar a nossa" (p. 96).

(19) Galvani (Luigi), "Distribuição do coeficiente de crescimento vegetativo nos municípios do Estado de São Paulo, *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*, São Paulo, nº 4, abril de 1942, pp. 77-120. Idem, "Algumas considerações demográficas de São Paulo", *Ibid.*, nº 7, julho de 1939.

o resto da zona pioneira, mas mesmo no conjunto do Estado. Os desbravamentos da Alta Araraquarense têm, ao contrário, taxas próximas das mais baixas de São Paulo. A diminuição da taxa de crescimento natural nos municípios mais próximos ao rio Paraná, portanto os mais novos, é um fato comum a todas as regiões pioneiras e é fácil a sua explicação: os derrubadores da mata são de preferência celibatários, ao contrário dos sitiantes e colonos que os sucedem.

Através dos documentos utilizados, a franja pioneira não se comporta como um reservatório de população, em relação às zonas antigas. Se a mortalidade não é aí mais forte, a natalidade também não é nitidamente maior. Tem-se a impressão de que o comportamento demográfico das regiões novas não é radicalmente diferente do que se observa nos municípios de povoamento mais antigo, com exceção do litoral e das serras que o bordejam.

O pioneiro está tão despreparado diante da doença como o caboclo que ficou para trás. Ambos têm a mesma ignorância de higiene e estão freqüentemente diante da mesma impossibilidade pecuniária de se tratarem. Chamar um médico a um sítio para um parto, consome os ganhos de um longo semestre. Causa espanto e admiração a energia dos pioneiros paulistas, quando, como inúmeros outros homens do campo no Brasil, eles convivem com a doença. É certo, porém, que o pesado tributo das moléstias é inevitável nessa zona já à margem dos climas quentes e úmidos. Atribui-se ao meio a responsabilidade pelo miserável estado sanitário; mas a permanência de tal situação não lhe pode ser imputada.

## CAPÍTULO V

# AS CIDADES DA FRANJA PIONEIRA

Destina-se, como se viu, a fundação dos patrimônios a fornecer ao povoamento rural e principalmente aos pequenos lavradores os seus quadros urbanos.<sup>1</sup> Se muito freqüentemente as duas colonizações rural e urbana encontram-se na mesma direção, muitas vezes também aparecia a fundação urbana como empresa especializada, mas cujo destino nem por isso é menos solidário com o sucesso dos loteamentos rurais. Qualquer que seja o mecanismo da criação urbana, os habitantes de um jovem patrimônio sempre estão persuadidos do seu brilhante futuro: o de uma vindoura capital regional! Eles o vêem, conforme a zona, destronando Rio Preto, Araçatuba, Marília, Presidente Prudente ou Londrina; comprazem-se em evocar os tempos em que Bauru e Ribeirão Preto, grandes antepassadas, não contavam mais que algumas dezenas de almas, e quase viriam a crer que o nome do seu obscuro vilarejo é já tão famoso nos sertões da Bahia e do Ceará, como o de Marília. Atitude sintomática, pois revela o prestígio de que gozam as cidades junto dos desbravadores e plantadores. Seu rápido crescimento, sua animação, sua riqueza agem como estimulantes e constituem motivos de orgulho para os homens do campo, muitos dos quais acabarão experimentando o fascínio da cidade. Mas, nem sempre frutifica a semente urbana. A despeito dos entusiasmos, entre os patrimônios, alguns chegam apenas a possuir esse complexo conjunto de caracteres exteriores, de funções econômicas e de atividades espirituais no qual o consenso popular reconhece uma cidade.

(1) Ver pp. 235 e segs.



## A) OS PEQUENOS PATRIMÔNIOS

Seria desejável levantar a carta de todos os patrimônios da franja pioneira, de criação recente ou antiga. Não o podemos fazer, porque permanecem pouco conhecidas, fora de sua vizinhança próxima, as iniciativas de muitos fazendeiros e, em consequência, muitos patrimônios teriam escapado à nossa pesquisa. Contentamo-nos, portanto, em cartografar as cabeças de municípios e distritos tais como figuram no recenseamento de 1940, a eles acrescentando as fundações de que tivemos conhecimento direto. Por entre estas, tinham algumas uma população igual, senão superior, à de certos centros de distritos. Sendo nossas informações puramente verbais e incertas pois que emanavam de administradores ou fundadores, pareceu-nos preferível que nos abstivéssemos de registrar na carta cifras duvidosas.

Duplo alinhamento desenha a rede das aglomerações nos planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná: um nos interflúvios, outro mais baixo e sobretudo à distância dos eixos de circulação. Nos espigões em que medra o café, erguem-se também as fundações urbanas mais importantes. Além das terminais das rodovias, a oeste de Tupã e a nordeste de Apucarana, prossegue a sementeira das cidades, mediante patrimônios recentes, porém já prometedores. Confunde-se a geografia das cidades com a das comunicações, sendo esta última uma função do relevo. Todavia, consideremos como exceção a Noroeste que, a partir de Cafelândia, afasta-se do planalto, arrastando para o Tietê as principais cidades; outras menos importantes, como Braúna e Bilac, situaram-se a partir de então em pontos elevados.<sup>2</sup> Mas, depois de Araçatuba, lá onde a via nova da Noroeste alcança o espigão, os patrimônios foram de novo abertos no planalto.

As aglomerações situadas à distância dos eixos de circulação, muito freqüentemente implantadas nos terraços dos vales, têm papel secundário. Sua população é inferior a 1.000 habitantes, ultrapassada apenas em Rinópolis (1.078 almas). Única exceção é Bastos, com seus 2.734 habitantes, tratando-se, porém, de uma fundação japonesa, de vinte anos atrás, e em relação à qual não se mediram esforços, nem despesas; escola, hospitais, pequenas indústrias, tudo ali foi montado desde os primeiros anos. Não receberam os outros patrimônios um impulso tão generoso. Ponhamos de lado aqueles que acabam de nascer.<sup>3</sup> Os mais instrutivos são os das cercanias de Marília e de Presidente Prudente. Não progrediram muito os mais antigos, embora datem de

(2) Estão no limite interior da franja pioneira essas cidades, que foram fundadas no momento da construção da Noroeste.

(3) Por exemplo, Sabaudia, no Paraná; Marabá e Eneida, na Alta Sorocabana; Drummond e Massapé, perto de Osvaldo Cruz.

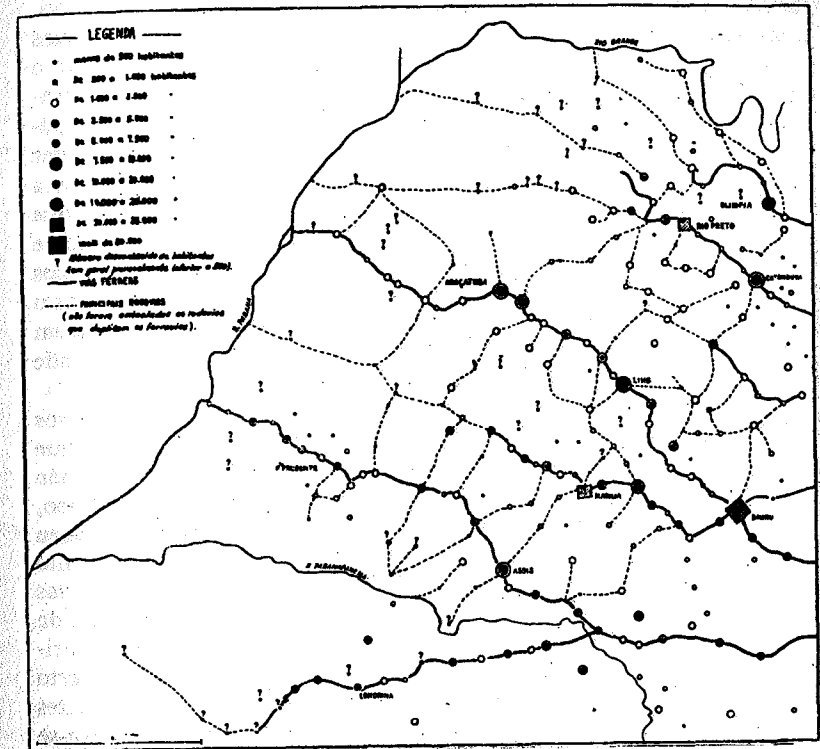


Fig. 36. Carta das cidades das ferrovias e principais rodovias da franja pioneira em 1946.

Fique claro que cada rodovia duplica uma via férrea. Os dados estatísticos foram tirados dos resultados provisórios do Recenseamento Federal de 1940, salvo correções devidas às informações locais. Escala 1:3.700.000.

1930 a 1935. Têm todos o mesmo aspecto: casa de tábuas, com tetos de telhas vermelhas, orlam numa fila hesitante, uma rua principal, a estrada, em geral sem esgotos, nem calçadas. Às vezes, algumas ruas perpendiculares desembocam bruscamente dos cafezais e dos campos de algodão, na artéria central. Uma grande praça ervosa, grande demais para um corpo tão franzino, abranje a igreja, um cruzeiro, uma escola e umas poucas casas de alvenaria. O que melhor se distingue é o posto de abastecimento de gasolina do mecânico local, com brilhantes anúncios, que sobressaem na pintura acinzentada do conjunto.

Também é sempre o pequeno patrimônio um ponto de parada para os motoristas de caminhão e, ao mesmo tempo, um centro comercial. Algumas lojas concentram a maior parte dos produtos neces-

sários aos sitiantes, para o seu trabalho, alimentação e vestuário. Completa-se o quadro, se se lhe acrescentar uma serraria, algumas máquinas para descaroçar algodão, descascar o arroz e despolpar o café. Recebem elas a produção dos sitiantes vizinhos, sendo prevalente esta função mercantil local. Expressam-no claramente os pequenos plantadores, quando falam em "ir ao comércio", para dizer que se dirigem ao patrimônio. A este vêm sobretudo no sábado, uns a pé, outros a cavalo, e muitos amontoados num caminhão. Nos outros dias, anima-se a rua com os ruídos dos veículos, carregados de toras de árvores, de sacas de arroz ou de café, sacolejando rudemente nos buracos da estrada precária. Passa a maioria sem descarregar, mas o seu incessante vaivém, o tráfico puramente local dos que reabastecem as pequenas máquinas de despolpar mantém a constante atividade desses patrimônios.

Outros houve, entretanto, menos felizes. Eram os patrimônios abortados, malgnos imputáveis à inexperiência dos seus criadores, que perigosamente tentaram adiantar-se ao surto do povoamento e não estribaram sua fundação num loteamento de sítios. Exemplo disso, perto de Olímpia, é São Benedito, instalado, ao que parece, no apogeu do café, antes de 1910. Contava-se, primeiro, com o desenvolvimento do tráfico entre Olímpia e Rio Preto e confiava-se nos colonos das grandes fazendas vizinhas. Mas a crise do café acarretou a partida da mão-de-obra, que constituiria a clientela dos comerciantes do patrimônio. Por outro lado, tinha São Benedito sido localizado muito perto das margens malsãs do rio Turvo; todos os anos, fogem seus habitantes da malária, emigrando temporariamente para Olímpia. Dispersa-se ainda uma quinzena de casas em torno da grande praça, e a única delas que conhece alguma animação é um pequeno café, onde param os motoristas sedentos. Não passou São Benedito de um infeliz precursor. Semelhantes malogros serviram de lição: ninguém mais se arriscou a

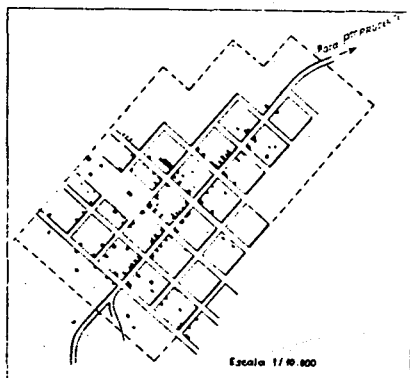


Fig. 37. Plano do patrimônio de Pirapozinho, Alta Sorocabana, Estado de São Paulo.

implantar patrimônios tão perto dos cursos de água, nem antes que estivesse assegurada a chegada dos sitiantes.

Podem não ser tais patrimônios considerados mais que vilas, sobretudo nas zonas de terras medíocres ou expostas às geadas anuais. Prevalendo sobre algumas culturas anuais, a pecuária contribui muito pouco para vivificar o patrimônio, cuja extensão é reduzida e cuja pequena população possui e cultiva as terras vizinhas. Não passa de modesta aglomeração de algumas centenas de habitantes um patrimônio como Pedranópolis. Alhures, porém, em solos melhores e desde que prospere a policultura dos pequenos lavradores, já não parece tratar-se de simples vilarejos, pois o comércio e os estabelecimentos de máquinas despolpadoras são suficientemente ativos para que já se imponha uma função urbana. É o que se vê nas fundações relativamente antigas, como as dos arredores de Presidente Prudente (Montalvão e Pirapozinho, por exemplo), mas também num patrimônio tão jovem como Marabá ou Adamantina. No entanto, estão ainda esses pequenos núcleos longe de admitir o ritmo vital e a autonomia dos organismos urbanos. Para chegar a igualar-se a estes, estão os patrimônios por demais afastados das grandes linhas de circulação.

## B) AS CIDADES DOS PLANALTOS, FATORES DE CRESCIMENTO

Nos espigões, sucedem-se os focos de vida urbana da franja pioneira. Varia largamente a importância deles, pois que, se Marília atinge 23.751 habitantes, em 1940, São José do Rio Preto e Araçatuba são os únicos a ultrapassar 10.000, oscilando alguns somente entre 5.000 e 10.000 e não agrupando muitos senão de 3.000 a 5.000 habitantes. Se detêm certas cidades o papel de capitais regionais, outros antigos patrimônios não vão além de uma função local. Todavia, no momento de suas fundações, não tinham essas cidades, grandes e médias, probabilidades aparentemente iguais?

Não estavam todas elas nas mesmas condições geográficas? Eis, portanto, o problema colocado pela geografia urbana da franja pioneira paulista: da sementeira urbana lançada ao longo dos espigões, por que germinam alguns grãos, enquanto outros param de crescer?

### 1º) As condições naturais

Particularmente surpreende, com efeito, a uniformidade das condições naturais: os problemas de situação e de sítio são, neste caso, muito simplificados e em vão se buscaria classificar as cidades pioneiras, segundo seus quadros topográficos. Pois num conjunto tão uni-

forme como o dos planaltos que descem para o rio Paraná, não se trata de valer-se de uma garganta entre montanhas, de uma ilha que ajuda a transpor um rio ou do cruzamento de velhas estradas. Não se vê bem de que possibilidade suplementar a natureza dotou Marília, em detrimento de suas vizinhanças, ou que vantagem leva Presidente Prudente em relação a Regente Feijó e Álvares Machado. Escolheram os criadores procedentes de Minas uma área de terras, impróprias para culturas, para estabelecer Rio Preto que, entretanto, prosperou exatamente como as cidades da Noroeste, a despeito da proximidade do rio Tietê ou de seus afluentes de margens insalubres. Comprazem-se os paulistas, freqüentemente em sublinhar a existência de alinhamentos urbanos, perpendiculares às diretrizes do relevo, como os de Cafelândia-Marília-Assis e Valparaíso-Lucélia-Presidente Prudente, e de induzir daí uma influência geográfica decisiva sobre as facilidades de comunicação. Mas, a penetração para Marília se fez, em 1912, a partir de Cafelândia, e para Lucélia, a partir de Martinópolis, estando os criadores desses dois patrimônios bem mais preocupados em assegurar a ligação com os trilhos da Paulista e aproveitar-se do avanço rumo ao Paraná do que desejosos de manter as relações laterais. Olha o fundador de cidade sempre para a frente, isto é, para o planalto. Pouca coisa são os intercâmbios com as zonas paralelas, até o momento em que a massa da população se torna bastante considerável para alimantar várias direções de tráfico. Explicar o surto do patrimônio de espigão pela facilidade das relações laterais equivaleria a uma justificação *a posteriori*.

A variedade dos sítios não é maior que a das posições geográficas. Nem é imputável a vantagem de ordem física a escolha do lugar do patrimônio. Recai, por toda a parte, na faixa mais ou menos estreita do planalto, sempre porém suficiente para comportar uma cidade, com os suaves declives dos vales, que nele nascem, declives bastantes para o escoamento das águas de esgoto e de chuva. Não há como prever ou evitar trabalhos de terraplenagem. Nem tudo, porém, é favorável nesses planaltos e por toda a parte notam-se os mesmos inconvenientes. O vento ergue desagradáveis rajadas de areia, durante a estação seca. Nos arenitos permeáveis, o abastecimento de água oferece dificuldades, mas não insuperáveis. Atrás de suas casas, os primeiros a chegar cavam poços de quinze a vinte metros de profundidade, que satisfazem às necessidades de cada família. Aumentando a população, é possível que esse lençol de água, relativamente escasso, já não baste em caso de seca muito acentuada; tornam-se prementes os riscos de contaminação entre os poços e as fossas muito próximas; em Marília, por exemplo, constatarem-se epidemias de febre tifóide. Todavia, a cidade é então poderosa e suas finanças bastante sólidas, para que ela enfrente a crise: furam-se poços profundos, que atingem o lençol de água, situado entre

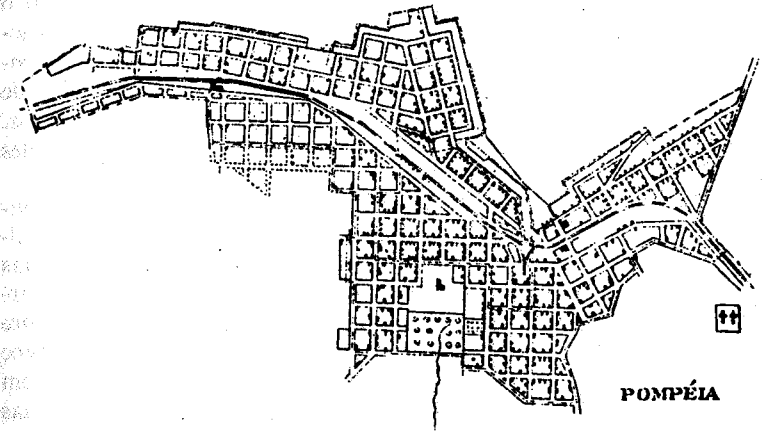


Fig. 38. Plano de Pompéia, grande povoação da Alta Paulista. A aglomeração estende-se pelo espigão, orlando a ferrovia. O desenvolvimento, no rumo do sul, utiliza esporões do planalto, de ambos os lados de uma cabeça de vale, ao sul da igreja. Notar que esta não se situa no coração da cidade pioneira. População em 1946: cerca de 5.500 habitantes. Escala: 1:10.000

100 e 200 metros abaixo dos basaltos.<sup>4</sup> Técnica e financeiramente, encontra-se a solução para o problema da água, quando ele é encarado seriamente. Não constitui obstáculo ao desenvolvimento de um patrimônio; é antes uma consequência desse desenvolvimento. Em todo caso, tanto não favorece mais a um dado patrimônio, quanto não prejudica a outro.

Provinham da uniformidade dos sítios a monotonia da paisagem urbana e a repetição constante do mesmo plano de cidades. Entre as da franja pioneira, as diferenças de forma são mínimas e o papel das condições topográficas locais só influi por certos pormenores. Nem colinas, nem escarpas, para orientar o avanço, num sentido ou noutro, ou para modificar a estrutura urbana. Não falta espaço para que o núcleo se expanda. A própria planura não deixa aos urbanistas outro recurso se não repetir, de fundação para fundação, o mesmo traçado. De resto, pensa-se muito pouco nisso, pois sobre as preocupações estéticas prima

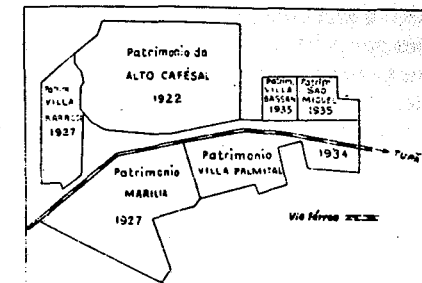
(4) O professor Otávio Barbosa teve a gentileza de nos fornecer as seguintes indicações: "Nos arenitos da série de Bauru a água é escassa e freqüentemente salobra; o basalto em geral não dá água mas, quando está profundamente fraturado, pode dá-la abundantemente, graças às fendas que atingem em baixo o arenito de Botucatu: este é um excelente reservatório de água boa... Para atingi-lo, é preciso chegar abaixo de 100 m e muitas vezes até a mais de 200 m.

a de andar depressa e limitar as despesas. Repete-se infatigavelmente o plano geométrico, pois é o que melhor satisfaz as exigências do loteador, bem como as condições topográficas. Se o patrimônio se desenvolve, é fácil prolongar as ruas todas retas, em detrimento das terras de lavoura, que recuarão sem ônus, em face da valorização dos terrenos. Apressamo-nos a assinalar alguns matizes que se revestem de simples valor morfológico.

Não é raro que o patrimônio se alongue num planalto, cuja estreiteza e cujas vertentes acentuadas o impedem de estender-se lateralmente. Em Presidente Prudente, de súbito desembocam algumas ruas em barrancos, que se aprofundam na direção dos terraços das vertentes, entre os quais o quadriculado urbano pôde avançar sobre esporões de declives amenos. A declividade do terreno escolhido parece caracterizar ainda mais Olímpia e São José do Rio Preto, erigidas em vales secundários. Provêm outras variantes da forma não tanto das condições topográficas, como das circunstâncias históricas da fundação. A linha da estrada de ferro, que percorre o espigão, muitas vezes assinala um limite entre propriedades. Dispõe então o fundador do patrimônio unicamente das terras situadas de um lado só da ferrovia. O proprietário acaba entrando no empreendimento, ainda a tempo de aproveitar-se da valorização das terras, porém já muito tarde para forçar mudança muito sensível na direção do crescimento da cidade. Vê-se então surgirem alguns estabelecimentos industriais e galpões que se aproveitam da proximidade da estação, bairros excêntricos, habitados sobretudo por gente pobre, que não encontra mais lugar na vertente valorizada, em que crescerá o patrimônio. Fica, assim, desequilibrada a cidade, relativamente ao eixo ferroviário.

Quando se examina o plano de Marília ou o de Fernandópolis, tem-se a impressão de que essas aglomerações são constituídas de diversas células. Não derivam tais células de uma compartimentação do relevo: a origem delas resultou da rivalidade, às vezes áspera, de vários patrimônios ou então proveio de fundações sucessivas, tendo o exemplo de um fazendeiro arrastado outro, a princípio hesitante e que, para lançar o seu loteamento, esperou que o do vizinho tornasse conhecida a região. Assim, Fernandópolis foi o produto da fusão de dois patrimônios primitivamente rivais, Pereiras e Brasilândia; dois quilômetros apenas separam as duas células iniciais, espaço que uma empresa de loteamento, a "Cia. Oeste de Terras, Imóveis e Outros", esforça-se por preencher: em julho de 1945, já havia ela vendido 184 lotes de um total de 787, embora a venda se tivesse iniciado havia muito tempo. Nos primórdios de Marília, encontra-se uma primeira fundação que remonta a 1924: o patrimônio com o eloqüente nome de Alto Cafezal, ao sul do traçado da futura ferrovia. Em 1927, na mesma vertente, abria-se a Vila Barbosa. E no mesmo ano, um rico fazen-

Fig. 39. Patrimônios que formaram Marília.



deiro, Bento de Abreu Sampaio Vidal, lançava ao norte, o patrimônio de Marília. Nome aceito pela administração pública, quando se tratou de batizar o novo município. Foram criados outros patrimônios adjacentes, em 1934 e 1935.<sup>5</sup> Por fim, acabaram essas diferentes células por constituir um conjunto urbano, mas no qual ainda se percebem traços da heterogeneidade original: uma rua mais larga serve de fronteira; mais ou menos adiantada está a urbanização; e sobretudo, os bairros operários procedem das fundações mais recentes e distantes do centro comercial, fiel ao primeiro patrimônio.

Nada disso se afasta do contorno muito simples da planta em forma de tabuleiro de xadrez. Nem são jamais muito aventureiros as tentativas de quebrar a monotonia das ruas, que se cortam em ângulos retos e não passam de variações sobre um tema, que por toda a parte permanece extremamente perceptível. Em Nova Dantzig, por exemplo, a Cia. de Terras do Norte do Paraná traçou grandes diagonais, que partem da praça da estação ferroviária, utilizada como foco, recobrem o quadriculado e se combinam com uma avenida circular. Segue fórmula pouco diferente o traçado de Araçatuba: avenidas concêntricas e grandes radiais cruzam o indefectível tabuleiro de xadrez. Procurou o engenheiro, que fundou e desenhou Lucélia, traçar algumas artérias que, alternativamente, são diagonais e vias semicirculares; a grande rua, a Avenida Internacional, desenha uma série de curvas, que se casam com as do espigão. Não se afastam do modelo, comum a todas as cidades, as ruas secundárias. Em vão se buscará alguma fantasia, alguma criação verdadeiramente original. Teria a uniformidade das condições geográficas pesado excessivamente sobre a engenhosidade dos urbanistas?

(5) Monbeig (Pierre), "Algumas observações sobre Marília, cidade pioneira", *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VII, vol. LXXVIII, 1941, pp. 221-230. Ver, também, *Marília, cidade nova e bonita*, s. l., 1936, 304 p. Ver pp. 168-242.

Cada cidade é, portanto, uma réplica da sua vizinha. As condições geográficas não geram paisagens urbanas diferentes, nem são, na sua perfeita igualdade, a fonte dos diferentes êxitos dos patrimônios. São os homens, os únicos responsáveis pelos destinos desiguais de suas obras urbanas.

### 2.º) O papel da pequena exploração rural

Já foi indicado o que do patrimônio esperam os loteadores e o que nele querem encontrar os sitiantes. Sem voltar a esse mecanismo, é indispensável sublinhar quanto depende o surto urbano da clientela de pequenos proprietários ou pequenos cultivadores. Merece ser guardada a diferente evolução de Lins e Cafelândia, ambas vizinhas e ambas nascidas no momento da construção da Noroeste. Parecia que Cafelândia, situada no ponto de partida para os planaltos, entre o Aguapeí e o Peixe, devia suplantá-la. Podia ela beneficiar-se do apoio político de seus ricos fazendeiros que, com efeito, conseguiram que se fizesse daquela cidade o bispado da Noroeste. Entretanto, no recenseamento federal de 1940, possuía Lins mais de 17.000 habitantes, ao passo que Cafelândia só contava 5.541. As cifras relativas à propriedade do café nos propiciam a chave dessa mudança de expectativas: em 1938, contavam-se em Cafelândia mais de trinta fazendas, com mais de 100.000 cafeeiros, dez dos quais iam além de 250.000 pés. E tinham os fazendeiros conservado suas lavouras. Mas, em Lins, nenhum cafezal atingia 100.000 pés, e tinham as terras sido largamente subdivididas, com uma grande imigração japonesa. Também contribuíram os sítios para fazer de Marília uma capital regional, em detrimento de Garça e Gália.

Nós últimos oito anos, posteriores a 1938, pôde-se constatar uma progressão extremamente rápida de certas cidades, no exato momento em que se multiplicavam os sítios. As cifras fornecidas pelas administrações municipais em 1946, denotam considerável aumento da população urbana, relativamente aos dados do recenseamento de 1940; Marília teria passado de 23.571 a 33.000 habitantes; Tupã, de 7.000 a 15.000; Andradina, de 2.737 a 8.000; Londrina, de 10.719 a 21.000; Osvaldo Cruz, fundada em 1941, contava 5.500 habitantes, em 1946; Votuporanga, em 1940, não tinha mais que algumas casas, mas em 1946 suas ruas fervilhavam de atividade. Acelera-se visivelmente o avanço urbano, durante esse período. Por força, deve-se ligar esse movimento a um fenômeno comum a todo o Brasil, que experimentou, em plena guerra, forte êxodo rural. Todavia, os pioneiros, que abandonam as derrubadas, preferem as vastas aglomerações industriais às cidades pioneiras. Devem estas infinitamente mais aos pequenos proprietários que, cada vez mais numerosos, provocam um desenvolvi-

mento da função comercial e industrial tanto das capitais regionais, quanto dos novos patrimônios. Mas, não são viáveis estes e aquelas senão na medida em que a rede de comunicações assegure o pleno desenvolvimento de suas funções.

### 3.º) A ação das vias de comunicação

Aqui está o dado essencial. O trilho e a estrada de rodagem criam os sítios favoráveis às fundações urbanas. A facilidade das relações com as velhas zonas e com os desbravamentos operam uma verdadeira seleção entre os patrimônios, para transformá-los em cidades.

Não resulta da escolha deliberada, entre sítios fisicamente distintos, o lugar de um patrimônio de planalto, impondo-se pela decisão, tomada pelos construtores da estrada de ferro, de colocar a estação em determinado quilômetro. Sendo as linhas de via única, é necessário prever seu desdobramento, por intervalos regulares, a fim de facilitar a circulação dos trens e o reabastecimento de água e lenha para as máquinas. Varia pouco, em todas as redes, a distância entre as estações, oscilando entre dez e quinze quilômetros. No norte do Paraná, sabe-se que as necessidades do tráfico foram sabiamente coordenadas com as do povoamento, graças à união da sociedade colonizadora com a empresa de transporte. Alhures, os proprietários de terras de espigão obtêm informações mais ou menos exatas, sobre as intenções dos engenheiros. Seguros de sua experiência, estão em condições de prever de modo geral, os lugares das futuras estações. Conta-se que a descoberta fortuita de dormentes, marcados com as iniciais C.P., revelou aos fazendeiros do sertão de Marília que a Companhia Paulista havia já procedido aos trabalhos de reconhecimento na região e que, portanto, se podia antever a posição eventual de uma estação.<sup>6</sup> Empiricamente, portanto, é a localização das fundações urbanas.

Freqüentemente errôneas são as informações obtidas. A princípio, tinha a Cia. Araraquarense pensado em prolongar sua linha para além de São José do Rio Preto, seguindo o planalto, entre o Tietê e o rio São José dos Dourados e ali se vira surgir uma série de patrimônios, o mais importante dos quais era Monte Aprazível. Sofreram eles as conseqüências de uma modificação dos primeiros projetos. Tiveram, por sinal, os loteadores urbanos novos dissabores, com a direção definitivamente adotada, no planalto entre o São José dos Dourados e o rio Preto, pois, por causa de mudanças de pormenores no exato traçado da via, os patrimônios de Tanabi, Cosmorama, Votuporanga e Fernandópolis ficarão alguns quilômetros afastados das estações que os servirão.

(6) Marília, cidade nova e bonita, p. 176.

Hesitações que prejudicam o desenvolvimento urbano da Alta Araraquarense reforçam o contraste com a floração urbana muito mais rica e mais regular, ao longo de outras redes: a Noroeste e a Sorocabana avançaram assaz rápido, para que se evitassem abalos desse gênero; mais seguras foram as informações da Paulista e no Paraná a colonização foi rigorosamente dirigida.

Já foi freqüentemente assinalada a importância, no Brasil, das cidades que se chamam "boca de sertão", as quais se situam na orla das zonas em que começa a penetrar o povoamento, bem como das cidades denominadas "pontas de trilhos", terminais provisórios das ferrovias. Ambas as situações são evidentemente privilegiadas. Com isso nada têm a ver as funções físicas, e talvez não seja exagero atribuir ao fato um simples golpe de sorte.

Se Rio Preto se manteve, mais de dez anos, na condição de estação terminal, foi por causa de dificuldades financeiras, de modificações no estatuto da Companhia de estrada de ferro. E por muito tempo parou a Paulista em Piratininga, por causa da Primeira Guerra Mundial.

Acrescentemos também que o aproveitamento das boas oportunidades é favorecido pela bem avisada política das sociedades ferroviárias. Provêm as prolongadas pausas da Paulista menos da falta de material que da vontade contida de seus administradores, no sentido de não adiantar o trabalho senão depois de sensível aproveitamento do solo, nos desbravamentos mais afastados. Trata-se de garantir um frete imediatamente rendoso.

Uma pausa prolongada da ferrovia favorece um desbravamento da função urbana. Exerce Tupã a função de "ponta de trilhos", mas Lucélia e Adamantina são "bocas de sertão". Enquanto os trilhos não ultrapassavam Rio Preto, abriam-se sucessivamente Mirassol e Tanabi e se tornavam as portas do *bled*.<sup>7</sup> Votuporanga é atualmente a estação terminal da Alta Araraquarense, ao passo que, mais adiante, Fernandópolis está justo em contato com novos desbravamentos rurais.

Só a estrada de rodagem, que prolonga o trilho, e o caminhão, que substitui o trem e se insinuam até os sítios extremos, tornaram possível tal desdobramento. Ainda aqui se manifesta a tática deliberada da Paulista que, construindo estradas e criando serviços de transporte rodoviário, favorece cidades recém-fundadas: Osvaldo Cruz, Lucélia, Adamantina. Mas pesa desigualmente sobre as diversas mercadorias o preço do transporte rodoviário. Não se aproveitam, pois, igualmente, desse transporte todas as cidades. Em 1945, Votuporanga,

(7) Palavra de origem árabe que, na África do norte, significa terra inculca, região não cultivada. (N. do T.)

cuja estação era ainda mal aparelhada, recebia os produtos agrícolas das regiões que não podiam suportar a excessiva sobrecarga dos longos transportes por caminhão. Em compensação, iam-se ainda buscar em Tanabi os produtos industrializados de que necessitava a população rural, pois os gastos suplementares com o transporte rodoviário pouco cresciam os seus preços.

Tinham sido estações terminais e bocas de sertão, todas as cidades da franja pioneira. E foi com isso que experimentaram tal impulso que eclipsaram os outros patrimônios.

Em Rio Preto, remontaria o primeiro estabelecimento a 1842, mas foram insignificantes os progressos até o início do século XX. O impulso foi verdadeiramente desencadeado com a chegada dos primeiros trens, em 1912: de 120 fogos em 1898, passou a cidade a mais de 2.000 casas, em 1919; subiu a receita municipal de 100.000\$000, em 1912, a 320.000\$000, em 1917, e 470.000\$000, em 1919. Torna-se então Rio Preto o centro para o qual convergem as colheitas de uma região imensa que se estende, para oeste, de Palestina. Quando, em 1922, tocou a Mirassol ser ponta de trilhos, era a solidez de Rio Preto firme bastante, para que não sofresse concorrência, tanto mais que entravam em linha os primeiros caminhões, e estendiam ainda em maior escala o raio de ação de uma cidade, cujo renome não padecia dúvidas, no sertão.<sup>8</sup>

Sem ter sido um terminal de estrada de ferro, pois que os trilhos da Noroeste foram apressadamente sentados até Mato Grosso, serviu, entretanto, a cidade de Araçatuba de ponto de partida para os desbravadores dos planaltos Tietê-Aguapeí. Mais que à colonização do baixo Tietê, associou-se ela à expansão do povoamento, numa região desprovida de ferrovia. Depois da sua fundação e da inauguração da sua estação, em 1912, estacionou Araçatuba até por volta de 1920: nem as baixas terras, ribeirinhas do Tietê, nem as circunstâncias econômicas e políticas favoreciam o povoamento, que preenchia os vazios deixados mais a leste; fora muito apressada a construção da linha férrea, restavam terras demais por desbravar, entre Bauru e Araçatuba, e tinham sido abertos patrimônios em excesso, para que o mais ocidental de todos pudesse desempenhar a função de boca de sertão. Chegou sua vez em 1920, com a abertura das primeiras fazendas da Noroeste e o aparecimento dos caminhões. Acelera-se imediatamente o ritmo das construções: entre 1920 e 1923, construía-se um milheiro de casas por ano. Foi necessário um lapso de tempo muito longo, para que o governo federal se decidisse a empreender e levar a bom termo os trabalhos da Variante: a estação de Aguapeí foi aberta em 1933, a de

(8) *Album ilustrado da comarca de Rio Preto, 1927-1929, passim.*

Andradina só em 1937. Ao mesmo tempo, implantava-se a pequena propriedade em Birigüi, no próprio município de Araçatuba, nas colônias japonesas vizinhas e nos desbravamentos da Variante. Valeu-se Araçatuba desse concurso de circunstâncias: impôs-se como capital regional, durante aqueles anos em que foi boca de sertão.

Parada em Piratininga, decidiu-se a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, em 1922, retomar seus projetos, suspensos desde a guerra. O patrimônio de Marília foi aberto em 1924 e atingido pelos trilhos em 1928. Naquele ano, o número de construções da cidade passa de 14, em janeiro, chega a 686, em dezembro, para atingir 1.084 um ano mais tarde. A cidade era ponta de trilhos: por sua estação, suas hospedarias e suas lojas passavam cerca de cinco mil lenhadores baianos que, segundo os velhos habitantes, invadiram o antigo sertão da Alta Paulista. Retornaram muitos quando estalou a crise do café, da qual sofreu Marília apenas efeitos passageiros. Voltou o progresso, com mais vigor, quando o algodão tomou o lugar do café: 2.846 edifícios em 1935; 4.898 em 1943; 5.048 em 1944; 5.232 em 1945.<sup>9</sup> Tinha-se chamado Marília a "cidade menina", "a princesa da Alta Paulista". Ponta de trilhos, aproveita-se ela da política rodoviária da Paulista, para encabeçar a penetração. E, como São José do Rio Preto, veio muito tarde a progressão da ferrovia até Tupã, em 1941, para que pudesse abalar a forte posição de Marília.

Boca de sertão foi Londrina, durante vários anos: de 1930, quando foram construídas suas duas primeiras casas, a 1935, quando contava 700. Todavia, convém lembrar que já tinham outros patrimônios sido abertos, além de Londrina: os de Nova Dantzig, de Rolândia, de Arapongas e, estabelecida a infra-estrutura da linha férrea, assentados os trilhos, desde que os trens alcançaram Londrina, as estações desses patrimônios entraram em serviço, no início de 1936. Não interessava aos colonizadores britânicos engrossar o tráfico com uma grande estação e favorecer indiretamente um único foco da vida urbana, como tinha interessado à Cia. Paulista; o que os incitava era estender tão longe quanto possível a rede das comunicações ferroviárias e rodoviárias, desenvolver a venda dos lotes rurais igualmente em todas as zonas e, conseqüentemente, animar não apenas um, mas vários centros urbanos. Entretanto, não desdenhavam os loteadores aproveitar-se do prestígio que cercava Londrina, berço da sua obra colonizadora, sede do seu principal escritório. Promovida por sua primeira fase, veio a ser também Londrina o ponto de partida das empresas de

(9) *Marília, cidade nova e bonita*. Os dados foram completados pelas informações amavelmente fornecidas pela Prefeitura de Marília, no curso de várias investigações.

transporte rodoviário, que operam em todo o norte do Paraná. Prolongou, portanto, essa cidade sua função de boca do sertão, ainda que não mais o seja, no sentido mais estrito da expressão. Disso se valeu para crescer, pois que em 1940 ela possuía 2.100 casas, construíram-se 320 só no ano de 1941 e, em 1946, os serviços municipais estimulavam o seu número em cerca de 4.000.<sup>10</sup>

Um único dos grandes focos de vida urbana da franja pioneira, Presidente Prudente, não deteve o privilégio de comandar as estradas que conduziam aos desbravamentos. Começaram os trens a chegar lá em 1920; sendo, porém, os trabalhadores ativamente empreendidos, atingiram Presidente Epitácio em 1922 e Presidente Prudente ficou sendo ponta de trilhos durante alguns meses apenas. Os vendedores de terras da Alta Sorocabana, que nem sempre estavam seguros de seus títulos de propriedade ou, pelo menos, temiam os malefícios de concorrentes desonestos, apressaram-se em fundar patrimônios, a fim de atrair o maior número possível de pioneiros e assegurar, do melhor modo, o seu direito de posse.

A Alta Sorocabana conheceu, pois, certa concorrência entre patrimônios, concorrência capaz de retardar a preeminência de um sobre os demais. No entanto, tinha sido Presidente Prudente aberta por um dos mais importantes vendedores de terras. Ao passo que outros patrimônios não dispunham senão de uma delgada faixa de terras cultivadas, à beira da estrada de ferro, para recrutar sua clientela, foi Presidente Prudente o centro comercial de uma zona lateral mais extensa. Não lançou esta cidade o movimento pioneiro para oeste, mas no rumo do norte, em direção ao rio do Peixe, ou para o sul, no rumo do Paranapanema. Foi lateralmente que ela pôde exercer a função de boca de sertão.

Só por um tempo se desdobra a privilegiada situação de ponta de trilhos: avançando a ferrovia, outro patrimônio, por sua vez, experimenta a chance de ser uma boca de sertão. Depois de Rio Preto, é Mirassol, depois Tanabi, depois Votuporanga. Na Variante, primeiro Valparaíso, depois, mais modestamente, Andradina, anexam zonas laterais de derrubadas. Continuam os trilhos, para além de Marília, rumo a Pompéia, depois a Tupã. Assim como Presidente Prudente absorvera parte da atividade de Assis, sofre depois a rivalidade de Santo Anastácio e Presidente Venceslau. Londrina é sobrepujada e Apucarana cresce. Certa é a competição entre vilas e cidades já instaladas. A simples criação de um novo município desvia da "velha"

(10) Informações colhidas graças à amabilidade da administração municipal e do sr. Thomas. Utilizamos trabalhos inéditos de Carlos Drummond e Tercília Fava, nossos alunos da Universidade de São Paulo.

cidade parte da sua clientela: não viram os habitantes de Marília, sem alguma inquietude, Pompéia tornar-se cabeça de município, em 1938.

Todavia, essa marcha para oeste e as sucessivas gerações de estações terminais não acarretam necessariamente a decadência das cidades mais antigas. Se é verdade que se presencia uma "profusão de cidades novas", não é menos certo que ela seja "efêmera e aleatória".<sup>11</sup> Deffontaines insistiu em apontar o esplendor passageiro das cidades brasileiras. Mostrou ele parte muito pequena da vida comercial, difícil de organizar, num país de povoamento rural disperso: para vender deve o comerciante ir procurar o cliente: é ele um ambulante, um mascate que em lombo de mula ou num Ford velho e infatigável se desloca de fazenda em fazenda. Outra, porém, é a situação na franja pioneira dos sítios e das estradas. Embora permaneça disperso, é menos espalhado o povoamento. As distâncias a vencer entre os loteamentos rurais são neste caso mais curtas que no São Paulo das fazendas menores que no Brasil Central ou no Nordeste. As idas e vindas entre os centros urbanos e as lavouras são facilitadas pela rede rodoviária, mais cerrada, e pelos caminhos que só se tornam impraticáveis, durante alguns dias da estação chuvosa. O pequeno pioneiro vem à cidade e nela pode fixar-se o comerciante. A mobilidade dos indivíduos é mais fácil e contribui para estabilizar a cidade, como centro mercantil.

Ora, os pioneiros, que se haviam acostumado a vender aos comerciantes e a comprar deles, dificilmente perdem esse hábito. Tanto mais que os laços financeiros consolidam as relações de amizade. As cidades que, desde os inícios dos transportes rodoviários, já eram estações terminais de vias férreas e bocas de sertão, não são despojadas da sua clientela, pela criação de novos patrimônios. Adotaram de algum modo os novos hábitos. Evoluiu a função, mas a antiga cidade pioneira, relegada doravante, em uma zona de povoamento estabilizado, continua necessária à vida regional. Organiza-se uma hierarquia urbana: as aglomerações mais jovens e as menos povoadas situam-se no oeste, mas as do leste, a despeito da idade, são as mais importantes.

Então, continuam sendo as comunicações a melhor garantia da vida urbana. São antes de mais nada nós de comunicação os velhos centros, nascidos no século passado, Ribeirão Preto, Araraquara, Jaboticabal, Jaú, Botucatu, Bauru. Reúnem-se neles as ramificações do leque ferroviário, que serve aos planaltos setentrionais e ocidentais de São Paulo. Mais que todos, está ainda Bauru associado à marcha do povoamento; foi essa cidade, o ponto de partida da penetração, ao

(11) Deffontaines (P.), "Le réseau des villes. Comment il s'est constitué au Brésil", *Bulletin de la Société de Géographie de Lille*, n.º 9, dezembro 1939, pp. 321-348. Ver p. 347.

mesmo tempo, na Noroeste e na Alta Sorocabana. Individualizaram-se as duas zonas, e Lins e Araçatuba quanto à primeira, Marília e Tupã, quanto à segunda, são as herdeiras de Bauru. Mas, a antiga metrópole do sertão, com seus 33.500 habitantes, continua bem viva. Isto em virtude da sua função ferroviária, pois que se tornou o entroncamento das linhas que servem a margem esquerda do Tietê: a Sorocabana ali se une à linha da Paulista e aos trilhos da Noroeste que estão para alcançar a Bolívia. A estação, os escritórios, as oficinas da Noroeste proporcionam à ocupação um importante contingente de operários e empregados, e o movimento de viajantes mantém grande atividade hoteleira. Por entre as casas de comércio, estabelecidas nos primeiros tempos de Bauru, umas acompanharam a marcha pioneira, enquanto outras não se mudaram e vieram a ser a sede de casas de comércio por atacado que, mediante a ferrovia e a rede rodoviária alçam os varejistas das cidades novas. Continua, pois, a velha capital da Noroeste, a participar da expansão do povoamento, participação que se vai tornando cada vez mais perceptível. Derivada da função primitiva, a função nova tem outras razões de ser. Se deixassem de estender-se as regiões novas, tal fato muito pouco se refletiria sobre Bauru.

Em escala mais modesta, fornece a Alta Sorocabana outro exemplo de evolução das cidades, que já não estão na extremidade dos desbravamentos. Durante muito tempo, o núcleo urbano mais importante foi Assis. Nessa cidade, fora construída a primeira casa em 1904; a fundação do patrimônio em 1905, tinha felizmente coincidido com o anúncio do traçado da estrada de ferro. Tinha esta entrado em funcionamento só em 1916, o que permitira a Assis crescer como boca de sertão. Prosseguindo a Sorocabana apressadamente seus trabalhos, haviam-se fundado outros patrimônios, que tomaram o lugar de Assis, sem, contudo, transformá-la numa cidade morta. A companhia da estrada de ferro escolheu Assis como posto de reabastecimento de madeira para suas locomotivas e como ponto final dos serviços de vagões-leitos; e as instalações que ali montara eram grandes demais para serem transportadas a outra estação. Sobreviveu, assim, a função ferroviária em Assis, como em Bauru. A isso convém acrescentar uma função escolar, que atrai filhos de fazendeiros, de comerciantes e de funcionários de uma boa parte da Alta Sorocabana rural e citadina. Por causa de seus internatos, conserva Assis um movimento constante de visitas, e disso se aproveita seu comércio, apesar do surto de Presidente Prudente. Faziam a antiga boca de sertão e a nova capital regional sentir sua influência sobre diferentes municípios: exercia-se a de Assis sobre Cândido Mota, esbarrando com a de Marília no território de Echaporã, estendendo-se até a margem esquerda do Paranapanema e até Rancharia. Para adiante, penetra-se na zona de Presidente Prudente. Não é muito clara a demarcação entre os domínios das



duas cidades: dizem os habitantes de Quatá que, quanto às transações comerciais e, mais nitidamente, quanto às relações bancárias, trabalham de preferência com Presidente Prudente; mas, é para as escolas de Assis que mandam seus filhos.

A progressão dos trilhos e a eclosão de novos patrimônios, portanto, não restringem demais o progresso das cidades que tinham sido pontas de trilhos. Com a condição, porém, de que estas tenham podido usufruir por tempo suficiente essa posição, para que a freqüentação da cidade se tenha tornado familiar. Concebe-se que esse fato pressuponha um alargamento das funções urbanas, evolução sobre a qual é preciso voltar a falar. O que importava sublinhar, primeiramente, é o que a cidade pioneira devia a uma posição-chave, não determinada pela topografia, porém, suscitada pelas necessidades técnicas da ferrovia, pelos interesses das companhias de estradas de ferro, às vezes até pelo acaso.

#### 4º) *Os fatores psicológicos e o papel dos indivíduos*

Por mais considerável que seja a vantagem da posição-chave, a isso juntam-se outras influências, que poderosamente contribuem para fazer de um humilde patrimônio uma verdadeira vila. Certas influências vinham da própria pessoa do fundador, outras procediam da psicologia coletiva dos pioneiros.

Levava a cabo obra de largo fôlego uma grande empresa de colonização, que ao mesmo tempo abria patrimônios e promovia um vasto loteamento rural. Tem ela em mira criar uma fonte de lucros constantes, mediante a implantação de um grande foco produtivo: suas relações com as companhias de transporte, com os agrupamentos industriais ou bancários, com as casas que detinham o comércio de exportação, encontram nesse centro seu interesse indireto. Diferente, porém, é a finalidade para os fazendeiros, transformados em loteadores urbanos: procuram eles os lucros rápidos, tanto mais que para eles se trata de atividades suplementares, alheias às suas preocupações habituais. Não é raro que contribuam as ambições políticas para mudar um grande plantador em fundador de patrimônio. Nisso vê ele excelente ocasião para tornar-se popular, aumentar seu prestígio político e formar seu feudo eleitoral. As rivalidades políticas, às vezes, levam os fazendeiros vizinhos a uma espécie de competição urbana. Conta cada qual tirar proveito e glória da cidade que tiver criado, eclipsando o seu rival. Parece que segundas intenções dessa ordem tenham pesado, quando das fundações urbanas da Noroeste e mesmo da Alta Paulista. Conjugam-se tais intenções com os direitos que se pode ou se pretende ter à propriedade do solo: o poder político reforça tais direitos e se adquire quando se constitui uma ampla clientela

urbana. O patrimônio aberto por um chefe político aproveita-se das relações deste com o governo e com a administração pública. Serão, assim, mais facilmente e mais rapidamente atendidas as suas promoções para os trabalhos urbanísticos e a publicidade no jornal e no rádio. Podem-se medir os efeitos desse fato, ao constatar que, na maior parte do tempo, as pessoas da terra associam o nome de um homem político ao dos centros urbanos mais importantes. Assim foi que o prestígio de Bento de Abreu Sampaio Vidal, grande fazendeiro ativamente envolvido na vida política do Estado de São Paulo, muito fez por Marília, nos dias que se seguiram à crise de 1929 e da revolução paulista de 1932. Mais preciosas ainda foram, recentemente, as amizades de Moura Andrade, fundador de Andradina. Finalmente, foi eficaz o patrimônio que Fernando Costa, então interventor em São Paulo, concedeu a Fernandópolis, patrimônio que tem o seu nome.

Sem ambições tão preciosas, porém sem negligenciar os apoios políticos, outros fundadores de patrimônios perseguem fins mais imediatos. Alguns são antigos agrimensores, que recebem o suporte financeiro de um grande plantador. Assim, um dos mais ricos plantadores da franja pioneira, o suíço Max Wirth, participa mais ou menos abertamente das recentes fundações urbanas da Alta Paulista. Outros ainda são verdadeiros profissionais da fundação de cidades. Confunde-se a vida deles com a história do movimento pioneiro. É o caso do famoso "capitão Neves", cujas pegadas se seguem em Ribeirão Preto, por 1890, depois em Jabuticabal e em Bebedouro, em 1896; fundou Monte Azul, no ano seguinte, e aos 5 de setembro de 1910, com alguns amigos, abriu uma roça em plena mata, para erigir nela o cruzeiro do patrimônio de Mirassol.

Vinha Neves do Estado de Minas. Outros loteadores são paulistas adotivos. Vieram atraídos pelo engodo das riquezas, para que aqui frutificasse um capital, que não viam como empregar bem, em seus estados de origem. Para estes, não basta vender terras. A esta, juntam outras atividades, por sinal associadas à vida urbana. Depende de suas qualidades de homens de negócio o sucesso de todos os empreendimentos. O fundador de Tupã, Sousa Leão, pertence a uma grande família de senhores de engenho de Pernambuco. Estimando que sua terra natal já não se prestava aos bons negócios, partiu para o sul, por volta de 1920, e aqui realizou plenamente suas ambições. Por 70.000\$000, comprou ele uma centena de alqueires de terra virgem a um caixeiro-viajante, que as adquirira não se sabia bem como, em 1921, pela soma irrisória de 3.000\$000, no curso de uma viagem a Rio Preto. A propriedade de Sousa Leão achava-se bem situada no espigão, no ponto em que a Paulista devia construir uma estação. À venda de lotes urbanos, acrescentou Sousa Leão várias outras atividades complementares: loteamentos rurais, venda de gasolina, transportes rodoviá-

rios, banco local e lavouras de café. Assim, esse nortista controla as atividades de um dos municípios mais prósperos da franja pioneira paulista. Entrar em Tupã é penetrar nos domínios dele, pois o seu nome está em toda parte e em todas as bocas, como o de Sampaio Vidal, em Marília, o de Mesquita, em Lucélia, o de Moura Andrade, em Andradina. Têm os pioneiros uma fórmula pitoresca para exprimir a onipotência desses fundadores de cidades, chamando-os de "manda-chuvas", os que produzem a chuva e o bom tempo.

Depende, pois, do "manda-chuva" a sorte do patrimônio, a favor do qual emprega ele todo o seu talento e toda a sua iniciativa, faz uso de uma consumada arte da publicidade e põe em jogo todas as suas relações. Não pode ser subestimada a eficácia desses atributos individuais e dessas influências pessoais, eficácia que se desenvolvia livremente, numa sociedade em que o controle administrativo e a direção política permanecem ainda nas mãos de uma minoria, que frequentemente confunde o seu enriquecimento com o da coletividade. Nem está isenta dessas preocupações individuais a própria escolha da estação terminal, por uma companhia de estradas de ferro. Que esse tenha sido o caso de Marília é bem possível. E na Alta Paulista, em 1946, prognosticava-se já, facilmente, até onde se estenderia o próximo salto da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Com efeito, tinha um de seus diretores aberto, a título pessoal, o patrimônio de Adamantina, alguns quilômetros a oeste da pequena e mui florescente cidade de Lucélia. Não era difícil prever que a Companhia tudo fizesse para favorecer Adamantina, em detrimento de Lucélia. Já queimavam essa etapa os serviços rodoviários e, embora houvessem sido implantados outros patrimônios, estes não suplantavam Adamantina. Quando esta cidade se transformar em ponta de trilhos e em grande centro urbano, substituindo Tupã, como esta substituiu Marília, nela se distinguirá justamente o efeito da sua posição chave. Mas, nem por isso a causa profunda deixará de ser uma intervenção pessoal, para fins exclusivamente lucrativos.

Pouca gente, aliás, surpreende-se com tais métodos, nem se aventura a formular julgamento sobre essas especulações de grande envergadura ou sobre esse controle da economia urbana por um só indivíduo. No fundo, são mais admirados que censurados os poderosos da terra, que a gente modesta imita, em sua humilde esfera. A especulação atrai a especulação. Assim, procura-se comprar, vender, resgatar e revender casas e lotes urbanos, aproveitando a excelente publicidade feita em torno do patrimônio, pelo seu dinâmico fundador. Sem dúvida, é normal a valorização dos imóveis, numa aglomeração em pleno surto, mas não tarda a revestir-se de caráter artificial. O preço de um alqueire de terra, em Tupã, era de 100\$000, em 1930, e o de um terreno de 15 m de frente era, em 1946, de Cr\$ 50.000. Em Osvaldo

Cruz, passaram os preços de Cr\$ 1.200 a 1.600 o lote, em 1941; a 5.000 e, em pleno centro da cidade, até 150.000, em outubro de 1946; ao passo que em Lucélia o metro quadrado dava um pulo de um cruzeiro, em 1939, a 250, em 1946. Em Fernandópolis, em julho de 1945, uma cabana era comprada por Cr\$ 15.000 e revendida, meia hora depois, com um lucro de 10.000. Cada novo cidadão é arrastado pelo movimento de especulação, tomando por modelo o loteador, cuja fortuna é, às vezes, esmagadora.

O aumento dos preços nem por isso desencoraja os compradores. Ao contrário, concorre para infundir confiança e precipitar o movimento de imigração. Se sobem os preços, é que o patrimônio prospera. E é razoável comprar nela uma data de terra, construir, abrir um comércio, ou procurar trabalho. Muitos liquidam sua posição na zona velha, realizam seu capital e, se necessário, arranjam empréstimo junto a um dos negociantes já estabelecidos. É fácil o dinheiro. Magnetiza a especulação, para o novo patrimônio, todos os que esperam fazer fortuna rapidamente.

Podem então a publicidade desdobrar todos os seus artificios, oferecendo aos últimos hesitantes a massa de argumentos que os decidirá, por sua vez, a vir engrossar, a população da cidade nova. São enviados agentes recrutadores, que percorrem as velhas zonas; podem eles anunciar os primeiros progressos da urbanização; exaltam a valorização das terras; longe de dissimular os grandes golpes da especulação, revelam-lhe todos os pormenores. Dos grandes jornais da capital, obtêm-se reportagens ou páginas especiais. E se o fundador merece a confiança do governo, então é o jornal do partido no poder que se encarrega dessa propaganda tanto mais eficaz, quanto nela se vê a chancela oficial. Nos trens, nos bares, cartazes com *slogans* enfáticos proclamam belezas e riquezas da nova cidade. Lança-se uma cidade, como se lançaria uma moda, com grandes golpes de propaganda. Os primeiros compradores de terrenos eram comerciantes que tinham sido atraídos. Os que os seguiram, vinham em busca de bons negócios. E por fim, exatamente como se torna popular a moda, depois de adotada por uma minoria, afluem então para o jovem centro urbano pessoas de todas as classes sociais e de todas as regiões, novas ou velhas. E, sem dúvida, bem justificam a confiança dos pioneiros os progressos do povoamento rural, a extensão da rede ferroviária, a melhoria das comunicações por ferrovia. Mas tal confiança é fortalecida e acrescida pela publicidade. Dela se beneficiaram Londrina e Marília, mais que as suas vizinhas, que tanto quanto elas associavam-se ao surto rural. Posição chave, ação pessoal dos fundadores, entusiasmo coletivo, são fatores que explicam esse fato. As cidades que, em cada um dos espigões, vieram a ser pequenas capitais regionais, São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília, Presidente Prudente e Londrina, não o deveram só a condições

naturais mais favorecidas, porém às circunstâncias econômicas e sociais: os sucessos urbanos eram ao mesmo tempo o triunfo dos indivíduos e, em tal sentido, a geografia humana da franja pioneira é o fruto da sua estrutura social e econômica.

### C) AS CIDADES DOS PLANALTOS EVOLUÇÃO FUNCIONAL E MORFOLÓGICA

Grande é a distância entre as raras casinhas e o cruzeiro de fundação do jovem patrimônio, de um lado, e, de outro lado, a cidade de ruas pavimentadas, orladas de lojas, bancos e cinemas. É uma completa metamorfose, cujo mero espetáculo denota um alargamento das funções urbanas. O termo dessa dupla transformação é a capital regional.

Seria cômodo achar, na evolução de todas as cidades pioneiras, a mesma série de fases precisas: um estágio de infância, que seria o do patrimônio; depois a juventude que corresponderia aos incícios da industrialização e da urbanização; viria a maturidade com a extensão da função regional, e o afastamento dos desbravamentos já não possibilitaria falar de cidade pioneira; sobreviria o envelhecimento e a decadência do organismo urbano. Sedutor esquema, que de modo geral, não é falso. Todavia, pensamos ter mostrado que a velhice não acarreta necessariamente a decadência. É preferível evitar uma sistematização tão categórica. Viu-se Rio Preto reduzir-se por muito tempo a uma pequenina vila, crescer depois, subitamente, com a irrupção do café, e de modo igualmente brusco parar seu crescimento, em 1944; rejuvenesceu a cidade, com a abertura do sertão pelo caminhão automóvel e sob o efeito da alta do café, entre 1920 e 1929, surto que se prolongou até depois da crise de 1930 e ainda não parece terminado. Em oposição a essa curva de evolução urbana, toda entrecortada de patamares e de pontas, Londrina parece ter jorrado de um único impulso, sem que se possa distinguir claramente fase precisa a não ser a da primeira juventude. Cumpre, portanto, afastar a hipótese de estádios comuns a todas as cidades, bastando reconhecer profunda similitude na evolução das suas funções e das suas paisagens.

#### 1º) Nascimento da função urbana

Na clareira recentemente aberta, manda o loteador que se tracem depressa algumas ruas, desembaraçando-as dos troncos de árvores que ainda ficam nos sertes, cuja venda logo começa. As primeiras casas, feitas de tábuas, são mais ou menos bem esquadriadas, indicando a futura grande rua, geralmente a estrada. Em março de 1946, a aglomera-

ção de Maringá se compunha de uma vintena de casas, irregularmente escalonadas de cada lado da estrada de Apucarana a Paranavai, e espalhadas em duas ruas perpendiculares. A mata cercava Maringá de todos os lados e à sua beira descobriam-se desbravadores urbanos. Não tinha ainda a Cia. Norte do Paraná oficialmente aberto Maringá e tolerava que operários da ferrovia, cujos trabalhos começavam, desbravassem por conta própria e construíssem cabanas heterogêneas: abrigos cobertos de palmas, casas de madeira ou de taipa, ranchos de tábuas, erguidos ao acaso em veredas tortuosas, com umas poucas e minúsculas plantações de mandioca, milho e feijão. Vinha a maioria das famílias de Maringá da zona aberta pelos ingleses, outras haviam deixado os campos do Paraná ou os municípios pioneiros de São Paulo; ainda outros procediam dos estados do Nordeste, depois de errar por todo o Brasil e até os confins da Bolívia. Raros eram os estrangeiros. Embora incertos do futuro, pois que a companhia não definira suas intenções, esperavam poder todos ficar por lá e arranjar trabalho facilmente, seja como empregados no comércio ou na estrada de ferro, seja nos primeiros estabelecimentos industriais. Enquanto aguardavam, alguns tinham sítios, que cultivavam, gerindo ao mesmo tempo, um pequeno comércio de mercearia e de bebidas. O centro da vila era o hotel: paravam ali os ônibus, os viajantes, que vinham visitar e talvez comprar um sítio, ali se amontoavam, com desconforto. Começava a vida urbana pela função hoteleira.

De resto, por toda a parte, em todos os novos patrimônios prosperam os hotéis e as pensões. Frequentemente são muito animados. Se são boas as circunstâncias econômicas, o patrimônio retoma a tradição ruidosa de todas as cidades pioneiras. Encantam-se os primeiros habitantes de Marília, ao recordar os anos de 1924 a 1928, quando o champagne corria a rodo, quando se jogava para valer. Em 653 edifícios, somente três eram casas exclusivamente de moradia; 650, locais de comércio, dos quais 87 casas de tolerância. Lembram-se os velhos fazendeiros das "francesas" de Ribeirão Preto, os boiadeiros não se haviam esquecido dos movimentados salões de jogos de Barretos! Tinha passado o tempo dos ganhos fáceis e das despesas suntuárias. Todavia, não perdera a cidade pioneira inteiramente essa exuberância, que também não era estranha ao fascínio exercido tanto sobre os ricos, como sobre os pobres.

#### 2º) O início da urbanização

Mede-se a progressão da cidade por transformações menos ruidosas, porém, duráveis. Grande passo é dado com a instalação de estabelecimentos industriais. Os primeiros a instalarem-se são as serrarias, rapidamente seguidas pelas máquinas de despolpar café, des-

casar arroz e descarregar algodão. Ligam-se todas essas indústrias à produção rural e a presença delas robustece tanto mais a solidariedade da cidade com o campo, quanto os donos das máquinas são ao mesmo tempo os banqueiros dos pequenos plantadores. Proporcionam as oficinas de classificação do café trabalho às mulheres e às moças, que ainda não encontram muitos empregos em serviços domésticos. Há, pois, um recurso suplementar para a população urbana, cuja espontânea confiança é reforçada por um maior sentimento de segurança. Sob outro aspecto, contribuem as primeiras indústrias para a criação de uma paisagem urbana, favorecendo uma primeira tendência à formação de bairros. Colocam-se nos lugares mais favoráveis, nas entradas da cidade, para quem vem das zonas de desbravamento, e sobretudo perto da estação, ao longo da estrada de ferro. Como procuram os terrenos menos valorizados, ou seus edifícios são construídos de frente para a aglomeração inicial, do outro lado da ferrovia, até então poupado pelo crescimento urbano, ou então erguem-se acompanhando os trilhos e prolongando a cidade em direção do oeste e de novos desbravamentos. (Ver Fig. 38 e segs.) As vilas, que se abrem em torno dos estabelecimentos industriais, atraem os operários, por estarem próximos dos seus locais de trabalho e pelo custo dos terrenos e dos aluguéis, menos altos que na cidade.

Esse primeiro estágio de industrialização evidencia, na paisagem urbana, a extensão da função comercial, da qual a industrialização deriva. São os primeiros bazares substituídos por grandes lojas, cujos proprietários passam a administrar magazines, já então freqüentados não por alguns roceiros vizinhos, mas pela massa de sitiantes, fazendeiros e colonos de uma região em pleno surto. Ocupam essas lojas uns galpões térreos, cujas portas de madeira maciça, pintadas de verde ou de marrom, escancaram-se para a rua. Mercadorias de toda espécie, atulham prateleiras armadas à pressa: produtos alimentares, bebidas, panelas, perfumarias, sapatos, chapéus, brinquedos avizinham-se com os tecidos que atopetam os balcões; encontram-se também martelos e selas. Há tanta coisa que o magazine não bastava e é preciso extravasar para a calçada, atulhada de caixas de água, rolos de arame, sacos de inseticida, pequenas charruas. Uma loja desse gênero é o Bazar da Municipalidade, da franja pioneira. Todo dia, principalmente de manhã, anima esse magazine um turbulento vaivém e, para quem quer medir a atividade da franja pioneira e conhecer seu povo, não há melhor observatório.

Lojas de tábuas esses magazineiros, já sendo, porém, numerosos os comerciantes que se sentem suficientemente estáveis para mandar construí-los de alvenaria. O número crescente de edifícios de tijolos, às vezes de dois ou três andares, contribui para que se transforme o aspecto da cidade pioneira. Os primeiros são edifícios de interesse

coletivo: a prefeitura, um cinema, um hotel, um clube onde se reúne a boa sociedade do lugar. Abandonam também os particulares suas primeiras habitações: o loteador dá o exemplo e a sua vivenda facilmente esmaga as residências mais modestas dos médicos, dos advogados, de alguns negociantes. Às vezes, a reforma não passa da fachada, mantendo-se intacto o fundo da casa. Misturam-se casas de tijolos e de tábuas, na mais completa desordem, precedidas umas de pequenos jardins faceiramente tratados, outras ainda simplesmente rodeadas por uma cerca de arame, aqui próximas umas das outras, acolá separadas por terrenos vagos, onde reverdecem vigorosamente as moitas e os arbustos. Nessa estranha vizinhança da casa burguesa, de estilo moderno, "futurista", e da casinhola com seu poço de bocal de madeira e sua roupa branca secando sobre uma grama avermelhada pelo vento, experimenta-se aquela impressão de confusão, que também se sentira nos desbravamentos. Entretanto, assim como se desvendara um plano preconcebido, detrás da aparente desordem dos sítios, assim também se via o esboço de uma ordem urbana. Até a criação do município cabe ao fundador do patrimônio a sua administração. A menos que se trate de uma grande sociedade, não possui esse fundador os capitais necessários para dar andamento a grandes trabalhos. De outros recursos dispõe uma municipalidade, embora não dispense nem os conselhos, nem as subvenções do manda-chuva, cuja generosidade é muito eficaz. A partir de então, registra-se verdadeiro esforço de urbanização. As ruas principais começam a ser pavimentadas, orladas de passeios, providas de esgotos; melhora o serviço de eletricidade; arrumam-se jardins públicos e plantam-se algumas magras árvores à beira da maior avenida. Coloca problemas o crescimento da população, mas a coletividade está em condições de encontrar a solução financeira para eles; primeiramente o da água, depois o da saúde pública, com a construção de uma casa de saúde ou santa casa, construção de que participam as grandes fortunas da cidade e da região; enfim, é necessário começar a edificar estabelecimentos de ensino secundário ou subvencionar os existentes, empresas privadas, nas mais das vezes confessionais.

Funções e necessidades são, portanto, nitidamente caracterizadas. Todavia, só em parte se refletem na paisagem urbana. Muito imprecisa, permanece a especialização dos bairros. Já se pode distinguir uma zona industrial e comercial, nos pontos de acesso da estação ferroviária, outra zona que reúne, ao longo da principal artéria e em torno da grande praça, as lojas de joalheiros, de papelaria, de tecidos, os cafés e as sorveterias. Principia a esboçar-se uma localização econômica, enquanto que é muito menos evidente a função social dos bairros. *Habitat* burguês e proletário são mal diferenciados e coexistem tanto nas ruas mercantis, quanto nas imediações da estação e nas ruas mais excêntricas. Nessa fase de evolução urbana, rápidas demais são as

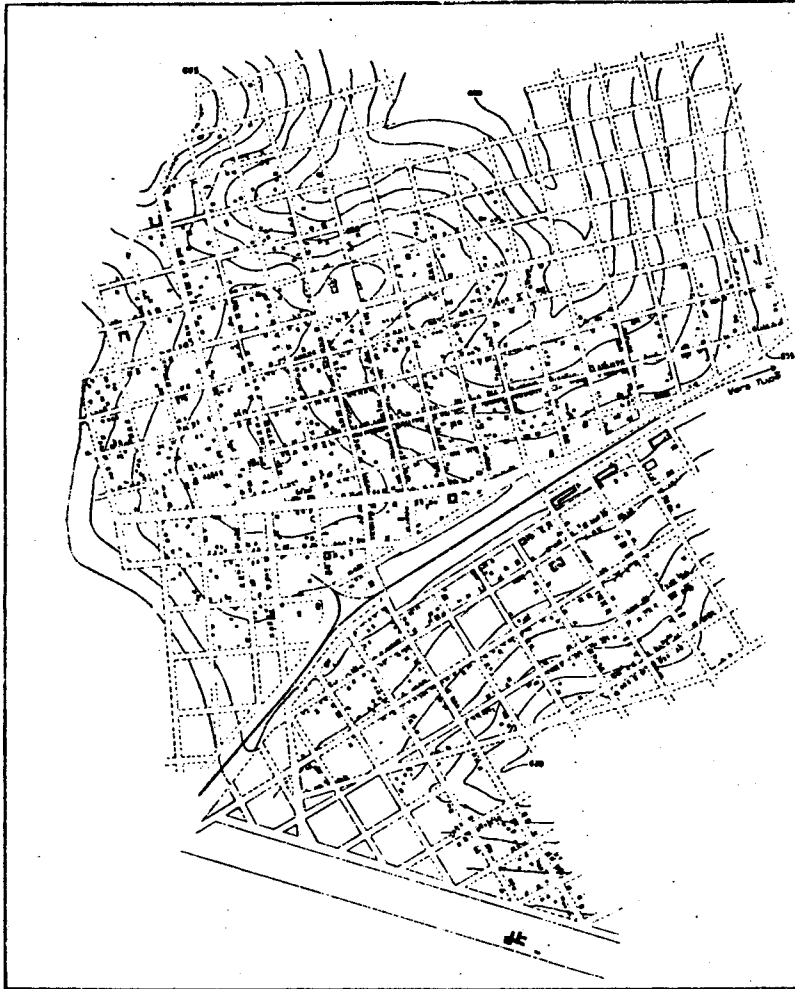


Fig. 40. Planta de Marília, segundo uma publicação local.

Data provável do levantamento da planta: 1934. Observar-se-á a descontinuidade do povoamento, salvo no centro da cidade (parte central da Rua São Luís, que era então a grande estrada, no rumo dos desbravamentos de Pompéia e Tupã). A larga Avenida Sampaio Vidal ainda não estava inteiramente urbanizada (perto da ferrovia). Já possuía Marília um campo de aviação (abaixo da planta). O norte está à direita.

mudanças para que seja possível apresentar uma cartografia social do *habitat* citadino. De uma semana para outra é fácil ver as modificações, e as impressões subjetivas têm tanto valor, quanto uma investigação que, em suas próprias minúcias, daria noção igualmente aproximativa da realidade.

Eis porque não se pode pensar em datar exatamente essa fase da história das principais cidades da franja pioneira. Para Rio Preto e Araçatuba que, depois de um primeiro período de sucesso, tinham atravessado um lapso de parada, pode-se colocar entre 1920 e 1925 o período inicial da urbanização. Em Marília, o reinício dos desbravamentos, com o algodão e a imigração japonesa, restituiu todo o seu brilho à "cidade-menina": entre 1935 e 1937, perdia Marília seu aspecto de patrimônio, adquirindo nova fisionomia. Lá então se enumeravam umas quinze máquinas de descascar arroz, vinte e duas para o café, dez descaroçadoras de algodão, três grandes serrarias e nada menos que 27 olarias, o que denota a prosperidade da atividade construtora. As vias principais, Avenida Sampaio Vidal, Rua São Luís, Rua Nove de Julho, são pavimentadas e orladas de casas de alvenaria, a maior parte de andares. Começa a funcionar o ginásio municipal. Nessa época, conservava a cidade pouca coisa da vida ruidosa que tivera, antes da crise do café, em seus anos de juventude. Era ciosa da ordem e da prosperidade. Londrina evoluiu mais depressa: em 1935, o tecido mais flácido de suas casas espaçadas, ao longo das ruas mal definidas, bem frágil parecia, em seu enquadramento florestal. Entre 1937 e 1940, robusteceu-se a vida urbana, graças à implantação das primeiras indústrias e de bairros operários ao norte da ferrovia. Ao mesmo tempo, desenhava-se o coração da cidade, na Avenida Paraná, e eram construídas as primeiras residências burguesas.

A maioria das cidades não ultrapassam muito o estádio inicial da urbanização. Não vai além dos limites municipais o seu raio de ação, e se fossem privadas dessa função administrativa, perderiam apreciável fator de aumento de sua população e ao mesmo tempo uma parte considerável da sua atividade comercial. Conservam elas um aspecto heterogêneo, enquanto que o fluxo pioneiro as ultrapassou. Essas aglomerações de alguns milhares de almas são burgos cuja existência se confunde com o ritmo acalmado do povoamento rural.

### 3º) As capitais regionais

São as cidades que, através da estrada, estendem seu raio de ação sobre cada um dos planaltos da franja pioneira. Entre essas grandes cidades e as grandes vilas, são consideráveis as diferenças, que provêm mais dos aspectos exteriores e de uma urbanização mais acabada que

das funções, as quais, em essência, não passam por transformações radicais, de um caso para outro.

Quando se desembarca do trem, numa dessas capitais surpreende o número e o movimento dos caminhões, mais ainda dos ônibus rurais, as altas "jardineiras" sobre as rodas, que afrontam tanto os barrancos dos vales, como as areias dos planaltos. Esse tipo de ônibus assegura três tipos de serviços rodoviários. Primeiramente, há os que penetram na zona rural até os desbravamentos mais afastados; graças às jardineiras, podem sitiantes e colonos facilmente ir e vir à cidade, às vezes, pela manhã, no máximo durante o dia. Um segundo tipo de itinerário assegura as relações entre o grande centro e as vizinhas menores: duplicam eles a estrada de ferro, onde a circulação por este meio não é suficiente. São serviços de arrabalde urbano, que denotam até que ponto cidades como Rio Preto, Londrina e Marília possuem satélites urbanos. Há enfim os ônibus que cobrem os grandes percursos. São combinados certos serviços de modo a permitir a circulação rodoviária, até os patrimônios mais ocidentais: por exemplo, entre Londrina-Apucarana e Maringá, ou entre Marília-Tupã-Lucélia e Gracianópolis. Outros serviços põem a capital regional em contato com outras regiões pioneiras. Enquanto a arrancada pioneira tomava uma única direção, a da Noroeste, ou enquanto um grande espaço vazio separava duas avançadas, por exemplo, entre a Alta Sorocabana e a Noroeste, não se experimentava a necessidade de facilitar as relações interzonais. Tornaram-se estas necessárias, desde que se desenvolveu a penetração em todos os espigões e se manifestou forte concorrência entre vendedores de terras. Os pioneiros que facilmente se passam de uma a outra zona, os comerciantes, os caixeiros-viajantes, os fazendeiros, que têm interesses em zonas diferentes, asseguram clientela permanente para os ônibus interzonais. Por mais longas e fatigantes que sejam essas viagens, em que é preciso suportar as piores estradas, são ainda preferíveis aos intermináveis percursos que impõe o traçado das vias férreas.

Nos últimos anos, pois, a rede rodoviária de comunicações perdeu sua disposição linear, para entrecruzar-se numa distribuição quadricular, correspondendo os grandes pontos de reagrupamento aos centros urbanos mais sólidos. As capitais regionais, acima de tudo, eram nós de comunicação.

Eis uma função que se concretiza na paisagem urbana pela construção de estações rodoviárias, onde chegam e de onde partem, ao longo do dia, as jardineiras sobrecarregadas de viajantes e volumes de carga. Essa função também introduz na população novos elementos: o motorista, que muitas vezes é o proprietário do caminhão, pequeno artesão que consolida a classe média em suas camadas menos abonadas; o grande empresário de transportes, que se enriqueceu de-

pressa, constrói imóveis, compra fazendas e se torna um personagem muito importante. A estrada que permite à antiga boca de sertão manter contatos com os pioneiros e com outras zonas, é, portanto, um fator de consolidação da sociedade urbana.

Tanto mais conserva a capital regional sua força de atração, quanto possui uma boa instalação ferroviária. Os trilhos a ultrapassam, mas nem todos os trens vão além. Mantém a sua estação linhas de manobra, depósitos de combustível, plataformas e hangares. Nela têm os exportadores mais chances de encontrar o que precisam que nas outras estações, mais próximas dos focos de produção, menos equipadas, porém. Sem negligenciar seu estabelecimento nos novos patrimônios, as firmas que transformam e exportam os grandes produtos do solo preferem ampliar suas instalações nas grandes cidades, onde estão mais certas de encontrar operários e empregados.

A agricultura constitui ainda o fundamento das funções comerciais e industriais. Mais numerosas são as instalações industriais, e sobretudo maiores que nos centros satélites. Mas o essencial sempre são as máquinas de beneficiamento. Menos numerosas, as serrarias, que de perto seguem o desmatamento. As de Rio Preto mudaram-se para Mirassol, depois para Votuporanga; as de Marília emigraram para Tupã. Em compensação, aparecem indústrias que, tirando sempre suas matérias-primas do desbravamento e da agricultura, nem por isso deixam de assinalar um aprimoramento do parque industrial. Construiu-se, em Londrina, uma fábrica de madeira compensada. Desde 1938, duas grandes fábricas de óleo, que utilizavam caroços de algodão foram montadas em Marília, uma outra em Rio Preto. Começaram as fiações de seda a funcionar, em cada capital regional. Mais adiantada estava a evolução em Marília, que possui uma fábrica de carrocerias de ônibus: provocou a estrada o nascimento, na cidade pioneira, de uma indústria que encontra seus mercados consumidores nas outras zonas novas, mas também nas regiões velhas.

Outro aspecto das indústrias urbanas é menos espetacular, mas muito característico do Brasil: a atividade de múltiplos artesãos, ao mesmo tempo fabricantes e comerciantes. O traço, que não é próprio da zona pioneira, reflete a ausência da produção em massa. Mas, atraem também as capitais pioneiras esses artesãos, que contam com a clientela rural. Aproveitam-se inúmeros alfaiates da raridade da confecção de vestuários, que não se encontram fora das grandes cidades. Têm clientes certos os seleiros, num país onde muito se circula a cavalo. Enfim, não falta trabalho aos mecânicos e aos garagistas, menos pelo número de caminhões, que pelo mau estado das estradas. A proporção desses pequenos industriais comerciantes é com certeza elevada, relativamente ao conjunto dos trabalhadores, a julgá-la pelo número de suas lojas.

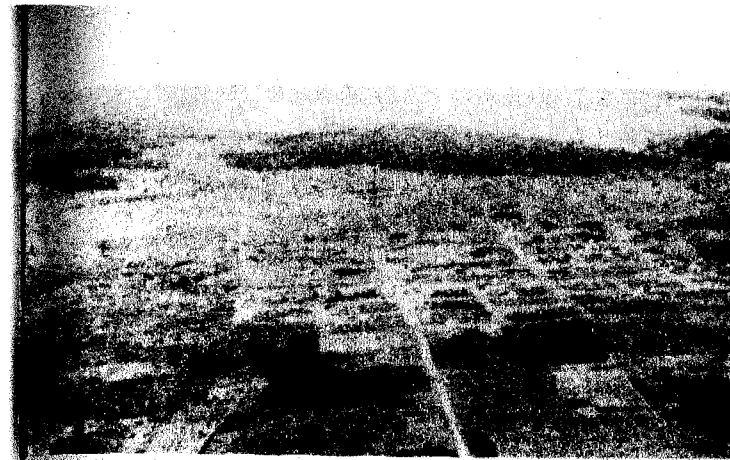
Nas capitais regionais, evoluiu a função comercial, no mesmo sentido que a função industrial. Drenando a produção de uma zona mais vasta, mais povoada e na qual sobretudo a produção cafeeira tivera tempo de crescer, é a grande cidade pioneira um mercado regional para a exportação dos produtos do solo: os cereais, expedidos para os centros muito grandes de consumo do Estado de São Paulo e mesmo do Distrito Federal, café e algodão para São Paulo e Santos. Atividade idêntica se reconheceria em todas as outras aglomerações dos planaltos, mas nestas, à falta de instalações adequadas, embarcam-se as colheitas à medida que chegam à estação. Nas capitais regionais, as firmas exportadoras dispõem de galpões que lhes permitem estocar, escoar progressivamente os produtos, não somente conforme as demandas do mercado, mas principalmente segundo as possibilidades de transporte, muitas vezes limitadas nas redes brasileiras. O comércio de exportação é, ao mesmo tempo, um comércio de entreposto. Eis por que tende ele a exercer também uma função financeira, mediante um sistema de warrantagens, que começa a prestar alguns serviços aos pequenos produtores.<sup>12</sup>

Por seu turno, o comércio de importação é assentado não mais apenas em bazares, mas em casas de atacado e meio-atacado, que distribuem suas mercadorias por caminhões nas outras cidades e nos patrimônios, e mediante magazines urbanos especializados.

Crescendo o volume dos gêneros negociados e dos produtos transformados, sendo as empresas, comerciais e industriais, ao mesmo tempo, de tipos os mais diversos e de importância maior, o movimento dos fundos não cessa de aumentar. Recorrem cada vez mais aos bancos as casas de comércio por atacado, os diretores de usinas, os fazendeiros, que tratam de negócios consideráveis com clientes ou fornecedores muitas vezes afastados e mal conhecidos. A função bancária é o prolongamento direto da função mercantil e o complemento da atividade industrial. A essas necessidades normais, vieram acrescentar-se, desde 1940, condições excepcionalmente favoráveis ao comércio do dinheiro: a inflação e a relativa facilidade de fornecer crédito aos industriais, aos comerciantes e aos grandes proprietários de terras. Floresceram, por toda a parte, os estabelecimentos financeiros, sucursais dos principais bancos de São Paulo.

Em São José do Rio Preto, cujos primeiros estabelecimentos de crédito remontam a 1919 e 1923 (três agências da Capital); cinco outras foram abertas em 1943 e uma ainda em 1945. Datam de 1927 os primeiros bancos de Araçatuba, um ano antes da crise do café; e de 1932, com o início do algodão; outras foram inauguradas sucessivamente em

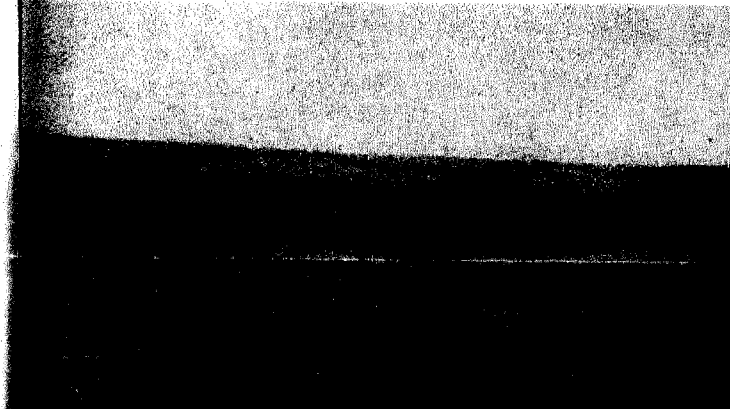
(12) A Cia. de Armazéns Gerais, que possuía depósitos em Marília e Andradina.



Um aspecto dos espigões. A pequena cidade de Andradina, pouco tempo depois de sua fundação.



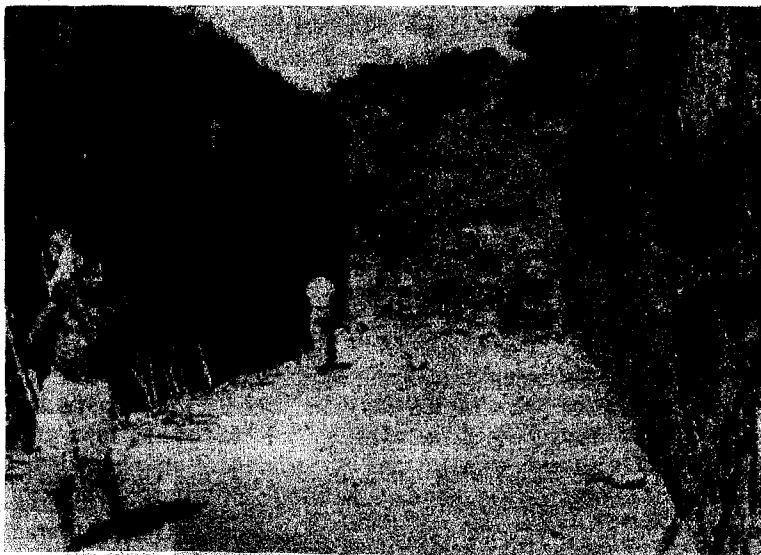
Os saltos do Tietê em Itapura. A floresta conserva-se perto do rio.



Os espigões basálticos, na região das nascentes do rio Pirapó (Paraná). No primeiro plano, cafeeiros jovens. Em seguida, cultura de milho.



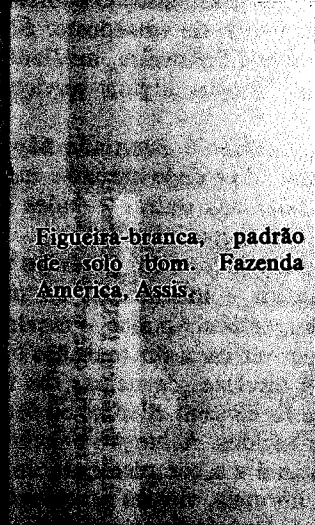
Decomposição do basalto. Fazenda Tietê, em Pereira Barreto.



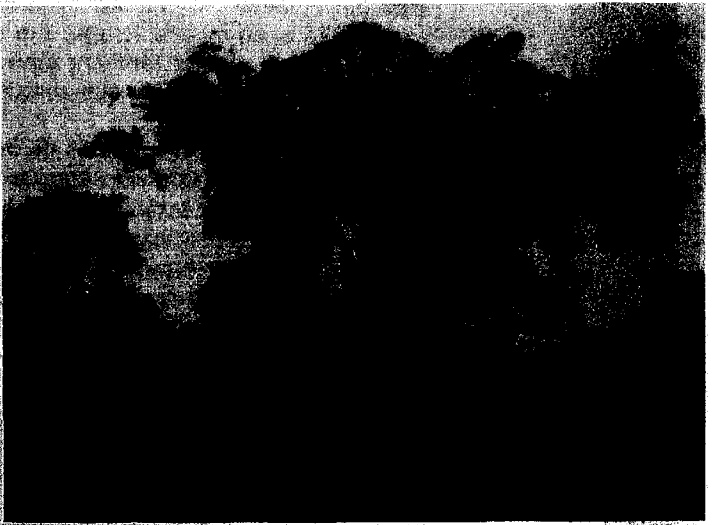
Corte para a construção da estrada de ferro, nos arenitos Baurú com cimento calcário, perto de Votuporanga.



Vestígios da mata de terra roxa, com samambaias e palmeiras *Euterpe edulis*, perto de Mandaguari (Paraná).

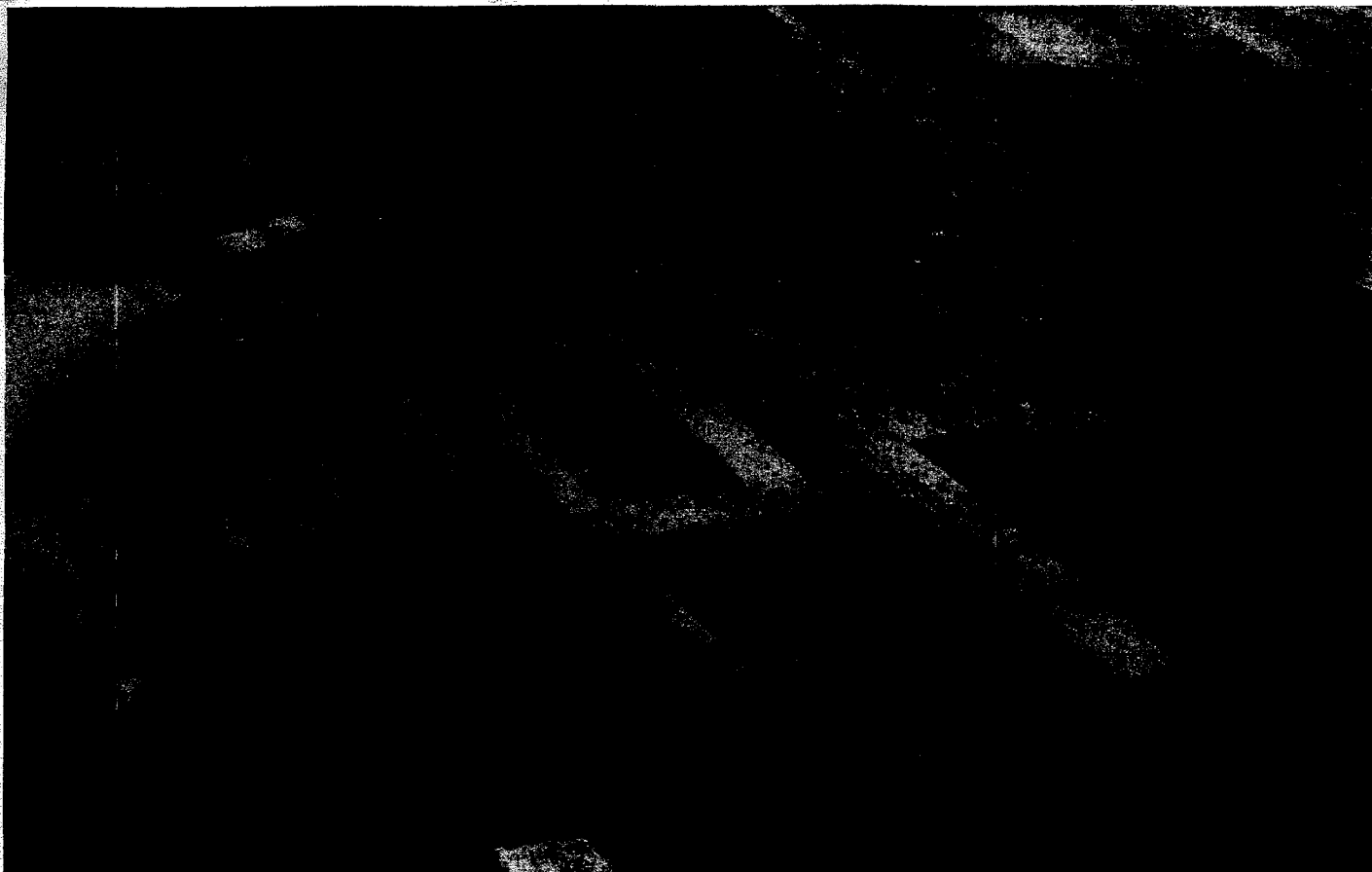


Figueira-branca, padrão de solo bom. Fazenda América, Assis.



A araucária na grande floresta, entre Arapongas e Sabáudia (Paraná). Estrada secundária, aberta pela Companhia de Terras do norte do Paraná.





O traçado das parcelas em Arpad, em fotografia tirada em 1935. A floresta foi, posteriormente, destruída por completo. As casas foram construídas perto da estrada de ferro e da rodovia, que serviram de base aos agrimensores. O ribeirão Caiuá, além da estrada de ferro, é utilizável por todos os colonos húngaros de Arpad.

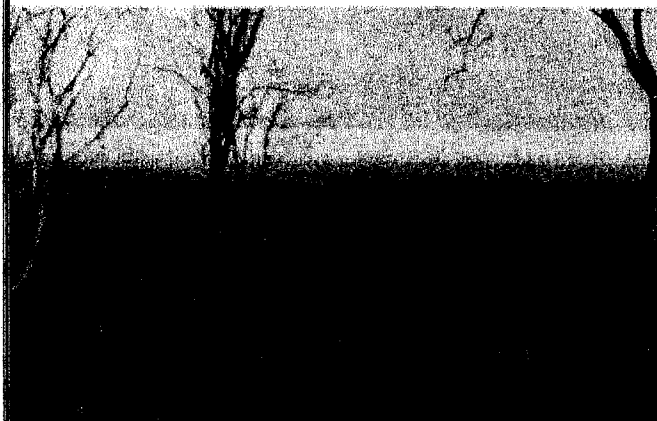


Sítios de café e criação de gado, em Borboieta. A estrada divide cada pequena propriedade em duas partes. A vertente oposta do vale, que pertence a grandes fazendas, foi inteiramente transformada em invernadas.



Sítios de café, perto de Santo Anastácio. Notem-se marcas deixadas pela erosão no meio das plantações e também o traçado da estrada de ferro, esta no meio e à esquerda da foto.

Sítio sendo desbravado (floresta do norte do Paraná).



Vale do rio São José dos Dourados. No primeiro plano, cultura de algodão.

O milho, cultura de subsistência do pioneiro, plantado em uma derrubada recente (entre Apucarana e Mandaguari).



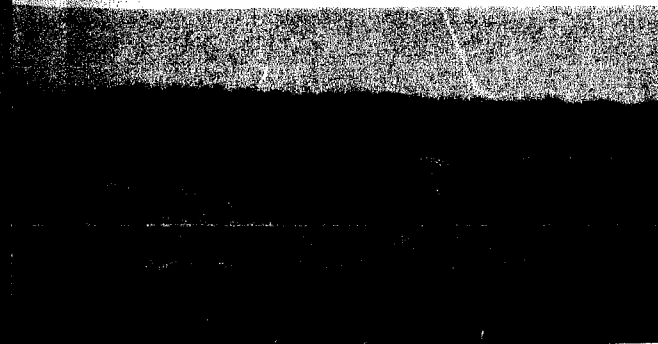
Uso do solo em um sítio. Ribeirão do Emo, em Arapongas, norte do Paraná.



Pioneiros italianos trabalhando na colheita do arroz, na região de Votuporanga.

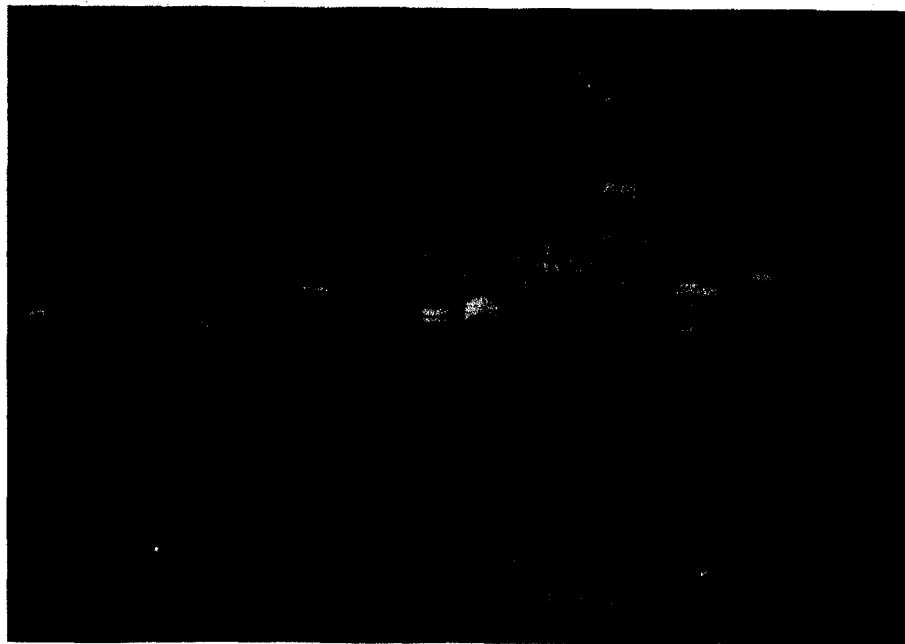


Formação de uma grande plantação, perto de Votuporanga. As casas pertencem aos que empreendem a plantação.

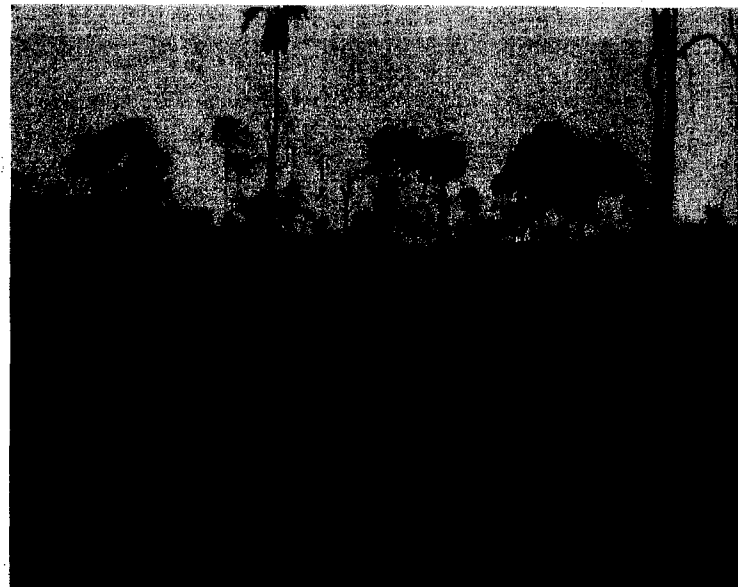




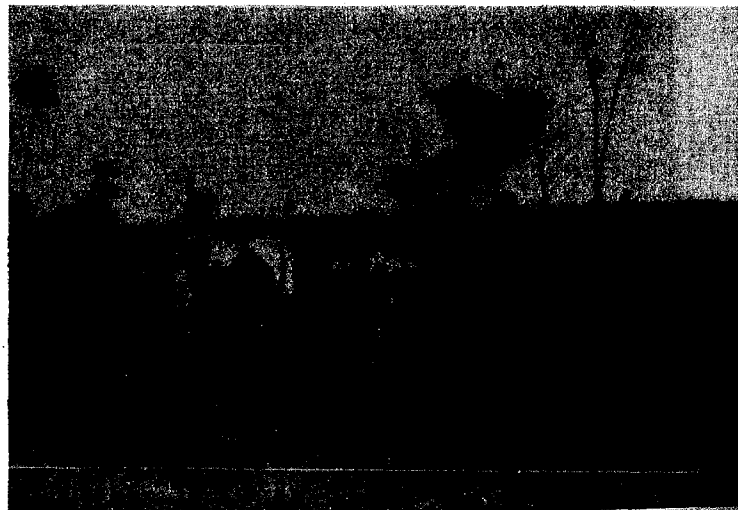
Uma grande fazenda moderna, na Noroeste (Lins). Cafezais no espigão e colônias nas partes baixas. Instalações industriais e comerciais à margem da estrada de ferro. A residência do fazendeiro é visível, envolvida pelo pomar, à direita dos terreiros.



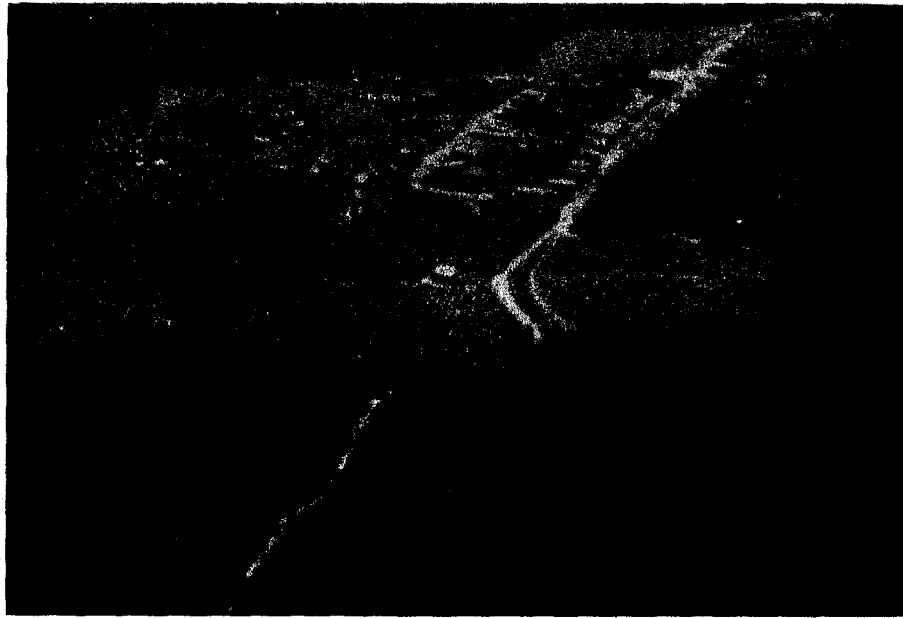
Fazenda de criação, em Palestina, perto do rio Grande.



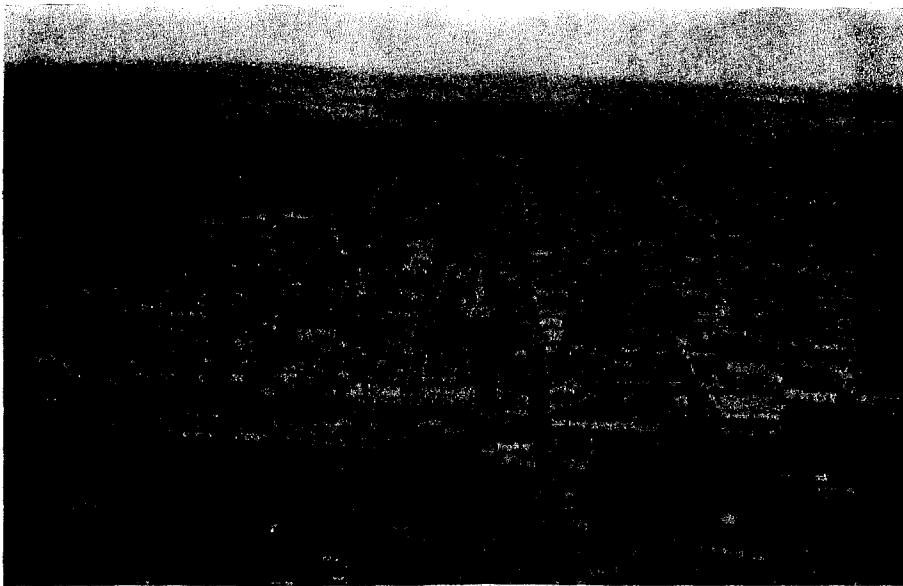
Algodão plantado depois da derrubada, perto de Votuporanga, em 1940.



Transporte de água, em plantação de algodão. Região de Monte Aprazível.



O patrimônio de Pirapozinho.  
A rua principal é a estrada de Presidente Prudente ao rio Paranapanema.



Vista geral de São José do Rio Preto.  
No primeiro plano, a estrada de ferro, tendo às margens armazéns de mercadorias e construções industriais. A igreja e o Largo da Matriz, centro da cidade, têm ao lado (à direita, na fotografia) a grande rua comercial.



Bairro residencial

MARÍLIA  
em  
1940

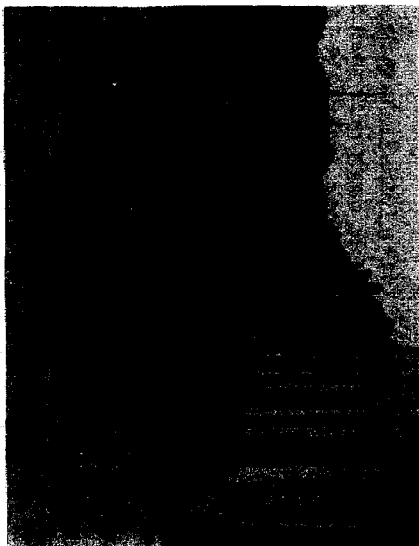


Casas de trabalhadores

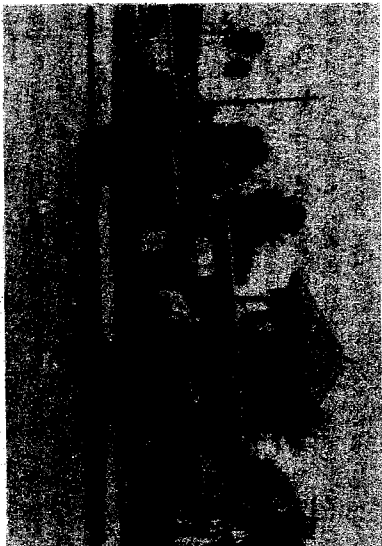


Um bairro residencial

Rua principal de Lucélia. Lojas e bares.



Uma jardineira.



Casa de trabalhadores de origem alemã, na serra de Eldorado (Paraná).



Planchas de madeira e palha de arroz (Assis).

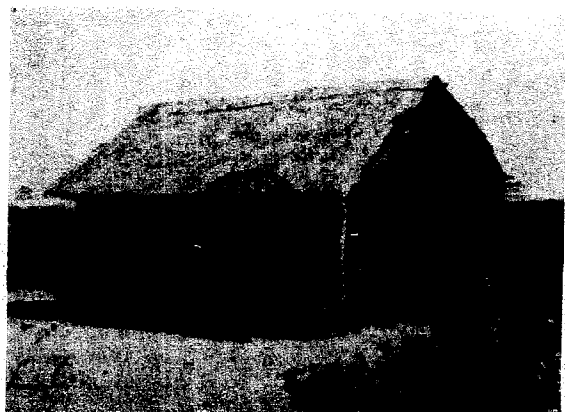


T I P O S  
D E  
H A B I T A Ç Õ E S

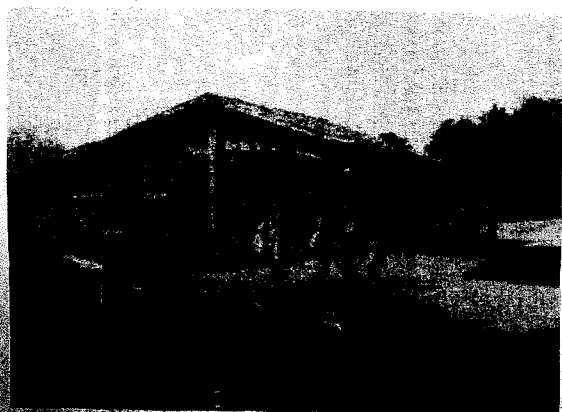
Pau-a-pique (Alta Araraquarense).



Meciro "baiano" (José Bonifácio).



Pequeno sítante de café (município de Penápolis). À direita, palha de café que será estendida para secar sobre o ferreiro de chão batido.



1940, 1943 e 1945. Tinha o Banco de São Paulo instalado em Marília uma agência, desde 1929; mais quatro foram fundadas, durante a fase algodoeira (1934, 1935, 1938 e 1939); a consolidação da cidade e o período de inflação favoreceram a implantação de outros nove estabelecimentos de crédito, entre 1940 e 1945. Nota-se a mesma evolução em Presidente Prudente, que tinha três bancos em 1940 e contava seis mais, em 1945. Um só banco funcionava em Londrina, em 1938, ao passo que sete deles havia, em 1945.<sup>13</sup> Cabe acrescentar ainda as sucursais das Caixas Econômicas dos Estados e os corretores locais. Os estabelecimentos mais ativos são as sucursais dos principais negócios bancários, cariocas ou paulistas. Conseqüência das pequenas economias de comerciantes médios e dos sitiantes mais abonados era o desenvolvimento das caixas econômicas. Quanto aos corretores locais, trabalham facilmente nos meios rurais, de onde quase sempre procediam, como a Casa Bancária Pereira Lima, em Presidente Prudente. Um só grande negócio parece ser exclusivamente originário da franja pioneira: o Banco Brasileiro de Descontos, fundado em Marília em 1943, com o capital de Cr\$ 10 milhões, elevado a 40 milhões em 1946.<sup>14</sup> Trabalham ao mesmo tempo na praça de Santos os seus fundadores, todos habitantes de Marília. Puderam eles montar agências em muitas cidades da franja pioneira, controlar fiações de seda em Marília, em outras cidades da Alta Paulista e até da Alta Sorocabana. Único, sem dúvida, é o exemplo; todavia, dá a medida do surto da Alta Paulista, mostrando ao mesmo tempo como as cidades, capitais pioneiras, completam sua influência comercial pela função bancária. Assim como os novos meios de circulação ajudaram as antigas bocas de sertão a resistir com êxito às suas jovens concorrentes, assim também as circunstâncias monetárias, propícias ao comércio do dinheiro, vieram reforçar a atividade das cidades mais antigas da franja pioneira, o que lhes permite firmar e estender sua influência.

A capital regional pioneira não é somente um pequeno centro industrial e um mercado, mas exerce outras funções que se aproveitam daquelas, ao mesmo tempo que fortalecem e multiplicam, para os roceiros, ocasiões de ir à cidade. Em primeiro lugar, a função administrativa, a concentração dos serviços públicos e a complexidade da máquina burocrática, que obrigam a freqüentes viagens. Aumentando a população, tornando-se os meios de comunicação cada vez mais fáceis, continua a firmar-se o papel escolar da cidade pioneira. Os internatos,

(13) Informações fornecidas pela senhorita Rocha Penteadó, quanto ao Estado de São Paulo, e pelo sr. Thomas, quanto a Londrina.

(14) Informações prestadas pelo sr. Venâncio de Sousa, secretário da Associação Comercial de Marília.

públicos ou privados recebem filhos e filhas dos fazendeiros, dos comerciantes, dos advogados e dos médicos, que moram nos patrimônios longínquos. De manhã e de tarde, nos trens, encontra-se grande número de adolescentes e crianças, que residem nas cidadezinhas próximas do grande centro urbano. Enfim, cada capital regional da franja pioneira é uma espécie de hospital. Justo em face da estação de Presidente Prudente, nas ruas vizinhas da de Marília, podem-se ver as placas com os nomes de numerosos médicos, sem falar nos reclames de tratamentos de saúde, muitas vezes duvidosos. Só há clínicas cirúrgicas nas grandes cidades e, para um tratamento mais delicado ou a longo prazo, devem os desbravadores dirigir-se aos médicos de Rio Preto, Marília ou Londrina. Na roça, não há médico e o que dá consultas numa grande cidade goza de renome, que se estende a toda a região, sendo considerado um mestre.

Nada disso se desconhecia no pequeno patrimônio do qual proviera a capital pioneira. Não mudara muito a diversidade de funções, mas cada uma delas ampliou-se incontestavelmente, na escala da região. Contribui tal evolução para que desapareça da paisagem urbana tudo que possa recordar a desordem aparente do patrimônio. Policiada, ponderada, melhor organizada, a capital pioneira possui bairros diversos em seus aspectos e, ao mesmo tempo, especializados em suas funções. Desembaraça-se então claramente tudo que ainda era confuso, no período inicial de urbanização.

Nos espigões, é raro que se descubra, de súbito, o conjunto de uma paisagem urbana. É preciso o acaso de uma curva da estrada de ferro, ou melhor ainda, um vôo de avião. O que então atrai a vista são os altos reservatórios, as chaminés das fábricas de óleo, os telhados compridos dos armazéns que, junto das estações abrigam fardos de algodão e sacas de café ou de arroz. Parece surgir tudo isso, sem razão de ser, no meio dos cafezais. A concentração muito acentuada do comércio exportador determinara a construção desses edifícios cuja área é desproporcional à superfície ocupada pelas residências. Na vizinhança delas, sempre nas proximidades da estação, os loteamentos operários, uma faixa de pequeno comércio e de pensões de aspecto miserável formam um conjunto nitidamente proletário.

Dois pontos são particularmente procurados pelo comércio de importação. Nas saídas da cidade, sobre as estradas que conduzem aos principais patrimônios, instalam-se pequenos comerciantes, taberneiros que ao mesmo tempo eram vendedores, garagistas que eram também locadores de caminhões e mecânicos. Permaneceu, porém, o centro comercial nas ruas mais antigas, isto é, à beira da grande via de comunicação leste-oeste, que atravessa a cidade. Passa-se quase sem transição da estrada à avenida. Assim é que, em Marília, começa a avenida, na sua parte oriental, por algumas lojas, que não passam de

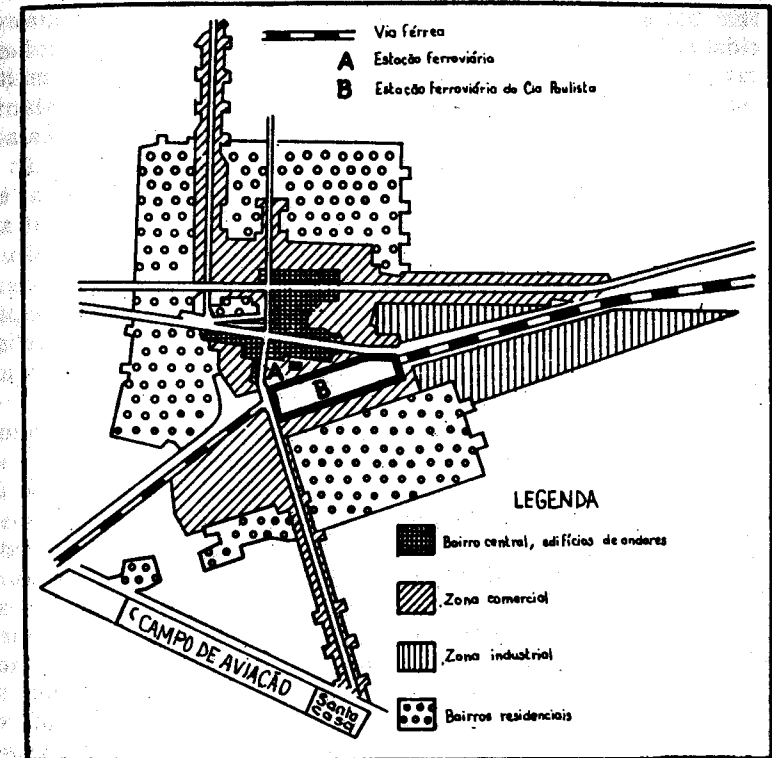


Fig. 41. Planta funcional de Marília.

Reconhece-se a Rua São Luís, com seu traçado retilíneo: presentemente ela se acha no limite do bairro central, que se deslocou em direção da Avenida Sampaio Vidal. Esta se tornou a grande artéria da circulação de automóveis. À esquerda esse bairro central é limitado pela Rua Nove de Julho.

uma sobrevivência; em sua parte central, é bordada de cafés, de papelerias, de joalherias, lojas de modas, que se alternam com os edifícios de bancos, o do clube local, os cinemas. Todas as tardes, a população de Marília vem deambular na avenida: é o tradicional *paseo* dos portugueses e dos espanhóis. Uma rua mais estreita, a São Luís, paralela à artéria principal, reúne os vendedores de tecidos, os alfaiates, os seleiros, alguns magazines onde se vendem instrumentos agrícolas e inseticidas, comércio mais modesto, porém não menos ativo que o da Avenida Sampaio Vidal. Encontra-se a mesma atividade comercial na Avenida Paraná, de Londrina, avenida completada por algumas ruas transversais. Em Presidente Prudente, é ainda o caso de uma longa

rua, começo da estrada que leva ao Paranapanema e ao centro da cidade. Não é muito freqüente no Brasil essa disposição: nas cidades mais antigas, os principais estabelecimentos de comércio são muitas vezes instalados em torno de uma grande praça, o Largo da Matriz, que se torna o coração do organismo urbano; ali se passeia, marcam-se encontros ali ou nos bares que rodeiam a praça. O esquema não se altera nas cidades mais antigas da franja pioneira, em Olímpia, em Araçatuba, e ainda em São José do Rio Preto. Também se encontrava mais de uma pequena cidade pioneira e em cada patrimônio não se dispensaria traçar um desmedido largo da matriz. Mas, na época de que tratamos, parece a estrada suplantar a velha praça. Aos exemplos de Marília e Londrina, poder-se-iam acrescentar os de Tupã, Lucélia e Votuporanga. Permanecem ainda unidas a estrada e a função comercial, para fixar o centro vital da cidade pioneira.

Afastando-nos desse centro, reencontramos a sonolência habitual das cidades do interior brasileiro. Em Rio Preto e Araçatuba, nas tranqüilas ruas burguesas alinham-se pequenas casas térreas, de fachada amarelada, às vezes com pequenino jardim na frente, quase sempre sobrepostas a um subsolo. Em Marília ou Londrina, cidades mais jovens, essa arquitetura, que imita a dos velhos bairros ricos do Rio de Janeiro e de São Paulo, é superada pelas construções modernas, mais claras, com melhor enquadramento da verdura de algumas raras árvores. Nelas moram os funcionários de alto grau, médios comerciantes, médicos e homens de lei, todos de renda modesta. Mais luxuosa são certas ruas. Os grandes fazendeiros, os diretores de bancos e das grandes casas de comércio, os principais médicos e advogados tinham mandado construir palacetes que de português só tinham o nome, pois o seu estilo, ao que parece, é mexicano ou futurista. A bem dizer, destoam essas residências suntuosas um tanto das avenidas, que por vezes ainda não são pavimentadas, como a Avenida Higienópolis, em Londrina. Cada bairro, pois, tomou forma. Em seus contrastes, casebres de tábuas dos bairros operários da periferia, palacetes das grandes personagens do lugar, exteriorizam uma sociedade mais rijamente estratificada que nos primeiros anos do patrimônio. Não era absurdo, então, esperar fazer fortuna. Sorria a chance tanto ao advogado como ao motorista de caminhão, todos recém-desembarcados e instalados à pressa, mais em abrigos que em casas. Mas, na capital regional, a ordem tradicional voltou a vigorar.

Esses organismos urbanos têm sua vida própria. Vida material, com o abastecimento fornecido pelas chácaras vizinhas. Vida social, pois os cinemas, os cafés, os clubes são ativos, durante todo o dia e pela noite adentro. Vida intelectual, que às vezes ultrapassa o enquadramento local, em suas manifestações literárias e artísticas.

Nessas condições, não seria de registrar uma nítida separação

entre essas capitais regionais e o resto do país? Seriam puramente mercantis as relações? E seria a mentalidade urbana tão oposta aos modos de pensar dos sítiantes e dos fazendeiros? Surgindo as casas bruscamente das plantações de café, como seria a sociedade urbana uma espécie de corpo estranho no mundo pioneiro?

Bem outra é a realidade. Certamente, na cidade, têm os desbravadores, sobretudo os mais pobres dentre eles, o comportamento espantado do caboclo. Ir à cidade não somente é ir ao comércio, mas também consultar o médico e visitar o prestamista. Entretanto, são suficientemente estreitos os laços entre a gente da cidade e a dos campos, para que não se ignorem uns aos outros. A condição de cidadão é muito recente. Vêm da roça ou de um patrimônio o operário ou o empregado. O morador da cidade quase sempre tinha nascido na fazenda e passado a infância junto dos colonos. Possui ainda um sítio, uma fazenda que, pelo menos, durante a primeira geração, fiscaliza de perto. Os mais ricos donos de máquinas ou negociantes de café e produtos alimentares associam fazendas ao comércio e à indústria. Para encontrar cidadãos perfeitamente ignorantes dos problemas e das maneiras de viver da gente do campo, é preciso buscá-los nas cidades das velhas regiões, em Bauru, em Ribeirão Preto, em Campinas.

Participam dessa união tanto os imigrantes estrangeiros quanto os homens da terra. Primeiramente, convém notar que a proporção deles é menor na população urbana, que na população rural: 15,6% contra 17,6 em 1934. Diferença, em verdade, mínima, que facilmente se explica, se se pensar que são brasileiros os funcionários federais, estaduais e municipais, bem como os advogados e os médicos. Repete a composição das colônias estrangeiras urbanas a da imigração e, conseqüentemente, a da população rural. Na cidade, só os italianos, espanhóis e portugueses somam 66% dos estrangeiros; seguem-se os japoneses e os alemães. Preferência marcada pelas cidades, só demonstram os portugueses e os sírios: residem em 1934 nas aglomerações urbanas da franja pioneira, 63% dos portugueses e 69% dos sírios; enquanto caía a proporção a 20,6% para os espanhóis, 12,7% para os italianos e 3,8% para os japoneses.<sup>15</sup>

Poder-se-ia temer que a tendência urbana de portugueses e sírios se afastasse dos meios rurais. Muito ao contrário, tanto uns como outros relacionam-se com o campo: a este são impelidos os portugueses pela comunidade da língua e da tradição, ao passo que os sírios astu-

(15) As cifras mais recentes, a respeito de estrangeiros, nos municípios paulistas, remontam a 1934, com o recenseamento estadual, cujos resultados são duvidosos. Encontram-se no *Boletim do Departamento Estadual de Estatística*, São Paulo, 1939, nº 5, maio, pp. 153-161. Publicou-se, contudo, boa documentação sobre os japoneses, depois do recenseamento federal de 1940. Ver a revista citada, 1945, nº 2, 2º trimestre.



ciosamente se insinuam na sociedade brasileira, cujas filhas e cujos interesses esposam. Profissionalmente, aliás, têm todos os estrangeiros das cidades mais ocasiões, que os funcionários e homens de lei brasileiros, de pôr-se em contato com os desbravadores; os comerciantes sírios, sobretudo vendedores de tecidos, os pequenos lojistas portugueses, espanhóis e italianos, tinham muitas vezes trabalhado em pequenos patrimônios, ou praticado o comércio ambulante, através do sertão. São italianos numerosos empregados no comércio e a comunidade de classe os aproxima dos colonos, sendo que muitos deles também o haviam sido.

#### OS ESTRANGEIROS NA FRANJA PIONEIRA (1934)

Municípios	Bras.	Estr.	
Rio Preto	87,6%	12,4%	} Zona da Alta Araraquarense
Mirassol	87,4%	12,6%	
José Bonifácio	92,3%	7,7%	
Monte Aprazível	87,1%	12,9%	
Tanabi	93 %	7 %	
Birigüi	78,2%	21,8%	} Zona da Noroeste
Araçatuba	74,2%	25,8%	
Olimpia	89,7%	10,3%	} Zona do Rio Grande
Nova Granada	88 %	12 %	
Marília	73,1%	26,9%	} Zona da Alta Paulista
Quatá	76,7%	23,3%	
Campos Novos	89,3%	10,7%	} Zona da Alta Sorocabana
Presidente Prudente	82 %	18 %	
Santo Anastácio	77 %	23 %	
Presidente Venceslau	67 %	33 %	

Os estrangeiros, entretanto, não se confinam nos empregos subalternos. Agrimensores são muitos alemães, que conhecem admiravelmente o país e seus homens. Associados às grandes explorações mais antigas, disso tiram prestígio indiscutível, junto às novas camadas urbanas. Não é raro encontrar sírios naturalizados ou filhos de sírios, que detêm funções municipais muito importantes ou participam da gestão de organizações patronais e de associações comerciais. Por seu turno, encontram-se os italianos em todos os degraus da hierarquia social e em todas as profissões: proletários, pequenos comerciantes, grandes comerciantes, empreiteiros de trabalhos públicos. Não são eles os últimos a participar dos arrojados incícios dos patrimônios, passando

assim a ser considerados importantes: num anuário dos personagens notórios de Marília, que data de 1936, aparecem nomes italianos, em lugar de destaque.

Quanto aos japoneses, motoristas de caminhão, pequenos comerciantes ou possuidores de grandes bazares, recrutam sua clientela principalmente, mas não exclusivamente, por entre seus compatriotas. O que também os aproxima do mundo rural, mas não facilita sua integração na coletividade brasileira.

Os problemas são os mesmos para as cidades e para o campo. Apresentam as cidades pioneiras uma imagem reduzida, e por isso mesmo fácil de apreender, do mundo do pioneiro, em seus aspectos políticos e espirituais. Percorrendo-as, ouvindo falar os seus habitantes, toma-se a medida da fusão das nacionalidades no molde brasileiro, mas com a contribuição de aspectos originais. Nas capitais regionais da franja pioneira é que melhor se distingue uma heterogeneidade religiosa e um ligeiro enfraquecimento do catolicismo, excepcionais no Brasil. Não faltam as igrejas, com certeza. Mas não são apenas os templos japoneses que trazem uma nota nova. Não se pode esquecer que, ao lado da igreja principal de Araçatuba, ergue-se um templo tão imponente, nem também as casas em que se reúnem os espíritas de Rio Preto e Marília. Formam os calvinistas ativo núcleo nas regiões de Mirassol, sendo os luteranos mais numerosos na Alta Sorocabana e no norte do Paraná, onde também se encontram presbiterianos e metodistas. Enquanto nas regiões de velho povoamento era, em 1934, o percentual de católicos vizinhos dos 100%, bem menor se mostrava no conjunto das regiões novas: caía às vezes a 70%, no máximo a 21%.<sup>16</sup>

Não passa de simples consequência da imigração essa geografia religiosa mais variada. Não se desencoraja o proselitismo dos protestantes, embora se choque com os múltiplos entraves que os poderes públicos podem opor-lhes. Sabe o curioso grupo dos espíritas acrescentar obras úteis à sua propaganda, como as fundações hospitalares. Esses grupos não católicos recrutam seus adeptos tanto no campo, quanto nas cidades, por entre os brasileiros, como entre os estrangeiros, inclusive os japoneses. Sem nenhum exagero, nisto se verificam tendências ao inconformismo, como se constata na maioria das regiões pioneiras. Os adeptos dessas religiões, novas no Brasil, não são nem bastante numerosos, nem bastante concentrados nas zonas rurais, para que nelas possam edificar casas de culto ou de reunião. Com isso, só tem a ganhar a solidariedade entre desbravadores e cidadãos.

(16) Bastide (Roger), "Contribuição ao estudo da geografia religiosa no Estado de São Paulo", *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. III, Rio de Janeiro, 1944, pp. 715-717.

Cidades e campanhas pioneiras são, pois, tão estreitamente unidas espiritualmente, quanto materialmente. Depende o destino das organizações urbanas do surto e da estabilização da agricultura. Não se concebe como suas indústrias e seus comércios possam achar outros recursos que não os do solo. Se um eventual aproveitamento das quedas, que entram os rios, pudesse fornecer a energia necessária a novas usinas, que matérias-primas poderiam elas transformar? E seriam rendosas a tão grande distância dos grandes centros consumidores? As cidades pioneiras cumpriram seu papel. O deslocamento das populações rurais e da agricultura para oeste acarretará novas fundações urbanas. A transformação dos cafezais e dos algodoads em pastagens será seguida da instalação de frigoríficos e poderá a indústria da carne substituir as máquinas de beneficiar? Já foi considerada essa questão, em Araçatuba e Rio Preto, mas, embora se fale disso há muito tempo, nada ainda se fez. Quer seja esta a nova orientação, quer se assista a uma modificação dos métodos agrícolas e da mentalidade paulista, o futuro das cidades permanecerá confundido com o das campanhas.

## CAPÍTULO VI

# REGIÕES OU REDES E COMUNICAÇÃO

Teria a intervenção dos homens nos planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná produzido a formação de unidades regionais? Viu-se que certos matizes, mais que os contrastes, marcam as diferenças entre o norte e o sul da franja pioneira. Mas a intrusão dos pioneiros não reforçaria essas diferenças? Estavam em curso de elaboração regiões humanas, que assentam em interesses comuns? Experimentariam os pioneiros o sentimento de pertencer a uma coletividade regional?

No correr das páginas precedentes, pôde-se ver que os nomes do norte do Paraná, da Alta Paulista ou da Variante significavam coisa diversa de simples e cômodos pontos de partida. Difere por vezes, entre planaltos vizinhos, a exploração econômica da terra. Nos lugares em que a penetração atingiu mais cedo e mais depressa a vizinhança das terras de criação de gado, o Triângulo Mineiro e o Mato Grosso, conquistaram terreno rapidamente as invernadas ao lado das culturas. O grande esforço colonizador da Companhia Inglesa, em torno de Londrina, conferiu uma individualidade aos mais elevados espigões de terra roxa. Assinala-se, na Alta Sorocabana, a presença dos imigrantes japoneses. Eis alguns sinais distintivos, cumprindo, porém, buscar ainda outros que, talvez, permitam reconhecer a existência de verdadeiras regiões, compreender suas razões de ser e apreciar suas consequências.

Terra de imigrantes por excelência, não está, entretanto, a frente pioneira uniformemente povoada de estrangeiros e as proveniências destes não foram imutáveis. O primeiro passo a dar é verificar a distribuição dos estrangeiros, a fim de saber se tiveram suas desigualdades um papel na formação das regiões. Em 1934, correspondia aos municípios da Alta Araraquarense menor porcentagem de estrangeiros?

que nos outros planaltos: não atingia 13% e baixava até 7% em José Bonifácio, terra de pecuária, e em Tanabi, onde eram raros os desbravamentos. Transposto o Tietê, modificava-se a situação. Da população de Araçatuba, só três quartos eram brasileiros; em Marília contava 27% de estrangeiros e, no extremo oeste da Alta Sorocabana, Presidente Venceslau tinha um terço de sua população formado de estrangeiros. Nisto se vê reaparecer as diferenças entre as duas margens do Tietê, que em nada dependem dos matizes climáticos. Se por um lado fora por muito tempo incerto o prolongamento da ferrovia na Alta Araraquarense, por outro a construção da Variante e, a partir de 1930, a atividade da Cia. Paulista e a linha da Sorocabana haviam contribuído para atrair a imigração, antes da crise de 1929 e logo depois que ela começou a resolver-se.

As nacionalidades estrangeiras não eram as mesmas em toda parte. Nos lugares mais evoluídos da franja pioneira, aqueles em que as plantações de café eram mais antigas, era mais numeroso o elemento italiano. Contava-se uma proporção mais elevada de italianos na região de Olímpia e na de Mirassol que em Marília e Araçatuba. Em cada espigão diminuía progressivamente, no rumo de Oeste, o percentual de italianos: 45% da população estrangeira de Olímpia, 21% da de Nova Granada, 39% em Mirassol, depois 20% em Monte Aprazível e 27% em Tanabi (quer dizer em dois espigões distintos); 26% em Presidente Prudente; 17% em Santo Anastácio e 6,4% em Presidente Venceslau.

Outro contingente mediterrâneo, o dos espanhóis, caracterizava ainda a zona de Olímpia e a da Alta Araraquarense. Ali eram eles mais numerosos que os italianos, pois que atingiam percentuais de 57% do estrangeiro em Tanabi (graças à colônia ibérica de Bálamo), 50% em Nova Granada, cujo nome fala por si, 41% em Mirassol, sendo a parte mais fraca deles ainda de 23%, em Rio Preto. Na Alta Sorocabana, exceção feita de Presidente Venceslau, encontrava-se outra importante colônia espanhola: 32% da população estrangeira em Santo Anastácio, 25% da de Presidente Prudente, 24% da de Campos Novos. Em compensação, quando do recenseamento, nos municípios onde eram mais ativos os desbravamentos, Araçatuba e Marília, os contingentes espanhóis eram de medíocre importância (7 e 12%). Como em relação aos italianos, pode-se ver nessa repartição desigual o fato de que a imigração espanhola era anterior à abertura de novos desbravamentos. Desde então, muito poucas modificações houve, porque os anos que precederam a guerra foram marcados pela forte predominância de imigração brasileira e contribuição muito fraca de imigrantes estrangeiros, para que pudesse mudar a situação numérica.

Em todas as zonas, era a Alta Sorocabana que apresentava a mais acentuada mistura. Recebera não somente italianos e espanhóis, mas também atraía alemães e austríacos, bem como a maioria dos

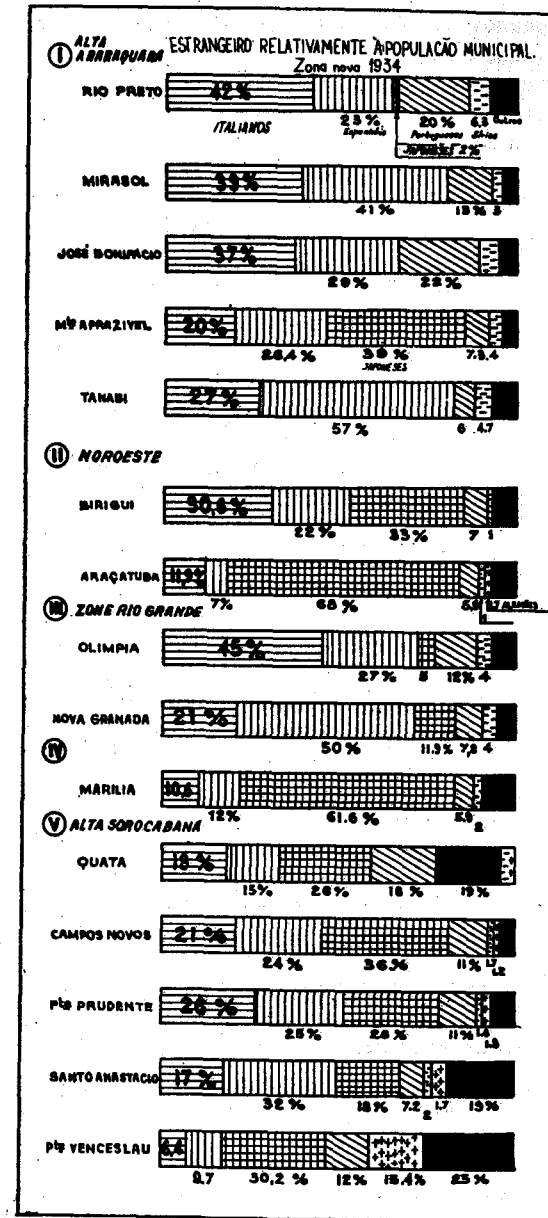


Fig. 42. Repartição dos estrangeiros nos municípios pioneiros de São Paulo, segundo o recenseamento de 1934.

húngaros, romenos, checos, letos, lituanos e poloneses. O percentual dos alemães atingiu o máximo em Presidente Venceslau, com 15,4% da população estrangeira, enquanto o grupo de nacionalidades diversas formava a quarta parte; e em Presidente Prudente e Santo Anastácio, representava ainda 19%. Os japoneses não faltavam com 30,2% em Presidente Venceslau, 18% em Santo Anastácio, 28% em Presidente Prudente.

Mas, as duas zonas preferidas dos japoneses eram as da Alta Paulista e a da Variante. Em Marília, constituíam maciço contingente, com 61,6% da população estrangeira. Dever-se-ia juntar ainda ao ativo da Alta Paulista, a quase totalidade dos japoneses de Campos Novos, cuja cabeça de município está situada na Alta Sorocabana, mas a circunscrição engloba a colônia de Bastos, que começava a traficar com Tupã e com a Paulista, tanto quanto com as estações da Sorocabana. O município de Araçatuba, que se estendia até o rio Paraná, compreendia as colônias que a sociedade de colonização japonesa acabava de abrir; daí, a percentagem extremamente alta de 68%. E convém pôr, no ativo da Noroeste, os japoneses de Monte Aprazível (39%) compreendidos na fazenda japonesa do baixo Tietê.

Era, pois, muito desigual a repartição das diferentes nacionalidades, na franja pioneira de 1934. Reforçava essa desigualdade, no interior de cada zona, a concentração dos recém-desembarcados em colônias, sobretudo as colônias japonesas. Desde então, perderam os agrupamentos europeus muito da sua homogeneidade: os filhos se casaram com brasileiros, que também puderam penetrar nessas áreas, seja como funcionários, seja como comerciantes e até como agricultores. Foi sensível a evolução nos centros japoneses onde, há quinze anos, só excepcionalmente se falava português e onde a presença de um branco era quase insólita. Tudo isso mudou muito e as portas desses pequenos guetos voluntários foram muito brutalmente arrombadas. Malgrado a miscigenação crescente, quando se entra em Bastos ou na colônia Varpa, é fácil perceber desde logo o que as difere dos loteamentos vizinhos. Não somente o proclamam os tipos físicos, mas também o dizem as casas e os nomes dos comerciantes nas lojas. Em todo caso, não se trata senão de pontos isolados e essas pequenas ilhotas, os quistos como se diz no Brasil, não modificam o aspecto geral da zona. A presença de forte contingente de uma dada nacionalidade não imprime marca distinta à paisagem de um espigão, nem com isso uma região se constitui.

Para tanto, seria necessário que os estrangeiros conservassem sua própria unidade e mantivessem sua integridade física e cultural. Ora, já foi visto como eles se incorporavam às populações brasileiras, nos quadros urbanos. Não está a assimilação longe de ser tão radical nos desbravamentos e nas plantações. Não basta que um grupamento

estrangeiro se saliente numa estatística, para que daí resulte sua preservação. Antes de aventurar-se a tirar das cifras conclusões apressadas, é indispensável conhecer a realidade, em contato direto com ela. A fazenda e o colonato dissolveram italianos, espanhóis e portugueses na coletividade brasileira. Se puderam os representantes consulares fascistas ter alguma influência nas grandes cidades, nada praticamente conseguiram de seus compatriotas nas zonas rurais. Este fato político bem atesta a fusão dos mediterrâneos no cadinho brasileiro.

Com os japoneses é mais grave o problema. Ressaltar tudo que contribuiu para retardar a assimilação deles é inútil. Muita coisa se disse ou se escreveu a respeito, mas não poderá ser feita nenhuma investigação concludente, a não ser por um perfeito conhecedor do idioma nipônico. No dia seguinte à derrota japonesa, viram-se curiosos terroristas rebentar no seio da colônia amarela. Recusavam-se alguns a admitir a derrota do micado e abatiam sem piedade seus compatriotas menos obstinados. As vítimas foram sobretudo os ricos comerciantes japoneses das cidades, em Tupã, por exemplo. É inegável que só a imigração amarela, rural ou urbana, provocou um problema; permanecem excepcionais os casamentos mistos e continua grande a coesão do grupo, mesmo depois da penetração dos brasileiros nos centros de colonização e da abertura de numerosas escolas locais. Cabe a responsabilidade por esse estado de coisas, pelo menos tanto ao controle oficial nipônico quanto às animosidades raciais, às competições econômicas, às incompreensões lingüísticas e psicológicas. Com o tempo, sem dúvida, haverá de aplanar-se as dificuldades que subsistem, a despeito da interrupção da imigração. Já se vêem alguns indícios de assimilação e as crianças que freqüentam a escola com assiduidade não falam mais exclusivamente a língua de seus pais.

Japoneses ou não, imigrantes que acabam de chegar, procuram conservar alguma coisa da sua pátria. Assim, no norte do Paraná, podiam-se ver, em 1934, ucranianos, russos e poloneses que ceifavam trigo e centeio. Renunciaram a isso mais tarde, pelo menos como cultura remuneradora. Passados alguns meses, a tendência geral é, ao contrário, esquecer tudo que possa distingui-los da massa brasileira. As medidas de polícia, tomadas durante a guerra, singularmente ativaram as transformações de uma população privada de laços com os países da Europa e que não era mais renovada por novas contribuições culturais. Compreende-se perfeitamente que, para viver feliz, é preciso viver escondido. Meteram-se — ou foram mesmo queimados — os velhos trajes húngaros no fundo dos baús; renunciaram-se às velhas festas, às canções dos antepassados; redobrou-se o patriotismo brasileiro, o que atinge nos jovens até um nacionalismo tocante por seu ardor neófito. Acabou-se renunciando ao uso das línguas nativas, mesmo no seio das famílias. Podem-se ver espanhóis, italianos, ale-

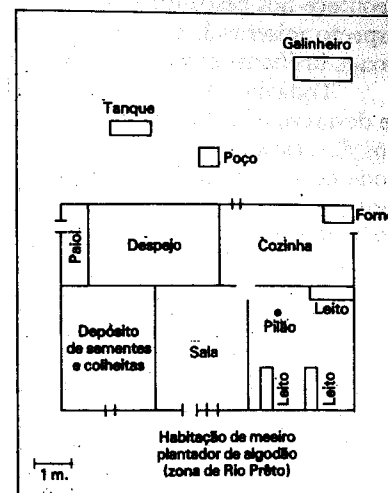
mães e, mais curioso ainda, japoneses que adotaram as entonações, os gestos, o comportamento exterior e as atitudes mentais dos caboclos. Espantoso poder de assimilação de São Paulo e do seu movimento pioneiro, que levava a dizer um dos espíritos mais finos do Brasil, o saudoso Paulo Prado: "Meu país é antropófago". Um processo de amálgama tão ativado rouba às cifras boa parte do seu valor humano. Compreende-se, assim, que não seja possível basear-se na presença de contingentes estrangeiros para caracterizar uma região.

Resta uma segunda hipótese a considerar: poderá a casa, expressão do meio e do gênero de vida, ajudar a identificar paisagens regionais?

Lícito é afastar, primeiramente, as fazendas, com as residências dos plantadores e as colônias dos salarizados. Uma e outras não apresentam diferenças que não as derivadas da riqueza mais ou menos bem assente do proprietário ou do seu cuidado pela saúde e a fixidez da mão-de-obra. Casas de colonos, de tijolos ou de tábuas, que abrigam uma ou duas famílias, são por demais idênticas, umas às outras, para revestir-se de um significado regional. Enquanto a franja pioneira foi a dos fazendeiros, teria sido em vão procurar na geografia da casa uma geografia regional. Pode-se *a priori* admitir que o sitiante, gozando de maior iniciativa pessoal, tenha utilizado algo de novo.

Na franja pioneira paulista, considerada em seu conjunto, a casa rural típica é quadrangular, construída de vegetais, com telhados de duas águas. Tal a habitação que constrói a grande maioria dos pioneiros, provisoriamente abrigados numa cabana de folhagem e de sapé (*Imperata cylindrica*). Se o solo era suficientemente plano ou fácil de aplainar, fincam-se na terra, nos quatro cantos, troncos de árvore de reduzida circunferência, porém bastante sólidos para suportar o vigaamento do telhado, e, nas duas extremidades da linha correspondente à futura cumeeira, dois troncos um pouco mais altos. Entre essa meia dúzia de peças mestras, basta fixar no solo troncos de diâmetro menor e de altura crescente. Os muros são assim construídos com troncos das palmeiras garirobas, às vezes com apenas meios troncos. A cumeeira é constituída de ramos flexíveis, muitas vezes de lianas. O telhado é feito por vezes com palmas, mais freqüentemente de sapé ou de outras gramíneas, como o capim-cavalo. Quando o terreno escolhido apresenta ligeiro declive é mister elevar um dos lados da casa. Nesse caso, é freqüente construir as bases dos quatro muros com grossas vigas ou baldrames e o chão, em vez de ser de terra batida, é uma espécie de assoalho rústico. Na maioria dessas casas, não tinha o ferro nenhuma função. Os troncos dos ângulos escolhem-se entre os que terminam em forquilha, na qual se podem assentar as vigotas laterais. São as peças ajustadas umas às outras mediante lianas. Eis os modos de construção mais rudimentares, os dos pioneiros mais desprovidos.

Fig. 43. Planta de casa simples.  
As habitações mais pobres não comportavam nenhuma divisão interior como, por exemplo, as dos lenhadores baianos.



Resultam as variantes seja da condição social, seja da origem do construtor, de dois fatores que às vezes se resumem num só. Assim, os meeiros baianos, pouco habituados a manejar madeiras pesadas, fazem as casas mais baixas; escolhem troncos mais finos, às vezes até lianas ou arbustos; o telhado de palmas ou de palha ultrapassa mais acentuadamente adiante e atrás da casa e principalmente dos lados; palhas trançadas servem de paredes, acima dos troncos. Às vezes, os japoneses encimam os dois declives do telhado, cuidadosamente construído, com uma espécie de cumeeira vertical; servem-se eles mais freqüentemente da palha de arroz, e o fazem melhor que os outros pioneiros. Na grande maioria dos casos, fora dos grandes loteamentos nipônicos, é impossível distinguir a casa de um sitiante japonês e a de um sitiante brasileiro ou italiano.

As habitações mais pobres têm apenas uma abertura, a porta, feita de tábuas mal ajustadas e uma só peça. Mais aperfeiçoadas são as casas divididas em duas partes desiguais por um tabique de finos troncos de palmeira, que não alcança o telhado: a cozinha e um cômodo que ao mesmo tempo servia de quarto de dormir, de despejo e de depósito. Comporta três peças o plano interior mais corrente, com janelas que muito excepcionalmente são envidraçadas. Entra-se numa espécie de corredor que faz de sala de visitas e que, através de duas portas, comunica-se com a cozinha e o quarto de dormir e de despejo. Compõe-se o reduzido mobiliário de uma mesa de jantar, leitos, ou melhor catres, e um armário ou uma arca. Nem sempre é certo que essa aparente mediocridade corresponde a uma privação de dinheiro:

acontece-nos descobrir um rádio, num recanto de um sítio japonês de aspecto miserável; e, aliás, pudera o proprietário de um interior tão pouco brilhante comprar um grande caminhão.

Todavia, são excepcionais os casos como este. A casa que acima se descreveu é a da grande maioria dos plantadores de algodão e café, nos desbravamentos mais recentes. Fácil de construir, pouco onerosa, pode essa habitação modesta ser abandonada de um dia para outro, tanto quanto pode ser facilmente aumentada, melhorando a situação do pequeno plantador ou crescendo-lhe a família. Acrescentam-se outros cômodos, faz-se da cozinha uma peça utilizada ao mesmo tempo como quarto e sala de jantar. Serve então de cozinha um telheiro, erguido ao lado ou atrás da casa.

Ergue-se a casa de troncos de árvores, no meio das plantações, as mais das vezes sem nenhuma árvore para sombrear o espaço livre de todos os lados, de vez em quando com alguns mamoeiros e bananeiras. Sendo vendido o principal produto, algodão ou café, logo após a colheita, sendo reduzida a pouca coisa a marcha das culturas, não importam muito as benfeitorias. Conservam muitos sitiantes, em um ou dois cômodos, e até em seu quarto, alguns sacos de feijão, de farinha de mandioca, de inseticida. Limitam-se as benfeitorias ao galinheiro, ao chiqueiro e a um celeiro para guardar as espigas de milho, destinadas às galinhas e aos porcos. Quase sempre um forno, junto da casa, para cozer o pão. Vizinha com o poço indispensável e com o tanque, cavado num tronco de árvore. A isso acrescentam os japoneses sua banheira tradicional e os alemães um abrigo para defumar a carne de porco. Mede-se o bem-estar do sitiante pela importância das benfeitorias: uma cocheira, um abrigo para charrete, um galpão para guardar batatas, uma casa para criação do bicho-da-seda, excepcionalmente a garage para um caminhão, tudo isso exterioriza a importância do sítio e o grau de fixação do seu proprietário, assim como o terreiro para secar o café e o curral para a criação de gado assinalam o seu gênero de vida.

Se se encontra tal tipo de habitação em todos os espigões da franja pioneira, construído e habitado por desbravadores de todas as nacionalidades há, porém, outras modalidades de construção, numa distribuição geográfica mais precisa. Em primeiro lugar, na Alta Araquaraense, a casa tradicional do caboclo de São Paulo e de Minas Gerais, a casa de pau-a-pique barreado. Os muros são feitos de varas entrecruzadas, recobertas com barro, às vezes com adobe. Sempre que possível esse revestimento é feito com uma camada de estuque, que se estraga com o tempo; ressecando a terra, a casa de pau-a-pique, dentro de curto período, adquire um aspecto miserável. A predominância desse modo de construção sobre aquele que foi descrito mais acima e em que o vegetal é o único material empregado, testemunha as dife-

Fig. 44. Casa de pequeno proprietário relativamente abonado e chefe de uma grande família.

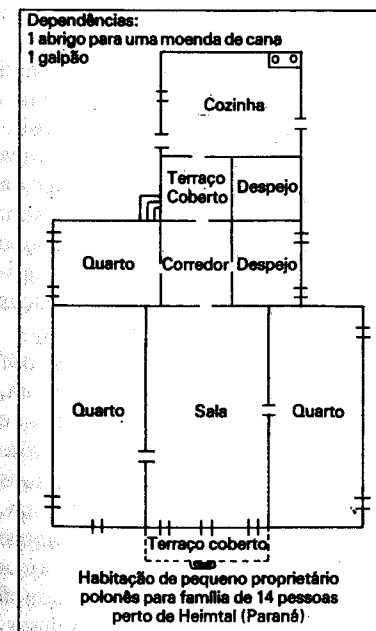
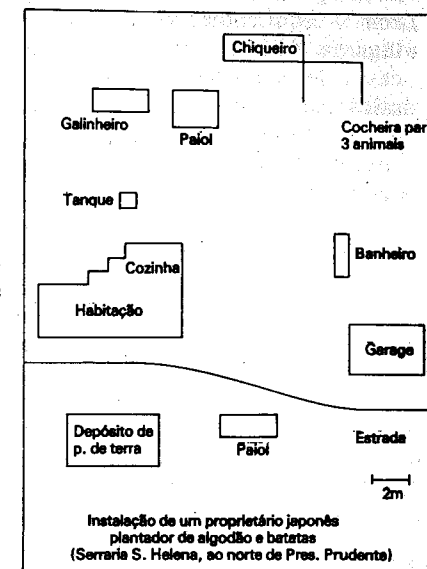


Fig. 45. Construções de uma exploração médica. Sem nenhum muro ou cerca.

renças já notadas entre a floresta da Alta Araraquarense e a das outras zonas. Aqui começou a destruição da floresta mais cedo que noutros lugares. Aliás apressam-se os pioneiros mais pobres a substituir suas casas de pau-a-pique por casas de alvenaria, quando não constroem solidamente, desde o seu estabelecimento na região.

Na outra extremidade da franja pioneira, no norte do Paraná, e, embora em menor escala, na Alta Sorocabana, domina outro tipo: a cabana de tábuas ligeiramente acima do solo, com a cobertura de finas ripas de madeira, as tabuinhas. O telhado de duas águas muitas vezes apresentava uma fratura para cobrir a cozinha, situada atrás da casa. Nessas duas regiões, as serrarias forneceram aos pioneiros a matéria-prima para suas habitações, ao passo que a Alta Araraquarense foi aberta ao povoamento antes que funcionassem as grandes indústrias da madeira. Nesses chalés, mais de um pormenor traduz influências étnicas: alpendres que cercam a casa, em dois ou três lados, um celeiro com balcão, certos cuidados de ornamentação no trabalho de madeira, são aspectos das habitações de imigrantes da Europa Central e de brasileiros de procedência germânica, provindos de outras partes do Estado do Paraná e de Santa Catarina. De transição é a zona de Londrina, relativamente à casa como à vegetação: cada loteamento habitado por um colono alemão, cada sítio construído na proximidade das araucárias apresentam silhuetas de casas que desconcertam o brasileiro habituado à sua cabana de pau-a-pique ou de troncos de árvores.

Assim, as zonas extremas, cuja composição étnica é a mais fácil de caracterizar, distinguem-se também pelos tijolos de casas, mais nitidamente opostos. São mais confusas as características da habitação, na parte central da franja pioneira, não faltando ali nem a casa de pau-a-pique, nem o chalé de tábuas. Ademais, relembremos ainda uma vez que, entre o norte do Paraná e a Alta Araraquarense, foram radicalmente distintos os processos de colonização e de exploração econômica. Eis, portanto, pelo menos duas regiões que parecem definir-se mais pela ação criadora do povoamento que pelas diferenças físicas.

São as únicas, a bem dizer. Se se procurar definir os espigões, por sua produção, volta-se a confundir as realidades: Alta Sorocabana, Variante, Alta Araraquarense são ao mesmo tempo zonas de criação de gado e de terras de cultura cafeeira e algodoeira. Acumula o planalto de Marília, café e algodão, a exemplo dos seus vizinhos, mas as suas pradarias eram ainda pouco exploradas. Somente o norte do Paraná, domínio do café, surge melhor individualizado. Mas por quanto tempo? Aceleraram-se os desbravamentos em Maringá e a terra roxa acaba alguns quilômetros mais longe, na estrada de Paranavaí, onde já se instalou a pecuária. As produções são por toda a parte as mesmas.

Como, por outro lado, a população dos espigões compra e vende no exterior, sem que o comércio interno vá além do intercâmbio entre as vilas e as campanhas, hesita-se em considerar os diferentes planaltos como unidades econômicas distintas.

E, no entanto, constatou-se a existência e o papel das capitais regionais. Rio Preto, Araçatuba, Marília, Presidente Prudente, Londrina, são, na opinião unânime, os centros vitais da Alta Araraquarense, da Variante, da Alta Paulista, da Alta Sorocabana e do norte do Paraná. São reveladoras essas próprias denominações, pois provêm diretamente dos nomes das companhias de estradas de ferro. Cresceram as capitais regionais em virtude de uma excepcional posição sobre a ferrovia. E revela esse fato o laço que une os pioneiros de um espigão. Terra sem passado, não viu ainda a franja pioneira desabrocharem regiões, mas está dividida em redes de comunicação e essa divisão, que se apóia na topografia, será talvez o germê das regiões vindouras. Criam os trilhos a unidade, porque asseguram o escoamento da produção e porque o sucesso individual, tanto quanto o das empresas colonizadoras, depende da expedição fácil, contínua e regular dessa produção. A distância é sempre inimiga do pioneiro: pesa sobre a economia dele, aumentando-lhes os preços de custo e diminuindo os de venda. Como ele avança sempre mais para oeste e sudoeste, cresce incessantemente a distância entre o seu desbravamento e os grandes centros consumidores e exportadores da região atlântica. Malgrado o desenvolvimento dos transportes rodoviários e a despeito da circulação aérea, de que se vale uma minoria de plantadores e ricos comerciantes, ainda é o trem o melhor auxiliar do pioneiro. Mede-se o valor de um espigão menos em função do seu solo e dos seus desbravadores, que em função da qualidade da sua ferrovia. Dizia-se em Marília que, em relação a solos de igual qualidade, um alqueire na Paulista vale duas vezes mais que na Sorocabana. Até hoje é mais exato falar de regiões ferroviárias, que de regiões geográficas ou econômicas da franja pioneira.

Fixar os limites dessas regiões é praticamente impossível. Ilude o paralelismo entre as grandes linhas do relevo e o traçado das ferrovias. Cada companhia tomou posse de um espigão e em princípio goza de um privilégio de exploração, num raio de 30 quilômetros. As ferrovias feriam, pois, transformado cada planalto numa espécie de bacia da qual são elas as artérias mestras, ao passo que as estradas de rodagem, lateralmente construídas são como afluentes que asseguram a drenagem. Desenham a rede de trilhos e os caminhos, que as completam, uma rede hidrográfica invertida. Não é difícil virar o privilégio de exploração: uma estrada facilmente opera a captura da ferrovia vizinha; um serviço rodoviário modifica subitamente as direções da corrente de tráfico. Viu-se qual tinha sido, antes de 1929, a concor-

rência entre as sociedades que verdadeiramente lutavam pela conquista de um espaço vital. Subsiste, embora menos virulenta, essa rivalidade. A extensão da zona de influência de uma companhia de estradas de ferro é função da distância e da sua capacidade de transporte; ambas podem ser reguladas e os limites do raio de ação dependem, pois, da organização técnica mais que da topografia ou da legislação.

Ao norte de Mirassol e de Tanabi, preferem os plantadores recorrer, por vezes, à linha da São Paulo—Goiás, que serve Nova Granada e Palestina, e não à Companhia Araraquarense de Estradas de Ferro, todavia mais próxima; o percurso entre a estação de Nova Granada e a de Bebedouro, onde se alcança a linha principal da Paulista, é menos longo que entre Mirassol, Rio Preto e Araraquara, e o grande negócio é atingir, o mais depressa possível, a Paulista, que transporta sem atraso sua carga até São Paulo. Na margem direita do baixo Tietê, hesita-se entre duas direções: a de Rio Preto, mais afastada, e a de Araçatuba, mais próxima. São os produtos do solo expedidos por caminhão à estação de Araçatuba, mas os rebanhos de bois são levados, pela velha estrada boiadeira à pequena estação de Gonzaga de Campos, perto de Rio Preto. Com efeito, temem sempre os vaqueiros a travessia do Tietê que, além de ser onerosa, não se faz sem incidentes ou acidentes. Aproveita-se a Companhia Paulista da rodovia que construiu entre Garça e Getulina, para tirar da Noroeste a clientela de um município, que não deveria escapar a esta última, levando-se em conta a proximidade. Mas, embarcar na Paulista, ainda que com o preço do transporte suplementar por caminhão, evita demoradas baldeações em Bauru, garantindo expedição mais regular. Tentou a Paulista repetir a manobra, melhorando a rodovia que leva de Marília a Assis; esperava assim drenar uma parte da produção algodoeira de Echaporã. Voltou-se a tática momentaneamente contra ela, em 1945, quando uma inesperada colheita das culturas alimentares em Marília, sobrecarregava o tráfico da Paulista; desviou-se uma parte da produção para Assis, disso beneficiando-se a Cia. Sorocabana, aproveitando a ocasião para pôr seus vagões disponíveis aos comerciantes de Marília, ainda que em detrimento dos seus clientes habituais. Muitas vezes a imprensa de São Paulo foi porta-voz das queixas dos agricultores do norte do Paraná, que perdiam boa parte das suas colheitas, por falta de vagões entre Londrina e Ourinhos; os donos de caminhões organizaram serviços regulares, para mercadorias e até para viajantes, entre Londrina, Cornélio Procópio e a estação ferroviária de Assis, na Sorocabana. Desinteressou-se esta pelo bom funcionamento de barcas sobre o Tibaji e o Paranapanema, a fim de facilitar uma circulação rodoviária da qual tira proveito.

São, portanto, ainda muito tênues os limites entre as zonas ferroviárias. Se o habitante do espigão não tem dúvida quanto ao nome da

região, a denominação dos patrimônios mais afastados provocou algumas hesitações, muitas vezes. Não sabem ao certo se habitam a Alta Sorocabana ou a Alta Paulista os japoneses de Bastos e os letões de Varpa, pois que estavam em contato com ambas as redes. Em 1946, sentiam-se os poucos habitantes de Gracianópolis mais solidários com Andradina e a Noroeste, que com Tupã e a Paulista. As constantes modificações nessas margens rodoviárias não favorecem o desenvolvimento de sentimentos e regionais, na massa da população pioneira. Os freqüentes deslocamentos dos indivíduos retardam a eclosão desses sentimentos, que são mais prejudicados ainda pela ausência dos quadros regionais.

Agora, o sentimento de pertencer a uma região, o desejo de fixar-se nela, de enraizar nela a família, a emulação que o espírito regional pode desencadear, não passam de noções confusas. O pequeno pioneiro passa da tentação dos grandes espaços ao orgulho municipal. Só para os fazendeiros e os comerciantes, cujos interesses materiais os tornam solidários com a ferrovia, são providos de sentidos os nomes de regiões. Estão eles em relações constantes com a estrada de ferro: pedem-lhe melhores tarifas, vagões mais numerosos, horários mais cômodos; seguem com atenção os progressos dela, que são também os deles. Deve-se reconhecer que tudo isso era muito distante para o sitiante. Fica-se inclinado a ver no sentimento regional, tal como se manifesta atualmente a expressão de interesses comuns de classe. Nada há que incita o sitiante à solidariedade regional, pois a sua fixação é temporária e os interesses, como as dívidas, são de curto prazo.



## CONCLUSÃO

A rodovia criadora da região, a fundação urbana, que prospera graças à proteção de um personagem poderoso, a demarcação das terras, uma exploração a princípio desordenada dos solos e que pouco a pouco tende a organizar-se melhor, nada disso parece tão original quando se pensa na geografia das campanhas européias. Falando da Alta Idade Média, descreve Marc Bloch, nas aglomerações, os homens que viviam chegados uns aos outros. Mas, essas aglomerações "eram separadas por múltiplos vazios: eram fracos os rendimentos com os sistemas de cultura, e eram necessários grandes espaços de terra arável: não passavam os campos de provisórios e breves conquistas sobre os terrenos incultos... tendendo incessantemente a natureza a sobrepor-se". E, mais adiante, assemelha-se a uma descrição da fazenda tropical essa análise do senhorio: esta compreende duas áreas, de um lado o domínio cujos frutos o senhor recolhe diretamente; de outro, as concessões, pequenas ou médias explorações camponesas. Formaram-se tais concessões, distribuindo-se lotes pelos escravos, transformados em arrendatários, no momento em que os vastos espaços dos latifúndios tornaram-se mediocrementemente rentáveis, mediante a exploração direta.<sup>1</sup> Pensa-se logo na história do colono que se o torna meeiro, quando já não é bastante lucrativa a cultura do café. Não será a mesma evolução? *Mutatis mutandis*; a história não se repete.

Se se tentar estabelecer o balanço da marcha pioneira, nos planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná ressaltará a obra destruidora dos pioneiros: destruição da mata e, com isso, destruição

(1) Bloch (Marc), *La société féodale. La formation des liens de dépendance*, Paris, 1939, XXVIII, 474 p. Ver livro II, pp. 98 e segs.

da terra. A mola propulsora da marcha para o oeste reside no tenaz desejo do ganho. Para satisfazê-lo, são necessárias abundantes colheitas de produtos que se exportam e se vendem no ultramar. Impôs a economia do mundo pioneiro uma técnica agrícola devastadora àqueles homens por demais apressados. Repelia tal técnica esse respeito pela terra que é próprio do camponês. Para conservar as abundantes colheitas e continuar vendendo através do mundo, os pioneiros são forçados a uma corrida ininterrupta. E por onde haviam passado os plantadores, aí renascia a erva.<sup>2</sup>

No tempo em que Max Leclerc e Pierre Denis percorriam o Brasil, foram arrancadas belas plantações, orgulho das grandes famílias paulistas e os zebus comiam os cafeeiros, que escaparam a essa voluntária destruição. Entre a franja pioneira e os grandes focos urbanos de São Paulo a Campinas, tende a diminuir a população ou, na melhor das hipóteses, já não aumenta. Municípios do café, como São Simão, Cravinhos ou Jaú, em zona de terra roxa, os da região de Amparo, nos contrafortes da Mantiqueira, o de França, perto do Rio Grande, tiveram seus efetivos reduzidos entre 1934 a 1940. Nas terras de povoamento mais recente, não difere a situação: por exemplo, na Araraquense, desde Matão até as proximidades de Catanduva, ou entre Bauru e Ourinhos, passando por Piratininga.<sup>3</sup> Não se explica esse fato só porque a franja pioneira solicita os homens, mas também porque, nas regiões ultrapassadas pela vaga do povoamento, ainda não apareceram culturas capazes de substituir o café.

Destruidora de riquezas naturais, a marcha pioneira esbanjou muitas boas vontades. Os colonos antes, os sitiantes depois, viveram e vivem na mediocridade e na incerteza. Infatigavelmente confiantes, levando a vida dura, que eles certamente esperavam, mas cujos frutos raramente colhem, na maioria ficavam sem apoio e sem recursos. Não que seja necessário, para explicá-lo, recorrer ao chavão das populações esmagadas pela exuberância da natureza tropical. No caso, pesaram muitos mais o legado colonial e a dependência em relação ao comércio mundial e aos capitais estrangeiros.

Não teria, pois, o balanço mais que um passivo? Tanto não se levaria a sério identificar pioneiros paulistas com cultivadores da Europa Medieval, invocando analogia de forma, quanto assimilar o avanço dos plantadores à passagem de uma tribo errante. Seria, para isso, preciso desconhecer o lugar da franja pioneira na economia de São

(2) Leclerc (Max), *Lettres du Brésil*, Paris, 1890, IV-270 pp.

(3) Monbeig (Pierre), "Comentário em torno do mapa da evolução da população do Estado de São Paulo entre 1934 e 1940 (por município)", *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, ano III, n.º 3, novembro de 1943, pp. 42-48.

Paulo, isto é, no que há de mais sólido no Brasil. Pode-se calcular que, aproximadamente, 40% dos cafeeiros paulistas estão nas plantações, fazendas e sítios, abertos há uma quinzena de anos. Acrescentando-se a eles os do norte do Paraná e levando em conta as taxas de rendimento dos novos cafezais, verifica-se que as zonas novas fornecem o essencial da produção cafeeira. Nem é preciso lembrar o que as invernadas, ganhas às matas, representam para a pecuária. E, graças às culturas comestíveis, alimenta a franja pioneira, em parte, as populações de São Paulo e da sua periferia, e permite ao Estado de São Paulo exportar para o Rio de Janeiro e o Nordeste.

Riqueza efêmera, essa da franja pioneira, poderá objetar-se. Mas, lá foram construídas fortunas muito sólidas. No século passado, ensejaram elas a construção de estradas de ferro; e neste século, não deixam de concorrer para o equipamento industrial do Brasil. Portanto, o país inteiro ganha com essa riqueza. O fato de haver um grupo financeiro brasileiro adquirido, durante a guerra mundial, a empresa britânica no norte do Paraná, evidencia a ligação cada vez mais íntima entre o mundo dos negócios, o da indústria e o das empresas de colonização interna. Entre a franja pioneira e as indústrias das grandes cidades, estabelecem-se relações cada vez mais estreitas: para o Brasil, passou a hora em que toda a produção se destina ao comércio exportador; têm os produtos da terra um mercado nacional que se alarga, de ano para ano. A economia pioneira só tem a lucrar com essa evolução, pois ficará assim menos exposta às crises da economia mundial.

O problema da conservação das riquezas naturais, e da restauração das regiões envelhecidas é agora encarado pelos meios urbanos, como pelos plantadores clarividentes. Ao otimismo tranqüilo, que se manifestava em 1935, sucedeu uma real inquietude. Seguem-se atentamente os esforços desenvolvidos, no sentido de renovar os velhos métodos de agricultura. Já foi citado o exemplo daquele fazendeiro de Jaú, que ressuscitou sua plantação, mediante o emprego de um composto. Lutam outros eficazmente contra a erosão, mediante trabalhos de drenagem e terraplenagem. Obtiveram-se excelentes resultados, protegendo, com plantações de sombreamento, cafezais que pareciam definitivamente condenados. Prosseguem os técnicos de Campinas em seus trabalhos de selecionar sementes de algodão. Há pouco tempo tinham alguns ensaios de cultura da cana-de-açúcar sido tentados nas velhas terras da região de Ribeirão Preto; com suas raízes longas, a cana bem se presta à recuperação dos solos lixiviados na sua superfície. Eis o sentido em que deverão desenrolar-se os esforços dos agrônomos e dos fazendeiros empreendedores. Tomou-se, portanto, consciência dos estragos. Virá a desenhar-se uma espécie de retorno da marcha pioneira, por uma renovação do povoamento e uma retomada da agricultura, nas velhas zonas? Não é de rejeitar essa eventualidade.

Mas tal renascimento só poderá vir depois que a marcha pioneira tenha atingido seus limites. Pode-se entrevê-los, mas até eles ainda não chegou o movimento. Ainda não se alcançou a plenitude, na franja pioneira. As densidades demográficas de Andradina e de Presidente Venceslau eram inferiores a 5 habitantes por km<sup>2</sup>, em 1940; a de Tanabi, era de 6,89 e em Londrina, 3,35. Ainda não está ocupada toda a área disponível. Talvez venham a ser preenchidos os vazios intercalados nos vales.

Mais adiante, mesmo que não avance o povoamento paulista, poderá ganhar terreno a influência econômica de São Paulo. Graças às ferrovias, afirmou-se tal influência no Estado de Goiás; a construção da linha entre Mato Grosso e a Bolívia só poderá servi-la. Já se ativam os trabalhos para levar, além de Maringá, uma futura grande estação e ponta de trilhos, a linha do norte do Paraná em direção ao Paraguai. A velocidade adquirida nas últimas décadas é ainda bastante vigorosa, para que a marcha pioneira não cesse bruscamente.

Por demais incerto é o futuro para que se arrisquem prognósticos. É preferível cingir-se ao presente. Atraindo brasileiros do sul, do centro e do nordeste, imigrantes de toda a Europa e do Japão, acumulou e aliou a franja pioneira energia preciosa, numa já sólida unidade. "Para uma nação", escrevia Albert Demangeon, "possuir uma frente de colonização é excepcional fortuna, que implica o gosto e a procura do novo, a vontade de não prender-se à herança do passado, a manifestação de robusta vitalidade".<sup>4</sup> Nisto reside a grande riqueza, com que a franja pioneira paulista presenteou a coletividade brasileira.

(4) Demangeon (Albert), "Pionniers et fronts de colonisation", *Annales de Géographie*, Paris, 1932, pp. 632-635.

Imprimiu  
CENTRAIS IMPRESSORAS  
BRASILEIRAS LTDA.  
Estrada de Vila Ema, 722  
Fone: 63-0208 — CEP 03156  
São Paulo — SP